

«Ambicioso, monumental e convincente»

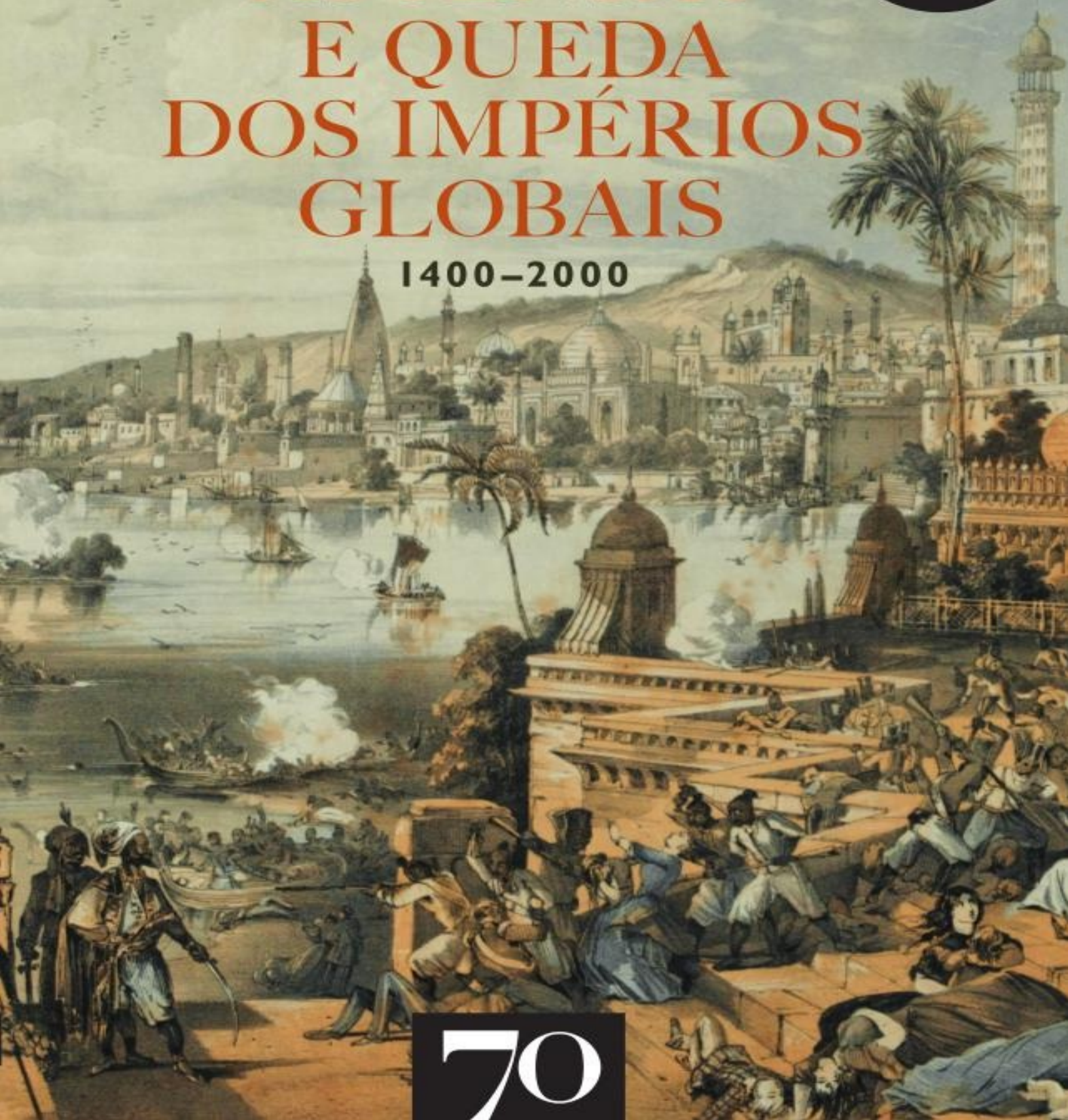
GUARDIAN

JOHN DARWIN

ASCENSÃO E QUEDA DOS IMPÉRIOS GLOBAIS

1400–2000

Prémio
Wolfson
de História
em 2008



70

JOHN DARWIN
ASCENSÃO
E QUEDA
DOS IMPÉRIOS
GLOBAIS
1400-2000



Esta coleção tem como objectivo proporcionar textos que sejam acessíveis e de indiscutível seriedade e rigor, que retratem episódios e momentos marcantes da História, seus protagonistas, a construção das nações e as suas dinâmicas.

TÍTULO ORIGINAL

After Tamerlane. The Global History of Empire

Edição original em língua inglesa publicada pela Penguin Books Ltd., Londres

Copyright do texto © John Darwin 2007

O autor assegurou os seus direitos morais Todos os direitos reservados

TRADUÇÃO: Jaime Araújo

REVISÃO: Marcelino Amaral

CAPA: FBA.

Ilustração de capa: O massacre de mulheres e crianças inglesas em Cawnpore,
durante o motim indiano de 1857 (litografia a cor, Thomas Packer)

Imagem de capa: © Bridgeman

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

DARWIN, John

Ascensão e queda dos impérios : 1400-2000. (História narrativa ; 42)

ISBN 978-972-44-1841-4

CDU 94(100)“14/19”

Fevereiro de 2015

Direitos reservados para todos os países de língua portuguesa à excepção do Brasil por Edições 70.

EDIÇÕES 70, uma chancela de Edições Almedina, S.A.

Avenida Fontes Pereira de Melo, 31 – 3º C 1050-117 Lisboa / Portugal

e-mail: geral@edicoes70.pt

www.edicoes70.pt

Esta obra está protegida pela lei. Não pode ser reproduzida, no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado, incluindo fotocópia e xerocópia, sem prévia utilização do Editor. Qualquer transgressão à lei dos Direitos de Autor será passível de procedimento judicial.

Para Caroline, Claire, Charlotte e Helen.

Índice

[Lista de Ilustrações](#)

[Lista de Mapas](#)

[Preâmbulo à edição portuguesa](#)

[Prefácio](#)

[Nota sobre Nomes e Lugares](#)

[1. Orientações](#)

[2. A Eurásia e a Época dos Descobrimentos](#)

[3. O Equilíbrio da Idade Moderna](#)

[4. A Revolução Eurasiática](#)

[5. A Corrida contra o Tempo](#)

[6. Os Limites do Império](#)

[7. A Caminho da Crise Mundial, 1914–1942](#)

[8. Impérios Negados](#)

[9. A Sombra de Tamerlão](#)

[Notas](#)

[Leituras Adicionais](#)

[Índice Remissivo](#)

Lista de Ilustrações

Créditos fotográficos entre parênteses.

[1. Recriação do mapa-múndi de Ptolomeu \(Corbis\)](#)

[2. Constantinopla, em meados do século XVI](#)

(Ann Ronan Picture Library/Heritage Images)

[3. O porto de Batávia, Índias Orientais Holandesas](#)

(Ann Ronan Picture Library/Heritage Images)

[4. Gravura mostrando a derrota do sultão Tipu \(Corbis\)](#)

[5. Entrada do comodoro Matthew Perry no porto de Tóquio \(Corbis\)](#)

[6. Soldados franceses durante a Revolta dos Boxers \(Corbis\)](#)

[7. Mahatma Gandhi na «marcha do sal», Índia, 1930 \(Corbis\)](#)

[8. Ensaio nuclear, Ilhas Marshall, 1952](#)

[9. Bandeiras na Praça Tiananmen \(Corbis\)](#)

Lista de Mapas

- [1. O mundo islâmico em 1450](#)
- [2. A China Ming](#)
- [3. O império português na Ásia](#)
- [4. A expansão russa, 1462–1600](#)
- [5. A expansão otomana, c.1600](#)
- [6. A expansão mogol](#)
- [7. A expansão Ch'ing até 1760](#)
- [8. O Império Mogol, c.1700](#)
- [9. A Grã-Bretanha e a França na América do Norte, c.1750](#)
- [10. A expansão russa até 1815](#)
- [11. A Índia em 1805](#)
- [12. A América em 1860, mostrando as principais linhas férreas](#)
- [13. A Índia em 1857](#)
- [14. A China em 1860](#)
- [15. A expansão do Egito, 1821–1879](#)
- [16. A abertura de África após 1870](#)
- [17. Estações e bases da Marinha britânica](#)
- [18. A expansão do Japão até 1914](#)
- [19. O Médio Oriente em 1914](#)
- [20. A crise da guerra, 1918](#)
- [21. O Médio Oriente após 1918](#)
- [22. O avanço do Japão na China](#)
- [23. Os limites do domínio nazi em 1942](#)

Preâmbulo à edição portuguesa

Ascensão e Queda dos Impérios. 1400-2000 apresenta-nos uma visão da história mundial que nos permite escapar à perspectiva eurocêntrica que tem dominado muito do que se escreve sobre a história do globo. A obra, ao invés de ver a ascensão da Europa à supremacia mundial como uma inevitabilidade, mostra-nos que antes de 1800 esta mesma ascensão dificilmente seria imaginável e que foi, na melhor das hipóteses, parcial e limitada, acabando por ruir em 1945.

No entanto, o lugar de Portugal nesta história é de crucial importância. Foi de Portugal que saiu a primeira vaga europeia para o grande mar negro do Atlântico e foram os portugueses os primeiros a injectar no oceano Índico, no Sudeste Asiático e em lugares tão remotos quanto o Japão a mortal combinação europeia de comércio e poder militar. Mesmo depois do declínio do império marítimo português na Ásia, a influência portuguesa continuou a ser extraordinariamente poderosa, do oceano Índico ao mar do Sul da China, em grande parte por via da linguagem e da religião, e também por causa de uns quantos postos avançados que restaram na China, na Índia, no Sudeste Asiático e na África Oriental. Uma olhadela rápida ao dicionário de calão anglo-indiano *Hobson-Jobson* revelará quanto da linguagem quotidiana dos europeus na Índia por volta de 1900 resultava do legado linguístico português.

Não menos surpreendente que esta extraordinária sobrevivência foi talvez a capacidade de Portugal para adquirir grandes partes de território africano na partilha diplomática que ocorreu em finais do século XIX. Tal como afirmo neste livro, grande parte da explicação para isso pode estar na capacidade de os «homens no local» estabelecerem a sua presença no terreno – tal como o foi para britânicos, franceses e alemães. Talvez só isto possa explicar por que razão uma potência europeia relativamente fraca como Portugal pudesse resistir à pressão dos seus vizinhos mais poderosos e fazer vingar as suas pretensões.

O último grande quebra-cabeças do lugar de Portugal na moderna história mundial é saber porque foi capaz de manter as suas possessões coloniais quando outras potências coloniais haviam sido estrangidas a retirar do domínio colonial. Neste caso, afirmo que parte da resposta está na situação geopolítica altamente favorável de Portugal, tanto como parte da aliança atlântica e no terreno no sul da África Central, onde tinha os flancos protegidos, em parte, pelo poder militar da África do Sul. De facto, as posteriores lutas internas em Angola e Moçambique iriam exercer imensa influência na história política do subcontinente sul-africano até, e depois, ao colapso do regime do *apartheid* na própria África do Sul.

Com um interesse crescente na história global em todo o mundo, os historiadores certamente irão prestar mais atenção ao papel global de Portugal, do Brasil ao Japão, e às fontes históricas e arquivísticas portuguesas, pelas quais tanta da história global é revelada. A história portuguesa é história global!

John Darwin, 2015

Prefácio

A morte de Tamerlão em 1405 assinala um ponto de viragem na história mundial. Tamerlão foi o último de uma série de «conquistadores do mundo» na tradição de Átila e Gengis Khan que tentou colocar toda a Eurásia – a «ilha mundial» – sob o domínio de um único e vasto império. Cinquenta anos depois da morte de Tamerlão, os Estados marítimos do Extremo Ocidente eurasiático, com Portugal à cabeça, estavam a explorar as rotas marítimas que se tornariam os nervos e as artérias de grandes impérios marítimos. Esta é a história do que aconteceu a seguir.

Parece uma história conhecida, até a analisarmos melhor. A ascensão do Ocidente à primazia mundial através da via do império e do predomínio económico é uma das pedras basilares do nosso conhecimento histórico. Ajuda-nos a ordenar a nossa visão do passado. Em muitas narrativas convencionais, parece quase inevitável. Foi a via principal da história: todas as alternativas eram caminhos secundários ou becos sem saída. Quando os impérios da Europa se dissolveram, foram substituídos por novos Estados pós-coloniais, assim como a própria Europa se tornou parte do «Ocidente» – a coligação mundial sob liderança americana. O objetivo deste livro é em parte mostrar que a transição da época de Tamerlão para a nossa tem sido muito mais contestada, confusa e acidental do que esta lenda sugere – algo bastante óbvio. Mas tenta fazê-lo colocando a Europa (e o Ocidente) num contexto muito mais amplo: entre os projetos de construção de impérios, Estados e culturas de outras regiões da Eurásia. Só assim, argumenta-se, é que o curso, a natureza, a dimensão e os limites da expansão da Europa podem ser devidamente compreendidos, e as origens confusas do nosso mundo contemporâneo tornar-se um pouco mais claras.

Este livro não podia ter sido escrito sem a grande quantidade de novas obras escritas nos últimos vinte anos, não só sobre a história «global», mas também sobre as histórias do Médio Oriente, Índia, Sudeste Asiático, China e Japão. É evidente que não foi apenas recentemente que os historiadores insistiram numa visão global do passado: afinal, essa tradição remonta a Heródoto. A maior parte das histórias esconde um conjunto de suposições sobre o que devia ter acontecido noutras partes do mundo. O estudo sistemático das ligações entre diferentes zonas do mundo é no entanto relativamente recente. «O estudo do passado», afirmou Frederick Teggart em *Rome and China* (Berkeley, 1939), «só pode tornar-se eficaz quando se perceber plenamente que todos os povos têm histórias, que essas histórias se desenvolvem simultaneamente e no mesmo mundo, e que o ato de as comparar é o princípio do conhecimento» ⁽¹⁾. Este desafio foi aceite, numa escala monumental, por W. H. McNeill em *The Rise of the West* (Chicago, 1964), cujo título esconde o seu extraordinário alcance e subtileza intelectual. No entanto, nos últimos anos houve um aumento enorme dos recursos destinados à história mundial e não-ocidental. O impacto económico, político e cultural da «globalização» terá sido uma das razões. Mas talvez igualmente importantes têm sido os efeitos das diásporas e migrações (criando uma tradição histórica versátil e «antinacional») e da liberalização parcial de muitos regimes (sendo a China o maior exemplo) onde no passado a «história» era tratada como propriedade privada do Estado. Novas perspetivas, novas liberdades e novos públicos leitores, querendo novos sentidos a partir da história, têm fomentado uma vasta produção de obras de história. O resultado de tudo isto tem sido a abertura de novas perspetivas sobre um passado que outrora só parecia acessível através de uma única via – a história da expansão da Europa. Tornou-se muito mais fácil do que há uma geração perceber que a trajetória da Europa para o mundo contemporâneo teve muitas características em comum com as mudanças sociais e culturais que ocorreram noutras regiões da Eurásia e que a concretização da primazia da Europa surgiu mais tarde e foi mais limitada do que muitas vezes somos levados a pensar.

As notas que acompanham cada capítulo são a prova da minha gratidão para com a obra de outros historiadores. A minha primeira introdução ao fascínio de perceber a história mundial como um todo interligado ocorreu quando era aluno do falecido Jack Gallagher, cuja imaginação histórica não tinha limites. Aprendi muitíssimo com os meus colegas de história imperial e mundial em Oxford – Judith Brown, David Washbrook, Georg Deutsch e Peter Carey – e beneficiei dos conhecimentos especializados de muitos outros colegas na universidade e fora dela, cujas palavras sábias tenho procurado não esquecer. O meu entendimento de assuntos económicos melhorou bastante depois de eu conhecer a Global Economic History Network, criada por Patrick O’Brien como um fórum para debater os diferentes caminhos das mudanças económicas em diferentes zonas do mundo. Algumas das ideias neste livro foram inspiradas em discussões com James Belich e Phillip Buckner em vários «seminários itinerantes». O estímulo proporcionado por tantos alunos talentosos tem sido indispensável, e a minha educação histórica tem sido imensamente enriquecida pela orientação de muitas teses de doutoramento ao longo dos últimos vinte anos. Agradeço especialmente os comentários dos amigos e colegas que leram as primeiras versões dos capítulos: Richard Bonney, Ian Phimister, Robert Holland, Martin Ceadel e Andrew Hurrell. Os erros e omissões são da minha responsabilidade.

Preparei os esboços dos mapas usando como base o programa «Mapinfo» criado por Collins Bartholomew. Não o podia ter feito sem as instruções, conselhos e a ajuda paciente de Nigel James, do departamento de cartografia da Bodleian Library: é um prazer reconhecer a sua ajuda. Os mapas completos foram desenhados por Jeff Edwards. Estou em grande dívida para com Bob Davenport pelo seu extremo cuidado na revisão do texto.

A tarefa de escrever este livro teria sido muito mais difícil sem o interesse e incentivo de Simon Winder, da Penguin. Perante o entusiasmo de Simon, nenhum autor podia deixar esmorecer o seu esforço. Por isso, e pelos seus conselhos perspicazes e oportunos em certos momentos críticos, estou-lhe muito grato.

Por fim, a redação deste livro durante um período tão longo e no meio de muitas outras atividades foi possível em grande parte graças aos extraordinários recursos das bibliotecas universitárias de Oxford – sob ataque mas resistindo ainda – e às instalações únicas para investigação e escrita que o Nuffield College proporciona aos seus membros.

Nota sobre Nomes e Lugares

Escrever um livro que abrange espaços e tempos tão vastos suscita algumas questões complicadas sobre a grafia de nomes e lugares. Os nomes costumam mudar e essas mudanças refletem alterações de percepção, de prestígio e muitas vezes de domínio. Em muitas regiões do mundo, mudar os nomes de cidades, vilas e ruas – e mesmo de países – tem sido uma forma de simbolizar o fim da velha ordem (normalmente colonial) e reafirmar uma cultura e identidade indígenas.

A minha prática tem sido usar o nome com maior probabilidade de ser conhecido de leitores predominantemente ocidentais, chamando a atenção, quando conveniente, para a versão alternativa. Às vezes isso tem implicado usar o nome que deu um significado especial a determinado lugar numa determinada época. Assim, decidi usar «Constantinopla» e não «Istambul» para designar a capital otomana. Este foi o uso habitual no Ocidente muito depois de a cidade ter sido conquistada pelos Turcos em 1453. Mantive-o para significar o seu papel como capital imperial (muito diferente da atual Istambul) e também a sua condição contestada de cidade cristã ocupada (aos olhos de muitos europeus) que seria um dia «libertada». Esta crença durou até ao Tratado de Lausana em 1923.

Três questões merecem particular menção. Em primeiro lugar, a romanização de nomes islâmicos foi sempre algo arbitrária – inevitavelmente, talvez. Ao tentar transcrever o som de nomes islâmicos os europeus produziram ao longo dos séculos uma série extraordinária de grafias, algumas das quais nos parecem hoje bizarras. Para complicar a questão, algumas destas grafias refletiam as diferenças entre versões faladas de arábico, persa e turco, as três línguas principais da Eurásia Central islâmica. Podemos encontrar o mais conhecido dos nomes muçulmanos como Maomé, Mahomet, Mafamede, Mafoma e Muhammad. Faïçal pode aparecer como Faysal ou Feisal. Usei versões que, espero, sejam familiares e compreensíveis, e não as que possam ser mais academicamente «corretas».

Em segundo lugar, há o caso do Irão. Até 1935 a designação oficial do Irão era Pérsia, sendo por este nome que o país era vulgarmente conhecido no Ocidente. No entanto, «Irão» era o uso mais comum no país e na região e decidi, por uma questão de simplicidade, adotá-lo como a designação padrão para a unidade territorial e o seu povo durante o período abrangido por este livro. Mas é importante lembrar que a palavra «persa» (derivada do «parse») designava a língua e cultura predominantes, além de descrever o maior grupo étnico num território de várias etnias.

Em terceiro lugar, temos o caso da China. O sistema *pinyin* é hoje vulgarmente utilizado para romanizar o chinês. No entanto, uma vez que a maioria das referências neste livro indica pessoas e lugares chineses, mantive as formas mais conhecidas, provavelmente, dos leitores ocidentais, seguindo o sistema mais antigo de Wade e Giles. Os exemplos mais óbvios são os seguintes:

Ch'ing e não Qing

Pequim e não Beijing

Nanquim e não Nanjing

Cantão e não Guangzhou

Kiangnan e não Jiangnan

Sinkiang e não Xinjiang

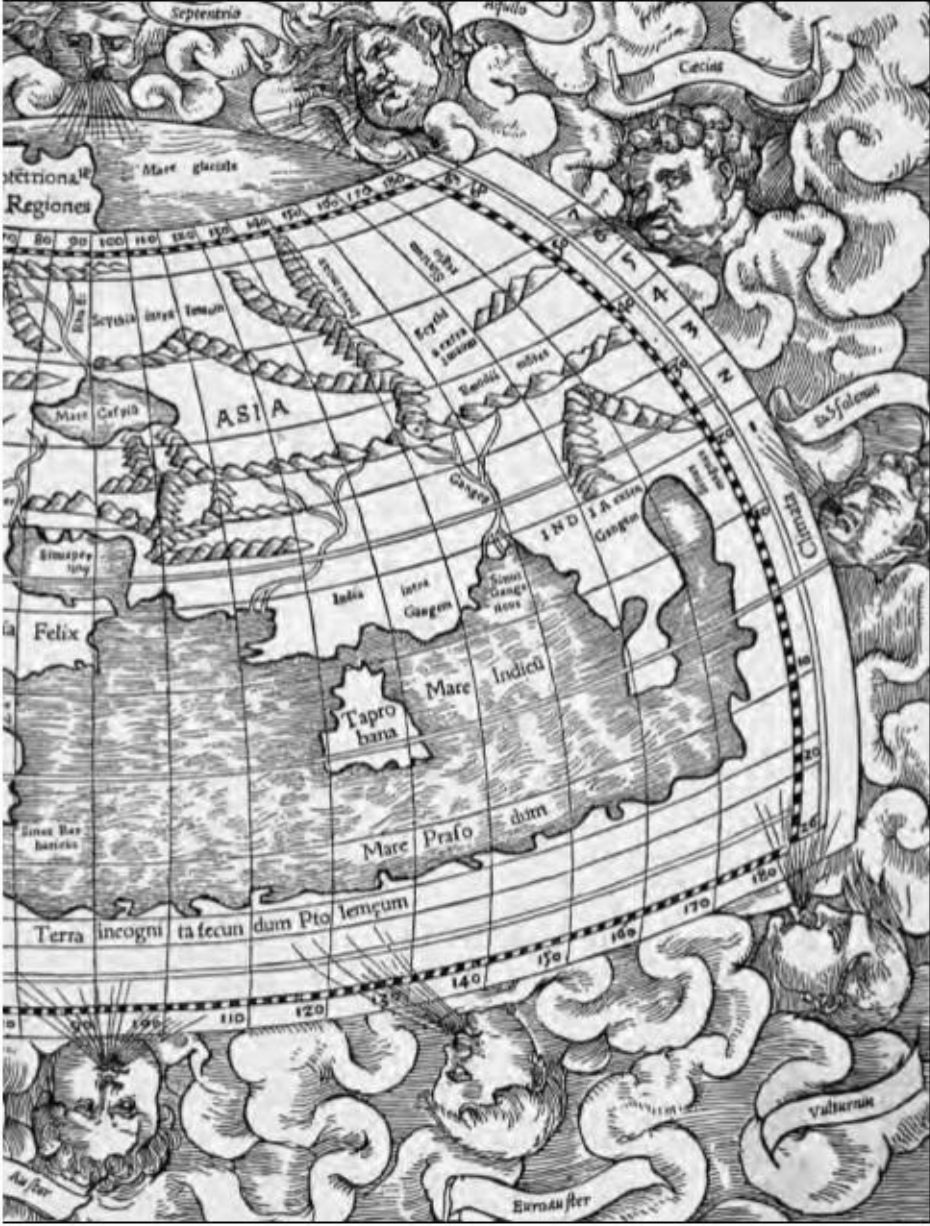
Ch'ien-lung e não Qianlong

Kuomintang e não Guomindang

Chiang Kai-shek *e não* Jiang Jeshi

Mao Tsé-tung *e não* Mao Zedong

Chou En-lai *e não* Zhou Enlai



1. O mapa-múndi de Ptolomeu, a base do conhecimento europeu até ao final do século XV

Orientações

Em 1401, o grande historiador islâmico Ibn Khaldun (1332–1406) encontrava-se na cidade de Damasco, então cercada pelo poderoso Tamerlão. Ansioso por conhecer o famoso conquistador da época, desceu as muralhas num cesto e foi recebido no acampamento de Tamerlão. Aí teve uma série de conversas com um governante que descreveu (na sua autobiografia) como «um dos mais distintos e poderosos dos reis (...) viciado no debate e argumentação sobre o que sabe e não sabe» ⁽¹⁾. Ibn Khaldun poderá ter visto em Tamerlão o salvador da civilização arábico-muçulmana, por cuja sobrevivência temia. Mas quatro anos depois Tamerlão morreu a caminho da China, que planeava conquistar.

Tamerlão (às vezes Timur ou Timurlenk, «Timur, o Coxo») foi um fenómeno que se tornou uma lenda. Nasceu provavelmente na década de 30 do século XIV, num clã menor do Chagatai, uma confederação tribal turco-mongol e uma das quatro grandes regiões em que o império mongol de Gengis (Chingis) Khan se tinha dividido após a morte deste em 1227. Em 1370 Tamerlão já se havia tornado senhor do Chagatai. Entre 1380 e 1390 lançou-se na conquista do Irão, Mesopotâmia (atual Iraque), Arménia e Geórgia. Em 1390 invadiu as terras russas, regressando alguns anos depois para destruir a capital da Horda de Ouro, o regime mongol no Sul da Rússia atual. Em 1398 dirigiu um grande assalto de pilhagem ao Norte da Índia, subjugando os governantes muçulmanos e destruindo Deli. Mais tarde, em 1400, regressou ao Médio Oriente para conquistar Alepo e Damasco (Ibn Khaldun escapou ao massacre), antes de derrotar e capturar o sultão otomano Bajazé na Batalha de Ancara em 1402. Só depois é que se voltou para o Oriente, na sua última e malograda campanha.

Apesar da sua reputação como tirano sanguinário e da inegável selvajaria das suas conquistas predatórias, Tamerlão foi uma figura de transição na história eurasiática ⁽²⁾. As suas conquistas tentaram reproduzir o grande Império Mongol construído por Gengis Khan e pelos filhos deste. Esse império estendera-se do atual Irão à China e para norte, até à longínqua Moscovo. Provocara um tráfego extraordinário de pessoas, comércio e ideias em torno da faixa central da Eurásia, ao longo do grande corredor da estepe, e o domínio mongol poderá ter funcionado como incentivo para a mudança do intercâmbio comercial e intelectual numa época de expansão económica generalizada ⁽³⁾. Os mongóis permitiram até a visita de emissários da Europa Ocidental, esperando construir uma aliança antimuçulmana e conquistar conversos cristãos. Mas no início do século XIV o esforço para preservar uma grandiosa confederação imperial já quase se desmoronara. As guerras fratricidas entre os governantes do «Ilcanato» no Irão, na Horda de Ouro e no Chagatai, e a queda dos Yuan na China (em 1368), marcaram o fim da experiência imperialista mongol na Eurásia.

As conquistas de Tamerlão foram em parte um esforço para recuperar esse império perdido. Mas os seus métodos eram diferentes. O principal objetivo das suas guerras parece ter sido derrotar quaisquer rivais na luta pelo controlo da principal rota de comércio eurasiático, sobre cujos proveitos o seu império foi construído. Além disso, o seu esforço concentrava-se mais no domínio do «campo semeado» do que no domínio da estepe: os seus exércitos eram constituídos não só por arqueiros montados (a fórmula clássica dos mongóis) mas também por infantaria, artilharia, cavalaria pesada e até por um corpo de elefantes. O seu sistema de governo era uma forma de absolutismo, em que a lealdade dos seus apoiantes tribais era contrabalançada pela dedicação dos seus súbditos urbanos e rurais. Tamerlão arrogava-se também o título de «Sombra de Deus» (entre

muitos outros), vingando-se dos traidores e apóstatas da fé islâmica. Escolheu para capital imperial Samarcanda, perto da sua terra natal, que enchia com os espólios das suas conquistas e onde projetou os monumentos que proclamavam o esplendor do seu reinado. O modelo «timúrida» viria a exercer uma influência duradoura sobre a ideia de império em toda a Eurásia Central.

No entanto, apesar da sua ferocidade, do seu génio militar e da astuta adaptação da política tribal ao seu desígnio imperial, o sistema de Tamerlão desfez-se após a sua morte. Como ele próprio poderá ter intuído, já não era possível dominar o «campo semeado» a partir da estepe e construir um império eurasiático sobre as antigas fundações do poder militar mongol. Os otomanos, o Estado mameluco no Egito e na Síria, o sultanato muçulmano no Norte da Índia e sobretudo a China eram demasiado resistentes para ser erradicados pelas suas campanhas fulminantes. Com efeito, a morte de Tamerlão assinalou de várias formas o fim de uma longa fase na história mundial. O seu império foi a última verdadeira tentativa de contestar a partilha da Eurásia entre os Estados do Extremo Ocidente, a Eurásia Central islâmica e a Ásia Oriental confuciana. Em segundo lugar, as suas experiências políticas e o seu derradeiro insucesso mostraram que o poder começara a transferir-se definitivamente dos impérios nómadas para os Estados sedentários. Em terceiro lugar, os danos colaterais que Tamerlão infligiu à Eurásia Central, e a influência desproporcionada que as sociedades tribais continuavam a exercer nessa região, ajudaram (embora apenas gradualmente) a fazer pender o equilíbrio de poderes do Velho Mundo para o Extremo Oriente e Extremo Ocidente à custa do centro. Por último, a sua morte coincidiu com os primeiros sinais de uma mudança no padrão existente do comércio de longa distância, a rota Oriente–Ocidente que ele se esforçara por controlar. Algumas décadas depois da sua morte, a ideia de um império mundial governado a partir de Samarcanda tornara-se uma fantasia. A descoberta do mar como um «espaço comum» mundial que proporcionava acesso marítimo a todos os cantos do mundo transformou a economia e a geopolítica dos impérios. Seriam precisos três séculos para que essa nova ordem mundial se tornasse bem patente. Mas depois de Tamerlão não surgiu qualquer outro «conquistador do mundo» para dominar a Eurásia, e a Eurásia de Tamerlão deixou de englobar quase todo o mundo conhecido.

Histórias Mundiais

Neste livro atravessamos um vasto panorama histórico em busca de três temas. O primeiro é o desenvolvimento da «conexão» mundial na forma ampliada a que chamamos «globalização». O segundo é o papel desempenhado nesse processo pelo poder da Europa (e mais tarde pelo «Ocidente») através de meios imperialistas. O terceiro é a resistência de muitos outros Estados e culturas da Eurásia à expansão da Europa. Cada um destes fatores tem desempenhado um papel fundamental na formação do mundo que no século XX se tornou um vasto sistema semiunificado de economia e política, um espaço comum do qual nenhum Estado, sociedade, economia ou cultura conseguiu ficar completamente afastado.

Por mais pormenorizado ou obscuro que seja o assunto, as histórias são escritas para ajudar a explicar como chegámos à situação presente. É evidente que os historiadores discordam muitas vezes das explicações uns dos outros, e uma das razões é o conflito de opiniões sobre a natureza do «presente» – o produto final da história. A esta dificuldade acrescenta-se o facto de modificarmos constantemente a nossa visão do presente, «atualizando-a» segundo o desenrolar dos acontecimentos e revendo as perguntas que fazemos acerca do passado. Mas por enquanto, pelo menos, a maioria das pessoas reconhece que vivemos numa época marcadamente diferente em muitos aspetos essenciais do mundo de há uma geração – antes de 1980. Em linguagem comum, resumimos as características que

têm sido mais influentes numa expressão abrangente: «globalização». Globalização é uma palavra ambígua. Parece descrever um processo, mas empregamo-la geralmente para descrever um estado – o ponto final depois de um período de mudança. Todos os sinais indicam que, pelo menos nas relações económicas, o ritmo das mudanças no mundo (na distribuição da riqueza e na atividade produtiva entre diferentes regiões e continentes) irá provavelmente aumentar. Mas podemos, apesar de tudo, delinear as características gerais do «mundo globalizado» – a fase atual da globalização – de uma forma reconhecível. Esse é o «presente» cuja construção imprevisível a história deste livro tenta explicar.

Essas características podem ser resumidas da seguinte forma:

1. o surgimento de um mercado único mundial – não para todos os produtos mas para os mais usados, e também para o fornecimento de capital, crédito e serviços financeiros;
2. a forte interação entre Estados que podem encontrar-se geograficamente muito distantes mas cujos interesses (mesmo no caso de Estados muito pequenos) se tornaram mundiais, e não apenas regionais;
3. a forte penetração dos *media* internacionais na maioria das culturas com mensagens comerciais e culturais (sobretudo através da linguagem das «marcas») que se tornaram quase inseparáveis;
4. a enorme dimensão de migrações e diásporas (forçadas e livres), criando redes e ligações que rivalizam com o impacto da grande emigração europeia do século XIX ou do tráfico de escravos no Atlântico;
5. o ressurgimento, das ruínas da «era bipolar» (1945–89), de uma única «hiperpotência» cujo poderio económico e militar, relativamente a todos os outros Estados, não tem tido qualquer paralelo na moderna história mundial;
6. o impressionante ressurgimento da China e da Índia como potências industriais. A mobilização económica das suas enormes populações (mil e trezentos milhões e mil milhões, respetivamente), aumentando muitíssimo a produção mundial e alterando o equilíbrio da economia mundial, tem sido equiparada à abertura de vastos e novos territórios no século XIX.

Esta lista devia suscitar uma série de perguntas. Por que razão, num mundo globalizado, conseguiu um único Estado alcançar um poder tão excepcional? Por que razão foi a recuperação económica da China e da Índia um acontecimento tão recente? Por que razão gozaram os países do Ocidente (e o Japão), até há pouco tempo, de um avanço tão significativo em capacidades tecnológicas e nos seus níveis de vida? Porque é que os produtos da cultura ocidentalizada (na ciência, medicina, literatura e artes) gozam ainda, na sua maioria, de maior prestígio? Porque é que o sistema de Estados internacional, com as suas leis e regras, reflete os conceitos e a prática política europeias e o formato

territorial do modelo europeu? O mundo globalizado do final do século XX não foi o resultado previsível de um mercado livre global. Também não o poderíamos deduzir do estado do mundo há cinco séculos. Foi o produto de uma história longa, confusa e quase sempre violenta, de súbitos reveses de fortuna e derrotas inesperadas. As suas origens remontam (segundo a opinião dominante) à «Época dos Descobrimentos» – na verdade, remontam à morte de Tamerlão.

Existem, evidentemente, várias teorias e inúmeras histórias que explicam e debatem a trajetória da história mundial. A história (e pré-história) da globalização foi sempre controversa. Como a maioria das características da globalização parecia estar intrinsecamente relacionada com a expansão do domínio europeu (e mais tarde ocidental), dificilmente poderia ter sido de outra forma. As linhas de combate foram estabelecidas muito cedo. Entre os primeiros a imaginarem um mundo globalizado estiveram os partidários britânicos da livre troca dos anos 30 e 40 do século XIX, que foram buscar a sua inspiração a Adam Smith. O comércio livre a nível mundial, assim julgavam, tornaria a guerra impensável. Se todos os países dependessem de fornecedores e clientes estrangeiros, a rede de dependência mútua seria demasiado forte para quebrar. As aristocracias guerreiras que prosperavam num clima de conflito tornar-se-iam obsoletas. O ideal burguês do governo representativo, divulgado pelos comerciantes e pelo comércio, tornar-se-ia universal. Esta narrativa feliz sobre como o interesse próprio, mas esclarecido, transformaria o mundo em proveito de todos foi subvertida por Karl Marx. Marx garantia que, mais cedo ou mais tarde (ele esperava que fosse mais cedo), o capitalismo industrial inundaria os seus mercados de mercadorias. Este poderia sobreviver durante algum tempo reduzindo os seus custos, e mantendo os salários abaixo do custo de subsistência. Mas quando os trabalhadores se revoltassem – como seria de esperar – o capitalismo implodiria e o proletariado assumiria o poder. O mundo além da Europa seria envolvido na luta. Na sua ânsia de mercados, os capitalistas europeus acabariam por invadir a Ásia (o exemplo de Marx era a Índia) e destruir as suas economias pré-modernas. O tecelão indiano seria arruinado para salvar os lucros do Lancashire. O sistema de aldeias da Índia e a sua ordem social estavam a «desaparecer, não tanto através da interferência brutal do cobrador de impostos e (...) dos soldados britânicos, como [através] da obra do vapor inglês e da livre troca inglesa» (4). A salvação desta obra de destruição seria o seu efeito não intencional. Ela levaria a revolução social à Ásia, sem a qual (segundo Marx) o resto do mundo não alcançaria o seu destino socialista.

Marx garantia que das necessidades da Europa nasceria uma economia mundial. Lenine afirmava que o capitalismo dependia do imperialismo económico, e previa a sua queda numa revolta mundial dos povos coloniais (5). A versão marxista-leninista, meio profecia, meio história, parecia a explicação perfeita para a história mundial, e exerceu uma enorme influência intelectual a partir dos anos 20 do século XX. Segundo essa versão, a expansão económica da Europa era a força irresistível que dominava o resto do mundo. No entanto, em vez de criar a utopia burguesa prometida pelos partidários britânicos da livre troca, dividira o mundo. A zona capitalista-industrial centrada na Europa (e a sua prole americana) tornara-se cada vez mais rica. Mas no resto do mundo, a subjugação colonial ou a dependência semicolonial causaram um empobrecimento crescente. A riqueza capitalista e o poder imperial da Europa haviam-se juntado para impor um contrato profundamente injusto. O comércio «livre» fora usado no mundo não-ocidental para destruir antigas indústrias artesanais, travar o crescimento industrial e forçar as economias locais a produzir matérias-primas baratas. Na realidade, como estas matérias-primas ficariam cada vez mais baratas do que os bens industriais que se destinavam a pagar (segundo esta tese), a pobreza e a dependência só podiam piorar, a não ser e até que o «sistema mundial» que estas tinham criado fosse demolido pela força (6).

Durante grande parte do século XX, esta visão pessimista dos motivos e significado da

globalização (embora o termo não fosse usado), por vezes aliada a uma fé espantosa no seu desfecho revolucionário, competiu com as afirmações dos otimistas que indicavam a «modernização» (*i.e.*, uma réplica da estrutura social do Ocidente) como o resultado de uma economia plenamente mundial. As duas atitudes tinham em comum a premissa incontestada de que a Europa (ou o Ocidente) era a única e verdadeira fonte da mudança histórica. Os dois lados utilizaram as ideias extraordinárias (e a ainda mais extraordinária obra) do grande sociólogo alemão Max Weber (1864–1920). Weber parecia fascinado com a trajetória peculiar que a Europa tinha seguido comparativamente à Índia ou à China. Enquanto Marx destacara a revolução social que substituiu a sociedade feudal da Europa pelo capitalismo burguês, Weber procurou o modelo de instituições e crenças que havia tornado a Europa «diferente». O capitalismo desenvolvera-se noutras regiões da Eurásia, mas só a Europa fizera a transição para o moderno capitalismo industrial e para o predomínio mundial que daí resultara. No cerne da explicação de Weber estava a ideia de que o capitalismo moderno exigia acima de tudo uma mentalidade ativista e racionalizadora. O confucionismo chinês (racional mas inativo), o islamismo (ativo mas irracional) e o hinduísmo (inativo e irracional) desencorajavam essa combinação fundamental. «A religiosidade mágica das classes não-intelectuais da Ásia não conduziu a qualquer via para um controlo racional e metódico da vida» (7). Mas o protestantismo europeu criara (por acaso) uma psicologia crucial (e o aparato institucional) que permitia o grande avanço.

A afirmação de Weber de que a singularidade da Europa devia ser explicada em termos de um conjunto sociocultural distinto inspirou muita literatura depois de a sua obra se tornar amplamente conhecida (e traduzida) a partir dos anos 20. Atraiu especialmente os que rejeitavam a simples tese marxista de que a riqueza e o sucesso da Europa tinham sido conquistados através da pilhagem do resto do mundo. Incentivou a procura dos fatores críticos que tinham feito pender a Europa para o investimento produtivo e para a constante mudança técnica. Parecia confirmar a crença (muito mais antiga do que Weber) de que a sociedade europeia era especialmente dinâmica, e que as outras grandes culturas, por mais magníficas que parecessem, não possuíam os ingredientes essenciais para o progresso material. Com efeito, nesta questão central, não havia grande diferença entre a visão weberiana e aquela aceite com toda a naturalidade pelos defensores do «sistema mundial» marxista. Para o bem ou para o mal, por maus motivos ou nenhuns, a Europa mobilizara um mundo estacionário.

É fácil perceber por que razão em anos mais recentes esta narrativa eurocêntrica da história do mundo moderno tem vindo a ser atacada. A rápida dissolução dos impérios coloniais da Europa após 1945 deu origem a muitas nações novas. Todas precisavam de uma história que pusesse o seu próprio progresso no centro da narrativa. Todas tinham os seus próprios heróis, cuja luta nacional fora travada contra a arrogância cultural da Europa. As novas histórias «nacionalistas» descreviam o poder (ou influência) europeu como injusto e repressivo. Longe de levar o progresso a regiões estacionárias do mundo, a interferência europeia travava os avanços sociais e culturais que já estavam em marcha. Nos anos 70 e 80 do século XX, a história «subalterna» começou a investigar a fundo a estrutura de muitas sociedades ex-coloniais. Revelou complexas comunidades camponesas, ferozmente resistentes ao domínio externo e cujas vidas foram transtornadas pela tentativa grosseira, senão mesmo bárbara, de impor uma «ordem» colonial (8). A «história descolonizada» incentivou muitos e diferentes grupos sociais, étnicos, religiosos ou culturais a sair da sombra. As antigas narrativas coloniais, em que os europeus se destacavam diante do pano de fundo negro das colónias, pareciam caricaturas: esboços grosseiros e incompletos de uma realidade complexa. As ambições e projetos dos povos colonizados – professores, escritores, comerciantes, camponeses, migrantes e minorias – foram registados e documentados. Os «mundos estacionários» nos quais os europeus se haviam apresentado como a única força «dinâmica» surgiram então cheios de vida. E, longe de

exercerem um domínio confiante, os europeus (deste novo ponto de vista) eram muitas vezes ludibriados, explorados ou simplesmente ignorados pelas populações locais ocupadas com os seus próprios afazeres.

Não era a primeira vez que os historiadores afirmavam que até mesmo os povos colonizados tinham uma história autónoma digna de estudo sério. Antes da Segunda Guerra Mundial, o jovem historiador holandês J. C. van Leur (1908–42) denunciara a redação da história da Indonésia a partir de uma perspetiva europeia – «do convés do navio, das muralhas da fortaleza, da varanda alta da casa de comércio», como se nada pudesse acontecer sem a presença de um europeu ou a instigação deste⁽⁹⁾. Van Leur morreu na guerra, e as suas ideias só chegariam a um público internacional mais vasto no final dos anos 50. Mas a sua obra conferiu uma importante e nova dimensão à crítica histórica de uma história mundial centrada na Europa. Rejeitava a ideia de que a chegada dos europeus por mar, no século XVI, transformara a economia comercial da Ásia. Na realidade, os europeus chegaram tarde a um imenso comércio marítimo, iniciado pelos asiáticos e ligando a China, o Japão, o Sudeste Asiático, a Índia, o golfo Pérsico, o mar Vermelho e a África Oriental. Longe de esperar pela intervenção prometeica dos comerciantes da Europa, a economia «global» já existia⁽¹⁰⁾. Sendo a convergência económica mundial um tema dominante da moderna história mundial, o papel desempenhado pelos asiáticos (e outros não-europeus) não podia ser ignorado. Na verdade, a «globalização» – no sentido mais lato do termo – já não podia ser encarada como um projeto exclusivamente europeu.

Nos últimos vinte anos, a perspetiva original de van Leur tem sido amplamente desenvolvida. A dimensão da mobilidade mundial, o aumento das diásporas, a natureza permeável das fronteiras, o poder limitado da maioria dos Estados e a nova distribuição do poder industrial (sobretudo na Ásia) alteraram substancialmente o nosso entendimento do passado e do que queremos saber dele. Por enquanto, pelo menos, redigir a história de nações e Estados parece muito menos importante do que descobrir as origens do nosso mundo de movimento, com a sua troca frenética de bens e ideias, as suas culturas híbridas e as suas identidades voláteis. Surgiu assim uma nova história mundial. As suas unidades de estudo são regiões ou oceanos, comércios de longa distância, redes de comerciantes, os trajetos de sábios errantes, a troca de cultos e crenças entre culturas e continentes. Encarada deste ponto de vista, a diferença radical entre a Europa e a Ásia – pressuposto fundamental das histórias mundiais mais antigas – afigura-se muito menos impressionante. Na realidade, uma cadeia de «interligação» comercial e cultural unia grande parte da Eurásia da Idade Moderna precisamente na altura em que (nas narrativas mais antigas) a divergência da Europa em relação à Ásia começava a tornar-se decisiva. Através da imensa massa terrestre entre a Espanha e o golfo de Bengala circulavam noções de império universal, uma nova «cultura de viagens» e boatos e fantasias milenaristas⁽¹¹⁾. Na Ásia ou na Europa a localização geográfica torna-se muito menos importante para a mudança social e cultural do que uma posição nas rotas do comércio da Eurásia, ou na zona árida, onde viajantes de longa distância não tinham de atravessar florestas, selvas ou pântanos⁽¹²⁾.

Uma mudança de ênfase semelhante verifica-se entre os historiadores que escrevem a nova «história mundial do progresso material». Como sugerira van Leur, a conclusão fácil de que os europeus tinham animado uma Ásia sonolenta depois da chegada de Vasco da Gama à Índia em 1498 era uma paródia dos factos. Uma densa rede mercantil já ligava os portos e produtores entre a costa da África Oriental e o mar do Sul da China. Os comerciantes asiáticos não foram vítimas passivas de uma «aquisição» europeia. Independentemente dos seus defeitos, os governantes asiáticos eram mais do que os déspotas predatórios da mitologia europeia que destruíam o comércio e a agricultura através da tributação exorbitante e apreensão arbitrária. Em diferentes regiões da Ásia, existiam economias de mercado onde a divisão do trabalho, ofícios especializados e o desenvolvimento

urbano (apanágios do crescimento como Adam Smith o havia descrito) eram muito semelhantes aos que se encontravam na Europa. Na China, principalmente, a dimensão das trocas comerciais, a sofisticação do crédito, a utilização da tecnologia e o volume de produção (sobretudo nos têxteis) revelavam uma economia pré-industrial pelo menos tão dinâmica como a da Europa da altura. Com efeito, antes de 1800, o que realmente se destacava não era o forte contraste económico entre a Europa e a Ásia mas, pelo contrário, um mundo eurasiático de «semelhanças surpreendentes» em que várias regiões, europeias e asiáticas, eram pelo menos teoricamente capazes do grande salto em frente para a era industrial ⁽¹³⁾.

Entretanto, a suposta centralidade da Europa em narrativas da história mundial começara a ser criticada por um setor bastante diferente. A partir de finais dos anos 70, um movimento intelectual inspirado no palestino-americano Edward Said passou a acusar os clássicos da literatura europeia sobre a história, etnografia e cultura da Ásia (e, por acréscimo, de outros lugares) de serem uma fantasia «orientalista». Segundo Said, a narrativa europeia estava fatalmente deturpada pela atribuição rudimentar de qualidades estereotipadas, quase sempre pejorativas, e por uma tentativa constante de retratar as sociedades asiáticas como a antítese preguiçosa, corrupta ou decadente de uma Europa enérgica, dominadora e progressista ⁽¹⁴⁾. Surgiu então uma enorme indústria editorial para esmiuçar a linguagem e o conteúdo de vários géneros que transmitiam a imagem do mundo não-ocidental a um público europeu. A ilação era evidente. Se os relatos dos europeus (quer fossem verdadeiros ou falsos) se destinavam a servir o objetivo inconfesso de alargar a hegemonia da Europa, ou mesmo que o fizessem inconscientemente, não tinham qualquer valor histórico exceto como reflexo dos medos e obsessões dos próprios europeus. O estudo comparativo da Europa e da «não-Europa» estava irremediavelmente comprometido. Poder-se-ia até argumentar (e alguns escritores fizeram-no) que a própria história era uma iniciativa estrangeira que forçava a adaptação do conhecimento do passado a conceitos e categorias inventadas na (e para a) Europa.

Poucas pessoas inteligentes aceitaram a conclusão lógica deste extremismo pós-moderno – de que nada podia ser conhecido e que toda a investigação era inútil. Mas o princípio mais amplo era válido: as descrições europeias de outras regiões do mundo careciam de uma descodificação minuciosa. Acrítica saidiana fez parte de uma grande mudança de paradigma, uma tentativa consciente de «descentrar» a Europa ou até mesmo de a «provincializar». As descrições europeias de outras culturas e povos já não deviam ser tratadas como a «versão autorizada», por mais completas e convincentes que fossem. A Europa já não devia ser vista como o eixo da mudança, nem como o agente atuando sobre as civilizações passivas do mundo não-ocidental. Acima de tudo, talvez, o trajeto europeu para o mundo moderno já não devia ser tratado como natural ou «normal», como o padrão segundo o qual a mudança histórica noutras regiões do mundo devia ser sempre avaliada. Os europeus tinham criado o seu próprio tipo de modernidade, mas existiam outras modernidades – aliás, muitas modernidades ⁽¹⁵⁾.

Repensar a História da Expansão Europeia

A «história descolonizada» reduzira a Europa à sua insignificância. Tornara muito mais difícil presumir irrefletidamente que as sociedades europeias eram intrinsecamente progressistas ou fatalmente mais eficientes do que outros povos na Eurásia – ou noutros continentes. As definições europeias de «progresso», como as análises europeias do resto do mundo, perderam a sua autoridade outrora incontestada. Com efeito, alguns escritores contemporâneos rejeitam a validade de qualquer comparação entre diferentes culturas (porque ninguém pode conhecer por dentro mais de uma

cultura), na estranha convicção de que um mundo tão confuso é na realidade composto por culturas distintas e originais. A história pós-colonial adota uma visão geralmente cética do impacto europeu, e uma visão ainda mais cética dos «melhoramentos» atribuídos no passado ao domínio colonial. Encara a história «colonial» como míope e preconceituosa, talvez mesmo ilusória, e as suas afirmações como propaganda destinada a uma opinião interna. Na verdade, um exame mais atento revela uma inversão irónica do caso colonialista. Longe de arrastar os povos atrasados para uma modernidade de estilo europeu, o domínio colonial impôs uma forma de «antimodernidade». As castas na Índia simbolizavam o «atraso» indiano. No entanto, os governantes britânicos, no seu próprio interesse, fizeram um acordo com os brâmanes para fixar e integrar o conceito de castas no sistema administrativo (formalizado no recenseamento) (16). Na África colonial ocorreu um processo semelhante, quando os clãs e seus seguidores foram reinventados como «tribos», com chefes «tribais» como seus líderes ancestrais (17). Neste caso, como na Índia, o estratagema político era cuidadosamente apresentado como um ato de respeito para com a tradição local. Na versão colonial da história, casta e tribo estavam inscritos como características imemoriais do passado indiano e africano. Na propaganda imperial, eram esses os defeitos genéticos que tornavam impossível a autonomia política para os indianos e africanos. Mas na «história descolonizada», a expansão da Europa surge como uma grande conspiração para reordenar o mundo não-ocidental segundo modelos pseudotradicionais, para melhor controlá-lo e explorar os seus recursos – indefinidamente.

Por estas e outras razões, o lugar da Europa na história mundial afigura-se hoje bastante diferente daquele que tinha nas narrativas convencionais de há algumas décadas. Mas as histórias que visam «provincializar» a Europa deixam ainda muito por explicar. Os Estados europeus constituíram a força principal que criou o mundo «globalizado» do final do século XIX. Foram os principais agentes das duas grandes transformações que se sobrepuseram no «mundo moderno» dos anos 70 do século XIX aos anos 40 do século XX. A primeira foi a construção de uma economia mundial, não só de comércio de longa distância em artigos de luxo de elevado valor, mas também de troca mundial de manufaturas, matérias-primas e géneros alimentícios, em enormes quantidades e valores e com os fluxos concomitantes de pessoas e dinheiro. Foi uma revolução económica gerida principalmente (nem sempre bem) a partir da Europa ou pelos europeus e moldada para servir os seus interesses particulares. A segunda transformação estava intrinsecamente associada à primeira. Foi a extensão do domínio europeu, direta e indiretamente, a enormes faixas do mundo não-europeu – um processo já em curso antes de 1800 mas que acelerou rapidamente no século XIX. Manifestou-se de forma impressionante nas partilhas coloniais de África, do Sudeste Asiático, do Pacífico Sul e (mais tarde) do Médio Oriente; nos grandes empreendimentos imperialistas no Norte da Ásia (pela Rússia) e no Sul da Ásia (pela Grã-Bretanha); na sujeição de grande parte da China marítima a controlos estrangeiros; e na ocupação europeia (através do imperialismo demográfico) das Américas, Australásia e zonas da África Central e Austral. Em África, no Médio Oriente, em grande parte do Sudeste Asiático, no Pacífico, na Australásia e até nas Américas, criou as unidades territoriais que fornecem a estrutura dos Estados do mundo contemporâneo.

A Europa lançou-se assim numa dupla expansão. Os sinais exteriores da primeira foram a proliferação dos caminhos de ferro e navios a vapor, formando uma vasta rede de ligações muito mais rápidas e seguras do que em épocas anteriores e capazes de transportar uma enorme quantidade de mercadorias para lugares outrora inacessíveis. Portos, estações de caminhos de ferro, linhas telegráficas, armazéns, bancos, companhias de seguros, lojas, hotéis (como o *Shepherds'* no Cairo ou o *Raffles'* em Singapura), clubes e até igrejas constituíam a rede mundial do império comercial da Europa, permitindo o livre trânsito de comerciantes e comércio europeus e facilitando o acesso

destes a muitos novos clientes.

O segundo modo foi territorial. Implicou a aquisição de fortalezas e bases a partir das quais podiam ser enviados soldados e navios de guerra para coagir ou conquistar. Implicou o controlo de zonas cruciais nas principais rotas marítimas entre a Europa e o resto do mundo: o caso clássico foi o Egito, ocupado pela Grã-Bretanha em 1882. Implicou um padrão de governo através do qual os produtos e receitas das regiões coloniais podiam ser desviados à vontade para fins imperiais. Depois de estabelecerem o seu *Raj*, os britânicos tributaram os indianos para pagar o poder militar – um exército de sipaios – de que precisavam na Ásia. O império comercial da Europa e os seus impérios territoriais não coincidiam completamente. Mas o aspeto essencial desta dupla expansão era a sua interdependência. O imperialismo territorial era um aríete. Podia abrir à força mercados que resistissem ao comércio livre ou (como na Índia) recrutar recursos locais para construir os caminhos de ferro e estradas que os comerciantes europeus exigiam. Podia prometer proteção aos empresários europeus ou (como aconteceu muitas vezes em África) oferecer-lhes terras e mão de obra locais. Mas também contava com os meios tecnológicos, industriais e financeiros que a Europa podia mobilizar. Estes podiam ser decisivos em caso de guerra – navios movidos a vapor e armamento superior ajudaram a Grã-Bretanha a ganhar a sua primeira guerra na China em 1839–1842 – mas não certamente em todos os lugares ⁽¹⁸⁾. A verdadeira vantagem do imperialismo industrial residia na sua dimensão e velocidade. A tecnologia industrial e o fornecimento de capital permitiram aos europeus realizar uma série de conquistas-relâmpago. Eles podiam construir caminhos de ferro a uma velocidade estonteante para impor o seu domínio a centenas de quilómetros do mar. Podiam encher uma nova região de colonos europeus e transformar a sua demografia quase da noite para o dia, desorientando os povos indígenas e fazendo com que a resistência destes parecesse inútil. Podiam transformar ambientes estranhos num *habitat* familiar de estilo europeu com uma perfeição espantosa: introduzindo animais selvagens, aves, peixes e flores, além de culturas agrícolas e animais domésticos. Acima de tudo, podiam transformar até mesmo as regiões mais remotas do mundo em fornecedoras de bens de consumo diário como manteiga, carne ou queijo, outrora reservados aos produtores locais na metrópole. As sombrias câmaras de refrigeração com as suas chaminés encardidas que surgiram nas costas da Nova Zelândia depois de 1880 representavam a face industrial da colonização.

Seria errado supor que os europeus não tinham o apoio de aliados e colaboradores; mas sozinhos desempenharam o papel principal na transformação do mundo. No entanto, como explicar a mudança extraordinária, que em 1914 parecia quase completa, de um mundo de «interligação» eurasiática para um mundo global-imperial? Apesar das muitas obras que tratam do assunto, muitas coisas permanecem inexplicáveis. As datas mágicas de 1492 (quando Colombo atravessou o Atlântico) e 1498 (quando Vasco da Gama chegou à Índia) podem ter assinalado o início de uma nova era na Europa, mas o ritmo do avanço foi espasmódico, na melhor das hipóteses. Três séculos depois da chegada de Colombo, a maior parte do interior norte-americano continuava por ocupar e quase inexplorada pelos europeus. Foram precisos quase trezentos anos para que o cantinho da Índia onde Vasco da Gama desembarcara caísse sob domínio europeu (Calecute foi anexada pelos britânicos em 1792). A corrida só começou no final do século XIX. Não só a circunstância mas também a forma e o rumo da expansão europeia carecem de melhor explicação. Porque é que o Império Otomano e o Irão preservaram a sua autonomia até muito depois da Índia, que estava muito mais distante? Porque foi a Índia submetida ao domínio colonial enquanto a China conseguiu manter a sua soberania, embora bastante restringida, e em 1914 o Japão já se havia tornado uma potência colonial? Se o capitalismo industrial era a explicação para a propagação da influência europeia, porque é que o seu impacto demorou tanto tempo a fazer-se sentir numa parte tão grande do mundo, e com

consequências tão diversas? Porque é que as divisões da própria Europa, que surgiam periodicamente com resultados tão letais, não foram mais nocivas para as suas ambições imperiais? E o que devia realmente ser considerado a «Europa»? Porque é que algumas regiões da «não-Europa» conseguiram muito melhor do que outras manter a Europa afastada, ou livrar-se do domínio desta mais depressa? E que restaria do «mundo que a Europa criara» depois da queda dos impérios europeus?

Para responder a estas perguntas, parece mais prudente adotar uma abordagem diferente da das histórias anteriores. Quatro pressupostos básicos orientaram os argumentos apresentados neste livro. O primeiro é que devíamos rejeitar a ideia de uma mudança linear na trajetória da moderna história mundial, em que Europa ascendeu *progressivamente* à preeminência, e depois caiu e levantou-se de novo, como parte do «Ocidente». É mais produtivo pensar em termos de «conjunturas», períodos de tempo em que determinadas condições gerais em diferentes zonas do mundo coincidiram para estimular (ou travar) o aumento do comércio, a expansão de impérios, a troca de ideias ou o movimento de pessoas. A forma como isso aconteceu poderá perturbar o equilíbrio de vantagens entre diferentes regiões do mundo, pelo menos temporariamente. Uma só condição raramente foi decisiva. Os produtores e consumidores podiam querer fazer negócio, mas os governos e os governantes também tinham de permitir um comércio mais ou menos livre – ou qualquer outro tipo de comércio. A política e a geopolítica eram parte essencial da equação. A eclosão de guerras e o seu curso imprevisível podiam destruir um equilíbrio e introduzir outro. Assim, a grande expansão do comércio no final do século XIX e os tipos de globalização que ela ajudou a promover estacaram de repente com a Primeira Guerra Mundial. Depois de 1929, a «desglobalização» instalou-se com resultados catastróficos. O avanço inicial da Europa para uma posição de primazia nas suas relações internacionais deve ser visto como o resultado inesperado de uma revolução na Eurásia e não como o resultado de um avanço constante na senda de Colombo. A imagética apropriada não é de rios ou marés mas de terremotos e cheias.

O segundo pressuposto é que devíamos situar a época da expansão da Europa firmemente no seu contexto eurasiático. Isso significa reconhecer a importância *central* das ligações da Europa a outras civilizações e Estados do Velho Mundo na Ásia, Norte de África e Médio Oriente. É evidente que a entrada forçada da Europa no «Mundo Exterior» e as «neo-Europas» que ela criou nas Américas, Australásia e África Austral constituíram uma parte fundamental da história. Sem a exploração dos recursos americanos e sem a integração comercial do nordeste da América e do norte da Europa Ocidental numa nova economia «Atlântica», a criação de uma economia mundial no final do século XIX talvez nem sequer tivesse acontecido. Mas a impressionante dimensão da riqueza americana – a maravilha do mundo durante mais de um século – não devia distrair-nos. O centro de gravidade da moderna história mundial está na Eurásia – nas relações conturbadas, conflituosas, dependentes e íntimas das suas grandes culturas e estados, que se estendem em linha do «Extremo Ocidente» europeu ao «Extremo Oriente» asiático.

Surpreendentemente, talvez, a enunciação mais convincente desta visão «eurasiática» foi feita há um século por um geógrafo-imperialista britânico, Halford Mackinder (19). Este autor queria lembrar ao seu público que a «época colombiana», em que o poder marítimo da Europa parecera controlar o mundo, fora apenas um interlúdio. A vantagem do mar sobre a terra como meio de viajar era temporária, não permanente: a invenção dos caminhos de ferro encarregara-se disso. Logo a influência preponderante nos assuntos do mundo passaria para a(s) potência(s) que dominasse(m) a Eurásia (que Mackinder denominou «ilha mundial») através do controlo do seu «centro». A partir dessa posição central, e com uma rede de caminhos de ferro para mobilizar amplos recursos, um império eurasiático podia afastar qualquer rival para a orla marítima do mundo – o «Mundo

Exterior» das Américas, da África subsariana, das ilhas do Sudeste Asiático e da Oceania – e até mesmo desafiá-lo nesse lugar. Não é preciso seguir a visão geopolítica de Mackinder até à sua conclusão lógica (afinal o seu objetivo era censurar a complacência do sistema eduardiano), se bem que o pesadelo de um superimpério «central» se tornasse menos inverosímil na era do imperialismo nazi e soviético. O que podemos constatar atualmente, talvez ainda melhor do que ele, é que o equilíbrio instável de riqueza e poder entre os principais elementos da Eurásia e as diferentes condições em que esses elementos entraram na economia global e no moderno «sistema mundial» constituem o martelo e a bigorna da moderna história mundial.

Poder-se-á mesmo argumentar que a anexação europeia do Mundo Exterior é apenas uma parte dessa história eurasiática, e que dependeu bastante de acontecimentos eurasiáticos. Na África subsariana e no Sudeste Asiático os europeus tiveram de competir com outros impérios do Velho Mundo e seus Estados vassallos. Depois de c.1870, o receio de uma «invasão pacífica» de colonos chineses e japoneses gerou uma «paranoia» racial em todo o Pacífico «branco», na Austrália, na Nova Zelândia e na costa oeste da América do Norte. Mas também é verdade que os esforços europeus para criar colônias viáveis em regiões do Mundo Exterior dependeram da cooptação ou angariação de recursos da Eurásia não-europeia. Os impostos, soldados, comerciantes e mão de obra (geralmente na forma de trabalho forçado) da Índia ajudaram a abrir a África Oriental, partes do interior do Sudeste Asiático e do Pacífico até Fiji à iniciativa europeia (neste caso, britânica). Os comerciantes, mineiros e artesãos chineses foram igualmente importantes naquela que se veio a tornar a Malásia britânica e nas Índias Orientais Holandesas (a atual Indonésia). O facto crucial é que os chineses e os indianos não atuaram como agentes de uma expansão chinesa ou indiana, mas como auxiliares e cúmplices de uma expansão dirigida a partir da Europa.

O terceiro pressuposto é que devíamos considerar com muito cuidado o que era essa «Europa». Existem objeções óbvias à visão da Europa como uma unidade quando esta era, na melhor das hipóteses, uma «comunidade» pouco coesa e conflituosa. Assim, quando falamos da «primazia europeia», o que realmente queremos dizer é a primazia coletiva dos Estados europeus, sobretudo dos mais ativos no comércio e imperialismo ultramarinos. Parte do problema é que a palavra «Europa» adquiriu pelo menos três sentidos diferentes: um espaço geográfico; uma comunidade sociopolítica; e um programa cultural ⁽²⁰⁾. Uma solução fácil, na descrição da expansão mundial da Europa, teria sido encarar o canto noroeste do continente como o seu núcleo de poder. A Grã-Bretanha, os Países Baixos, o Norte da França e a Alemanha Ocidental tornaram-se a «quintessência» da Europa, estabelecendo o padrão «europeu» de modernidade económica e cultural. Explicar os êxitos da Europa é nesse caso uma simples questão de invocar a força e eficiência dos seus representativos Estados «nucleares».

Em qualquer longa visão do lugar da Europa na Eurásia (ou na história mundial) esta abordagem simplista é bastante enganadora – por três razões diferentes. Em primeiro lugar, os Estados do Noroeste não eram agentes livres que podiam ignorar os acontecimentos no resto do continente – mesmo depois de se terem tornado o segmento mais rico da Europa. A sua riqueza e segurança dependeram sempre da estabilidade geral do «sistema de Estados» europeu. A turbulência na Europa Central ou de Leste, ou uma grande perturbação no equilíbrio político europeu, podiam pôr em perigo a sua soberania ou proporcionar-lhes ganhos inesperados – na Europa ou além. Na realidade, no período abrangido por este livro nenhuma região da Europa alcançou uma supremacia duradoura sobre todas as outras. A prosperidade comercial dos países do Noroeste era contrabalançada pelo peso militar e demográfico dos impérios mais a leste. A Europa das nações (a ocidente) podia olhar sobranceiramente para a Europa dos impérios (a leste), mas tinha de viver com ela. A coexistência era muitas vezes explosiva. As querelas e conflitos dos Estados europeus, que atingiram um auge

terrível no século XX, constituíam um fator limitativo constante na sua capacidade coletiva de impor o domínio da Europa ao resto do mundo.

Em segundo lugar, uma visão demasiado restrita do que era a Europa ignora o problema da Rússia. Uma longa tradição liberal olhava com ceticismo para as qualidades europeias da Rússia, encarando a Estado czarista como um «despotismo asiático», demasiado rude e pobre para ser «um de nós». Alguns pensadores russos respondiam afirmando que a Rússia era uma civilização distinta (e superior) e não corrompida pelo industrialismo amoral da Europa. Uma visão realista encararia a Rússia, a par da Espanha ou do Império Habsburgo, como um dos Estados fronteiriços que desempenharam um papel de vanguarda na expansão da Europa ⁽²¹⁾. O domínio dos Estados da Europa Ocidental sobre grande parte do Sul da Ásia depois de 1815 foi alcançado na realidade através de uma relutante parceria involuntária com a Rússia. O enorme império interior da Rússia, centrado à volta da Ásia Interior, absorveu gradualmente grande parte da massa continental do Norte da Ásia. Os otomanos, iranianos, chineses e japoneses enfrentaram os britânicos e os franceses, mas com a Rússia logo atrás. O amplo (mas incompleto) cerco da Ásia pela Europa foi o grande acontecimento geopolítico do mundo do século XIX. No entanto, apesar da pedantice dos liberais e dos eslavófilos, a força motriz da expansão da Rússia foi na verdade a sua identidade europeia: a vantagem conferida pelo facto de ser um membro pleno do sistema de Estados europeu; a energia económica que advinha da integração da Rússia na economia europeia; e o acesso intelectual de que gozaram os russos, a partir do século XVI, ao reservatório comum de ideias e cultura europeias. Os russos, como os outros europeus, encaravam as suas conquistas como uma «missão civilizadora».

Em terceiro lugar, existem fortes motivos para alargarmos a nossa noção de «Europa», não só ao ocidente mas também ao oriente. A importância da economia atlântica já foi referida. Um amplo espaço económico que incluía a costa ocidental de África, as Caraíbas, o litoral norte-americano, o México, o Peru e o Brasil marítimo foi comercialmente anexado à Europa depois de 1500. A contribuição precisa desta zona de trabalho escravo (sobretudo) para a posterior industrialização da Europa continua a ser controversa, e pode não ter sido muito grande ⁽²²⁾. Mas o importante a realçar é que no início do século XIX, e talvez mesmo antes, uma parte significativa desse mundo atlântico já não podia ser vista como uma periferia dependente da Europa. O «Velho Nordeste» dos Estados Unidos, com a sua metrópole em Nova Iorque, fazia parte, funcionalmente, da principal região comercial da Europa. Foi um parceiro ativo – tornando-se dominante – no desenvolvimento das terras agrícolas no Sul e Centro dos atuais Estados Unidos, o seu império interior. Nos anos 70 do século XIX já se encontrava financeira e industrialmente ao mesmo nível que os países mais ricos da Europa. Embora a identidade distinta da América fosse energicamente proclamada pelos seus políticos e escritores, e o receio de envolvimento nas querelas europeias dominasse a sua diplomacia, as relações da América com a Europa não eram frias nem distantes. Entre o Velho Nordeste e o Noroeste da Europa, o movimento de mercadorias, tecnologia, ideias e pessoas era extremamente intenso. Na cultura e tecnologia era um movimento de dois sentidos, com uma forte influência recíproca. Intermitentemente, com recuos e avanços, a Velha Europa e a Nova Europa começaram a integrar-se numa formação maior, o «Ocidente». Foi um processo volátil, sobre o qual a singular trajetória do capitalismo americano – com a sua enorme dimensão empresarial e protecionismo agressivo – exerceu um forte impacto. Mas foi uma das chaves para o lugar da Europa na Eurásia, e para a duração e mutação do importante lugar de liderança da Europa no mundo.

O quarto pressuposto diz respeito ao nosso entendimento da noção de império. O império é geralmente encarado como o pecado original dos povos europeus, que corromperam um mundo inocente. É evidente que as suas verdadeiras origens são muito mais antigas e radicam num processo quase universal nas sociedades humanas. Era uma característica humana, comentou Adam Smith em A

Riqueza das Nações (1776), querer «transportar, negociar e trocar» (23). Smith estava a pensar em bens materiais: foi o hábito da troca que permitiu a divisão do trabalho, o verdadeiro pilar da vida económica. Mas ele podia muito bem ter alargado a sua perspetiva filosófica ao mundo paralelo das informações e das ideias. A troca de informações, conhecimentos, crenças e ideias – às vezes ao longo de distâncias enormes – tem sido tão típica das sociedades humanas como o desejo de adquirir artigos úteis, prestigiosos ou exóticos através da compra ou da permuta. Estes dois tipos de troca acarretam consequências. Um fornecimento de armas de fogo baratas (para citar um exemplo óbvio) podia alterar o equilíbrio de poderes, com uma velocidade espantosa, numa sociedade em que as armas de fogo eram escassas ou desconhecidas, e provocar um enorme ciclo de violência contra seres humanos ou contra a natureza. A propagação do cristianismo e do islamismo transformou a perceção que os seus conversos tinham do seu lugar no mundo e as suas noções de lealdade para com vizinhos e governantes. Como sugerem estes casos, em todos os momentos da história a troca de mercadorias e ideias tem perturbado a coesão de algumas sociedades muito mais do que noutras, tornando-as vulneráveis ao colapso interno e ao domínio estrangeiro. Assim, uma segunda tendência das comunidades humanas tem sido a acumulação de poder em enorme escala: a construção de impérios. Na realidade, a dificuldade em construir Estados autónomos sobre uma base étnica, contra a força gravitacional da atração cultural ou económica (além das disparidades da força militar), é tão grande que o império (em que diferentes comunidades étnicas se encontram sob o poder de único governante) tem sido o modo mais comum de organização política ao longo da história. O poder imperial tem sido a regra e não a exceção.

Mas se o império é «normal», porque é que a sua prática pelos europeus tem suscitado uma animosidade tão exacerbada – animosidade ainda muito patente na maior parte do que se escreve sobre o assunto? Uma das razões é que muitos Estados pós-coloniais acharam natural basear a sua legitimidade política na rejeição do império como uma força estranha, perversa e opressiva. Passados quarenta anos, esta tradição é mais forte que nunca. Outra razão foi a exposição muito mais ampla ao imperialismo europeu do que ao dos mongóis, turcos otomanos ou chineses na Ásia Interior (por exemplo). O conjunto dos lesados é por isso muito maior. Mas a intensidade do sentimento traduz também a crença (expressa em grande parte das narrativas históricas) de que havia algo qualitativamente diferente acerca dos impérios que os europeus construíram. Ao contrário dos tradicionais impérios agrários que apenas acumulavam territórios e pessoas, a característica principal do imperialismo europeu foi a expropriação. As terras eram expropriadas para satisfazer as necessidades de plantações e minas envolvidas no comércio de longa distância. A mão de obra escrava era adquirida e transportada ao longo de milhares de quilómetros para servir o mesmo objetivo. Os povos indígenas eram deslocados, e os seus direitos de propriedade anulados, com a justificação de que eles não tinham feito devido uso da terra. Tanto os povos indígenas como os escravos (através de diferentes formas de deslocamento) sofreram a expropriação das suas culturas e identidades: foram reduzidos a fragmentos, sem esperança de recuperar os mundos que tinham perdido. Tornaram-se povos sem história. E onde a expropriação através da subjugação se revelou insuficiente, os colonizadores europeus recorreram às suas soluções finais: a exclusão, expulsão ou liquidação. «Se raciocinarmos a partir do que se passa no mundo», escreveu o filósofo francês Tocqueville em 1835, depois de uma visita à América, «podemos quase dizer que o europeu é para as outras raças da humanidade o que o próprio homem é para os animais inferiores: ele torna-as subservientes ao seu uso, e quando não consegue subjugar-las, destrói-as» (24).

Esta explicação arrepiante da versão europeia do império (praticado fora da Europa) parecia amplamente confirmada pelo que aconteceu no Novo Mundo das Américas, onde os europeus (por razões analisadas no capítulo 2) tiveram mais liberdade do que noutros lugares para impor a sua

vontade. Até *circa* 1800 parecia que vários fatores impediriam um padrão semelhante noutras regiões do mundo. A distância, a doença e a demografia sustentariam uma resistência muito mais determinada. Mesmo onde haviam estabelecido os seus postos avançados, os europeus seriam obrigados a «crioulizar» e a fazer a paz social e cultural com os povos afro-asiáticos. Mas não foi isso que aconteceu. No século XIX, a expansão da Europa foi potenciada pela mudança tecnológica e cultural. A capacidade da Europa para conquistar e interferir foi transformada a dois níveis. Os europeus adquiriram os meios para impor a sua vontade no terreno – através da força, se necessário – e a uma parte muito maior do mundo. De forma mais espetacular na Índia, estabeleceram o seu domínio diretamente sobre a população conquistada, lançando impostos, policiando e estabelecendo as leis. Ao mesmo tempo, a expansão de uma economia e sistema internacionais centrados na Europa, com as suas próprias leis e regras, e a propagação de ideias europeias através de meios de comunicação detidos pela Europa (como o telégrafo, os correios e os serviços dos navios a vapor) criaram um novo ambiente ao nível «macro». Parecia que os europeus controlavam todas as linhas de comunicação. Acima do nível estritamente local, nada podia mexer se não se adaptasse aos modos dos europeus. Presos entre a espada e a parede, não admira que os povos colonizados da Ásia e África tivessem equiparado a sua condição à das primeiras vítimas dos europeus nas Américas.

Veremos mais adiante por que razão essa é uma visão demasiado pessimista, pelo menos nalguns casos. Até mesmo uma Europa reforçada precisava de colaboração local, e teve de pagar o seu preço. Parte do que oferecia era rapidamente adaptada para o «autofortalecimento» local, aumentando a capacidade local para desenvolver estados e culturas. Outra parte coincidia com os objetivos dos reformadores locais. Algumas das reclamações dos adversários mais ferozes do colonialismo parecem hoje menos patrióticas e mais a indignação do privilégio perdido. No entanto, parece pouco provável que no futuro próximo consigamos adotar uma visão desapaixorada e apolítica do imperialismo europeu. Em grande parte do mundo os seus efeitos são demasiado recentes para que sejam remetidos para o «passado» – essa zona de tempo cujos eventos parecerem ter apenas uma influência indireta sobre os nossos próprios assuntos. Teremos talvez de esperar uma «época» antes de o encararmos mais friamente como uma fase da história mundial – talvez uma fase inevitável – e não como o resultado da agressão moral e cultural de uma parte do mundo.

Existe uma última complicação que talvez tenhamos de resolver. É comum falar do mundo «moderno», descrever as mudanças que o construíram como «modernização» e encarar a realização da «modernidade» como a mudança mais importante na história de um Estado ou comunidade. Os processos interligados a que chamamos globalização são normalmente considerados parte da modernidade, uma vez que, supostamente, as sociedades «modernas» interagem mais intensamente umas com as outras do que as suas congéneres «pré-modernas». A modernização tem por isso uma relação próxima e pouco confortável com a expansão da Europa.

Mas a modernidade é uma ideia muito ambígua. O seu significado convencional baseia-se numa escala de progressos. Em termos políticos, os seus atributos essenciais são um Estado-nação organizado, com fronteiras definidas; um governo organizado, com uma burocracia fiel para executar as suas ordens; um meio eficaz de representar a opinião pública; e um código de direitos para proteger o cidadão comum e incentivar o crescimento da «sociedade civil». Em termos económicos, modernidade significa a realização de um crescimento económico rápido e cumulativo através do capitalismo industrial (com as suas infraestruturas sociais e tecnológicas); a consolidação de direitos de propriedade individuais (como condição necessária); e a exploração sistemática de conhecimentos baseados na ciência. Culturalmente, significa a separação da religião e do sobrenatural do pensamento dominante (através da secularização e do «desencantamento» do conhecimento) e da conduta social; a propagação da literacia (normalmente através de um vernáculo

e não de uma língua clássica); e a consciência de origens e identidade comuns (geralmente baseada na língua) no seio de uma comunidade «nacional». As notas dominantes da modernidade passam a ser a ordem, a disciplina, a hierarquia e o controlo em sociedades empenhadas numa mudança premeditada para níveis cada vez mais elevados de «eficiência social».

É fácil perceber que a maioria destes critérios representa na verdade uma descrição do que supostamente aconteceu na Europa. A Europa tornou-se moderna; a «não-Europa» permaneceu pré-moderna – até ser modernizada pela Europa. O resultado é geralmente uma dicotomia simples que apresenta os europeus como os agentes invariáveis do progresso num mundo que noutras partes continua agarrado à «tradição». Já vimos que esta visão é difícil de sustentar. Existem três outras dificuldades. Em primeiro lugar, os elementos da modernidade (segundo a lista acima) raramente se encontravam todos numa única sociedade. Em grande parte da Europa mal se descortinavam até tempos muito recentes. Mesmo aqueles países que consideramos os pioneiros da modernidade tinham fortes características pré-modernas. A escravatura foi legal nos Estados Unidos até 1863. A classe dirigente da Grã-Bretanha vitoriana era, de um modo geral, hereditária, e a religião continuava a ser crucial para a aspiração social e para a identidade. A América do século XX era uma sociedade de castas cujo distintivo era a cor da pele, usada para negar direitos civis e políticos a um grande segmento social até aos anos 60 ou mais tarde. A França pós-revolucionária circunscreveu os Direitos do Homem aos homens até 1945, quando as mulheres conquistaram o direito de voto. Encarado deste ângulo, o limiar para a modernidade torna-se muito incerto. A Alemanha nazi ou a Rússia soviética eram modernas? Existem testes objetivos para a modernidade, ou «moderno» é apenas uma etiqueta para os regimes que aprovamos? Em segundo lugar, algumas das características essenciais da modernidade convencional encontravam-se também em regiões da Eurásia muito distantes da Europa. O caso clássico é a China, que desenvolveu uma burocracia «moderna» e meritocrática, uma economia comercial e uma cultura tecnológica muito antes da Europa. A China era moderna, com alguns remanescentes pré-modernos, ou o contrário? Além do mais, quando adotada pelo mundo não-ocidental, a modernidade de estilo ocidental sofria vários ajustamentos locais. Como devemos encarar estes ajustamentos? Existe uma modernidade, ou «muitas modernidades» (25)? Em terceiro lugar, como sugere o exemplo da China, é possível que outros tipos de modernidade não estivessem condenados ao fracasso porque as suas falhas eram inerentes. Pelo contrário, parece possível (alguns diriam óbvio) que a expansão da Europa representou em parte um assalto deliberado às iniciativas modernizadoras de outros povos e Estados. O que terá vencido, talvez, não foi a modernidade da Europa mas a sua capacidade superior para a violência organizada.

A modernidade é uma ideia demasiado útil para ser descartada. Mas talvez seja prudente aceitá-la como uma abstração imprecisa – uma lista de verificação rudimentar dos padrões sociais e culturais que favoreceram a criação de riqueza e poder num momento determinado. No entanto, para que seja útil, o termo devia esclarecer o relativo sucesso das diferentes comunidades envolvidas na maior interligação regional e global que se desenvolveu tão depressa depois dos meados do século XVIII. Ser moderno não era um estado absoluto mas comparativo – na verdade, um estado competitivo. O melhor teste de modernidade poderá ser a medida em que, em determinada sociedade, os recursos e as pessoas podiam ser mobilizados para uma tarefa, e reutilizados continuamente à medida que surgissem novas necessidades ou se sentissem novas pressões. Em princípio, várias sociedades possuíam essa capacidade. Na prática, e por razões que estamos longe de compreender plenamente, durante quase dois séculos depois de 1750 foram as sociedades do Noroeste da Europa (e a sua prole transatlântica) que mais depressa se mobilizaram e também melhor lidaram com as tensões sociais e políticas que a mobilidade impunha. Vastos impérios e uma economia global construídos para satisfazer os seus interesses viriam a ser a sua recompensa.

A Eurásia Medieval

Antes de 1400, um observador capaz de olhar cuidadosamente o mundo teria encontrado poucas indicações precisas sobre qual das principais civilizações na Eurásia acabaria por afirmar a preeminência mundial. A China, o domínio islâmico na Eurásia Central e a Europa tinham todos alcançado um elevado grau de organização sociopolítica e cultura material. Tinham todos demonstrado uma notável capacidade para a expansão territorial. Mas todos estavam impedidos por divisões e fraquezas internas (e pela logística da distância) de alcançar o predomínio sobre os outros.

Destas três grandes zonas civilizacionais, a Europa do século XV era de certa forma a «novo-rica». Desde a Antiguidade (300 a.C. a 300 d.C.), e mesmo antes disso, a cultura e a riqueza na Eurásia Ocidental haviam-se aglomerado em redor dos vales dos rios e das costas do Mediterrâneo Oriental e do Próximo Oriente. Esta região era um «viveiro» de cidades-estados e impérios, onde a agricultura e o comércio eram mais desenvolvidos e lucrativos. O grande interior da «Europa Exterior» além dos Alpes era uma região bárbara, para ser explorada, conquistada e colonizada pelos Estados civilizados a sul e leste. A Guerra das Gálias de Júlio César (58–50 a.C.) representou uma etapa crucial na anexação dessa região pela nova potência que unira o Mediterrâneo Oriental e grande parte (não todo) do Próximo Oriente sob a hegemonia de Roma. Mas apesar da sua sede de riquezas, mercadorias e mão de obra escrava, os romanos não podiam incorporar a Europa inteira no seu império. Em vez disso, dividiram-na, mantendo os «bárbaros» afastados das suas defesas fronteiriças, que se estendem da Muralha de Adriano e ao longo do Reno e do Danúbio até à Ilíria, nos Balcãs. Para lá dessa linha havia regiões demasiado remotas, rebeldes e pobres que não compensavam o esforço de conquista por um sistema imperial cujo centro de gravidade continuava solidamente fixado no Mediterrâneo Oriental.

No século V o domínio romano no Ocidente começou a dissolver-se sob pressão de sucessivas vagas de migração vindas dos limites nordestes da Europa. O centro do «mundo civilizado» recuava para sudeste, em direção a Bizâncio (Constantinopla), para proteger a região mais rica da Eurásia Ocidental ⁽²⁶⁾. Na Europa Exterior, as cidades diminuía de tamanho e importância, tornando-se meras encruzilhadas nas velhas estradas romanas; a sociedade e a economia tornaram-se predominantemente rurais e preocupadas com a subsistência. Só onde os clérigos se juntavam ou os governantes estabeleciam os seus empórios – entrepostos autorizados para o comércio de longa distância em artigos de luxo – é que subsistiam alguns vestígios de vida urbana ⁽²⁷⁾. Durante grande parte do período entre os séculos VI e XI, mesmo as regiões da Europa que em tempos haviam sido romanizadas tornaram-se demasiado pobres e inacessíveis para despertar o interesse dos comerciantes e governantes no Mediterrâneo e no Próximo Oriente. Depois do ano 600, o centro imperial na Eurásia Ocidental foi ele próprio abalado pelo avanço do Islão e pela espantosa velocidade com que os exércitos muçulmanos invadiram grande parte do Próximo Oriente (incluindo o Irão), Egito, Norte de África e a maior parte da Espanha. O Império Bizantino, herdeiro de Roma, viu-se reduzido a tal ponto que a sua sobrevivência ficou em dúvida. Durante algum tempo temeu-se que toda a Europa mediterrânica seria anexada pelas forças do Islão. A tentativa de Carlos Magno de construir um regime neo-romano no Ocidente fracassara em 843. Foi a extraordinária recuperação do Império Bizantino no século IX e a consolidação gradual de uma ordem feudal na Europa Ocidental no século XI que assinalaram o início do surgimento da Europa como uma civilização mundial viável e distinta.

A natureza bicéfala da Europa medieval foi extremamente importante. Os historiadores dão muitas vezes a entender que a Europa moderna descende do império de Carlos Magno. Na realidade, foi

formada pelo impacto de povos imigrantes no Leste europeu (como os magiares e os búlgaros), por importações culturais (como o monasticismo do Próximo Oriente) e pelo estímulo comercial do Próximo Oriente islâmico, com a sua apetência insaciável por peles e outras mercadorias do Norte (28). Mas no auge da expansão islâmica antes do ano 1000 foi o Império Bizantino («România»), com a sua grande capital fortificada, que desempenhou o papel mais importante na preservação de uma Europa cristã e na definição da sua esfera de ação. O poder marítimo bizantino ajudou a impedir a invasão muçulmana da Itália (a Sicília fora conquistada no início do século IX), que de outro modo poderia ter empurrado o Ocidente medieval para além Alpes. Os modelos bizantinos de governo centralizado e autocrático e de organização militar e naval inspiraram os Estados pós-romanos no Ocidente europeu (29). A ascensão de Veneza, para se tornar o grande empório do comércio do Ocidente com o Oriente, está intrinsecamente relacionada com a recuperação bizantina; culturalmente, Veneza era na realidade um posto avançado da grande metrópole em Constantinopla – como mostrava a sua arquitetura. Mas em 1400 o Império Bizantino já quase se desmoronara: a perda de Constantinopla para os otomanos em 1453 foi o final trágico de uma longa crise. O equilíbrio de poderes no seio da Europa há muito que pendera para o Ocidente latino. Mas a influência bizantina perdurou. Libertar os antigos súbditos (cristãos) do jugo otomano tornou-se uma obsessão europeia. Um legado ainda mais forte foi a ligação de Bizâncio à Rússia, para cujos Estados medievais funcionou como uma atração religiosa e cultural (30). A face oriental, terrestre e russa da expansão europeia (a expressão máxima do imperialismo bizantino) viria a influenciar a história da Europa de forma quase tão profunda como a sua correspondente ocidental e oceânica.

No Ocidente latino, ao contrário do que acontecera na Bizâncio grega, a continuidade com o Império Romano perdera-se definitivamente. O que surgiu no seu lugar foi uma cultura «franca» distintiva baseada em parte em precedentes imperiais romanos transmitidos a partir de Bizâncio. Mas a verdadeira peculiaridade do mundo franco foi a instituição social e política do feudalismo, que na sua aceção mais simples significava a troca de trabalho pela proteção física de uma classe guerreira de nobres e seus séquitos. É provável que tenha nascido da liberdade conquistada pela grandes proprietários rurais para controlar as suas localidades depois de o governo imperial se desmoronar, da tributação desaparecer e da economia monetizada se retrair acentuadamente. A época de invasões (húngaras, nórdicas e muçulmanas) que se seguiu ao colapso do breve império de Carlos Magno poderá ter reforçado a tendência. No ano 1000 este sistema senhorial já se havia consolidado numa estrutura complexa de deveres e suserania, e tornara-se um poderoso motor de exploração da terra e do trabalho para produzir a força militar – na forma característica do cavaleiro. As resultantes unidades senhoriais, com a sua cavalaria pesada e localidades fortificadas, foram as componentes da nova ronda de construção de Estados que teve início depois do ano 1000. Isso não aconteceu por acaso. O reino feudal, reproduzido por todo o centro e Norte da Europa, foi o meio para um longo processo de conquista e colonização levado a cabo pela aristocracia franca e seus aliados. Foi o aríete contra as fronteiras da expansão muçulmana na Sicília, Grécia, Chipre, Espanha e Palestina (o reino cruzado de Outremer). A leste do Elba, foi consolidado por uma vaga de migração camponesa e pelo crescimento das cidades e do comércio (31).

Tanto em Bizâncio como no Ocidente franco, foi a combinação de influências seculares e religiosas que criou sociedades suficientemente coesas para suportar as repercussões da derrocada imperial, da invasão bárbara e da expansão islâmica. No Ocidente, o clero fora o principal repositório da tradição política depois da queda de Roma. Fornecia os literatos necessários para qualquer governo de grande escala. Aos governantes, proporcionava uma fonte inestimável de legitimação divina e uma visão mais ampla da ambição monárquica. A Igreja fornecia grande parte da adesão ideológica necessária para unir os novos Estados feudais: a cristianização foi a base da

formação dos Estados em toda a Europa do Norte e do Leste depois do ano 1000 ⁽³²⁾. Em todo o lado, o cristianismo institucionalizado reforçou os laços de solidariedade e compromisso. Com o padre, a paróquia e uma hierarquia de bispos territorial, as sanções religiosas podiam ser associadas à ordem política de um modo mais sólido do que na China ou no mundo islâmico. A associação próxima entre as autoridades da Igreja e do Estado – a peculiaridade mais notável da Europa medieval – conferia às suas elites dirigentes um grau de controlo social sem igual noutras regiões da Eurásia. Com o desenvolvimento gradual dos Estados dinásticos, um processo já bastante avançado no século XV, estas fontes de poder social tornaram-se ainda mais valiosas.

O desenvolvimento económico sustentou o êxito da coesão social e política. No século XIV a Europa já atingira uma ampla paridade económica e tecnológica com a China e o Próximo Oriente islâmico. Entre 1000 e *circa* 1350 houve uma longa fase de crescimento económico. A população aumentou. As terras desertas foram colonizadas. Os avanços técnicos como a charrua de aivecas (que abria solos mais pesados) e a azenha fizeram aumentar a produtividade. A expansão das cidades como centros de comércio e governo refletia a maior sofisticação da vida económica: a especialização de artes e ofícios; a disseminação da banca e do crédito; o uso de novas técnicas empresariais de parceria e contabilidade. Uma rede de ligações comerciais passou a unir a Europa do Norte, do Leste e do Báltico à costa atlântica e ao Mediterrâneo ⁽³³⁾. Um grande «duplo istmo» estendia-se do Norte da Itália aos Países Baixos: um dos ramos atravessava o Sul da Alemanha e descia o Reno; o outro subia o Ródano e atravessava o Norte da França até à Flandres. Ao longo destas rotas, e densamente aglomeradas em cada extremidade, encontravam-se as cidades comerciais do Ocidente medieval, enquanto o próprio istmo era uma lembrança de que o motor do comércio continuava a ser a troca de produtos da Ásia, Próximo Oriente e Mediterrâneo pelos do Norte da Europa. Foi isso que levou ao desenvolvimento precoce de Veneza e Génova e das cidades portuárias alemãs situadas a norte dos Alpes.

O crescimento económico estancou de repente a meio da catástrofe demográfica dos meados do século XIV, quando a pandemia eurasiática chamada Peste Negra ceifou talvez 40 % da população. O século XV assistiu a uma recuperação lenta. É certo que nessa altura a Europa já não era o interior atrasado do Próximo Oriente islâmico. Os europeus não gozavam de qualquer vantagem evidente sobre o resto da Eurásia, mas tinham vindo a desempenhar um papel cada vez mais importante no comércio do Próximo Oriente. Financiavam cada vez mais as suas compras de artigos de luxo asiáticos, seda iraniana ou algodão sírio com a venda dos seus próprios produtos (sobretudo tecidos), tirando partido do declínio urbano do Egito e da Síria ⁽³⁴⁾. Surgiram *fondachi* (entrepósitos comerciais) genoveses e venezianos ao longo de toda a costa do Norte de África e até à Crimeia. Entretanto, a ocidente, abria-se uma nova fronteira marítima. A reconquista da Espanha aos governantes muçulmanos em meados do século XIII incentivara a abertura de uma rota marítima regular entre o Mediterrâneo e os portos do canal da Mancha e do mar do Norte. Lisboa, Sevilha e mais tarde Cádiz tornaram-se os elos de ligação entre os sistemas do Atlântico e do Mediterrâneo. Muito antes de Colombo, a Ibéria atlântica tornara-se um ponto de partida para a aventura marítima, uma escola de navegação avançada e o ponto de encontro mais provável entre pioneiros marítimos e comerciantes e banqueiros genoveses, que forneciam o crédito para as viagens.

Em 1400, a nova Europa já estava formada: uma confederação pouco coesa de Estados cristãos, com uma alta cultura comum, instituições sociais e políticas semelhantes e uma economia inter-regional desenvolvida. De certo modo, era uma fusão engenhosa das culturas romanas e francas, enquanto a sua componente bizantina, submersa politicamente depois de 1400, garantia a ligação contínua (embora ténue) às terras russas. Mas a Europa também tinha sido formada pela sua tensa relação com o mundo islâmico. Grande parte do que se conhecia no Ocidente latino sobre a vida

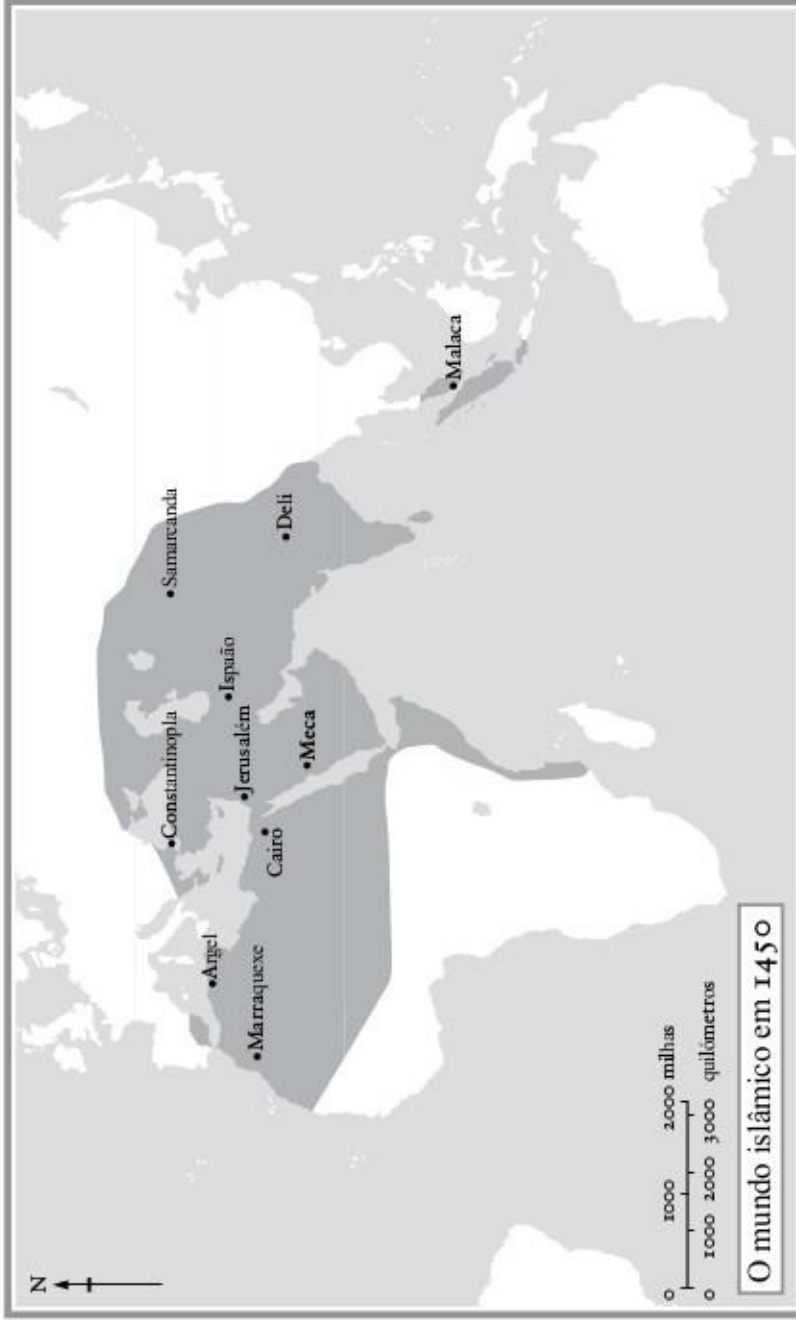
intelectual do mundo clássico foi-lhe transmitida por eruditos muçulmanos na Espanha ⁽³⁵⁾. A vida comercial do mundo muçulmano tinha sido muito mais avançada do que a de grande parte da Europa. Os artigos de prestígio e de luxo, além da prata e do ouro, seguiam para oeste em direção à Europa, e não ao contrário. A recuperação económica da Europa Ocidental teria sido muito mais lenta sem esse vizinho mais rico. Mas os laços de dependência eram compensados pela sensação de perigo iminente de uma invasão islâmica (sobretudo no Sul da Europa) e pela indignação feroz contra o domínio muçulmano dos lugares santos cristãos – o combustível emocional por trás das cruzadas. A recristianização das terras reconquistadas ao Islão fora uma missão difícil. A ameaça externa e o medo entranhado do inimigo interno (normalmente judeus ou hereges) criavam uma opinião insegura e hostil, e não calmamente sobranceira, sobre os elementos culturais estrangeiros. Entalados entre o Islão, o mar tenebroso e sem limites e as florestas e tundra do Norte, os europeus não podiam fingir habitar um sereno «Reino do Meio», rodeado de tributários e protegido por muralhas. Apesar dos sucessos do sistema político franco, não conseguiram fazer quaisquer progressos no Sudeste da Europa contra o avanço muçulmano no século XIV. A esperança de vencer o Islão aliando-se aos «conquistadores do mundo» mongóis desfizera-se depois de 1350.

No centro do velho mundo eurasiático encontrava-se o domínio do Islão. Em 1400 este estendia-se da Andaluzia e Marrocos, a oeste, às planícies do Norte da Índia e às ilhas do Sudeste Asiático, na atual Indonésia. O seu «núcleo duplo» situava-se no Crescente Fértil, que ligava o Nilo e o Eufrates, e no planalto iraniano. Foi no Próximo Oriente e no Irão que no século VII os exércitos árabes de Maomé estabeleceram o Islão sobre as ruínas dos impérios bizantino e sassânida. Em 750, a maior parte da Ásia Central já era muçulmana. Depois do ano 1000, os turcos muçulmanos invadiram o Norte da Índia, atraídos pela «corrida» aos tesouros indianos ⁽³⁶⁾, e criaram uma série de Estados vassallos. No século XIII, o Islão já tinha chegado a Bengala e às cidades comerciais do estreito de Malaca, a rampa de lançamento para o seu avanço em direção ao arquipélago malaio. As terras sudanesas a sul do Sara também já estavam a ser islamizadas no século XI.

Os europeus da Idade Média mostraram-se deslumbrados com a fabulosa riqueza e sofisticação do mundo islâmico. Existiam boas razões para isso. Muito mais do que o Ocidente «colonial», o Próximo Oriente islâmico era o herdeiro intelectual do mundo da Antiguidade e o centro de uma cultura intelectual que quase desaparecera na «Idade das Trevas» do Ocidente. A riqueza e a tradição urbana do Próximo Oriente também não surgiram por acaso. Na região onde tinham surgido as primeiras civilizações fluviais, a vida económica gozava de um duplo estímulo. Na faixa entre o Nilo e o Eufrates, e espalhadas pelas terras altas iranianas, havia zonas agrícolas de extraordinária produtividade. Uma revolução agrária introduzira novas culturas ⁽³⁷⁾; a tecnologia hidráulica vencera a maldição da aridez. Um excedente agrícola sustentava as elites urbanas e a sua alta cultura sofisticada. Nas cidades, surgira uma classe de artesãos de talento lendário para satisfazer as necessidades materiais dessas elites. Mas o Próximo Oriente era também a grande encruzilhada comercial do mundo: a ponte terrestre entre a China, a Europa, a África e a Índia, e a porta de entrada para o comércio marítimo do Oceano Índico. Por entre as suas cordilheiras e desertos passavam as rotas das caravanas que traziam mercadorias chinesas através da Ásia Central e artigos indianos pelo golfo Pérsico acima: rotas que terminavam nas cidades portuárias do interior da Síria (Damasco era a maior), ou mais a leste em Bursa e Constantinopla. Pelo istmo do Suez seguia outra rota principal que ligava o Mediterrâneo ao mar Vermelho (onde os romanos haviam mantido uma esquadra naval) e depois à Índia.

Estes grandes canais de comércio intercontinentais, com os seus tributários regionais, criaram um fluxo de riqueza oscilante que foi explorado pelos sistemas imperiais nos sete séculos que se seguiram às conquistas de Maomé. Os governantes do Próximo Oriente tinham plena consciência do

seu valor. Apesar da sua reputação de tirano cruel e demoníaco, Tamerlão sabia tanto de estratégia comercial como de estratégia militar. A destruição das cidades comerciais a norte do mar Cáspio tinha como objetivo estabelecer um monopólio sobre o comércio trans-eurasiático que passava a sul. Outros governantes do Próximo Oriente cuidaram de manter as principais rotas comerciais, defender os comerciantes contra a depredação tribal ou nómada e construir os grandes caravançarais – grandes estalagens fortificadas – que faziam baixar os «custos de proteção» do comércio de longa distância. Por causa da facilidade com que podia produzir lucros, a galinha de ovos de ouro do comércio era desejada por todos menos os mais desesperados ou míopes construtores de Estados.



Tamerlão foi o último dos grandes «conquistadores do mundo» turco-mongóis a invadir o Médio Oriente a partir da Ásia Interior entre os séculos X e XV. Os seus exércitos nómadas, altamente organizados e ferozmente disciplinados, eram compostos por esquadrões de arqueiros montados. Possuíam a vantagem de excepcional mobilidade e poder de fogo ⁽³⁸⁾. Para estes «construtores de impérios», a vasta estepe que se estendia pela Eurásia da Manchúria à Hungria era uma estrada aberta para a riqueza comercial e para o poder quase ilimitado. As cidades comerciais do Próximo e Médio Oriente eram um alvo natural. Cada conquista deixava o seu depósito de migrantes e redesenhava a paisagem política e cultural – como as cheias periódicas de um grande rio. No entanto, estas impressionantes invasões a partir do leste podem ser entendidas como parte de um padrão mais geral da política do Médio Oriente. As terras povoadas entre o Nilo e o Oxus, onde tinham sido erguidos os Estados, encontravam-se expostas à devastação a partir das suas próprias fronteiras desérticas. E essa devastação penetrava nas zonas de «campo semeado» e nas cidades que elas sustentavam. Na sua grande história filosófica, *Muqadimmah*, Ibn Khaldun explicou como os habitantes do «campo semeado» perderam lentamente a vontade de se defender contra a depredação externa, até que por fim se tornaram presa fácil para um exército invasor de nómadas, endurecidos pela vida no deserto e pelas façanhas da caça e da guerra. Impiedosos, ágeis e unidos por uma *asabiyya* (solidariedade) há muito perdida pelo povo do «campo semeado», os nómadas constituíram uma nova classe dirigente, até que também eles sucumbiram à corrupção da vida civilizada e foram por sua vez afastados ⁽³⁹⁾.

O que Ibn Khaldun descreveu era um mundo político marcado in delevelmente pela conquista árabe no século VII. O triunfo do Islão no Próximo Oriente incitara a conquista das suas vilas e cidades pelas tribos árabes que seguiam Maomé. O governo islâmico dos primeiros *khalifas* (califas) dependia de guarnições tribais que vigiavam os habitantes das cidades, indignos de confiança. Mas este recurso foi de pouca dura. Em condições urbanas, a união tribal enfraquecia. Não havia uma aristocracia para impor um expediente feudal, e o problema do governo era o controlo das cidades. A solução foi o recrutamento de soldados escravos, sobretudo nas comunidades turcomanas da Ásia Central ⁽⁴⁰⁾. Estes soldados ou mamelucos eram destemidos e resistentes e ainda não tinham sido corrompidos pelas sociedades urbanas que controlavam. Como escravos sem família ou outros laços de apoio, deviam fidelidade total ao emir ou governante. O seu custo podia ser suportado porque o Próximo Oriente islâmico, ao contrário do Ocidente pós-romano, tinha uma economia comercial e por conseguinte os meios monetários com que comprá-los. O poder mameluco, às vezes exercido por «reis escravos», tornou-se a forma característica do sistema de governo islâmico: no Magrebe do Norte de África e na Ásia Central, no Norte da Índia, Egito, Síria, Sudão subsariano e nos territórios iranianos ⁽⁴¹⁾. Do século IX até à morte de Tamerlão, a história política do mundo islâmico girara de um modo geral em torno da construção de Estados (ou impérios) por líderes tribais turcomanos: que fundavam dinastias, formavam exércitos de escravos e eram derrubados quando chegava a sua vez.

As grandes invasões do Próximo Oriente pelos turcos seljúcidas da Ásia Central, pela «horda» mongol de Gengis Khan e pelos sequazes de Tamerlão devem ser postas neste contexto. Cada uma dessas incursões teve consequências destrutivas cuja dimensão é difícil de precisar, além da agitação do comércio e da religião que referimos antes. Para Gengis e Tamerlão, o objetivo era unir as diferentes zonas do Próximo Oriente islâmico sob um governante da Ásia Central, como prelúdio para a construção de um «império mundial» que abarcaria toda a Eurásia. Esse objetivo foi frustrado pela logística do imperialismo numa região onde os centros de cultivo e comércio se encontravam muito distantes uns dos outros, e a distância dissolvia a autoridade do governante. O ciclo contínuo de grandes invasões militares, destruição em larga escala, unificação provisória e desmembramento imperial legou ao mundo islâmico uma história «medieval» completamente diferente da da Europa

ou da China. Na Europa, o fim das grandes migrações permitiu a consolidação gradual de Estados territoriais cujos povos eram submetidos a um controlo cada vez mais rigoroso por senhores feudais, governantes dinásticos e seus aliados clericais. No mundo islâmico, o padrão era de oscilação violenta entre a criação de «impérios mundiais» e a fragmentação em entidades políticas tribais ou dinásticas mais pequenas cujos governantes eram normalmente homens da estepe, e não os líderes «civilizados» de uma elite «caseira».

Por si só, uma tradição política de instabilidade tão assinalável poderia ter gerado o caos económico e cultural: um deserto de ambições fúteis, e não uma civilização cuja literatura, ciência, filosofia, tecnologia e arte podiam muito bem competir com as do Ocidente medieval. Os elementos fundamentais da estabilidade, continuidade, identidade e coesão cultural eram proporcionados pelo Islão, uma fusão subtil de religião, direito e alta cultura literária⁽⁴²⁾. Como o cristianismo latino ou o confucianismo, o islamismo oferecia regras comuns, um «livro» comum e uma língua de instrução comum. Mas em três importantes aspetos a civilização islâmica era marcadamente diferente. Talvez por causa da ecologia distintiva do Próximo e Médio Oriente, onde a sociedade rural desempenhava um papel menos importante do que o comércio de longa distância, o Islão era notavelmente cosmopolita. Os muçulmanos eram em primeiro lugar membros da *umma*, o grande conjunto de fiéis islâmicos, e apenas em segundo lugar súbditos do seu dirigente territorial. A religião islâmica era muito adaptável a culturas estrangeiras, e podia coexistir amigavelmente com aspetos do paganismo. Geralmente (mas nem sempre), era mais tolerante para com outras fés do que o cristianismo medieval, embora não ao ponto de tratar os seus crentes como iguais. Em segundo lugar, como não conferia qualquer poder a um sacerdócio intermediário entre os fiéis e o seu deus, o Islão não integrava o indivíduo de forma tão rígida numa comunidade religiosa organizada. A sua elite religiosa, os ulemás, era constituída por professores, juizes e eruditos, não por sacerdotes. Os sufis e *pirs*, ou homens santos, exerciam a chefia espiritual, e não a *autoridade* religiosa. Assim, as sociedades islâmicas não desenvolveram uma das características mais importantes e distintivas do cristianismo: uma poderosa hierarquia eclesiástica sob cuja vigilância o comungante individual se encontrava firmemente ancorado num sistema de unidades territoriais – paróquia, diocese, Estado.

Em terceiro lugar, a relação entre a religião e o Estado no mundo islâmico era por conseguinte bastante diferente da que existia na Europa ou na China. O máximo a que um dirigente territorial podia aspirar era ser o guardião dos fiéis ou, quando muito, um *khalifa*, dando seguimento à obra de Maomé unindo a *umma* e espalhando a fé. Ao contrário dos monarcas da Europa medieval, cujo «mandato dos céus» lhes era conferido ritualmente numa cerimónia de coroação, não gozava de qualquer prestígio especial semi-sagrado, nem de qualquer bênção divina. O emir podia exigir a obediência dos ulemás. Mas esta era sempre condicional, uma vez que a lealdade máxima dos religiosos era para com a lei corânica (que eles interpretavam). Uma aliança entre a Igreja e o Estado não fazia qualquer sentido no Islão. Pelo contrário, os Estados islâmicos eram normalmente caracterizados pela separação entre o governante e o seu exército escravo, os notáveis rurais (*ayan*), os ulemás e as corporações de comerciantes que constituíam a elite civil. Como não existiam aristocracias territoriais com quem partilhar o poder, as assembleias ou parlamentos eram redundantes. Os governantes islâmicos também não concediam autonomia municipal aos seus súbditos, como faziam os monarcas europeus, normalmente para fins de tributação. Desconhecia-se ainda se a ascensão dos «impérios da pólvora» no século XV iria interromper a instabilidade cíclica descrita por Ibn Khaldun, bloquear as vias de invasão da estepe e do deserto e promover a criação de Estados dinásticos segundo o modelo da Europa e da China.

Se o Islão não se adequava ao papel de uma religião do Estado, a lei e a teologia islâmicas e as aspirações culturais dos governantes do Egito, do Irão e do Crescente Fértil permitiram um

extraordinário florescimento de literatura, arte (sobretudo arquitetura), ciência e filosofia. O individualismo cosmopolita do Islão e a ampla difusão das suas tradições jurídicas também favoreceram o crescimento de uma extensa economia comercial – o aspeto mais notável do mundo islâmico antes de 1400. Os comerciantes muçulmanos eram os intermediários do comércio mundial. Os marinheiros árabes de Omã, Ormuz, Bahrein, Aden e Jedah percorriam com regularidade as rotas marítimas para Gujarate, na Índia Ocidental, para o arquipélago indonésio e para Cantão, no Sul da China ⁽⁴³⁾. Os muçulmanos foram pioneiros em instituições comerciais, como os instrumentos jurídicos necessários para o crédito mercantil ou formas de parceria como a *commenda*, através da qual os comerciantes pediam capital emprestado em troca de uma parte dos lucros. O vasto alcance do seu comércio ajudou a transformar as cidades portuárias do Próximo Oriente em centros de manufatura de têxteis de elevado valor e artigos de metal e em grandes centros de consumo, informações e conhecimentos. O Cairo do século XIV tinha uma população de 600 000 pessoas – muito maior do que qualquer cidade na Europa Ocidental.

Depois de 1400, surgiram vários sinais de que o dinamismo comercial dos dois séculos anteriores começara a esmorecer. O império mameluco do Egito e Síria, a economia mais rica da esfera islâmica, foi seriamente prejudicado pela invasão de Tamerlão, quando Damasco e Alepo foram saqueadas ⁽⁴⁴⁾. A seguir à Peste Negra houve uma diminuição drástica da população. Os comerciantes venezianos reforçaram o seu domínio sobre o comércio marítimo do Mediterrâneo Oriental. Os têxteis europeus começaram a substituir os tecidos fabricados localmente ⁽⁴⁵⁾. A escassez de ouro agravou o aperto da depressão comercial. Contudo, seria precipitado concluir a partir destes sinais de mudança económica que o mundo islâmico estava prestes a ceder o seu lugar de honra a uma Europa insurgente. Para grande parte desse mundo, o comércio europeu era de somenos importância. A sua enorme dimensão geográfica tornava insignificante o Extremo Ocidente eurasiático. Os seus comerciantes eram também formidáveis agentes de conversão religiosa. A criação de um novo Estado-entreposto em Malaca (islamizada em 1425) foi o princípio da rápida propagação do Islão no Sudeste Asiático marítimo. No entanto, talvez a prova mais evidente do contínuo dinamismo do Islão fosse o avanço do poder otomano no Sudeste da Europa. O Estado otomano, o mais dinâmico dos principados turcos da Ásia Menor, já tinha atravessado os Dardanelos para a Europa na década de 50 do século XIV. A Sérvia independente foi derrotada no Kosovo em 1389; em 1394, a Bulgária já estava em poder dos otomanos. Na Batalha de Nicópolis (1396), um exército pan-europeu de aspirantes a cruzados foi esmagado. O poder otomano era suficientemente grande para sobreviver à derrota infligida por Tamerlão em 1402, e a conquista de Constantinopla em 1453 assinalou a consolidação de um novo Estado dinástico mais formidável militarmente do que qualquer outro que os europeus haviam até então enfrentado no Oriente. À morte de Maomé II, o *Conquistador*, em 1481, toda a península dos Balcãs a sul de Belgrado e do estuário do Danúbio estava sob domínio otomano. A «idade da pólvora» parecia anunciar uma fase nova e violenta da expansão islâmica.

*

Por volta de 1400, as sociedades islâmicas continuavam a ser o elemento mais dinâmico e expansionista da Eurásia. Mas foram a riqueza e poder da China que alcançaram a preeminência. Apesar dos transtornos periódicos causados pelas mudanças dinásticas e invasões externas, a China exibia uma coesão política e cultural sem igual na Europa ou no mundo islâmico. Essa coesão tinha sido severamente posta à prova. A China sentira também o impacto do imperialismo mongol. Uma dinastia mongol (os Yuan) estabeleceu o seu domínio na região durante a maior parte do século

depois de 1260. As consequências destrutivas da invasão mongol implicaram a deslocação do comércio, e os efeitos da doença (a Peste Negra) poderão ter reduzido a população de 100 milhões para 60 milhões. A época Yuan pode também ser vista de forma mais positiva como dando seguimento à expansão comercial do anterior período Sung e abrindo a China ainda mais ao comércio e à cultura da Eurásia Central. E após 1370, sob o domínio da nova dinastia Ming (cujo fundador era um *han*, ou chinês autóctone), a união do mundo chinês foi restaurada e fortalecida.

O ingrediente fundamental dessa união talvez estivesse nas origens sociais e culturais da China. A China fora «construída» através da expansão cumulativa da agricultura intensiva desde os seus começos no Noroeste, onde solos férteis e loesse fino eram excepcionalmente favoráveis a um cultivo denso. Um processo contínuo de colonização agrícola espalhou essa cultura «chinesa» pelas planícies do Norte da China, e depois para o vale do Yang-tzé e para o sul. Aqui, a base da agricultura mudou, do trigo e milho-miúdo do Norte mais seco para o cultivo de arroz em terrenos alagados. Esta grande expansão para sul, absorvendo novas terras e povos no mundo chinês, foi uma etapa crucial da «construção» da China. Adicionou a região de cultivo de arroz, extremamente produtiva (onde era possível a cultura dupla e tripla), à economia agrária. Trouxe novas culturas e mercadorias do Sul subtropical para estimular o crescimento do comércio interno. «O Norte, no passado», explicou um escritor da época, «lucrava com as tâmaras e o milho-miúdo, que o Sul da China nunca teve. Hoje em dia, o Sul goza dos lucros abundantes dos perfumes e chás, que nunca existiram no Norte. O Norte beneficia das suas lebres, o Sul do seu peixe. Nenhuma destas coisas fora usufruída por Norte e Sul simultaneamente» (46). A expansão para sul estimulou também o surgimento relativamente rápido entre 900 e 1300 de uma economia comercial cujas regiões geográficas se encontravam fisicamente ligadas por uma rede de vias navegáveis. A existência destas vias acelerou a especialização (porque os bens essenciais podiam ser adquiridos a alguma distância); surgiu um elaborado sistema de crédito; e o uso de papel-moeda facilitou a expansão dos negócios. A China reuniu os componentes básicos de uma economia de mercado mais cedo e numa escala muito maior do que qualquer outra região da Eurásia. Colheu os frutos do intercâmbio inter-regional e do impulso que isso deu às mudanças tecnológicas. Antes de 1300, uma série de inovações tanto na agricultura como na manufatura (a tecelagem de algodão já se encontrava na altura bem estabelecida no vale do baixo Yang-tzé) já tinha sido amplamente adotada, e a cultura da invenção favoreceu a divulgação de novas técnicas.

Este processo de crescimento extraordinário, cuja trajetória foi bastante diferente da do resto da Eurásia, determinou a história política e económica da China. Numa escala muito maior do que em qualquer outro lugar da Eurásia, a economia comercial que tornou a China tão próspera precisava do apoio ativo da autoridade pública, sobretudo para construir e manter os canais navegáveis. As comunicações da China, assim como a gestão do seu ambiente frágil – dependente de água, ameaçado por cheias –, exigiam um grau invulgar de coordenação burocrática entre centro, província e distrito. Em segundo lugar, era assaz evidente que sem a união de Norte e Sul o esquema de intercâmbio regional que impulsionava a economia comercial funcionaria mal, na melhor das hipóteses. Isso implicava exercer um poder efetivo sobre um território muito maior do que qualquer outro Estado da Eurásia tinha sido capaz de dominar de forma contínua. Em terceiro lugar, foi a aquisição por parte do Norte da China da vasta e rica região interior que se estendia até ao mar do Sul da China que lhe permitiu enfrentar o seu principal desafio geopolítico – embora nem sempre. O Império Chinês, com a sua cultura agrária altamente desenvolvida, enfrentava os impérios nómadas que irrompiam vulcanicamente da estepe da Ásia Central. Na verdade, grande parte do Norte da China estava perigosamente próxima dos epicentros da energia nómada – que normalmente se formavam onde a estepe e o «campo semeado» se cruzavam. A função principal de um imperador chinês era defender a

fronteira contra as incursões nômadas que ameaçavam destruir (física e politicamente) o seu complexo mundo agrário. Os meios para pagar esta eterna guerra de desgaste contra o invasor centro-asiático dependiam em muito da contribuição do Sul em gêneros alimentícios e comércio. Assim, embora a China, como grande parte da Eurásia Central, tivesse sentido o impacto violento da ambição imperial mongol, o golpe fora atenuado. Os invasores da estepe aprenderam rapidamente que tinham de manter um aparelho de governo imperial se quisessem explorar a riqueza agrícola da China. Tinham de se tornar «chineses», corroendo as lealdades tribais nas quais o seu poder se baseara. Mobilizar o Sul contra o conquistador estrangeiro permitia manter um governo estável e contínuo de forma muito mais completa do que na Eurásia Central, onde tribos turcomanas e soldados escravos eram os principais beneficiários da mudança política.

Mas a coesão da China não era apenas consequência de interesses comerciais e estratégicos próprios. Baseava-se no sucesso de uma «alta cultura» distinta, de uma civilização clássica e literária cuja visão moral e filosófica tinha origem nos dos textos confucianos. Igualmente decisiva, talvez, para a construção da China como confluência do seu Norte e Sul foi a consolidação desse saber confuciano numa elite de literatos e no recrutamento destes para formar uma burocracia imperial. Depois de se tornarem o bilhete de entrada para o serviço imperial, a erudição e técnicas literárias confucianas (escrever o ensaio «trípode» exigido pelos examinadores da função pública), granjearam a devoção da classe instruída em todas as regiões da China. A adoção pela pequena nobreza provincial dos ideais (e ambições burocráticas) da classe de literatos representou uma etapa crucial na transição da China de uma sociedade semifeudal, onde o poder era exercido por grandes proprietários rurais, para um império agrário. O que tornou isso possível foi um sistema imperial que confiava muito menos no poder coercivo do centro imperial (uma opção grosseira e dispendiosa num país tão grande) do que na fidelidade *cultural* das elites locais a uma ideia imperial à qual o seu próprio prestígio se encontrava então intrinsecamente ligado. Como fórmula para o exercício de poder efetivo de muito longo alcance, foi notavelmente engenhosa e eficaz.



Não admira por isso que a impressionante dimensão do Estado chinês, a riqueza das suas cidades, a competência dos seus engenheiros e artesãos, a qualidade dos seus bens de consumo (como a seda, o chá e a porcelana), a sofisticação da sua arte e literatura e o encanto intelectual da sua ideologia

confuciana fossem muito admirados no Leste e Sudeste da Ásia. Na Coreia, no Japão e no Vietname (que fora administrado parcialmente como província da China durante mais de mil anos, até 939 d.C.), a China era considerada o exemplo do progresso cultural e da ordem política. Os comerciantes chineses tinham também desenvolvido um comércio vastíssimo, levando os seus produtos para o Sudeste Asiático (47). Os conhecimentos de navegação dos marinheiros chineses – incluindo a primeira utilização da bússola – eram comparáveis, senão mesmo superiores, aos dos seus homólogos árabes ou europeus.

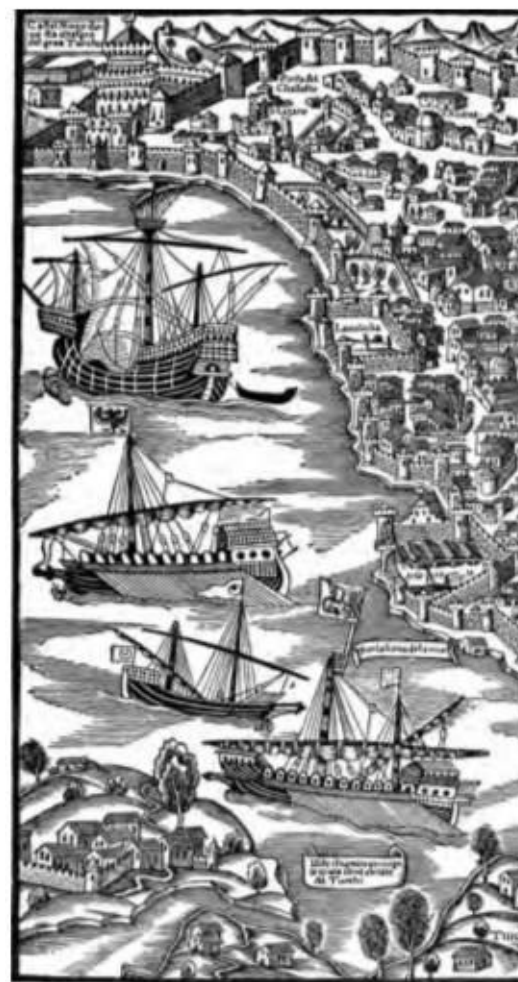
Por volta de 1400, o domínio da China no Velho Mundo talvez parecesse a qualquer observador bem informado não só garantido mas também capaz de se tornar ainda mais forte. Com o regime dos Ming, a subordinação da China aos mongóis e às suas ambições imperiais em toda a Eurásia foi definitivamente quebrada. O governo Ming reforçou a autoridade do imperador sobre os seus funcionários provinciais. O emprego de eunucos na corte imperial destinava-se a fortalecer o imperador contra as intrigas dos seus conselheiros da aristocracia literata (além de proteger a virtude das suas concubinas). Foram feitos grandes esforços para aperfeiçoar a economia agrícola e a sua rede de canais. Depois, entre 1405 e 1431, os imperadores encarregaram o almirante eunuco Zheng He de fazer sete extraordinárias viagens ao oceano Índico para afirmar o poder marítimo da China. Comandando frotas que transportavam mais de 20 000 homens, Zheng He navegou até Jedah, no mar Vermelho, e à costa da África Oriental. No regresso passou pelo Ceilão, cujo governante rebelde foi levado para Pequim. Antes de os europeus adquirirem os conhecimentos de navegação necessários para descobrir o caminho para o Atlântico Sul (e o caminho de regresso), a China já estava pronta para afirmar a sua supremacia marítima nos mares orientais.

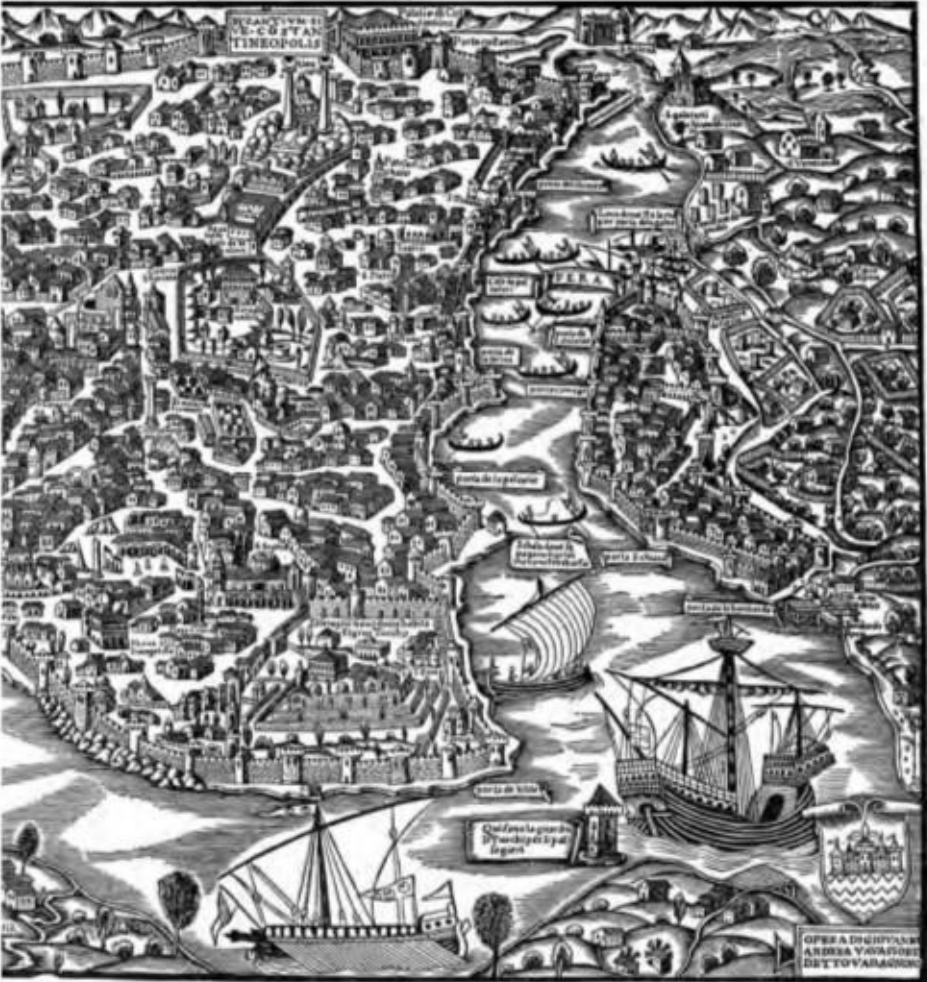
Mas esse brilhante futuro não se concretizaria. O início do século XV viria a mostrar que, embora continuasse a ser o Estado mais poderoso do mundo, a China atingira o limite da sua ambição oceânica. Não haveria qualquer avanço para além da esfera da Ásia Oriental até à conquista da Ásia Interior pelos Ch'ing em meados do século XVIII. O súbito abandono das aventuras marítimas de Zheng He na década de 20 do século XV (a viagem de 1431 foi extemporânea) denunciou parte do problema. Os Ming tinham expulsado os mongóis, mas não conseguiam eliminar a ameaça que estes representavam. Foram obrigados a dedicar cada vez mais recursos às suas defesas no Norte, um fardo geoestratégico cujo símbolo mais patente foi o esforço para concluir a chamada Grande Muralha. Voltar as costas a um futuro marítimo poderá ter sido uma cedência aos funcionários aristocratas (que não gostavam da influência dos eunucos), mas foi também uma cedência a limitações financeiras e à prioridade da sobrevivência dinástica. A decisão dos Ming traduzia, talvez, uma limitação maior. O princípio dinástico Ming baseava-se na rejeição feroz da influência centro-asiática que os Yuan mongóis haviam exercido. Unia a China contra influências culturais estrangeiras. Afirmava a singularidade da cultura chinesa. Uma «China Maior» de povos *han* e não *han* era incompatível com a visão Ming de uma monarquia confuciana. A grandiosa estratégia de defesa ilimitada implicava a lógica do isolamento cultural (48).

Houve outra mudança cujos efeitos nenhum observador da época poderia ter percebido. O maior quebra-cabeças na história da China é saber por que razão o extraordinário dinamismo que tinha criado a maior e mais rica economia comercial do mundo pareceu esmorecer depois de 1400. Perdera-se o avanço da China em engenho técnico e nas inovações sociais indispensáveis para uma economia de mercado. Não foi a China que avançou para (e passou por) uma revolução industrial, mas o Ocidente. A trajetória económica da China tem sido veementemente debatida. Mas a hipótese avançada por Mark Elvin há mais de trinta anos ainda não foi anulada (49). Elvin realça os sucessos alcançados pela «revolução económica medieval» da China na era Sung, mas afirma que quando a China saiu da depressão económica do início do período Ming (consequência, em parte, da grande

pandemia) instalou-se uma forma de estagnação técnica. Produzia-se mais, cultivava-se mais terra, a população crescia. Mas o ímpeto por trás das inovações tecnológicas e organizacionais do período anterior desaparecera, e não foi recuperado. A China crescia quantitativamente mas não qualitativamente. Uma das razões, alegou Elvin, foi a introversão que já referimos: a redução dos contactos externos da China quando os Ming desistiram da aventura marítima. Houve um abandono intelectual da investigação sistemática do mundo natural. Outra das razões foi em parte o esgotamento de reservas de terras novas, havendo cada vez menos para culturas industriais (como o algodão) depois de satisfeitas as necessidades de subsistência. Também se fez sentir uma influência mais subtil. A China foi vítima do seu próprio sucesso. A própria eficiência da sua economia pré-industrial desencorajava qualquer mudança radical nas técnicas de produção (mesmo no século XIX, a enorme rede de vias navegáveis fez com que os caminhos de ferro parecessem redundantes). As carências, estrangulamentos e bloqueios locais que poderiam tê-la feito avançar podiam ser resolvidos com os recursos de outras regiões, interligadas no vasto mercado interior da China. A China pré-industrial atingira um «equilíbrio de alto nível», um patamar de sucesso económico. O seu azar foi não ter existido qualquer incentivo para subir ainda mais: o equilíbrio de alto nível tornou-se uma armadilha⁽⁵⁰⁾.

Mas não devemos antecipar-nos demasiado. Passar-se-iam mais de três séculos até que alguém reparasse.





2. Constantinopla em meados do século XVI

A Eurásia e a Época dos Descobrimentos

Em retrospectiva, podemos perceber que a paridade aproximada que existia entre as três grandes divisões do Velho Mundo acabaria por ser anulada pelos acontecimentos do final do século XV e início do século XVI – mesmo que a sua importância permanecesse de maneira geral oculta para as pessoas da época. Depois dos anos 80 do século XV, os europeus, viajando a partir de Portugal e Espanha, transformaram com uma rapidez espantosa a relação geopolítica entre o Ocidente e o resto do Velho Mundo. A Europa deixou de ser o Extremo Ocidente da Eurásia voltado para o «Mar das Trevas». Tornou-se em meados do século XVI um grande empório para o comércio oceânico do mundo inteiro, a sede de um empreendimento marítimo que se estendia da China ao Peru, e o ponto de partida para uma nova zona transatlântica reservada exclusivamente à exploração.

No entanto, é também importante relativizar esta grande mudança. Não era inevitável que os «Descobrimentos» tivessem conduzido à supremacia mundial da Europa. Não devíamos exagerar os recursos que os europeus mobilizaram para as suas viagens e conquistas e que lhes permitiram estabelecer uma presença na Ásia e nas Américas. Muito menos devíamos estar tentados a ver nas aventuras dos navegadores e conquistadores um projeto consciente para um império mundial – se bem que Cortés tivesse tentado cair nas boas graças de Carlos V afirmando que as possessões americanas da Espanha equivaliam aos domínios europeus dos Habsburgos. Apesar da sua grandiosidade, a «eclosão» ocidental do longo século XVI (1480–1620) teve durante muito tempo apenas um impacto limitado. Dependeu bastante de circunstâncias locais e do desenvolvimento gradual de subculturas de contacto e conquista especializadas. Não foi a realização de um destino económico inevitável (como têm afirmado alguns historiadores), nem o resultado inevitável da primazia tecnológica.

Devemos resistir ainda a outra tentação. Muitas vezes, a história «colonizadora» da Europa apresenta-se esplendidamente isolada do contexto mais amplo da história mundial, como se a partir de *circa* 1500 só a Europa se revelasse dinâmica e em vias de expansão: o resto do mundo tinha parado. Convém lembrar que a consolidação do absolutismo Ming, o surgimento de uma nova potência mundial no Império Otomano, a reunificação do Irão sob os Safávidas, a rápida expansão do Islão no Sudeste da Ásia e a criação de um novo e vasto império islâmico no Norte da Índia depois de 1519 ocorreram todos na mesma época que os triunfos de Vasco da Gama ou Albuquerque no oceano Índico ou de Cortés e Pizarro nas Américas. A importância dos Descobrimentos deve ser encarada no contexto deste panorama maior do expansionismo eurasiático: o Velho Mundo deve ser evocado para equilibrar o Novo.

A Eclosão Ocidental

Os portugueses foram os pioneiros marítimos da expansão europeia. O reino de Portugal era um Estado pequeno e fraco na periferia atlântica. Mas por volta de 1400 os seus governantes e comerciantes souberam aproveitar o seu trunfo magnífico, o porto de Lisboa. A costa atlântica da Europa tornara-se uma importante rota comercial entre o Mediterrâneo e o Noroeste da Europa. Lisboa era o ponto onde as duas grandes economias marítimas da Europa – o Mediterrâneo e o

Atlântico – se cruzavam e sobrepunham ⁽¹⁾. Era um entreposto para o comércio e informações comerciais e para a troca de ideias sobre navegação e marinhagem ⁽²⁾. Foi o ponto de partida para a colonização das ilhas do Atlântico (a Madeira foi ocupada em 1426 e os Açores nos anos 30 do mesmo século) e para a cruzada flibusteira que levou à conquista de Ceuta em 1415. Assim, muito antes de se aventurarem além do cabo Bojador, na costa ocidental de África, em 1434, os portugueses já haviam feito experiências com diferentes tipos de imperialismo. As suas noções de geografia foram formadas não só pelo conhecimento das grandes rotas comerciais da Ásia que tinham o seu término ocidental no Mediterrâneo, mas também pela influência da ideologia das cruzadas ⁽³⁾. Ironicamente, o impulso das cruzadas presumia que Portugal se situava no extremo ocidental do mundo conhecido e que o objetivo era avançar para leste em direção ao centro, na Terra Santa. Talvez tivesse sido isso e as primeiras incursões de Portugal no Norte de África depois de 1415 (quando soube do ouro que chegava a Marrocos vindo da África Ocidental) que empurraram os portugueses primeiro para sul e leste e não em direção a oeste através do Atlântico. A visão tentadora de uma aliança com o império cristão do Preste João (que ficava, supostamente, algures a sul do Egito) alimentou a esperança de navegadores, comerciantes, investidores e governantes de que ao dobrar o flanco marítimo dos Estados islâmicos no Norte de África a virtude cristã colheria uma rica recompensa ⁽⁴⁾.

O Preste João era apenas uma lenda, assim como o seu império. No entanto, na década de 60 do século XV os portugueses já tinham começado a aventurar-se cada vez mais para sul em busca de um caminho que os levasse à Índia – objetivo alcançado triunfalmente por Vasco da Gama em 1498 ⁽⁵⁾. Mas foi preciso mais do que capacidade de navegação para levar o poder marítimo português para o oceano Índico. Dois fatores africanos essenciais tornaram possível a sua aventura marítima na Ásia. O primeiro foi a existência do comércio de ouro da África Ocidental, que seguia para norte a partir da zona de floresta em direção ao Mediterrâneo e Próximo Oriente. Na década de 70 os portugueses já tinham conseguido desviar parte desse comércio para a sua nova rota marítima no Atlântico. Em 1482–1484 levaram as pedras para construir a grande fortaleza de São Jorge da Mina (atual Elmina, no Gana), como feitoria para o comércio do ouro. (A feitoria era um recinto geralmente fortificado onde comerciantes estrangeiros viviam e faziam comércio.) Foi uma medida decisiva. Os lucros de S. Jorge da Mina eram enormes. Entre 1480 e 1500 representavam quase o dobro das receitas da monarquia portuguesa ⁽⁶⁾. Nos anos 70 e 80 do mesmo século, esses lucros proporcionaram os meios para as dispendiosas e perigosas viagens mais a sul em direção ao cabo das Tormentas (que mais tarde recebeu o novo nome de cabo da Boa Esperança), dobrado por Bartolomeu Dias em 1488. O segundo grande fator foi a ausência de resistência local na vastidão marítima do Atlântico africano. A sul de Marrocos, nenhum Estado importante tinha a vontade ou os meios para contestar o uso feito por Portugal das águas costeiras africanas. A maioria dos Estados africanos estava voltada para o interior, encarando o oceano como um deserto aquático e (na África Ocidental) o árido deserto do Sara como uma verdadeira via rápida para mercados distantes.

Nestas circunstâncias favoráveis, os portugueses atravessaram os mares desertos e dirigiram-se para norte a partir do Cabo até se depararem com o término sul da rota marítima indo-africana perto do estuário do Zambeze. A partir daí puderam contar com a experiência local e um piloto para lhes indicar o caminho para a Índia. Uma vez a norte do Zambeze, Vasco da Gama voltou a entrar no mundo conhecido, como se estivesse a sair de um longo desvio através de ermos inexplorados. Quando chegou a Calecute, na costa indiana do Malabar, voltou a estabelecer contacto com a Europa através da conhecida rota do Médio Oriente usada por viajantes e comerciantes. Concluía um grande feito náutico, mas noutros aspetos a sua visita não foi inteiramente auspiciosa. Quando foi levado a um templo pelos brâmanes locais, presumiu que estes fossem cristãos há muito perdidos. Ajoelhou-

se diante da estátua da Virgem Maria, que afinal era a deusa hindu Parvati. Entretanto, os comerciantes muçulmanos no porto mostraram-se declaradamente hostis e depois de uma escaramuça o navegador decidiu retirar-se mais cedo e zarpar para Portugal.

Mas que deviam os portugueses fazer, então que tinham descoberto o caminho para a Índia através de uma rota atlântica que queriam manter em segredo? Mesmo tendo em conta os custos mais baixos do transporte por mar, era pouco provável que uns quantos navios portugueses no oceano Índico conseguissem desviar grande parte do comércio dessas águas para as longas e desertas rotas marítimas à volta de África. Com efeito, os portugueses depressa revelaram as suas intenções. A costa do Malabar, com os seus pequenos rajás do litoral e a sua dependência do comércio (a rota principal entre o Sudeste Asiático e o Médio Oriente passava pelas suas praias), era o alvo perfeito. Quatro anos depois da viagem de Vasco da Gama a Calecute, os portugueses regressaram em força com uma frota de caravelas fortemente armada. Sob o comando de Afonso Albuquerque, começaram a estabelecer uma rede de bases fortificadas para controlar o movimento do comércio marítimo no oceano Índico, começando em Cochim (1503), Cananor (1505) e Goa (1510). Em 1511, depois de um primeiro insucesso, conquistaram Malaca, o principal Estado comercial do Sudeste Asiático. Na década de 50 já tinham cerca de 50 fortalezas, entre Sofala, em Moçambique, e Macau, no Sul da China. A «Goa de Ouro» tornara-se a capital do seu Estado da Índia.

O Estado não era nem um império territorial nem um império comercial. Em parte, foi uma tentativa de impor um monopólio sobre o comércio da pimenta, a especiaria mais lucrativa exportada para a Europa. Mas os portugueses não tinham o poder para fazer isso, e grande parte do comércio de especiarias permaneceu fora do seu controlo ⁽⁷⁾. O Estado tornou-se então um sistema para extorquir dinheiro em troca de proteção ao comércio marítimo entre o Sudeste Asiático, o ocidente da Índia, o golfo Pérsico e o mar Vermelho. Os comerciantes asiáticos tinham de comprar um *cartaz* ou salvo-conduto numa das feitorias portuguesas – Goa, Diu ou Ormuz – ou correr o risco de ser espoliados pelos capitães do Estado. No oceano Índico, depois de uma vitória esmagadora sobre a marinha egípcia em Diu, o Estado não encontrou qualquer oposição séria, embora não tivesse força suficiente para bloquear o estreito Bab-el-Mandeb e dominar o mar Vermelho. Nenhum dos Estados costeiros do oceano Índico tinha desenvolvido a tecnologia naval que fazia da caravela portuguesa uma arma de guerra mortífera. Talvez nenhum, exceto Malaca, julgasse o comércio oceânico suficientemente importante para construir uma grande marinha de guerra. Os grandes Estados do Sul da Ásia estavam voltados sobretudo para o interior. Deixavam o comércio marítimo para as comunidades costeiras de comerciantes sem qualquer prestígio social e influência política ⁽⁸⁾. Assim, os portugueses puderam impor a sua supremacia naval no oceano Índico com relativa facilidade. A leste da península malaia a situação era diferente. No mar do Sul da China ou perto do Japão os portugueses tiveram muito mais cuidado. Aí encontraram um nicho como comerciantes de longa distância, intermediários convenientes para um império Ming que não gostava da atividade ultramarina dos seus próprios súbditos e rejeitava relações comerciais diretas com o Japão.

Consequentemente, o Estado transformou-se gradualmente de cruzado-predador numa rede dispersa de comunidades portuguesas, constituídas na sua maioria por *casados*, ou colonos, e povos locais com quem se ligavam por casamento. Estes portugueses não eram conquistadores decididos a erguer grandes impérios continentais. Faltava-lhes a força e talvez o motivo. Na década de 40 do século XVI havia apenas seis ou sete mil portugueses entre Sofala e Macau, talvez o dobro cinquenta anos depois ⁽⁹⁾. Também não eram uma força comercial dinâmica, galvanizando os sonolentos comércios da Ásia. Pelo contrário. Os portugueses entraram à força no mundo comercial da Ásia usando as competências de navegação que tinham adquirido no Atlântico Norte. Mas os seus ganhos advinham sobretudo da «extorsão» do rico comércio marítimo já existente, até ao desenvolvimento

do Brasil depois de 1550 ⁽¹⁰⁾. Como veremos adiante, foi a aventura quase simultânea nas Américas que permitiu aos ocidentais estabelecerem-se firmemente na economia comercial da Ásia. Entretanto, para os mercadores e navegadores indígenas do oceano Índico e do Sudeste Asiático, a presença portuguesa era uma fonte de preocupação. Para Malaca fora uma catástrofe. Mas para os Estados maiores com os quais os portugueses entraram em contacto estes eram, na pior das hipóteses, um incómodo, na melhor, uma conveniência.

A questão intrigante é perceber como uma extensa cadeia de fortalezas e feitorias conseguiu resistir ao poder de absorção das sociedades à sua volta. Este facto é ainda mais surpreendente porque no final do século XVI o «comércio interno» local entre os portos asiáticos já se havia tornado muito mais lucrativo do que o escasso fluxo de tráfico que dobrava o Cabo. Não foi um poder superior nem uma tecnologia avançada que mantiveram o «império» português, mas as vantagens mais prosaicas de uma diáspora de comerciantes. Os portugueses constituíam uma rede, unida pela religião e pela língua, e com melhores fontes de informações de mercado em comércios de longa distância do que os seus homólogos asiáticos ⁽¹¹⁾. O português tornou-se a língua franca da Ásia marítima. A própria marginalidade dos portugueses como subcultura marítima estrangeira ajudou a torná-los aceitáveis para governos desconfiados das suas próprias comunidades de comerciantes. Na realidade, muitos portugueses ganhavam a vida como empresários independentes. Em Hugli, a norte da atual Calcutá, um comerciante empreendedor conseguiu a autorização do imperador mogol Akbar para construir um posto de comércio para enviar artigos de luxo chineses rio acima, para a corte imperial. Não muito longe, outro grupo ganhava a vida como traficantes de escravos e piratas sob proteção do reino Arakan (hoje a região costeira do Norte da Birmânia), lutando mais tarde para afastar os mogóis do leste de Bengala. Quando os traficantes de escravos portugueses raptaram uma senhora muçulmana de origem nobre (que foi depois «convertida» e casada com um capitão português), foram os comerciantes de Hugli que tiveram de pagar a multa. Que este «povo do mar», ocupando apenas um nicho nas orlas marítimas do mundo asiático, pudesse ser o arauto do posterior domínio ocidental teria certamente parecido à maioria dos governantes asiáticos como risivelmente improvável.



O império português na Ásia

À primeira vista uma coincidência surpreendente, a entrada quase simultânea dos europeus na Ásia marítima e nas Américas depois de 1490 pode ser facilmente explicada. O canto sudoeste da península Ibérica era na realidade uma fronteira oceânica única onde profissionais da banca, comércio e navegação genoveses colaboravam com os marinheiros locais, portugueses e espanhóis. Colombo, ele próprio um genovês, aprendera o seu ofício em Lisboa e, como os navegadores portugueses e seus patrocinadores, entendia a política internacional e a exploração geográfica como uma cruzada para libertar o centro do mundo do domínio dos infiéis⁽¹²⁾. O facto de não ter conseguido apoio português, inglês ou francês para a sua viagem transatlântica talvez resultasse do ceticismo compreensível relativamente aos seus pressupostos geográficos (Colombo achava que a China se situava a cerca de 2500 milhas a oeste da Europa) ou à convicção de que a rota africana era uma aposta mais segura. O apoio que por fim recebeu de Castela para o seu empreendimento (Aragão, a «outra metade» do novo reino espanhol, revelou pouco interesse) talvez se devesse em parte à inveja castelhana das ambições atlânticas de Portugal e da riqueza que estas poderiam trazer, mas também à atração que a retórica de cruzado de Colombo exerceu sobre uma corte espanhola imbuída do espírito da Reconquista. A tomada da Granada muçulmana em 1492 (o último canto de Espanha sob domínio dos mouros) provocou uma onda de entusiasmo que ajudou a levar Colombo para o Ocidente.

Como os exploradores portugueses, Colombo beneficiou do conhecimento dos ventos e das correntes adquirido durante a colonização das ilhas do Atlântico. No final de 1492 partiu do posto avançado mais ocidental do mundo europeu, San Sebastián de la Gomera, nas Canárias, e desembarcou nas Baamas a 12 de outubro. Depois de fazer o reconhecimento de Cuba e Hispaniola, regressou à Europa, passando pelos Açores. Com notável marinharia, estabeleceu as rotas marítimas usadas para a viagem entre a Espanha e as Caraíbas durante os três séculos seguintes, e os seus tempos de navegação não seriam ultrapassados durante mais de 150 anos. No entanto, como expedição para descobrir o caminho marítimo para a China, a viagem de Colombo fora um fracasso retumbante. A sua segunda viagem, em contrapartida, foi um empreendimento colonizador que levava cerca de 1500 europeus para povoar Hispaniola, tal como os Açores e as Canárias tinham sido anteriormente povoados⁽¹³⁾. Noutras viagens, em 1498–9 e 1502–4, Colombo explorou a costa da «Tierra Firme» (Colômbia e Venezuela) e da América Central.

Até então, o empreendimento espanhol nas Américas podia ser encarado como uma extensão arrojada da colonização ibérica das ilhas do Atlântico: uma expansão marginal do mundo europeu. Mas trinta anos depois do primeiro desembarque americano de Colombo, a conquista do Império Asteca por Cortés e pela sua companhia de aventureiros mostrou que a intromissão europeia nas Américas seria significativamente diferente da colonização gradual da periferia oceânica da Europa ou do assalto português ao comércio asiático. É fácil presumir que a conquista do interior da América Central foi a continuação lógica da «missão» colombiana, e que a queda do imperador asteca Montezuma foi a consequência inevitável da superioridade tecnológica europeia. Uma análise mais cuidada dos motivos e meios que transformaram um hesitante reconhecimento marítimo no domínio de um vasto planalto interior revela que só uma conjuntura única de circunstâncias geográficas, culturais e demográficas permitiu essa primeira grande conquista no «Mundo Exterior» das Américas, da África subsariana e do Pacífico do Sul por uma potência eurasiática.

Em grande medida, a explicação para a transformação da Espanha numa grande potência colonial estava nas Caraíbas. A disposição dos ventos e correntes do Atlântico tornava provável que as ilhas do Caribe – a projeção geográfica das Américas em direção à Europa – fossem a primeira paragem para os marinheiros espanhóis ou portugueses. Ao contrário das grandes massas terrestres no alto mar como a Gronelândia e a Terra Nova, estas ilhas eram acolhedoras, colonizáveis e de fácil acesso

para invasores marítimos. Podiam ser conquistadas a pouco e pouco e rapidamente reforçadas a partir da Europa. As suas populações indígenas não dispunham de uma organização militar adequada e estavam tragicamente vulneráveis a doenças do Velho Mundo. Importante foi também o facto de as ilhas ficarem fora do alcance e controlo dos poderosos impérios continentais dos maias e astecas, que não tiveram qualquer aviso prévio da invasão estrangeira. Proporcionavam uma base vital onde os espanhóis podiam adaptar-se ao clima e a partir da qual podiam explorar a costa da América Central. Podiam também experimentar as técnicas de combate, controlo e exploração contra os povos aruaques da Hispaniola e outras ilhas, para depois utilizá-las mais tarde em maior escala. A ocupação de várias ilhas caribenhas – em 1510 Cuba já se havia tornado o principal centro da atividade espanhola – incentivou também um padrão descentralizado de *entradas* sub-imperiais – incursões armadas em terra firme – em vez de uma única e possivelmente desastrosa expedição continental. Permitiu o luxo da tentativa e erro. Acima de tudo, as Caraíbas trouxeram o ouro.

O ouro aluvial descoberto em Hispaniola foi fundamental. Em 1502, a resultante corrida ao ouro já tinha levado cerca de 1500 espanhóis a Hispaniola, aguçando o apetite por outras empreitadas nas ilhas e no continente. Foi o ouro roubado aos ameríndios, ou extraído com trabalho escravo, e não o ouro da Espanha, que ajudou a financiar as *entradas* organizadas localmente após 1508. O avanço para o continente americano foi obra, não de príncipes ou capitalistas residentes na Europa, mas de pioneiros sedentos de ouro incitados pelo rápido esgotamento dos jazigos das ilhas. Sem a efémera corrida ao ouro nas ilhas das Caraíbas e na vizinha «Tierra Firme», o impulso para a conquista territorial do continente talvez tivesse sido adiado indefinidamente, ou certamente para lá do momento em que os conquistadores poderiam tirar partido do elemento de surpresa e estupefação que desempenhou um papel tão importante na vitória sobre os astecas. Assim, o posto avançado das Caraíbas forneceu grande parte do motivo e alguns dos meios para essa conquista.

Entre 1519 e o seu último triunfo em 1521, Hernando Cortés, o primeiro grande conquistador, viria a conquistar um sofisticado regime imperial com mais de 11 milhões de pessoas, rico em metais preciosos e baseado materialmente no cultivo do milho. A «sorte grande» colonial que a aposta de Cortés lhe proporcionou oferece um contraste espantoso com a devida cautela que manteve os europeus nas orlas marítimas da África e da Ásia e os precaveu contra planos de conquista condenados à partida. Uma parte da explicação para o sucesso de Cortés poderá estar relacionada com a relativa novidade da hegemonia dos astecas no planalto mexicano e com a animosidade contra os mesmos dos seus povos vassallos, que forneceram a Cortés aliados e auxílio; outra parte da explicação terá sido a superioridade tecnológica do armamento espanhol⁽¹⁴⁾. No entanto, não seria difícil encontrar outras regiões em África ou na Ásia em que condições semelhantes pareciam favorecer a conquista estrangeira.

O verdadeiro segredo da guerra-relâmpago espanhola foi cultural e biológico. O que tornou o Império Asteca tão vulnerável ao ataque espanhol, segundo a opinião de alguns, foi o facto de o seu alto comando não ter percebido as origens, objetivos e motivos do seu inimigo europeu nem imaginado as razões para o seu súbito aparecimento. O resultado foi uma desorientação mental paralisante que destruiu a capacidade de resistência do imperador asteca⁽¹⁵⁾. Sem qualquer contacto com o Velho Mundo e a sua comunidade errante de peregrinos, vendedores ambulantes, comerciantes e mercenários que fazia chegar as notícias e boatos às suas regiões mais remotas, a civilização asteca foi surpreendida por um acontecimento «sobrenatural» que nenhum ritual, sacrifício ou oração podia esperar influenciar. A derrota foi por isso total e inevitável. Mas a rapidez e plenitude da conquista militar espanhola e o colapso de qualquer vontade popular de resistir foram também um fenómeno biológico. Depois do choque cultural de um triunfo inexplicável surgiu o choque biológico da catástrofe demográfica provocada pela falta de imunidade às doenças do Velho Mundo. Entre o

momento da chegada de Cortés e o fim do século XVI, a população do México diminuiu 90 %, de 12 milhões (talvez) para pouco mais de 1 milhão (¹⁶). O impacto psicológico sobre a população indígena é difícil de imaginar. Ao nível físico, com a proporção de governantes para governados e de colonos para indígenas a passar de um extremo ao outro, os pré-requisitos básicos do controlo administrativo foram abruptamente transformados de uma forma inconcebível na África tropical, na Índia ou na China,

Foi nestas circunstâncias bizarras – que mais fazem lembrar a ficção científica do que a história – que o domínio espanhol na Mesoamérica se estendeu rapidamente ao planalto central (o interior asteca), ao litoral maia e ao planalto árido em direção ao que viria a ser o Novo México. Foi a investida norte ou cubana do imperialismo espanhol, instigada por colonos e aventureiros a partir do centro caribenho do poder marítimo espanhol. Entretanto, uma deslocação mais a sul levava pesquisadores de ouro espanhóis à «Tierra Firme» do continente sul-americano – as atuais Venezuela e Colômbia – e ao istmo conhecido por Castilla del Oro. Foi a partir daí e de uma colônia fundada no Panamá no início da década de 20 do século XVI que os espanhóis lançaram outra conquista relâmpago (como se veio a revelar) do segundo grande império pré-colombiano.

De certa forma, a conquista espanhola do Império Inca nas terras altas dos Andes foi ainda mais espantosa do que a vitória sobre os astecas. Os territórios dos incas encontravam-se muito mais afastados do posto avançado das Caraíbas. Eram menos acessíveis por mar e estendiam-se por uma área muito maior – do atual Equador à zona nortenha da atual Bolívia. O grande planalto interior que os espanhóis chamaram altiplano era o centro do império. Era mais rico em minerais e ecologicamente mais variado do que o México asteca (¹⁷). Os incas tinham integrado com êxito no seu império todas as áreas camponesas de cultivo estável nas terras altas andinas. O seu sistema de tributação, concebido para acumular grandes quantidades de produtos agrícolas, além de metais preciosos, sustentava um exército permanente, premiava as elites locais e regimentais e era mais complexo e eficiente do que os que existiam no México. A riqueza que produzia e o recrutamento de mão de obra ao abrigo do sistema de *mit'a* permitiu aos incas construir uma notável rede de estradas, fortalezas, armazéns, pontes, socalcos e sistemas de irrigação, além de uma magnífica capital imperial em Cusco com uma população de entre 100 000 e 300 000 pessoas (¹⁸). Foi neste império que Francisco Pizarro entrou em 1532 com 167 sequazes – os «Homens de Cajamarca».

Como algumas das *entradas* posteriores na América Central, a expedição de Pizarro fora paga com os proveitos do saque de tesouros ameríndios. Foi assim que Gaspar Espinosa, o principal financiador de Pizarro, construíra a sua fortuna e se tornara o colono mais rico do Panamá (¹⁹). Pizarro, como Cortés, gozava da vantagem da surpresa e tinha armamento desconhecido dos seus adversários americanos. Estes dois fatores tiveram um papel decisivo no impiedoso golpe com que os espanhóis conseguiram lançar todo o sistema inca no caos político. A 16 de novembro de 1532 Pizarro encontrou-se com o imperador inca em Cajamarca, no Norte do Peru. Atahualpa talvez tivesse pensado que um bando tão pequeno de estranhos podia ser facilmente capturado pelo seu vasto séquito ou que era composto por meros mercenários que podiam ser subornados com tesouros. Não estava preparado, de todo, para a dimensão das ambições dos espanhóis. Horas depois de ter entrado na praça de Cajamarca já fora preso por Pizarro, os seus seguidores políticos mais próximos estavam mortos ou moribundos e alguns milhares dos seus soldados tinham sido ceifados pela cavalaria espanhola. Este ataque devastador quase decapitou o império. Como não houve contra-ataque inca, os conquistadores puderam travar à vontade uma guerra fratricida pelos despojos da vitória, até que o Peru foi finalmente colocado sob o domínio efetivo das autoridades espanholas na longínqua Madrid.

Tal como a conquista do México, a conquista do Peru pode ser explicada em parte pela fragilidade

do regime imperial que os espanhóis enfrentaram. Como o Império Asteca, o regime inca dependia da colaboração de muitas unidades étnicas mais pequenas subjugadas havia apenas pouco tempo ou de lealdade duvidosa. Também é possível que na altura da invasão espanhola ambos os impérios tivessem atingido um ponto crítico da sua expansão imperial, em que uma logística adversa e uma diminuição de receitas tivessem levado os seus governantes a impor novos tributos e reformas impopulares. Profecias de desgraça no México pré-colombiano e uma autêntica guerra civil no Peru pré-colombiano eram sintomáticas de perigosas tensões internas ⁽²⁰⁾. Mas não foram apenas estas circunstâncias que tornaram estes impérios tão particularmente vulneráveis ao ataque de um punhado de invasores marítimos, cujos assaltos predatórios noutras lugares do continente produziram poucos ou nenhuns sucessos. O que distinguia os dois grandes impérios pré-colombianos era a própria sofisticação dos seus sistemas políticos centralizados, que gravitavam em torno de um imperador onnipotente e divino cuja súbita captura desregulou todo o mecanismo imperial. O que piorou esta situação foi o isolamento cultural, que negou a esses governantes onnipotentes informações suficientes sobre os invasores estrangeiros. Sem qualquer aviso prévio, não puderam aplicar regras de governo e autodefesa preventivas. As armas e táticas dos espanhóis, sobretudo as armas de fogo e os cavalos de batalha, infligiram o *coup de grâce*. O choque biológico das doenças do Velho Mundo – uma forma involuntária de guerra biológica – revelou-se nos dois casos um meio mortífero de impedir uma resistência posterior que de outro modo poderia ter surgido quando os efeitos da conquista estrangeira começassem a fazer-se sentir. Foi o efeito conjunto destes diferentes fatores que transformou o contacto espanhol com as duas grandes civilizações do interior americano em conquistas fulminantes com custos quase negligenciáveis. Talvez qualquer dos grandes Estados eurasiáticos tivesse conseguido um sucesso semelhante: Tamerlão teria acabado rapidamente com Montezuma. A sorte do Ocidente foi que a sua posição geográfica – mais próxima da antecâmara caribenha dos impérios pré-colombianos – lhe proporcionou um avanço decisivo na aquisição de novos territórios no Mundo Exterior.

Faltava saber se os conquistadores conseguiriam transformar as vorazes expedições de pilhagem que tinham arrasado os Estados asteca e inca numa expansão mais duradoura da riqueza e poder espanhóis. Seriam capazes de transformar os fantásticos achados de riqueza inesperada num sistema económico e construir uma «neo-Europa» nas Américas? Em termos económicos, pelo menos, os dois grandes vice-reinos da Nova Espanha (México) e Lima (Peru) pareciam um sucesso notável. O ciclo de breves corridas ao ouro cujo esgotamento impelira os espanhóis para além da Hispaniola e Cuba não se repetiu no México nem no Peru. As primeiras reservas de ouro que tinham enriquecido os primeiros conquistadores muito para lá dos seus sonhos foram rapidamente suplementadas pela descoberta na década de 40 do século XVI de grandes depósitos de prata em Zacatecas, no México, e na grande montanha de Potosí, na atual Bolívia. No final do século, os dois vice-reinos já enviavam anualmente grandes quantidades de metais preciosos para Espanha através da «Carrera das Índias». Este fluxo de riqueza mineral teve consequências importantes. Atraiu novos imigrantes espanhóis e financiou a importação de escravos de África. Financiou uma administração colonial e um sistema judicial muito mais intrincados do que o regime semifeudal dos primeiros tempos da conquista. Ajudou a pagar a presença maciça da Igreja Católica, cujas catedrais, igrejas, cemitérios, imagens ubíquas e rituais públicos eram a marca mais visível da *conquista* ⁽²¹⁾. No final do século, e só no México, a Igreja já colocara 3000 padres entre uma população ameríndia de cerca de 1 milhão (e em rápido declínio). Em 1622 havia já 34 dioceses na América espanhola. Em suma, foi o ouro e sobretudo a prata que transformaram o facto brutal da conquista numa estrutura de domínio colonial.

No entanto, em 1620, essa riqueza mineral ainda não conseguira a integração económica e cultural completa do Novo Mundo numa «Espanha Maior». Vastas zonas da América «espanhola»

encontravam-se ainda fora dos enclaves da efetiva ocupação europeia: os *llanos* da Venezuela; as planícies tropicais da América Central; os desertos do Norte do México; as densas florestas a leste dos Andes; e as pradarias que se estendiam até ao estuário do rio da Prata. Nestes lugares, sem o sustento da riqueza mineral, a influência espanhola era frágil ou inexistente. A prata americana também não era um meio completamente seguro de unir as economias da Europa e das Américas. A oferta e a procura flutuavam. No início do século XVII, as remessas de prata mexicana para a Europa (mas não a produção de prata mexicana) já tinham começado a diminuir. As ligações comerciais do México com a Ásia Oriental, para onde grande parte da sua prata era exportada, tornaram-se mais importantes. Com o abrandamento do crescimento da população e da atividade comercial na Europa depois de 1620, começou também a diminuir a sua procura de prata hispano-americana: a metrópole e a colónia começavam a afastar-se ⁽²²⁾. Culturalmente, as consequências da conquista também foram variadas. Tanto no México como no Peru, a fúria do devastador assalto espanhol (tanto físico como biológico) desmantelara rapidamente as instituições religiosas pré-colombianas. Em 1531, só no México, os espanhóis já tinham demolido 600 templos e destruído 20 000 ídolos ⁽²³⁾. A antiga elite sacerdotal foi destronada. Foi imposto um elevado grau de submissão religiosa à população indígena, que adotou os cultos e festas cristãos com pouca resistência ⁽²⁴⁾. A maioria dos notáveis ameríndios foi integrada na estrutura administrativa. A um nível mais modesto, as roupas espanholas substituíram o traje tradicional, que a Igreja não vira com bons olhos ⁽²⁵⁾.

No entanto, o impacto cultural da Espanha foi atenuado pelas circunstâncias. De número reduzido e concentrados nas cidades, os colonos espanhóis tinham apenas contactos esporádicos com as populações ameríndias do interior ⁽²⁶⁾. Esta tendência foi reforçada pela decisão do governo espanhol de afastar as comunidades ameríndias daquilo que os administradores e homens da Igreja consideravam o comportamento corruptor e explorador dos colonos. Juntamente com a distância e inacessibilidade de grande parte do interior (sobretudo nos Andes), isso contribuiu para garantir que a paisagem conservasse a sua antiga relevância religiosa e mágica para os povos indígenas. Mesmo onde os ameríndios se encontravam mais diretamente expostos à influência colonial espanhola, os efeitos foram muitas vezes ambíguos. Em grande medida, as divisões administrativas da Nova Espanha recriaram as antigas «cidades-estados» da época pré-colombiana, com uma notável continuidade entre a elite dirigente local. A destruição da estrutura religiosa pré-colombiana não significou o fim dos curandeiros, profetas e adivinhos tradicionais, os *conjuros*, que continuaram a gozar de prestígio no interior rural ⁽²⁷⁾. E o castelhano, evidentemente, também não conseguiu substituir as línguas indígenas. Só no século XVII, sustenta um estudo recente, é que o castelhano começou a afetar a estrutura gramatical das línguas ameríndias: até então a sua influência não suscitara mais do que o empréstimo de alguns substantivos ⁽²⁸⁾.

Embora a América espanhola permanecesse residual e tenazmente ameríndia, tornou-se também mais etnicamente diversificada. É verdade que ao México e ao Peru tinham chegado espanhóis suficientes – de ambos os sexos e de uma grande variedade de ocupações – para criar sociedades «completas», capazes de preservar e reproduzir comunidades espanholas segundo os padrões do Velho Mundo ⁽²⁹⁾. Mas desde os primeiros dias da conquista os espanhóis cruzaram-se com a população indígena para formar o povo *mestizo*. Para complementar a reduzida e relutante mão de obra indígena, tinham introduzido escravos africanos em meados do século XVI, e também se cruzaram com estes para formar uma comunidade «mulata». Em meados do século XVII a população da Nova Espanha era composta por cerca de 150 000 espanhóis, 150 000 mestiços, 130 000 «mulatos» e 80 000 escravos africanos, além de talvez um milhão de ameríndios. Padrão semelhante verificava-se no Peru; e na década de 40 do mesmo século já havia cerca de 330 000 escravos africanos em toda a América espanhola ⁽³⁰⁾. O resultado foi o nascimento de sociedades complexas e racialmente

estratificadas, em que a ocupação e a posição social refletiam a origem étnica e o poder político e económico se concentrava quase exclusivamente nas mãos dos brancos, quer tivessem nascido em Espanha quer fossem *criollos* nascidos nas colónias.

Numa escala inconcebível no Velho Mundo da Eurásia, a Espanha provocara a desagregação das sociedades mais poderosas da América pré-colombiana e o quase extermínio de algumas das mais fracas. Criara o espaço onde uma nova sociedade pós-conquista podia ser construída, potencialmente aberta às necessidades e ideias espanholas. Mas em meados do século XVII, após mais de 150 anos nas Américas, a Espanha conseguira a conquista mas não a integração das suas possessões americanas. A Nova Espanha não seria outro reino espanhol, uma réplica de Castela. Pelo contrário, o resultado da conquista fora a criação de uma nova geometria étnica e de uma cultura hispano-americana distintiva, embora ainda multifacetada – uma nova sociedade crioula.

Os navegadores portugueses e os conquistadores espanhóis foram os agentes mais interessantes da eclosão ocidental nos séculos XV e XVI. Mas não menos importante para o futuro equilíbrio de poderes na Eurásia foi a transformação através da qual, em pouco mais de um século, o principado da Moscóvia – até 1480 um Estado tributário da «Horda de Ouro» mongol – avançou sobre a estepe para o mar Cáspio e construiu um vasto império de comércio de peles ao longo das florestas da Sibéria, para chegar ao Pacífico em 1639. Numa sequência de expansão impetuosa, os russos conquistaram a maior parte do Norte da Ásia antes que a influência chinesa ou japonesa pudesse tornar-se predominante. Fecharam a entrada norte através da qual os povos da estepe da Ásia Central se haviam tantas vezes precipitado para a Europa de Leste e ocuparam o baixo Volga antes que os otomanos ou os novos governantes safávidas do Irão pudessem incorporar o domínio fragmentado da Horda de Ouro nos seus novos sistemas imperiais.

Ainda mais que os portugueses ou os espanhóis, os russos tinham sido um povo de fronteira quase totalmente isolado dos principais Estados da Europa medieval. «A Rússia e a Espanha», comentou um escritor espanhol, «[são] as duas extremidades da grande diagonal da Europa»⁽³¹⁾. As origens da Rus' encontram-se nas migrações para leste de povos eslavos em direção à orla da zona das florestas, onde esta se cruzava com a estepe e os seus nómadas guerreiros (os «tártaros», como os russos lhes chamavam). O primeiro Estado russo teve o seu centro em Kiev, onde uma classe dirigente viking ou «varegue» construíra um entreposto para explorar a rota comercial fluvial que se estendia de Bizâncio e do Próximo Oriente à Europa báltica. Com a chegada do cristianismo ortodoxo no século IX, a Rus' de Kiev tornou-se o grande posto avançado da cultura bizantina, entre os povos da estepe a leste (polovtsy, khazares e pechenegas) e os lituanos (ou russos ocidentais) pagãos a oeste. Kiev tornou-se a sede de um vasto empreendimento missionário, que fundou mosteiros nas florestas do Norte em lugares tão longínquos como o mar Branco. No século XIII foi enfraquecida pela rivalidade de outros Estados russos, como Novgorod e Smolensk, e arrasada em 1240 pela invasão mongol. Os Estados russos da zona das florestas tornaram-se tributários dos canatos da Horda de Ouro, um dos quatro grandes Estados sucessores do império mundial de Gengis Khan, que se desmembrou em 1259. Os russos – e sobretudo os governantes da Moscóvia, expostos e vulneráveis e demasiado próximos da estepe aberta – tornaram-se agentes e vassalos dos governantes do canato no longínquo Sarai, no mar Cáspio. No entanto, conservaram uma identidade ocidental distinta através da influência cultural da Igreja Ortodoxa, que mantinha as suas ténues ligações com o patriarcado bizantino⁽³²⁾. Na realidade, os mongóis, que se converteram tarde ao Islão, toleravam sem grandes problemas a Igreja e as suas doutrinas.

A ascensão da Moscóvia a uma posição predominante entre os vários Estados russos deveu-se em

grande medida ao oportunismo dos seus príncipes, que se tornaram aliados e colaboradores dos canatos da estepe (33). O apoio mongol garantiu-lhes o título de grão-príncipe depois de 1331; o poder mongol repeliu o grão-ducado da Lituânia rival, o poderoso Estado da Rússia ocidental, catolicizado na década de 70 do mesmo século e associado à Polónia católica. Moscovo conseguiu o apoio da Igreja Ortodoxa – uma aliada religiosa e cultural essencial, com influência junto dos mongóis e da sua liderança – contra a Lituânia católica (34). Na década de 80, depois da Batalha de Kulikovo Pole, Moscovia aproveitou as divisões no canato para declarar uma independência de curta duração. Mas a influência decisiva sobre o seu destino foi o enorme choque geopolítico das conquistas de Tamerlão a partir da sua base original na Ásia Central – que continuava a ser o fulcro da história mundial no final do século XIV. Embora acabasse por não conseguir construir um novo império tão vasto como o de Gengis Khan, Tamerlão destruiu o que restava do sistema mongol, incluindo o canato da Horda de Ouro, que se dividiu gradualmente nos diferentes canatos da Crimeia, Astracã, Kazan e Sibir'. Na década de 40 do século seguinte, Basílio II de Moscovo já gozava de uma independência real. Em 1480, o seu sucessor, Ivan III (1462–1505), impediu a última tentativa da estepe de voltar a impor a condição de tributário ao Estado russo.

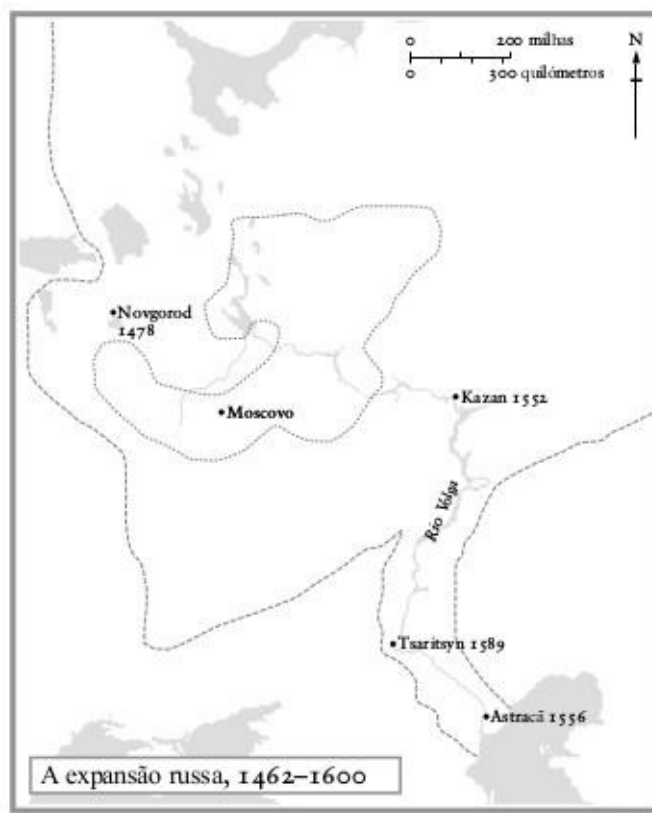
Os cem anos que se seguiram a 1480 constituíram um período vital da expansão da Moscovia e determinaram toda a trajetória da invasão ocidental do centro e Norte da Eurásia. Com o seu núcleo territorial no alto Volga, a Moscovia tornou-se a charneira entre o vasto império da floresta a norte e leste (acabando por chegar à costa asiática do Pacífico) e o império da estepe do Cáspio e do Sul dos Urais, conquistado com tanto esforço (35). Mas os governantes de Moscovo mal poderiam ter acalentado essas ambições imperiais se tivessem governado apenas um pequeno principado na Rússia ocidental, vigiado pela Polónia-Lituânia católica e disputado também por adversários ricos no Norte da Rússia como Novgorod, com o seu império de peles e comércio hanseático. O aumento do poder russo no Norte da Eurásia implicou a consolidação do domínio da Moscovia sobre os Estados ortodoxos russos e medidas de antecipação para impedir a absorção dos mesmos pela dinâmica monarquia associada da Polónia e Lituânia, que em 1504 já se estendia do mar Negro ao Báltico. Quer quisessem quer não, os grão-duques da Moscovia só poderiam sobreviver entrando no sistema diplomático europeu (para procurar aliados contra a Polónia) e (não menos importante) competindo em termos culturais e ideológicos com as monarquias de novo estilo da Europa do século XV. Grande parte da história posterior da Rússia iria girar em torno do delicado equilíbrio entre o distintivo legado bizantino, incorporado na Igreja Ortodoxa russa, e o empréstimo cultural da Europa Central e Ocidental ditado pela necessidade política e económica.

A lógica da competição política e cultural com a Polónia-Lituânia, onde no final do século XV já estava em curso um rápido processo de «modernização» cultural (o primeiro livro foi impresso em Cracóvia em 1423) (36), era transformar os territórios russos conquistados por Ivan III num Estado dinástico. As tradições oligárquicas do «Grande Novgorod» foram abolidas. Ivan III apresentou-se como um grandioso monarca ao estilo europeu, combinando estilos bizantinos e ocidentais de poder dinástico. Em 1492 intitulou-se «Grão-duque da Moscovia e de todas as Rússias». O seu casamento com Sofia Paleólogo, uma princesa bizantina, foi negociado sob os auspícios do papa. Os seus embaixadores espalharam-se por toda a Europa. Foram chamados artesãos, construtores e arquitetos italianos a Moscovo. A administração foi reorganizada com base num intrincado sistema de «chancelarias», conservação de registos e hierarquias burocráticas (37). A subida ao trono de Ivan IV (o «Terrível») foi assinalada por uma coroação a rigor minuciosamente adaptada a partir dos extintos rituais dos imperadores bizantinos. Talvez para competir com a Contra-Reforma católica, Ivan IV promoveu um renascimento monástico (38). A animosidade contra o «Latinstvo» – o «Mundo Latino», identificado principalmente com a Polónia – foi compensada pela abertura da Rússia a

alemães, ingleses e holandeses, que vinham como soldados, colonos, engenheiros e comerciantes. No século XVI travou-se uma longa série de guerras para afastar a influência polaca dos territórios da Rússia Ocidental, e para impedir de seduzir os inquietos boiardos de Moscóvia, os barões-guerreiros cuja independência os grão-duques estavam decididos a esmagar ⁽³⁹⁾.

A transformação interna instigada pela rivalidade entre Moscóvia e a Polónia ajuda a explicar o sucesso com que os russos mantiveram as suas formidáveis conquistas territoriais na floresta e na estepe. As bases de um império de comércio de peles nas florestas do Norte tinham sido lançadas pela república de Novgorod muito antes da sua anexação pela Moscóvia em 1478. Moscovo enviou a sua primeira expedição além dos Urais em 1483. Na década de 50 do século XVI uma dinâmica família de mercadores, os Stroganoves, já estava a construir um império comercial na Sibéria para adquirir as peles fornecidas pelos povos indígenas das florestas. Isso colocou-os em conflito com o Canato de Sibir', que também dependia do comércio de peles e do controlo do seu fornecimento. Em 1582, Ermak, um aventureiro cossaco contratado pelos Stroganoves, conseguiu tomar a capital de Sibir'. Mas o imperialismo privado dos Stroganoves desmoronou-se depois da morte de Ermak em 1585. Seria o Estado moscovita, liderado por Boris Godunov, a levar a cabo a conquista militar da Sibéria Ocidental no final do século ⁽⁴⁰⁾. O caminho ficou então aberto para a corrida frenética dos *promyshlenniki* (comerciantes de peles privados) através do continente, alcançando o rio Ienissei em 1609, o Lena em 1632, o Pacífico em 1639 e o rio Amur, nas fronteiras manchus da China, em 1643. Em 1645 existiam já cerca de 70 000 russos além dos Urais ⁽⁴¹⁾. O legado da intervenção decisiva de Boris Godunov seria o controlo administrativo que o reorganizado Estado moscovita lançou sobre a sua extensa colónia da floresta.

A relativa facilidade com que a conquista russa do Norte da Ásia foi levada a cabo deveu-se em parte ao baixo nível de organização política e capacidade tecnológica dos povos sem Estado das florestas que os russos encontraram. As armas de fogo dos russos conferiram-lhes uma importante vantagem tecnológica. No entanto, como descobriram os Stroganoves, só depois do derrube do poder do Canato de Sibir' é que os russos ficariam livres para comerciar e conquistar. Essa era a ligação vital entre a floresta e a estepe. Na última década do século XVI, os russos tinham já consolidado o seu domínio sobre os canatos vizinhos de Kazan e Astracã, anexados à Moscóvia em 1552 e 1556. Sem o apoio otomano e a rede comercial que sustentava o Canato da Crimeia (que escapou à anexação), os últimos sobreviventes da Horda de Ouro na Sibéria não estavam preparados para resistir ao avanço russo.



À primeira vista, a conquista russa dos canatos da estepe sugere um paralelo com as façanhas de Cortés e Pizarro: quase de um só golpe, uma vasta faixa da estepe até então inconquistável – o «oceano verde-dourado» de potencial aparentemente ilimitado de Gogol⁽⁴²⁾ – sucumbiu ao domínio de Moscovo. Mas os russos não tiveram as mesmas vantagens que os conquistadores espanhóis. Os seus inimigos conheciam-nos bem, e não iriam tomá-los por deuses. Também não podiam esperar dispor de uma superioridade tática ou estratégica decisiva na estepe aberta – apesar de Ivan IV ter levado 150 canhões e a sua nova infantaria de mosqueteiros, os *strel'tsy*, para Kazan. Um século depois, o ataque russo ao Canato da Crimeia seria repellido pela logística de guerra da estepe⁽⁴³⁾.

Uma explicação mais convincente para o sucesso russo poderá encontrar-se na crise social e política das sociedades da estepe em redor do Volga no século XVI. Os canatos não eram monarquias dinásticas e nunca fizeram a transição para um Estado monárquico, já em curso em Moscóvia. Assemelhavam-se a confederações tribais pouco coesas em que os cãs dependiam do apoio dos chefes tribais. As suas economias dependiam do comércio (sobretudo com a Ásia Central), da tributação das suas populações sedentárias e das incursões dos elementos nómadas dominantes nos territórios russos povoados a norte e oeste. No século XVI, contudo, esta economia política já se encontrava em desordem. Tamerlão tinha destruído as grandes cidades comerciais de Azov, Astracã e Urgench, que sustentavam a estepe⁽⁴⁴⁾. O empobrecimento resultante pode ter acelerado o processo de sedentarização através do qual a velha ordem igualitária da tribo nómada tártara se transformou num mundo dividido de proprietários rurais e camponeses sem terra⁽⁴⁵⁾. Com reduzido poder militar (por causa dessa transformação) e menor solidariedade interna, os conflitos políticos nos canatos tornaram-se cada vez mais irresolúveis. Além disso, como Estados sucessores da Horda de Ouro, Kazan, Astracã, Crimeia e Sibir' estavam também envolvidos numa competição recíproca pelo domínio da estepe. Moscóvia (o quinto «Estado sucessor») tirou partido disso para desempenhar um papel ativo na diplomacia da estepe, e mantinha relações pacíficas na sua vulnerável fronteira da estepe enquanto conquistava o Norte na década de 70 do século XV⁽⁴⁶⁾. No início do século XVI, consequentemente, a Moscóvia já se tornara bastante mais forte do que Kazan ou Astracã: com efeito,

impôs uma forma de protetorado a Kazan em várias ocasiões antes de 1552, além de anexar aos poucos o seu território com novas colônias fortificadas. Em 1552, o cã de Kazan, Xá Ali, era já um fantoche russo. Muitos «príncipes» tártaros já se tinham passado para o lado dos russos (e alguns tinham-se convertido ao cristianismo), e importantes elementos tribais como os Nogai conspiravam com a Moscóvia para apoiar um novo cã. Não se sabe ao certo se Ivan II pretendia anexar Kazan em 1552. Mas a resistência da cidade e a sua violenta conquista garantiram esse resultado. Foi com a ajuda dos Nogai que o Canato de Astracã vizinho foi subjugado e anexado numa segunda campanha fulminante.

Apesar do assombro deste imperialismo das estepes, seria imprudente exagerar o seu alcance imediato. Não existia qualquer tesouro de minérios para financiar a construção de uma grande superestrutura imperial, se bem que os comerciantes de Moscovo (e do Estado da Moscóvia) pudessem ter beneficiado do acesso mais fácil ao comércio com o Irão e a Ásia Central ⁽⁴⁷⁾. As terras do Volga foram abertas à colonização camponesa russa, mas para lá do corredor fluvial o domínio russo era incerto e o Volga continuava a ser uma região de fronteira perigosa. As incursões tártaras a partir da Crimeia não tinham cessado. Até Moscovo foi invadida em 1592, e os seus subúrbios incendiados. Era necessário um enorme esforço para construir as linhas fortificadas ou *cherta* que deviam deter os invasores ou dar o sinal de alarme. Uma destas, a linha de Belgorod, estendia-se ao longo de mais de oitocentos quilómetros. No início do século XVII, os russos tiveram de enfrentar os calmucos, que chegaram em força à estepe a norte do mar Cáspio ⁽⁴⁸⁾. Mais a sul, no Cáucaso, a influência russa foi contida pelo novo Estado safávida ⁽⁴⁹⁾. A conquista do Canato da Crimeia e o fecho definitivo da fronteira da estepe do Volga (os chamados «Portões dos Urais», entre os Urais e o mar Cáspio) teriam de esperar pelo final do século XVIII.

No entanto, o esforço da Moscóvia para se transformar num regime dinástico capaz de absorver os Estados do Norte da Rússia, resistir à Polónia–Lituânia e intimidar os canatos do Volga marcou uma etapa decisiva no surgimento da Rússia como motor da expansão europeia para o Norte da Eurásia. Apesar de em 1600 ainda não se encontrar livre dos esforços polacos-lituanos para a empurrar para norte e leste em direção aos Urais, Moscovo tomara as medidas essenciais para se associar ao sistema de Estados europeu (os ataques polacos no início do século XVII foram repelidos com ajuda sueca) e para se dotar das instituições necessárias para sustentar três séculos de expansão imperial. Baseando-se no legado de favores mongóis e no apoio da Igreja Ortodoxa, os governantes de Moscovo fizeram uma dupla revolução. Transformaram o antigo sistema militar de séquitos de boiardos num exército de pólvora com mosqueteiros e artilharia. Centralizaram o domínio sobre as terras através do sistema das *pomestia*, através do qual as herdades nobres eram detidas sob promessa de serviço militar ou administrativo. Os boiardos, que tinham a liberdade de oferecer a sua lealdade a quem quisessem, passaram a estar submetidos a uma estrutura rígida de fidelidade e obrigações, enquanto novos homens – chamados «serviçais do Estado» – eram recompensados com terras conquistadas e confiscadas. A segunda revolução foi uma consequência da primeira. Numa economia agrícola pobre, o fardo da tributação e serviços para sustentar o esforço militar de Moscóvia só podia ser suportado se a aristocracia rural gozasse de um controlo rigoroso sobre as comunidades camponesas até então móveis, livres e geralmente rebeldes ⁽⁵⁰⁾. O equivalente à fixação da lealdade dos boiardos foi a sujeição do trabalho camponês à instituição da servidão, imposta por uma combinação impiedosa de autoridade estatal, domínio nobre e influência da Igreja. Como vanguarda leste da expansão europeia (e não como um Estado-tampão fraco entre a Polónia e a estepe), a Rússia tornou-se uma Esparta eurasiática, dispendo de um exército de mais de 100 000 homens no final do século XVI ⁽⁵¹⁾. No entanto, continuava ameaçada a ocidente por Estados europeus mais ricos e atormentada a sul pela sua fronteira da estepe, ainda aberta. A transformação da Moscóvia em

«Rússia» ou «Rossiya» («Rússia Maior») foi penosa e traumática. A sua trajetória foi marcada pelo terrorismo interno (a *Oprichnina* de Ivan, o *Terrível*) e pelo «Tempo de Dificuldades» (a anarquia que antecedeu a ascensão dos Romanovs ao poder em 1613). Moscovo foi invadida por exércitos polacos em 1605 e novamente em 1610⁽⁵²⁾. Nas Américas, os custos humanos do imperialismo marítimo da Europa tinham sido suportados em grande parte pelos ameríndios indígenas e escravos importados. A expansão terrestre no Velho Mundo enfrentou maior resistência e um ambiente mais agreste, e aí o preço da eclosão ocidental foi um regime interno de crescente opressão social e política, cujos efeitos acabariam por se fazer sentir do mar Báltico ao Pacífico.

O Contrapeso Islâmico

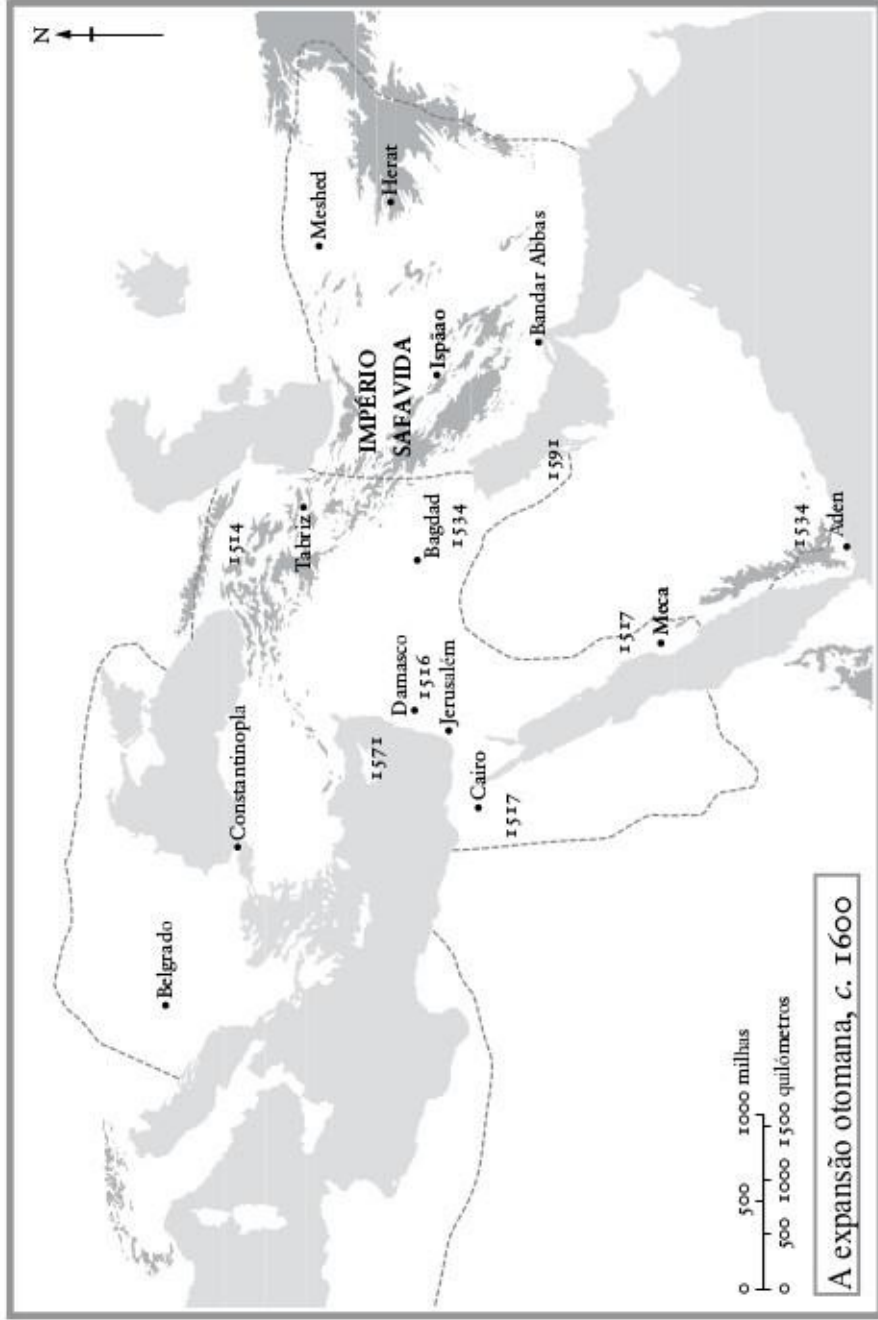
Com o drama da expansão marítima da Europa, é fácil passar ao lado da profunda transformação que estava a ocorrer simultaneamente nos territórios islâmicos. Duas fortes tendências concorreram no século XVI para reforçar o desafio islâmico à segurança da Europa e igualar o avanço ocidental para o «Mundo Exterior» além da Eurásia. A primeira foi a consolidação de Estados islâmicos mais fortes e coesos. À medida que a pólvora revolucionava a arte da guerra, as grandes invasões nómadas da Ásia Interior iam perdendo a sua força. A segunda foi o impulso expansionista que levou o Islão para o Sudeste da Europa, África subsariana, Sul da Índia e Sudeste Asiático. Como o Ocidente da sua época dos descobrimentos, o mundo islâmico emergiu mais rico e forte da sua época de expansão.

A vanguarda ocidental desta expansão islâmica era formada pelo Império Otomano. Com a conquista de Constantinopla em 1453, a supremacia otomana no Sul dos Balcãs foi coroada pela posse da grande capital imperial da região, que dominava o comércio marítimo dos mares Egeu e Negro. Constantinopla (Istambul para os turcos) manteve-se como capital até à dissolução do Império Otomano em 1922–4. Nas décadas que se seguiram a 1453, Maomé II, o *Conquistador*, estabeleceu o domínio direto dos otomanos sobre o extremo sul da Grécia (a Moreia, 1458), Sérvia (1459), Bósnia (1463), Albânia (1479) e Herzegovina (1483). Os sucessores de Maomé II conseguiram a sujeição formal da Moldávia e da Valáquia (que abrangiam grande parte da Roménia atual) em 1504, conquistaram Belgrado em 1520 e no reinado de Solimão, o *Magnífico* adicionaram a Hungria à sua faixa norte de protetorados. Só com o malogrado assalto a Viena em 1529 é que os otomanos atingem o que poderá ser visto em retrospectiva como o limite do seu avanço aparentemente inexorável na Europa Central. Para o diplomata habsburgo Ghiselin de Busbecq, que conhecera a organização militar otomana em primeira mão, a perspetiva, mesmo nos anos 60 do século XVI, era profundamente sombria. Na sua opinião, só a distração otomana com o Irão permitiria adiar o assalto final dos turcos. «Poderemos ter dúvidas quanto ao seu desfecho?»⁽⁵³⁾

Nos oitenta anos depois de 1450, os otomanos mais do que duplicaram o seu império na Europa. Não menos espantosas foram as suas conquistas territoriais em África e na Ásia. Depois de fortalecerem o seu domínio no Sul da Anatólia, em 1516–17 lançaram uma campanha fulminante que arrasou o império mameluco que governava o Egito, os lugares santos em Medina e Meca e a maior parte do Crescente Fértil a partir da sua capital no Cairo⁽⁵⁴⁾. Depois de expulsar os governantes safávidas iranianos do Leste da Anatólia, os otomanos estabeleceram-se firmemente em Bagdad em 1534 e no golfo Pérsico no final da década de 40. Com uma base naval no Suez, ocuparam e dominaram o Iémen. Na década de 70, quase toda a costa norte-africana da Líbia a Marrocos já estava sob seu controlo ou suserania. Enquanto a Espanha, no extremo ocidente do Mediterrâneo, estabelecia o seu domínio nas Américas, os otomanos construía, contra adversários muito mais

aguerridos e numa escala muito maior, um vasto império tricontinental, reunindo, na expressão assombrada de Busbecq, «o poderio do Oriente inteiro»⁽⁵⁵⁾.

Em grande parte, estes triunfos podem ser explicados pela capacidade dos otomanos de manter um enorme exército regular⁽⁵⁶⁾, pela utilização de uma infantaria altamente disciplinada (os janízaros), pela ágil mobilização do poder naval⁽⁵⁷⁾, e por uma diplomacia implacável. Os otomanos tiveram a seu favor as divisões entre os seus adversários, tanto na Europa, onde souberam aproveitar a rivalidade dinástica e o antagonismo entre católicos e ortodoxos, como na Ásia e Norte de África. Os seus dois adversários islâmicos, os mamelucos egípcios e o Irão safávida, não conseguiram unir-se, e a preocupação dos mamelucos com o poder marítimo português pode ter contribuído para a sua indecisão estratégica. Mas o imperialismo otomano não se baseou apenas no oportunismo militar e diplomático. A oeste, em direção à Europa, os sultões otomanos podiam explorar a tradição da *ghazi* (guerra religiosa para conquistar e converter infiéis) para encorajar os seus seguidores. Parece mais do que provável que o seu objetivo global era repor os limites do Império Bizantino (seu modelo e inimigo) no auge do seu poder. Na verdade, a sua «herança» bizantina impunha exigências próprias. Como outros grandes imperialistas antes e depois, os otomanos guiaram-se pela «lógica» do império. Era necessária uma política ofensiva para intimidar os seus vários Estados vassallos e colaboradores; impedir alianças hostis; estabelecer o controlo direto onde o controlo indireto falhara; proteger importantes zonas agrícolas e comerciais com um domínio mais firme sobre as rotas e fortalezas estratégicas. Os governantes otomanos tinham também objetivos comerciais. A sua expansão naval no mar Vermelho e no golfo Pérsico, e o seu esforço para afirmar o poder marítimo no oceano Índico, talvez tivessem como objetivo os proveitos das redes de comércio, como tiveram os empreendimentos marítimos de Portugal, Espanha e mais tarde a Holanda⁽⁵⁸⁾.



A expansão otomana, c. 1600

Estes métodos e motivos poderão ajudar a explicar o padrão da conquista otomana. Mas não podem explicar a implantação bem sucedida do domínio otomano, nem a sua extraordinária longevidade. O segredo do poder otomano foi a sua prudente conciliação entre as instituições religiosas, jurídicas e culturais do Islão, por um lado, e o absolutismo dinástico, por outro, moldado pela política cosmopolita da elite dirigente. Uma fé comum e o reconhecimento comum da chariá, ou lei islâmica, ajudou a tornar o domínio otomano aceitável no Crescente Fértil, Egito e no Norte de África, enquanto o papel do sultão como defensor do Islão contra o infiel cristão lhe conferia uma forte pretensão à lealdade dos fiéis. Na Europa otomana, os muçulmanos turcos e os conversos locais constituíam o núcleo da elite política e administrativa de que dependia em última instância a autoridade otomana. Uma alta cultura islâmica comum, que promovia valores comuns, desempenhou um papel fundamental na ligação das elites regionais do vasto império ao centro imperial. Os otomanos revelaram grande perspicácia ao reforçar essa solidariedade islâmica com várias inovações engenhosas. O sistema *timar* na Europa e na Ásia Menor atribuiu o controlo sobre as receitas das herdades rurais a uma elite local, obrigada em troca a prestar serviços militares ou administrativos ao Estado otomano. O sistema *millet* conciliou as minorias religiosas, cristãs e judaicas, concedendo-lhes uma forma de autonomia comunitária administrada pelos dirigentes clericais ou religiosos, nomeados, como o patriarca ortodoxo grego de Constantinopla, pelo sultão. O elemento mais influente nas populações conquistadas estava assim firmemente ligado ao sistema imperial. Os otomanos fizeram da aplicação rigorosa da lei e da tributação regular (por oposição a tributos arbitrários) um marco distintivo do seu regime, pelo menos na fase inicial da sua *Pax Ottomana* (59). Para muitos dos seus súbditos cristãos na Europa, o domínio otomano oferecia as mesmas virtudes imperiais de ordem e previsibilidade nas quais os britânicos viriam mais tarde a basear a sua pretensão à lealdade do camponês indiano. A capital imperial era uma cidade cosmopolita, onde os estrangeiros podiam esperar ser tratados com razoabilidade (60).

A verdadeira inovação do sistema otomano foi o *devshirme*. Até ao século XVII, os sultões otomanos compensavam a sua dependência do serviço político e militar da aristocracia turca com o recrutamento de um exército escravo de conversos muçulmanos (talvez sete ou oito mil por ano), separados na infância dos seus pais cristãos. O recrutamento *devshirme* eliminava os laços de parentesco e o localismo tão temidos pelos governantes pré-modernos. Fornecia os soldados para um corpo de janízaros (um exército permanente de 25 000 homens) espalhado por todo o império, além de escrivães e funcionários entre os quais os sultões escolhiam os seus conselheiros mais importantes (61). Criou o núcleo de uma classe dirigente «Osmanli» instruída e superior, os *askeri*, cuja perspectiva de vida era imperial e não local, étnica ou religiosa, e cujas lealdades eram sobretudo dinásticas e não territoriais. Na opinião de Busbecq, a seleção meritocrática da elite otomana punha-a muito acima das suas congéneres europeias. O sistema otomano parecia uma síntese engenhosa de religião e política num império cujo dinamismo espantava e aterrorizava os europeus da época. «Do lado deles», queixava-se Busbecq em 1560, «(...) resistência e trabalho árduo, união, ordem, disciplina, frugalidade e vigilância. Do nosso, pobreza pública, luxo privado, força reduzida, espírito quebrado» (62).

No entanto, os anos 60 do século XVI são geralmente descritos como o auge do poderio otomano, e o reinado de Solimão (1520–66) como o prelúdio de um rápido declínio em que o Império Otomano se afundou no «atraso». Muitas narrativas convencionais apresentam uma espécie de auto de moralidade. A «decadência» otomana é contrastada com a agressividade e iniciativa da Europa da Idade Moderna e atribuída a uma liderança fraca, ao aumento da corrupção, aos defeitos institucionais da monarquia otomana, às revoltas internas, à degradação da autoridade central, à falta de inovação comercial e técnica e à incapacidade de adotar políticas públicas de criação de riqueza

(63). Uma análise como deve ser deste assunto tem de esperar para um capítulo posterior, mas o diagnóstico de declínio é no mínimo prematuro. É verdade que em meados do século XVI o sistema otomano já começara a mudar. Os otomanos deixaram de se expandir para a Europa. A sua cavalaria feudal (*sipahi*) foi substituída por um «exército de pólvora». O poder militar otomano baseava-se cada vez menos no sistema *timar* e mais nas receitas dos cobradores de impostos, cujo domínio sobre as províncias parece ter aumentado à custa do centro. O declínio do *devshirme* no século XVII, talvez por pressão da elite de etnia turca, e a consolidação dos janízaros como casta hereditária – precisamente o que não devia ser – podem também ter enfraquecido o absolutismo estabelecido no século XV. As revoltas sociais e religiosas na Anatólia no final do século XVI foram talvez sintomáticas de um «tempo de dificuldades» otomano, não muito diferente do que acompanhou a frenética expansão da Rússia mais ou menos no mesmo período. Mas não devíamos exagerar as consequências destas mudanças. Poderá ser mais prudente encará-las como sinais de adaptação a uma nova estabilidade territorial, a formas mais complexas (e dispendiosas) de governo local, e a um padrão de crescimento económico que beneficiava a classe de notáveis provinciais (64). O chamado «declínio» da autoridade central pode ser uma «ilusão ótica» (65). Como a maioria dos Estados pré-modernos, o Império Otomano carecia dos meios para impor uma administração próxima dos seus súbditos, e conheceu fases alternadas de centralização e descentralização. A sua verdadeira proeza no século XVI foi criar a base para uma «comunidade» otomana descentralizada mas surpreendentemente coesa, que se estendia do Magrebe ao golfo Pérsico e da fronteira dos Habsburgos ao Império Safávida. O verdadeiro legado de Solimão, o *Magnífico*, e dos seus antecessores, não foi um Estado absolutista, mas uma rede de comunidades islâmicas governadas por elites «otomanizadas» que gozavam de autonomia regional ao mesmo tempo que permaneciam fiéis e dependentes da autoridade, prestígio e legitimidade da capital imperial em Constantinopla. Menos temível aos olhos dos europeus do que o despotismo agressivo dos primeiros sultões, a «comunidade» otomana viria a revelar-se surpreendentemente duradoura. A sua sobrevivência não seria posta em causa antes de meados do século XVIII.

Se os otomanos não conseguiram alcançar uma vitória decisiva sobre os Estados cristãos no Sudeste da Europa e no Mediterrâneo, foi pelo menos em parte porque os seus recursos tinham sido afetados pela guerra de cem anos travada contra o Irão safávida, a leste – o equivalente islâmico às «guerras religiosas» que afligiram grande parte da Europa da Idade Moderna (66). Do ponto de vista otomano, esse esforço era muito mais importante para a estabilidade do seu império do que a continuação da expansão territorial na Hungria ou na Croácia. As fronteiras instáveis da Anatólia Oriental e do Azerbaijão formavam uma ponte entre as tribos turcas que residiam no centro do Estado otomano e as que dominavam grande parte do planalto iraniano. O domínio otomano na Ásia Menor e a supremacia otomana em grande parte do Crescente Fértil dependiam das lealdades tribais desta região volátil. Não admira por isso que os sultões otomanos reagissem de modo tão feroz ao aumento do poder safávida numa zona que era o fulcro da política e cultura turcas (67).

Ismail I, o fundador do Império Safávida, era filho do grão-mestre de uma ordem xiita militante sedeadada em Ardabil. A ordem passou a ser conhecida por Qizilbash, ou «Cabeças-vermelhas», por causa dos seus turbantes característicos. A particularidade fundamental do sistema safávida foi a consolidação de uma confederação tribal através da fidelidade comum a uma chefia religiosa afeta ao xiismo, a forma dominante do Islão no planalto iraniano (68). A animosidade xiita contra a maioria sunita (ortodoxa) no Islão teve origem na contestada sucessão de Maomé nos primeiros anos do califado islâmico e devia grande parte da sua intensidade emocional ao martírio de Hussein, o grande imã xiita derrotado e morto por forças sunitas e celebrado todos os anos durante o mês de Muharram. O Islão xiita tinha as suas próprias tradições escolásticas e teológicas e as suas cidades

santas e centros de peregrinação, em Najaf e Karbala (no atual Iraque). Havia também uma forte tendência milenarista no xiismo, com a crença no «Imã Oculto» (a quem se podia rezar) e a sua esperança de uma vitória final sobre um mundo sunita injusto. Talvez por causa disso, o islamismo xiita tem sido historicamente muito menos deferente para com a autoridade dos governantes seculares do que o sunita, voltando-se antes para os mulás, ou mestres religiosos ⁽⁶⁹⁾. A ideia genial de Ismail I foi reforçar uma coligação tribal (o meio habitual de construção de Estados no Irão Ocidental desde a morte de Tamerlão) com a devoção pessoal a si mesmo e aos seus sucessores como chefes dinásticos de uma fraternidade religiosa envolvida numa guerra santa ⁽⁷⁰⁾. Munido desta poderosa fórmula, alcançou um sucesso espantoso. Em 1501 tornou-se senhor de Tabriz, a maior cidade no Noroeste do Irão. Em 1510 os seus exércitos já tinham conquistado o Azerbaijão, Gilan e Mazandaran ao longo do mar Cáspio, Hamadã, Ispaão, Yazd, Kirman, Fars e grande parte do atual Iraque, bem como a Anatólia até Diarbekir (bem no interior da Turquia atual). Nesse mesmo ano derrotou também os uzbeques em Merv, no Khorasan, e lançou as bases para integrar grande parte do atual Afeganistão, com a sua cultura iraniana, no Império Safávida. Mas quatro anos depois, na Batalha de Chaldiran, na Anatólia Oriental, Ismail foi claramente derrotado pelo exército otomano, que dispunha de poder de fogo superior. Embora os safávidas continuassem a desafiar o domínio otomano na Anatólia Oriental, no Cáucaso e no Iraque durante mais um século (os safávidas governaram em Bagdad entre 1508 e 1534, e novamente entre 1623 e 1638), a derrota em Chaldiran revelar-se-ia decisiva no afastamento do centro de poder safávida da Anatólia para o planalto iraniano. Em 1530 a capital foi transferida da vulnerável Tabriz para Kasvin, acabando por se estabelecer em Ispaão em 1598.

Nessa altura, a base original do poder safávida já fora consideravelmente modificada. Nos reinados de Ismail I e do seu filho Tahmasp, a força militar e os «emires» – a elite militar e administrativa que governava o império – tinham sido recrutados entre as tribos turcomanas. A distribuição de terras conquistadas tinha sido o meio de preservar a lealdade das tribos à casa reinante. O preço fora a luta sectária, e às vezes o conflito aberto, entre tribos cujo modo de vida nómada era incompatível com uma administração territorial estável. No entanto, a subida ao trono de Abbas I, o quinto xá safávida, em 1587, marcou o início de uma revolução política. Abbas livrou-se da perigosa dependência do apoio tribal turcomano através de um estratagema muito semelhante ao *devshirme* otomano. Nas comunidades cristãs da Geórgia e da Transcaucásia recrutou um exército e uma burocracia de *qullars* (ou *gholamani*), escravos conversos cuja fidelidade seria total ⁽⁷¹⁾. No final do seu reinado, em 1639, mais de metade das províncias safávidas eram governadas por *qullars*. Abbas criou também um exército real de mosqueteiros (de etnia iraniana, não turca), e uma cavalaria e artilharia *qullars*, pagos com as receitas de um número crescente de províncias «Khassa» administradas diretamente ⁽⁷²⁾. Este regime representou uma diluição intencional do antigo carácter turcomano do safavismo, e uma dependência cada vez maior de iranianos e escravos estrangeiros, que adotavam a cultura persa e não a turca. A escolha de Ispaão como capital imperial, o grandioso projeto de arquitetura que transformou a cidade, o patrocínio régio do ornamental e o desenvolvimento de uma escola de filosofia característica de Ispaão marcaram o surgimento de uma nova alta cultura persa que conquistaria o respeito e admiração (além de influenciar o pensamento e a língua) das elites etnicamente diversas de um império que, no seu auge, se estendia de Tabriz a Kandahar (conquistada por Abbas em 1622).

A reunificação safávida de grande parte do «Irão Maior», juntamente com a paz e ordem internas (relativas), também contribuíram para a revitalização do comércio, promovida energicamente pela casa reinante. Os safávidas usaram o aumento de receitas para beneficiar as rotas comerciais e construir caravanchais. No reinado de Abbas, o principal artigo de exportação do Irão, a seda crua,

passou a ser um monopólio real (com comerciantes arménios como seus agentes) ⁽⁷³⁾, e Ispáão, com a sua cidade gémea de Nova Julfa, tornou-se um grande centro de comércio, com uma comunidade mercantil indiana de cerca de 20 000 indivíduos no final do século XVII ⁽⁷⁴⁾. Quando John Fryer visitou a cidade em negócios, em 1677 (percorrendo as ruas trajado de persa para não atrair atenções), encontrou um mercado de tecidos maior do que o famoso Blackwell Hall, em Londres, e quatro igrejas católicas. O xá autorizara os monges agostinhos a construir uma igreja em 1598, e pagara até a decoração ⁽⁷⁵⁾. Abbas teve a força suficiente para destruir a colónia portuguesa em Ormuz em 1622, favorecendo o seu próprio empório em Bandar Abbas. Como veremos, o projeto safávida de um grande império agrário, com um comércio florescente sob domínio régio e uma alta cultura unificadora, acabaria por não se realizar devido à incapacidade de subjugar completamente os elementos tribais turcomanos – reflexo talvez da proporção pouco favorável entre a agricultura sedentária e o pastoralismo nómada no planalto iraniano ⁽⁷⁶⁾. Não obstante, através da imposição do islamismo xiita, institucionalizando-o como a «religião do Estado» ⁽⁷⁷⁾, e restaurando o persa como língua do governo e da alta cultura, os safávidas estabeleceram nos seus vastos domínios um grau notável de unidade cultural. A associação do seu poder à uniformidade religiosa e à religiosidade popular contrastava visivelmente com o modelo otomano, e poderá ajudar a explicar por que razão o legado territorial definitivo dos safávidas se revelaria mais impressionante do que o dos seus antigos rivais otomanos.

O Império Otomano e o Irão safávida eram ambos Estados sucessores do efémero império mundial que Tamerlão construíra entre 1380 e a sua morte, em 1405. O rajado timúrida desfizera-se no século XV, mas o seu antigo centro imperial em Turan (Transoxiana, ou Turquestão Ocidental) continuava a ser o grande entreposto cultural do mundo islâmico e a rampa de lançamento para aspirantes a imperialistas no oeste e sul, em direção ao planalto iraniano e ao Próximo Oriente ou às planícies do Norte da Índia. A sua elite turco-mongol, com a sua prestigiada alta cultura, uma conceção grandiosa da monarquia e o domínio de uma rede comercial e diplomática, era uma classe dirigente em busca de um império.

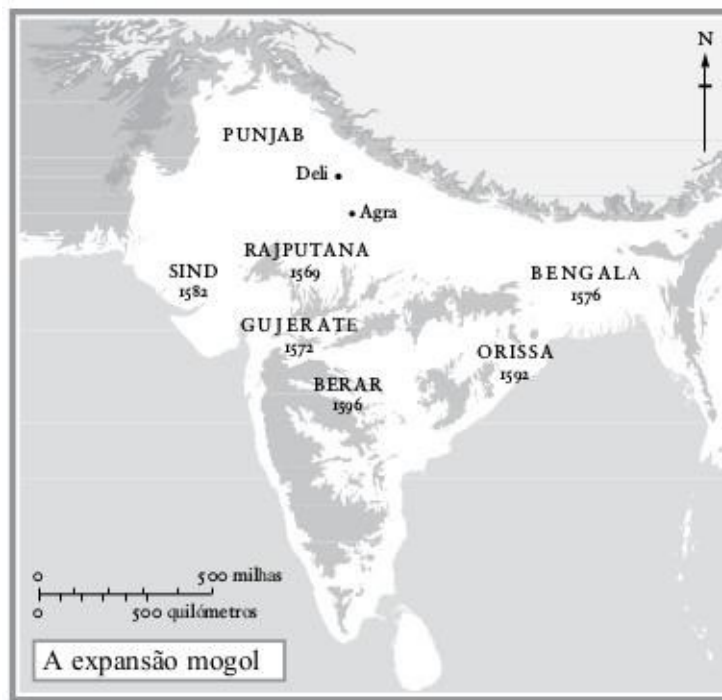
No entanto, em 1500, talvez porque os sucessores enfraquecidos do regime timúrida já não eram capazes de defender os oásis de Turan contra os ataques dos guerreiros nómadas da estepe, o centro do domínio timúrida já fora invadido pelos uzbeques. Um dos príncipes timúridas expulsos de Samarcanda foi Babur, que se refugiou em Cabul ⁽⁷⁸⁾. Mas o espírito timúrida era resistente. Em 1519, com um exército de cerca de 1500 homens, Babur invadiu as planícies do Norte da Índia, como um Pizarro asiático decidido a erguer um novo reino timúrida. Entrou no Indostão, não como um bárbaro predador das estepes da Ásia Central, mas como representante da sociedade mais avançada e culta do mundo islâmico. Na Batalha de Panipat, perto de Deli, Babur derrotou a dinastia muçulmana reinante, o sultanato Lodi de Deli, e tornou-se senhor do Norte da Índia. Por trás desta vitória estavam a coragem pessoal, o talento militar e o poderio técnico da arte de guerra centro-asiática, com a sua mobilidade tática ⁽⁷⁹⁾. Mas o sucesso do regime conquistador de Babur também se deveu ao seu prestígio timúrida e ao seu domínio das rotas comerciais entre o Norte da Índia e a Ásia Central, por onde passavam talvez metade das exportações mais valiosas da Índia ⁽⁸⁰⁾. O próprio Babur, embora satisfeito com a riqueza conquistada no Indostão, encarava a ausência de confortos civilizados com um desprezo imperial pelo atraso colonial. Quando chegou a Agra, ficou chocado com o estado dos terrenos onde queria construir um verdadeiro *char-bagh* – um jardim ao estilo iraniano com água corrente e flores. Mas as obras avançaram: «Depois, naquele Indostão desordenado e sem graça, canteiros de jardim foram (...) delineados com ordem e simetria (...) e em

cada canteiro, rosas e narcisos em perfeita harmonia» (81). Parece mais do que provável que a verdadeira intenção de Babur fosse usar os recursos do Norte da Índia para restaurar o domínio timúrida em Samarcanda, a capital de Tamerlão. Foi a sua morte prematura (significativamente, foi sepultado em Cabul, por sua ordem) e a política do seu filho Humayun que ditaram que o empreendimento timúrida se concentrasse antes no domínio do Norte de Índia.

O Indostão que os sucessores de Babur governariam fora dominado desde o século XI por elites guerreiras muçulmanas de origem turcomana ou afegã. Em 1500, grande parte do subcontinente indiano já se encontrava dividido entre os grandes Estados que eles tinham fundado: os sultanatos de Deli, Bengala, Gujarate, Decão (subdividido em cinco Estados sucessores em 1500), Khandesh, Multan e Caxemira. Só em Mewa (um Estado rajapute no Norte da Índia) e em Vijayanagar (no extremo sul) é que os Estados hindus resistiram ao dilúvio. As elites coloniais muçulmanas, os *ashraf*, mostraram-se ansiosas por defender a sua solidariedade de grupo. Mantiveram um «sistema» intelectual de teólogos, pregadores e juizes para preservar a sua cultura distintiva contra o perigo de absorção pelo meio hindu (82). Para afirmar a permanência do seu domínio, construíram mesquitas, universidades, santuários e monumentos ostentosos, como o impressionante *minar* ou torre de Chhota Pandua, em Bengala (83). Nos sultanatos, o seu poder baseava-se num sistema de concessões de terras semifeudais em troca de serviço militar, e dependia fundamentalmente dos excedentes agrícolas dos agricultores hindus, sobretudo no grande «crescente fértil» das planícies indo-gangéticas do Norte da Índia.

A *entrada* dramática de Babur fora uma falsa partida. Os governantes de Deli que tinham fugido para o Leste da Índia restabeleceram-se sob Sher Xá, que expulsou Humayun da Índia em 1539–40. Mas os sucessores de Sher Xá revelaram-se incapazes de construir um império coeso no Norte da Índia, e os timúridas regressaram a Deli em 1555. Foi o reinado de Akbar (1555–1605), neto de Babur, que assistiu à verdadeira fundação do império mogol dos timúridas. Akbar lançou-se numa série de conquistas territoriais que poria quase todo o subcontinente, exceto o extremo sul, sob seu domínio no início do século XVII. Esse domínio não seria um despotismo transitório, nem o império de um flibusteiro que se desintegraria tão depressa como fora erguido. Pelo contrário, Akbar recorreu às tradições timúridas para construir um sistema imperial mais imponente e duradouro do que todos os outros que os anteriores governantes muçulmanos na Índia tinham sido capazes de criar.

No âmago do império de Akbar estava a grande aristocracia de serviço de *mansabdars* ou funcionários imperiais (a maioria de origem centro-asiática ou iraniana) (84) que eram os emires – a elite militar e administrativa. Estes homens eram recompensados (e a sua lealdade garantida) com a concessão de grandes rendimentos provenientes de propriedades rurais. A engenhosidade do sistema de Akbar residia na distinção cuidadosa entre as receitas associadas a um *jagir* (um dos latifúndios que a elite detinha como *jagirdars*) e o exercício da autoridade administrativa ou judicial sobre a população. Em qualquer localidade o *jagirdar* exercia o direito tributário mas não o controlo político, reservado ao funcionário representante do *padshah* – ou imperador (85). O centro imperial impediu assim o surgimento de um sistema feudal descentralizado. Ao incentivar uma nova e ubíqua prática de avaliação regular da tributação, garantia que o Estado recebesse a maior parte das receitas que os *jagirdars* arrecadavam. Embora por vezes fossem obrigados por conveniência política a fazer cedências aos poderosos latifundiários locais (demasiado arreigados para serem facilmente erradicados), os ministros de Akbar conseguiram aplicar o seu sistema tributário – cobrando em dinheiro talvez metade do valor da produção agrícola (86) – com notável uniformidade em todos os seus territórios (87).



Este grande fluxo de receitas era o verdadeiro sustentáculo do poder imperial mogol. Pagava o exército e um programa cultural baseado nas práticas da Samarcanda timúrida. Na tradição turco-iraniana, seguida por Tamerlão, Akbar apresentou-se, não como um rei-guerreiro muçulmano, mas como monarca absoluto de uma população vassala e diversificada⁽⁸⁸⁾. A sua genealogia oficial reivindicava a ascendência, não só de Tamerlão, mas também de Gengis Khan⁽⁸⁹⁾, e por conseguinte o seu legado como «conquistadores do mundo». O ritual da corte mogol – sobretudo o aparecimento diário (*darshan*) de Akbar numa plataforma elevada (*jaroka*) – realçava a autoridade suprema do *padshah* sobre todos os seus súbditos, incluindo os maiores e mais ricos. A corte era o centro de um opulento mecenato literário. Promovia o estudo das «ciências racionais» muçulmanas e a escrita de poesia, o principal meio literário no mundo islâmico. Mas a cultura da corte mogol, sobretudo a sua arte e literatura, inspirava-se em modelos persas ou centro-asiáticos. O persa era a língua da vida intelectual e do governo. A vida e a paisagem do Irão (e não as da Índia) inspiravam os poetas mogóis, que evocavam um mundo longe «das influências poluidoras dos povos subjugados»⁽⁹⁰⁾. Tal como Tamerlão, Akbar empreendeu um grandioso projeto de construção: a efémera capital imperial em Fatehpur Sikri foi a sua obra mais admirável. O regime de Akbar era cosmopolita e eclético, honrando a influência da Ásia Central como grande entreposto cultural. É até possível que a sua tentativa frustrada de estabelecer um governo mais centralizado nos anos 70 e 80 do século XVI (que levou à grande revolta de 1580–82) tivesse sido indiretamente inspirada no sistema chinês de burocracia meritocrática retransmitido através da Samarcanda timúrida⁽⁹¹⁾. Numa atitude que se tornou famosa, Akbar rejeitou a distinção islâmica entre os fiéis muçulmanos (a *umma*) e os não-crentes. Aboliu a *jizya* (imposto individual sobre os não-muçulmanos) em 1579 e considerou até a divulgação de uma nova síntese religiosa do islamismo e hinduísmo.

A riqueza e o esplendor do império de Akbar refletiam a dimensão e a produtividade da economia mogol. Com uma população de 60 a 100 milhões de pessoas, e um «crescente fértil» de ricos solos aluviais, os mogóis presidiam a uma economia maior e mais rica do que a dos otomanos ou dos safávidas⁽⁹²⁾. Exportando grandes quantidades de alimentos, tecidos de algodão, tabaco, açúcar e índigo, sobretudo para os seus vizinhos otomanos, iranianos e uzbeques, a Índia mogol era uma grande potência comercial. Os comerciantes indianos mantinham uma vasta rede com Bukhara,

Ispão e até com Astracã, na Rússia moscovita. A manufatura artesanal, sobretudo de têxteis, estava amplamente disseminada pelas zonas rurais, e algumas estimativas indicam que a capacidade de fabrico da Índia na Idade Moderna era muito superior à da Europa. Os mogóis constituíram um estímulo não só para o comércio interno mas também para o comércio externo. A eficiência do seu sistema tributário criava um excedente enorme que era gasto em artigos de luxo e manufaturas pela classe privilegiada de detentores de receitas, os *mansabdars* e *jagirdars*, e pelos vastos séquitos que mantinham. O comércio inter-regional tornou-se mais barato e mais fácil com a *pax mogol*, e a conveniência e segurança das viagens no interior do país foi notada pelos visitantes europeus⁽⁹³⁾. Na realidade, os governantes mogóis trouxeram consigo a tradição centro-asiática de proteger e promover o comércio (os governantes da Ásia Central eram os guardiões da Rota da Seda). Construíram fortalezas e caravanserais, fundaram novas cidades e expandiram antigos centros de comércio. É verdade que em certos aspetos a Índia mogol exibía características «atrasadas» ou «coloniais», comparativamente ao núcleo turco-iraniano do mundo islâmico e às civilizações rivais na China e no Ocidente. Era menos avançada tecnologicamente – a fantástica destreza dos artesãos indianos compensava a escassez de ferramentas. Embora o Estado fosse dinâmico, existiam poucos sinais de que a elite privilegiada de cobradores de impostos estivesse a dedicar a sua riqueza ao aumento da produção agrícola ou da produtividade de outros tipos de empreendimentos⁽⁹⁴⁾. Um ambiente agreste e instável pode tê-los desencorajado⁽⁹⁵⁾. Mas à data da morte de Akbar existiam poucas razões para pensar que as bases económicas do poder mogol se revelariam incapazes de sustentar um grande Estado imperial e a cultura islâmica que este representava.

O Longo Século XVI na Ásia Oriental

O longo século XVI foi também um período de excepcional dinamismo na Ásia Oriental – a vasta região ocupada pela China, Japão, Coreia e a estepe da Ásia Interior. A primeira fase do domínio Ming na China entre 1368 (início da dinastia) e a década de 30 do século XV assistira à reafirmação enérgica de uma tradição política e cultural distintivamente chinesa depois do longo interlúdio de domínio estrangeiro sob os Yuan mongóis. Os primeiros imperadores Ming revigoraram o Estado burocrático e o seu sistema de exames. Expulsaram os principais ministros do anterior regime e estabeleceram um absolutismo pessoal. Proclamaram a devoção à ortodoxia confuciana e promoveram a compilação e publicação de textos confucianos. Em 1420, Pequim foi reinstituída como capital imperial, depois de a conclusão do Grande Canal assegurar o fornecimento regular de cereais a partir da grande região agrícola do vale do Yang-tzé⁽⁹⁶⁾. De todas estas formas, os Ming foram os verdadeiros fundadores do sistema de governo que subsistiu na China até à revolução de 1911. A sua reafirmação da supremacia cultural confuciana durou quase o mesmo tempo.

O poder Ming representou uma reação veemente àquilo que os seus apoiantes iniciais viam como a corrupção, opressão e tributação excessiva dos Yuan mongóis⁽⁹⁷⁾. Respeitando as crenças confucianas, os imperadores Ming adotaram uma ideologia agrária em que a terra era a verdadeira riqueza, e a riqueza baseava-se em obrigações sociais, tanto para os mais pobres como para os mais ricos. A ordem social e a coesão cultural, as condições essenciais para a estabilidade imperial, estavam ligadas ao sistema de produção agrícola, de cujos pagamentos em géneros alimentícios e impostos de propriedade a autoridade dinástica dependia. O receio das desordens que tinham contribuído para derrubar os Yuan e uma preocupação vigilante com a tranquilidade rural tornaram os Ming relutantes em tributar em excesso, apesar do enorme encargo da defesa das fronteiras. Assim, no século XVI já tinham uma burocracia com falta de pessoal, mal paga e insuficiente⁽⁹⁸⁾.

Uma base tributária demasiado pequena e a proibição da atividade comercial por parte de organismos do Estado provocaram uma crise fiscal. No final do século XVI o esforço defensivo de um exército que se pagava a si próprio com as suas próprias herdades rurais também já se esgotara por completo ⁽⁹⁹⁾. Também nessa altura, o nível de desordem rural – relativamente baixo durante grande parte da era Ming – já tinha começado a subir acentuadamente.

A diplomacia Ming tinha por objetivo garantir as condições externas para a estabilidade interna. Deste ponto de vista, as famosas viagens ordenadas pelo imperador Yung-lo à volta do oceano Índico sob o comando do almirante Zheng-he foram uma aberração, induzidas talvez pelo receio dos ataques de Tamerlão e dos seus sucessores. Yung-lo, o «segundo fundador», que reinou entre 1403 e 1424, foi um monarca invulgarmente determinado e agressivo. O seu imperialismo naval, o esforço prolongado para integrar o Vietname no império e a sua campanha militar contra os nómadas da Ásia Interior podem ter feito parte de uma estratégia malograda para impor a supremacia da China a toda a Ásia Oriental ⁽¹⁰⁰⁾. Mas o esforço foi demasiado. Os seus sucessores adotaram uma alternativa drástica. A aventura marítima foi rapidamente abandonada. As viagens particulares para fora do país e o comércio externo foram proibidos. E para defender o Norte da China contra a invasão a partir da estepe ou de contactos indesejados com os nómadas, preferiram confiar, não em expedições militares, mas na Grande Muralha. Erguida para ampliar e reforçar defesas fronteiriças mais antigas, a Grande Muralha foi construída sobretudo depois de 1470 e concluída nos séculos seguintes. Ainda estava a ser construída quando a dinastia Ming foi derrubada em 1644 ⁽¹⁰¹⁾.

Os governantes Ming posteriores decidiram assim defender o lugar da China na Ásia Oriental realçando a sua unidade cultural e rejeitando as relações comerciais com o estrangeiro. Isso implicou um afastamento intencional da política centro-asiática, sobre a qual os Yuan tinham exercido uma influência decisiva. Exigiu um esforço determinado para integrar o comércio marítimo e o comércio centro-asiático no rígido esquema de tributos oficiais. No início do século XVI isso já se havia tornado insustentável. A procura de tecidos e cereais chineses pelos nómadas da estepe excedia a oferta através dos canais de comércio oficiais. Os conflitos fronteiriços aumentaram ⁽¹⁰²⁾. Para os vizinhos nómadas da China, a razia e o roubo forneciam as mercadorias que os chineses se recusavam ou não estavam autorizados a trocar. Ao longo da costa marítima, a mesma política restritiva gerou um enorme aumento do contrabando e da pirataria, enquanto a China sentia os primeiros efeitos da intromissão comercial da Europa e, com maior importância, da transformação política e económica do Japão.

Desde finais do século XII, o Japão fora governado através de um compromisso, segundo o qual a autoridade legítima pertencia ao imperador mas o poder efetivo era exercido pelo xógum, reconhecido formalmente como vice-rei ou regente pela corte imperial. O xógum ou «generalíssimo» era – ou tentava ser – um ditador militar hereditário, e vinha normalmente das fileiras dos generais do imperador. No entanto, a verdadeira base do poder do xógum era a sua coligação de aliados entre os senhores feudais e os seus *bushi*, ou samurais, a classe de guerreiros. Mas no tempo dos xóguns de Ashikaga este «sistema» desfez-se numa anarquia de feudos antagónicos que durou dos anos 60 do século XV a meados do século XVI. Mais ou menos na mesma época, o Japão conheceu uma fase de assinalável expansão comercial. Foram produzidas novas culturas agrícolas e exportados novos produtos, incluindo cobre, enxofre e espadas. Por causa dos controlos Ming sobre o comércio, o acesso ao principal mercado do Japão era feito sobretudo através de uma rede de contrabandistas e piratas. Mas a queda dos xóguns, que também reprovavam o comércio não oficial, e a ascensão dos dáimios, os senhores dos «domínios» locais, muitos deles com interesses diretos no comércio, provocou um aumento súbito de empreendimentos marítimos japoneses. Na década de 50 do século XVI, os comerciantes, flibusteiros e piratas *wako* japoneses já

tinham chegado à Tailândia, Birmânia e Índia. A produção de prata transformou o Japão num «México asiático» e num importante parceiro comercial para os portugueses e espanhóis, que tinham chegado ao Pacífico (103). Em 1567, o imperador Ming desistiu da luta contra o comércio ilegal e abriu os portos da China – mas não ao Japão (104). Cantão foi aberto a comerciantes estrangeiros em 1578. O Japão autorizou a entrada de mercadores portugueses, que se instalaram em Nagasáqui em 1571.

Estes acontecimentos na Ásia Oriental coincidiram com um período extraordinário de ação missionária cristã. O seu «quartel-general» situava-se em Goa, a capital do Estado Português da Índia. O direito de Portugal a um monopólio europeu sobre a exploração e comércio da Ásia fora aprovado pelo papa como parte da missão de levar a fé aos pagãos. Goa foi a porta de entrada para dezenas de missionários que se dirigiram para a Ásia. São Francisco Xavier, cofundador da Companhia de Jesus, desembarcou em 1542, descalço e esfarrapado. Morreu dez anos depois, na costa do Sul da China. O seu corpo foi devolvido para ser enterrado em Goa e exibido uma vez por ano, milagrosamente preservado da deterioração física. O seu prestígio religioso era tão grande que o papa exigiu que pelo menos um braço devia ser enviado para Roma. Outros jesuítas conseguiram chegar à corte mogol e um deles, Roberto di Nobili, passou vários anos no Sul da Índia, na tentativa vã de conciliar o hinduísmo e o catolicismo de um modo que satisfizesse os brâmanes. Mas talvez o mais extraordinário dos padres jesuítas tivesse sido Matteo Ricci. Chegou à China na década de 80 do século XVI e, depois de anos de muita diplomacia, recebeu autorização para se deslocar a Pequim em 1601. Uma vez na cidade, a sua erudição, astuciosamente adaptada ao estilo e porte de um sábio confuciano, proporcionou-lhe o acesso à corte. Ricci foi capaz de desenhar o primeiro mapa na China a incluir as Américas. Os seus conhecimentos de cartografia, medicina e astronomia tornaram-se a «imagem de marca» da missão jesuíta, e a sua principal fonte de prestígio. O verdadeiro objetivo de Ricci – convencer os intelectuais confucianos de que o seu conceito de céu era na verdade igual à ideia cristã de Deus – revelou-se muito mais difícil de alcançar. No entanto, muito depois da sua morte, a missão continuou a ser a fonte mais segura de informações europeias sobre assuntos chineses, até à chegada em força dos comerciantes europeus ao Sul da China depois de *circa* 1750.

Para os Ming, contudo, nem as concessões comerciais nem a sua tentativa de aplacar a hostilidade dos nómadas da fronteira trouxeram descanso. No Japão, o período após 1570 assistiu a uma luta decisiva pela reunificação, quando primeiro Nobunaga e depois Hideyoshi estabeleceram uma implacável supremacia pessoal sobre os dáimios rebeldes – com a ajuda da nova tecnologia da pólvora dos mosquetes e espingardas. Hideyoshi estava determinado a conseguir o domínio sobre a rota comercial do Japão com a China, ao longo da costa coreana. Frustrado com os adiamentos dos Ming, engendrou um plano extraordinário para conquistar primeiro a Coreia e depois a própria China. Em 1592 invadiu a Coreia, com um enorme exército de 200 000 homens. Quando os chineses intervieram, ele negociou algum controlo sobre a Coreia e liberdade para comerciar com a China. Depois da recusa dos chineses, organizou uma segunda invasão em 1597, mas esta foi rapidamente cancelada quando ele morreu inesperadamente. A ambição de Hideyoshi ultrapassava o seu poderio militar. Os Ming não podiam ser simplesmente postos de parte. Mas a verdadeira vítima das guerras na Coreia foram as finanças dos Ming – e o sistema Ming.

Os Ming tinham afastado a ameaça japonesa, mas continuavam a enfrentar a pressão constante dos nómadas mongóis ao longo da Grande Muralha. O seu inimigo mais perigoso estava a construir o império fronteiriço que os dominaria por completo depois de 1620. Durante a última década do século XVI, Nurhaci, um generalíssimo nómada ao estilo de Gengis Khan, estabelecera uma entidade política manchú que reunia elementos tribais da floresta e da estepe e comunidades rurais sedentárias no distrito fronteiriço a nordeste de Pequim. À medida que o governo Ming enfraquecia no meio de

uma crise fiscal e de uma desordem interna cada vez maior, Nurhaci reforçava o seu domínio sobre os mongóis e chineses das fronteiras. Para estes últimos, esse novo domínio era mais real do que o do seu suserano nominal. Em 1601 Nurhaci criou um exército permanente usando o sistema de «estandarte», em que a ênfase atribuída à identidade étnica manchu era combinada com a divisão em «companhias» militares como as principais unidades sociais e administrativas. Em 1615 enviou a sua última missão tributária a Pequim. Três anos depois emitiu um manifesto condenando os Ming e declarando a sua intenção de derrubar a dinastia. Em 1636, através do aliciamento de chineses poderosos e da conquista militar, os sucessores de Nurhaci realizaram essa ambição – embora a sua ascensão dinástica como os Manchus ou Ch’ing (a versão *pinyin* é «Qing») tivesse sido adiada até à queda de Pequim e normalmente date de 1644.

Qual foi o alcance desta mudança no «Mandato do Céu» e da reunificação do Japão depois de 1590? Em conjunto puseram fim à experiência em «abertura» iniciada na Ásia Oriental depois de 1550. No final do século XVI, a combinação de expansão comercial e marítima japonesa, a abertura da China e o pequeno fluxo de comércio europeu tinha estimulado o tráfego de pessoas, bens e ideias (¹⁰⁵). Os chineses e os japoneses entraram no Sudeste Asiático; os europeus chegaram ao Japão e à China. Na China, novos mercados externos para a porcelana e seda fomentaram o crescimento urbano. O influxo de prata japonesa e americana em pagamentos monetizou a economia e o seu sistema fiscal – um ganho importante num país sem metais preciosos (¹⁰⁶). O Japão, com a sua enorme população de cerca de 12 milhões (três vezes a da Grã-Bretanha da época), o seu setor marítimo e a sua reserva de prata, pode ter sido o agente crucial desta abertura. Foi nos portos comerciais do Sudoeste do Japão que o cristianismo estabeleceu uma base de operações quando os jesuítas chegaram, depois de 1580. A atração do cristianismo como cola social foi habilmente explorada numa época de grande desordem (¹⁰⁷). Mas a supremacia de Hideyoshi, a que seguiu a repressão sistemática da autonomia dos dáimios por Ieyasu (1524–1616), o primeiro xógum Tokugawa, ditaram o fim gradual do século «cristão» do Japão e de um breve período de abertura no comércio ultramarino. O cristianismo foi culpado pela resistência dos dáimios, sobretudo em Kyushu (onde houve uma grande revolta em 1638–9). Muitos cristãos foram mortos e o cristianismo banido totalmente em 1640. Ieyasu tentou controlar o comércio externo. Os seus sucessores preferiram excluir por completo os europeus. Os espanhóis foram expulsos em 1624. Os comerciantes ingleses já tinham partido. Os portugueses foram confinados à ilha de Deshima, no porto natural de Nagasáqui, e depois obrigados a partir em 1639. Após 1635, os japoneses foram proibidos de viajar para o exterior. Os comerciantes e artesãos chineses continuaram a chegar: Nagasáqui tinha o seu próprio bairro chinês. A influência cultural da China continuava a ser extremamente forte. Mas em relação ao resto do mundo a política de isolamento (*sakoku*) era quase absoluta.

Coincidiu com a reafirmação sistemática da ideologia confuciana pelo novo regime Tokugawa, sedado então em Edo (atual Tóquio). O poder Tokugawa manteve a forma do feudalismo nos territórios dos dáimios mas alterou a substância. A suserania feudal foi enfraquecida pela concessão de autonomia a nível das aldeias e pela transformação dos samurais de uma classe guerreira local em algo mais parecido com uma aristocracia de serviço assalariada, paga (em arroz) para administrar os domínios. Para ajudar a legitimar esta nova medida, os primeiros Tokugawa patrocinaram ideólogos e educadores confucianos. Pregaram as ideias confucianas de uma hierarquia de quatro classes (funcionários públicos, camponeses, artesãos e comerciantes), e a necessidade de buscar a harmonia social e natural numa sociedade bem organizada (¹⁰⁸). Na China dos Ch’ing a história foi semelhante. A mudança dinástica implicou, não o fim do confucianismo, mas o seu reforço intencional como a ideologia oficial do novo regime manchu. Os governantes Ch’ing eram instintivamente menos hostis

aos contactos comerciais com o exterior do que os seus antecessores Ming. Mas desconfiavam profundamente do seu sentido político na região litoral a sul do Yang-tzé, que era geograficamente distante, difícil de controlar e refúgio de lealistas Ming que só muito lentamente foram derrotados (¹⁰⁹). Mas o feito mais significativo da dinastia Ch'ing foi acabar com a introversão desastrosa da política fronteiriça Ming. A experiência manchu em diplomacia da estepe ajudou a transformar a Mongólia Interior numa zona-tampão e a introduzir o poder imperial da China na Ásia Interior. A ameaça do norte interior à estabilidade da China foi eficazmente neutralizada. Com um Japão outrora agressivo recolhido seguramente num isolamento neoconfuciano e o confucianismo firmemente instalado na Coreia e no Vietname, a ascensão ao poder dos Ch'ing anunciava uma restauração notável da «ordem mundial» oriental. A influência europeia, com sede na longínqua Java, estava confinada aos seus nichos. Os anteriores interesses holandeses no comércio direto e na diplomacia sucumbiram ao clima de indiferença mútua: em 1690 a Companhia Holandesa das Índias Orientais já tinha deixado de enviar navios para a China (¹¹⁰). Entretanto, a China imperial atingia o auge do seu poder.

Comparando a Europa

Comparar a Europa com outras regiões da Eurásia nos séculos XV e XVI exige (para os leitores europeus) alguma adaptação mental. O nosso conhecimento da Europa é de tal modo mais pormenorizado que é fácil vê-la como um formigueiro cultural e político que contrasta com o «torpor» das sociedades «orientais». A existência de tantas jurisdições diferentes, com os seus próprios governantes, exércitos, leis e sistemas fiscais, todos competindo para sobreviver, aumenta a impressão de uma civilização atarefada e enérgica. Mas não devíamos confundir toda esta atividade (e a enorme quantidade de documentação que ela produziu) com a prova de que os Estados europeus tinham descoberto os meios para impor a sua preeminência ao mundo em geral.

Pelo contrário. Os elementos mais dinâmicos da cultura europeia da Idade Moderna auguravam, não tanto uma grande transformação, mas uma síndrome de instabilidade destrutiva. A revolta intelectual contra o escolasticismo da Baixa Idade Média e a «redescoberta» de um acervo muito maior de literatura clássica constituíram os principais ingredientes do «humanismo renascentista». A história, política e retórica da Roma republicana tinham exercido uma atração especial sobre os meios urbanos, burocráticos e classistas do Norte da Itália e da Flandres (¹¹¹). Mas também promoveram uma nova conceção de Estado secular que contrariava as pretensões do privilégio clerical. Criaram um clima religioso e intelectual em que as doutrinas e instituições da Igreja Católica podiam ser criticadas de forma muito mais sistemática, e não apenas por hereges ou rebeldes sociais isolados. O sucesso espantoso da Reforma protestante baseou-se na sua rápida ascensão à respeitabilidade intelectual, na atração que exerceu sobre os líderes seculares (como o Eleitor da Saxónia, cuja proteção foi decisiva para a influência de Lutero) e na sua ligação à defesa da autonomia urbana ou dos príncipes contra as crescentes exigências de dinastas e construtores de impérios.

Na verdade, a dissidência religiosa podia facilmente ser encara da como uma ameaça devastadora à ordem social, política e moral numa altura em que o crescimento demográfico e a inflação dos preços agudizavam o conflito social. O medo da sua proliferação inspirou o projeto papal de reforma da Igreja promulgado no Concílio de Trento entre 1545 e 1563 e explica a urgência com que Isabel I construiu uma *via media* anglicana na Inglaterra. Mas não houve qualquer abrandamento no combate ideológico feroz entre católicos e protestantes depois de 1560, como revelaram as guerras

religiosas em França e a revolta dos protestantes holandeses contra o seu governante Habsburgo católico. Se o humanismo renascentista criara um novo tipo social – os individualistas egocêntricos, competitivos e calculistas imaginados por Jacob Burckhardt (¹¹²) – e transformara o Estado de um agregado de costumes numa «obra de arte» (¹¹³), a Reforma trouxera um espírito de revolta, intolerância e dogmatismo que ameaçou tornar ingovernáveis os Estados conflituosos do Ocidente.

Talvez por essa razão, a ideia política mais apelativa da época era o dinasticismo. O dinasta era o legislador ideal, gozando de legitimidade através da ascendência (ao contrário dos déspotas, que venciam por si próprios) e inspirando a lealdade total dos seus súbditos. Quando combinado com novas ideias de burocracia secular e do monarca como o glorioso mecenas do saber e das artes, o regime dinástico era um instrumento poderoso para mobilizar recursos sociais e impor a ordem política. Na prática, as circunstâncias da Europa diminuían bastante o potencial do dinasticismo. Duma maneira geral, o poder local estava ainda nas mãos dos grandes aristocratas e suas redes de clientelismo, cujas ambições e rivalidades eram quase sempre mais fortes do que os decretos reais. Eles podiam invocar o patriotismo regional e a sua ligação ao costume contra os planos centralizadores dos dinastas e mobilizar o apoio de dissidentes religiosos (ou a resistência conservadora a um regime reformador). O projeto dinástico mais grandioso de todos, o plano de Carlos V para um império universal unindo os territórios dos Habsburgos na Alemanha, Espanha e Países Baixos sob um único governante, o seu filho Filipe, foi gorado por uma aliança de príncipes alemães e reformadores protestantes.

O dinasticismo era também uma força desestabilizadora num continente subdividido em diferentes jurisdições. As expectativas e políticas dinásticas dependiam de acidentes de nascimento e morte, uma fonte interminável de reivindicações e disputas. A «lógica» dinástica menosprezava a autonomia local ou a identidade cultural. Ignorava o equilíbrio de poderes. Provocava os desentendimentos acesos revelados nas guerras Valois-Habsburgo da primeira metade do século XVI. Excluía também qualquer ação conjunta contra o imperialismo otomano no Sudeste da Europa ou no Mediterrâneo. Preferiam fazer a paz com os turcos, declararam os príncipes alemães em 1551, a aceitar o futuro Filipe II como seu soberano (¹¹⁴). O horror perante o infiel não impediu o pacto franco-turco contra os Habsburgos em 1536. Nem convenceu Filipe II a desistir da sua luta contra os rebeldes holandeses e a concentrar o poder espanhol contra os turcos no Mediterrâneo depois de 1580 (¹¹⁵). Longe de idealizar uma supremacia comum sobre o resto da Eurásia, a política europeia andava obcecada com conflitos internos. Sintomaticamente, a riqueza do Novo Mundo foi usada para financiar as ambições dinásticas do Velho. O enorme aumento de rendimento da prata americana depois de 1580 permitiu a Filipe II pagar as suas guerras de hegemonia dinástica – se bem que nem mesmo esse lucro inesperado o salvasse da bancarrota em 1596 (¹¹⁶). Assim, grande parte da energia intelectual e política da Europa quinhentista foi consumida em guerras religiosas e dinásticas que assolaram o continente até à paz da exaustão no final do século. Neste contexto, é fácil perceber por que razão a expansão europeia era uma ameaça exígua para os impérios islâmicos ou para os grandes Estados da Ásia Oriental. O pensamento e o saber europeus pareciam sobretudo preocupados com a pirotecnia do debate teológico. A investigação científica teria de se libertar da crença na bruxaria e nas previsões astrológicas que a maioria das pessoas instruídas ainda aceitava. A grande exceção a esta regra geral de introversão política e intelectual foi o espetacular desenvolvimento de uma subcultura marítima.

Não admira, por isso, que a «península de penínsulas» (uma maneira de descrever a Europa), rodeada de vários «lagos» – o Mediterrâneo, o Báltico, o mar do Norte, o canal da Mancha e o mar da Irlanda – tivesse desenvolvido um denso sistema de comunicações marítimas. E ainda menos que a variedade de condições marítimas, sobretudo na Europa atlântica, tivesse produzido vários tipos de

navios e técnicas. No seu conjunto de regiões interiores acessíveis, variedade ecológica e densidade populacional, a Europa estava mais bem dotada do que outras regiões marítimas como o oceano Índico ocidental (que ligava a África Oriental, o golfo Pérsico e o Oeste da Índia) ou a Insulíndia. O resultado foi o surgimento, muito antes de 1400, de vários Estados marítimos poderosos; Veneza, Génova, Ragusa e Aragão no Mediterrâneo; Portugal; Dinamarca, Noruega, a Liga Hanseática, Inglaterra e por fim a Holanda, no Norte. Nestes «países de marinheiros», os empreendimentos marítimos dependiam de uma mistura lucrativa de pesca, comércio e pirataria (a que recorriam os comerciantes quando os seus rivais usavam a força para os excluir do comércio) ⁽¹¹⁷⁾. Conquistaram o apoio dos governos, que precisavam das receitas que o comércio marítimo gerava. E não foi por acaso que a cartografia e os instrumentos de navegação se revelaram as principais áreas em que a experiência científica mais depressa se traduziu em práticas técnicas. Na década de 70 do século XVI o mapa-múndi de Ptolomeu («redescoberto» na Europa no século XV) já fora substituído pelo mapa muito mais correto de Abraham Ortelius, baseado nos relatos de viajantes e marinheiros europeus. No final do século, uma enorme quantidade de informações sobre a Ásia e as Américas já existia em formato impresso, e a literatura de viagens – relatos sérios, científicos ou simplesmente sensacionalistas – estava na moda ⁽¹¹⁸⁾.

No século XVI era já bastante evidente que a vantagem comparativa da Europa sobre as outras civilizações eurasiáticas consistia no seu desenvolvimento precoce da atividade marítima. A expansão simultânea do comércio de longa distância com as Américas e a Índia era um sinal disso mesmo. Outro era o aumento enorme da pesca de bacalhau no Atlântico Norte, que nos anos 70 do século XVI já mobilizava cerca de 350 navios (espanhóis, franceses, portugueses e ingleses) ⁽¹¹⁹⁾. Os marinheiros europeus eram especialmente hábeis no uso da força no mar, como alternativa ao comércio ou auxiliar do mesmo. O caso mais notável foi o Estado Português da Índia. No início do século XVII, os europeus estavam prontos para afirmar o seu predomínio mundial no comércio e transporte de alto mar, ocupando (com muita disputa interna) um nicho lucrativo no comércio de longa distância. No entanto, com a notável exceção das suas conquistas americanas, existiam poucos indícios de que poderiam avançar além das testas de praia onde essa atividade de nicho normalmente se desenvolvia. Ou que os costumes e o espírito desses «povos do mar» expatriados exercessem qualquer influência especial sobre as outras sociedades eurasiáticas com as quais eles entravam em contacto. Só na estepe fronteiriça da Rússia (em circunstâncias algo especiais) é que os europeus se haviam expandido com êxito para o coração de outra sociedade eurasiática. No Sudeste da Europa, pelo contrário, a vantagem apontava noutro sentido.

O mais perto que os europeus estiveram de construir um império mundial foi o aglomerado de territórios dominados pela Espanha. O seu alcance era tremendo. O poder espanhol atravessava o Atlântico e estendia-se do Chile ao Novo México. Atravessava o Pacífico, até às Filipinas, para onde após 1565 a prata mexicana era enviada para ser trocada por artigos de luxo trazidos da China. A longa e solitária carreira do galeão de Manila, que partia todos os anos, entre 1565 e 1815, na sua viagem de seis meses para Acapulco (em pelo menos uma viagem todos os passageiros e tripulação morreram de doença ou fome enquanto o navio continuou a navegar, como o *Mary Celeste*) era a linha que ligava esse remoto posto avançado do império ⁽¹²⁰⁾. No entanto, apesar da sua extraordinária dimensão, este império continuava a ser menor do que a soma das suas partes. Era um império «caído do céu», gerado pela procura de prata na Europa e na China. Foi construído para estabelecer um monopólio mundial sobre a prata americana (que constituía mais de 80 % da reserva do mundo entre 1494 e 1850), mas não tinha os meios nem a vontade para levar o comércio europeu para os mercados do interior da Ásia. Não existia qualquer «estratégia grandiosa» e imperial para tornar a Espanha o centro da economia mundial: na verdade, semelhante plano teria sido inútil. Em

vez disso, Filipe II dedicou o «quinto real» – a parte da monarquia no fluxo da prata – ao esforço para sustentar a preeminência da Espanha na Europa contra rivais e rebeldes. Os recursos da América, e da própria Espanha, estavam afetos não a uma visão de predomínio mundial mas às necessidades insaciáveis do «imperialismo messiânico» do rei – a sua missão de defender a fé católica contra os seus inimigos protestantes (121).

Conclusão

As *conquistas* americanas, o comércio marítimo da Europa com o litoral do Sul da Ásia e o avanço russo na estepe do Norte da Ásia representaram um formidável alargamento dos horizontes europeus e um estímulo enorme para as ambições europeias (122). Mas existiam poucos indícios no final do longo século XVI (c. 1620) de que tivessem provocado o surgimento de uma economia mundial ou enfraquecido a autonomia cultural de civilizações antigas noutras regiões da Eurásia. Os europeus teceram uma nova teia mercantil que ligava as Américas à Eurásia. O fornecimento de prata americana proporcionou-lhes uma entrada nos mercados asiáticos onde havia pouca procura de produtos exclusivamente europeus. Afetou os preços e os meios de pagamento nos Impérios Otomano e Ming, mas também na Europa. No entanto, as mercadorias que circulavam neste novo intercâmbio mundial não eram bens essenciais mas artigos de luxo; o seu volume era minúsculo. No século XVI, partiam anualmente em média 57 navios de Lisboa para o Oriente (123); e o tráfico de manufaturas como porcelana ou têxteis seguia sobretudo para ocidente em direção à Europa e não ao contrário.

Também não se vislumbravam sinais de que o equilíbrio da vantagem técnica ou cultural se tivesse alterado significativamente. No século XVI, a tecnologia mais exportada talvez fosse o armamento de pólvora. Nesta área os europeus tinham um avanço técnico. A artilharia otomana recorria a especialistas europeus. O modo de combate «feudal» do Japão foi transformado pela importação de armas de fogo europeias. Mas nem no Japão, nem no Irão, nem na Índia mogol o sistema social e político se mostrou incapaz de se adaptar à inovação militar. Também não houve qualquer «fosso» técnico que criasse uma verdadeira disparidade entre a capacidade militar dos Estados europeus e a do resto da Eurásia. Pelo contrário. A ameaça da expansão otomana pairou sobre a Europa até à última década do século XVII. Na Índia e na Ásia Oriental, a distância da Europa tornava o seu modo de combate terrestre quase inteiramente irrelevante. De igual modo, os padrões de consumo, códigos de etiqueta social e noções de hierarquia no resto da Eurásia exibiam poucos sinais de se deixar influenciar pelo comportamento dos europeus. A «Troca Colombiana» entre os produtos naturais do Velho Mundo e do Novo diversificou a agricultura eurasiática com plantas novas como o milho e a batata, mas não criou qualquer dependência dos fornecedores europeus (124). A atividade europeia nas Américas suscitava pouco ou nenhum interesse no resto da Eurásia (125). As cosmologias do Islão e da Ásia Oriental não mostraram qualquer perda de confiança perante a erudição europeia ou a violenta convulsão na religião e rituais europeus.

Nos dois séculos que se seguiram à morte de Tamerlão, a Eurásia continuou dividida entre os três mundos civilizados que explorámos até agora e alguns outros, budistas e hindus, que contornámos em silêncio. Existiam poucos indícios de que as suas diferenças culturais se estivessem a esbater. Dir-se-ia até que a dinâmica construção de Estados que ocorria em toda a Eurásia e a disseminação mais ampla do conhecimento (através de livros impressos na Europa e na Ásia Oriental) estavam a reforçar os traços distintivos dos mesmos e a fazer subir a fasquia da identidade cultural. De vez em

quando, evidentemente, o encontro de culturas produzia um conflito de sentimentos. A história curiosa do dente do Buda mostrou como o clima podia mudar rapidamente da indiferença descontrainda para o fervor religioso. Em 1560, o vice-rei de Goa liderou uma incursão contra o reino budista de Jafna (no atual Sri Lanka). Entre os despojos (descobriram mais tarde) estava uma das relíquias mais sagradas do mundo budista, o dente de Buda. O destino desta relíquia depressa se tornou conhecido nos Estados budistas à volta do golfo de Bengala. O rei da Birmânia fez uma oferta enorme para a sua devolução em segurança, e o vice-rei aceitou. Mas antes que o acordo fosse concluído a Inquisição interveio. A Inquisição em Goa era um organismo muito poderoso, que travava uma guerra constante contra a superstição e heresia (não-cristãs). Poucos anos depois iria impor a proibição de ritos hindus nos enclaves portugueses na Índia. Longe de encarar o dente como um negócio lucrativo (infelizmente, para outrem) viu a sua queda em mãos cristãs como uma vitória providencial – a oportunidade de destruir uma das armas mais poderosas do inimigo (pois a Igreja não tinha qualquer dúvida acerca do poder das relíquias). O vice-rei foi obrigado a ceder e o dente foi moído e queimado. Neste caso, como noutros, a «Época dos Descobrimentos» na Eurásia ocasionara maior contacto físico mas não um encontro de culturas. Restava saber se na «Época do Comércio» que se seguiu as coisas seriam diferentes.





3. Batávia (atual Jacarta), capital colonial das Índias Orientais Holandesas

O Equilíbrio da Idade Moderna

O longo século XVI da expansão europeia culminou na fundação de colónias inglesas e francesas na região norte da América e na chegada dos holandeses e dos ingleses ao mundo mercantil das Índias Orientais. Mas entre os anos 20 do século XVII e os anos 40 do século XVIII o impulso expansionista dos europeus perdeu grande parte da sua força. Como já vimos, a «marcha para a primazia» da Europa da Idade Moderna é de certa forma uma ilusão ótica, o resultado enganador da retrospção. Ao mesmo tempo que saqueavam o Novo Mundo e invadiam o oceano Índico, os europeus sentiam-se acoçados por um Islão triunfante. Os seus próprios avanços em organização política, militar e comercial eram igualados ou superados pelos dos otomanos, safávidas, mogóis, Ming ou Tokugawa. A construção de Estados e a inovação cultural foram aspetos notáveis da história eurasiática, e não só europeia, na Idade Moderna.

É evidente que tinham sido os europeus a fazer o avanço mais espetacular no Mundo Exterior, a conquistar a formidável nova base de recursos nas Américas e a abrir novas rotas de comércio de longa distância, ligando o Sudeste Asiático, a Índia, a África Ocidental e as Américas. Mas não devíamos supor que através destes meios eles tinham criado a base para o predomínio mundial, ou que estivessem então preparados para cercar, isolar e subjugar outras sociedades e culturas na Eurásia. Era tudo menos evidente, por exemplo, que se tivessem libertado da sua longa dependência das dispendiosas manufaturas asiáticas; ou que os seus talentos organizacionais – civis ou militares – lhes conferissem qualquer vantagem especial sobre outros eurasiáticos; ou que a sua alta cultura produzisse maiores benefícios materiais ou augurasse o predomínio intelectual sobre outras altas culturas; ou que as fraquezas geoestratégicas que os haviam fixado no Extremo Ocidente eurasiático desde o fim da Antiguidade romana tivessem sido definitivamente superadas por inovações no transporte marítimo e na ciência da guerra. Ao expandir a Velha Europa para um novo «mundo» euro-atlântico, os «ocidentais» tinham adquirido regiões interiores tão variadas e extensas como as do domínio islâmico ou da Ásia Oriental. Existiam muito menos indícios na segunda metade da Idade Moderna de que essa grande extensão territorial provocaria também a transformação interna à qual a subsequente primazia da Europa costuma ser atribuída.

Na verdade, contrariamente ao drama dos descobrimentos e da conquista, com cujas consequências os europeus ainda mal tinham lidado no início do século XVII, os cem anos ou mais que se seguiram constituíram uma fase de mudança muito mais gradual de mudanças nas relações da Europa com o mundo extraeuropeu. Os ganhos inesperados dos «Descobrimentos» não se repetiriam. As circunstâncias políticas e económicas no mundo euro-atlântico limitavam a margem de manobra para outras expansões. Ocupados com rivalidades atlânticas, as potências marítimas europeias mostravam pouco interesse em construir impérios na Ásia. Ao mesmo tempo, os Estados do domínio islâmico e da Ásia Oriental exibiam maior robustez do que muitas narrativas posteriores do dinamismo europeu e decadência asiática dariam a entender. A esfera da civilização islamizada continuava a aumentar. O alcance do poder imperial chinês atingiu o seu ponto máximo na segunda metade do século XVIII. O prestígio das manufaturas indianas e chinesas no Ocidente estava no auge. Encarado desta perspetiva, o século e meio antes da conquista britânica de Bengala em 1757 não foi apenas um longo prelúdio da «Revolução Eurasiática», através da qual a Europa dominaria o resto do Velho Mundo. Foi um período de quase equilíbrio entre as sociedades dominantes da Eurásia e, em partes do Mundo

Exterior, entre europeus invasores e comunidades indígenas. O que permanecia incerto era por quanto tempo duraria este padrão mundial de concorrência, colaboração e coexistência, criado pela expansão geográfica e por uma maior interdependência económica das sociedades do Velho Mundo; e que sociedades venceriam os obstáculos tecnológicos, organizacionais e culturais a uma preponderância mais geral.

Os Limites da Ambição: Os Europeus no Mundo Mais Amplo

Durante grande parte deste período, portanto, os europeus mostraram-se mais interessados em consolidar o seu domínio sobre o mundo atlântico do que em adquirir novos e vastos territórios para ocupar. O âmbito da exploração geográfica, embora prova de uma extraordinária tenacidade individual, era relativamente modesto em termos gerais. Vastas áreas do mundo eram um espaço em branco inevitável nos mapas europeus – mesmo a América do Norte, onde a concorrência internacional entre os europeus era mais feroz. Embora a localização da baía de Hudson já fosse conhecida em 1610, só em 1682 é que René-Robert La Salle percorreu toda a sinuosa rota fluvial de Montreal à foz do Mississipi (1). Até cerca de 1700 julgava-se que a Califórnia era uma enorme ilha (2). A confirmação por Bering de que não existia qualquer ligação terrestre entre a Ásia e as Américas só foi conhecida no final da década de 40 do século XVIII. Até depois de 1750 julgava-se que existia que um vasto «Mar Ocidental» interior além das terras altas que ladeavam a baía de Hudson (3). A geografia da América do Sul era mais conhecida, mas grande parte do interior mais remoto, sobretudo na Amazónia e Patagónia, permaneceu *terra incognita* até ao século XIX (4). No Pacífico, o pensamento geográfico europeu foi dominado, até às grandes viagens de Cook nos anos 60 e 70 do século XVIII, pela miragem de um grande «Continente Austral» – a *Terra Australis* (5). Da África Ocidental, Oriental e Central, além das estreitas faixas costeiras frequentadas por traficantes de escravos e outros comerciantes, os europeus tinham muito poucos conhecimentos em primeira mão. Assim, em 1750 acreditava-se ainda que o rio Níger seguia em direção a oeste a partir da África Oriental, chegando ao Atlântico através dos rios Gâmbia e Senegal – um engano que conferiu a estes dois últimos uma importância pouco merecida.

Este vasto domínio de ignorância geográfica reduzia a atividade europeia no Mundo Exterior a um arquipélago de colónias, minas e entrepostos comerciais ligado por uma rede de rotas que só o esforço constante conseguia manter abertas. A exploração mais alargada era inviabilizada em parte por dificuldades técnicas: o custo elevado das viagens por terra; os obstáculos do clima e da doença, que destruíam capital humano a um ritmo assustador; a relutância dos governantes indígenas em aceitar espiões e comerciantes ilegais que poderiam usurpar valiosos monopólios de peles ou escravos. Na África Ocidental, os comerciantes europeus tinham de ter cuidado para não ofender os governantes locais, que prontamente os castigavam por má conduta. Também não constituíam um desafio para os exércitos que os governantes podiam mobilizar – sobretudo no caso do Daomé, cujos soldados dispunham de armas de fogo importadas (6). Além de reduzido patrocínio estatal, era geralmente a expectativa de ganhos comerciais ou novas terras para colonizar que financiava a exploração – um termo enganador, que normalmente significava a «cartografia» de rotas comerciais existentes com a ajuda de informadores locais. No entanto, o estímulo da necessidade económica ou demográfica era intermitente, na melhor das hipóteses. A corrida ao ouro brasileiro nos anos 90 do século XVII atraiu imigrantes e encorajou os bandeirantes de São Paulo a explorar o sertão em busca de novos achados (7). Mas na América espanhola a afluência de imigrantes europeus diminuiu

drasticamente depois de 1625 ⁽⁸⁾. A colonização inglesa da América do Norte foi mais lenta. Só na década de 70 do século XVII – século e meio depois de Cortés ter desembarcado no México – é que as colônias continentais se viram seguras contra a falência económica e o contra-ataque dos índios ⁽⁹⁾. A migração para as Antilhas inglesas foi mais assídua, porque aí as perspectivas económicas pareciam melhores. Os europeus na Jamaica, diz um estudo recente, eram dez vezes mais ricos do que aqueles que viviam na América continental britânica. Mas o clima subtropical e as suas doenças, endémicas e importadas, causavam muitas mortes. Entre 1700 e 1750 chegaram à Jamaica entre 30 000 e 50 000 imigrantes europeus, mas a população branca em 1752 era de apenas 10 000 ⁽¹⁰⁾. Em 1700 viviam talvez 250 000 colonos brancos nos territórios americanos e caribenhos da Grã-Bretanha ⁽¹¹⁾. O ritmo do avanço no interior continental era lento: só na década de 50 do mesmo século é que os omnipresentes especuladores de terras coloniais e os seus amigos no governo começaram a lançar a sua rede além dos Apalaches. O número de colonos franceses na Nova França (Quebeque), Acádia (hoje Nova Escócia) e Luisiana era muito pequeno: talvez 60 000 na década de 50.

Ao todo, em meados do século XVIII existiam já entre 3 a 4 milhões de habitantes de ascendência europeia na América espanhola, francesa, britânica e portuguesa – talvez 5 % da população da Europa incluindo a Rússia. No entanto, a grande maioria dos migrantes transatlânticos para as Américas não era constituída por europeus livres mas por africanos escravizados. Uma estimativa fidedigna indica que em 1820 já tinham chegado às Américas quatro vezes mais africanos que europeus – cerca de 8 milhões, contra os 2 milhões de europeus ⁽¹²⁾. A sua taxa de mortalidade nas Antilhas tropicais também era enorme. Colónias como Barbados, inicialmente dependentes de trabalho contratado das Ilhas Britânicas, converteram-se rapidamente à escravatura após 1670 ⁽¹³⁾. A escravatura surtiu dois importantes efeitos sobre a migração europeia. Uma vez introduzida, eliminou a procura de mão de obra europeia na economia das plantações e através da propagação de doenças africanas aumentou a mortalidade dos europeus que continuavam a chegar ⁽¹⁴⁾. No entanto, paradoxalmente, ao promover o desenvolvimento dessas plantações, acabou por criar os mercados locais (de géneros alimentícios, materiais de construção e manufaturas ligeiras) com que os europeus que chegariam mais tarde poderiam lucrar. Pois só concentrando-se nalguns artigos subtropicais produzidos por trabalho escravo é que a colonização agrícola no Novo Mundo podia tornar-se lucrativa. A partir da década de 60 do século XVII, o açúcar tornou-se o principal produto, com o tabaco num distante segundo lugar e o cacau e chocolate logo atrás ⁽¹⁵⁾. Mas até o açúcar era ofuscado pela prata produzida no Peru (cada vez menos) e no México (cada vez mais). A prata continuava a ser a principal exportação americana, apesar de uma queda na produção durante grande parte deste período, drasticamente invertida depois de 1750 ⁽¹⁶⁾. As colónias do açúcar nas Caraíbas foram um dos produtos mais bizarros da expansão europeia. Tudo o que era necessário para as tornar lucrativas – exceto o próprio solo – vinha de fora: capital, «gestão» (os donos das plantações e capatazes europeus), mão de obra (escravos africanos) e também a própria planta do açúcar, levada para as Caraíbas a partir das ilhas Canárias. Tanto para os patrões como para os escravos, o medo era constante: medo de ataques de europeus rivais; medo de uma revolta dos escravos; medo do castigo infligido por brancos vingativos ou mal-humorados; medo da doença; medo do clima, por causa de tempestades e furacões. Nas colónias britânicas, como Barbados, as Ilhas de Sotavento e a Jamaica, os donos das plantações fingiam viver em Inglaterra. Usavam perucas e roupas de lã, comiam muito pão e carne (sobretudo salgada e importada da América) e bebiam profusamente, para matar a sede e talvez para esquecer. Até meados do século XVIII as Índias Ocidentais Britânicas foram um autêntico Faroeste. Um governador rapou o cabelo de uma mulher que resistiu às suas tentativas de sedução. Outro denunciou a «luxúria contranatura e monstruosa» dos donos das plantações e decidiu patrulhar

as ruas todas as noites para refrear os hábitos destes. Acabou cercado no seu palácio e, depois de uma batalha que incluiu canhões, foi assassinado pela população enfurecida. O seu sucessor foi preso por roubar a prata da igreja. Não admira, portanto, que quando a capital da Jamaica, Port Royal, foi destruída por um terramoto e cheias em 1692 a catástrofe tivesse sido atribuída por muitos ao descontentamento divino.

A prata, o ouro (do Brasil), o açúcar e o tabaco – produtos cujo valor era suficientemente elevado para suportar os custos do transporte de longa distância – constituíam a essência do comércio transatlântico. Mas a sua contribuição para melhorar a eficiência e produtividade da economia europeia só podia ser limitada e indireta. O açúcar e o tabaco eram bens de consumo cuja procura na Europa cresceu muito depressa (no caso do açúcar, muito mais depressa depois de 1750) ⁽¹⁷⁾. A prata e o ouro alargaram a monetização das economias europeias. Grande parte da prata, contudo, era reexportada para o Oriente para pagar têxteis, porcelana, sedas, chá e especiarias asiáticas: as exportações holandesas e britânicas para a Índia neste período eram constituídas sobretudo por «tesouros» – prata e ouro ⁽¹⁸⁾. Os produtos americanos não forneciam uma base para novas manufaturas ou novas tecnologias: estimulavam a procura de importações da Ásia. As economias americanas nesta época mercantilista de regulação comercial também não podiam oferecer um mercado de exportação suficientemente dinâmico para estimular o comércio e a indústria da Europa, exceto nalgumas localidades e trocas preferenciais. As comunidades americanas que prosperavam com os metais preciosos, açúcar e tabaco constituíam um mercado valioso para o qual as exportações britânicas se voltaram claramente no século XVIII ⁽¹⁹⁾. Mas os donos das plantações nas Caraíbas tinham de gastar grande parte dos seus rendimentos em escravos ⁽²⁰⁾, e uma percentagem imensa da população americana era composta por mão de obra escrava ou semiescrava que vivia abaixo do nível de subsistência. Grande parte da população indígena ameríndia era marginal ou marginalizada. Nas Caraíbas, as taxas dos despachantes marítimos, comissionistas e credores e as remessas para proprietários ausentes consumiam os lucros das plantações e diminuía a procura local. A dispendiosa superestrutura da burocracia mercantilista, com a sua horda de funcionários e pensionistas aristocráticos e as suas oligarquias privilegiadas de comerciantes, pode ter sido a principal beneficiária desta parte da inesperada «sorte grande» das Américas. Os produtos coloniais eram um suplemento útil para o comércio na Europa: sendo muito procurados, ajudavam a atenuar os desequilíbrios regionais ⁽²¹⁾. Até 1750, pelo menos, talvez fosse mais prudente ver o mundo comercial do Atlântico como um apoio importante de um *ancien régime* comercial, e não como um elemento dinâmico na transformação industrial até mesmo das economias europeias mais avançadas.

Na realidade, o padrão do comércio ultramarino europeu com a Ásia e as Américas refletia a irregularidade do desempenho económico da própria Europa na «Época de Crise». O problema fundamental durante todo o período foi a população: a estagnação, agravada pelos efeitos da guerra, no século XVII; a lenta expansão depois de 1700. Privado da procura adicional gerada por uma população em crescimento, o comércio definhava. O mercado para os cereais da Europa de Leste no ocidente e sul do continente encolheu, e diminuiu ainda mais com a adoção do milho e arroz como substitutos nacionais. Existiam poucos sinais de um aumento geral da produtividade agrícola, e a fome continuou a ser uma ameaça periódica até ao século XIX. As comunicações no interior longe dos rios e canais navegáveis continuavam a ser inseguras, lentas e dispendiosas. Também não existiam muitos indícios antes de *circa* 1750 de ganhos de produtividade na manufatura com o uso sistemático de inovações tecnológicas – certamente não ao ponto de poder reduzir significativamente o custo desses bens para os consumidores internos ou externos. Um grande número (talvez crescente) de europeus estava preso na imobilidade rural pela instituição da servidão, generalizada na Europa de Leste e na Rússia.

Nesta longa fase de lento crescimento económico, eram os Estados marítimos do Norte da Europa que se encontravam em melhores condições para aumentar a sua prosperidade. As comunicações marítimas baratas favoreciam a especialização e os ganhos de eficiência que esta tornava possível⁽²²⁾. O acesso a uma gama mais vasta de mercadorias, incluindo produtos coloniais, permitiu a esses Estados maximizar a vantagem de uma densa rede comercial – a troca fácil e frequente de bens e créditos cambiais com o maior número de destinos. Consequentemente, uma particularidade notável deste período foi o desenvolvimento de grandes cidades portuárias onde essas vantagens se concentravam – Londres, Hamburgo e Amesterdão. A frota mercante inglesa duplicou entre 1660 e 1690⁽²³⁾. Em geral, a urbanização aumentou e as grandes cidades – capitais e grandes portos – expandiram-se à custa de centros mais pequenos. Era nessas cidades, onde surgiram novas riquezas e novos estilos de vida, que os padrões de consumo mudavam mais depressa e a procura de alimentos, drogas, bebidas, têxteis e artigos domésticos importados era mais intensa⁽²⁴⁾. Era também aí que a comercialização da vida social, do trabalho e do lazer se tornava mais visível⁽²⁵⁾.

Em parte por estas razões, é tentador definir a mudança mais importante deste período como a ascensão de um grupo de Estados comerciais e marítimos que constituiu um «núcleo» avançado rodeado de uma «periferia» europeia e colonial cujo desenvolvimento económico era cada vez mais determinado por disparidades de poder, riqueza e conhecimentos técnicos. Entretanto, nos Estados do «núcleo», travava-se uma outra batalha pela hegemonia total no comércio e na construção de impérios⁽²⁶⁾. Mas embora os «Estados marítimos» fossem mais felizes a lidar com as circunstâncias económicas do período, a sua força e importância não deviam ser exageradas pela retrospectão. Grande parte da sua atividade comercial ultramarina era arriscada e pouco lucrativa⁽²⁷⁾, como revelaram os infortúnios da Royal Africa Company, da South Seas Company e das companhias holandesas das Índias Ocidentais e das Índias Orientais⁽²⁸⁾. A concorrência comercial fora da Europa, com a sua concomitante infraestrutura de fortalezas, escoltas e regulação mercantilista, impunha-lhes enormes, e por vezes ruinosos, custos de transação⁽²⁹⁾. As operações comerciais e militares de longo alcance eram arriscadas e quase sempre ineficazes: apesar da sua superioridade naval e financeira, nem os britânicos nem os holandeses foram capazes de abrir completamente o sistema comercial espanhol nas Américas. O aparelho financeiro das potências marítimas era também altamente vulnerável aos efeitos da guerra e da instabilidade política: em 1745–6, a invasão do pretendente Stuart ao trono britânico, Bonnie Prince Charlie, gerou o pânico financeiro em Londres. Apesar da sua relativa sofisticação, as economias marítimas do Noroeste da Europa também não gozavam de um claro predomínio sobre as economias do interior continental, com as suas indústrias, redes comerciais e ideias mercantilistas de intervenção e regulamentação estatal. Devíamos antes realçar a resistência eficaz dos Estados do interior da Europa ao domínio das «potências marítimas». No palco mais amplo da concorrência económica eurasiática ou mundial, o setor marítimo da economia europeia, apesar do seu sucesso em desenvolver o comércio de mercadorias através do Atlântico e em encontrar clientes entre os europeus emigrados nas Américas, era simplesmente demasiado pequeno e limitado em capacidade económica e demográfica para aspirar à hegemonia económica mundial numa época pré-industrial.

Esta economia europeia de crescimento lento tinha de sustentar uma elaborada superestrutura sociopolítica de cortes, burocracias, igrejas e aristocracias. Depois das grandes guerras e convulsões internas do início a meados do século XVII, a parte final do período assistiu a uma progressiva consolidação da autoridade social e política sobre grande parte da Europa. A incidência da revolta camponesa e regional diminuiu. À medida que a ordem política se enraizava e exercia um controlo mais eficaz, aumentavam as despesas públicas e a carga fiscal⁽³⁰⁾ – sobretudo a tributação indireta, que incidia desproporcionadamente sobre os pobres. Mas esta tendência para um governo mais

profissional e sistemático só foi alcançada à custa de um acordo radical com o poder consolidado das aristocracias. Na França isso implicou uma colaboração cuidadosa com redes de clientelismo aristocrático nas províncias ⁽³¹⁾. Na Inglaterra, a aceitação aristocrática do governo parlamentar foi conseguida em troca de lugares, pensões e corrupção eleitoral a expensas públicas. Na monarquia dos Habsburgos, o preço da fidelidade aristocrática à Coroa foi o predomínio de uma pequena oligarquia de grandes famílias e o apoio do Estado ao sistema de servidão rural como fulcro da ordem social ⁽³²⁾.

O surgimento gradual de um *ancien régime* mais organizado numa grande parte da Europa não significou uma divisão precisa em Estados-nações unificados. A «Alemanha» permaneceu uma vasta manta de retalhos de mais de trezentos Estados, a maioria de tamanho insignificante. A monarquia dos Habsburgos, governando territórios na Bélgica atual (depois de 1713), Norte da Itália, Hungria (depois de 1683), Europa Central e o Norte dos Balcãs, era pouco mais do que uma aliança pouco coesa de diferentes reinos, unidos precariamente na pessoa do imperador. Mesmo na França, integrar as províncias adquiridas através do casamento, diplomacia e conquista era uma tarefa difícil: em 1720, Paris ainda teve de esmagar uma conspiração separatista de nobres bretões furiosos com as dificuldades económicas e a carga fiscal ⁽³³⁾. A unificação das ilhas britânicas, baseada precariamente numa monarquia comum e iniciada hesitantemente em 1707 com a união da Inglaterra e da Escócia, foi severamente posta à prova por duas rebeliões escocesas e continuamente ameaçada pelo descontentamento irlandês. Para os Estados marítimos do Extremo Ocidente europeu, bem como para os «impérios interiores» da Europa de Leste, a política externa dependia ainda em grande medida da lealdade das suas províncias periféricas.

Duas importantes consequências emanavam do baixo grau de integração política que os principais Estados do *ancien régime* haviam alcançado. Em primeiro lugar, e duma maneira geral, eles não tinham os meios para exercer um verdadeiro controlo sobre as atividades dos seus súbditos e cidadãos no mundo extraeuropeu. As suas políticas coloniais eram um campo de batalha onde lóbis de mercadores, redes aristocráticas e a corte se digladiavam inconclusivamente: o resultado era muitas vezes deixar os postos avançados de colonos ou comerciantes entregues a si próprios numa forma de «negligência salutar» ⁽³⁴⁾. Em segundo lugar, para a maioria dos europeus a ausência de qualquer sentimento envolvente de nacionalidade significava que a lealdade dinástica era a única base viável da vida política. Na realidade, as prerrogativas dinásticas eram diluídas por organismos consultivos ou representativos que defendiam liberdades e privilégios estabelecidos. Mas não existia qualquer ideologia ou modelo político no *ancien régime* que pudesse ser exportado para outros lugares ou facilmente transferido para contextos exóticos além-mar. O equilíbrio entre deveres e prerrogativas em cada Estado (e em cada unidade) dependia do costume e precedentes locais, herdados e defendidos por interesses locais. Esta maneira de pensar tinha sido levada por colonos espanhóis e ingleses para as colónias americanas, e ajuda a explicar as dificuldades com que se depararam todas as tentativas de impor a autoridade do centro imperial ⁽³⁵⁾. Assim, era difícil perceber de que modo qualquer Estado europeu poderia expandir drasticamente os seus territórios ultramarinos sem prejudicar os delicados mecanismos políticos de que dependia a sua estabilidade interna. Não admira por isso que a maioria dos comentadores políticos realçasse a importância de preservar territórios compactos para que o equilíbrio da prerrogativa real com o privilégio aristocrático, mercantil, religioso, municipal e regional não se tornasse completamente impossível ⁽³⁶⁾.

Na realidade, apesar de representar um extraordinário alargamento da esfera europeia, a América era também uma prova das limitações do expansionismo dos Estados do *ancien régime*. Na América inglesa e espanhola o preço da expansão imperial fora a autonomia colonial *de facto* ⁽³⁷⁾. Assim, em

1676, quando Nathaniel Bacon, o dono abastado duma plantação da Virgínia, encabeçou uma revolta contra o governador (acusando-o de ser demasiado brando com o povo Pamunkey) e incendiou a capital da colónia, em Jamestown, Londres pouco ou nada podia fazer. Felizmente, talvez, Bacon morreu de disenteria antes de poder consolidar o seu regime rebelde ⁽³⁸⁾. Pela sua parte, os governos imperiais na metrópole mostravam uma relutância geral em desviar recursos militares e navais escassos para proteger ou expandir as possessões coloniais, cujos líderes tinham de competir (com todas as desvantagens da distância) com os vários lóbis, conventículos e interesses que lutavam pela atenção de monarcas e ministros. É evidente que os governos em Londres, Paris e Madrid se preocupavam profundamente em garantir as receitas oriundas do seu comércio ultramarino, e estavam dispostos a usar a força para impedir a sua interrupção por Estados rivais: tensões deste tipo conduziram à Guerra da Orelha de Jenkins, em 1739, quando uma disputa antiga sobre os maus-tratos de um capitão britânico por guardas costeiros espanhóis nas Caraíbas degenerou em guerra. Mas de uma maneira geral os governos mostravam-se pouco inclinados a colocar a expansão territorial no centro da sua grandiosa estratégia ⁽³⁹⁾, e provavelmente consideravam as suas colónias mais uma extensão conveniente dos seus sistemas de patrocínio do que uma acréscimo ao poderio nacional ⁽⁴⁰⁾.

Por todas estas razões, os Estados europeus do *ancien régime* estavam politicamente mal preparados para avançar sem receios para a conquista do mundo extraeuropeu. Com a importante exceção da Rússia, as suas aristocracias tinham poucos incentivos para suportar os custos da conquista territorial. No entanto, há quem argumente que a natureza competitiva e pluralista do sistema de Estados europeu, com a sua divisão em múltiplos Estados e grandes potências rivais, era terreno fértil para guerras que se espalhavam inevitavelmente a outras zonas do mundo e fomentou avanços em tática e organização militar – de modo que os europeus adquiriram os motivos e os meios para dominar o mundo quase sem querer.

Não há dúvida de que a Europa do *ancien régime* gastava fortunas com os seus exércitos e marinhas. O uso destes na guerra representou cerca de 54% da despesa pública nas monarquias europeias durante o século XVIII ⁽⁴¹⁾. Os exércitos europeus tinham crescido rapidamente após 1660 ⁽⁴²⁾. Nos anos 90 do século XVII o exército francês atingiu o seu máximo de 400 000 homens, e tanto a Grã-Bretanha como a Holanda (com populações muito menores) dispunham de exércitos de mais de 100 000 homens durante a Guerra da Sucessão de Espanha (1702–13). A organização militar tornou-se também cada vez mais profissionalizada, com a introdução gradual de uniformes comuns, treino militar e um corpo regular de oficiais ⁽⁴³⁾. O combate frequente e o uso generalizado de estrangeiros como oficiais e soldados provocaram a rápida divulgação de novas técnicas por toda a Europa. Mas antes da década de 50 do século XVIII, e mesmo depois, existiam poucos indícios de que este desenvolvimento precoce de capacidades guerreiras conferisse qualquer vantagem significativa aos europeus na maior parte das outras regiões do mundo. Havia várias razões para isso. Os exércitos europeus transformaram-se em máquinas altamente especializadas para combater *entre si* – mas não para lutar contra forças militares cuja «doutrina estratégica» era radicalmente diferente. Isso ficou bastante patente nos recontros entre tropas britânicas e ameríndios na década de 50 do século XVIII ⁽⁴⁴⁾. Quando as tropas britânicas do general Braddock (mais um veterano dos casinos do que do campo de batalha) entraram nas florestas e iniciaram a batalha perto da atual Pittsburgh, a sua formação compacta e uniformes brilhantes (o segredo da ordem e da disciplina numa batalha europeia) transformaram-se na sua sentença de morte. As guerras de cerco e manobra típicas dos conflitos europeus não podiam ser reproduzidas noutros lugares onde as condições geopolíticas eram muito diferentes – mesmo que tivesse sido possível mobilizar os números necessários. A guerra de estilo europeu dependia de uma complexa infraestrutura de abastecimentos, e depressa se imobilizava onde isso não existia. Mesmo no continente europeu, os exércitos europeus revelavam

fraco desempenho em zonas marginais, como a região do Danúbio ⁽⁴⁵⁾ ou a Estepe Pôntica a norte do mar Negro ⁽⁴⁶⁾. Não menos importantes eram os efeitos terríveis das doenças tropicais, que dizimavam os exércitos europeus no ultramar de forma mais eficaz do que qualquer resistência militar. Quando os britânicos enviaram uma expedição para tomar Cartagena, nas Antilhas espanholas, em 1742, mais de três quartos dos efetivos depressa ficaram fora de combate. «Uma febre biliosa (...) grassou com tanta violência», escreveu o médico naval e escritor Tobias Smollett, «que três quartos dos atingidos morreram de modo deplorável; a cor da pele transformada, pela extrema putrefação dos sucos, na cor da fuligem» ⁽⁴⁷⁾. Até mesmo o poder naval estava sujeito a algumas das mesmas limitações. Os navios eram bens de equipamento extremamente caros cujo valor diminuía rapidamente em condições adversas. O combate naval também era dominado pela cautela e manobra. Havia muito em jogo: uma derrota total podia significar a invasão ou destruição da frota mercante. As marinhas de guerra eram por isso mantidas perto de casa. Mesmo uma incursão periódica nas Caraíbas, onde as condições de navegação já eram conhecidas desde 1500, representava um risco elevadíssimo por causa do clima e das infeções, enquanto o receio de furações ou ventos adversos tornava perigosa a permanência nas costas indianas quando começava a monção seca em outubro ⁽⁴⁸⁾. É evidente que os navios de guerra europeus gozavam geralmente de uma vantagem significativa em armamento, e às vezes em velocidade e manobra, sobre os seus congéneres extraeuropeus. Mas raramente podiam ser mobilizados em força, e os impérios ou Estados interiores noutros lugares da Eurásia encontravam-se na sua maioria imunes ao assédio naval que desempenhou um papel tão importante na arte de guerra europeia.

Tudo isto limitava a medida em que os conflitos europeus podiam estender-se às zonas do mundo que ainda não tinham sido colonizadas. Na prática, a política internacional da Europa era geralmente demasiado introvertida para representar uma ameaça a outras regiões da Eurásia. Era também compulsivamente instável, uma vez que a diplomacia europeia era dominada por duas forças dinâmicas que reagiam de forma explosiva uma à outra. A primeira era o esforço para manter um equilíbrio aproximado entre os membros numerosos e desiguais do sistema de Estados europeu ⁽⁴⁹⁾. A segunda era o fator dinástico – uma mistura imprevisível de ambição dinástica e acasos de nascimento e personalidade. As disputas dinásticas provocaram uma guerra em grande escala entre 1702 e 1713, estiveram por trás da Grande Guerra do Norte entre a Rússia e a Suécia (1700–21) e levaram à Guerra da Sucessão Austríaca (1740–48), quando Frederico II da Prússia invadiu a Silésia austríaca. E embora a anarquia da política dinástica fosse provocada até certo ponto pela tendência das potências europeias dominantes para construir «sistemas» diplomáticos conservadores (um «sistema» espanhol até à década de 80 do século XVII, seguido de um francês) ⁽⁵⁰⁾, qualquer padrão estabelecido era constantemente ameaçado por incidentes nas grandes zonas de instabilidade: o precário Império Habsburgo; os territórios fronteiriços do Sudeste da Europa; a Polónia anárquica e o Báltico; e (no final do século XVII) as turbulentas ilhas britânicas. Mas o facto crucial da época do equilíbrio era que nenhuma potência na Europa tinha força suficiente para dominar completamente as outras ou para se lançar numa aventura de conquista ultramarina sem ser contestada pelas suas rivais europeias.

Os custos desta instabilidade endémica, e a mentalidade bélica que esta gerava, eram elevados. Qualquer estímulo que a guerra possa ter trazido para a tecnologia e o comércio muito provavelmente foi anulado pelos seus efeitos destrutivos, pelo desperdício de recursos escassos e pelo agravamento da incerteza económica – que em circunstâncias pré-modernas era já um enorme obstáculo ao investimento e empreendimento ⁽⁵¹⁾. As rivalidades europeias também davam vantagem aos extraeuropeus: aos ameríndios do interior transapalachiano; e sobretudo, talvez, aos otomanos, que aproveitaram habilmente os conflitos europeus para proteger as suas fronteiras imperiais, sob

ameaça constante até à década de 60 do século XVIII. Foi a necessidade urgente de voltar a mobilizar o seu exército contra Luís XIV que obrigou o imperador Habsburgo a chegar a um acordo com o sultão otomano no Tratado de Carlowitz em 1699. A vantagem do conhecimento tecnológico e comercial dos ocidentais era em grande parte anulada pela agressividade e concorrência entre eles.

Estas limitações à capacidade e ambição europeias refletiam-se de forma notável no pensamento e cultura da Europa. A maioria das pessoas da época traçava uma distinção fundamental entre as relações da Europa com as Américas e as relações com África e a Ásia – o resto do mundo conhecido. A América exercia um poderoso fascínio sobre a imaginação europeia, mesmo que um segmento do pensamento científico encarasse esse «novo» continente como um ambiente agreste e hostil em que a constituição humana exibia fortes tendências degenerativas⁽⁵²⁾. O que entusiasmava os europeus era a crença de que tinham não só o direito mas também os meios para «construir» ou reconstruir a América à imagem da Europa, ou mesmo como uma versão melhorada do velho continente. Este imperialismo intelectual resultava em parte da facilidade com que o domínio europeu fora estabelecido e do colapso absoluto das sociedades indígenas. Mas baseava-se também num conjunto famoso de pressupostos sociais e culturais expressos por John Locke. Foi o facto de os ameríndios não terem conseguido desenvolver um sistema de propriedade que os europeus pudessem reconhecer, alegava Locke, que justificou a expropriação colonial dos europeus⁽⁵³⁾. Mas embora Locke encarasse evidentemente o Império Otomano como uma tirania odiosa, esperando uma revolta dos cristãos conquistados, não revelava qualquer certeza semelhante de que Europa tivesse direito à conquista e ocupação de África e da Ásia – mesmo que possuísse os meios para tal. Neste caso, Locke, que lera muita literatura de viagem e geográfica⁽⁵⁴⁾, estava provavelmente a refletir o tom respeitoso das obras mais influentes da época sobre os impérios otomano, safávida, mogol e chinês. Rycaut, de Chavannes, Bernier e Du Halde descreviam Estados e civilizações que os europeus podiam não apreciar ou até desprezar; mas não davam a entender que a conquista europeia fosse moralmente justificada, e muito menos viável. Os jesuítas, que quase monopolizavam as fontes de informações sobre a China, transmitiam a imagem de um regime beneficente e organizado liderado por administradores-eruditos⁽⁵⁵⁾. Os críticos do século XVIII apresentavam o Irão safávida e a China Ch'ing como exemplos para expor a intolerância, o militarismo e a má governança dos europeus. Em *Do Espírito das Leis* (1748), Montesquieu, que já exprimira reservas (em voga na época) sobre a colonização americana nas suas *Cartas Persas* (1721) – «os impérios pareciam os ramos de uma árvore que sugavam toda a força do tronco»⁽⁵⁶⁾ – descrevia a China como um despotismo eficiente e poderoso onde a religião e a ordem social estavam demasiado integradas para que qualquer influência exterior (incluindo o cristianismo) conseguisse penetrar⁽⁵⁷⁾. Na verdade, grande parte do argumento de Montesquieu refletia a opinião influente na altura de que a topografia e o clima exerciam um impacto decisivo na ordem social e política – doutrina que realçava implicitamente o perigo e a artificialidade da intromissão europeia no mundo não-europeu. «Os que lá se estabeleceram», escreveu, «não conseguem adaptar-se ao modo de vida num clima tão diferente do seu; são obrigados a retirar do país natal todas as conveniências da vida»⁽⁵⁸⁾. Outros exprimiam-se de forma mais simples. «A vilania é inerente a este clima», escreveu um oficial da marinha britânica em Jamaica em 1731⁽⁵⁹⁾. Entretanto, a crença renascentista e otimista na possibilidade de uma cultura cristã universal já fora substituída há muito pela ideia de uma diversidade arreigada de religiões e civilizações⁽⁶⁰⁾.

O Imperialismo Interior: da Moscóvia à Rússia

A principal façanha dos europeus ocidentais neste período, portanto, foi o maior desenvolvimento da sua economia marítima euro-americana. Mas a expansão europeia tinha duas faces: uma virada para o mar e outra para a terra. Entre a década de 20 do século XVII e a década de 40 do século XVIII, a expansão terrestre mais dinâmica ocorreu ao longo das fronteiras da Rússia.

O papel da Rússia na história global da expansão europeia foi sempre controverso. Para os historiadores russos de finais do século XIX, como Solov'ev ou Kliuchevskii, toda a história da Rússia estava associada ao seu esforço colonizador e à sua heroica transformação num grande Estado imperial igual às maiores potências da Europa Central ou Ocidental. Para muitos observadores da Europa Ocidental, contudo, a Rússia afigurava-se em geral um Estado «asiático» semibárbaro, onde uma fina camada de «ocidentalização» mal disfarçava as raízes orientais da autocracia czarista e não conseguia esconder o atraso da sua vida rural⁽⁶¹⁾. Mais recentemente foi atribuído à Rússia um papel ambíguo no projeto do domínio mundial europeu. Um ensaio influente sobre as origens do «moderno sistema mundial» sustenta que durante os séculos XVII e XVIII a Rússia se transformara de uma zona económica autónoma numa parte da «semiperiferia» do capitalismo europeu: a colaboradora, instrumento e vítima do ímpeto dominador do «núcleo» europeu, e por fim (após 1917) adversária do mesmo⁽⁶²⁾. Os que chamam à Rússia uma «potência semiperiférica» realçam normalmente a sua transformação económica e social muito parcial segundo os padrões ocidentais, o seu persistente sentimento de diferença e um conflito endémico entre «ocidentalizantes» e «modernizadores», de um lado, e os «Velhos Crentes», eslavófilos e *narodniks* (populistas), do outro, que em várias ocasiões condenaram a subordinação da Rússia a uma cultura estrangeira (ocidental). Mas esta visão é também profundamente enganadora. Por mais parcial que tenha sido a sua «modernização», a Rússia foi sempre – talvez depois de 1700, certamente depois de 1762 – uma das cinco ou seis grandes potências da Europa que constituíam a conflituosa comissão de gestão dos assuntos do continente. Tornou-se, depois da Grã-Bretanha, a segunda maior potência imperial na Ásia, e um colosso colonial. A sua cultura oficial proclamava um conceito de missão civilizadora imperial tão forte como os que se podia encontrar na Grã-Bretanha ou na França – onde existiam também movimentos dissidentes que rejeitavam a agressiva mensagem expansionista da modernidade imperialista. Acima de tudo, não há dúvida de que a Rússia imperial desempenhou um papel fundamental ao lado dos Estados marítimos ocidentais na consolidação do domínio europeu da Eurásia no século XIX: ajudando a cercar o domínio islâmico, minando a estrutura política dos principais Estados islâmicos e contribuindo para a demolição da antiga ordem mundial «oriental» centrada na China. Como vanguarda terrestre da expansão europeia na Ásia, o papel da Rússia na criação do «moderno sistema mundial», já instalado em 1900, foi insuperável.

Há mais uma razão para resistir a uma visão da história mundial que relegue a Rússia para um papel secundário em parte agente, parte vítima, de um gigante capitalista orientado pelas capitais do «núcleo» europeu. A Europa – mesmo a «Europa política», por oposição à «Europa geográfica» que teria de incluir os Balcãs otomanos – não pode ser reduzida, em qualquer época, a uma hierarquia de «superpotências» capitalistas e suas «periferias» e «semiperiferias» dependentes. A Europa foi quase sempre uma «confederação» pouco coesa de Estados culturalmente semelhantes em cujas relações mútuas o poder económico era apenas um de muitos importantes variáveis. Afiliação religiosa, a lealdade dinástica, a coesão ideológica e étnica interagiam imprevisivelmente com forças económicas para garantir a sobrevivência de algumas unidades políticas e culturais e a fusão ou desaparecimento de outras. O resultado foi um padrão de Estados marcadamente distintos cuja concorrência e conflitos eram estimulados não apenas pela ânsia de ser uma «superpotência» ou dominar o «núcleo», mas pela incompatibilidade periódica (talvez endémica) dos seus interesses dinásticos, religiosos, estratégicos e territoriais, mas também comerciais. Esta diversidade revelou-se

quase sempre demasiado arreigada para ser convertida em homogeneidade continental – mesmo pelo génio de Napoleão. Foi várias vezes um forte entrave ao impacto coletivo da Europa no mundo extraeuropeu. Em última análise, talvez, o elemento mais persistente do conflito intraeuropeu a afetar o mundo extraeuropeu foi aquele entre o grande imperialista terrestre e os seus rivais marítimos. Assim, a Rússia não só definiu o domínio europeu da Eurásia mas subverteu também a pretensa supremacia mundial da Europa em momentos e de formas cruciais.

Reconhecer a diversidade da Europa significa rejeitar a ideia de que a Rússia era uma civilização separada, distinta e estrangeira (como alguns europeus e russos sempre acreditaram) – e que a «verdadeira» Europa era constituída pelo Norte da Itália, França, Alemanha Ocidental, Países Baixos e Grã-Bretanha: uma espécie de protocomunidade europeia. Na realidade, a Rússia da Baixa Idade Média tinha sido, como a Espanha da mesma época, uma importante província cultural da Europa cristã. Como a Espanha, a Rússia do século XVI lançou-se num enorme processo de colonização. Como os monarcas espanhóis, os governantes da Moscóvia mostraram-se ansiosos por confiscar os despojos da conquista para sua vantagem pessoal e dinástica. No entanto, havia diferenças cruciais. A singularidade religiosa da Rússia e a forte animosidade com que a Igreja Ortodoxa russa olhava os católicos significavam que o poderoso canal de influência recíproca que ligava a Espanha ao resto da Europa católica não funcionava no caso da Rússia: só em finais do século XVII é que as ideias católicas da Europa se tornaram uma importante força cultural na Rússia⁽⁶³⁾. Em segundo lugar, a colonização russa não produziu a riqueza fulgurante que ajudou a financiar as ambições dos Habsburgos espanhóis. No entanto, o isolamento comercial significava que os ganhos coloniais da Rússia na Sibéria e no baixo Volga não podiam ser facilmente espoliados ou alcançados pelos Estados marítimos europeus. Tornava também mais fácil aos czares manter um controlo apertado sobre os proveitos mercantis e territoriais do império. O relativo isolamento cultural e comercial reforçou a singularidade do trajeto expansionista da Rússia.

A dimensão dessa expansão nos séculos XVII e XVIII foi formidável. Segundo uma estimativa, a superfície terrestre da Rússia aumentou dos 3,4 milhões de km² em 1600 para cerca de 9,5 milhões de km² em 1700⁽⁶⁴⁾. Depois de se estabelecerem além dos Urais em 1600, vinte anos depois os comerciantes de peles russos já controlavam as rotas fluviais e terrestres para a bacia do Yenisei, chegando ao Lena na década de 30. Em 1639 a sua guarda avançada chegou ao mar de Okhotsk e ao Pacífico⁽⁶⁵⁾. Ao mesmo tempo, outros comerciantes chegavam à região para lá do lago Baikal («descoberto» em 1643) e ao grande rio Amur em 1643. O Amur atravessava a Manchúria, em direção ao mar Amarelo, e a chegada dos russos coincidiu com a conquista manchu da China. Em 40 anos os russos tinham lançado uma rede de influência sobre todo o Norte da Ásia. No entanto, esta era pouco mais do que uma frágil rede de rotas comerciais. Mesmo na Sibéria Ocidental, a ocupação russa confinava-se às florestas do Norte: as estepes continuavam a ser o domínio dos nómadas quirguizes. Dependente de abastecimentos da Rússia e presa nas suas fortalezas, a população de colonos aumentou muito lentamente até à década de 60 do século XVII, quando o seu crescente poderio militar permitiu a colonização gradual das vastas planícies. Mesmo assim, em 1760 o número da população masculina da Sibéria russa ainda não ultrapassara os 400 000⁽⁶⁶⁾. Mais a sul a situação era semelhante: a aristocracia russa e os seus servos migravam lentamente para leste, ocupando a estepe aberta e abandonando solos velhos ou esgotados. A fundação de Oremburgo em 1725 assinalou uma etapa decisiva nesse processo de colonização armada⁽⁶⁷⁾. A antiga sociedade da estepe era lentamente estrangulada, à medida que uma série de *limes* defensivos, barreiras fortificadas construídas com enorme esforço, ia bloqueando as rotas do comércio e as razias dos nómadas. Mesmo assim, do lado russo, as más comunicações e a falta de mão de obra dificultavam e atrasavam o povoamento rural. Na fronteira asiática da Europa, a expansão demográfica há muito que parecia

tão entravada como na América do Norte continental até à década de 50 do século XVIII.

Para Pedro I, *o Grande* (1689–1725), e seus antecessores, o grande problema estratégico residia a ocidente e na subpovoada Ucrânia («Terra de Fronteira»), a sul. A grande comunidade polaco-lituana ameaçara esmagar a Moscóvia durante o Tempo das Dificuldades, entre 1598 e 1613. Depois de 1613, os czares Romanovs enfrentaram não só a rivalidade territorial da Polónia mas também a nova ameaça representada pelo reino do cobre, a Suécia, que estava então a construir um vasto império báltico. Tal como os polacos, a ascensão do poder sueco ameaçava afastar a Rússia moscovita da Europa, destruir a sua pretensão de «reunificar» os povos russos e, numa aliança oportunista com cossacos descontentes, erradicar a influência de Moscovo na Ucrânia. A grande façanha de Pedro I foi travar esse imperialismo sueco. Ele invadiu a rica Estónia, uma importante região agrícola no Báltico e base defensiva para a nova capital imperial em São Petersburgo, para onde transferiu o seu governo em 1716. O Tratado de Nystad (1721), no final da Grande Guerra do Norte, assinalou a entrada definitiva da Rússia nas fileiras das grandes potências europeias e a eliminação da rivalidade sueca e polaca como ameaça séria. Pedro, *o Grande* substituiu o antigo nome de «Moscóvia» pelo título mais grandioso de «Império Russo». Uma proclamação do seu senado anunciava que a Rússia «se juntara à comunidade das nações políticas»⁽⁶⁸⁾.

A vitória na Ucrânia foi especialmente importante para o imperialismo oriental da Rússia. Depois do Tratado de Pereslavl, em 1654, os czares tinham desfrutado de uma relação especial com o «Hetmanato» autónomo, a parte da Ucrânia situada além da fronteira do domínio polaco nessa região semicolonial. No Hetmanato, uma emergente classe de latifundiários, a *starshyna*, que temia a expansão polaca e preocupada com a turbulenta fronteira cossaca a sul, olhava para a Rússia moscovita como o modelo mais promissor de ordem social⁽⁶⁹⁾. Com a elite assim dividida, os esforços dos líderes ucranianos, como o carismático Hetman Mazeppa, para manter a sua autonomia através de alianças com os otomanos, polacos ou suecos pareciam muito arriscados. A vitória esmagadora de Pedro I sobre Mazeppa e a derrota de Carlos XII da Suécia na Batalha de Poltava, em 1709, ditaram a integração efetiva da Ucrânia Oriental no seu sistema imperial, oferecendo terras novas à nobreza colonizadora e (na população cossaca) uma preciosa reserva de efetivos militares. Como etapa no avanço da Rússia para um império eurasiático, a aquisição da Ucrânia, abrindo caminho para o mar Negro, podia ser equiparada à conquista britânica de Bengala depois de 1757.

O que estava por trás do surgimento deste conglomerado imperial, que criara então na ala leste da Europa um motor tão potente de expansão territorial – um «Turco do Norte», como o descreveu apreensivamente o filósofo Leibniz? O engrandecimento da Rússia foi impulsionado pelos receios e ambições dos czares Romanovs, que exploraram de forma engenhosa o temor da invasão e da anarquia na Igreja Ortodoxa e na aristocracia de serviço. Depois de 1650, o czarismo reforçou o seu domínio sobre a Igreja e a aristocracia. Aboliu o patriarcado ortodoxo. Um novo exército regular de estilo europeu e a «Tabela de Cargos» de Pedro, *o Grande* (que formalizava a ligação entre a categoria nobre e militar e a categoria burocrática) reforçaram o poder e as pretensões do monarca. A expansão territorial e o crescimento económico foram acompanhados pela centralização do poder. A obediência dos nobres era assegurada, em parte, pela expectativa de concessões de terras nas zonas de conquista – fonte de muitas fortunas aristocráticas e uma das razões para o persistente descontentamento cossaco na Ucrânia russa. Através dos *gosti* ou comerciantes oficiais, os czares também controlavam e exploravam setores lucrativos do comércio externo e interno, incluindo o comércio do sal⁽⁷⁰⁾. Pedro I construiu também fábricas e arsenais estatais para abastecer os seus exércitos. Por fim, as aquisições de novos territórios aumentaram os recursos tributáveis do império, permitindo a Pedro I triplicar as suas receitas, enquanto a anexação da Estónia e da Ucrânia quase duplicou a capacidade produtiva da Rússia moscovita⁽⁷¹⁾. Como as conquistas espanholas no Novo

Mundo, portanto, a expansão russa alimentava-se a si própria, instigada pelos ganhos inesperados da conquista.

No entanto, esta só pode ser uma parte da resposta. A Rússia moscovita do século XVII também estava exposta a influências culturais e intelectuais de outros lugares na Europa. As famosas viagens «incógnitas» de Pedro I aos estaleiros navais da Holanda foram precedidas pelo desejo de anteriores czares de adotar os métodos burocráticos e diplomáticos das maiores monarquias europeias. Os governantes e clérigos da Rússia serviram-se das ideias do magnífico e espiritual da arte e arquitetura barroca da Europa Central e adotaram-nas à tradição local ⁽⁷²⁾. Os receios ortodoxos da influência católica também provocaram um novo interesse pela liturgia grega e bizantina e inspiraram formas de culto mais sofisticadas e regimentadas. Foi esta «reforma russa» dos anos 50 e 60 do século XVII que provocou o cisma com os Velhos Crentes. A importância destas mudanças está na forma como dotaram o emergente Estado russo (por oposição à velha Moscóvia) de prestígio cultural, recursos literários e sofisticação ideológica para manter a lealdade dos barões germânicos da Estónia, da aristocracia meio polonizada da Ucrânia e da sua própria nobreza. A alternativa – um regresso às velhas tradições russas da comunidade primitiva e culto tradicional (dos Velhos Crentes) – era incompatível com a expansão territorial, com a absorção de outras culturas e com a pretensão à categoria de grande potência na Europa. Existia então um enorme interesse por todos estes desígnios.

Por fim, como os czares anteriores, Pedro, *o Grande* percebeu que a sobrevivência do seu regime dependia da participação no sistema de Estados europeu e da influência diplomática que isso lhe conferia – como a sua vantajosa aliança com a Dinamarca contra a Suécia. Ser expulsa da «Europa política» pela Polónia ou pela Suécia teria sido um desastre para a Rússia. O receio disso mesmo explica a grande ânsia de Pedro I em adotar as práticas administrativas, técnicas e até comportamentais da Europa Ocidental: para superar os seus vizinhos europeus na luta pela sobrevivência geopolítica. As «reformas simbólicas» de Pedro, *o Grande* tinham o propósito de satisfazer a tremenda urgência de uma mudança política. Depois do seu périplo pela Europa em 1698, ele decretou a proibição das barbas, e cortou pessoalmente a barba dos seus nobres mais importantes. O traje tradicional russo – uma túnica solta ou cafetã – foi também proibido e substituído pelo «traje alemão». As senhoras na corte receberam ordens para usar o decote acentuado que o czar tanto admirara nas suas viagens, se bem que o costume mais antigo de pintar de negro os dentes das mulheres tivesse sobrevivido muito mais tempo do que a antiquada modéstia no traje feminino. Mesmo na morte, Pedro, *o Grande* indicava o caminho. À maneira ocidental, jazia no seu caixão com um casaco carmesim, de botas e esporas, e exibindo as suas medalhas e espada.

Pedro I possuía grandes talentos de organizador e estratega; mas também beneficiou da incoerência do sistema político polaco, do esgotamento dos recursos suecos por volta de 1700 e da relutância dos otomanos em intervir contra a Rússia em momentos cruciais ⁽⁷³⁾. Na verdade, a dinâmica subjacente à expansão russa não se encontra num único fator mas na extraordinária combinação de circunstâncias favoráveis nos cem anos que se seguiram a 1613: a consolidação da ordem social, cuja disciplina rígida refletia a mentalidade de «campo armado» ⁽⁷⁴⁾; a sua abertura à inovação cultural doutras regiões da Europa; o papel lucrativo da Rússia como entreposto entre a Europa e o Médio Oriente ⁽⁷⁵⁾, a sua fronteira terrestre aberta, que ajudou a fomentar a expansão e a facilitar a ascensão do poder autocrático; o seu papel crucial na «diplomacia da estepe»; e a sorte geoestratégica que permitiu a exclusão dos seus rivais europeus de toda a Eurásia a norte do mar Negro depois de 1710. Surgira um modelo de expansão europeia capaz de igualar o do Ocidente marítimo.

O Renascimento da Ásia Oriental

Do ponto de vista do Ocidente, a característica mais notável da história da Ásia Oriental foi o isolamento da China e do Japão depois das convulsões da primeira metade do século XVII. Nestes dois países, o estabelecimento de novos regimes políticos conduziu à procura de uma consolidação política e cultural interna e à diminuição intencional dos contactos diplomáticos e comerciais com o exterior. À primeira vista, portanto, verifica-se um forte contraste entre a Ásia Oriental – caindo na estagnação cultural e económica por trás da barreira política de uma diplomacia xenófoba – e a Europa, com a sua abertura cultural, o seu comércio ultramarino dinâmico e a sua política competitiva. Seria fácil concluir que o entrave imposto à expansão europeia pelo longo declínio económico depois de 1620 foi apenas uma «pausa parcial» que escondia a disparidade crescente entre um Ocidente dinâmico e um Oriente parado e preso no seu conservadorismo e introversão.

Antes de chegar a semelhante conclusão, temos de olhar melhor para as consequências do grande renascimento impulsionado pelo xogunato Tokugawa e pela dinastia Manchu (ou Ch'ing). Ambos criaram entidades políticas que duraram cerca de 250 anos. Ambos presidiram a um período de rápido crescimento populacional, vasta colonização agrícola, extenso comércio interno e crescente procura de livros. Devíamos reagir com ceticismo a generalizações drásticas sobre a paralisia e a estagnação. Também não nos devíamos precipitar a supor que a participação muito limitada da China no comércio internacional por volta de 1690 assinalou a sua integração na «periferia» subordinada de um «sistema mundial» europeu (⁷⁶). Na realidade, uma análise mais cuidadosa poderá mostrar que a reconstrução da Ásia Oriental após *circa* 1620 desempenhou um papel crucial no fortalecimento das civilizações dessa região contra o impacto da expansão europeia que se fez sentir em grande parte do mundo extraeuropeu depois de 1750.

O declínio progressivo da dinastia Ming no Norte da China culminou na conquista da capital imperial pelos manchus em 1644 e, nominalmente, no início de uma nova era dinástica – a dos Ch'ing, como os manchus se apelidavam (⁷⁷). Mas o verdadeiro fundador do império Ch'ing foi K'ang-hsi (n. 1654, reinou de 1661–1723), cujo longo reinado teve a mesma importância para a consolidação do domínio Ch'ing que o de Akbar tivera para os mogóis na Índia. Quando K'ang-hsi chegou ao poder, as perspectivas de um regime imperial estável eram pobres. Os Ch'ing como elite dirigente manchu ainda não tinham feito a transição do sistema de clãs típico das sociedades nómadas da estepe (⁷⁸). A noção de sucessão dinástica – fundamental para a continuidade do poder imperial – era-lhes estranha. Apolítica dos clãs implicava uma luta contínua por poder e influência e a partilha (e repartilha) das riquezas e terras conquistadas entre os clãs dominantes e seus chefes. Era profundamente incompatível com o sistema confuciano de império estabelecido na era Han (206 a.C.-220 d.C.) e que os Ming conduziram ao seu apogeu autocrático. Em parte por essa razão, vastas regiões do Sul da China e grandes segmentos da elite letrada permaneciam irreconciliados com a autoridade manchu. Foi este estado de coisas, e a sua dependência inicial de aliados de etnia chinesa para vencer a resistência Ming, que obrigaram os Ch'ing a delegar amplos poderes aos generais chineses responsáveis por subjugar as províncias do Sul e do Sudoeste. Na verdade, na década de 70 do século XVII, três destes generais – os chamados «Três Feudatários» – já gozavam de uma autonomia quase completa em relação a Pequim, com a perspectiva tentadora de estabelecer o seu próprio direito dinástico. Além deste conjunto de dificuldades, os governantes manchus enfrentavam novas ameaças à sua autoridade na Ásia Interior: dos calmucos; do império teocrático do Dalai Lama no Tibete; e, na região a sul e leste do lago Baikal, de funcionários públicos czaristas e comerciantes de peles russos. Entretanto, na fronteira marítima virada para o mar do Sul da China, a derrocada do

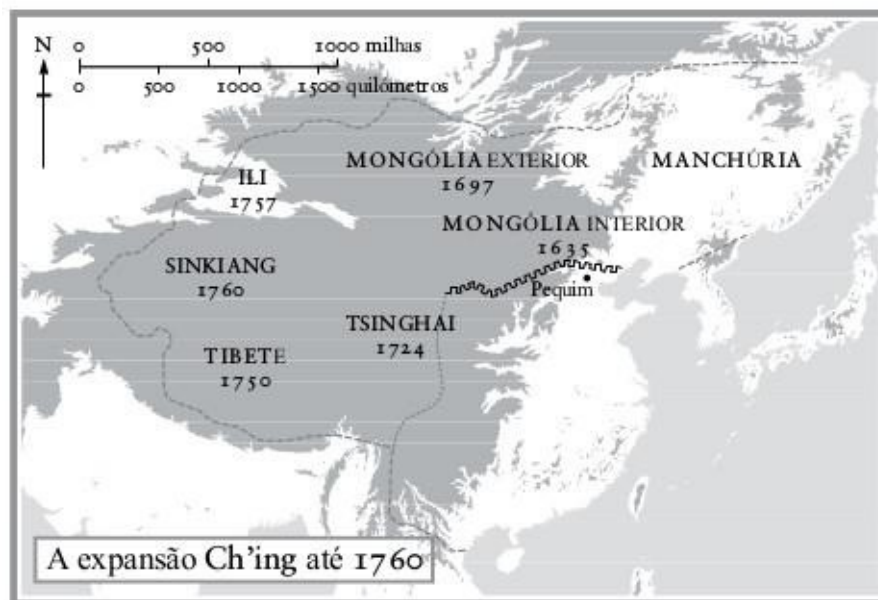
poder Ming e as oportunidades criadas pelo comércio marítimo tinham dado origem ao Estado mercantil e flibusteiro do pirata Koxinga (Cheng Ch'eng-kung), entrincheirado, assim parecia, na inexpugnável ilha Formosa (⁷⁹).

A ameaça mais imediata à sobrevivência dos Ch'ing era a sua incapacidade de controlar efetivamente o Sul da China. Prevendo a intenção de K'ang-hsi de os dominar, os Feudatários revoltaram-se abertamente em 1673-4. O general Wu, o mais poderoso dos três, propôs aos manchus uma humilhante partilha territorial, oferecendo-lhes apenas a Manchúria e a Coreia (⁸⁰). Uma possibilidade mais real seria a divisão da China ao longo do Yang-tzé, negando ao Norte da China e ao governo imperial o seu celeiro vital e reduzindo Pequim a um Estado secundário precariamente equilibrado no flanco da Ásia Central. Após uma luta prolongada, no início da década de 80 K'ang-hsi já tinha levado a melhor, em parte porque Wu tinha morrido (de disenteria) em 1678 (⁸¹) e em parte, talvez, porque os generais feudatários não gozavam da simpatia dos lealistas Ming no Sul, e a aristocracia letrada preferia a continuidade imperial, mesmo sob os manchus, ao domínio de senhores da guerra. Em 1683 K'ang-hsi também já tinha finalmente dominado o Estado rebelde de Koxinga, e pôde então ser revogada uma política drástica de evacuação do litoral com mais de vinte anos (⁸²) (para negar aos rebeldes acesso aos seus recursos). O comércio externo, fortemente limitado pela mesma razão, foi novamente aberto (⁸³). No final da década de 80, com o Sul da China mais ou menos pacificado, K'ang-hsi pôde voltar-se para a Ásia Central.

Nenhum imperador manchu poderia subestimar o perigo de um novo adversário da estepe vir a repetir a estratégia manchu: construindo um Estado fronteiriço baseado na fusão das economias da estepe e agrícola e com força suficiente para subverter a lealdade da população de etnia chinesa. Na década de 70 do século XVII, Galdan, o governante calmuco (ou oirat), começou a reunir um império na estepe de tamanho ameaçador. A partir da sua base original em Dzungaria, situada a oeste da Mongólia, ele conquistou os oásis e as cidades comerciais do Turquestão Oriental. Em 1688 invadiu a Mongólia Exterior e começou a desafiar Pequim (⁸⁴). Ao mesmo tempo, a presença russa na fronteira norte da Mongólia e na Amúria (a norte da Manchúria) prefigurava uma aliança vantajosa entre estes intrusos no domínio chinês. Talvez K'ang-hsi tivesse tido a sorte de este duplo desafio da Ásia Central ter chegado demasiado tarde para coincidir com os conflitos no interior da própria China. Mas nenhum imperador chinês poderia ter estado mais bem preparado para o esforço mental e físico de uma guerra fronteiriça. K'ang-hsi era um caçador entusiástico, que se gabava de ter morto mais de cem tigres, dezenas de ursos e leopardos e quase cem lobos. Encarava a caça como um treino para a guerra, e as suas viagens frequentes à zona da fronteira, à procura de caça e para visitar as suas tropas, forneciam-lhe conhecimentos em primeira mão do teatro do conflito e das táticas e logística necessárias para uma vitória chinesa (⁸⁵).

Nem os russos nem os manchus faziam a princípio grande ideia da força ou objetivos de cada um. Em meados da década de 50 do século XVII Moscovo começara a perceber que o misterioso potentado oriental «príncipe Bogdoy» não era um governante menor e que devia ser tratado com tanto respeito como o imperador otomano, iraniano ou mogol (⁸⁶). Os russos persistiam na esperança de que os manchus concordariam com relações diplomáticas e a abertura do comércio. Existia já um crescente comércio russo com a Ásia Central e a Índia através de Astracã, no estuário do Volga. Houvera uma troca regular de embaixadas com os calmuco e mongóis desde os anos 30. K'ang-hsi mostrou-se disposto a ignorar o rígido protocolo que regia as relações diplomáticas chinesas e encontrar-se com os enviados do czar informalmente; mas estava também decidido a expulsar a influência russa da Ásia Oriental. Em 1684 advertiu os mongóis para que parassem de fazer comércio com os russos. Em 1685 o seu exército invadiu Albazin, o posto avançado russo no

vale do Amur. Os russos voltaram, e a conquista da Mongólia Exterior por Galdan em 1688 ameaçou Pequim com uma longa e esgotante guerra fronteiriça. Mas a aliança russo-calmuca não chegou a concretizar-se, e em 1689, em Nerchinsk, no Sudeste da Sibéria, K'ang-hsi cercou os negociadores russos com um exército enorme e obrigou-os a renunciar a toda a vasta área a norte da Manchúria – uma derrota para a expansão russa que só seria invertida em 1860. Em 1690, os exércitos manchus usaram artilharia para derrotar Galdan em combate ⁽⁸⁷⁾. Seis anos depois, após mais uma derrota esmagadora, Galdan suicidou-se. A consolidação do domínio chinês na Ásia Central, com a conquista de Sinkiang ou Turquestão Oriental, só viria a ser concluída cerca de 60 anos depois. Mas K'ang-hsi tinha restaurado a autoridade de Pequim na Ásia Oriental. Este grande triunfo, complementado pelos imperadores Yung-cheng (reinou de 1723–35) e Ch'ien-lung (reinou de 1735–96), foi o pré-requisito geopolítico fundamental para os sucessos internos do regime Ch'ing e, a longo prazo, para a sua resistência tenaz às exigências diplomáticas e comerciais dos europeus no século XIX.



Na realidade, esta grandiosa vitória estratégica abriu caminho a um período excepcionalmente dinâmico na história chinesa. O imperador Yung-cheng concluiu a transição do regime clânico que os manchus haviam trazido consigo para uma versão renovada e fortalecida do absolutismo Ming. Os «porta-estandartes» manchus – os exércitos privados dos príncipes que tinham desempenhado um papel fundamental na tomada de poder – foram colocados sob domínio imperial ou desmobilizados ⁽⁸⁸⁾. Isso impediu o perigo de guerras sectárias em alturas de sucessão dinástica. Um Grande Conselho novo, e mais flexível, substituiu o Grande Secretariado e a Censura como centro de tomada de decisões ⁽⁸⁹⁾. Uma terceira inovação, o sistema do «memorial palaciano», incentivou uma torrente de informações confidenciais sobre as infrações das autoridades das províncias. Parte da reconciliação de K'ang-hsi com os literatos chineses foi a reforma minuciosa do sistema de exames, que era um elo fundamental entre o centro imperial, a aristocracia letrada das províncias e o magistrado de distrito (*hsienchih*), cujo *yamen* (ou gabinete) era o serviço de informações do governo imperial. Enquanto a aristocracia letrada aspirasse à promoção burocrática através do sistema de exames, com o seu programa clássico e ideologia confucianos, e enquanto a China fosse governada a partir de cidades amuralhadas com um exército manchu de reserva extremamente leal, era pouco provável que a revolta alastrasse ou durasse muito tempo. Os primeiros imperadores insistiram também numa despesa comedida para aliviar a carga fiscal. Com grandes excedentes

fiscais, e depois de vencer, intimidar ou pacificar os seus inimigos, os imperadores Ch'ing encontraram a fórmula para a segurança externa e a paz interna.

Este era um contexto favorável para o progresso económico e o renascimento cultural. Segundo algumas estimativas, a população da China multiplicou por três entre 1723 e 1796, no reinado dos sucessores de K'ang-hsi. Houve um grande aumento da área agrícola cultivada, que pode ter duplicado entre 1650 e 1800 ⁽⁹⁰⁾. As regiões de florestas no Sul e Sudoeste foram ocupadas por colonos de etnia chinesa (Han). O Estado reparou canais danificados e construiu novos ⁽⁹¹⁾. Novas culturas alimentares como o milho (introduzido pelos portugueses) e a batata doce (introduzida em Fuquíem no século XVIII) complementaram o arroz; e culturas de rendimento como o chá, índigo e açúcar foram produzidas para exportação, sobretudo em províncias do litoral como Fuquíem e Kwangtung. Os funcionários do Estado na província fronteiriça de Hunan, no médio Yang-tzé, promoveram a cultura agrícola dupla com conselhos, incentivos fiscais e o fornecimento de sementes ⁽⁹²⁾. A China do século XVIII assistiu ao fim da servidão, abolida pelo imperador Yung-cheng ⁽⁹³⁾, e a uma nova liberdade para comprar e vender terras. O número de cidades comerciais aumentou de forma constante. Na região de Kiangnan, no baixo Yang-tzé, onde as comunicações fluviais tinham favorecido o crescimento de grandes cidades comerciais, o tecido de algodão era produzido em grande escala por artesãos nas aldeias. Xangai exportava têxteis para regiões interiores até 1300 quilómetros de distância, e existia um vasto comércio de artigos de ferro, seda e porcelana ⁽⁹⁴⁾. Desenvolveu-se assim uma economia mercantil sofisticada em que o papel-moeda era fornecido pela iniciativa privada e o crédito se baseava na venda de contratos para o futuro fornecimento de sal ao governo – um bem essencial com uma procura excepcionalmente estável. A participação da China no comércio internacional pode ter sido relativamente pequena, mas o seu comércio interno era provavelmente tão volumoso, se não mesmo mais volumoso, que o da Europa ⁽⁹⁵⁾.

No entanto, a característica mais notável do domínio Ch'ing terá sido a sua promoção de uma fase invulgarmente dinâmica de renovação cultural. O próprio K'ang-hsi gostava de conversar com os jesuítas na corte (a missão sobrevivera à mudança dinástica) e até aprendeu a tocar cravo. Mas rejeitou a ideia de um intercâmbio regular entre a China e a Europa. «A China não tem quaisquer assuntos de interesse comum com o Ocidente», foi a sua conclusão ríspida ⁽⁹⁶⁾. Os ocidentais, como os jesuítas, eram bem-vindos, mas tinham de ficar e adaptar-se à ética confuciana: não podiam esperar ir e vir quando quisessem. E quando o papa lhe pediu numa mensagem para enviar para Roma europeus acusados de heresia, K'ang-hsi recusou – acrescentando sarcasticamente que os decapitaria e enviaria as cabeças ao papa, para que este pudesse ver que eles tinha sido «reformados» ⁽⁹⁷⁾. Não se conhece a resposta do papa. A principal preocupação de K'ang-hsi era a cultura chinesa. Ele e os seus sucessores patrocinaram a compilação e publicação de literatura clássica; o próprio K'ang-hsi encomendou uma enciclopédia. Os níveis de literacia subiram, e o volume de literatura impressa aumentou para satisfazer a procura ⁽⁹⁸⁾. Foram publicados romances, poesia, histórias, biografias, dicionários geográficos, enciclopédias, antologias e obras sobre antiguidades. Era uma cultura nobre que difundia os valores e as tradições dos clássicos confucianos: a busca de harmonia no seio da sociedade e com a natureza; a importância da hierarquia (sobretudo entre gerações) e do ritual ou códigos de conduta para preservar a ordem e coesão sociais; a necessidade de autodomínio e subordinação dos desejos pessoais. Através da literatura e da arte, e da oferta pública de «cultos» e sacrifícios oficiais para concentrar a religião popular local, a influência da cultura confuciana difundiu-se de forma mais extensa e profunda que nunca ⁽⁹⁹⁾. A integração política e económica da China foi portanto acompanhada de uma crescente unidade cultural alcançada na última era antes do envolvimento mais intenso e depois violento com o Ocidente.

Mas o empreendimento Ch'ing teve as suas limitações. Grande parte da China longe do seu grande sistema de vias navegáveis permanecia imersa no regionalismo – embora não mais, talvez, do que muitas regiões da Europa na mesma época. Mais grave era o facto de a China não ter conseguido recuperar o poder naval que abandonara cerca de três séculos antes. Os comerciantes e colonos chineses no Sudeste Asiático não tinham qualquer direito à proteção imperial, e os terríveis massacres de chineses nas Filipinas espanholas não suscitaram qualquer resposta de Pequim ⁽¹⁰⁰⁾. O fascínio europeu com a China – por mais ignorante e mal informado que fosse – não tinha qualquer equivalente nos círculos intelectuais chineses; um indicador, talvez, da autoconfiança cultural e do prestígio de uma ininterrupta tradição clássica de excepcional alcance e subtileza. Nalguns aspetos, a China do século XVIII estava ainda mais voltada sobre si mesma: o imperador Yung-cheng revogou em 1727 a tolerância limitada concedida aos missionários cristãos desde a época mongol ⁽¹⁰¹⁾. Mesmo quando eram importadas ideias europeias, estas pareciam impraticáveis ou irrelevantes no contexto chinês ⁽¹⁰²⁾. Um bom exemplo é o conceito de perspectiva na pintura. A teoria artística chinesa não foi «incapaz» de inventar a perspectiva: simplesmente rejeitava como inválida uma perspectiva única e fixa, salientando antes a multiplicidade de pontos de vista a partir dos quais um objeto ou paisagem podia ser representado ⁽¹⁰³⁾. Mas talvez um problema mais grave (do ponto de vista da mudança tecnológica e científica) fosse o conservadorismo subjacente da sociedade Ch'ing, que conferia enorme poder social à sua burocracia e a organismos como as corporações e autoridades de linhagem ou clânicas, que desempenhavam um papel fundamental na manutenção de uma disciplina social hierárquica. O regime Ch'ing talvez tivesse dado uma força adicional ao que eram, sem dúvida, tendências sociais arreigadas. Afinal, apesar da sua defesa da cultura confuciana, este era no fundo um «rajado manchu» – o domínio imperial de uma dinastia estrangeira e de seguidores da mesma etnia, segregados por residência e leis matrimoniais da maioria han. Como outros regimes coloniais na história mundial, os manchus descobriram que o preço da estabilidade era a aliança com aqueles que detinham o poder local, evitando cuidadosamente o risco social ou político. O momento da consolidação manchu entre 1680 e 1750 foi por isso bastante significativo. Na véspera do recontro com o Ocidente, a singular trajetória política da China (ainda dominada pela sua relação simbiótica com a Ásia Central) projetava-a, não para um despotismo oriental todopoderoso (imaginado pelos europeus) – que talvez tivesse permitido mudanças drásticas perante o desafio externo –, mas ainda mais para um «rajado limitado» em que o governo central cedia quase toda a iniciativa às forças locais (e geralmente conservadoras). Quando o «milagre económico» na China do século XVIII se esfumou, a margem de manobra para a mudança política tornou-se igualmente nebulosa ⁽¹⁰⁴⁾.

Como a China, o Japão conheceu um período extraordinário de consolidação política e crescimento económico no século XVII e início do século XVIII. Sob o clã Tokugawa, o xogunato, ou regência, tornou-se hereditário. A corte imperial, reduzida a uma importância simbólica, permanecia na antiga capital em Quioto, onde os xóguns mantinham também um esplêndido palácio para as suas visitas periódicas. A explicação para a estabilidade política era a supremacia que os Tokugawa exerciam sobre os clãs e os domínios clânicos em que o Japão estava dividido e sobre os dáimios, ou nobres, que os governavam. O domínio militar era complementado pelo importuno sistema *sankin kotai*, que exigia que os dáimios deixassem as suas mulheres e filhos na capital do xogunato em Edo e aí residissem em anos alternados. Quando se encontravam em Edo, os dáimios eram obrigados a frequentar a corte do xógum duas vezes por mês e a desempenhar tarefas administrativas no interior e em redor da cidade. Ao mesmo tempo, os samurais, a classe guerreira hereditária, reuniam-se nas cidades-castelos dos domínios, como Himeji ou Nagoya, ou

frequentavam Edo como servidores dos daimios residentes. A pouco e pouco, transformaram-se numa classe de aristocratas de serviço, dependentes dos seus estipêndios clânicos e cada vez mais atraídos pelos ideais cavalheirescos defendidos pelo confucianismo, cuja visão da ordem social era um reforço útil para a sua nova condição social.

A paz interna foi acompanhada de um rápido crescimento da população, de 12 milhões em 1600 para cerca de 31 milhões em 1721 – metade do número da França, o gigante demográfico da Europa Ocidental ⁽¹⁰⁵⁾. O processo de urbanização foi considerável, e Edo (c. 1 milhão), Quioto (350 000) e Osaca (360 000) eram todas grandes cidades segundo os padrões mundiais da altura. Em 1700, Edo tinha duas vezes o tamanho de Londres ⁽¹⁰⁶⁾. A área agrícola cultivada duplicou entre 1600 e 1720 ⁽¹⁰⁷⁾. Existia uma ampla e sofisticada base de produção artesanal de têxteis, objetos em metal, cerâmica e publicações ⁽¹⁰⁸⁾. A especialização económica regional aumentou, estimulando o comércio interno. Grandes empresários comerciais geriam este comércio interno, centrado em Osaca. Esta era a «cozinha do Japão», com o grande mercado de arroz, um interior fértil e perto de Quioto – que continuava a ser a capital cultural e um centro de manufaturas, sobretudo em seda. Comparativamente à Europa Ocidental, o Japão da Idade Moderna era ainda um «mundo de madeira», talvez porque numa zona de terremotos isso permitia uma reconstrução barata e rápida. As suas cidades eram vastos aglomerados de estruturas baixas de madeira. Mas os visitantes europeus não tinham qualquer dúvida de que o Japão era uma civilização avançada e rica, e ansiavam por comerciar com ela ⁽¹⁰⁹⁾.

Como já vimos, o Japão desempenhou um papel ativo na expansão do comércio no Oriente e Sudeste Asiático entre 1540 e 1640, o que coincidiu com a chegada dos europeus à região. Os comerciantes e piratas (*wako*) japoneses aproveitaram as novas oportunidades de um comércio triangular entre o Japão, a China e o Sudeste Asiático, enquanto o enorme *boom* da prata japonesa ajudou a fomentar a expansão comercial e a pagar as importações do estrangeiro ⁽¹¹⁰⁾. Segundo algumas estimativas, em 1600 o Japão já produzia um terço da prata do mundo ⁽¹¹¹⁾ – uma das razões por que os europeus se mostravam tão ansiosos por negociar com esse país. Os portos do Sudoeste do Japão, sobretudo Nagasáqui, cresceram rapidamente, dando origem a bairros especiais onde artesãos e homens de negócios chineses se estabeleciam ⁽¹¹²⁾ – cerca de 200 só em Nagasáqui, em 1618 ⁽¹¹³⁾. No entanto, a atitude do *bakufu* (o governo Tokugawa em Edo) para com este crescente comércio externo era profunda e notoriamente ambígua. O regime era novo, e o seu domínio sobre os remotos domínios clânicos podia ser comprometido por contactos não regulamentados com o exterior. O catolicismo, em particular, passou a estar associado à rebelião e à subversão, e foi perseguido energeticamente. Nos anos 30 e 40 do século XVII, o comércio chinês e holandês (os holandeses eram os únicos europeus autorizados) foi confinado a Nagasáqui e à ilha artificial de Deshima construída no seu porto natural. Os prolongados distúrbios na China e o encerramento dos seus portos ao comércio legal depois de 1661 ajudaram a asfixiar o comércio externo da Ásia Oriental. Mas quando se restabeleceu, depois de 1685, o *bakufu* mostrou-se cada vez mais alarmado com a saída de prata japonesa e proibiu a sua exportação em 1688. Após 1698, o sistema de controlo em Nagasáqui foi reforçado para vigiar o fluxo do comércio e informações de forma ainda mais rigorosa ⁽¹¹⁴⁾.

O «isolamento» japonês foi motivado em parte pelo receio de perturbações no mercado de metais preciosos bem conhecido dos governos europeus e em parte por incertezas quanto às relações com a China, a superpotência regional, cujo «sistema mundial» oriental punha em causa a independência do Japão. O isolacionismo foi a solução, à falta de melhores, para o problema das relações sino-japonesas, e poderá ter sido calculado para dissuadir os governantes chineses de invadir o Japão,

como tinham feito quatro séculos antes; uma invasão que só a muito custo foi repelida. Mas o isolamento não era completo. As ideias e cultura chinesas exerciam uma forte atração e eram promovidas deliberadamente pelo regime Tokugawa. A China era o grande modelo de um Estado imperial sedentário e estável. A literatura e arte chinesas ditavam as tendências na sociedade elegante: o domínio da língua chinesa e do estilo de pintura chinês era altamente valorizado (¹¹⁵). Foram feitos grandes esforços para adaptar os ensinamentos confucianos às circunstâncias japonesas. Assim, Nagasáqui não era tanto uma porta fechada mas um portão estreito e um posto de escuta onde o *bakufu* recolhia informações de navios visitantes (cujos comandantes eram obrigados a redigir «notícias» para serem transmitidas a Edo) e através do qual importava livros. O «saber holandês» circulava lentamente entre samurais, professores e eruditos.

O regime de isolamento político não implicou a estagnação económica. O crescimento económico japonês depois de 1600 foi impulsionado por uma extraordinária dupla revolução. Em primeiro lugar, o sistema político criou uma nova e vasta economia urbana com a instalação dos dáimios e dos samurais nas cidades-castelo. O caso mais espetacular foi o da própria cidade de Edo. As regras *sankin kotai* levaram para Edo centenas de dáimios com as suas famílias e grandes séquitos de samurais (¹¹⁶). Em 1700, cerca de metade do milhão de habitantes de Edo era constituída por servidores samurais que residiam nos grandes recintos clânicos que ocupavam quase três quartos da área da cidade. Em conjunto, os dáimios e os samurais constituíam uma enorme concentração de consumo de elite para os serviços e manufaturas dos comerciantes, artesãos e jornaleiros urbanos. O seu poder de compra advinha dos rendimentos dos seus domínios, às vezes entregues em espécie e conservados nos grandes armazéns ao longo da costa de Edo, e outras enviados em dinheiro depois de o dízimo de arroz ter sido vendido no mercado de Osaka, de onde provinha grande parte dos alimentos de Edo. Este sistema constituía um forte estímulo para o comércio interno e para a atividade bancária, e promovia uma vasta economia integrada que produzia alimentos e manufaturas para um mercado central. Por sua vez, a procura dos consumidores de elite urbanos era um estímulo para a produtividade nos domínios rurais. E a contrapartida à residência dos dáimios em Edo era a deslocação frequente destes às suas terras na província. As viagens dos dáimios, às vezes com séquitos de 2000 pessoas, incentivavam o desenvolvimento de estalagens e de uma rede fixa de caminhos por terra e mar.

Em segundo lugar, este padrão de consumo de elite não dependia (como veio a acontecer na Europa) do comércio externo. Os japoneses puderam praticar uma política de autossuficiência mercantilista com considerável sucesso quando o comércio externo se tornou menos lucrativo. Ao contrário da Inglaterra, por exemplo, os japoneses dispunham do seu próprio fornecimento de prata, não tendo por isso qualquer necessidade do comércio para obter a base da sua moeda – problema que obcecou os economistas na Europa da Idade Moderna. Os japoneses também responderam de uma forma bastante original à procura interna de artigos de luxo e novos géneros alimentícios. A cerâmica coreana há muito que gozava de grande prestígio no Japão. Depois da invasão de Hideyoshi, na última década do século XVI, os japoneses levaram vários artesãos coreanos para o seu país e estabeleceram uma indústria autóctone. A grande variedade de condições climáticas do Japão permitiu a indigenização de novas culturas de rendimento: algodão, seda, tabaco e açúcar. A seda e o algodão eram produzidos em Quioto e Osaka, e conseguiu-se a autossuficiência em açúcar. A pesca tornou-se também muito mais importante no século XVII. De todas estas formas, os japoneses exploraram com êxito um ambiente natural excepcionalmente rico e diversificado e desenvolveram uma rica economia mercantil comparável à da Europa mas sem os custos e riscos do colonialismo. Mesmo depois de 1720, quando o crescimento económico sofreu um abrandamento com o esgotamento de recursos e a escassez de terras novas, e a população parou de crescer, uma

«revolução industrial» de mais agricultura intensiva, fomentada em parte pelo Estado (através de quintas experimentais e a importação de plantas chinesas), ajudou a manter as conquistas económicas do século anterior e a garantir a unificação política e social que o xogunato Tokugawa construía (117).

O dinamismo económico do Japão da Idade Moderna e a sua subsequente viragem para o «isolamento mercantilista» foram ambos, em grande medida, uma consequência da posição do Japão na «ordem mundial» da Ásia Oriental. A recuperação do poder chinês e a renovação da antiga tradição diplomática da China permitiam pouca margem de manobra para a influência japonesa no interior continental, que, de qualquer maneira, ficava relativamente afastado (para os padrões europeus). O receio de uma civilização continental dominadora era acompanhado de uma forte atração pelos seus produtos culturais e valores sociais: era uma relação difícil de gerir. Quando o Japão começou a ficar sem prata e a domesticação de produtos estrangeiros se tornou viável, havia boas razões para procurar a estabilidade económica e social numa política comercial insular em vez de correr os riscos extremos da expansão oceânica. Ironicamente, os japoneses impuseram restrições à importação de têxteis estrangeiros ao mesmo tempo que os britânicos, mas com muito maior sucesso. A verdadeira ameaça à estabilidade e independência do Japão estava não tanto na introdução de ideias ou tecnologia estrangeiras – que podiam ser gradualmente assimiladas e indigenizadas – como num choque ambiental ou externo. A fome, que, passado um século, regressara na década de 20 do século XVIII, podia destruir o sistema económico ou impor mudanças drásticas. De igual modo, a nova instabilidade na ordem mundial da Ásia Oriental, que atraía gente de fora no século XVI, podia perturbar a integridade cuidadosamente preservada do mundo japonês. Na década de 50 do século XVIII, porém, existiam poucos indícios dessa perspetiva sombria. Pelo contrário, com a conquista Ch'ing dos territórios mais afastados da Ásia Central em 1759-60, as vantagens que o Japão podia colher da sua excecional localização geoestratégica pareciam maiores que nunca.

Os Impérios Islâmicos sob Pressão

Em meados da Idade Moderna (1620-1740) o mundo islâmico estava muito mais exposto à influência e concorrência da Europa do que os Estados e as civilizações da Ásia Oriental. Em vários pontos entre o Sudeste Asiático e a costa atlântica de África, soldados, marinheiros, comerciantes, missionários e diplomatas europeus enfrentavam os seus homólogos muçulmanos, pois tanto o domínio islâmico como o europeu se haviam expandido com o aumento do comércio de longa distância entre os séculos XV e XVII. Como vimos no capítulo anterior, o período celebrado na história europeia como a «Época dos Descobrimentos» assistira também à consolidação dos três grandes impérios muçulmanos: o otomano, o safávida e o mogol. Além disso, uma rápida e poderosa vaga de islamização tomou o Sudeste Asiático após 1500, com o fortalecimento dos laços comerciais desta região com a Índia e o Médio Oriente e da atração do Islão como a religião dos Estados comerciais e de entidades políticas mais extensas (118). Na África Ocidental, outra grande esfera de influência islâmica desde o século XI, a ascensão do império Songai no médio Níger, após 1468, o reforço do Islão mais a leste nos Estados haúças, como Katsina e Kano (119), e a consolidação de Bornu no reinado de Mai Idris Alawma (reinou de 1571 a 1603) (120) afirmaram o contínuo dinamismo das ideias religiosas, culturais e políticas que se espalhavam para sul e oeste a partir do coração islâmico.

Em contrapartida, o final da Idade Moderna (após *circa* 1620) é geralmente descrito como uma era de estagnação e declínio iminente nos impérios islâmicos e na cultura islâmica, cuja introversão e

conservadorismo são comparados pouco favoravelmente com as correntes inovadoras do pensamento europeu (¹²¹). Seria fácil tirar a conclusão superficial de que as sociedades europeias tinham adotado a mentalidade científica necessária ao progresso material, deixando os seus vizinhos muçulmanos atolados na lama religiosa. Na realidade, antes do final do século XVIII, a importância do cientista, por oposição ao modesto artesão, na vida tecnológica e comercial da Europa era marginal, na melhor das hipóteses (¹²²). No entanto, existiam alguns sinais no século XVII e início do século XVIII de que os grandes Estados islâmicos e a cultura islâmica que sustentavam tinham perdido o dinamismo do período anterior. A depressão comercial e a conquista holandesa dos principais Estados islâmicos no Sudeste Asiático (Makassar, Banten e Mataram) depois de 1660 foram grandes reveses. No Sahel da África Ocidental, a queda do império Songai em 1591 (ironicamente, às mãos de invasores marroquinos) inaugurou um longo período de desintegração política no médio Níger pouco favorável ao aprofundamento de influências islâmicas (¹²³). E os três grandes impérios muçulmanos conheceram todos fortes tendências centrífugas, cujo efeito foi enfraquecer a sua solidariedade interna contra o ataque externo. No entanto, existiam poucos sinais antes de meados do século XVIII de que esses acontecimentos representassem uma mudança irreversível na força relativa das sociedades islâmicas e europeias, em vez de um ajustamento mais subtil no equilíbrio mundial.

À primeira vista, a história do Império Otomano proporciona vários indícios de que os Estados e a cultura islâmicos estavam condenados a um retraimento inexorável e declínio progressivo. Entre 1683 (quando, tragicamente, não conseguiram tomar Viena) e 1739, os otomanos sofreram grandes perdas de território, que travaram o impulso expansionista que os tinha levado para o coração da Europa no século XVI. No Tratado de Carlowitz, em 1699, após 16 anos de guerra, o sultão foi obrigado a ceder a Hungria e a Transilvânia ao imperador Habsburgo. Novos conflitos entre os dois impérios entre 1716 e 1718 custaram caro aos otomanos no Tratado de Passarowitz, em 1718. A Valáquia Ocidental, o Banato (ou «região fronteiriça») de Temesvar (a atual Timisoara, na Roménia) e a Sérvia foram entregues a Viena, juntamente com a grande fortaleza fronteiriça de Belgrado, que dominava os acessos ao vale do baixo Danúbio. A dinâmica militar e a superior técnica de combate que haviam conduzido os janízaros a tantas vitórias no século anterior pareciam muito menos eficazes contra os exércitos dos Habsburgos, treinados em novos métodos de exercício militar e comandados por generais como Montecuccoli ou o príncipe Eugénio de Saboia. Pior do que isso, talvez, do ponto de vista dos otomanos, foi o facto de terem de enfrentar, não um, mas dois inimigos na região dos Balcãs-mar Negro depois de 1700. Perante a ameaça dos Habsburgos e da expansão dos Romanovs, os otomanos perderam a sua posição privilegiada de «superpotência» da Idade Moderna no Sudeste da Europa, gozando de um esplêndido isolamento da rede de diplomacia intraeuropeia. Em 1740, o preço da sobrevivência otomana já passara a ser uma participação mais ativa no sistema de Estados europeu, com todos os custos, riscos e cedências que isso iria acarretar (¹²⁴).

O insucesso no campo de batalha e na mesa de conferências pode ser visto como o sintoma de fracassos menos patentes na vida política e económica do Estado derrotado. Não admira, portanto, que o «declínio» político otomano depois de 1600 tenha sido submetido a um intenso escrutínio histórico. As fraquezas de liderança, política e instituições têm sido atribuídas a uma grande variedade de causas: o isolamento pouco saudável dos sultões e seus herdeiros no harém e o desenvolvimento de uma política secreta e intriguista na corte; o abandono do *devshirme*, que provera os governos e exércitos dos sultões de escravos dependentes e fiéis imunes a influências locais; o controlo do corpo de janízaros e da burocracia por notáveis muçulmanos hostis à autoridade dos sultões e muito mais preocupados com os proveitos do patrocínio; e a crescente

decentralização da cobrança de receitas e do governo provincial que concedia cada vez mais controle a notáveis locais (*ayan*) e a cobradores de impostos. À medida que a autoridade central se debilitava, segundo esta tese, a desordem e insegurança locais aumentavam: os *deys* (vice-reis provinciais), mamelucos e *derebeys* («senhores dos vales») rebeldes reforçavam os seus séquitos armados e lutavam pelos despojos do poder provincial.

A incoerência política era agravada (para continuar com este tema) por uma crescente sensação de torpor económico. Embora o comércio terrestre continuasse a ser importante para as cidades otomanas do Mediterrâneo, o comércio marítimo passou quase completamente para as mãos de comerciantes europeus. Cada vez mais a economia otomana se direcionava para a produção de matérias-primas e mercadorias para o mercado europeu, sobretudo o algodão. A tendência para contar com manufaturas europeias (como os têxteis) tornou-se cada vez mais forte. As indústrias artesanais entraram em declínio. Para agravar a situação, os mercadores europeus abusavam dos privilégios comerciais que o governo otomano lhes concedia, isentando-os de impostos e tarifas. Em vez de adotarem uma política «mercantilista» para proteger os seus próprios produtores e comerciantes, os otomanos pareciam favorecer, perversamente, os interesses estrangeiros (¹²⁵). O resultado foi expor o império à penetração económica cada vez maior de comerciantes europeus, enfraquecer as indústrias artesanais e as comunidades urbanas que estas sustentavam e balcanizar o império como unidade económica.

Como seria de esperar, estes sintomas clássicos de «periferização» têm sido vistos como parte de um mal-estar cultural generalizado. O insucesso intelectual fechava o círculo vicioso do insucesso político e do declínio económico. Dominada por um profundo conservadorismo corânico, acentuado pelo crescente domínio político da classe instruída muçulmana, a vida intelectual revelava pouco interesse pelo estudo empírico ou pela adaptação sistemática de ideias estrangeiras. O nível de curiosidade em relação à Europa permanecia modesto – um vestígio, sustentam alguns, da baixa estima cultural em que Europa havia sido tida na época de expansão otomana e da dificuldade linguística que a cultura poliglota da Europa representava para os eruditos otomanos (¹²⁶). O desconhecimento oficial da geografia europeia era enorme: na década de 70 do século XVIII, o governo otomano julgava ainda que a armada russa tinha alcançado o Mediterrâneo através de uma via fluvial na Europa Central (¹²⁷). Sem meios nem vontade para adaptar a educação a um novo programa, de espírito empírico e vertente tecnológica, a cultura islâmica dos otomanos tornara-se um ermo retrógrado de ilusões.

Tudo isto equivale a uma forte denúncia do insucesso otomano. Mas esta baseia-se em dois pressupostos duvidosos. O primeiro é o contraste sugerido entre o «atraso» da vida otomana e a ordem e progresso da vida na Europa. Mas a Europa não era uma paisagem uniforme de campos alegres e cidades movimentadas. No Leste e no Sul era uma região de servidão, fomes periódicas e repressão violenta de revoltas rurais. As viagens no interior da Espanha, no Sul da Itália ou nas Terras Altas da Escócia eram sempre difíceis e quase sempre perigosas. O banditismo rural era vulgar, sobretudo em regiões afetadas pelas guerras do século XVII. Mesmo na Europa Ocidental, a economia regional a menos de cem quilómetros de Paris existia num equilíbrio precário entre a subsistência e a penúria, com técnicas agrícolas que mal tinham mudado desde tempos medievais (¹²⁸). A intolerância religiosa dos governos franceses e britânicos (para citar dois exemplos da Europa Ocidental) contrastava fortemente com as atitudes otomanas. Em segundo lugar, como fizeram notar recentemente historiadores otomanos, grande parte da tese do declínio otomano pressupõe que na sua época de expansão o império gozara de um regime de eficiência centralizada arruinado pela má governação da época posterior (¹²⁹).

Mesmo segundo a prova de fogo da guerra, não era de todo evidente que em 1740 o Império Otomano já pudesse ser considerado um caso de declínio terminal. Os otomanos tinham perdido a Hungria e a Transilvânia. Mas no Tratado de Belgrado, em 1739, recuperaram o que tinham perdido em Passarowitz em 1718, incluindo a própria Belgrado. Os exércitos otomanos revelaram notáveis poderes de recuperação, como advertira Montecuccoli – o mais sábio dos generais dos Habsburgos. Em 1711, infligiram uma espantosa humilhação aos exércitos russos liderados por Pedro, o *Grande*, na campanha de Pruth, na (atual) fronteira romena. Enfrentando uma força otomana bem equipada, com muito mais artilharia e um enorme corpo de cavalaria, os invasores russos (em número inferior e necessitando desesperadamente de forragem e alimentos) perderam a coragem. Renunciaram a Azov e Pedro I retirou-se subitamente da guerra (¹³⁰). O governo do sultão em Constantinopla (geralmente denominada a «Porta», por causa do grande portão do palácio onde os ministros tinham os seus gabinetes) continuava a presidir a um vasto império tricontinental cuja «frente» europeia era apenas um dos seus problemas geoestratégicos. Mas a defesa geralmente eficaz da sua integridade territorial indica que a sociedade otomana era mais flexível, resistente e coesa do que as histórias «declinistas» nos querem fazer crer.

Essa resistência baseava-se em parte numa sólida posição geopolítica, que subsistiu quase intacta até à década de 60 do século XVIII. Com a perda da Hungria e da Transilvânia, os otomanos recuaram para a barreira física dos Cárpatos. A recuperação de Belgrado (em 1739) devolveu-lhes o domínio sobre o funil estratégico entre a Europa dos Habsburgos e os Balcãs otomanos. Como controlavam a rota marítima do mar Negro, os otomanos e os seus vassalos, os Girays da Crimeia, podiam travar o avanço russo em direção ao mar Negro – apesar dos enérgicos esforços dos czares para conquistar Perekop e Azov. O pesadelo logístico de abastecer um exército capaz de atravessar a estepe ucraniana implicou que o mar Negro continuasse a ser um *mare Ottomanicum* – uma vantagem inestimável. Em conjunto, a fortaleza em Belgrado, a barreira dos Cárpatos e as linhas interiores do mar Negro protegiam os *limes* otomanos contra o Ocidente. Além disso, estavam protegidos por fortes defesas culturais. Além das comunidades muçulmanas nos Balcãs, os otomanos podiam também contar com a lealdade dos clérigos ortodoxos gregos, que pouco tinham a ganhar com o triunfo da Áustria católica. Na fronteira marítima mais distante e vulnerável do império, no Norte de África, o medo e a aversão à Espanha católica, e a dependência económica da pirataria, reforçavam a lealdade das províncias do Magrebe à capital longínqua (¹³¹).

Foi esta segurança geoestratégica que no fundo permitiu a descentralização do governo depois de 1600. O papel mais ativo dos notáveis das cidades na administração provincial e na cobrança de impostos (como cobradores de impostos oficiais) afigura-se hoje menos uma transformação do império numa cleptocracia generalizada do que o reconhecimento oportuno de elites provinciais mais novas cuja colaboração era necessária para manter a ordem social e cobrar os impostos (¹³²). Nas províncias árabes e no Egito, um padrão semelhante de descentralização transferiu muito poder local para as guarnições de janízaros hereditários e para os mamelucos no Cairo (¹³³). Os fanariotas gregos, recrutados entre os membros da rica elite cristã de Constantinopla, governavam os territórios romenos. No Magrebe, dinastias locais com grande autonomia estabeleceram-se em Marrocos, Argel, Tunes e Trípoli. Assim, antes de 1750 existiam poucos indícios de que o centro imperial em Constantinopla perdera o domínio sobre esses interesses regionais, cuja autoridade e legitimidade continuavam a depender da sua lealdade ao sistema otomano. A principal tarefa do governo otomano era manter o prestígio da *daulat* (a autoridade do sultão), resistindo à intervenção estrangeira e evitando a derrota militar.

A situação económica também não era tão sombria ou irrecuperável. As indústrias artesanais decaíam face à concorrência europeia, mas Constantinopla, Esmirna e Cairo continuavam a ser

grandes cidades comerciais – no caso do Cairo graças ao formidável e novo comércio do café do Iémen (¹³⁴). A produção de matérias-primas como o algodão, lã e tabaco trouxe nova prosperidade a algumas regiões, pelo menos, e refletiu-se num *boom* de nova construção (¹³⁵). O comércio interno que satisfazia a maior parte da procura dos consumidores continuava em mãos locais (¹³⁶). Em 1740 era já evidente que o Império Otomano não podia competir com as regiões mais prósperas da Europa na produção artesanal ou no desenvolvimento agrícola. Faltavam-lhe também os meios para se transformar num Estado-nação ou numa economia nacional segundo os padrões clássicos do mercantilismo europeu. Apesar disso, por acaso ou de propósito, os governos otomanos encontraram uma fórmula surpreendentemente eficaz para a sobrevivência imperial nas circunstâncias mais difíceis que enfrentaram a partir de meados do século XVII. Depois de 1739, as suas defesas estratégicas contra o Ocidente pareciam bastante sólidas, o que não acontecia havia várias décadas. Os otomanos tinham aprendido a jogar o jogo diplomático da Europa, tirando partido da animosidade francesa contra os Habsburgos para ajudar a recuperar Belgrado. As reformas do «Período da Tulipa» poderão ter terminado em azedume, mas os governantes otomanos podiam ainda comprar a perícia e tecnologia militar de que precisavam diretamente da Europa, sem arriscar a convulsão cultural e social que um projeto de mudança mais ambicioso poderia provocar. Os privilégios comerciais que concediam a comerciantes estrangeiros ao abrigo do sistema das «capitulações» não representavam um arranjo puramente unilateral. Estimulavam o comércio externo ao mesmo tempo que segregavam os comerciantes estrangeiros e reduziam a força gravitacional do Ocidente sobre a sociedade muçulmana. Com a sua soberania intacta, com a sua condição de guardiães dos lugares santos (em Meca, Medina e Jerusalém) incontestada e como suseranos do Cairo, a capital cultural e intelectual do Islão, os otomanos tinham sido capazes de manter o delicado equilíbrio entre os diferentes elementos do seu extraordinário sistema: um império multiétnico empoleirado à beira da Europa e a encarnação política do Islão ortodoxo nos seus centros do Próximo Oriente.

Em meados do século XVII, a parte mais rica e dinâmica do mundo islâmico encontrava-se sob domínio mogol. O coração do império dos mogóis era o «crescente fértil» do Norte da Índia: as planícies indo-gangéticas que se estendiam do extremo noroeste a Bengala e ao delta do Ganges. O seu centro estratégico era o «triângulo» de Deli, que dominava a passagem entre os dois grandes sistemas fluviais e o «corredor» de 200 quilómetros de largura entre os contrafortes dos Himalaias e as terras altas do Decão. Foi para Deli, e para a nova cidade-palácio de Shahjahanabad, que os mogóis mudaram a sua capital de Agra, em 1648 (¹³⁷), um feito que refletia a colossal riqueza a que os governantes deste império de planícies podiam recorrer. Na década de 50 do século XVII esta nova metrópole imperial, com as suas inúmeras casas aristocráticas agrupadas em torno da corte imperial, era já tão grande como Paris.

A ascensão do poder mogol fora um fator preponderante na história mundial do início da Idade Moderna. O regime mogol unificara e pacificara o Norte da Índia. Fomentou o comércio por terra da Índia para a Ásia Central e mais além. A conquista mogol de Bengala acelerara a colonização agrícola das suas selvas e pântanos (¹³⁸) e o comércio de têxteis pelo Ganges acima em direção às planícies interiores do Industão (¹³⁹). O comércio com o «Mogor», como os portugueses denominavam a esfera de domínio mogol, atraiu os comerciantes europeus à grande cidade portuária de Surat, no oeste da Índia, de onde as rotas comerciais seguiam para norte e leste em direção a Deli e Agra. A perícia com que Akbar juntara nobres guerreiros muçulmanos da Ásia Central, escribas muçulmanos e letrados do Irão (que continuava a ser o centro cultural do mundo islâmico),

guerreiros rajaputros hindus e eruditos brâmanes num sistema político estável favoreceu a expansão econômica do império. À medida que as «dinastias» de latifundiários locais consolidavam o seu domínio e exploravam a riqueza agrícola, faziam aumentar o consumo de manufaturas e artigos de luxo e incentivavam a construção de cidades e *ganjs*, ou mercados. Com a sua enorme população (o subcontinente indiano era pelo menos tão populoso quanto a Europa da altura), ricos terrenos agrícolas e matérias-primas acessíveis, a Índia tornou-se o maior centro de produção de têxteis do mundo, exportando tecidos de algodão para o Médio Oriente e África mas também para a Europa. A variedade e qualidade dos algodões indianos e a sua relativa barateza (segundo uma estimativa da época, os custos de mão de obra indianos correspondiam a um sétimo dos da Europa) ⁽¹⁴⁰⁾ conferiam-lhes uma enorme vantagem nos mercados europeus. No final do século XVII a Companhia das Índias Orientais inglesa há muito que desistira da sua antiga obsessão com a compra de especiarias orientais para se concentrar na importação e revenda de têxteis indianos ⁽¹⁴¹⁾ – cada vez mais de Bengala, que começava a transformar-se no principal centro das suas operações e era a mais dinâmica das regiões da Índia.

Desta forma, os comerciantes e artesãos indianos desempenharam um papel fundamental na expansão do comércio internacional, uma importante característica dos primeiros séculos da Idade Moderna. Embora não existam registos pormenorizados – exceto os mantidos pelos portugueses e pelas companhias holandesas e inglesas – parece provável que a maior parte do comércio marítimo da Índia com o Médio Oriente – o seu mercado mais importante – se encontrava nas mãos de comerciantes e armadores indianos ⁽¹⁴²⁾. Sem a resposta dinâmica dos produtores indianos, as redes cada vez mais densas de comércio marítimo que os europeus exploravam de modo tão lucrativo teriam permanecido ténues e frágeis ⁽¹⁴³⁾. Política e culturalmente, o resultado desta participação enérgica nas crescentes redes de comércio internacional foi a abertura do subcontinente à influência estrangeira. Foi o caso das regiões costeiras do Sul da Índia onde a autoridade mogol era apenas parcial ou nunca foi plenamente imposta. Mas foi também o caso do Norte da Índia, onde se concentrava o poder mogol. No século XVII, já era possível encontrar europeus em todas as grandes cidades do império, como comerciantes, médicos e artesãos ⁽¹⁴⁴⁾. Artilheiros europeus serviam nos exércitos mogóis. Os missionários jesuítas tinham licença para pregar e converter – se bem que os seus esforços parecessem sobretudo dirigidos aos europeus expatriados ⁽¹⁴⁵⁾, e os seus poucos conversos eram recrutados entre os pobres ou sem casta. O gosto mogol, sobretudo na literatura, continuava a prezar sobretudo os modelos persas. Mas as imagens e retratos religiosos introduzidos pelos jesuítas exerceram uma notável influência sobre a arte mogol ⁽¹⁴⁶⁾.

A abertura da Índia ao comércio e à cultura do Irão e da Ásia Central, e à influência marítima ao longo da sua vasta costa peninsular, juntamente com a impenetrabilidade agreste do Decão, talvez explique por que razão nenhuma potência dominante – nem mesmo uma tão engenhosa e sofisticada como a mogol – tenha conseguido unificar o Sul da Ásia e impor a uniformidade cultural e administrativa alcançada pelos Ming na China. As elites muçulmanas dominaram os principais estados no Sul depois da queda do reino hindu de Bisnaga, em 1565. Mas o esforço para subordinar a nobreza hindu do Decão e impor o sistema mogol de concessões de terras em troca de serviço administrativo e militar provocou uma revolta centrada na região marata em redor de Satara e Poona. Foi encabeçada por Sivaji, um mercenário hindu – um homem de «estatura mediana (...) de proporções excelentes (...) desconfiado, reservado, astuto, cruel, pérfido», na opinião de um observador inglês, o reverendo John L'Escalot ⁽¹⁴⁷⁾. Em 1674, a Companhia das Índias Orientais inglesa enviou uma embaixada de Bombaim para assistir à coroação de Sivaji no seu castelo em Rairy, onde ele foi pesado em ouro, na tradição dos reis hindus ⁽¹⁴⁸⁾. Com efeito, na década de 70, a preocupação mogol com a revolta de Sivaji bastou para que o imperador Aurangzeb e a sua corte

abandonassem a cidade de Shahjahanabad e passassem o resto do seu longo reinado (1658-1707) em campanhas errantes intermináveis para controlar os maratas. Aurangzeb conseguiu uma breve vitória em 1690 (Sivaji morreu em 1680). Mas no ano da sua morte, em 1707, o poder mogol já fora expulso da Índia Ocidental (¹⁴⁹) – uma derrota formalizada na *farman*, ou declaração imperial, de 1719. O reinado de Aurangzeb passou a ser descrito por historiadores posteriores como o auge da era mogol, e a morte dele como o prenúncio de um período negro de declínio imperial, do qual a Índia viria a ser salva pela intervenção britânica após 1765. Humilhado pelos maratas, incapaz de estancar a hemorragia de poder para os seus governadores provinciais ou *subahdars*, e desafiado pela ascensão do siquismo no Punjab, o prestígio mogol foi finalmente esmagado pela invasão de Nadir Xá, o governante do Irão. Na realidade, a vitória de Nadir em 1739 foi o « tiro de partida » para o caos. Exércitos (mercenários) de maratas, rohillas (afegãos), pindaris e de pequenos senhores da guerra, assolaram o Norte da Índia. Neste ambiente de predação, o comércio e a agricultura entraram em declínio. A falência económica acompanhou a desintegração política. Não admira, portanto, que a Índia mogol tivesse sido o primeiro dos grandes Estados eurasiáticos a cair sob o domínio europeu depois de 1750.

Em anos recentes, esta versão « negra » e simplista da história pré-colonial da Índia tem sido quase totalmente reescrita. O final do período mogol já não faz sentido como prelúdio caótico do domínio colonial. A conquista da Índia foi um assunto mais complexo do que a queda anunciada de um império demasiado extenso e a pacificação dos seus fragmentos antagónicos por governantes europeus com superiores capacidades políticas.



Uma descrição realista do meio século que terminou na Batalha de Plassey em 1757 (o início da conquista colonial da Grã-Bretanha) realçaria o papel desempenhado pelos indianos na construção de novas redes de comércio e novos Estados regionais. Foi isso que ajudou a desencadear as crises que assolaram inesperadamente a região nos anos 50 do século XVIII.

Na verdade, por trás de muitas das mudanças do final do século XVII e início do século XVIII estiveram os efeitos de uma grande expansão no comércio, população e economia rural. A

prosperidade urbana e a riqueza crescente da eliterural tornaram os interesses provinciais menos dispostos a aceitar a direção central de Deli. A revolta marata foi um sintoma disso mesmo. A confederação marata tem sido descrita como uma horda predatória que reduziu o Norte da Índia à anarquia. Mas por trás da sua ascensão descobre-se algo mais interessante do que uma aliança de flibusteiros. As conquistas territoriais dos maratas distinguiram-se, não pela terra queimada, mas pelo seu intrincado sistema tributário, cujos registos volumosos estão conservados em Poona (atual Pune) ⁽¹⁵⁰⁾. Os líderes maratas não visavam a devastação geral mas a integração gradual do território mogol na esfera da sua *svarajya* ou «soberania». O seu objetivo não era tanto o derrube absoluto do poder mogol como a sua descentralização forçada: daí a ânsia com que procuraram legitimar o seu domínio com a autoridade de concessões e decretos mogóis ⁽¹⁵¹⁾. O empreendimento marata, sugere um estudo atual, deve ser visto como o esforço de uma emergente aristocracia hindu, com os seus *sardars*, ou chefes, para partilhar a soberania e receitas mogóis de um modo que refletisse a crescente importância dos novos grupos latifundiários ⁽¹⁵²⁾. Noutras partes dos territórios mogóis verifica-se um padrão semelhante, com os *subahdars* a tentarem enfraquecer o controlo de Deli como parte do seu esforço para gerir as exigências dos magnatas locais. Em Bengala, Awadh (Oudh), Hyderabad e o Punjab (onde o declínio do comércio estava a fortalecer o siquismo), a fragilização do domínio de Deli não implicou uma queda da anarquia mas uma nova fase de construção de Estados pelos governantes locais ansiosos por se apresentarem como os representantes legítimos do antigo regime imperial ⁽¹⁵³⁾.

Possivelmente, esta tendência teria conduzido a uma «comunidade» mogol mais descentralizada, à medida que as instituições mogóis se fossem adaptando às necessidades dos diferentes poderes regionais. A influência marata, baseada num poderio militar formidável, poder-se-ia ter tornado tão generalizada como a dos mogóis. Em vez disso, duas grandes forças desestabilizadoras interagiram para transformar a «decadência» mogol no prelúdio de uma revolução. A primeira foi o impacto de uma nova série de invasões a partir da Ásia Central, a fonte tradicional de novas hegemonias na Índia. Em 1739, um enorme exército mogol rendeu-se em Karnal, nos arredores de Deli. «O império Chagatai [isto é, Mogol] acabou», queixou-se o embaixador marata, que fugiu do local, «o Império Iraniano começou» ⁽¹⁵⁴⁾. A subsequente conquista de Deli pelo governante iraniano Nadir Xá (que entrou na cidade num cavalo magnífico, com o imperador humilhado num palanquim fechado), seguida das incursões afegãs na década de 50, destruiu o prestígio mogol e devastou as antigas rotas comerciais entre Bengala e o Norte da Índia. Uma parte vital do coração mogol a oeste do Indo e à volta de Cabul foi arrebatada pela derrota ⁽¹⁵⁵⁾. Noutra batalha, em Panipat, em 1761, os afegãos esmagaram o exército marata e mataram o *peshwa*, o primeiro-ministro da confederação.

A segunda grande fonte de mudança no subcontinente foi a rápida integração da Índia marítima no comércio internacional. Em Bengala, a rápida conversão de pântanos e florestas em campos de arroz e uma enorme população ativa de fiandeiros e tecelões de algodão (talvez um milhão ou mais) criaram uma economia excepcionalmente dinâmica, cujo crescimento foi alimentado pelo influxo de prata com que os europeus pagavam as suas aquisições de algodão e seda. Ao longo da costa do Coromandel, a sul de Madrasta, no atual Tamil Nadu, um padrão semelhante de desenvolvimento agrícola e produção de têxteis criou uma próspera economia mercantil numa região que era também a encruzilhada para o comércio no golfo de Bengala e no oceano Índico ⁽¹⁵⁶⁾. Nesta região, como noutros lugares no litoral da Índia, desenvolvera-se um tipo distintivo de capitalismo mercantil para financiar e gerir a produção, venda e distribuição de têxteis e outras mercadorias ⁽¹⁵⁷⁾.

A partir de finais do século XVI muitos europeus viajaram para a Índia para tentar a sua sorte nas cortes e comércio. Mas a atração principal era o comércio da Índia marítima. No século XVIII, a

costa peninsular de Surat a Calcutá já se encontrava salpicada de entrepostos e feitorias europeus. Alguns europeus, como «Diamond» (Thomas) Pitt, foram para a Índia como «comerciantes ilegais», desafiando o monopólio reivindicado pelas companhias privilegiadas. Outros, como «Siamese» (Samuel) White, tornaram-se comerciantes «independentes». White chegou a Madrasta em 1676. Mas depressa atravessou o golfo de Bengala e para se dirigir a Ayudhya, na altura a capital siamesa (tailandesa). Distinguiu-se primeiro no comércio de elefantes – o perigoso negócio de transportar elefantes por mar através do golfo para a Índia – antes de se tornar o principal agente comercial do rei ⁽¹⁵⁸⁾. Mas a maioria dos comerciantes europeus era constituída por homens das companhias. Os elevados custos do comércio de longa distância, bem como os grandes navios armados (os «East Indiamen»), estabelecimentos costeiros (com guarnições militares para se protegerem de ataques de outros europeus ou de desordeiros locais) e o aparelho diplomático necessário para negociações com governantes regionais e a corte mogol, há muito que haviam obrigado os comerciantes europeus a organizar-se como sociedades de capital coletivo. Estas foram as precursoras das modernas sociedades comerciais (com acionistas, um conselho de administração e uma estrutura de gestão) e detinham o monopólio do comércio direto entre o seu país e a Índia. Mas a sua aparente modernidade não significava, evidentemente, que os comerciantes europeus fossem arautos da economia aberta ou da regra do mercado. Na realidade, tinham pouco para vender, e eram obrigados a importar metais preciosos em grande quantidade para pagar os produtos indianos que queriam comprar. A sua política comercial era fazer descer o preço e aumentar a quantidade dos têxteis indianos, para os quais existia uma procura insaciável na Europa. Consequentemente, as companhias europeias rivais (sobretudo as Companhias das Índias Orientais inglesa e francesa, depois de 1720) entregaram-se a um esforço constante para atrair os tecelões indianos às suas cidades comerciais (como Madrasta ou Pondicherry), onde tinham sido autorizados a construir as suas feitorias e a exercer o seu controlo sobre os tecelões e comerciantes com o fim de regular o preço, tipo e qualidade do tecido produzido ⁽¹⁵⁹⁾. Isso obrigava-os a manter relações próximas mas geralmente conflituosas com os governantes locais, cuja riqueza e poder também dependiam dos lucros do comércio e da troca das receitas fiscais entre o comércio e o crédito. No início do século XVIII, a ameaça de um boicote ou bloqueio a um porto já se havia tornado uma arma poderosa da diplomacia das companhias. No entanto, ainda achavam prudente mostrar uma deferência calculada para com os emissários mogóis que os visitavam periodicamente, fazendo questão de envergar as suas túnicas mogóis – pois vestir as túnicas que o governante oferecera era a afirmação simbólica da obediência e da lealdade ⁽¹⁶⁰⁾. A derrota mogol em 1739 causou uma onda de choque em todo o Sul da Ásia. Mas quando o jovem Robert Clive desembarcou em Madrasta, em 1744, a ideia de que qualquer das companhias europeias, e muito menos a inglesa, com a sua fortaleza degradada em Madrasta, poderia vir a tornar-se uma potência territorial na Índia, quanto mais soberana do subcontinente inteiro, era quase absurdamente improvável.

O Sul da Ásia na primeira metade do século XVIII não devia ser visto como uma região a resvalar da estagnação para a anarquia. No interior norte, o conflito triangular entre maratas, mogóis e invasores transmontanos era também uma luta entre grupos «aristocratas», que se esforçavam por construir uma ordem estável e sedentária de cidades, mercados e agricultura sedentária, e grupos «guerreiros», que faziam parte da antiga tradição de pastoralismo nómada das planícies altas que ligavam o Norte da Índia à Ásia Central ⁽¹⁶¹⁾. As mudanças económicas e sociais da longa paz mogol exacerbaram esse conflito. De igual modo, na Índia litoral, a expansão comercial estava a transformar rapidamente a ordem e as relações económicas e sociais com o interior indiano e o mundo exterior. Havia pois uma dupla revolução em curso: uma «coincidência» que iria catapultar o Sul da Ásia para a sua era moderna e colonial. Mas só o mais visionário dos profetas poderia ter

previsto em 1740 que o resultado dessa revolução seria a conquista de todo o subcontinente por apenas uma companhia daqueles comerciantes europeus que pareciam achar a simples sobrevivência física no clima indiano um desafio quase sempre fatal. Tamanha era a lotaria de morte e doença que um em cada dois dos que chegavam da Europa podia esperar morrer no seu primeiro ano na Índia.

As invasões do Norte da Índia em 1739 pelos exércitos de Nadir Xá e, na década de 50, por Ahmad Xá Durrani, antigo braço-direito de Nadir (assassinado em 1747), foram algo mais do que incursões tribais esporádicas como as que tinham assolado as planícies indianas nos séculos anteriores. Os dois representaram o último grande esforço imperialista na tradição de Tamerlão, derrubando os Estados mogóis e safávidas. Os safávidas foram as primeiras vítimas. Entalado entre a Mesopotâmia e a Anatólia otomanas, a oeste, e um vasto interior tribal a leste e sul, que se estendia até Herat e Kandahar, no atual Afeganistão, o Irão safávida representara sempre um esforço difícil para estabelecer a autoridade da cidade e do mundo sedentário sobre a estepe e o deserto. A Geórgia, o principal terreno de recrutamento do seu exército escravo e burocracia, era particularmente vulnerável à pressão otomana e russa ⁽¹⁶²⁾. Politicamente, o sistema safávida era uma amálgama precária de uma aliança tribal turcomana e os literatos iranianos: mas nunca ocorrera uma verdadeira fusão. Em 1700 esta coligação instável encontrava-se já sob crescente pressão interna e externa.

Os governantes safávidas sedeados em Ispaão não tinham sido mais felizes do que os mogóis em estabelecer um império de fronteiras territoriais fixas. Tinham conquistado e perdido Bagdad. O seu domínio sobre Khorasan, Herat e a cidade e região de Kandahar nunca fora certo. Kandahar fora conquistada pelos uzbeques em 1629, pelos mogóis em 1634 e recuperada pelo Xá Abas II em 1650. Em 1709-11 os safávidas perderam-na novamente para os Ghilzai, a tribo dominante no Sul do Afeganistão. Em 1718-19, Herat e Khorasan já lhes tinham sido retiradas. Em 1722, o líder ghilzai Mahmud esmagou o exército safávida em Gulnabad, conquistou Ispaão e apoderou-se do trono abandonado pelo Xá. Tanto a Rússia como os otomanos, talvez receando-se mutuamente, precipitaram-se para tirar partido do colapso safávida. Pedro, o Grande tomou Derbent, Resht e Baku, junto ao mar Cáspio. Os otomanos tomaram Tiflis (1723) e, com Hamadan, Erivan e Tabriz, grande parte do Irão Ocidental. Numa década caótica, o legado imperial de Abbas I desintegrara-se por completo.

No entanto, no momento da dissolução surgiu uma nova força política para expulsar os otomanos, russos e ghilzais. Tahmasp, pretendente ao trono safávida, recrutou para a sua causa Nadir Kuli (1688-1747), um senhor da guerra de Khorasan de origens humildes (antigo pastor). Nadir era um general de talentos e aspirações napoleónicas ⁽¹⁶³⁾. Era um estratega cuidadoso mas perito no uso de táticas de choque e cavalaria ligeira, e ciente do valor da artilharia ligeira, da disciplina militar e da mosquetaria ⁽¹⁶⁴⁾. Em 1730 já tinha reconquistado as cidades de Meshed e Herat, esmagado as tribos afegãs em Mehmandost, reocupado Ispaão e Xiraz e infligido uma derrota devastadora aos Ghilzais outrora triunfantes. Em 1735 já tinha recuperado Tiflis e Erivan aos otomanos e forçado os russos a abandonar Mazanderan, Astrabad, Gilan, Derbent e Baku. Em 1736 declarou-se Xá. Em 1737-8 conquistou Kandahar e no ano seguinte a Deli mogol. Cabul e a margem direita do Indo foram anexados ao seu novo império iraniano, e em 1740 Nadir voltou a sua atenção para os uzbeques em Bukhara e Khiva. Esta espantosa carreira foi prematuramente interrompida pela loucura e crueldade irracional (talvez exacerbada pelos efeitos da doença) que levaram a que fosse assassinado em 1747. Mas surgiu um novo imperialista à imagem de Nadir. Ahmad Xá Durrani, um dos seus lugar-tenentes afegãos, construiu um legado a partir das conquistas indianas e afegãs de Nadir. No seu auge, o império de Durrani estendia-se do Khorasan ao Ganges e do Amu-Darya ao mar de Omã ⁽¹⁶⁵⁾. Só depois da perda de Multan (1818), Caxemira (1819) e Peshawar (1834) para os britânicos é que ele foi obrigado a recuar para as terras altas afegãs.

Que estava por trás destas duas grandes empreitadas imperialistas que dominaram as vastas zonas fronteiriças indo-iranianas durante meio século e tiveram um impacto tão forte na política de todo o subcontinente? Uma das explicações poderá ser que eram sintomas de uma «revolta tribal» contra o avanço dos Estados sedentários e burocráticos: russo, safávida e mogol. Mas a persistência da iniciativa e as aspirações imperiais dos seus chefes sugerem algo mais profundo. Tem sido argumentado que as carreiras de Nadir e de Ahmad Xá coincidiram com o aumento expressivo da importância económica do corredor comercial que se estendia entre o Norte da Índia e a Rússia e em direção a oeste, até aos longínquos Meshed e Irão (¹⁶⁶). O Norte da Índia, até à atual Karachi, fazia parte de um sistema comercial revigorado pelo poder de compra da prata russa. Sendo esse o caso, então esta nova vaga imperialista visava controlar a riqueza comercial da região e era alimentada pela esperança de a explorar ainda mais. Poderá ter sido provocada pelas tensões sociais da economia nómada, com a sua tendência secular para a sobrepopulação. Militarmente, tirava proveito da antiga vantagem nómada da velocidade tática e mobilidade estratégica, adaptando as armas de fogo ao combate de cavalaria (¹⁶⁷) e, no reinado de Nadir Xá, usando também a artilharia e até o poder naval (¹⁶⁸). Neste aspeto, nem Nadir nem Ahmad Xá podem ser descritos como representantes de um retrocesso a uma época bárbara. Pelo contrário, foram construtores de Estados em busca de uma nova fórmula. Combinaram um estilo imperial com a disciplina feroz da política tribal. É até possível imaginar o cenário com que poderão ter sonhado: um Império Iraniano Maior, segundo o modelo manchú, com uma elite guerreira nómada transformada na classe administrativa hereditária de um Estado agrário.

Isso não viria a concretizar-se. O projeto imperial fracassou – talvez porque a sua base agrária fosse demasiado pequena para sustentar a sua dimensão; talvez por causa da instabilidade intrínseca das confederações tribais de que continuava a depender; talvez porque a pressão externa (sobretudo o avanço do poder britânico na Índia) (¹⁶⁹) não lhe tivesse deixado tempo suficiente para a transição vital para um governo mais sedentário. Apesar disso, ficou um importante legado: o Estado afegão organizado por Ahmad Xá em 1747 e a futura reconstrução do Irão pela dinastia Afshar dos Qajars, cujo domínio durou até aos anos 20 do século XX.

O Lugar da Europa na Eurásia

Os historiadores têm sido frequentemente tentados a descrever a segunda metade da Idade Moderna como o grandioso prelúdio à supremacia da Europa, e a imaginar o triunfo iminente de uma economia mundial dominada pelos Estados «nucleares» comercialmente avançados do Noroeste da Europa. Na verdade, existem poucos fundamentos para uma visão tão determinista de um período cuja particularidade mais notável foi a influência limitada que os Estados europeus conseguiram exercer sobre a maior parte da Eurásia. Do ponto de vista europeu, a mudança mais significativa verificar-se-ia, não nas relações da Europa com o mundo islâmico ou as civilizações da Ásia Oriental, mas na consolidação de uma enorme zona de colonização, comércio e escravatura no Euro-Atlântico: África Ocidental, Brasil, Peru, México, Caraíbas, e as colónias francesas e inglesas no Leste da América do Norte. Embora a expansão das colónias europeias fosse relativamente lenta, as novas economias de plantação baseadas no trabalho escravo desenvolvidas após *circa* 1650 criaram valiosos novos mercados para exportações e expedições europeias. Os produtos exóticos das Américas aguçavam os apetites dos consumidores europeus. O espetáculo da América exercia um efeito semelhante na imaginação europeia. É difícil exagerar o impacto intelectual e cultural do súbito domínio de todo um «Novo Mundo» sobre sociedades subcontinentais até então enredadas em

guerras e rodeadas de inimigos – como fonte de conhecimentos, inovação e experiência; como uma grande descoberta de metais preciosos; como empregador de capital mercantil; e como vasta zona de navegação. No início do século XVIII, as províncias transatlânticas já tinham ajudado a transformar a Europa na civilização mais rica e dinâmica do Velho Mundo.

Mas devíamos ser cautelosos na presunção de que essa riqueza e dinamismo eram suficientes para impor o poder europeu ao resto da Eurásia. Como vimos, exceto em partes do Próximo Oriente, os europeus tinham feito poucos progressos na criação de novos *mercados* na Ásia, e ainda menos na afirmação do seu domínio físico, exceto nalguns locais preferidos. A grande vanguarda do poder europeu na Ásia, a poderosa Companhia Holandesa das Índias Orientais (a VOC), começou a vacilar sob o fardo dos seus custos administrativos e militares depois de 1720, caindo no déficit e no «crescimento sem lucro». Por outro lado, o volume das exportações de têxteis indianos ameaçava esmagar a indústria têxtil na Grã-Bretanha, que procurou a segurança comercial em tarifas protecionistas. O consumo europeu, e não a produção europeia, regulava o comércio entre a Europa, a Índia e a China. E se os indianos e chineses se mostravam intrigados com aspetos das artes e tecnologias europeias, o movimento na direção oposta era igualmente pesado.

Não obstante, podemos ser persuadidos pelo argumento de que as regiões mais prósperas da Europa já tinham estabelecido em 1740 um avanço imbatível sobre o resto da Eurásia na «modernidade» das suas instituições económicas e sociais – um avanço que se traduziria mais cedo ou mais tarde numa forma de hegemonia mundial. Afinal, a Holanda fora pioneira na «economia moderna», e a Grã-Bretanha e a França seguiam-lhe o exemplo. Podiam assim vislumbrar-se as características genéricas da modernidade económica: mercados «razoavelmente livres e disseminados», tanto para matérias-primas como para fatores de produção (incluindo terra e trabalho); um grau de produtividade agrícola capaz de suportar uma complexa divisão do trabalho; um Estado que promovia os direitos de propriedade e a liberdade de movimentos e contrato; e níveis de tecnologia e organização comercial capazes de apoiar o desenvolvimento sustentado, uma rica cultura material e a difusão de um comportamento do consumidor orientado para o mercado ⁽¹⁷⁰⁾. Mas nada disto impediu o declínio económico da Holanda no século XVIII. O desenvolvimento rápido teve consequências ambientais imprevistas que afetaram a qualidade da água e a agricultura. A urbanização e a migração interna alteraram os padrões de casamento e travaram o crescimento da população. Os elevados custos de produção e a perda de mercados de exportação, quando os concorrentes comerciais aumentaram as tarifas, prejudicaram a indústria e empurraram o capital para o empréstimo público interno e externo – uma estratégia subvertida pelas crises políticas e diplomáticas do final do século. No geral, a experiência holandesa em modernidade pré-industrial foi frustrada por três forças endémicas na Europa da Idade Moderna: a tendência «mercantilista» para os mercados fechados e a autarcia comercial – as políticas restritivas do comércio criticadas por Adam Smith em *A Riqueza das Nações* – os custos elevados da manufatura pré-industrial, juntamente com os entraves ambientais ao desenvolvimento agrícola; e as consequências drásticas dos conflitos intraeuropeus para os sistemas fiscais dos Estados europeus. A experiência holandesa indicava que as limitações da modernidade pré-industrial depressa se fariam sentir também na Grã-Bretanha e em França, e que seria necessário uma revolução tecnológica, política e geoestratégica antes que o modelo de economia europeu pudesse colonizar com êxito o resto da Eurásia – e do mundo.





4. A derrota do sultão Tipu

A Revolução Eurasiática

Entre os anos 50 do século XVIII e os anos 30 do século XIX o longo equilíbrio de culturas e continentes foi destruído pela Revolução Eurasiática. Durante este período os Estados europeus conquistaram pela primeira vez um grande avanço sobre o resto da Eurásia e adquiriram os meios para estender o seu poder ao interior dos grandes impérios asiáticos, e não só à sua orla marítima. Analisando retrospectivamente esta mudança, os historiadores têm realçado sobretudo a grande transformação em potencial económico que os europeus souberam aproveitar. A «Revolução Industrial» em tecnologia e organização económica apresentava-se como a fonte mais evidente do novo poder dos europeus. Na realidade, essa explicação para a expansão europeia não é nem única nem suficiente. A Revolução Eurasiática compreendeu de facto três revoluções: na geopolítica, na cultura e na economia. Não introduziu uma época de domínio europeu universal. Nos anos 30 do século XIX, o domínio europeu do mundo era ainda parcial e limitado: a margem de manobra para a resistência parecia ainda muito ampla. Nos interiores profundos da Ásia e de África era apenas um rumor. Mas abriu o caminho para uma ordem imperial em que o domínio europeu foi imposto ao resto do mundo.

Estas três revoluções estavam intrinsecamente relacionadas e eram mutuamente dependentes. Cada uma reforçava os efeitos das outras, alargando o seu alcance e aumentando a sua força. A expansão comercial estimulava a concorrência dos Estados marítimos da Europa. Aumentava a importância do comércio europeu com outras regiões da Eurásia, sobretudo a Índia, mas tornava a Europa mais vulnerável à súbita perturbação do mesmo. Ao aumentar o fluxo de mercadorias asiáticas (sobretudo algodão, seda e porcelana) para a Europa, pode também ter contribuído para disseminar os métodos «industriais» com que os fabricantes europeus esperavam copiar esses produtos desejáveis para poderem competir e sobreviver. Mas o comércio ultramarino da Europa não era autossuficiente. A vantagem dos comerciantes europeus era o seu sistema de crédito e o seu domínio das rotas marítimas. Mas antes de 1750, em grande parte da Eurásia, a sua posição ainda não estava garantida. Sem produtos «industriais», a sua posição concorrencial era fraca. Sem produtos para aliciar o consumidor asiático, eram obrigados a pagar em prata ou ouro os artigos que queriam, uma prática que desagradava aos governos na metrópole. Além disso, as suas despesas gerais (principalmente com as frotas e fortalezas) eram ruinosamente elevadas, sobretudo por causa da rivalidade intraeuropeia. Em terceiro lugar, tanto na Índia como na China, os dois maiores mercados para o comércio europeu, o acesso comercial dependia do consentimento de governantes que podiam considerá-lo um perigo político e rejeitá-lo (como aconteceu em Bengala) ou limitá-lo drasticamente (o «sistema de Cantão», na China).

Assim, era necessária uma grande mudança geopolítica para que os europeus pudessem inverter o desequilíbrio comercial das suas trocas asiáticas. Por sua vez, os efeitos da coação e conquista europeias foram ampliados e aprofundados pelas tecnologias mecânicas que revolucionaram os transportes e a produção de têxteis. De igual modo, os benefícios visíveis da investigação científica e da inovação técnica reforçaram o impacto das mudanças culturais que permitiram aos europeus imaginar, explicar e justificar a sua pretensão à supremacia moral e intelectual mas também à supremacia material. No entanto, a cartografia, o mapeamento das costas, o levantamento de dados etnográficos, a recolha de plantas, a observação de monumentos e a compra de curiosidades – pré-

requisitos fundamentais para um pensamento universal – exigiam acesso a informadores e lugares, um aparelho para processar as informações acumuladas e um motivo imediato para fazer o esforço necessário. Estes eram teoricamente possíveis sem uma presença «geopolítica». Mas sem a vantagem militar e política de que os britânicos dispuseram na Índia depois de 1760, o conhecimento que adquiriram dos indianos teria sido muito menor e de índole muito diferente. As três viagens de Cook ao oceano Pacífico ter-se-iam realizado com menos celeridade se ele tivesse sido obrigado a depender da colaboração dos povos maoris e aborígenes da Australásia ou se tivesse tido de enfrentar o poderio marítimo de um Estado não-europeu. Neste caso, como na Índia, foi a força geopolítica que determinou a produção de conhecimentos bem como o aumento do comércio.

Este é o argumento que determina grande parte deste capítulo. Deslindar as teias de uma convulsão tão complexa como esta é tarefa difícil. A causa imediata da mudança revolucionária nas relações da Europa com o resto da Eurásia não foi uma maior eficiência económica, já que a industrialização ainda mal começara antes do final do século XVIII. Também não foi uma utilização mais hábil da ciência e da tecnologia relativamente aos asiáticos. Antes da chegada dos navios a vapor, a tecnologia europeia conferia poucas vantagens, mesmo no campo de batalha, como descobriram os britânicos na Índia. A súbita aquisição pela Europa de uma hegemonia eurasiática foi consequência, não do êxito comercial ou do prestígio científico, mas de uma série de entradas forçadas ou derrubes pela força. Todos os casos tiveram origem num conflito entre intrusos estrangeiros e povos locais. Juntos constituíram uma vasta fronteira de fricções euroasiática, da Crimeia a Cantão. Mas também isso deve ser situado num contexto mais alargado. Pois a característica verdadeiramente extraordinária desta época revolucionária foi a série de terremotos geopolíticos que abalaram não só a Eurásia mas todo o mundo. Atingiram um máximo de intensidade na própria Europa (onde se travaram guerras durante quase metade do período entre 1750 e 1830), mas alguns foram provocados por pressões que pouco tinham a ver com a atividade europeia. Também não era evidente que o seu efeito cumulativo iria beneficiar a Europa. Na fase mais violenta do conflito europeu depois de 1790, o contrário parecia mais provável. Mas quando o padrão se evidenciou nos anos 30 do século XIX (como muitas pessoas da época julgaram), o que este revelou de forma mais clara do que qualquer outra coisa foi a expansão colossal das zonas de influência, ocupação e domínio da Europa. Não se tratava apenas de uma questão do lugar da Europa na Eurásia: todo o equilíbrio mundial também fora alterado.

Por que razão e como é que isso aconteceu?

A Revolução Geopolítica

Em meados do século XVIII, um equilíbrio instável caracterizava ainda as relações entre os Estados e impérios dos mundos europeu, islâmico e oriental. O mesmo se poderia dizer do equilíbrio de vantagens entre todas as potências eurasiáticas, por um lado, e as sociedades indígenas do Mundo Exterior – nas Américas, África subsariana, Sudeste Asiático e Pacífico –, por outro. Isso não quer dizer que a situação fosse estacionária. A fronteira entre as potências europeias e o Império Otomano tinha recuado e avançado várias vezes desde os primeiros anos do século. No entanto, embora os otomanos tivessem sido obrigados a recuar desde a sua última grande invasão da Europa, na década de 80 do século XVII já tinham recuperado território perdido antes da década de 30 do século XVIII e estabilizado a sua defesa contra o avanço da Áustria nos Balcãs. No norte, onde enfrentavam a expansão endémica da Rússia, os acessos ao mar Negro – ainda um lago otomano e o escudo estratégico das suas províncias do Norte – continuavam sob controlo dos seus vassallos muçulmanos, os cãs Giray da Crimeia. Nas costas do Norte de África e do Levante, as potências marítimas

européias mostravam pouca vontade (ou não tinham meios) para perturbar a supremacia otomana que aí ainda subsistia. Mais a leste, em redor do mar Cáspio, as movimentações russas em direção ao sul a partir do delta do Volga tinham feito poucos progressos, apesar da existência de um tráfico comercial dinâmico que ligava as cidades russas ao Irão, à Ásia Central e ao Norte da Índia (1).

A década de 40 do século XVIII foi um período turbulento na Índia, quando invasões iranianas, afegãos e maratas atingiram o coração do Império Mogol, ao mesmo tempo que antigos tributários do litoral – sobretudo Bengala – reclamavam maior autonomia. As companhias concessionárias dos britânicos, holandeses e franceses tinham fortalezas e feitorias espalhadas pelas costas do Sul da Ásia, e tinham entrado em conflito umas com as outras. Mas em 1750 teria sido absurdo prever que a luta por um império nas planícies do Norte da Índia terminaria com o triunfo de um imperialismo europeu e não asiático. Um resultado muito mais provável parecia a divisão dos despojos entre imperialistas afegãos e maratas, enquanto a Índia marítima seguiria uma trajetória diferente e mais cosmopolita. No maior império de todos, o perigo de uma convulsão geoestratégica parecia menos provável que nunca. A monarquia Ch'ing estava a preparar a destruição final do poder militar nómada nas estepes da Ásia Interior, a ameaça mais antiga e mortífera à «ordem mundial» da Ásia Oriental (2). Quando isso fosse concretizado (Sinkiang, ou Turquestão Oriental, foi conquistado no final da década), o Império Celestial tornar-se-ia ainda mais impermeável à perturbação do exterior, e menos disposto que nunca a fazer quaisquer cedências quando visitantes importunos batessem à sua porta marítima. Pelo menos era o que parecia na altura.

Também no Mundo Exterior existiam poucos indícios de que uma mudança decisiva para a hegemonia europeia estava prestes a ocorrer. O impasse entre franceses e britânicos na América do Norte (resultado em parte das suas relações europeias), e a aliança de conveniência entre franceses e ameríndios do interior, fixara a linha de colonização europeia ao longo dos contrafortes orientais dos Apalaches. O avanço dos espanhóis a partir da sua base mexicana também fora travado. As Grandes Planícies semiáridas e os seus povos nómadas e guerreiros impediam uma linha de expansão; a distância e a aparente inospitalidade do litoral da Califórnia desencorajavam a outra. (Os espanhóis só viriam a ocupar a região de São Francisco na década de 70 do século XVIII.) Na América do Sul, vastas regiões de floresta e pampas – no Chile, Argentina e na bacia do Amazonas – resistiam ao tímido assalto de *peninsulares* crioulos e (espanhóis). Na África subsariana, a influência muçulmana espalhou-se pelas savanas ocidentais e subiu o Nilo em direção ao reduto copta da Etiópia (3). Aproximou o litoral da África Oriental do golfo Pérsico e da Índia. Mas os europeus mal se haviam aventurado além das testas de praia do comércio de escravos na África atlântica. No extremo sul, os *trekkers* africânderes no interior do Cabo encontravam-se cercados pelos San (a palavra antiga é bosquímano) a norte e oeste e pelas comunidades Nguni a leste (4). Mais surpreendente era o facto de em 1750 ainda se saber muito pouco da geografia do Pacífico, embora este tivesse sido atravessado várias vezes por navegadores europeus. A forma e a ecologia da Australásia, a localização e a cultura das ilhas do Pacífico, e a costa oeste do que é hoje o Canadá eram espaços em branco ou fantasias no mapa europeu. Em 1774, um mapa acreditado mostrava ainda o Alasca como uma ilha (5). As suas fronteiras ainda estavam por descobrir.

O equilíbrio da Eurásia não significara a paz. Entre 1700 e 1750, além das guerras entre iranianos, afegãos, maratas e mogóis, travaram-se grandes guerras entre os Estados europeus, entre europeus e turcos, e entre turcos e iranianos. Mas depois de 1750 o panorama geopolítico sofreu uma dupla transformação. A dimensão e intensidade dos conflitos eurasiáticos tornaram-se muito maiores, e os seus efeitos secundários fora do Velho Mundo muito mais perturbadores. As razões para isso permanecem algo misteriosas. Mas parte da resposta talvez se encontre na convergência explosiva de duas tendências de longo prazo. Ambas estavam associadas ao ritmo cada vez mais rápido da

economia comercial em meados do século XVIII. A primeira era a pressão para garantir e alargar os mercados e comércios cujo valor estava a aumentar e protegê-los contra concorrentes ou intrusos predatórios. Essa pressão era sentida (e transmitida) por comerciantes e governantes asiáticos, por comerciantes e colonos americanos e por monarcas e ministros europeus. Uma série de guerras curtas a propósito de terras e comércio poderia ter sido o resultado. Mas o crescimento do comércio desencadeou a fase crítica de uma tendência mais insidiosa. Na Eurásia do século XVIII, a força e estabilidade fiscais determinavam a dimensão do poder militar do Estado. Não se tratava apenas de uma questão de uma grande base tributária e da cobrança de impostos. Pressupunha também uma ligação próxima (e reciprocamente vantajosa) entre os funcionários públicos e os interesses que geriam o mercado financeiro, e em que o Estado era normalmente o cliente maior. Possuir um sistema financeiro bem desenvolvido, capaz de mobilizar fundos de forma rápida e barata, era a solução para manter um exército leal e bem equipado. Assim, a expansão do comércio contribuía diretamente para o poder militar, e os recursos financeiros tornaram-se o árbitro supremo da sorte militar. «Um sistema financeiro (...) constantemente aperfeiçoado pode mudar a posição de um governo», afirmou Frederico II, o Grande, que sabia alguma coisa dos dois assuntos. «De inicialmente pobre, ele pode tornar um governo tão rico que este pode lançar o seu peso aos pratos da balança entre as grandes potências europeias» (6). Em 1815, os governos em Londres já tinham dez vezes mais receitas do que os seus antecessores cem anos antes. O «Estado fiscal-militar» por si só não criava conflitos e crises. Mas ao mudar as regras que ditavam o sucesso abria caminho a um novo padrão de poder.

Havia dois centros de turbulência geopolítica na Eurásia, em meados do século XVIII. O primeiro encontrava-se na Europa. As causas imediatas dos conflitos europeus parecem bastante evidentes. A maioria dos Estados europeus era instintivamente expansionista. Numa época pré-industrial, o poder equivalia à posse de território e à população que este continha, ou a um monopólio comercial sobre produtos tropicais, com a sua promessa fulgurante de um excedente de metais preciosos. A ambição dinástica e a desconfiança recíproca faziam aumentar a bitola territorial. Na Europa Ocidental, os conflitos entre a França, a Espanha, a Grã-Bretanha e a Holanda durante o século anterior tinham girado em torno da questão de se saber se seria a Grã-Bretanha ou a França a potência dominante na Europa atlântica, com o domínio efetivo do acesso marítimo aos prolongamentos atlânticos da Europa na América do Norte e do Sul. O outro grande pólo de antagonismo europeu era a «América interior»: a vasta fronteira aberta da Europa de Leste (7). Esta região estava dividida imaginariamente entre quatro Estados soberanos: a Rússia, a Áustria, a Polónia e o Império Otomano. Mas a impressão da fraqueza polaca e otomana aguçava a sede de territórios dos seus vizinhos mais fortes e alimentava desconfianças recíprocas. Até meados da década de 50 do século XVIII, a estabilidade precária de um continente conflituoso foi mantida sobretudo pela primazia da França, a potência maior no mundo europeu. Embora a França visse negada a hegemonia absoluta no reinado de Luís XIV, continuava a ser o árbitro da diplomacia europeia. Tinha a maior população, a maior receita pública e o exército mais forte de toda a Europa (8). Juntamente com um grande prestígio cultural, um comércio bem desenvolvido, uma marinha de guerra impressionante e o aparelho de diplomacia e serviços secretos mais sofisticado, esses factos constituíam uma combinação aparentemente imbatível. Mesmo que não conseguisse dominar a Europa, a França podia esperar regular os assuntos do continente de formas que garantissem a sua própria preeminência.

Esse objetivo era almejado através de uma cuidadosa diplomacia de controlos e equilíbrios. A França apoiou uma facção na Polónia para conter o incipiente domínio da Rússia e as ambições europeias dos czares Romanovs. Aliou-se à Prússia para manter a pressão sobre a Áustria, e ao Império Otomano para impedir a expansão não só da Áustria mas também da Rússia. A «aliança»

Bourbon entre a França e a Espanha (cujos monarcas eram ambos Bourbons) destinava-se a defender *o statu quo* no Mediterrâneo e na Itália. Uma vez que as armadas francesas e espanholas juntas eram normalmente mais numerosas que a dos britânicos, também serviam para limitar as expectativas marítimas da Grã-Bretanha na bacia do Atlântico. Assim, a primazia «conservadora» da França serviu involuntariamente para manter o equilíbrio mais amplo na Eurásia e no Mundo Exterior. Ajudou a proteger o Império Otomano de uma combinação esmagadora de inimigos europeus. Limitou a influência da Companhia das Índias Orientais inglesa no Sul da Ásia. Bloqueou o caminho para o interior norte-americano a partir das povoações costeiras das colônias britânicas com uma diplomacia «índia» dirigida a partir da fortaleza inexpugnável do Quebeque.

O sistema francês era extenso, mas os encargos eram pesados. A França tinha de ser a maior potência militar na Europa e manter um exército regular pronto a intervir na Alemanha contra a Áustria ou a Prússia. Tinha de competir com a marinha britânica para manter o «equilíbrio» atlântico e proteger o seu império colonial nas Caraíbas, onde as suas valiosas colônias de açúcar rivalizavam com as dos britânicos. A França tinha também de ser uma potência mediterrânica, com uma esquadra em Toulon para proteger os seus interesses na Itália e manter o equilíbrio no Próximo Oriente entre os otomanos e a Áustria – a principal rival da França na Europa. O financiamento deste enorme aparelho de poder naval, militar e colonial representava um esforço constante para a monarquia Bourbon e o Estado que ela construía. Depois de 1713, o enorme exército que Luís XIV mobilizara (mais de 400 000 homens) teve de ser reduzido para não mais de metade desse número. Em meados do século a questão já era saber se o verdadeiro futuro da França estava no comércio atlântico e na expansão das suas colônias (o impulso vital de portos como Nantes, Bordéus e La Rochelle) ou na preservação e fortalecimento da sua posição continental – e se as receitas do Estado Bourbon poderiam suportar ambos encargos.

Em meados dos anos 50 a precária estabilidade que o domínio francês sustentava começou a desfazer-se. O «sistema» francês era desafiado simultaneamente a oeste e a leste. A força destrutiva era o poder crescente da Grã-Bretanha e da Rússia, numa altura em que o poderio militar francês atingira o seu limite prático sob o antigo regime. A Rússia já não podia ser excluída da Europa; enquanto o poder financeiro da Grã-Bretanha era então suficiente para custear uma marinha vencedora, dois exércitos americanos e os apoios necessários aos seus aliados na Europa. O resultado foi uma guerra continental e marítima que vergou a diplomacia Bourbon. A Guerra dos Sete Anos, entre 1756 e 1763, esmagou a primazia francesa, mas substituiu-a por um vazio que acabou por desencadear uma explosão geopolítica. A época de guerras e revoluções que se seguiu durou mais de cinquenta anos, até ao surgimento de um novo e experimental «concerto» de cinco potências (Grã-Bretanha, França, Rússia, Prússia e Áustria) no Congresso de Viena em 1814-15.

As primeiras fissuras apareceram nas defesas atlânticas da França. Na Guerra da Sucessão Austríaca (1740-48) a França mantivera a sua posição geral. Mas na América do Norte existiam sinais evidentes de fraqueza. A grande fortaleza francesa em Louisbourg, que vigiava as entradas para o São Lourenço, o principal acesso da França ao interior americano, foi tomada por um exército colonial de anglo-americanos com a ajuda da marinha britânica. No final da guerra, os britânicos (que foram obrigados a devolver Louisbourg) construíram uma nova base em Halifax, na Nova Escócia. Mais a sul, os comerciantes britânicos das treze colônias competiam energicamente pelo comércio dos ameríndios no interior. Linhas de abastecimento mais curtas (comparativamente ao labirinto fluvial que ligava o vale do Ohio a Montreal e ao Quebeque) e crédito e produtos mais baratos conferiam-lhes uma grande vantagem. No início da década de 50 do século XVIII, os franceses já estavam suficientemente preocupados para construir Fort Duquesne (no local da atual Pittsburgh) para consolidar a sua influência sobre as tribos do Ohio e manter afastados os

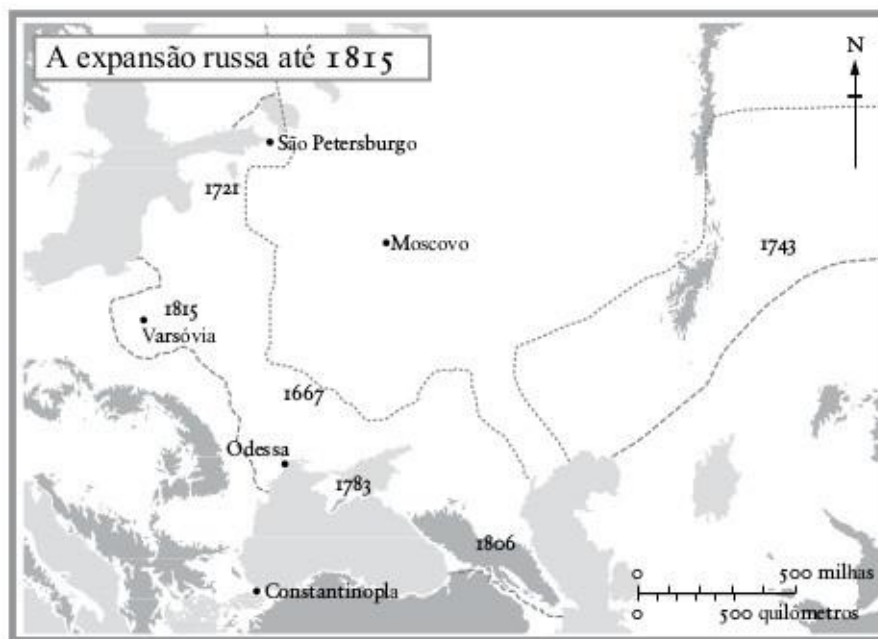
comerciantes britânicos. Mas a pressão do lado britânico da fronteira também estava a aumentar. Já tinha eclodido uma guerra de mapas, com um mapa britânico de 1755 que reivindicava o território ocidental até ao Mississipi. Comerciantes, colonos, especuladores de terras e até missionários pareciam decididos a contestar a pretensão da França ao interior ⁽⁹⁾, baseada no apoio aparentemente frágil das suas alianças com os povos indígenas e na força escassa de soldados, padres e madeireiros franco-canadianos. Nas colónias britânicas, onde as assembleias eleitas e os interesses locais eram extremamente poderosos ⁽¹⁰⁾, a expansão para oeste parecia a única fuga à estagnação económica, uma opinião partilhada por muitos dos governadores nomeados por Londres. Explorar as fraquezas do monopólio da França mal defendido tornou-se uma estratégia irresistível. Foi precisamente uma dessas expedições, chefiada por um jovem agrimensor da Virgínia, George Washington, que acendeu o rastilho de uma guerra atlântica.



A aventura de Washington terminou em desastre. A sua pequena força foi cercada pelos franceses e pelos seus aliados ameríndios. Alguns dos seus acompanhantes foram mortos. Ele foi reenviado para a Virgínia. Mas os dois lados reagiram severamente a este incidente fronteiriço. Para os franceses, parecia a prova de que os britânicos planeavam um novo assalto ao seu império interior e ao seu quartel-general no Quebec. Decidiram por isso enviar reforços no ano seguinte (em 1755). Mas em Londres a tentativa francesa de reforçar o seu domínio sobre as rotas interiores, a construção de Duquesne e a humilhação de Washington foram vistas como uma provocação e ameaça: um desafio direto ao futuro colonial da Grã-Bretanha no continente norte-americano. Os interesses «americanos» e os seus amigos políticos manifestaram a sua indignação. Foi enviada uma armada para interceptar os reforços franceses antes que estes pudessem atravessar o Atlântico. A tentativa falhou, mas a escaramuça naval que se seguiu deu início a uma nova guerra atlântica. Por si só esta guerra podia não ter posto em risco a posição geral da França. A tentativa britânica de conquistar o Quebec – a imponente cidadela da América do Norte francesa – poderia ter sido frustrada, como já acontecera várias vezes, e os britânicos desconcertados pela ameaça aos seus interesses na Europa. Mas o conflito americano entre a Grã-Bretanha e a França despoletou uma segunda explosão, na Europa de Leste. «A turbulência em que Europa se encontra», escreveu Frederico II, o Grande, em 1757, «teve a sua origem na América (...). Graças à arte política do nosso século, não existe hoje

conflito no mundo, por mais pequeno que seja, que (...) não ameace envolver toda a Cristandade» (11).

O cerne do problema era a desintegração política da Polónia, uma vasta e mal organizada república aristocrata que se estendia do Báltico ao mar Negro. A Polónia era essencial para a diplomacia francesa no Leste da Europa. A sua sobrevivência limitava o domínio da Prússia e aumentava a sua dependência da boa vontade da França. Mantinha a Áustria sob controlo e limitava a capacidade de intervenção da Rússia na Europa. Mas na década de 50 do século XVIII os reis eleitos da Polónia eram já fantoches da Rússia – uma tendência que encorajava a crescente rebeldia na nobreza polaca. Para o rei prussiano, a tentação de se envolver nas rivalidades polacas e renovar o seu desafio à Áustria como grande potência germânica tornou-se quase irresistível (12). Ele poderá ter contado com o apoio da sua grande aliada, a França. Mas o governo Bourbon estava decidido a manter o *statu quo* no Leste, e especialmente interessado em impedir a Áustria de se juntar ao conflito anglo-francês ao lado da Grã-Bretanha, a sua aliada tradicional (13). Numa espantosa inversão de antagonismo histórico, as monarquias Bourbon e Habsburgo resolveram as suas divergências e uniram esforços para reprimir uma Prússia insurgente. Esta foi a «revolução diplomática» do século XVIII, um acontecimento tão chocante para as pessoas da época como o pacto nazi-soviético de agosto de 1939. A aliança franco-austríaca juntou os dois Estados mais poderosos da Europa. Devia ter garantido uma paz «conservadora», ajudando a França a resolver os seus diferendos coloniais com a Grã-Bretanha. Mas não foi isso que aconteceu. Através de uma resistência tenaz e de uma série de vitórias extraordinárias, Frederico II, o Grande, humilhou os seus poderosos inimigos. A burocracia militarista que criara revelou-se um adversário à altura de uma França distante e de uma Áustria mal organizada. Frederico II não podia vencer completamente. Mas com o auxílio financeiro britânico e com os danos que os britânicos estavam a infligir aos interesses atlânticos da França, ele resistiu o tempo suficiente para levar os seus inimigos à mesa de conferências.



Então a primazia francesa desfez-se efetivamente. Enquanto Frederico II resistia na Europa, os britânicos reuniam lentamente a força de que precisavam para conquistar a Nova França na América do Norte. Em 1759, «o ano das vitórias», conseguiram o domínio naval do Atlântico, impedindo os

reforços franceses de chegar ao Canadá. Em setembro – no curto espaço de tempo antes de o inverno se instalar, de o São Lourenço congelar e de a frota britânica ter de se retirar – o general Wolfe conquistou o Quebec, a chave para o poder francês no continente americano. Foi um golpe devastador. Pois embora quase tivessem perdido a cidade para um contra-ataque francês no inverno rigoroso de 1759-60, os britânicos podiam então conter a esfera de influência francesa no interior continental. E, com a França derrotada no Atlântico, os britânicos começaram a ameaçar a Espanha, aliada mais fraca dos franceses e cujo império americano estava perigosamente exposto ao poder naval e militar britânico. O ano decisivo foi 1762: os britânicos conquistaram Havana, a Gibraltar das Antilhas espanholas. A Espanha ansiava desesperadamente pela paz. A França estava à beira da bancarrota – na realidade, estava em falência técnica desde 1759, quando deixou de poder pagar os seus empréstimos.

A Rússia mudou de campo. Um novo czar, fascinado com Frederico, *o Grande*, desistiu da guerra contra a Prússia.

A paz que se seguiu em 1763 foi na verdade uma trégua de esgotamento. Os franceses foram expulsos do continente americano, mantendo as suas ilhas caribenhas, ricas em açúcar, e a sua plataforma de pesca (as ilhas de St-Pierre e Miquelon) perto da Terra Nova. Luisiana foi cedida à Espanha, que perdeu a Florida para a Grã-Bretanha. Mas a verdadeira decisão do Tratado de Paris foi que a França deixaria de ser o árbitro da Europa. O «sistema» francês fora quebrado. Os trinta anos seguintes assistiram à demolição progressiva do antigo equilíbrio geopolítico na Eurásia e no Mundo Exterior. A expansão dos britânicos já não podia ser travada. Na Europa quando a Rússia, a Áustria e a Prússia tomaram cada qual um bocado. A parte russa foi a zona fronteira a leste. O que restou da Polónia passou a ser um protetorado russo sob um rei vassalo, Stanislaus Poniatowski (um dos amantes de Catarina, *a Grande*). O acordo polaco deixou os russos livres para concluir a sua guerra contra os otomanos (1768-74) e alcançar o seu objetivo há muito almejado: uma firme base de apoio no mar Negro, em Kherson, nos termos do Tratado de Kuchuk Kainardji, em 1774. Em 1783 anexaram a península da Crimeia e tornaram-se senhores da costa norte do mar Negro. Grigori Potemkin (favorito e amante de Catarina) deu livre curso à sua energia furiosa como vice-rei da «Nova Rússia»⁽¹⁴⁾. Outra guerra contra o Império Otomano (travada pelos turcos na tentativa vã de anular as suas perdas) trouxe uma nova série de recompensas. Odessa foi fundada em 1793 para ser a metrópole desse novo império do Sul. Abrira-se o caminho para a conquista do Cáucaso, e talvez até de Constantinopla. Foi uma fase decisiva na ascensão da Rússia como potência mundial.

A trajetória da expansão britânica foi muito menos heroica. Os britânicos tinham sentido o esforço da guerra, e a pressão para fazer cedências era forte. Neste clima de austeridade financeira, o fardo de um novo império americano era quase um embaraço. A ideia de novos compromissos naquela região era assustadora. Assim, os ministros britânicos apressaram-se a tranquilizar as suas novas possessões, e não a desenvolvê-las. Apaziguaram os franco-canadianos na nova província do Quebec, recusando-se a estabelecer a assembleia eleita exigida pelos recém-chegados das treze colónias. O Quebec seria governado como colónia militar para vigiar o antigo domínio francês no centro-oeste americano. Para fúria dos colonos americanos, traçou-se uma «Linha de Proclamação» ao longo dos Apalaches. Longe de constituir os despojos da vitória americana, o interior continuaria a ser território «índio», interdito a colonos americanos e policiado por funcionários imperiais nos interesses da paz e da economia financeira. Como se isso não bastasse, os britânicos estavam também decididos a obrigar os colonos americanos a arcar com alguns dos custos da defesa imperial. Os colonos deveriam pagar impostos imperiais – como o imposto de selo, de má memória. O comércio colonial seria fiscalizado de forma mais rigorosa para que fossem cumpridas as leis de navegação, que proibiam o comércio externo que não passasse pelos portos da Grã-Bretanha, e para reprimir a

prática generalizada do contrabando.

As consequências de tudo isto são bem conhecidas. Os colonos revoltaram-se. Os britânicos geriram mal o que era de qualquer maneira uma guerra difícil, com uma rota de abastecimento longa e instável através do Atlântico Norte ⁽¹⁵⁾. Quando não conseguiram lidar rapidamente com a revolta colonial, a supremacia atlântica alcançada em 1763 tornou-se cada vez mais débil. Os seus rivais marítimos, ansiosos por repor o equilíbrio atlântico, aproveitaram a oportunidade para se vingarem. Em 1778, três anos depois do início da guerra colonial, a França, a Espanha e a Holanda intervieram. Isolados e suplantados no mar, os britânicos perderam o controlo do Atlântico durante um período crucial, o que decidiu o seu destino na América. Em 1781 o seu exército principal nas colónias rendeu-se em Yorktown. Embora conseguissem inverter as suas derrotas navais – frustrando as expectativas de franceses, espanhóis e holandeses – os britânicos foram obrigados a aceitar a independência americana no Tratado de Versalhes em 1783 – mantendo no entanto o domínio do Canadá.

Perante isto, a grande vitória britânica de 1763 parecia ter sido quase completamente anulada em apenas vinte anos. Mas se pensarmos em termos globais percebemos que a revolta bem-sucedida das sociedades de colonos brancos contra o domínio imperial foi na realidade a confirmação final do triunfo «provisório» de 1763. Finalmente, o interior americano tornava-se completamente acessível para os «neo-europeus» do litoral atlântico. Assim que terminou a guerra – na verdade, mesmo enquanto ela prosseguia – os colonos começaram a atravessar as montanhas. Uma das primeiras medidas dos «Estados Unidos» foi estabelecer um projeto para a expansão territorial, na Lei do Noroeste de 1787. Quando a vaga de colonização se espalhou pelo vale do Ohio e pelo Velho Sudoeste (atuais Alabama e Mississipi), os inevitáveis atritos com os povos indígenas provocaram uma série de guerras fronteiriças. Divididos, com menos armas e cada vez menos numerosos, os ameríndios eram constantemente empurrados para oeste, enquanto as terras que abandonavam eram ocupadas pelos homens brancos e seus escravos. Em 1830, a vaga de povoamento branco já se precipitara para alcançar e atravessar o Mississipi ⁽¹⁶⁾. Em cinquenta anos, a partir das colónias problemáticas da Época do Equilíbrio, nascera uma «neo-Europa» no continente americano.

Na América do Norte, a região mais rica do Mundo Exterior fora aberta à força para a ocupação europeia. Mas a invasão mais dramática do Mundo Exterior depois de 1750 ocorreu no outro lado do mundo. No entusiasmo da vitória, e com uma renovada consciência da sua supremacia (no mundo inteiro), a marinha britânica lançou uma campanha sistemática para desenhar os mapas dos oceanos, ventos e correntes: informações vitais para o poder marítimo na era da vela. Um dos escolhidos para estas expedições cartográficas foi James Cook, que construíra a sua reputação de navegador competente no assalto ao Quebeque, em 1759. Nove anos depois comandava a primeira das suas três viagens ao Pacífico, para observar o trânsito de Vénus e averiguar se «um continente ou terra de grande extensão pode ser descoberta no Sudoeste» ⁽¹⁷⁾. Seguiu-se uma década de explorações antes da sua morte no Havai, depois de uma discussão com os ilhéus. Os relatórios de Cook (e dos seus passageiros cientistas, como Joseph Banks) eram sensacionais. Revelavam um vasto mundo no Pacífico completamente desconhecido para os europeus. As sociedades e culturas das ilhas do Pacífico apresentavam-se ao público europeu como um Éden tropical, um Paraíso de lazer e inocência. Mas as revelações de Cook tiveram mais do que um alcance cultural. A sua viagem à costa oeste do atual Canadá sugeria a possibilidade de uma nova rota comercial entre as regiões produtoras de peles da América do Norte e um mercado lucrativo na China. A sua maior descoberta, contudo, situava-se no Pacífico Sul. Cook destruiu o mito de uma Grande Terra Austral que se estendia até ao fim do mundo. Desenhou o mapa rigoroso da ilha-continente da Austrália e, a 22 agosto de 1770, reivindicou a sua metade oriental para a Grã-Bretanha. Entretanto já tinha circum-navegado a Nova

Zelândia. Menos de dez anos depois da morte de Cook, o governo britânico já tinha estabelecido a primeira de muitas colônias penais no Leste da Austrália, talvez em parte para reforçar o domínio sobre a rota marítima do sul entre o oceano Índico e a China. Na última década do século XVIII, baleeiros, caçadores de focas, comerciantes, missionários e aventureiros europeus e americanos começaram a chegar em força às ilhas do Pacífico, incluindo a Nova Zelândia. Numa região tão afastada da Europa, sujeita à «tirania da distância» e à ameaça de ingerência francesa, a colonização era lenta. Mas na década de 30 do século XIX o povoamento da Austrália já tinha arrancado em força, incentivado pelos aventureiros. Em 1840, os primeiros colonos britânicos chegaram à Nova Zelândia. Nascia assim uma segunda «neo-Europa» (talvez para rivalizar com as Américas).

As três décadas seguintes a 1763 assistiram assim a uma formidável extensão do domínio da Europa sobre os recursos territoriais do mundo, se bem que a riqueza das «terras novas» fosse ainda mais potencial do que real. O que tornava isto ainda mais relevante era o facto de coincidir com a mudança não menos extraordinária do equilíbrio de poderes no Velho Mundo da Eurásia, constituindo a dupla base da supremacia europeia no século XIX. Essa mudança podia verificar-se no domínio islâmico, na Índia e, nos anos 30 do século XIX, também na Ásia Oriental. A chegada do poder russo (em força) à margem norte do mar Negro nos anos 70 e 80 do século anterior assinalou uma fase crucial na abertura do Próximo Oriente islâmico a influências políticas e comerciais europeias.

Os plenos efeitos de tudo isto demoraram algum tempo a fazer-se sentir. Mas a perda da Crimeia foi um desastre estratégico para os otomanos. Até então o mar Negro tinha sido um lago turco, parte integrante das comunicações imperiais dos otomanos. Com um monopólio de poder sobre as suas águas, os otomanos podiam vigiar os acessos ao seu império a partir do norte com extraordinária facilidade. Sem abastecimentos por via marítima, uma invasão russa dos Balcãs otomanos era difícil, senão mesmo impossível, como descobrira Pedro, o Grande. Do outro lado do mar Negro, um avanço para o Cáucaso ao longo da orla ocidental da sua cadeia montanhosa era ainda mais difícil sem apoio marítimo. O mar Negro era o escudo naval do sistema otomano. Encurtava a fronteira estratégica que os otomanos tinham de defender contra os seus inimigos europeus. A invasão tinha de vir através dos Balcãs ocidentais – uma região inóspita, onde toda a vantagem era da defesa. A única grande potência com que os otomanos tinham de se preocupar era o Império Habsburgo, com o qual partilhavam uma fronteira. A marinha otomana podia concentrar-se no Mediterrâneo Oriental, protegendo as ilhas do Egeu, o acesso a Constantinopla e as costas do Egipto e do Levante, com pouco a temer das longínquas potências navais da Europa – Grã-Bretanha, França, Holanda e Espanha. Acima de tudo, talvez, o benefício estratégico do mar Negro fazia-se sentir a nível político. A segurança que proporcionava permitira a descentralização do poder no território otomano – ingrediente fundamental para a sua estabilidade e coesão no século XVIII.

Com a porta marítima a norte bem fechada, o governo otomano em Constantinopla conseguira enfrentar as tempestades do início do século XVIII. O prestígio dos otomanos como governantes imperiais tinha sido abalado, mas não destruído. O seu valor como aliados no jogo maquiavélico da diplomacia europeia fora real. Mas nos anos 80 do século XVIII a pedra basilar do poder otomano foi demolida. Os efeitos foram ampliados pelo declínio da França. Nas comunidades cristãs da Grécia e do Norte dos Balcãs começou uma nova insurreição. Quase impercetivelmente, o império começou a transformar-se, de uma grande potência de força reconhecida (mesmo que odiada), numa zona de disputa; uma vasta zona de caça territorial que a matilha inteira de predadores europeus começou a rondar.

No entanto, esta transformação do Império Otomano no «Doente da Europa» foi sobretudo uma característica da segunda fase da revolução geopolítica após 1790. Mas muito antes disso os efeitos

do outro grande centro de turbulência geopolítica na Eurásia do século XVIII já se haviam feito sentir. No capítulo anterior vimos como no início da década de 50 desse século uma «dupla revolução» já estava em curso na Índia. A velha carcaça do Império Mogol, que proporcionara uma estrutura de unidade política para grande parte do subcontinente, começara a desfazer-se. No coração do império, o poder mogol era assaltado de dois lados. Aventureiros iranianos e depois afegãos davam continuidade à antiga tradição imperialista da Ásia Central, usando soldados «tribais» para impor o seu domínio às planícies agrárias – exatamente como os mogóis tinham feito antes (ou os manchus na China). O seu objetivo pode ter sido controlar o tráfico entre o Norte da Índia e a Ásia Central, naquela que continuava a ser uma das grandes rotas comerciais do mundo. Os seus ataques coincidiram com o avanço decisivo do poder marata no oeste da Índia: uma confederação hindu de Estados «aristocratas» decidida a estender o seu domínio e sistema tributário ao coração mogol nas planícies do Norte da Índia (18). Sob pressão de mudanças sociais, económicas e políticas, o poder mogol começava a enfraquecer e a transformar-se num regime menos firme, coexistindo com novos «subimpérios», competindo por território, comércio e receitas. Na Índia marítima havia uma ameaça semelhante. Aí o agente de mudança foi a rápida expansão da economia comercial e do comércio ultramarino. Novas riquezas e novas receitas tornavam os subgovernantes regionais cada vez mais livres da supervisão mogol, e cada vez menos dispostos a pagar o tributo que deviam. Mas esta crescente autonomia tinha um preço. Os aspirantes a «construtores de Estados» tinham de vigiar de perto os comerciantes e banqueiros que financiavam o seu poder – e estar atentos aos interesses europeus que tinham reforçado o seu domínio sobre o comércio externo da Índia. Isso tornou-se ainda mais essencial quando os europeus revelaram a intenção de importar as suas querelas para o subcontinente indiano. O facto de estarem a preparar-se para combater entre si transformou os franceses e os britânicos em potências militares locais, e introduziu um novo elemento explosivo num contexto político já instável.

O principal palco do conflito encontrava-se em Bengala, a mais dinâmica e próspera das economias do litoral. Aí desenvolvera-se uma vasta produção de têxteis de algodão para satisfazer um crescente mercado mundial. A rede fluvial do Ganges e do seu delta e os alimentos produzidos nos novos terrenos roubados à floresta eram os auxiliares vitais dessa economia de exportação. O poder político era exercido pelo *subahdar* – formalmente o vice-rei do imperador mogol – e pelos magnatas muçulmanos: os futuros legatários do declínio mogol. Mas a estabilidade era difícil de alcançar nesse mundo novo-rico. Em 1756, o *subahdar*, ou nababo, Suraj ud-Daula era um dirigente novo e apreensivo. Tinha rivais políticos. O poder financeiro dos comerciantes e banqueiros hindus, como o grande Jagat Seth, limitava a sua liberdade de ação: eles geriam o comércio de que dependiam as rendas e os impostos. Tinham ligações próximas com os comerciantes europeus, sobretudo com a Companhia das Índias Orientais inglesa e a sua feitoria fortificada em Calcutá – «um lugar enorme e irregular, um tanto maior que Deptford e Rotherhithe» segundo uma descrição da época (19) – isenta teoricamente (com a sua *farman* imperial) do controlo do nababo. Quando o nababo desconfiou que a Companhia estava a proteger os que conspiravam contra ele, a inquieta política de Bengala mergulhou numa crise. A recusa da Companhia em ceder provocou um braço de ferro (20). Em junho de 1756, o nababo invadiu Calcutá, e os funcionários da Companhia que não conseguiram fugir foram parar à cadeia (o famoso «Buraco Negro»). Durante algum tempo pareceu que este «golpe de Estado» anunciava a ascensão de um novo Estado mercantilista no Sul da Ásia – uma Holanda Oriental capaz de se aguentar sozinha.

O azar de Suraj ud-Daula foi que a Companhia possuía os meios para retaliar. E tinha fortes motivos para a vingança: a perda de Calcutá custara-lhe mais de dois milhões de libras. Seis meses depois uma esquadra de navios chegou ao Ganges, trazendo tropas de Madrasta comandadas por

Robert Clive. Clive depressa recuperou Calcutá e entrou em contacto com os magnatas dissidentes ansiosos por ver o nababo derrubado. Depois da demonstração de força de Clive em Plassey, perto da capital de Bengala, em junho de 1757, o exército do *nababo* desintegrou-se e o regime caiu. Clive era o novo «fazedor de reis». «A revolução (...) efetuada (...)», escreveu Clive ao seu pai, «difícilmente encontrará paralelo na história» (21). Mas Clive mostrou alguma relutância em afirmar o domínio da Companhia em Bengala: «Uma soberania tão vasta talvez seja um objetivo demasiado extenso para uma companhia mercantil (...) sem a ajuda da nação» (22). Parecia mais prudente instalar um nobre muçulmano como novo nababo. A experiência fracassou. Os servidores da Companhia, com o comércio privado em mente, recusaram-se a aceitar a autoridade do nababo e a pagar os impostos que lhe deviam. Em 1764, estes atritos já tinham degenerado em luta armada. Na Batalha de Buxar, o exército da Companhia derrotou o nababo e o seu aliado, o governante de Awadh. No ano seguinte, a Companhia enfrentou os *diwani*, tomando Bengala, Bihar e Orissa. A Companhia, e não o nababo, passou então a controlar os impostos e as rendas – «Nada resta ao [o nababo] senão o nome e a sombra de autoridade» (23).

Estes acontecimentos foram extraordinários. Mas a revolução na Índia estava longe do fim. O próprio Clive temia abusar do poder da Companhia e resistiu à ideia de uma marcha para Deli. Os britânicos não foram os únicos beneficiários da mudança na Índia. No oeste e centro do subcontinente, a implacável ascensão do poder marata parecia igualmente extraordinária. Em 1784 foram os maratas que conquistaram Deli. No Sul da Índia, Hyderabad e Mysore eram a prova de que novos Estados podiam ser construídos a partir das ruínas do declínio mogol. Em Mysore, especialmente, um mercenário muçulmano, Haidar Ali, começou após 1761 a construir um Estado fiscal-militar de novo estilo, com uma receita e um exército capazes de rivalizar com os da Companhia em Madrasta. No reinado do seu filho, o sultão Tipu (r. 1783-99), estas mudanças foram ainda mais longe. O Estado praticava o comércio, subsidiava a construção naval e financiava um grande exército regular com artilharia e infantaria cujo treino e tática eram tão «modernos» como os da Companhia (24). Haidar e Tipu travaram guerras de atrito contra a influência da Companhia, pondo-a à beira do colapso financeiro. Sem os recursos que conquistara em Bengala, com os quais aumentou os seus exércitos de 18 000 homens em 1763 para mais de 150 000 no final do século (25), sem a ajuda naval e militar da Grã-Bretanha e sem os empréstimos adiantados por banqueiros indianos, era duvidoso que a Companhia pudesse ter mantido o seu poder no Sul da Índia. E embora derrotassem (e matassem) Tipu em 1799, era igualmente duvidoso que os britânicos pudessem ter obrigado os maratas a reconhecer o seu domínio se não tivessem saído vitoriosos na segunda grande fase do conflito europeu que iremos abordar mais adiante. Na realidade, na última década do século XVIII os dois principais teatros da agitação geopolítica da Eurásia já quase se haviam fundido num só.

No entanto, a revolução bengali de Clive já começara a provocar uma mudança ainda mais extraordinária nas relações eurasiáticas. Muito antes de os europeus terem chegado ao oceano Índico, a Índia marítima tinha funcionado como charneira entre o comércio da Ásia Oriental e o do Médio Oriente e do Ocidente. No século XVIII, os europeus tinham aumentado o seu comércio com a China, embora este fosse rigorosamente limitado a breves visitas ao porto de Cantão. A Companhia das Índias Orientais inglesa dominava esse comércio, transportando sobretudo metais preciosos para a China em troca (nomeadamente) de chá, a nova moda do consumidor britânico. Mas não tinha os meios para expandir o comércio, oferecer mais crédito ou atrair clientes chineses com produtos mais aliciantes. A conquista de Bengala resolveu os três problemas. Com o seu novo fluxo de receitas, a Companhia podia pagar os produtos indianos que os compradores chineses desejavam – algodão em rama, tecidos de algodão e ópio – sem recorrer à prata nem enviar mais exportações para a Índia.

Mas os meios da Companhia eram apenas uma parte do problema. O «comércio privado», tolerado pela Companhia no seu próprio interesse, ganhava cada vez mais importância. Um pequeno exército de europeus – soldados e civis ao serviço da Companhia na Índia – tirava partido da situação para fazer fortuna com a pilhagem ou o comércio privilegiado. (Estes eram os «nabobs», cujo regresso à Grã-Bretanha suscitou muitos comentários hostis.) A maneira mais lucrativa de maximizar os seus ganhos era investir num carregamento para ser enviado para a China. Quando este fosse vendido, o crédito conseguido era dado à Companhia (que detinha o monopólio da compra do chá) em troca de um haver em libras esterlinas em Londres. O comércio privado era também o meio através do qual o ópio era vendido, já que a própria Companhia estava proibida de o traficar. Desta forma indireta, a conquista de Bengala abriu caminho a uma revolução comercial com enormes repercussões geopolíticas⁽²⁶⁾. À medida que as suas exportações aumentavam, a economia do Sul da China envolvia-se cada vez mais no comércio triangular entre a Grã-Bretanha e a Índia. O maior peixe de todos começava a morder o anzol.



A mudança geopolítica na Europa e no Sul da Ásia abriu assim caminho a uma enorme transformação nas relações entre diferentes regiões da Eurásia, e entre a Eurásia e o Mundo Exterior. Na segunda fase, depois de 1790, o pleno alcance desta mudança tornou-se progressivamente mais claro e os contornos cintilantes de uma nova ordem mundial, pouco visíveis no final do século XVIII, adquiriram uma forma definitiva. Mas isso só aconteceu depois de uma segunda erupção na política europeia, e de uma nova guerra mundial, terem resolvido a questão de que potência iria dominar a Europa, e qual ficaria livre para avançar para o poder mundial.

A crise foi provocada pela revolução na França. O Estado Bourbon tornara-se cada vez mais frágil. Não tinha apoio popular; os seus aliados da aristocracia e da classe média mostravam-se cada vez mais insatisfeitos; o seu prestígio intelectual e cultural fora abalado pela guerra de panfletos dos *philosophes* e pelo ataque mais rude dos escritores populares. Estas não eram fraquezas invulgares num Estado dinástico do século XVIII. «Atualmente todas as potências encontram-se em estado de crise», escreveu a czarina Catarina, a Grande, em 1780⁽²⁷⁾. O que as tornava tão perigosas para o regime Bourbon era o colapso simultâneo do seu papel histórico como guardião da grandeza

francesa na Europa e no mundo. No final da década de 80 do século XVIII a «grandiosa nação» da Europa já tinha perdido a sua preeminência. Para o enfraquecimento do prestígio da monarquia isso bastava. Mas o perigo imediato era a falência financeira. Depois de um breve período de paz, a França tinha ido novamente para a guerra em 1778, para inverter o resultado de 1763 e recuperar a sua posição no Atlântico em aliança com as colónias rebeldes da Grã-Bretanha. Foi uma aposta cara que pouco rendeu. O preço foi uma maior acumulação de dívidas. É verdade que a dívida pública francesa era menor do que a da Grã-Bretanha. Mas o facto crítico é que era muito mais difícil de gerir e muito mais dispendiosa. Na véspera da revolução, só o pagamento dos juros consumia metade das despesas do Estado ⁽²⁸⁾. Em 1789, com o seu prestígio em baixo e o Tesouro falido, a monarquia caiu no turbilhão da mudança constitucional, cedendo poder político efetivo aos autoproclamados líderes do «Terceiro Estado», reconstituído em junho como a «Assembleia Nacional». Com o agravamento do caos financeiro e a desagregação da ordem social, a ameaça de uma intervenção estrangeira pelas potências conservadoras, lideradas pela Áustria, era cada vez maior. As suspeitas de que o rei estava a conspirar com essas potências para rasgar a constituição que tinha assinado em setembro de 1791 radicalizaram a política francesa. Na primavera de 1792, a França já estava em guerra com a Áustria. O desastre militar e o receio popular da invasão destruíram a influência dos reformadores mais moderados e conduziram à abolição da monarquia em setembro de 1792 ⁽²⁹⁾. Quando Luís XVI e Maria Antonieta foram executados em janeiro de 1793, a transformação da França ficou concluída. O pilar do *ancien régime* na Europa, o arquétipo do Estado dinástico, transformara-se numa república revolucionária militante, decidida a exportar a sua doutrina subversiva dos «Direitos do Homem».

O resultado imediato da convulsão política em França foi enfraquecer ainda mais a sua pretensão à influência na Europa e no mundo exterior. No Leste da Europa, a fraqueza da França tornou mais fácil acabar com o Estado polaco, mortalmente repartido em 1793-5. Quando os exércitos da Áustria e da Prússia entraram em França em 1792, o exército da Rússia entrou na Polónia ⁽³⁰⁾. Os despojos da vitória incluíram o Oeste da Ucrânia, uma vasta e nova adição ao império russo no mar Negro. Mas em meados da década de 90 o Estado revolucionário francês já tinha desenvolvido extraordinárias capacidades de mobilização, recrutando homens e meios para a guerra numa escala que as monarquias conservadoras dificilmente poderiam igualar. O fervor patriótico dos seus exércitos de cidadãos e o recurso ao talento na escolha dos generais ajudou a transformar a França novamente numa grande potência militar. A conquista territorial pagou parte da conta ⁽³¹⁾. Com Napoleão Bonaparte, esta transição foi coroada de carisma e génio. As vitórias na Itália fizeram dele um herói militar. Como primeiro cônsul (1799-1804) e imperador (1804-14), tornou-se o novo ditador da França. Um dos seus objetivos era restaurar a disciplina social e a ordem administrativa que a revolução dissolvera. Mas estava também decidido a recuperar e a ampliar a primazia europeia que os Bourbons haviam perdido. O impacto de tudo isto nas relações da Europa com o Mundo Exterior – nas Américas, África subsariana e até no Pacífico – teria de ser muito grande. E as implicações eurasiáticas no Próximo Oriente, Ásia Central e Índia (e por conseguinte na China) também.

A primeira ronda deste combate foi travada no Egito. Em 1798, Napoleão e Talleyrand, o primeiro-ministro francês, engendraram um plano extraordinário para a conquista do Egito. Para Napoleão, cujo ídolo militar era Alexandre Magno, a atração era evidente. «A Europa é um montículo», terá dito; «todas as grandes reputações vieram da Ásia» ⁽³²⁾. Mas o raciocínio de Napoleão e Talleyrand sugere que eles compreendiam bem a dimensão da mudança geopolítica que ocorrera desde meados do século ⁽³³⁾. O controlo do Egito permitiria à França revitalizar a rota do Suez entre a Europa e a Índia e contrariar o crescente predomínio do comércio atlântico. Um império

egípcio compensaria a França pela perda das colônias americanas – Quebeque e Luisiana – em 1763. Ajudaria a travar o avanço da Rússia para o seu objetivo final, a capital otomana em Constantinopla – um avanço que parecia estar a acelerar bastante. E faria aumentar os riscos para os britânicos na Índia num momento crucial. Com a França instalada no Suez, à cabeça do mar Vermelho, e a influência francesa irradiando em direção ao Golfo e ao Irão, a posição diplomática e militar da Companhia das Índias Orientais britânica seria drasticamente enfraquecida. Intimidar os siques, os maratas, Hyderabad e Mysore tornar-se-ia muito mais difícil, talvez até impossível. Se os custos e os riscos se tornassem demasiado grandes, a experiência britânica em imperialismo oriental talvez se desmoronasse por completo.

Em julho de 1798, Napoleão desembarcou no Egito com 40 000 soldados – uma força enorme. Levou também consigo uma equipa de 165 pessoas, incluindo astrónomos, matemáticos, químicos, físicos, engenheiros mecânicos e civis, agrimensores, arquitetos, zoólogos, artistas, compositores, economistas, arqueólogos, impressores, cirurgiões, médicos e farmacêuticos. A sua missão era registar o passado e planear o futuro do Egito napoleónico. A 21 de julho, na Batalha das Pirâmides, o domínio mameluco foi destruído. Napoleão declarava que os franceses tinham vindo libertar o povo da tirania mameluca, prometendo respeitar a religião islâmica e chegando mesmo a discutir com os principais ulemás os termos de uma conversão em massa do seu exército (a circuncisão revelou-se um obstáculo). Enviou mensagens amigáveis aos governantes muçulmanos ao longo da costa norte-africana até Marrocos, ao sultão de Darfur e ao sultão Tipu na Índia. Segundo os ingleses, Mascate, no golfo Pérsico, estava sob influência francesa. Foram feitos planos para invadir a Síria, para que a França pudesse controlar toda a costa levantina, além da metade ocidental do Crescente Fértil. O alcance final dos objetivos de Napoleão continua por esclarecer. Ele deve ter pensado que o choque geopolítico da sua invasão-relâmpago voltaria a equilibrar os pratos da balança a favor da França, atraindo os otomanos novamente à sua antiga aliança contra a Rússia e a Áustria. Mas a sorte não estava do seu lado. Dias depois da sua chegada ao Cairo, a vitória de Nelson na baía de Aboukir destruiu a armada francesa e isolou-o da França. O Egito era demasiado pobre, fraco e vulnerável para sustentar o encargo do domínio francês e um exército sem abastecimento do exterior. A revolta e a resistência aumentaram. Os otomanos declararam guerra. A expedição síria fracassou. A diplomacia «muçulmana» não surtiu qualquer resultado. Quando Napoleão partiu às escondidas para a França em agosto de 1799, o sultão Tipu já tinha desaparecido, sido derrotado e morto pelos britânicos em maio. O exército francês aguentou-se, mas não existiam meios em Paris para o socorrer. Em junho de 1801, o Cairo foi conquistado por tropas enviadas da Grã-Bretanha e da Índia. O projeto oriental chegara ao fim.

Mas não foi o fim da guerra. As esperanças de Napoleão de safiar os britânicos no mar depressa foram destruídas. Na batalha decisiva perto do cabo Trafalgar, ao largo da costa espanhola, em outubro de 1805, o almirante Nelson, a Némesis de Napoleão, destruiu completamente as armadas francesa e espanhola. O imperador francês já tinha desistido da América continental: a Luisiana, recuperada à Espanha em 1800, fora vendida por dinheiro aos Estados Unidos. São Domingos (o atual Haiti), a colónia mais rica da França, sucumbiu a uma revolta dos negros em 1804. O domínio dos mares permitia aos britânicos resguardar o seu império na Ásia. Eles conquistaram o Cabo em 1806 e a Ile de France (atual Maurícia) em 1810. Em 1811 tomaram o império indonésio à Holanda, reino vassalo de Napoleão. O oceano Índico tornou-se um «lago britânico».

Napoleão pode ter pensando em liderar uma nova aliança com os otomanos e o Irão, em parte para neutralizar a Rússia na Europa ⁽³⁴⁾, mas isso não se concretizaria. O seu principal objetivo continuava a ser a hegemonia europeia. No mesmo mês de Trafalgar, a sua vitória em Austerlitz tornou mais próxima essa possibilidade. Os austríacos e os prussianos foram derrotados. Napoleão

redesenhou o mapa da Alemanha para um novo Estado vassalo, a Confederação do Reno, e reinventou a Polónia como o Grão-Ducado de Varsóvia. Em 1807, em Tilsit, ele e o czar Alexandre encontraram-se numa balsa e juraram a amizade franco-russa. Com a Europa subjugada, Napoleão voltou-se para a Grã-Bretanha. Decretos promulgados em Berlim em 1806 e em Milão no ano seguinte vedaram o continente inteiro ao comércio com os britânicos. Foi declarado um bloqueio contrário para afundar a economia britânica, retirar-lhe os metais preciosos e obrigar Londres a negociar. Se os britânicos quisessem ser donos do mar, Napoleão parecia quer dizer, ele afogá-los-ia no seu próprio elemento.

Se tivesse conseguido, podia ter recuperado o terreno que a França havia perdido desde o revés no Egito. Mas era certamente tarde de mais. O «sistema continental» que devia excluir o comércio britânico estava repleto de falhas. Destruiu também qualquer hipótese de a Europa vir a aceitar a versão de império de Napoleão. «Para garantir o seu sucesso», escreveu o seu antigo secretário, sarcasticamente, «seria necessário conquistar e ocupar todos os países, e nunca sair de nenhum» (35). Apesar da atração magnética do seu nome para os descontentes com o regime artrítico dos dinastas europeus, o império de Napoleão tornou-se intoleravelmente pesado. A Rússia rejeitou o jugo comercial e exigiu a promessa de que os polacos nunca recuperariam o seu reino. Em 1812 Napoleão já tinha chegado à conclusão de que só a conquista da Rússia poderia garantir a paz. Seguiu-se a catástrofe. Na «batalha das nações» em Leipzig, em outubro de 1813, o *Grande Armée* de Napoleão, debilitado pela sua retirada no inverno de Moscovo, foi definitivamente derrotado pelos austríacos, russos e prussianos. Enquanto a própria França era invadida a partir do leste e do sul (por um exército britânico a partir de Espanha), Napoleão fugia para o exílio (em Elba). O seu império desmoronou-se. Depois do fracasso da sua última tentativa de recuperar o poder (os «cem dias» de 1815) no campo de batalha de Waterloo, a conferência de paz de Viena pôde traçar as suas conclusões. Na realidade, as decisões que tomou foram de âmbito eurasiático – senão mesmo mundial. Os mediadores perceberam que não podia haver um regresso à desordem dinástica do *ancien régime*. Vinte e cinco anos de revolução e guerra tornaram essa possibilidade impensável. Construíram então um acordo territorial para manter o equilíbrio de forças entre as cinco grandes potências – Áustria, Prússia, Rússia, França e Grã-Bretanha – e garantir que nenhuma delas pudesse dominar as outras. Inventaram o «Concerto Europeu», um processo através do qual os cinco resolveriam as suas divergências e manteriam a nova distribuição de poderes (36). O acordo de Viena revelou-se surpreendentemente duradouro: a Europa evitou uma guerra geral durante quase um século. Em parte por causa disso, garantiu as condições em que as duas potências «dos flancos», a Grã-Bretanha e a Rússia, podiam realizar as suas ambições extraeuropeias, salvo nos casos em que estas ameaçassem a paz europeia. Viena abriu a porta ao cerco da Ásia a partir do norte e do sul.

A derrota de Napoleão e do seu projeto de império teve implicações mais vastas. Foi o verdadeira culminar da grande mudança geopolítica cuja trajetória temos vindo a seguir e cujo impacto radical ele não conseguira defletir. Quando os britânicos se viram livres da ameaça que ele representara, tornaram-se rapidamente os senhores do subcontinente indiano. A penetração comercial na China, já em curso antes de 1800, começou a acelerar. Apesar de terem devolvido o arquipélago indonésio ao novo reino da Holanda (criado como obstáculo à expansão francesa na Europa), os britânicos conservaram a ilha de Singapura e transformaram-na no empório de grande parte do Sudeste Asiático. No Ocidente, a participação da Espanha no desastre naval de 1805 custou-lhe o domínio do seu império hispano-americano, cujo comércio se tornou acessível, sobretudo à Grã-Bretanha. Assim, o efeito cumulativo do insucesso de Napoleão e do sucesso da Grã-Bretanha foi a destruição do que restava do antigo sistema mercantilista. Os impérios comerciais rivais, com as suas armadas e fortalezas, as suas companhias privilegiadas e monopólios comerciais, tornaram-se obsoletos com o

«domínio dos oceanos» da Grã-Bretanha. Até mesmo a Companhia das Índias Orientais britânica foi obrigada a abrir a Índia a outros comerciantes em 1813 – mantendo no entanto o seu monopólio chinês até 1833. O obstáculo mais forte à expansão do comércio – os enormes gastos gerais de impérios mercantis rivais – desaparecera. Restava saber com que rapidez o comércio privado – «livre comércio» – aproveitaria as novas oportunidades que esta grande mudança proporcionava.

A Grande Divergência

A revolução geopolítica teve três consequências importantes. Através da ocupação e povoamento de regiões do Mundo Exterior, derrubou os obstáculos à expansão física da Europa. O interior da América do Norte e o Pacífico Sul seriam anexados como extensões demográficas do Noroeste da Europa: tornar-se-iam «neo-Europas». Em segundo lugar, no período crítico depois de 1803 (quando a guerra europeia foi retomada, após um brevíssimo intervalo) o poder marítimo britânico demoliu a divisão mercantilista que subdividira o comércio mundial em blocos exclusivos, ao destruir o equilíbrio de poder naval de que o mesmo dependia: o poderio conjunto das armadas espanhola, francesa e holandesa. Os gastos (e riscos) gerais do comércio de longa distância, o pretexto para o monopólio comercial (justificado no passado com o elevado preço de proteção) e entrave a novos participantes, foram todos eliminados. Em terceiro lugar, a grande transformação no Sul da Ásia, realizada por fases entre 1757 e 1817 (quando o domínio marata foi destroçado), proporcionara aos britânicos ganhos inesperados e formidáveis. Ao assumir o controlo das receitas e do comércio de Bengala, a região mais rica da Índia, os britânicos adquiriram de um só golpe a alavanca de que precisavam para arrombar a porta da economia do Sul da China. Com a Índia como base para a sua expedição e crédito, os comércios regionais do Oriente e Sudeste Asiático podiam ser mais facilmente anexados ao comércio de longa distância entre a Ásia e a Europa. O isolamento comercial da Ásia Oriental podia finalmente ser desafiado.

Era pouco provável, contudo, que estes impressionantes avanços tivessem produzido muito mais do que um ganho temporário sem outra grande mudança nas relações económicas entre os Estados europeus e o resto da Eurásia. O grande entrave às trocas comerciais da Europa com a maior parte do resto da Eurásia fora a escala diminuta do comércio. Este estava quase inteiramente circunscrito a artigos de luxo, de volume muito reduzido, e com um mercado limitado. O volume anual das importações da Ásia (segundo estimativas de Jan de Vries) mal dava para encher um navio de contentores atual. Uma parte do problema era o facto de os europeus terem poucos artigos para vender que despertassem o interesse dos clientes indianos ou chineses, excetuando os metais preciosos: foi por isso que o algodão e o ópio da Índia tinham sido uma dádiva tão grande para os agentes da Companhia das Índias Orientais que compravam chá em Cantão. A única maneira certa de conseguir o acesso ao consumidor asiático era encontrar produtos europeus com grande procura, e descobrir um meio de os distribuir amplamente. Sem isso, o aumento do volume e valor do comércio estabilizaria: as portas que os europeus tinham aberto podiam voltar a ser fechadas por governantes mais determinados, e os ganhos indianos inesperados anulados pelos custos da conquista e do domínio imperial.

O que isto significava na prática era que a expansão e reorganização do comércio asiático da Europa que a geopolítica tornara possíveis teriam de ser reforçadas pela mudança tecnológica, para que esse comércio fugisse à estagnação. Seria necessária uma transformação tecnológica para que os produtores europeus pudessem vencer a vantagem histórica dos seus concorrentes asiáticos: os custos de produção muito mais baixos nas suas indústrias artesanais. A tecnologia de viagem

necessitava de uma mudança semelhante na Ásia (e noutros lugares) para que a dimensão das trocas comerciais não fosse afetada pelos custos de transporte que isolavam as regiões interiores. Finalmente, para vencer, ou «desencorajar», a relutância natural dos governantes indígenas (asiáticos, africanos ou até latino-americanos) em aceitar os comerciantes estrangeiros e o comércio externo em termos mais ou menos iguais, então os europeus teriam de descortinar a capacidade de projetar o poder a muito longa distância e a custos razoáveis. Como os europeus até então não tinham tido qualquer evidente vantagem militar sobre outros Estados euro-asiáticos (ou africanos), exceto no mar alto, isso também implicava uma solução tecnológica.

Sabemos, evidentemente, que essas «soluções» foram encontradas – embora nem todas de uma vez nem com sucesso universal. Embora os historiadores discordem sobre o momento preciso em que isso aconteceu (para não falar da forma como isso aconteceu), é evidente que desde cerca de 1800 aquilo que tem sido elegantemente denominado «a grande divergência»⁽³⁷⁾ começou a fazer-se sentir na trajetória económica do mundo euro-atlântico e da maior parte do resto da Eurásia e África. Durante grande parte dos dois séculos seguintes (mais tempo, nalguns casos), as disparidades de riqueza tornaram-se cada vez maiores (exceto nalgumas regiões privilegiadas). A razão para isso estava, assim parecia, na capacidade única da Europa para industrializar as suas economias, conseguindo aumentos de produção muito acima dos que as economias pré-industriais ou não-industriais podiam conseguir. Os europeus souberam aproveitar a sequência de melhoramentos progressivos das suas primeiras inovações na produção mecanizada, aumentando o ritmo da mudança técnica e, progressivamente, a disparidade entre a sua eficiência produtiva e a de concorrentes não-industriais. Para reforçar esse efeito, que tornava a Europa muito mais rica do que o resto do mundo, as novas tecnologias industriais conferiram duas outras vantagens de grande importância. Forneceram (a custos relativamente baixos) os meios tecnológicos para o domínio europeu em lugares onde isso antes parecera impossível, e numa escala inimaginável no período pré-industrial. Os avanços no armamento (espingardas de repetição, metralhadoras, artilharia de longo alcance, navios de guerra a vapor) ampliaram o raio de ação e multiplicaram o impacto dos exércitos e marinhas europeus ou comandados por europeus. O transporte mecanizado por terra e mar projetou a força militar para distâncias muito maiores e (em termos pré-industriais) a uma velocidade quase vertiginosa, permitindo que números relativamente pequenos de soldados fossem mobilizados e remobilizados em campanhas que podiam realizar-se a milhares de quilómetros umas das outras. As tropas britânicas podiam ser transferidas entre a África do Sul, a Índia, a China e até a Nova Zelândia. Navios de transporte de tropas com motores a vapor e caminhos de ferro «estratégicos», como os construídos na Índia depois de 1860, permitiam reduzir o tamanho das guarnições necessárias para garantir o domínio externo. O telégrafo elétrico e o cabo submarino desempenharam um papel semelhante, permitindo a transmissão de ordens, avisos e pedidos de ajuda numa questão de horas e não semanas. O serviço de informações tornou-se a arma invisível do arsenal europeu, valendo milhares de soldados e milhões de libras. O outro grande benefício que a industrialização proporcionou foi também fruto da velocidade. A extraordinária rapidez com que os invasores apareciam, os imigrantes entravam, novas rotas comerciais eram traçadas e novas cidades portuárias construídas – acentuada de várias maneiras pela tecnologia industrial – conferiu à expansão europeia no mundo afro-urasiático, lenta e hesitante de alguns pontos de vista, uma qualidade de «guerra-relâmpago». Com pouco tempo para reagir e geralmente mal informados acerca das intenções dos recém-chegados, não admira que às vezes os anfitriões involuntários dos europeus achassem difícil contê-los.

Evidentemente, como sugere a ideia de divergência, embora os sintomas da mudança pudessem ser súbitos e violentos, a transformação económica podia levar décadas a assumir um aspeto geral. O

que tinha começado a surgir no final deste período (nos anos 30 do século XIX) foi um conjunto de relações económicas radicalmente diferentes das que existiam antes de *circa* 1750. A industrialização da Europa não foi um empreendimento privado: alterou fundamentalmente o intercâmbio com todas as outras regiões do mundo, o volume e conteúdo do comércio de longa distância e a circulação de bens e pessoas por todo o mundo. O resultado foi uma nova divisão do trabalho, com determinadas zonas da Europa a assumirem um conjunto de funções especializadas para um mercado que era, pelo menos potencialmente, mundial. Na realidade, os europeus já detinham o monopólio do comércio marítimo entre a Europa e a Ásia. Quando esse comércio foi alargado, o seu domínio – armadores, seguros, negócios de exportação-importação e crédito – concentrou-se facilmente nas mãos dos europeus e foi reforçado ainda mais pela vantagem comparativa dos europeus em «serviços de informações» comerciais – informações privilegiadas. Mas a verdadeira revolução ocorreu no novo papel da Europa como a principal fonte de manufaturas para o mundo como um todo, baseada sobretudo no enorme aumento da produção e na enorme redução dos custos reais provocada pela mecanização. Em 1810, segundo as estimativas de Paul Bairoch, um operário britânico utilizando uma máquina de fiar produzia dez a catorze vezes mais fio de algodão numa hora do que o seu concorrente indiano utilizando métodos tradicionais, um número que aumentava quatrocentas vezes para as qualidades mais finas ⁽³⁸⁾. Visto que os têxteis constituíam uma enorme percentagem do produto manufaturado das economias não-industriais (talvez 80%), é fácil perceber por que razão a Europa industrial se tornou o fornecedor mundial daquela que era em quase todas as sociedades a manufatura mais consumida. Em meados do século XIX, este avanço industrial também já era patente numa enorme variedade de outros bens de consumo (sobretudo artigos de metal) que a Europa podia oferecer, bem como no enorme aumento da construção de máquinas e de processos industriais. Numa escala inconcebível antes de 1800, as zonas industriais da Europa tornaram-se a oficina, fábrica e laboratório técnico do mundo em geral.

Talvez implícito nisto tudo, mas ainda (em 1830) pouco visível, estivesse a terceira função global da Europa. A Europa industrial (e sobretudo a Grã-Bretanha) tornou-se o principal fornecedor de capital do mundo. As redes de comércio e crédito mercantil, os lucros da indústria e os ganhos potenciais na construção de uma infraestrutura industrial (como os caminhos de ferro e portos) para aumentar o volume de tráfico tornavam isso uma sequência natural quando as poupanças atingissem um nível adequado. Uma vez atingido esse nível, a posição dominante da Europa no comércio de longa distância, na produção industrial e na exportação de capital tornar-se-ia uma força *quase* irresistível, fundindo-se sistematicamente para alterar o padrão das trocas mundiais. Tudo indicava que a Europa industrial tinha a capacidade para criar uma nova economia mundial que transformasse a maior parte do mundo em fornecedores de matérias-primas, consumidores de manufaturas e mutuários de capital. Nesta grande reconstrução, os produtores asiáticos de manufaturas artesanais para exportação (sobretudo tecidos) seriam eliminados. O futuro da «não-Europa» seria imperativamente rural: camponeses trabalhadores produzindo matérias-primas para exportação e comprando (por exemplo) tecidos de algodão em troca. A produção comercial de uma enorme variedade de matérias-primas – algodão, seda, chá, açúcar, café, tabaco, ópio, cacau, arroz, cinchona, juta, borracha, guta-percha, óleo de palma, goma-arábica, pimenta, baunilha, índigo, guta, marfim, goma-laca, guano, peles, gambir –, enviadas em grandes quantidades para ser transformadas na Europa, seria o motor de riqueza, o meio para o progresso e o incentivo fundamental para a ordem e disciplina social da «não-Europa». Era essa a teoria. Em 1830 a maior parte disto residia ainda no futuro. Como veremos, o seu avanço seria combatido e muito lento e irregular. Mas o rumo estava traçado.

Foi esta a «grande divergência» que transformou as sortes relativas das sociedades mais ricas da

Europa e da Ásia. Mas como explicá-la? O que acontecera para permitir esse grande avanço das regiões mais ricas da Europa em relação às regiões mais ricas da Ásia? A resposta preferida dos historiadores ocidentais tem sido invocar a «Revolução Industrial». Foi a capacidade única de certas comunidades europeias para inventar e aplicar soluções tecnológicas que lhes deu o grande avanço. Como simples enunciação isso é inegável. Mas quase imediatamente amontoam-se as perguntas. O que tornou os europeus tão precoces em termos tecnológicos? Afinal, em capacidade de invenção (como já vimos) eles geralmente estavam muito atrás da China. Também não era óbvio que o contexto institucional para a mudança tecnológica fosse muito mais favorável na Europa do que noutros lugares – na China, por exemplo. Além disso, a transformação industrial da Europa não foi o resultado de uma única «grande explosão». O crescimento da economia da Grã-Bretanha foi relativamente lento, sugerindo um caminho de mudanças cumulativas e não uma «sorte grande» na lotaria tecnológica ⁽³⁹⁾. Uma narrativa influente, inspirando-se parcialmente em Weber, realça a conjunção imprevisível, quase fortuita, dos ingredientes essenciais que permitiram à Europa escapar àquela que até então fora a lei inflexível dos rendimentos decrescentes e do esgotamento de recursos. A concorrência entre os Estados (permitindo a dissidência e o livre pensamento), as restrições ao poder do Estado (tornando a propriedade mais segura), uma economia de mercado que premiava a eficiência, um ambiente natural benigno com amplas reservas de alimentos e combustível e um impressionante tesouro inesperado (nas Américas) a que a Europa podia recorrer constituíam os elementos do «milagre europeu» – único e irrepetível ⁽⁴⁰⁾. Uma visão alternativa inverte radicalmente o equilíbrio deste argumento. Neste caso não há que escolher entre o Noroeste da Europa e as economias mais avançadas de outros lugares na Eurásia, até 1800. A vantagem da Europa não residia nas suas estruturas sociais ou políticas, nem mesmo no seu avanço no pensamento científico. Resultava antes do seu dote de carvão (resultado da sorte geológica) e colónias (fruto da depredação): só isso permitiu a sua fuga ao destino invariável do desenvolvimento pré-industrial ⁽⁴¹⁾. Uma terceira linha de investigação encara a «divergência» da Europa não tanto como o resultado dos seus dotes singulares (em recursos, mentalidade ou instituições) mas como uma reação a forças e tendências mundiais. Deste ponto de vista, a industrialização da Europa pode até ser encarada como uma tática defensiva com consequências extraordinárias e inesperadas ⁽⁴²⁾.

Podemos começar por reconhecer que na Eurásia de finais do século XVIII duas regiões se destacavam. Uma era a Europa. Não toda a Europa, evidentemente, já que grande parte do continente a sul e a leste era pobre e atrasada, mesmo para os padrões da época. Técnicas agrícolas primitivas, a ausência de «melhorias» (como a vedação e a drenagem), más estradas ou a sua inexistência, a falta de competências artesanais, níveis muito baixos de alfabetização, a ausência de instituições financeiras para fornecer crédito ou capital, a insegurança de pessoas e bens, a continuidade da servidão: condições como estas subsistiam ainda em grande parte do interior rural da Europa. As regiões mais prósperas encontravam-se na França, no interior da Grã-Bretanha, nos Países Baixos, na Renânia, no Norte da Itália e partes da Catalunha e nas cidades comerciais do Sul e Leste da Alemanha e do Império Austríaco. Estes eram os lugares onde uma economia comercial avançada do tipo descrito por Adam Smith em *A Riqueza das Nações* assentara raízes. O crescimento económico era estimulado pelo aumento da especialização e da divisão do trabalho, que por sua vez permitia o aumento da produtividade e do mercado num círculo virtuoso. As melhorias nas técnicas de fabricação e no uso da terra contribuían no mesmo sentido. Além disso, existiam os benefícios derivados do comércio não só intraeuropeu mas também intercontinental. Embora sejam difíceis de medir, os efeitos do comércio de longa distância poderão ter acelerado o progresso para uma sociedade de consumo de massa (fomentando o gosto por produtos tropicais como o açúcar, o café e o chá) e promovido a inovação no *marketing*, na gestão e na recolha e uso de informações

comerciais. No entanto, muitas, se não mesmo a maioria, destas circunstâncias favoráveis também podiam ser encontradas na China. Kiangnan (o delta do Yang-tzé) era uma grande região de manufaturas, produzindo tecido de algodão para «exportar» para o resto da China. Com uma densa população (620 pessoas por km² [43]) de mais de 30 milhões de pessoas, muitas cidades e uma extensa rede de comunicações fluviais ligando-a ao médio e alto Yang-tzé (uma enorme região interior) e ao resto da China (através do Grande Canal), Kiangnan era comparável ao coração comercial da Europa. Poder-se-ia até alegar que como economia de mercado era tão rica e produtiva como o Noroeste da Europa. A produção de têxteis era semelhante (44), enquanto o consumo de bens como o açúcar e o chá talvez fosse maior. A capacidade de invenção técnica era universal. Além disso, a China beneficiava de leis que tornavam a compra e venda de terras mais fácil do que na Europa, e de um mercado de trabalho em que a servidão praticamente desaparecera (ao contrário da Europa). Numa sociedade organizada e bem regulamentada, com baixos níveis de tributação e um Estado que promovia ativamente as boas práticas (normalmente na agricultura), parecia não haver qualquer razão evidente para que o progresso material segundo os critérios de Adam Smith (o que os economistas denominam «crescimento smithiano») não continuasse indefinidamente, numa escala comparável à da Europa.

Noutras regiões da Eurásia, os entraves ao progresso material eram maiores. No Império Otomano e no Irão, não surgiu qualquer região «nuclear» como Kiangnan. Com exceção do Egito (onde grande parte do delta do Nilo ainda estava por drenar), as zonas de cultivo intenso e produtivo eram poucas e esparsas. Vastas regiões da Anatólia e do Irão continuavam a ser o domínio de nómadas. A população era escassa num ambiente relativamente agreste, e por vezes exposta, como no Irão de meados do século, a violentas perturbações. Um carregamento volumoso de mercadorias, exceto nas zonas marítimas, era extremamente difícil. Isso ajudava a proteger os fornecedores locais de artigos manufaturados da concorrência externa. Mas em meados do século XVIII a proximidade da Europa já tinha começado a atrair os territórios otomanos para a troca de produtos agrícolas por importações manufaturadas (45). As exportações de seda do Irão tinham diminuído: este país possuía poucas matérias-primas para exportação, e muito menos manufaturas (46). Na Índia a situação era diferente. A indústria artesanal indiana era altamente produtiva. Talvez 60% das exportações manufaturadas mundiais no século XVIII fossem produzidas na Índia, a fábrica de têxteis do mundo. As musselinas e calicós da Índia tinham imensa procura como artigos de luxo na Europa, enquanto os seus algodões mais baratos eram reexportados para a África Ocidental para serem trocados por escravos (47). Gujarate, Malabar, Coromandel e Bengala eram regiões comerciais com fortes ligações internacionais. A terra cultivável era abundante. No entanto, ao contrário do que acontecia na China e na Europa, a margem de manobra para a construção de uma grande economia integrada estava severamente limitada. Em grande parte do subcontinente, o transporte no interior era dificultado pela ausência de vias navegáveis. As rotas comerciais no Norte da Índia foram gravemente afetadas pelo declínio mogol. É evidente que o comércio e os comerciantes sobreviviam, e provavelmente até prosperavam, mas uma geografia instável de poder político – transferindo a procura e a proteção da elite de um lugar para outro – contrariava o surgimento de um «núcleo» estável (48). A difusão de competências técnicas – elemento crucial no progresso tecnológico – sofria com as restrições de um sistema de castas baseado em ofícios. Um ambiente implacável, bem como a turbulência política que se instalou de modo geral depois de 1750, desencorajavam o investimento de longo prazo. Talvez também seja verdade que a sociedade indiana ao nível dos camponeses e tecelões fosse demasiado independente e móvel para aceitar a «disciplina laboral» imposta, por exemplo, aos operários fabris na Grã-Bretanha.

A pergunta passa a ser: porque é que Kiangnan (e a China) não conseguiu igualar a expansão

económica da Europa e impedir o surgimento de uma economia mundial centrada na Europa? A melhor resposta que temos é que não conseguiu superar as limitações clássicas do crescimento pré-industrial ⁽⁴⁹⁾. No final do século XVIII enfrentava já um aumento acentuado dos custos nos alimentos, combustível e matérias-primas. Uma população cada vez maior e uma economia em expansão competiam pelo produto de uma área agrícola mais ou menos fixa. A procura de alimentos estrangulou o aumento da produção de algodão em rama. Os preços do algodão em rama duplicaram no delta do Yang-tzé entre 1750 e 1800 ⁽⁵⁰⁾. A procura de combustível (na forma de madeira) provocava a desflorestação e a degradação do ambiente. Em teoria, havia forma de escapar a esta armadilha. Kiangnan devia ter ido buscar os seus abastecimentos mais longe. Devia ter reduzido os custos de produção através da mecanização, expandindo o seu mercado e, conseqüentemente, a sua fonte de abastecimentos. Devia ter recorrido ao carvão para satisfazer as suas necessidades de combustível. Na prática, havia poucas hipóteses de mudança deste tipo. A região enfrentava a concorrência de muitos centros no interior onde os alimentos e as matérias-primas eram mais baratos, e que também podiam aproveitar o desenvolvido sistema de transporte fluvial da China. A própria perfeição da economia comercial da China permitia que novos produtores entrassem no mercado com relativa facilidade ao mesmo nível tecnológico. Nestas circunstâncias, a mecanização – mesmo que tecnologicamente prática – pode ter estado condenada à partida. E embora a China possuísse carvão, estava longe de Kiangnan e não podia ser transportado sem custos elevados. Assim, para a China como um todo, o incentivo e os meios para adotar a «via rápida» industrial eram escassos ou inexistentes.

As regiões mais desenvolvidas da Europa não enfrentavam estas limitações. Mesmo excluindo a questão muito debatida de se saber se as instituições comerciais, o fornecimento de crédito e de capital e a disseminação de conhecimentos úteis estavam mais bem organizados do que na China (tornando o progresso tecnológico mais provável), parece evidente que a crescente procura de alimentos, combustíveis e matérias-primas era satisfeita com maior facilidade. A «fronteira de recursos» da Europa não fora fechada. Existiam terras novas (no Sul da Rússia, por exemplo) e os avanços tecnológicos fizeram aumentar a produtividade dos terrenos agrícolas existentes. E onde a procura de combustível era maior, esta podia ser satisfeita através de amplos fornecimentos de carvão. A Europa dispunha também da vantagem adicional do comércio colonial, cujos lucros dependiam em parte do fruto do trabalho escravo. Tinha o seu dote inesperado de terras «livres», sobretudo na América do Norte. Estes dois fatores poderão ter contribuído (mas não de forma decisiva) para que a Europa escapasse ao destino de Kiangnan. O resultado geral foi que o «núcleo» europeu teve mais tempo disponível para aproveitar as oportunidades do progresso técnico e uma oportunidade muito maior de dar o salto tecnológico para o uso da energia a vapor com a sua dependência do carvão.

Se esta divergência tinha começado a ocorrer, como sugerem os factos, por volta de 1800, então a grande revolução estava efetivamente em curso. A história, na realidade, é muito mais dramática. Parte da Europa passava por uma versão intensificada de mudanças económicas. Isso acontecia na Grã-Bretanha, cuja trajetória económica foi bastante mais abrupta do que a das regiões igualmente prósperas da Europa continental. Neste caso, três fatores foram decisivos. Em primeiro lugar, nos oitenta anos depois de 1760 houve uma transferência enorme no emprego da agricultura para a indústria. No início deste período a indústria empregava cerca de 24% da mão de obra masculina; em 1840 o número já subira para 47%. Este deslocamento ocorreu sem aumentar o custo dos produtos agrícolas, a condição fundamental para a expansão industrial. Assim, enquanto em 1760 um trabalhador agrícola podia alimentar um trabalhador industrial, oitenta anos depois já podia alimentar quase três ⁽⁵¹⁾. Em segundo lugar, embora este enorme aumento da mão de obra industrial

(e não um grande aumento da produtividade geral) fosse uma particularidade notável da Revolução Industrial da Grã-Bretanha, não menos terá sido a sua grande concentração na produção de têxteis, sobretudo algodões. Os ganhos de produtividade concentraram-se sobretudo na indústria têxtil. A produção mecânica com recurso às máquinas de fiar de Arkwright (1769) e Crompton (1779), adaptadas à energia hidráulica, permitia que se produzisse fios mais fortes e finos com custos muito menores do que as velhas formas de fiação manual ⁽⁵²⁾, e a indústria transitou, por fases, do trabalho qualificado para o trabalho não-qualificado. O fio era exportado, mas também a matéria-prima para a produção de tecidos, fazendo baixar o custo destes. Em 1801 os artigos de algodão constituíam sozinhos já quase 40% das exportações britânicas; trinta anos depois ultrapassavam os 50%. Surgia assim um vasto e novo mercado externo.

Em terceiro lugar, os britânicos foram pioneiros na utilização da energia a vapor e do carvão à escala industrial. É evidente que o princípio da energia a vapor era conhecido há muito. As máquinas a vapor eram usadas desde o início do século XVIII, mas o seu tamanho e apetite eram gigantescos. Só em 1775, quando Boulton e Watt produziram o seu modelo, é que surgiu uma versão mais eficiente. A energia a vapor e o carvão formavam uma parceria fundamental. As máquinas a vapor retiravam a água das minas, e sem elas a produção de carvão na Grã-Bretanha teria permanecido em níveis de 1700 ⁽⁵³⁾. Com elas aumentou em 1800 para as 11 milhões toneladas ao ano – o equivalente ao uso do aumento anual de madeira de metade da área da Inglaterra. O vapor livrou a Grã-Bretanha das limitações do uso de combustíveis que (como vimos) afligiram a China, e abriu caminho a processos industriais com grandes necessidades de energia. O carvão e o coque foram os meios indispensáveis para aumentar a oferta de ferro-gusa, que mais do que triplicou entre 1788 e 1806 ⁽⁵⁴⁾. O vapor e o ferro juntos produziam mais ferramentas, artefactos e máquinas duradouras do que aqueles que se podia fazer de madeira. Contribuíram para criar uma nova «cultura de engenharia», cujos avanços suplementares ajudaram a transformar o mundo material depois de 1800. A energia a vapor foi também aplicada aos têxteis na última década do século XVIII, na produção de fio, ajudando a fazer baixar ainda mais os seus custos. E nos anos 20 do século seguinte já começava a ser usada para o transporte por água e terra – uma inovação que iria conferir enormes vantagens comerciais e estratégicas aos seus utilizadores.

Estes benefícios da energia a vapor e do carvão representaram um extraordinário aumento da capacidade económica da Grã-Bretanha, que ultrapassava a de qualquer concorrente na Eurásia. Convém salientar, evidentemente, que mesmo em 1830 muitos destes benefícios ainda tinham de ser concretizados. As vantagens de uma economia baseada no vapor e no carvão talvez só se tenham tornado generalizadas na década de 50 do século XIX ⁽⁵⁵⁾. Mas muito antes de 1830, a primeira grande fase da industrialização da Grã-Bretanha já tinha transformado a relação comercial mais importante entre a Europa e a Ásia. O apetite insaciável da Europa pelos algodões indianos, e a competitividade do tecido indiano em mercados terceiros noutros lugares, tinham sido o fator principal do comércio entre o Oriente e o Ocidente desde o século XVII. Mas em 1800 os fabricantes britânicos, duma maneira geral, já tinham substituído grande parte dos produtos indianos no seu próprio mercado interno e ultrapassado a Índia na exportação de calicós, e pouco depois afastariam as variedades mais baratas de outros mercados externos. Ainda mais surpreendente era o facto de em 1817 os tecelões indianos já estarem a importar fio fabricado na Grã-Bretanha, em proporções cada vez maiores. Nos anos 20 a Índia já se havia tornado um importador líquido de algodões ⁽⁵⁶⁾. Com a chegada da tecelagem mecânica depois de 1830, a vantagem da Grã-Bretanha em fios estendeu-se aos tecidos. Em meados da década de 30 os artigos de algodão constituíam já mais de metade das exportações britânicas para a Índia, e a Índia já se havia tornado o segundo maior mercado da Grã-Bretanha para as manufaturas de algodão ⁽⁵⁷⁾. Esta inversão foi espantosa. Ao derrubar a longa

primazia da Índia no mercado mundial dos têxteis, os britânicos podiam levar o seu comércio para qualquer mercado na Ásia cuja porta estivesse aberta. O mercado da Índia tinha sido aberto à força pelo poder imperial britânico. Faltava saber se esse poder também podia ser exercido noutros mercados.

Talvez fosse mais do que uma coincidência que o país europeu que desempenhara o papel mais ativo na colonização da América do Norte, na expansão do tráfico de escravos e na afirmação do domínio europeu na Índia também estivesse na vanguarda da industrialização. Os britânicos tinham conseguido aumentar de forma colossal o seu comércio ultramarino durante o século XVIII – cinco vezes mais (58). A crescente procura de açúcar caribenho transformou as Índias Ocidentais num grande consumidor de manufaturas britânicas e de outros produtos das colónias norte-americanas. Os lucros americanos também eram gastos na Grã-Bretanha, aumentando o volume do comércio atlântico. As exportações britânicas para a América e África aumentaram nove vezes entre 1700 e 1774, ultrapassando o valor das que eram enviadas para a Europa (59). As Caraíbas eram também – e de modo infame – um enorme mercado para mão de obra escrava, e na década de 80 do século XVIII talvez um quarto das exportações britânicas de algodão fosse enviado para África para pagar escravos (60). A importância de tudo isto residia em parte no estímulo que oferecia às redes de crédito e finanças na Grã-Bretanha, sobretudo em Liverpool, que se tornara o principal porto para o comércio das Américas e da África Ocidental. Surgia assim uma rede conveniente para o desenvolvimento de novos comércios baseados em processos industriais: o fornecimento de algodão em rama vinha primeiro das Caraíbas e as manufaturas de algodão eram enviadas para mercados bem estabelecidos. Nenhum obstáculo ou congestionamento impedia o rápido aumento das novas exportações manufaturadas ou das importações de matérias-primas necessárias. A própria dimensão do comércio externo da Grã-Bretanha mesmo antes da industrialização teve outros efeitos importantes. Nenhum governo da Europa se mostrou mais atento às necessidades do comércio e da indústria, mais sensível à necessidade de proteger o sistema financeiro contra a quebra de confiança ou mais disposto a usar o seu poder naval nos interesses do comércio do que o governo britânico. Com exceção da Holanda, nenhum outro Estado tinha uma classe dirigente tão profundamente envolvida em investimentos comerciais ou tão dependente, para o seu rendimento, da expansão comercial. Por fim, existia a ligação indiana.

Vimos antes que uma curiosa hipótese que pode ajudar a explicar a transformação industrial da Europa era o facto de as suas origens estarem numa resposta defensiva ao predomínio mundial da Ásia nas exportações de manufaturas. Em 1700, as chitas e calicós indianos eram já uma grande moda entre os consumidores ingleses. «Vimos as nossas pessoas de classe envergando tapetes indianos», escreveu Daniel Defoe em 1708 (61). As importações de têxteis estampados da Índia eram constantemente banidas para proteger a indústria das lãs, mas a procura era insaciável. A indústria do algodão na Grã-Bretanha começou como uma tentativa de conquistar esse mercado com versões nacionais, importando simples calicós indianos e acrescentando-lhes estampados coloridos. Foi «fruto do comércio da Índia Oriental» (62), e os seus produtos tinham nomes indianos (63). Depois de 1770, as novas máquinas de fiar tornaram os calicós e musselinas de Lancashire competitivos. «O objetivo que eles [os produtores de têxteis] pretendiam», disse o agente londrino de Samuel Oldknow (o grande fabricante de musselinas) a um inquérito governamental, «era (...) estabelecer uma fábrica na Grã-Bretanha que pudesse competir em certa medida com os tecidos de Bengala» (64). Mas um dos resultados das conquistas britânicas na Índia (sobretudo em Bengala) foi uma inundação de algodões importados pela Companhia das Índias Orientais, fazendo descer os preços e ameaçando arruinar a nova indústria interna (65). A concorrência da Índia (e também da Escócia, com a sua mão de obra barata), diz o biógrafo de Oldknow, forneceu «um ímpeto mais forte para a adoção do sistema fabril,

não só na fiação e nos processos de acabamento mas também na tecelagem» (66). Para impedir a entrada dos artigos indianos, as tarifas aduaneiras foram aumentadas três vezes na última década do século XVIII e nove vezes em 1802-19 (67). Com efeito, as importações da Índia diminuíram drasticamente depois de 1802. Assim, naquele que se tornou o principal setor para a penetração europeia no mercado asiático, a imitação, proteção e mecanização tinham sido obrigadas a avançar juntas. Sem a capacidade de excluir artigos competitivos da Índia, e de forçar a abertura do mercado indiano às exportações britânicas, o resultado talvez tivesse sido diferente.

Comparando Culturas

A conquista territorial e a tecnologia industrial foram os aspetos mais evidentes da nova assertividade da Europa perante o resto da Eurásia. Mas este novo desequilíbrio tinha uma terceira dimensão. Foi neste período que os europeus avançaram pela primeira vez a tese de que a sua civilização e cultura eram superiores a todas as outras – não teologicamente (isso já se sabia), mas intelectual e materialmente. Se essa tese era verdadeira é irrelevante. Muito mais importante foi a vontade dos europeus de agir como se ela fosse verdadeira. Essa vontade revelou-se no seu desejo de recolher e classificar o conhecimento que obtinham de outras regiões do mundo. Revelou-se na confiança com que enquadraram esses conhecimentos numa estrutura de pensamento com eles próprios no centro. A anexação intelectual da Eurásia não-europeia antecedeu a imposição do domínio físico. Manifestou-se na ambição, no final do nosso período (mais cedo se incluirmos a invasão francesa do Egito), de «refazer» partes da Afro-Ásia da mesma forma que tinham «feito» no «Novo Mundo». E, em última análise, baseava-se na extraordinária convicção de que só a Europa era capaz de progredir através da história, deixando o resto do mundo num «estado estacionário» à espera da intervenção prometeica da Europa. Mais adiante analisaremos melhor esta «revolução mental». Mas que estava a acontecer noutras regiões da Eurásia?

Na China, entre os anos 50 do século XVIII e os anos 20 do século XIX, não haveria qualquer grande mudança na direção cultural, nenhuma reapreciação drástica do lugar da China no mundo mais vasto e, certamente, nenhuma rejeição do passado cultural. Também não havia qualquer razão evidente para que isso acontecesse. A China era uma sociedade aristocrata rica, próspera e sofisticada (68). O reinado Ch'ien-lung (Qianlong) (1735-96) foi um período de estabilidade política, prosperidade e paz (pelo menos na China propriamente dita). Numa expressão da época, vivia-se uma «Era Florescente». As conquistas na Ásia Central e a vitória final sobre a estepe turbulenta coroaram o sucesso dos Ch'ing na pacificação, reunificação, consolidação e defesa do território chinês. A ameaça permanente do colapso dinástico perante o ataque bárbaro – a grande constante na longa história da China como Estado unificado – fora finalmente eliminada: a confirmação, caso fosse necessária, da superioridade cultural e tecnológica da China nas áreas que mais importavam. Afinal, tratava-se de um triunfo que, em dimensão geográfica e importância geopolítica (embora não em valor económico), igualava o da Europa nas Américas.

Existiam evidentemente tensões sociais e culturais. As derrotas militares contra a Birmânia e o Vietname, os sinais de uma crescente corrupção burocrática e os levantamentos populares milenaristas como o movimento do Lótus Branco, apontavam para o início do declínio dinástico e para o enfraquecimento gradual do «mandato dos céus» que, julgava-se, sustentava a legitimidade dinástica (69). Mas a tradição confuciana permanecia extremamente forte. A sua premissa fundamental sustentava que obem-estar social era maximizado com o governo de burocratas-letrados imbuídos das doutrinas paternalistas e hierárquicas de K'ung-fu-tzu [Confúcio]. A síntese confuciana, com os

seus elementos taoístas (que ensinavam a necessidade da simplicidade material e da harmonia com o mundo natural), não enfrentavam qualquer importante desafio intelectual. A religião na China desempenhava um papel bastante diferente do da sua congénere na Europa. Embora o taoísmo «puro» tivesse alguma influência intelectual e as suas crenças místicas atraíssem seguidores entre o povo, não tinha qualquer prestígio público e era olhado com desconfiança pela burocracia confuciana. As crenças «salvacionistas» eram oficialmente reprovadas pelo Estado ⁽⁷⁰⁾. O budismo era praticado sobretudo no Tibete e na Mongólia. Os imperadores tinham o cuidado de lhe mostrar respeito, por deferência para com as elites budistas assimiladas no seu sistema de governo. Na China propriamente dita, era marginalizado. Os monges budistas, como os sacerdotes taoístas, eram vistos como inoportunos e radicais ⁽⁷¹⁾.

A burocracia erudita, e a nobreza instruída na qual era recrutada, não enfrentavam por isso qualquer concorrência de um clero organizado. Nenhum desafio foi lançado do seio da elite social pelos adeptos do fervor religioso. A erudição clássica dos burocratas não se sentia ameaçada por novas formas de conhecimento «científico». Por razões que os historiadores têm debatido exaustivamente, a tradição da experimentação científica vinha definhando, talvez já desde 1400. Uma das razões pode ter estado na notável ausência no pensamento confuciano de um «legislador celestial» – um deus que prescrevera as leis da natureza ⁽⁷²⁾. Na Europa, a crença em semelhante figura providencial e a busca dos seus objetivos e grandioso desígnio tinham sido um (talvez o) motivo central para a investigação científica. Mas a hipótese fundamental de que o universo era governado por um sistema coerente de leis físicas que podiam ser verificadas empiricamente não existia na China. Até mesmo o movimento erudito *kaozheng*, que no século XVIII realçara a importância de recolher dados empíricos em vários campos científicos e técnicos, rejeitava «a noção de um universo legal, uniforme e matematicamente previsível» ⁽⁷³⁾. Este movimento devia ser visto como parte da longa tradição de crítica e comentário sobre o saber «clássico» e não como um ataque aos seus pressupostos.

Tudo isto não quer dizer que não existisse debate intelectual na China. A elite letrada existia para escrever. O sistema administrativo dependia de um fluxo de relatórios e inquéritos, compilados, transmitidos e depois arquivados. Os literatos escreviam teses e ensaios sobre assuntos de interesse público para atrair mecenas poderosos e promover as suas carreiras. Os eruditos confucianos eram particularmente numerosos na região rica e urbanizada do delta de Yang-tzé (Kiangnan), considerada há muito um foco de sentimento antimanchu. A partir desta região circularam críticas à dispendiosa campanha do imperador para conquistar o Turquestão na década de 50 do século XVIII. Mas o debate era limitado pela natureza do sistema político da China. Ao contrário do que acontecia na Europa, não existiam «espaços vazios» no tabuleiro de xadrez político onde um dissidente intelectual pudesse esperar encontrar refúgio. A oposição pública à autoridade do imperador era perigosa. Um escritor suspeito de fomentar a rebelião não podia esperar qualquer perdão ⁽⁷⁴⁾. Afinal, viviam num rajado manchu, onde os cargos mais importantes do poder civil e militar estavam cuidadosamente reservados à minoria manchu. Os manchus viviam separadamente em bairros especiais nas cidades; eram desencorajados a unir-se por casamento à maioria Han; e foram feitos esforços enérgicos para preservar a sua língua e literatura. Dir-se-ia até que os grandes sucessos imperiais dos meados do século XVIII serviram para reforçar o carácter manchu do regime dinástico. O seu vasto domínio da Ásia Interior fazia do imperador mais do que um governante confuciano: a sua pretensão era ser um monarca universal ⁽⁷⁵⁾. O efeito pode ter sido o fortalecimento do conservadorismo da cultura confuciana. Quaisquer que fossem os seus agravos, para os defensores nobres e letrados da tradição clássica o mundo parecia mais seguro do que em qualquer época anterior. A «armadilha do equilíbrio de alto nível» (a situação é demasiado boa para justificar a mudança), que explica duma maneira tão

plausível o conservadorismo técnico da vida económica, tinha o seu equivalente cultural. As influências de fora não eram excluídas. No entanto, como no caso dos cartógrafos jesuítas da corte, eram ordenadamente adaptadas a uma visão monocêntrica do mundo. Aversão oficial dos mapas dos jesuítas excluía as linhas de latitude e longitude, para preservar a imagem de um mundo centrado na China ⁽⁷⁶⁾. Os conhecimentos oficiais da geografia europeia depois de 1800 continuavam a ser ridiculamente incorretos ⁽⁷⁷⁾. Era um paradoxo interessante que na véspera da chegada em força dos europeus às costas da Ásia Oriental os intelectuais chineses vissem menos razões que nunca para se preocuparem com a influência da sua cultura sobre o mundo exterior ou com a previsão do seu impacto no seu próprio universo moral. Quando Lord Macartney visitou a China em 1793, esperando convencer o imperador Ch'ien-lung a permitir relações diplomáticas com Grã-Bretanha, os chineses rejeitaram a sua proposta sem rodeios. Os presentes e dispositivos que ele levava, esperando impressionar a corte com a capacidade de invenção britânica, foram rejeitados como brinquedos e ninharias sem qualquer valor. «Não dou qualquer valor a objetos estranhos e engenhosos», dizia a mensagem do imperador ao rei Jorge III, «e não vejo qualquer utilidade para as manufaturas do seu país» ⁽⁷⁸⁾.

Nas terras islâmicas, havia menos razões para a autoconfiança cultural depois de 1750. Politicamente, o Islão parecia estar cercado. Os impérios otomano e iraniano tinham sofrido derrotas militares e perdas de território, sobretudo às mãos da Rússia. O Egito fora ocupado pelos franceses em 1798, até estes serem expulsos pelos britânicos. O Império Mogol tornara-se uma carcaça vazia depois de 1760. A Bengala muçulmana tornou-se uma província britânica. Os governantes muçulmanos de Mysore foram subjugados pelos britânicos em 1799. Na Ásia Central, o poder chinês controlava os muçulmanos de Sinkiang. No Sudeste Asiático, a invasão britânica de Java em 1811 abriu caminho ao restabelecimento do poder colonial holandês (quando a colónia foi devolvida) sobre os Estados muçulmanos do interior javanês. O mundo islâmico parecia estar a sofrer o impacto do imperialismo dos dois extremos da Eurásia.

O maior Estado islâmico era também o mais exposto ao imperialismo, expansão comercial e influência cultural da Europa. Os altos funcionários otomanos e os ulemás – a classe erudita que incluía os imãs ou oradores e os intérpretes letrados da lei e teologia islâmicas – mostraram-se alarmados com os prenúncios de declínio imperial revelados pela derrota na guerra russo-turca de 1768-74 ⁽⁷⁹⁾. Especialistas europeus, como o barão de Tott (engenheiro militar e autor de umas divertidas *Memórias*), já tinham começado a ser contratados para fortalecer as defesas otomanas e treinar o exército em métodos europeus. Os escritores otomanos começaram a prestar mais atenção à política europeia e aos recursos militares das potências europeias. Foram traduzidos alguns livros europeus sobre geografia e assuntos militares, e alguns dos muito poucos viajantes muçulmanos redigiam os seus itinerários para o governo otomano. Não se sabe ao certo o impacto que isto poderá ter causado. Poucos estudiosos muçulmanos sabiam línguas europeias – talvez nenhum antes do século XVIII ⁽⁸⁰⁾. Havia poucas informações atualizadas sobre os assuntos europeus ⁽⁸¹⁾. Na realidade, a vida cultural dos muçulmanos otomanos no final do século XVIII parecia de um modo geral insensível à turbulência no Ocidente. O legado intelectual do islamismo clássico continuava a ser extremamente forte, estando profundamente arreigado na teologia e na lei, os principais interesses da classe erudita. Isto aplicava-se sobretudo à cultura literária, e refletia-se também na continuidade dos motivos indígenas na arquitetura e *design* ⁽⁸²⁾.

Tudo isto podia ser entendido como um sinal de «decadência»: o facto de uma tradição outrora dinâmica não conseguir responder ao desafio intelectual representado pela agressividade da Europa.

Mas essa seria uma avaliação superficial. O assalto geopolítico da Europa foi súbito e violento. Mas a natureza mais profunda da «ameaça» europeia só muito lentamente foi desvendada, e o seu «sentido» dificilmente poderia ser compreendido pelos próprios europeus, e muito menos por observadores muçulmanos olhando de fora. Com a vantagem da retrospectiva, muitos historiadores lamentam que o Império Otomano, como outras sociedades muçulmanas, tenha sido muito lento a adotar o modelo cultural dos seus rivais europeus: a ideia e espírito do Estado-nação; a ética do liberalismo; e a mentalidade «tecnicista» de uma economia industrializadora. Na realidade, adotar esses dogmas – ainda profundamente controversos entre os próprios europeus – ter-se-ia afigurado aos pensadores muçulmanos não só um salto no escuro mas também o caminho mais certo para a autodestruição. O colapso interno teria acelerado a ação do assalto externo. Parecia muito mais prudente prosseguir a prática antiga de aproveitar gradualmente os conhecimentos europeus, adaptando técnicas estrangeiras às necessidades otomanas ou iranianas – como tinham feito os governantes safávidas e mogóis no seu tempo.

É fácil perceber porque é que devia ter sido assim. A vida cultural do Islão (no Império Otomano e mais além) era notavelmente cosmopolita. Um homem instruído podia buscar a sua fortuna em qualquer lugar entre os Balcãs e Bengala. O historiador ‘Abd al-Latif (1758-1806), nascido em Shustar, a norte do golfo Pérsico, foi educado por eruditos no Irão. Mas a esperança de promoção levou-o à Índia, onde o seu irmão já trabalhava como médico em Awadh. Aí tornou-se o *vakil* (agente) do governante de Hyderabad para o governo da Companhia em Calcutá. A sua visão da história indiana era islâmica e não «indiana» ⁽⁸³⁾. Para a intelectualidade islâmica, a noção de patriotismo territorial ou de lealdade a uma «pátria» otomana, iraniana ou mogol era profundamente estranha. O Estado-nação como único foco de lealdade simplesmente não fazia qualquer sentido. No Império Otomano, os muçulmanos (como os cristãos e os judeus) construíam a sua identidade a partir das suas escrituras e religião, não da sua língua ou de um conceito de raça ⁽⁸⁴⁾. Os muçulmanos tinham lugar de destaque num império heterogéneo, como seus soldados, funcionários públicos, advogados e proprietários rurais. Um Estado-nação muçulmano, um território habitado apenas ou sobretudo por muçulmanos otomanos, teria significado o fim do império – na realidade, só se tornou possível com o fim do império em 1918. Aos guardiões da cultura também não agradava a ideia de um Estado mais forte em que isso significasse aumentar o poder do governante. Num regime islâmico existia sempre um conflito entre o papel dos ulemás como intérpretes da lei e o dever do governante de a fazer cumprir e defender. As «reformas» que transferissem o peso da autoridade no sentido do governante eram consideradas suspeitas. Deste ponto de vista, o *nizam-i jadid* – o «novo exército» criado segundo o modelo europeu pelo sultão Selim III (r. 1789-1807) – parecia mais uma arma contra os seus opositores internos do que contra o agressor externo. Uma *fatwa* lançada pelo *sheikh ul-Islam* (decano dos ulemás) a condenar o novo exército incentivou a deposição do sultão em 1807. No Irão, onde os ulemás evocavam a sua preeminência jurídica no regime safávida (1501-1722) e consideravam os xás Qajar depois de c. 1790 uns arrivistas ilegítimos, esse sentimento era ainda mais forte ⁽⁸⁵⁾. Abbas Mirza, o príncipe herdeiro, que também instituiu um *nizam-i jadid*, foi obrigado a aprender disciplina militar em segredo. Ele não era digno de suceder ao trono, diziam os seus oponentes ulemás, «porque se tornou um Farengi [*i.e.* franco ou cristão] e calça botas de Farengi» ⁽⁸⁶⁾.

Mesmo que a natureza da «divergência» da Europa tivesse sido mais bem compreendida na altura, e as elites «reformistas» tivessem exercido maior influência, existiam vários obstáculos a uma mudança radical. Não existia qualquer «opinião pública» secular cujo apoio pudesse ser mobilizado. O ensino e a cultura encontravam-se amplamente descentralizados nas muitas madrassas presididas pelos eruditos. Fora da classe erudita, os níveis de literacia eram baixos. Uma máquina de impressão

(em arábico) fora introduzida no Império Otomano nos anos 20 do século XVIII, mas depois proibida até à década de 80 do mesmo século. O primeiro jornal no império só apareceu em 1828, e foi publicado no Cairo, então a capital de um vice-reino autónomo. Como muito poucos muçulmanos tinham viajado pela Europa ou dominavam as línguas europeias, os governantes otomanos e iranianos contavam muitas vezes com agentes recrutados entre as suas minorias cristãs, gregas ou arménias para tratar com os Estados europeus. Uma vez que as suas comunidades podiam beneficiar de maior influência europeia e do uso mais generalizado de métodos europeus, a lealdade destes agentes não podia estar acima de suspeita. Nestas circunstâncias, era muito mais provável que os muçulmanos, assustados com os acontecimentos da época, procurassem orientação no seio da tradição islâmica. Os que faziam o *haj* (a peregrinação a Meca) regressavam às suas terras para exigir uma maior obediência ao Islão ou para distribuir os textos dos mestres que tinham conhecido⁽⁸⁷⁾. O movimento wahhabi na península arábica (cujos seguidores conquistaram Meca e Medina em 1803-1805) representava a extrema rejeição de toda a influência não-corânica, fonte de corrupção e do mal. Os seus adeptos militavam em lugares tão distantes como Java. As irmandades sufis, com os seus rituais místicos, santos padroeiros, relíquias e amuletos, eram a principal manifestação da religiosidade popular. Olhadas com inveja pela elite dos ulemás, não podiam no entanto ser ignoradas como potencial veículo para o enorme descontentamento popular com o rumo das mudanças⁽⁸⁸⁾. Mesmo observadores tão sofisticados como os historiadores-eruditos da Índia do final do século XVIII explicavam a derrota muçulmana às mãos dos europeus como um insucesso *moral* de governantes decadentes. Restaurar o Estado com base na chariá continuava a ser o seu ideal comum⁽⁸⁹⁾. O facto de os muçulmanos experimentarem métodos europeus no meio do choque da invasão também não ajudava. O grande historiador egípcio da fase final do domínio otomano, al-Jabarti (1753/4-1825), ficou profundamente impressionado com a velocidade e eficiência do regime de ocupação francês, mas revoltado com a sua brutalidade e ateísmo. Este regime «estabeleceu (...) uma base de impiedade», escreveu, «um baluarte de injustiça e de toda a espécie de malignas inovações»⁽⁹⁰⁾. A indignação, e não a curiosidade, era o sentimento dominante.

É evidente que não devíamos subestimar completamente a capacidade das sociedades muçulmanas para reorganizar as suas defesas contra a intromissão europeia ou adotar novas ideias. Em 1826, no auge da revolta grega, o sultão otomano Mahmud II aboliu os janízaros, o corpo militar tradicional cuja aliança com os ulemás destruíra o seu antecessor. Foi então levada a cabo uma série de reformas com a anuência, senão mesmo a bênção, do ulemá principal, incluindo a proibição do turbante, a favor do fez. Mas antes de 1840 o incentivo para a reforma cultural e intelectual era relativamente fraco – talvez por causa da demora em perceber o desafio radical que a Europa então representava. Também não devíamos imaginar que o próprio Islão entrara num declínio generalizado. Na África Ocidental, por exemplo, o final do século XVIII foi uma época de avanços triunfantes. Os senhores da guerra muçulmanos e as irmandades sufis alargaram a fronteira do domínio e da religião. O momento foi crucial. Quando Uthman dan Fodio fundou o seu Estado jihadista de Sokoto (na atual Nigéria) entre 1786 e 1817, ele e os seus homólogos no Sudão Ocidental (atual Mali) ergueram uma barreira contra os missionários cristãos que estavam prestes a chegar, e contra o colonialismo ocidental que veio depois⁽⁹¹⁾.

*

Os mundos culturais da China e das terras islâmicas, apesar das suas diferenças, tinham várias características em comum. Não eram estacionários nem «decadentes». Os intelectuais debatiam. Os

arquitetos projetavam. Os artistas pintavam. Os poetas meditavam. Os cidadãos procuravam entretenimento. Os estudantes buscavam o conhecimento. Os advogados e os médicos eram formados. Os ricos desejavam objetos de consumo ostentatórios. As mudanças sociais ou económicas provocavam ansiedades morais ou religiosas. As revelações divinas ou profecias milenaristas desafiavam a ortodoxia intelectual. Os mundos em que o sufismo, o wahhabismo ou o movimento do Lótus Branco podiam prosperar não estavam parados. Mas três grandes constantes pareciam enquadrar este panorama. Em primeiro lugar, tanto no mundo islâmico como na China, as civilizações clássicas e literárias eram preponderantes. A submissão aos seus preceitos estéticos e éticos continuava a ser a base da vida cultural. Explicar como o conhecimento do mundo natural confirmava as suas verdades metafísicas era a verdadeira prova de engenho intelectual. Em segundo lugar, nesses dois mundos a autoridade cultural e intelectual estava fortemente concentrada nas elites letradas, cuja posição privilegiada era eficazmente sustentada pelo poder político. A dissidência aberta com a ortodoxia intelectual ou religiosa era por isso limitada. Em terceiro lugar, com algumas exceções triviais, os dois revelavam em geral pouco interesse pela Europa (e um pelo outro) e pelo Mundo Exterior além da Eurásia.

A singularidade da Europa não deve ser exagerada. Os europeus também eram culturalmente introvertidos e estavam profundamente absortos nos seus próprios assuntos religiosos e intelectuais. Continuavam na sua maioria agarrados às suas crenças religiosas e profundamente intolerantes com as crenças dos outros. As corporações clericais (Igrejas) tinham à sua disposição grande riqueza e controlavam a educação. A Igreja e o Estado funcionavam como gémeos siameses. Para a maioria dos europeus parecia perfeitamente óbvio que um não podia sobreviver sem o outro. As elites eclesiásticas governavam com as seculares, e os monarcas eram legitimados pelos encantamentos dos clérigos. A ciência e a religião não eram ainda os inimigos declarados que pareceram tornar-se no século XX. Isaac Newton, cuja física abalara os meios intelectuais, julgava que o mundo natural era regulado por Deus, cujas intervenções ajustavam as imperfeições da natureza. Para a maioria dos pensadores europeus, a ordem natural era fixa: a adaptação (no sentido que Charles Darwin lhe deu) era inimaginável ou desnecessária. O mesmo se poderia dizer do regime socioeconómico. O impacto das mudanças tecnológicas e industriais inquietou apenas levemente os grandes cérebros do Século das Luzes. Estes pareciam tão inclinados a acreditar num processo cíclico de avanços e recuos como na marcha do progresso. Afinal viviam num mundo em que a servidão prevalecia ainda sobre grandes partes da Europa, em que os direitos políticos eram rigorosamente limitados e em que os Estados mais ricos eram os agentes mais acérrimos do tráfico de escravos e da escravatura.

Não obstante, na década de 50 do século XVIII a Europa já se havia lançado numa trajetória cultural nitidamente diferente da das outras regiões da Eurásia. No seio da elite intelectual, a dúvida religiosa podia ser declarada abertamente. O «ceticismo corrosivo» de Pierre Bayle (1647-1706)⁽⁹²⁾ e a ridicularização da crença cristã nos milagres por David Hume surtiram pouco efeito sobre as atitudes populares. A adesão ao cristianismo (nas suas várias versões) continuava a ser condição da aceitação social. No entanto, a crença religiosa tornava-se gradualmente uma questão de opinião, que devia ser sustentada através da argumentação e não imposta pelo governo. Depois de 1750, uma série de publicações revelaria a importância com que o desafio da descrença era tido pelos homens da igreja. Em França foram publicados 90 livros num único ano (1770) a defender o cristianismo.⁽⁹³⁾

Esta tolerância do ceticismo refletia uma mudança mais profunda nos pressupostos culturais. O êxito do *Ensaio Sobre o Entendimento Humano* (1690), de John Locke, na Europa Ocidental confirmou a enorme atração intelectual da psicologia e filosofia individualistas do autor. Numa afirmação famosa, Locke rejeitava a noção de que os seres humanos compreendiam o mundo natural através de «ideias inatas» implantadas por Deus. Na sua opinião, os homens contavam com

«impressões sensoriais» para construir uma imagem do mundo e com a razão para organizar as suas impressões num padrão coerente⁽⁹⁴⁾. Era o dever dos homens, dizia Locke, não aceitar verdades que entrassem em contradição com a razão e a experiência – um hábito intelectual que a educação devia fomentar⁽⁹⁵⁾. Eles não deviam aceitar irrefletidamente crenças herdadas do passado, e podiam descobrir novas verdades através da experiência. No fundo, Locke estava convencido do valor da «experiência racional e regular», a prática na qual o meio intelectual em que passou grande parte da vida estava profundamente empenhada. Em meados do século XVIII, esta prática já se tornara uma atividade central da cultura europeia. A observação minuciosa do mundo natural para verificar empiricamente as «leis da natureza» tornou-se um hábito intelectual, um passatempo da moda entre os instruídos. Isso não quer dizer que as narrativas religiosas da criação tivessem perdido toda a sua força. Grande parte da investigação científica pressupunha o papel de um criador divino e a necessidade de explicar o desígnio providencial. Mas até as teorias criacionistas precisavam de atualização constante para se conciliar com os resultados da observação. O prestígio oracular do conhecimento «clássico» fora demolido de vez.

Ao ceticismo e à experiência podemos acrescentar uma terceira peculiaridade: a atitude europeia para com o tempo e o espaço. Uma enorme curiosidade sobre o resto do mundo fora uma característica bem desenvolvida da cultura europeia desde a Baixa Idade Média. Talvez resultasse da sensação generalizada de que a Europa se situava no extremo do mundo e não no seu centro. As viagens oceânicas depois de 1400 e as notícias que traziam produziram um aumento enorme da literatura que refletia essa curiosidade. Os interesses práticos dos comerciantes e colonizadores fizeram aumentar a procura de dados geográficos, enquanto a controvérsia comercial (por exemplo, sobre a sensatez de exportar ouro e prata) dava às informações seguras sobre o comércio asiático e africano um valor atual. Os mapas e a cartografia assumiram uma importância crescente, intelectualmente, comercialmente mas também estrategicamente. Em meados do século XVIII a recolha sistemática de dados geográficos era já uma grande preocupação do pensamento europeu. A viagem «científica», com a observação minuciosa de fenómenos humanos e naturais, adquiriu um prestígio enorme. A sensação causada pelos relatórios de Cook sobre o Pacífico Sul, a fundação da African Institution (em 1788) para promover a exploração do continente africano, a extravagante dimensão do projeto de Napoleão para a «Descrição do Egito» (em 1798) e o impacto intelectual do relato de von Humboldt das suas viagens pela América do Sul (1799-1804) mostravam até que ponto a construção de uma visão do mundo «global» se instalara na imaginação europeia. Como veremos adiante, este fascínio com o espaço pode ter ajudado a produzir uma nova visão do tempo.

A «grande divergência» entre a cultura europeia e a cultura da maior parte do resto da Eurásia, portanto, já começava a fazer-se sentir em meados do século XVIII. O que normalmente designamos por «Iluminismo» europeu foi um movimento intelectual cujas raízes remontavam ao século XVII⁽⁹⁶⁾. A sua característica fundamental foi o colapso gradual do monopólio escolástico sobre o saber «clássico» que continuava a ser tão imensamente poderoso nas culturas islâmica e confuciana. A razão por que isso aconteceu na Europa é um quebra-cabeças histórico de mil peças. A divisão da Europa em Estados soberanos, o aumento de línguas nacionais impressas, o persistente cisma religioso, a chegada «tardia» do Renascimento europeu e o aumento de um «público leitor» (produto em parte do debate religioso) podem ter criado as condições em que o predomínio intelectual de uma elite letrada unida se tornava impossível. A estas poderíamos acrescentar outra grande diferença na história europeia. Os europeus foram os únicos a adquirir um «Novo Mundo». A medida em que isso alterou o sentido do desenvolvimento económico da Europa continua a ser um ponto de debate. Mas o impacto das Américas na mente europeia é com certeza difícil de exagerar. O Novo Mundo representava um enorme desafio intelectual. Não se tratava apenas de uma questão de adquirir e

organizar um enorme banco de dados como pré-requisito para o comércio e o domínio territorial. Foi nas Américas que os europeus descobriram a sua capacidade de impor mudanças radicais a outras sociedades – através da escravização, expropriação, conversão, migração e exploração económica. Foi aí que viram os impactos devastadores que uma cultura ou povo podem exercer nos outros – um impacto sem igual noutras regiões da Eurásia. Foi aí, sobretudo, que encontraram povos que viviam no que parecia uma época anterior, seguindo modos de vida que, sugeria a conjectura, podiam outrora ter prevalecido na Europa. «No princípio», escreveu Locke, «o mundo inteiro era a América»⁽⁹⁷⁾. O resultado foi um grande prolongamento do passado histórico (muito além dos limites da criação bíblica) e um novo modo de estudo especulativo das fases por que a sociedade europeia deve ter passado para chegar à sua forma atual⁽⁹⁸⁾.

A América revolucionou o sentido de tempo europeu. Incentivou os europeus a construir um contexto histórico no qual pudessem enquadrar os Estados e povos do resto do mundo. Ajudou a promover uma história hipotética do progresso em que Europa atingira o nível mais elevado. No final do século XVIII, essa ideia do lugar cimeiro da Europa numa ordem mundial foi reforçada por três ideias extremamente influentes. A primeira era a virtude do comércio como agente civilizador, na qual insistiram Hume e os escritores do Iluminismo escocês⁽⁹⁹⁾. Em *A Riqueza das Nações* (1776), Adam Smith defendia a liberdade comercial como o caminho mais certo para o progresso material, e a ideia de um comércio sem entraves como meio para a harmonia mundial foi adotada por Immanuel Kant na sua *Paz Perpétua* (1798)⁽¹⁰⁰⁾. Daí a afirmar (como os partidários vitorianos da livre troca) que a Europa devia conduzir o resto do mundo ao comércio livre universal, e a encarar o próprio mundo como um vasto mercado único, foi um pequeno passo. A segunda ideia era a extraordinária convicção dos pensadores do Iluminismo de que as instituições humanas e até mesmo o comportamento humano podiam ser reconstruídos segundo critérios «racionais». Ninguém levou isto mais longe do que o filósofo inglês Jeremy Bentham, cujo cálculo utilitário (a maior felicidade para o maior número de pessoas) forneceu uma bitola segundo a qual as leis e instituições em qualquer lugar do mundo podiam ser avaliadas⁽¹⁰¹⁾. Munido desse cálculo, o legislador esclarecido (da Europa) podia conceber leis mais justas do que os locais mergulhados nas trevas da ignorância, da superstição e de preconceitos antiquados. Para o seu discípulo James Mill, a história da Índia mostrava que «os costumes, instituições e feitos dos hindus têm estado parados há muitos anos» (desde cerca de 300 a.C., aventou)⁽¹⁰²⁾, uma acusação brutal que ele estendia à China⁽¹⁰³⁾. A intervenção prometeica da Europa oferecia a única esperança de um retomar do progresso. A terceira ideia era igualmente desconcertante. No final do século, a convicção de que recaía sobre as sociedades cristãs da Europa uma obrigação urgente de levar o seu evangelho a todo o mundo já estava profundamente arraigada. A força deste impulso evangelizador foi particularmente significativa na Grã-Bretanha protestante, o mais rico e forte dos Estados marítimos europeus, e que em 1815 era já a potência marítima dominante em todo o Sul da Ásia.

A segunda metade do século XVIII assistiu assim à consolidação de uma nova e extraordinária visão do lugar da Europa no mundo. O sentido dos limites e peculiaridades da civilização europeia típico da Época do Equilíbrio fora substituído por uma convicção de que as crenças e instituições da Europa possuíam uma validade universal. Este argumento confiante ia buscar a sua força à expansão do domínio, comércio e influência europeus, notavelmente simbolizado na conquista da Índia. Baseava-se na convicção de que o pensamento europeu explicara todas as fases da história, e de que a ciência europeia podia fornecer – sistematicamente – todos os dados necessários para compreender o mundo como um todo. Estavam assim reunidos os ingredientes essenciais para uma nova mentalidade de predomínio mundial.

Perspetivas

Podemos agora abordar o padrão da Revolução Eurasiática nas suas três dimensões. Podemos perceber que ela provocou uma grande reorganização nas relações dos Estados, que acabou por conduzir à época do «império onde o sol nunca se põe» e a uma hegemonia europeia aparentemente invencível. Isso ainda não tinha acontecido em 1830. No entanto, as imensas e novas testas de ponte que os europeus e os «neo-europeus» tinham estabelecido, e o padrão imprevisível dos seus conflitos e conquistas, já haviam produzido dois importantes resultados. O primeiro foi a abertura à força do interior norte-americano, cuja rápida ocupação pelos (neo-)europeus e seus escravos levou a uma enorme extensão da economia europeia em meados do século XIX. O segundo adveio do impacto, intrinsecamente associado ao primeiro, das guerras na Europa e das guerras no Sul da Ásia. Esse impacto destruiu o antigo sistema de impérios mercantis que tinha feito subir os custos e travado o crescimento do comércio da Europa com a Ásia. Com os britânicos no comando do caminho marítimo para a Índia, Sudeste Asiático e China, pondo fim à longa fase de conflito marítimo no oceano Índico, chegou uma nova vaga de aventureiros esperançosos para tentar a sua sorte na promoção do comércio, do cristianismo e da colonização no mundo a leste do Suez. A época do «comércio livre» estava prestes a começar.

Uma das razões deste movimento foi o misterioso dinamismo das economias europeias, sobretudo a da Grã-Bretanha, e a vantagem que isso lhes conferia em termos comerciais e tecnológicos. A substituição dos produtores asiáticos nos seus mercados de exportação, e depois à sua própria porta (quando os britânicos começaram a vender o seu fio na Índia), relegou os antigos rivais da manufatura britânica para a condição mais modesta de fornecedores de matérias-primas – embora nem todos ao mesmo tempo, e nunca completamente. As mudanças tecnológicas, sobretudo na energia a vapor e nos processos de alta energia, começaram a conferir todo um conjunto de vantagens: facilitando o acesso a regiões no interior (eliminando a antiga segurança dos «não-Estados» marítimos); acelerando as deslocações (sobretudo de tropas); e transmitindo informações. Na década de 40 do século XIX, os países que não possuísem estas novas tecnologias de comunicações não podiam esperar competir com o exercício de poder de longo alcance daqueles que a possuíam. O resultado seria ficar constantemente na defensiva: cercados estrategicamente, da mesma forma que o novo padrão de comércio tinha começado a cercá-los economicamente.

Na realidade, a transformação em curso podia ser resumida de forma rápida e simples como a ocupação gradual pela Europa de um «lugar central» imaginário a partir do qual a diplomacia e o comércio do resto do mundo podiam ser intervencionados e moldados de forma conveniente. As grandes «autoestradas» das trocas internacionais (de bens, ideias e pessoas) ficaram sob a vigilância de organizações europeias – como a marinha britânica. Na última secção vimos como esta sensação inebriante de estar no centro das coisas – a principal fonte de energia cultural, a sede principal do conhecimento, o entreposto do comércio mundial e (para os evangélicos) o grande depósito da verdade – se tornara quase um dado adquirido no pensamento europeu no final do século XVIII. Nem mesmo a China conseguia preservar a sua aura de mistério. «O Império da China», escreveu Lord Macartney no final da sua malograda missão em 1794, «é um velho e louco couraçado de primeira ordem que uma sucessão feliz de oficiais capazes e vigilantes tem conseguido manter à tona durante estes últimos cento e cinquenta anos, intimidando os seus vizinhos apenas através do tamanho e aparência». Mas com homens menores ao leme o seu destino seria esmagar-se contra a costa (¹⁰⁴).

Como explicar esta grande mudança no equilíbrio da Eurásia – e, conseqüentemente, do mundo? Teria alguma causa global decidido os destinos da Eurásia Ocidental (e do seu apêndice norte-

americano) e do resto da «ilha mundial»? Poder-se-ia citar, plausivelmente, a expansão do comércio como fator crítico. Não só o comércio de longa distância mas o aumento da atividade comercial em toda a Eurásia do século XVIII, resultante da divisão do trabalho, da especialização e do alargamento do mercado. A comercialização era um fenómeno político e cultural, mas também económico. Perturbava hábitos antigos, promovia novos gostos, criava novos descontentes, enfraquecia antigos governantes e promovia novos interesses. Criava tensões no tecido social. Era uma fonte de inquietação mas também de complacência, sobretudo, talvez, nos Estados mais ricos. O desagrado com a nova riqueza e as suas origens duvidosas criou um novo clima moral na Grã-Bretanha do final do período hanoveriano, em que o tráfico de escravos (que atingiu o seu auge nos anos 80 do século XVIII) era alvo de ataques cada vez mais violentos, tanto dos conservadores como dos radicais⁽¹⁰⁵⁾.

Segundo esta tese, o que realmente importava era que algumas zonas da Eurásia eram mais eficientes do que outras a adaptar-se às exigências da comercialização e a aproveitar os seus benefícios. Na verdade, a questão crucial para a sobrevivência e coesão dos Estados e sociedades pode ser descrita de forma mais precisa. Era saber se os seus governantes eram capazes de controlar os novos fluxos de riqueza para reforçar o poder do Estado contra o ataque externo. Quatro casos diferentes poderão mostrar como é que isso funcionava. No Noroeste da Europa, os governos britânicos foram capazes, através da utilização implacável do poder marítimo e da regulação comercial, de sufocar a concorrência holandesa no comércio atlântico e de tributar a nova riqueza da Grã-Bretanha para financiar os custos da guerra globalizada. Na Eurásia Central, o Império Otomano rejeitou as doutrinas mercantilistas preferidas na Grã-Bretanha, permitindo que o transporte marítimo e o comércio (e as receitas que estes garantiam) caíssem nas mãos de comerciantes estrangeiros e dos cristãos «levantinos», que conseguiam «proteção» estrangeira. Os recursos fiscais para financiar um Estado mais forte necessários nos anos 80 do século XVIII eram por isso inexistentes. Na Índia, havia dois lugares diferentes onde poderiam ter prosperado Estados mercantilistas. O primeiro era Bengala, mas este desmoronou-se na crise de 1756-1757 e tornou-se uma colónia económica da Companhia das Índias Orientais. O segundo era Mysore, cujos líderes políticos eram muito mais astutos. Os britânicos precisaram de trinta anos e três guerras para o subjugar completamente. No último caso, a Ásia Oriental, o resultado ainda estava em aberto no final da década de 30 do século XIX. Porque aí, com muito maior sucesso do que em qualquer outro lugar fora da Europa, os governantes (da China e do Japão) tinham mantido o seu domínio sobre o comércio externo. O que parecia muito mais incerto era se o seu controlo das fontes de riqueza interna iria permitir às cortes em Edo e Pequim manter a sua guarda contra a intromissão ocidental.

Apesar de tudo, os Estados não-europeus não tinham ainda perdido todo o espaço de manobra. O Império Otomano passou por uma terrível crise nos anos 30 do século XIX, e esteve prestes a desintegrar-se em 1833 e 1839. Nas duas ocasiões foi salvo sobretudo pela intervenção das potências europeias, numa admissão implícita de que a sobrevivência do seu rival (como guardião dos Estreitos e soberano de grande parte dos Balcãs, da Anatólia e dos territórios árabes) se tornara essencial para o equilíbrio político da Europa do pós-guerra. Mahmud II (r. 1808-39) e Abdul Mejid (r. 1839-61) aproveitaram a pressão externa para impor mudanças destinadas a fortalecer o seu domínio sobre o sistema imperial e recentralizar um império descentralizado⁽¹⁰⁶⁾. Ironicamente, a maior ameaça ao domínio otomano viera, não dos europeus, mas de um vassalo rebelde, o paxá do Egito. Mehemet Ali (um mameluco albanês), que chegara ao Egito em 1805 como governador otomano, tirou partido da demolição do antigo regime por Napoleão. Esmagou o que restava do poder mameluco, tirou as receitas das mãos dos cobradores de impostos e transformou as exportações (de algodão e cereais) do Egito em monopólios estatais. Em 1816 fundou uma fábrica de têxteis⁽¹⁰⁷⁾. Como o sultão Tipu em Mysore, o seu objetivo era construir um Estado fiscal-militar

capaz de dominar a região. Em 1820 invadiu o vale do alto Nilo (atual Sudão) e fundou Cartum, em busca de escravos negros para guarnecer o seu novo exército (¹⁰⁸). Nos anos 30 já tinha reunido um enorme exército de recrutas camponeses egípcios e obrigado o sultão a reconhecer a autonomia do seu Grande Egito, que incluía a Síria, Creta e o Sudão, além do próprio Egito. Sem a intervenção europeia de 1839-40, é mais do que provável que este destemido aventureiro e o seu Estado-guarnição tivessem anexado a maior parte do Império Otomano na Ásia (¹⁰⁹). Apesar de tantos entraves, Mehemet Ali tinha transformado o Egito num Estado dinástico com a economia mais dinâmica da região.

Também no Irão houve uma surpreendente recuperação após a situação caótica que se seguiu à morte de Nadir Xá em 1747. Karim Khan, um líder tribal dos Zand, que governou (pelo menos nominalmente) como vice-rei safávida, ergueu um novo Estado para dominar o oeste do país (¹¹⁰). O norte e o leste (Khorasan) continuaram fora do seu controlo. Seguiu-se um novo período de desordem após a sua morte, mas em meados dos anos 90 outro clã turcomano do Norte já tinha recuperado a maior parte do território que os safávidas haviam dominado. O primeiro xá Qajar, Agha Mohammed, foi coroado em 1796. O seu sucessor, Fath Ali Xá (r. 1797-1834), foi obrigado a ceder a suserania da Geórgia e de parte do Azerbaijão ao imperialismo agressivo dos generais russos no Cáucaso. Uma tentativa de resistência terminou nos tratados humilhantes de 1813 e 1828. Mas através de uma cautelosa reaproximação aos desconfiados ulemás, de uma prudente renovação da antiga tradição imperial, de estratégias maquiavélicas contra as tribos rebeldes que controlavam grande parte do Irão (¹¹¹) e de uma habilidade cada vez maior para pôr britânicos contra russos, os xás Qajar travaram o colapso interno e ganharam tempo para as reformas (¹¹²).

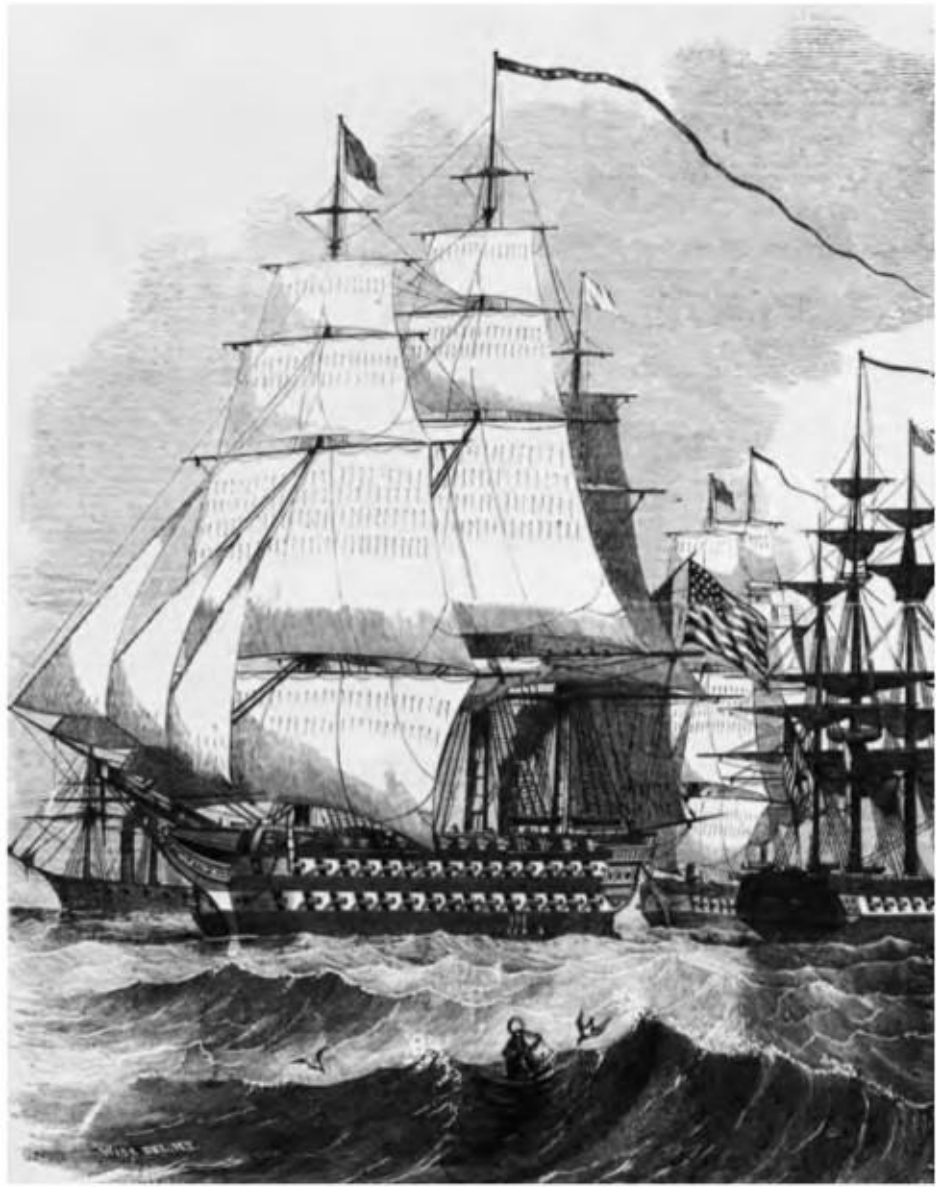
No Sudeste Asiático continental, a época do predomínio europeu parecia ainda mais distante. O Império Birmanês, com a sua capital em Ava, no alto Irrawaddy, mergulhara numa crise em meados do século XVIII (mais ou menos na altura da Batalha de Plassey) pela revolta dos seus povos vassallos, os Mon e os Shan. No entanto, longe de se desmoronar, conseguiu uma recuperação espetacular com os reis Kon-baung (¹¹³). A sua expansão para norte em direção aos Himalaias, e não a agressão britânica, foi a causa da Primeira Guerra Anglo-Birmanesa, em 1824-5. No Sião verificou-se um padrão semelhante de consolidação depois de 1750. Tal como os reis birmaneses, a monarquia Chakri aproveitava os lucros do «comércio interior» entre a Índia e a China para aumentar o seu nepotismo e prestígio cultural. O acontecimento mais notável na região foi a reunificação do Vietname – há muito dividido – pelos imperadores Nguyen em 1802. Em todos estes casos, as divisões e conflitos regionais que tinham favorecido os europeus na Índia marítima e no arquipélago indonésio estavam manifestamente ausentes (¹¹⁴).

É evidente que o avanço da Europa não foi sempre um obstáculo à expansão da «não-Europa». Os mercados e os mercadores europeus, assim como a sua política, podiam ser explorados. O imã de Mascate, cujo domínio omanense protegia a entrada para o golfo Pérsico, fez bom uso de todos. Os marinheiros e comerciantes omanenses tinham uma antiga ligação à costa oriental de África. Nos anos 20 do século XIX já tinham roubado o tráfico de escravos aos portugueses em Moçambique e transformado Zanzibar num empório, atraindo as frotas mercantes britânica, alemã e americana. A crescente procura de escravos (no Médio Oriente) e marfim (na Europa) fomentou a rápida expansão de um império mercantil no interior da África Oriental. Na década de 40, Zanzibar já se havia tornado tão próspera que o imã resolveu mudar para aí a sua capital (¹¹⁵). Mas porque é que os britânicos – empenhados desde 1807 em destruir o comércio de escravos no mar – isentavam o imã da sua proibição geral? Ele era um aliado demasiado útil do poder marítimo britânico no Golfo, a principal fonte de influência sobre o xá do Irão. Uma abolição demasiado brusca desse comércio

lucrativo, advertia o vice-rei indiano, podia levar «até mesmo o nosso velho e fiel aliado, o Imã de Mascate (...) a cortar relações connosco» (¹¹⁶). Não há mal que bem não traga, terá pensado o imã, enquanto ponderava a expansão do seu império das monções.

Por fim, devíamos olhar para o caso mais curioso de todos. Um grande Estado eurasiático permanecera quase intocado pela expansão da Europa. Os xóguns Tokugawa tinham preservado o isolamento do Japão de forma muito mais rigorosa que os governantes Ch'ing tinham protegido a China. Permitiram apenas que alguns comerciantes holandeses entrassem em Deshima, no porto de Nagasáqui, autorizando uma visita esporádica a Edo, em parte, parece, para o divertimento de ver os bárbaros andar e falar no seu modo peculiar. Também permitiram algum comércio com a China (havia um bairro chinês em Nagasáqui). Apesar da sua grande hostilidade contra a influência subversiva do cristianismo, autorizaram a circulação limitada do «saber holandês (isto é, ocidental)» entre a classe erudita. Mas continuaram a vigiar de forma quase paranoica a atividade de «espiões». Um visitante científico apanhado com mapas do Japão na sua bagagem foi preso durante um ano; os seus contactos japoneses sofreram uma pena drástica.

Durante o isolamento, o Japão tornara-se quase totalmente autossuficiente. O comércio externo era diminuto. A economia interna estava dividida em diferentes *han* ou domínios principescos, se bem que as necessidades de Edo (cujo milhão de habitantes a tornavam talvez a maior cidade no mundo) tivessem criado um extenso comércio interno, sobretudo em géneros alimentícios. No século XVIII, uma população estável (ao contrário do grande crescimento da China) e uma «revolução industriosa» – mais agricultura intensiva e o uso de trabalho doméstico para fiação e tecelagem – tinham permitido um modesto aumento da prosperidade. Mas surgiram sinais de aviso de que a produção agrícola estava então próxima do limite. Condições climáticas adversas provocaram a fome na década de 80 do século XVIII e, depois de uma breve acalmia, novamente nos anos 30 do século seguinte. As dificuldades no mundo rural provocavam distúrbios cada vez maiores. O empobrecimento dos samurais e a diminuição das receitas dos xóguns (resultantes da dificuldade em aumentar o imposto de propriedade devido à resistência dos camponeses) provocou o debate sobre a ordem social e política. Para agravar a situação, a partir da última década do século XVIII começaram a surgir avisos de que a longa imunidade do Japão à interferência europeia estava a chegar ao fim. Uma expedição russa apareceu em Hokkaido em 1792. Dez anos depois os russos voltaram para pedir acesso ao comércio em Nagasáqui. Ainda mais alarmante foi a chegada inesperada ao porto de Nagasáqui em 1808 de um grande navio de guerra britânico, que só partiu depois de ver satisfeito o seu pedido ameaçador de abastecimentos. Foi o primeiro «despertar» dos xóguns para as mudanças que vinham ocorrendo no mundo euro-atlântico desde a década de 70 do século XVIII. Outros visitantes esporádicos, baleeiros à procura de água e comida, eram uma lembrança incómoda de que a marinha mercante ocidental tinha vindo para ficar no Norte do Pacífico e que o Japão se situava na principal rota marítima entre a América e a China. Até à década de 40 do século XIX, porém, o impacto de tudo isto foi surpreendentemente limitado. A opinião dominante dos eruditos japoneses afirmava veementemente a superioridade inata do «Reino Divino» sobre os bárbaros ocidentais e suas ideias insidiosas. A proibição do desembarque de estrangeiros foi aplicada ainda com maior rigor (¹¹⁷). E, como se veio a revelar, o nicho geopolítico do Japão, tão afastado do poder europeu e protegido pela China (o alvo principal da atenção europeia), preservaria o isolamento do país durante mais duas décadas (talvez cruciais). Mas a corrida contra o tempo acabaria por chegar até mesmo ao *Nippon*.





5. Entrada do comodoro Perry no porto de Tóquio, 1853

A Corrida contra o Tempo

O Momento Eurasiático

A Revolução Eurasiática assinalara o início de uma mudança profunda nas relações entre continentes e civilizações. Transformou a geopolítica do mundo da Idade Moderna. Quando os russos se apoderaram da Crimeia, abriram as defesas otomanas como uma ostra e ganharam uma rampa de lançamento para anexar a Geórgia, em 1804, pelos Romanovs. A Geórgia era a porta de entrada para as províncias caspianas do Irão, arrancadas aos Qajar nos tratados de Golestan (1813) e Turkmanchai (1828). Com as suas defesas desestabilizadas, os otomanos viram o Egito ocupado, primeiro pelos franceses e depois pelos britânicos, antes de conquistar uma independência real com o vice-rei rebelde Mehemet Ali. Esta mudança drástica na geoestratégia do Próximo Oriente tornou os otomanos e os iranianos muito mais vulneráveis às ambições rivais dos Estados europeus. Mas o seu destino não era peculiar. Uma revolução comparável ocorrera no Sul da Ásia, onde um «Estado da companhia» britânico, baseado principalmente em Bengala, se havia tornado a potência militar dominante nos anos 30 do século XIX, após meio século de guerras. A partir da sua cidade portuária de Bombaim, os britânicos podiam então estender a sua influência ao golfo Pérsico e através do oceano Índico para o Sul da Arábia (Áden foi ocupada em 1839), Zanzibar e África Oriental. Foi a partir do Leste da Índia e dos seus postos avançados no Sudeste Asiático (as «Colónias dos Estreitos») que enviaram as forças que quebraram o isolamento histórico do Império Chinês e obrigaram os Ch'ing a abrir os seus portos em 1842.

A invasão dos Estados asiáticos, o avanço no interior da América do Norte (depois de os colonos se livrarem do domínio imperial britânico em 1783), as testas de praia no Pacífico Sul e os avanços descontínuos na África Ocidental e Austral mostraram até que ponto os europeus se haviam libertado das limitações do mundo da Idade Moderna. Já vimos como o seu oportunismo foi estimulado pela procura dos consumidores na Europa de mercadorias atlânticas e artigos de luxo asiáticos. As pretensões cada vez mais universalistas da cultura religiosa e intelectual europeia proporcionavam uma justificação para essas conquistas, uma explicação para o seu sucesso e um plano para avançar. A inovação tecnológica tornou (alguns) europeus mais produtivos do que os asiáticos e livrou-os da dependência dos artigos de luxo importados do mundo asiático, sobretudo têxteis e porcelana. Nos anos 30 do século XIX, os europeus já estavam a reunir os meios para o domínio físico, comercial e cultural de regiões que tinham estado fora do seu alcance apenas sessenta anos antes e cujas civilizações se haviam afigurado outrora impressionantes e inexpugnáveis a comunidades europeias presas numa das extremidades da massa continental eurasiática.

No entanto, mesmo na década de 30, essa preeminência europeia não era um desenlace esperado. Uma segunda série de descobertas e invasões e a inovação técnica por trás da expansão comercial e militar dos europeus poderiam ter significado muito pouco se as sociedades europeias não se tivessem adaptado de formas que maximizassem a sua influência no mundo não-europeu. Não é difícil imaginar uma hipótese alternativa em que a nova vaga de expansão da Europa fosse atenuada ou travada completamente. O obstáculo mais provável seria o recomeço dos conflitos no seio da própria Europa. A paz de 1815 selara a derrota do imperialismo napoleónico. Mas uma superpotência

irrequieta, cuja derrota exigira uma coligação continental; o legado ideológico de uma revolução violenta; Estados mal concebidos (como a Holanda); nacionalidades abafadas (como a Polónia); e o frágil aparelho do regime dinástico na Europa Central e do Sul (o Império Habsburgo) formavam em conjunto uma receita pouco auspiciosa para a paz continental. Uma nova ronda de guerras abertas ou mesmo uma paz armada (uma guerra fria) teriam tido consequências muito mais amplas. Teriam bloqueado os canais de comércio e incentivado um regresso geral à autossuficiência mercantilista que o economista Robert Malthus previra, impedindo a experiência britânica do industrialismo. («Nenhum grande Estado comercial e industrial nos tempos modernos (...)», escreveu Malthus, «conseguiu ainda obter permanentemente lucros mais elevados do que a média do resto da Europa.») (1) Teriam adiado a disseminação de capital e tecnologia que iniciou a era dos caminhos de ferro da Europa depois de 1830 (2). Teriam impedido o fluxo de migração a partir da Europa, apenas viável com rotas marítimas seguras e recrutamento ligeiro. Na realidade, qualquer guerra geral na Europa teria alterado o aspeto do mundo do século XIX. Como em anteriores conflitos, os Estados europeus teriam transportado as suas disputas para os outros continentes. A tentação de procurar aliados entre os grandes Estados asiáticos teria sido irresistível. Mesmo quando estavam em paz uns com os outros, a Grã-Bretanha, a França e a Rússia competiam ferozmente pelos favores dos otomanos, egípcios, iranianos e chineses. Com aliados europeus, podia ter sido muito mais fácil do que se veio a revelar aos governantes asiáticos modernizar os seus exércitos e gerir o ritmo da mudança política. Entretanto, o desenvolvimento das «neo-Europas» ultramarinas nas Américas e Australásia teria sido travado se os fluxos de comércio, capital e mão de obra de que dependiam fossem prejudicados ou congelados. Depois da agitação de 1750-1830, o mundo ter-se-ia encaminhado para um novo equilíbrio. Protegido pela intensidade das divisões europeias, o resto da Eurásia e muitos povos indígenas no Mundo Exterior teriam conquistado espaço de manobra: para reconhecer, rearmar e reformar. Em vez disso deram por si numa corrida contra o tempo: uma corrida para se «fortalecerem» antes que o poder e a riqueza da Europa pudessem esmagar as suas defesas.

Mas, longe de renovar as suas disputas internas, as sociedades europeias evitaram a guerra e empreenderam uma experiência difícil em colaboração política e económica sob a bandeira ideológica de um liberalismo cauteloso, limitado e contestado. Surgiu então uma «Europa Maior» para incluir a Rússia e os Estados Unidos numa vasta zona em que as divergências políticas e culturais eram moderadas pelo sentimento de um «europeísmo» comum (o «americanismo» era apenas uma variante provincial) perante uma natureza rebelde, indígenas hostis ou concorrentes «asiáticos». Foi uma evolução crucial mas inesperada, um enorme acréscimo de força não intencional, um grande reforço material. Pois se a Europa quisesse transcender os seus antigos limites eurasiáticos e dominar o centro do mundo, teria de se tornar algo mais. Teria de se reinventar como o «Ocidente».

A invenção do Ocidente

Talvez pareça estranho afirmar que na vasta extensão do hemisfério norte, do Oeste americano ao Leste russo, reinou durante meados do século XIX uma espécie de paz. Ocorrem-nos imediatamente algumas exceções. Houve guerras entre Estados europeus: a Guerra da Crimeia (1854-6), em que Grã-Bretanha, a França e o Império Otomano lutaram contra a Rússia; as guerras da unificação italiana (1859-60) e alemã (1866), envolvendo a França, Piemonte-Sardenha, Nápoles, a Áustria e a Prússia; a Guerra dos Ducados Dinamarqueses (1864); e a Guerra Franco-Prussiana de 1870-71. Houve guerras nas fronteiras da Europa entre russos e otomanos em 1877-8, entre franceses e

muçulmanos no Norte de África, entre britânicos e egípcios em 1882. O conflito mais longo e sangrento foi travado no continente americano, na guerra civil entre o Norte e o Sul (1861-5). No entanto, apesar de muitos e sangrentos, nenhum destes conflitos conduziu a uma guerra *geral* entre os Estados e sociedades da Europa Maior. A Guerra da Crimeia, que envolveu três grandes potências, e quase uma quarta (a Áustria), localizou-se praticamente nos mares Negro e Báltico. As guerras de unificação da Itália, Dinamarca e Alemanha, e a Guerra Franco-Prussiana, foram campanhas curtas e relativamente circunscritas em que as grandes potências não diretamente envolvidas se recusaram a participar. A guerra russo-otomana de 1877-8 foi concluída sem derramamento de sangue entre as potências europeias. A Guerra Civil Americana não envolveu qualquer outra potência, se bem que o bloqueio do Sul pelo Norte estivesse quase a provocar a intervenção dos britânicos.

Em suma, o resultado destas guerras não foi instigar um combate mais amplo pela supremacia continental ou hemisférica. Na Itália, na Alemanha e nos Estados Unidos, o seu principal efeito foi derrubar os obstáculos regionais que impediam a construção de Estados-nação mais coesos. Apesar da devastação causada aos combatentes e civis envolvidos, o carácter circunscrito destas «guerras ocidentais» pode ter contribuído para a crença generalizada de que o conflito armado era um meio aceitável, talvez necessário, para resolver divergências internacionais e «construir a nação». Mas que força coíbia os europeus das guerras sem limites de destruição mútua em que se haviam envolvido antes de 1815 e em que voltariam a envolver-se, com efeitos ainda mais catastróficos, depois de 1914?

A influência mais importante foi a memória da grande guerra que varrera a Europa durante uma geração depois de 1792. O ciclo interminável de campanhas e conflitos, a aparente impossibilidade de qualquer paz duradoura, a experiência da turbulência revolucionária e despotismo militar e a terrível fragilidade que as guerras revelaram no tecido social das nações causaram uma impressão muito grande na opinião pública europeia. Desacreditaram o *ancien régime*, que se mostrara tão deploravelmente incapaz de manter a paz, e a velha diplomacia, que parecia tão cínica, oportunista e irresponsável. Revelaram a necessidade urgente da ação conjunta contra qualquer grande potência que parecesse ameaçar a paz global. E realçaram a importância de reconstruir a Europa no interesse da sua estabilidade geopolítica. O acordo de Viena de 1815 e o «sistema de concerto» que o devia manter foram obra de estadistas cujo lema era «nunca mais» (3).

A ação conjunta organizada contra violações do tratado de Viena desfez-se rapidamente. Mas os princípios essenciais do sistema de concerto tiveram uma vida mais longa. Estes proibiam qualquer ato unilateral que perturbasse o equilíbrio de influência geral entre as cinco grandes potências da Europa: Áustria, Grã-Bretanha, França, Prússia e Rússia – a «comissão de gestão» dos seus assuntos de interesse geral. Qualquer mudança no controlo dos Estados menores da Europa ou nas províncias dos impérios dinásticos exigia a anuência coletiva das potências em conferência. É evidente que até mesmo esta cláusula foi esquecida quando as grandes potências entraram em conflito umas com as outras: a sua desunião foi aproveitada pelos franceses e pelo Piemonte contra a Áustria, em 1859, e por Bismarck contra a Áustria e mais tarde a França. Mas a convenção básica era extraordinariamente sólida. Até a Rússia, apresentada muitas vezes como o «urso selvagem» da diplomacia europeia, com um apetite voraz pelo domínio dos Estreitos, respeitava a ideia do concerto, e a sua diplomacia nos Balcãs era muito menos aventureira do que faziam crer os seus críticos na Grã-Bretanha e em França (4).

A força do sistema do concerto advinha do interesse próprio: não só do medo da guerra mas também da preocupação com a mudança geopolítica. Os líderes britânicos muitas vezes procuravam agradar à opinião pública interna condenando a política dos seus vizinhos europeus. A repressão austríaca no Norte da Itália e na Hungria era um alvo preferido. Mas até um ministro tão pugnaz

como Lorde Palmerston preferia normalmente a retórica à ação ⁽⁵⁾. Um laço muito mais forte do que o princípio do concerto unia a Áustria, a Prússia e a Rússia numa inexplicada aliança conservadora. As três dominavam vastas extensões da Europa de Leste, a despeito de qualquer princípio nacional. As três tinham razões para temer (sobretudo depois das revoluções de 1848) que qualquer desavença entre si desencadearia uma guerra geral à qual a Polónia subjugada e dividida (entre essas três potências) seria a primeira a juntar-se (a revolta polaca de 1863 foi uma lembrança oportuna). Foi por isso que Bismarck (um *junker* prussiano do leste do Elba), apesar do seu discurso de «sangue e ferro» e da sua *machtpolitik*, não chegou ao ponto de reorganizar drasticamente o mapa europeu. O seu «Império Alemão» de 1871 preservou cuidadosamente os velhos Estados e monarquias da Confederação Germânica e repudiou o ideal *Grossdeutsch* de unir todos os alemães (incluindo os que estavam sob domínio Habsburgo) num único Estado. Na verdade, o principal desafio à ordem de Viena até 1870 não veio da Prússia mas da França. Foi Luís Napoleão, sobrinho de Bonaparte, que se proclamara imperador em 1851, que tramou a derrocada da hegemonia austríaca na península italiana. Mas nem mesmo os franceses (e muito menos os camponeses de cujo apoio Luís Napoleão dependia) tinham qualquer anseio por uma guerra revolucionária, e o resultado paradoxal da sua intervenção não foi o Estado vassalo no Norte da Itália que eles queriam mas um rival mediterrânico integralmente italiano. Dez anos depois, em 1870, a vacuidade da pretensão da França à primazia continental ficou cruelmente exposta em Sedan.

Talvez seja por isso um exagero afirmar que prevaleceu a paz em toda a «Zona Ocidental» entre os anos 30 e os anos 80 do século XIX. Mas seria razoável concluir que se manteve uma ampla estabilidade geopolítica. Esta estabilidade teve várias consequências importantes. Em primeiro lugar, embora a primazia marítima da Grã-Bretanha nunca estivesse inteiramente garantida ⁽⁶⁾, as rotas marítimas no espaço da Europa Maior (sobretudo no Atlântico Norte), mas também entre a Europa e o resto do mundo, permaneceram abertas e seguras durante todo este período ⁽⁷⁾. Isso teve uma enorme influência sobre o custo, segurança e velocidade das ligações intercontinentais e sobre a expansão gradual do comércio centrado na Europa. O grande investimento em novas frotas de navios a vapor a partir da década de 40 teria sido impensável numa situação de desordem nos mares. Em segundo lugar, o prudente equilíbrio que os Estados continentais mantinham entre si, conjugado com o poder marítimo da Grã-Bretanha, impedia a intervenção nas Américas e permitiu que os Estados Unidos se desenvolvessem *como se* estivessem efetivamente isolados, sem o fardo de manter uma defesa externa. Esta enorme vantagem permitiu a procura resoluta do crescimento económico e uma solução local para as disputas violentas que ameaçavam constantemente desintegrar a União até à solução final de 1865. Em terceiro lugar, a estrutura da diplomacia europeia conferia grande liberdade à Rússia, à França e à Grã-Bretanha (as três potências «mundiais» até à década de 80 do século XIX) para promover os seus interesses fora do continente, mas coibia-as ao mesmo tempo de um «vale tudo» imperial. A cuidadosa preservação do império colonial holandês no Sudeste Asiático depois de 1815 e os direitos comerciais e consulares iguais detidos pela maioria dos Estados europeus na China após 1842 (garantidos sobretudo pelo poder britânico) foram sintomáticos da preocupação dos governos metropolitanos em evitar um violento conflito de interesses na Ásia ou no Mundo Exterior. Em quarto lugar, a estabilidade geopolítica na Europa Maior favoreceu o desenvolvimento (gradual, irregular, contestado) de uma ideologia comum de «liberalismo limitado».

Também esta afirmação parece exagerada quando falamos de um grupo de Estados cujas instituições variavam entre a democracia popular (nos Estados Unidos) ou o governo parlamentar baseado no sufrágio limitado e o despotismo czarista quase teocrático na outra extremidade da escala política. Os pensadores políticos europeus travavam guerras de panfletos ideológicas denunciando

(ou exaltando) o monarquismo, o republicanismo, o socialismo, o capitalismo, o anarquismo, o imperialismo e muitos outros ismos. As histórias da Europa neste período transmitem em pormenor as frustrações dos liberais, radicais e socialistas com o conservadorismo arreigado de reis, imperadores, aristocratas e camponeses. Nas revoluções falhadas de 1848, os movimentos liberais, radicais e nacionalistas foram derrotados pelos seus inimigos conservadores, que tinham o apoio de soldados, burocratas e clérigos. No entanto, na década de 70, já quase todos os Estados da Europa (incluindo a Rússia) tinham pelo menos os rudimentos de uma constituição liberal.

O liberalismo europeu tinha uma longa procedência. Mas como projeto viável deveu a sua atração à grande crise política na Europa entre 1789 e 1815. As violentas perturbações deste período continham um duplo aviso. Mostraram que até os Estados mais poderosos do *ancien régime* podiam ser derrubados por um movimento de base popular. O absolutismo antiquado era uma fraca barreira contra a agitação popular. A estabilidade social e política exigia algo mais do que um «legitimismo» simplista – um regresso ao passado. O segundo aviso era igualmente urgente. A violência revolucionária em França fora contida – mas pelo despotismo de Napoleão Bonaparte. O legado napoleónico era ambíguo. Na França e na Itália, em especial, era admirado pelo génio criativo de Napoleão como estadista: o código civil; a simetria administrativa; a reforma do ensino; a visão de um Estado que promovia a ordem e progresso; acima de tudo, a carreira aberta ao talento. Mas no resto da Europa, e mesmo em França, foi o terrível vigor da ambição de Napoleão que deixou a impressão mais forte: a eliminação brutal (e a invenção igualmente brutal) de governantes, Estados e instituições, a espantosa facilidade com que o autocoroado imperador demolira os seus inimigos e impusera o seu domínio continental⁽⁸⁾. Se a Europa do *ancien régime* fora vulnerável à agitação popular, parecia quase indefesa contra o despotismo «moderno».

As crenças fundamentais do liberalismo oitocentista nasceram da contemplação deste terrível período da história europeia. A fuga ao ciclo de guerras e revoluções exigia instituições políticas que defendessem o Estado não só da revolta popular mas também do despotismo novo-rico. Os governantes tinham de ser mais «legítimos». Precisavam da lealdade de uma maior variedade de comunidades e interesses. Os seus servidores e funcionários tinham de ser controlados, idealmente por um órgão representativo. Isso suscitava a questão de se saber quem devia representar quem. Suscitava sobretudo a questão de se saber até que ponto um governo devia regulamentar a vida social e económica dos seus cidadãos. A resposta do liberalismo a esta questão era a chave para sua posição, a premissa fundamental da sua teoria política.

Esta foi habilmente delineada por Benjamin Constant, um francês nascido na Suíça cujos textos políticos refletiam uma forte rejeição da violência revolucionária e da tirania napoleónica. Constant alegava que as pessoas comuns resistiam quase sempre à ingerência nas suas vidas privadas e sociais e que os atos arbitrários do Estado destruíam a confiança mútua entre os indivíduos, da qual dependiam todas as relações sociais e comerciais. Ele fazia a distinção entre a esfera própria (e estreita) da autoridade e a esfera mais vasta (o que hoje chamaríamos «sociedade civil»), onde devia prevalecer a autorregulação dos interesses privados. As sociedades modernas, lembrava, eram demasiado complexas para ser governadas politicamente como uma antiga cidade-estado – o modelo sugerido por muitos escritores anteriores (incluindo Rousseau). A diversidade, o pluralismo e o localismo constituíam o segredo da estabilidade e da liberdade. Em segundo lugar, os legisladores, a quem o executivo devia prestar contas, deviam ser escolhidos entre aqueles com menos probabilidade de favorecer a extensão do poder arbitrário ou de serem seduzidos por um demagogo. A política devia ser o domínio dos indivíduos com propriedades, que exerceriam uma influência saudável (e instruída) sobre os «trabalhadores pobres». Os proprietários eram os verdadeiros guardiões do interesse público. Em terceiro lugar, era indispensável que os direitos de propriedade e

outras liberdades civis fossem protegidos por regras bem estabelecidas – um ideal que implicava a codificação das leis e dos seus mecanismos ⁽⁹⁾.

Constant apresentava outra justificação decisiva para o seu sistema liberal: só este era compatível com o progresso social. Todas as formas de governo arbitrário acabariam mais cedo ou mais tarde por impor a uniformidade. Mas sem liberdade de pensamento todas as sociedades estavam condenadas à estagnação, porque a expressão e o intercâmbio de ideias era o meio do progresso em todas as esferas. Na verdade, sem a livre circulação de ideias, os próprios governos dificilmente saberiam que rumo seguir. Nem Constant nem os pensadores liberais que o seguiram tinham em mente promover uma anarquia de ideias. A sua verdadeira preocupação era com a liberdade intelectual dos indivíduos instruídos, esclarecidos e proprietários. Porque eram estes (assim julgavam) a verdadeira nação política, os defensores da liberdade, os engenheiros do progresso. Sob sua tutela, a sociedade civil seria livre, mas também dinâmica.

É evidente que em torno destas crenças se agitava um rol de questões. Era possível confiar num monarca hereditário como chefe de Estado, ou seria a república a única forma segura de governo representativo? As mulheres podiam fazer parte da nação política, ou seria a sua «fragilidade física» um empecilho decisivo? A riqueza comercial e industrial conferia virtude política aos seus detentores, ou esta resultava apenas da posse de terras? A religião era inimiga da liberdade de pensamento ou o esteio vital da moral social? As leis deviam incorporar o «costume do país» (e tornar-se tema da investigação histórica) ou (como acreditavam os seguidores «utilitaristas» de Jeremy Bentham) libertar a sociedade da influência opressiva do passado? Depois havia a questão que afligia o liberalismo talvez mais do que qualquer outra: a conquista da «nacionalidade» – uma identidade étnica, linguística e (por vezes) religiosa comum – era o pré-requisito essencial para que as instituições liberais funcionassem devidamente? E se a busca da nacionalidade entrasse em conflito com os princípios fundamentais do programa liberal: a liberdade de pensamento e a estrita limitação do poder do Estado? O nacionalismo era uma ideologia virada para o futuro ou (exceto nalguns lugares preferidos e «progressistas») um credo dos atrasados e ignorantes?

Com este acompanhamento conflituoso, as principais ideias do programa liberal foram amplamente difundidas pela Europa Maior entre os anos 30 e anos 80 do século XIX. Isso não quer dizer que fossem invariavelmente adotadas. O governo representativo tinha raízes mais firmes na Grã-Bretanha e em França, mas não sem um resquício de privilégio aristocrático na primeira e acessos de entusiasmo revolucionário e napoleónico na segunda. Nos Estados germânicos, a Prússia e a Áustria, as ideias liberais ajudaram a eliminar o que restava da servidão em 1848 e a estabelecer formas de governo parlamentar nos dois grandes Estados da Europa Central nascidos das guerras de 1866 e 1870-71: os impérios Alemão e Austro-Húngaro. O novo Estado-nação italiano, fundado em 1860, com a sua câmara eleita, monarquia limitada e espírito secular, exemplificava as esperanças do liberalismo burguês. Para os seus críticos, a nova Europa dos anos 40, 50 e 60 parecia entorpecida, egoísta, utilitária e vulgarmente materialista. Thomas Carlyle e Karl Marx denunciaram a crueldade com que o capital burguês tratava o trabalho proletário. Para outros escritores, de ideias impecavelmente liberais, o surgimento da «opinião pública» como influência formadora na vida nacional ameaçava esmagar o indivíduo sob o peso morto do preconceito popular ⁽¹⁰⁾. O historiador Jacob Burckhardt, membro da elite culta de Basileia, lamentava o desaparecimento da «Velha Europa» e condenava a mentalidade imponderada, burocrática e obcecada com factos da nova, com a sua crença acomodada no progresso inevitável ⁽¹¹⁾.

Aos olhos de muitos liberais europeus, a Rússia era a grandiosa exceção numa história feliz, e as pretensões absolutistas da sua monarquia czarista o inimigo da liberdade, não só na Rússia, mas onde quer que a sua influência prevalecesse na Europa. Mas nem mesmo a Rússia estava imune a ideias

liberais. Para um grupo influente na aristocracia, a guerra contra Napoleão revelara as insuficiências do absolutismo e a urgência de escorar o Estado imperial na lealdade das massas camponesas, cuja dedicação o havia salvado na terrível emergência de 1812. Eles imaginavam um regime em que os mais instruídos e esclarecidos entre a nobreza orientariam o governo e transformariam o povo avassalado numa nação fiel. Quando a prematura tentativa de reforma foi anulada pelo golpe «dezembrista» falhado de 1825 (Sergei Volkonsky, um dezembrista importante, tinha participado brevemente no salão de Benjamin Constant em Paris) ⁽¹²⁾, o novo czar, Nicolau I, iniciou um regime reacionário que durou trinta anos. Os simpatizantes dezembristas foram exilados para a Sibéria ou recolheram-se na literatura codificada e alegórica que viria a ser uma longa tradição na Rússia. A censura e a vigilância da pequena nobreza foram intensificadas. A filiação em grupos radicais ou revolucionários era punida brutalmente. Em 1849, o escritor Fyodor Dostoevsky foi condenado à morte por pertencer a um grupo socialista – pena comutada no último instante por exílio-prisão na Sibéria. Mas sob a superfície política, a pressão para reconstruir a Rússia como uma comunidade «nacional» com a sua própria literatura, música e arte nacionais – no lugar da velha sociedade de castas em que os instruídos falavam francês ou alemão e o russo era um dialeto camponês – aumentava a bom ritmo. A sua grande inspiração literária foi o poeta Alexander Pushkin (1799-1837), cuja obra exemplificava o desejo de conceber a Rússia em termos europeus, mas com a sua cultura e caráter distintivos. A mesma ambição levou Tolstoi a escrever *Guerra e Paz*, obra intitulada inicialmente «Os Dezembristas» e finalmente publicada em 1865 ⁽¹³⁾. Quando a Rússia foi derrotada na Guerra da Crimeia, o novo czar (Nicolau morreu em 1855), Alexandre II, iniciou um programa de reformas.

O elemento central das reformas foi a abolição da servidão, decretada em fevereiro de 1861. O sistema da servidão tornara-se o símbolo de um atraso que fora punido pela derrota de 1856. Os servos foram libertados e receberam terras nas herdades dos seus senhores, mas com posse em comum numa cooperativa, ou *mir*. Nesta reorganização da sociedade rural, foram criados órgãos eleitos, ou *zemstvo*, através dos quais a nobreza devia desempenhar um papel ativo e «instrutivo» na vida local. Uma reforma judicial estabeleceu um «sistema de justiça europeu moderno» ⁽¹⁴⁾. Foi introduzido o julgamento com jurados, juntamente com juizes de paz para a divulgação de modernas noções de direito nas zonas rurais ⁽¹⁵⁾. Os novos estatutos universitários de 1863 deram aos professores russos tanta liberdade como aquela de que dispunham os americanos ⁽¹⁶⁾. A censura foi aliviada e foram levantadas as restrições mais draconianas à liberdade pessoal. Depois de 1865 era até legal fumar na rua. Na literatura, música, ciências naturais, direito e teoria política, a Rússia aproximou-se cada vez mais do resto da Europa, mesmo que – à moda europeia – muitos escritores e artistas russos defendessem a singularidade estética e superioridade moral da sua tradição autóctone (também um hábito inglês). Até os chamados «eslavófilos», que rejeitavam a «submissão cultural» dos «ocidentalizantes» ao pensamento e costumes alienantes e ateístas dos europeus, imaginavam a Rússia como uma nação eslava cristã cuja elite reformadora estaria em sintonia espiritual e política com as massas camponesas. Com as reformas liberais veio a proliferação dos jornais, o aumento da literacia urbana (na década de 60 os níveis de literacia em São Petersburgo ultrapassavam os 55%) ⁽¹⁷⁾, um florescimento da literatura russa, a ascensão notável do prestígio cultural da Rússia e um enorme aumento do intercâmbio intelectual entre a Rússia e o resto da Europa.

Segundo muitos padrões, evidentemente, a Rússia era ainda uma sociedade profundamente iliberal. Continuava a ser uma burocracia autoritária, em que a liberdade de criticar podia ser negada tão depressa como era concedida. Mas as reformas dos anos 60 do século XIX indicavam o reconhecimento do czar de que era necessário imitar parcialmente as liberdades enaltecidas pelos liberais europeus se a Rússia não quisesse ficar atrás das outras grandes potências e abandonar o

projeto europeizante a que a dinastia Romanov estivera associada desde Pedro, o Grande. Tanto o reformismo czarista como o liberalismo dezembrista reafirmavam a pretensão da Rússia à condição de Estado europeu cujo papel histórico era colonizar e civilizar o seu vasto interior «asiático» – o grandioso tema de Vassilii Kliuchevskii, o maior historiador russo do século XIX⁽¹⁸⁾. Não era por acaso que enquanto Alexandre II «liberalizava» o país, os seus soldados e diplomatas faziam avançar as fronteiras imperiais na bacia hidrográfica do Amur na Ásia Oriental e na Ásia Central transcaspiana. Havia aqui um paradoxo em potência. A participação da Rússia (e foi uma participação muito grande) na expansão da Europa foi estimulada e facilitada pela dinâmica visão social do liberalismo europeu: o seu sentido de progresso contínuo; o realce que dava à liberdade económica; o contraste que estabelecia entre a liberdade do Ocidente e a «conformidade estupidificante» do Oriente. Mas a natureza multiétnica do império russo, a debilidade dos seus laços sociais e a sua frágil infraestrutura eram uma lembrança constante de que sem a «armação de aço» da autocracia o grandioso edifício imperial podia desabar ao primeiro sinal de dificuldade. A Rússia, tudo indicava, podia ser um Estado-nação segundo o modelo liberal ou um império, mas não as duas coisas.

Assim como a Rússia representava a ala oriental deste mundo liberal, os Estados Unidos representavam a sua ala ocidental. Em versões convencionais (e americanas) do passado americano, são realçados o isolamento e distanciamento da América em relação à Europa: a criação de uma tradição política distinta; a construção de um «excepcionalismo» americano. Os europeus estavam presos na sua história, condenados a levar as consequências das suas lutas dinásticas, étnicas e de classes a um fim penoso e turbulento. Mas os americanos eram livres de criar o seu próprio futuro, para alcançar a liberdade sem os entraves das desigualdades e antagonismos do Velho Mundo. Em grande medida, esta narrativa é apenas uma versão grandiosa do mito do colono: encontram-se versões deste mito na maioria das sociedades de colonos no século XIX e na maior parte das suas historiografias «nacionalistas» do século XX. A realidade americana era mais prosaica. A América era a extensão ocidental da Europa Maior.

Ideologicamente, claro, a América tinha algumas peculiaridades. A sua constituição tinha sido elaborada antes das grandes convulsões de 1789-1815, que marcaram o liberalismo europeu de forma tão indelével. A famosa desconfiança americana relativamente ao poder executivo devia mais à tradição do «Country Party» (*) na Grã-Bretanha do século XVIII do que ao liberalismo de Constant. Aos olhos dos europeus, os Estados Unidos, com o seu tamanho colossal (mesmo antes do enorme acréscimo de território ocasionado pela anexação do Texas e pela Guerra Mexicana de 1846-8) e grande descentralização, dificilmente poderia ser considerado um Estado. Não tinham política externa, nem um exército ou marinha dignos desse nome (entre 1815 e a guerra civil), e praticamente nenhum governo. Os britânicos, que tinham controlado quase metade da América do Norte depois de 1783, temiam não tanto um assalto deliberado às suas possessões como a razia de um senhor da guerra das fronteiras que o presidente da época seria demasiado fraco para impedir. Os europeus mostravam-se também surpresos e assustados com o populismo americano – o sufrágio muito alargado (para homens brancos) e a tendência geral para os cargos eleitos, mesmo para funcionários da lei e da justiça. O radical inglês Edward Gibbon Wakefield condenou a mobilidade sem raiz da sociedade americana, a sua falta de qualquer sentido de lugar, tradição ou história, e sobretudo a vulgarização, que seria inevitável (na sua opinião) sem uma elite instruída e desocupada para dar o exemplo. «Vi um povo sem monumentos, sem história, sem afetos locais (...) sem qualquer amor pela terra natal, sem patriotismo...»⁽¹⁹⁾. Alexis de Tocqueville, que visitara o país nos anos 30 do século XIX, admirava o extraordinário vigor da independência política americana mas duvidava que

o seu populismo fosse, em última análise, compatível com a independência intelectual⁽²⁰⁾. Mas a característica mais paradoxal da democracia americana era a sua tolerância para com a escravatura dos negros. Esta foi uma grande fonte de conflito anglo-americano até 1863 (quando foi abolida a escravatura). Alimentava a suspeita do outro lado do Atlântico de que o populismo americano era uma versão grosseira e adulterada do liberalismo europeu: violenta, racista e instável. O Oeste americano, comentou o historiador inglês T. B. Macaulay, fazia lembrar as zonas mais selvagens da Grã-Bretanha no século XVII, onde a justiça era administrada com a faca e a pistola.

É evidente que os defeitos do populismo também eram notados por muitos americanos. Os políticos liberais condenavam o «jacksonianismo» pelo seu expansionismo irresponsável, pelo incumprimento dos tratados com os ameríndios, pelo seu agrarianismo rudimentar e pelo antagonismo contra o sistema comercial e financeiro do Velho Nordeste⁽²¹⁾. Na década de 50 do século XIX, a ascensão do abolicionismo e a concorrência entre estados escravagistas e estados livres pelo controlo do Oeste (uma luta cuja fase crítica foi no Kansas) criaram uma nova ideologia popular de «solo grátis» e «trabalho grátis». Na véspera da guerra civil, a coligação «republicana» criada por Abraham Lincoln uniu o Nordeste e o Centro-Oeste contra o Sul e destruiu o que restava do jacksonianismo. Com a vitória do Norte em 1865, a política americana deixou de divergir de forma tão acentuada dos modelos europeus do Estado liberal. A derrota do Sul escravagista confirmou o predomínio do Velho Nordeste, o coração industrial e financeiro da América, e da sua enorme cidade portuária de Nova Iorque. A ascensão dos bancos de Wall Street e a concentração do poder financeiro em consórcios e cartéis criaram uma nova classe de grandes magnatas com enorme influência política e social. Nascia assim a plutocracia – a equivalente novo-rica da aristocracia. Na «Era Dourada» após 1865, a corrupção da política americana tornou-se lendária. «Temos os legisladores mais caros do mundo», comentou Mark Twain, sarcástico. Ao mesmo tempo, a dimensão do emprego industrial, o rápido crescimento das grandes cidades, o surgimento de uma reconhecível classe trabalhadora e o fim iminente da velha fronteira de terras «grátis» – até então a válvula de segurança (em teoria) das tensões sociais do Leste industrial – faziam notar que embora ainda fosse diferente da Europa – mais livre, rica e segura – a América enfrentava problemas políticos e sociais comparáveis ou mesmo idênticos. Um reflexo disso verifica-se na mudança gradual das atitudes americanas para com a expansão imperial dos Estados europeus. O «anti-imperialismo» americano tinha as suas origens na animosidade geral dos colonos contra a autoridade imperial e no receio de exploração pelos comerciantes, banqueiros, armadores e fornecedores da metrópole. Até aos anos 60 do século XIX foi reforçado pela indignação do Sul com o antiesclavagismo britânico e pela feroz concorrência entre o Velho Nordeste e a Grã-Bretanha pelo predomínio comercial e financeiro no continente americano. Mas na década de 80 o Velho Nordeste já tinha vencido essa batalha, e as suas elites começavam a adquirir atitudes imperiais e um espírito social muito mais parecidos com os das suas congéneres na Grã-Bretanha. O terreno estava a ser preparado para a «grande aproximação».

Seria imprudente negar que grandes diferenças separaram as atitudes políticas de americanos e russos, britânicos e franceses, alemães e italianos nos cinquenta anos entre 1830 e 1880. Mas essas diferenças devem ser relativizadas. Apesar das variações que surgiam da tradição local e histórias distintas, a característica notável do período é a tendência constante de todas as regiões da Europa Maior para uma espécie de «liberalismo genérico». Os benefícios foram enormes. Depois de 1815, a Europa oitocentista conseguiu evitar as violentas controvérsias religiosas que a haviam dilacerado no século XVII, as grandiosas visões dinásticas que tinham gerado tantos conflitos no século XVIII e a guerra ideológica genocida que foi o seu terrível destino no século XX. A convergência ideológica – hesitante, parcial, relutante – permitia aos países da Europa Maior – um «proto-Occidente» que nos

anos 60 do século XIX já abrangia a metade norte do mundo – comparar a sua sorte com a do resto da Eurásia e do Mundo Exterior. Justificava o seu sentido de progresso e dinamismo – a que o liberalismo genérico dava tanta ênfase – e aumentava a divergência com os «Estados estacionários» da Ásia. Essencialmente, dotava as numerosas comunidades de uma Europa Maior expansionista de um guia que podia ser utilizado de forma quase universal para interpretar, organizar e justificar as suas relações com os povos não-europeus. A «missão civilizadora» (não a missão para converter os pagãos) era uma doutrina liberal que agradava (mesmo nas suas formas mais rudimentares) tanto a funcionários imperiais na Rússia como aos pioneiros do Oeste americano. Ao contrário das ideologias anteriores defendidas por expansionistas europeus – o imperialismo de cruzada, o mercantilismo, o absolutismo dinástico – o liberalismo genérico revelou-se extraordinariamente aliciante para pelo menos alguns dos colonizados. Os seus valores eram, ou pareciam, universais: agradavam às elites indianas, chinesas, africanas e árabes quase tanto como aos europeus. Constituía uma terceira dimensão espantosa e sem precedentes dos poderes expansionistas dos europeus. Dotava-os (isto é, aos praticantes mais hábeis da política ideológica) de uma arma nova e flexível para procurar aliados no mundo não-ocidental. Ajudou a abrir sociedades fechadas a todas as outras ameaças e lisonjas dos europeus. Foi – ou assim pareceu mais tarde aos seus inimigos amargurados – o Cavalo de Troia do imperialismo europeu.

A Caminho de uma Economia Mundial

Não será exagero dizer-se que em meados do século XIX a força de mudança mais poderosa no mundo era a capacidade europeia de penetrar nas economias da Ásia, África, América do Sul e Pacífico de forma mais profunda que nunca. A vontade de fazer mais trocas, procurar novos mercados, encontrar «novos» produtos e mercadorias e atrair o comércio do mundo para uma vasta rede centrada nas grandes cidades portuárias do Ocidente – Londres, Liverpool, Hamburgo, Bordéus, Marselha e Nova Iorque – constituiu a principal dinâmica por trás da construção gradual de uma «economia mundial» – um único sistema de comércio global – entre as décadas de 60 e 80 do século XIX. Esta foi uma época de aumentos constantes dos preços depois da depressão dos anos 40, até ao grande abrandamento económico de meados da década de 70, e de uma procura crescente de matérias-primas. É evidente que vastas zonas do mundo continuavam fora da atração do comércio internacional porque eram demasiado inacessíveis ou pobres ou porque estavam demasiado protegidas por controlos políticos ou religiosos contra contactos externos. A característica dominante da «economia mundial» não foi a ubiquidade do comércio internacional mas a forma como antigos sistemas de trocas, sistemas de preços e crédito e hierarquias de poder mercantil regionais (como a que deu tanta riqueza e poder a comerciantes árabes na costa da África Oriental) começaram a ser destruídos. Já não se tratava apenas de uma questão de artigos de luxo. Em 1880 o custo dos produtos básicos (como os cereais) já era estabelecido pelo seu preço no mercado mundial⁽²²⁾. A oferta de crédito e investimento comercial refletia o nível da procura internacional e não apenas regional – uma mudança perceptível na proliferação de bancos comerciais de modelo ocidental em zonas da Ásia e América Latina. Os despachantes marítimos, comerciantes, banqueiros e seguradoras sedeados no Ocidente começaram a substituir ou subordinar elites mercantis regionais no comércio internacional⁽²³⁾.

A paz geral e um grau considerável de convergência ideológica eram elementos vitais na capacidade do novo Ocidente de impor o seu predomínio económico e construir uma economia mundial para satisfazer as suas necessidades. Mas o terceiro fator crucial era o avanço para a

integração económica entre os próprios países ocidentais. Sem isso dificilmente poderia ter havido um enorme aumento no volume e valor do comércio internacional. O volume do comércio aumentou 25 vezes entre 1820 e 1913, com o ritmo de crescimento mais rápido entre 1840 e 1870. A integração mais ampla dos mercados internacionais era possível em grande parte porque o próprio Ocidente se havia tornado um único espaço económico (24).

O raciocínio por trás desta afirmação será analisado mais adiante. Mas primeiro devíamos notar que, mesmo num período de crescimento invulgarmente rápido no comércio mundial, o aspeto mais notável do panorama internacional era o volume de comércio entre os países ocidentais. Em 1876-80, a Europa e a América do Norte forneciam 76% das exportações e recebiam 77% das importações que circulavam no comércio internacional (25). A Grã-Bretanha foi a maior nação comercial do século XIX. Em 1850, 1860 e 1880 mais de 60% do comércio britânico fez-se com a Europa continental e a América do Norte, com o restante a ser dividido entre a Ásia, África, América do Sul e Pacífico (26). O comércio da Grã-Bretanha só com os Estados Unidos era um quinto maior do que o seu comércio com toda a Ásia: em 1880 as suas importações dos Estados Unidos atingiram um valor igual ao de todo o comércio britânico com a Ásia (27). Este padrão não é surpreendente. Pode explicar-se em parte pela proximidade: teria sido estranho se os britânicos não tivessem negociado mais com os seus vizinhos mais próximos. No entanto, a Grã-Bretanha negociava mais com os Estados Unidos, a 4800 quilómetros de distância, por mar, do que com a França, Bélgica e Holanda juntas, embora estas fossem comparáveis em população e desenvolvimento comercial. O que estimulava o comércio e determinava o padrão das relações comerciais era a especialização. A maximização da produção nos setores mais lucrativos era o motor da riqueza, mas isso exigia um elevado grau de dependência mútua entre os parceiros comerciais. O agente ativo que tornava possível a especialização era a velocidade, segurança e baixo custo das comunicações. Foi aqui que os países da Europa Maior construíram uma vantagem decisiva sobre o resto da Eurásia e do Mundo Exterior.

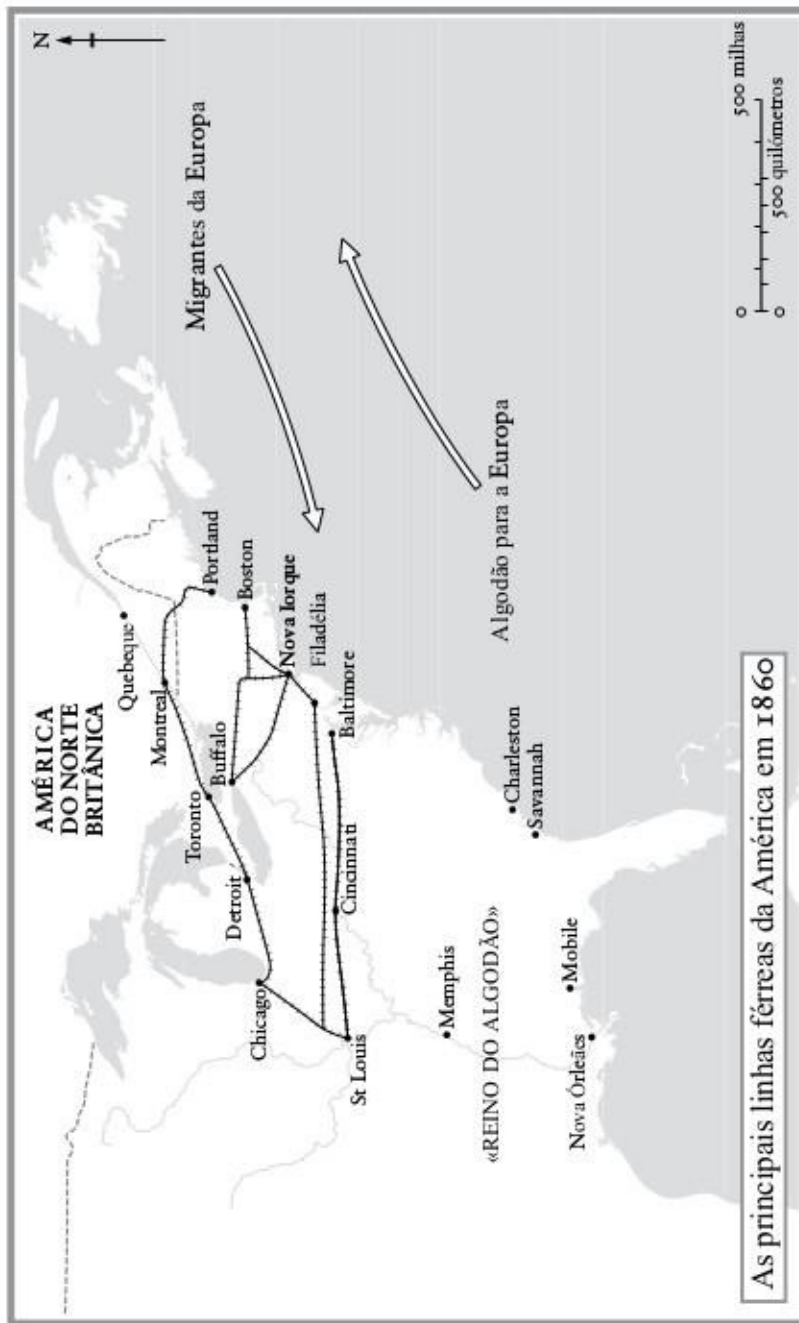
A rápida proliferação do telégrafo (transmitindo dados comerciais, sobretudo preços) e do navio a vapor (no início sobretudo para correio e passageiros) ajudou a unir toda a vasta região do Mississippi aos Urais a partir dos anos 30 e 40 do século XIX. Com o telégrafo chegaram as agências de notícias: a Havas (sedeada em Paris) a partir de 1835; a Associated Press em Nova Iorque a partir de 1848; e a Reuters em Londres a partir de 1851 (28). Mas o agente mais forte de ligação económica foi sem dúvida a via-férrea. À medida que os caminhos de ferro se tornavam mais eficientes, galvanizavam as zonas que penetravam. Podiam fazer descer o custo dos transportes no interior (onde não existisse qualquer via navegável) em 80%. As regiões onde a autossuficiência fora regra (uma vez que o transporte a granel por estrada consumia todos os lucros depois dos trinta quilómetros, aproximadamente), podiam passar a enviar os seus produtos para mercados muito mais distantes. A dependência e a especialização (as gémeas siamesas do crescimento económico) tornaram-se viáveis. A quilometragem de ferrovias é por conseguinte um indicador revelador da integração económica e das suas vantagens. Neste aspeto o contraste entre o Ocidente e a Afro-Ásia era impressionante. Em 1850, quando os países ocidentais tinham 39 000 quilómetros de linhas, a Ásia, África e América Latina juntas tinham apenas 400 (29). Em 1860 a proporção era de 105 000 quilómetros para 2900. Mesmo em 1880, quando a construção de caminhos de ferro já estava bem encaminhada na Índia britânica, os países ocidentais tinham ainda 10 vezes mais quilómetros (338 000) do que o resto do mundo. A Rússia, o menos desenvolvido dos grandes países da Europa Maior, tinha mais quilómetros de linha em 1870 (e em 1890) do que a Índia, país com uma população três vezes maior. Em 1890 não existia praticamente qualquer via-férrea na China.

A capacidade de transferir mercadorias de forma rápida e barata entre os países do Ocidente foi acompanhada pela criação de uma infraestrutura financeira. Surgiram cada vez mais bancos

comerciais e casas financeiras para fornecer os fundos necessários para o comércio de longa distância. O instrumento de crédito oferecido em Londres (a «letra de câmbio sobre Londres») tornou-se a moeda comum do comércio internacional. Os banqueiros em Londres e Paris (os Rothschilds operavam nas duas cidades) tornaram-se os intermediários para o levantamento de empréstimos estrangeiros – inicialmente sobretudo para governos na Europa e América, mas cada vez mais, por volta de 1860, para a iniciativa privada, em especial o caminho de ferro. Após 1856 o governo russo recorreu a investidores estrangeiros (sobretudo franceses) para financiar a modernização que os reformadores exigiam. Criou-se uma bolsa de valores e surgiram bancos comerciais ⁽³⁰⁾. Além da Europa e da América do Norte, este tipo de relações financeiras só se afigurava possível em determinados enclaves favorecidos cujas ligações comerciais fossem particularmente fortes ou em colónias como a Índia, cujo sistema financeiro era supervisionado por uma potência imperial.

Este desenvolvimento precoce em transportes e finanças ajuda a explicar porque é que uma parte tão grande do comércio do mundo era feita entre os países do Ocidente. Mas houve um terceiro elemento que ajudou a transformar a Europa Maior na zona comercialmente mais dinâmica do mundo: os rendimentos do seu capital humano. Depois de 1830, a pequena corrente de imigração da Europa aumentou progressivamente até se tornar uma torrente na década de 50. Mais de 8 milhões de pessoas deixaram a Europa entre 1850 e 1880, quase todas para os Estados Unidos. Esta grande migração teve um efeito duplo. Aliviou o Velho Mundo do pior da sua sobrelotação rural e transferiu o seu excedente de população para uma região onde migrantes pobres podiam tornar-se produtores e consumidores numa escala muito maior. Em segundo lugar, a transferência em forma humana das competências artesanais da Europa (uma vez que nem todos os migrantes eram pobres) para um ambiente excepcionalmente benigno favoreceu o crescimento daquela que já se havia tornado na década de 80 do século XIX a maior economia do mundo.

Foi o padrão peculiar do crescimento económico americano que o tornou uma extensão tão valiosa do mundo europeu. O facto mais notável acerca da América era a sua vasta reserva de terras «livres», à espera de ser explorada por um exército móvel de colonos brancos e (no Sul até 1865) seus escravos negros. Os custos de obter essas terras pela força ou pela compra a outros pretendentes (franceses, mexicanos, ameríndios) eram espantosamente baixos. Os rendimentos das terras agrícolas, com quantidades infinitas de «fertilidade armazenada» para gastar e que exigiam apenas investimentos e cuidados mínimos (para os padrões eurasiáticos) para as tornar produtivas, eram tão elevados que a produtividade agrícola americana, já nos anos 30 do século XIX, era 50% maior do que a da Grã-Bretanha (a terra da «alta» agricultura de capital intensivo) e três vezes maior do que a da Europa continental ⁽³¹⁾. A rápida aquisição deste espólio de terras provocou uma vaga de exportações através do Atlântico e pagou uma vaga equivalente de importações. Setenta por cento das exportações americanas iam para a Europa depois de 1840; 60% das importações vinham da Europa ⁽³²⁾. Este comércio desempenhou um papel vital na crescente prosperidade da região mais rica da Europa, a sua orla atlântica. A Grã-Bretanha, o país mais rico da Europa, fazia mais comércio com os Estados Unidos em 1860 do que com os países mais prósperos da Europa Ocidental ou do Norte ⁽³³⁾. Era a partir da «Europa Atlântica» (Grã-Bretanha, França, Bélgica e Holanda) que capital e competências, sobretudo em engenharia, se espalhavam para o Leste e o Sul do resto do continente ⁽³⁴⁾. Mas o que tornou a «sorte grande» americana tão excepcionalmente vantajosa para a Europa foi o contributo que os próprios americanos puderam dar para a velocidade e dimensão do seu próprio crescimento.



Em teoria, a abertura de uma fronteira agrícola tão vasta (custos da terra à parte) exigia um fardo pesado de investimento (em transporte), um grande fornecimento de artigos manufaturados (ferramentas e bens de consumo) e uma sofisticada rede comercial para levar o crédito ao agricultor e os produtos ao mercado. A história económica da América Latina até aos anos 80 do século XIX mostrou como o desenvolvimento de «novos países» podia ser lento e incerto. Mas a história dos Estados Unidos era completamente diferente. Desde os primeiros dias da independência (na verdade, mesmo antes disso), a vida comercial americana – centrada nos portos de Filadélfia, Boston, Nova Iorque e Charleston – foi comparável em sofisticação e eficiência à sua congénere na Europa Ocidental. Depois da revolução, tanto como antes, os comerciantes americanos mantiveram contactos muito próximos com os seus parceiros comerciais na Grã-Bretanha. Eram tão competentes como os seus homólogos britânicos na concessão e pedido de empréstimos, e o clima especulativo da nova república pode ter disseminado o hábito de assumir riscos financeiros ainda mais do que no Velho Mundo. Consequentemente, mais de 90%, talvez 95%, das grandes quantidades de capital necessárias para construir uma economia moderna (cuja área terrestre triplicou entre 1790 e 1850) foram fornecidas pelos próprios americanos, embora o capital estrangeiro (sobretudo britânico) tivesse desempenhado um papel importante no financiamento do caminho de ferro ⁽³⁵⁾. O surgimento de

Nova Iorque como principal porto do país, recebendo (em 1860) dois terços das importações e despachando um terço das exportações, criou uma grandiosa metrópole comercial, um centro de informações sobre o mercado e (com a proliferação dos bancos) poder financeiro. Na véspera da guerra civil, a sua população já ultrapassara os 800 000 habitantes, e a cidade começara a rivalizar com Londres em tamanho. Com a sua elite mercantil autoconfiante – incluindo imigrantes como August Belmont, que tinha excelentes ligações com o exterior – as suas vias navegáveis e caminhos de ferro estendendo-se pelo interior, e linhas de navegação ao longo da costa atlântica, Nova Iorque tinha as competências, as informações e os recursos necessários para tirar a máxima vantagem do investimento interno e dos seus créditos externos. A ascensão da cidade de Nova Iorque significava que grande parte das necessidades comerciais e financeiras de uma economia vasta e dinâmica podiam ser satisfeitas internamente ⁽³⁶⁾.

Em segundo lugar, apesar de a sua economia ser predominantemente agrícola, os Estados Unidos não estavam totalmente dependentes da Europa para as suas manufaturas. Desde os seus começos, o país gozara de uma apreciável capacidade industrial, embora grande parte da mesma fosse organizada em oficinas e não em fábricas até aos anos 60 do século XIX. Em 1830 os Estados Unidos já ocupavam o segundo lugar (ao lado da Bélgica e da Suíça) na produção industrial, atrás da Grã-Bretanha mas à frente da França ⁽³⁷⁾. Em 1850, cerca de 22% do produto interno bruto americano vinham da indústria e minas (na Grã-Bretanha o número equivalente era 34%) ⁽³⁸⁾. O Velho Nordeste, incluindo a Nova Inglaterra, Nova Iorque e Pensilvânia, rivalizava com Lancashire, Yorkshire e os condados centrais da Inglaterra. Cada vez mais, podia satisfazer as necessidades do enorme setor agrícola (em 1851, Cyrus McCormick já produzia mil segadeiras mecânicas por ano na sua fábrica em Chicago) ⁽³⁹⁾ e as de uma população em expansão, que aumentou de menos de 15 milhões nos anos 30 para mais de 44 milhões nos anos 70, ao mesmo tempo que recorria cada vez menos à capacidade industrial da Grã-Bretanha e da Europa. Enquanto as importações britânicas dos EUA subiam de £77 milhões para £107 milhões entre 1854 e 1880, as exportações para os EUA exibiam um aumento mais modesto, de £21 milhões para £31 milhões ⁽⁴⁰⁾. Já era então possível perceber a importância da América para a história mais longa da ascensão da Europa ao domínio na Eurásia, e o avanço da «Europa Maior» para a primazia mundial. Tradicionalmente, a América tem sido excluída da narrativa do imperialismo europeu no século XIX, entrando em cena apenas em 1898 com a Guerra Hispano-Americana. Na realidade, a trajetória peculiar do crescimento da América foi extremamente influente. Apesar da extensão da sua fronteira agrícola, a capacidade industrial e financeira da América incluía-a forçosamente no «núcleo» atlântico que impulsionava a expansão e integração da Europa. O seu comércio ajudava a enriquecer os seus parceiros atlânticos, mas sem consumir demasiado do seu capital disponível. As suas inovações em tecnologia agrícola, hidráulica, ferroviária e de minas foram prontamente difundidas para outras fronteiras da expansão europeia. O telégrafo foi uma invenção americana, assim como três outros dispositivos que desempenharam um papel importante na conquista europeia da Afro-Ásia: o revólver (inventado por Samuel Colt) e as metralhadoras Gatling e Maxim. Em comunicações e armamento, a capacidade de invenção americana contribuiu bastante para o arsenal de técnicas colonizadoras da Europa. Mas um aspeto importante da história económica da América talvez tivesse sido ainda mais decisivo.

Durante quase todo o século XIX, o algodão em rama foi o maior artigo de exportação da América, constituindo metade do total entre 1830 e 1860, e um quarto em 1913 ⁽⁴¹⁾. Depois de 1830, com a criação do «Reino do Algodão» na Geórgia, Alabama e Mississipi, a produção aumentou de forma espantosa com o regime de escravatura das plantações. O comércio do algodão foi o lubrificante da economia americana e o segredo da ascensão comercial de Nova Iorque. O maior mercado para a colheita de algodão encontrava-se na Grã-Bretanha, nas fábricas de Lancashire. Os

fornecimentos baratos, seguros e abundantes de algodão e a invenção da tecelagem mecânica transformaram Lancashire na fábrica de têxteis do mundo, com uma produção altamente competitiva em quase todos os mercados não protegidos. Os têxteis de algodão foram o aríete com que os britânicos entraram à força nos mercados da Ásia – mas com o ópio como ponta de aço na China. Com o fim da era das pilhagens, a procura de artigos de algodão transformou a Índia num enorme trunfo económico, um mercado cativo que não podia tornar-se autónomo para evitar a imposição de tarifas. E com a Índia em seu poder, os britânicos tornaram-se a maior potência militar do Suez a Xangai, e em toda a orla do oceano Índico. O «Reino do Algodão» e o seu sistema escravagista, a indústria de Lancashire e o domínio britânico na Índia estavam assim unidos numa extraordinária simbiose. Neste aspeto, como em tantos outros, e apesar da sua retórica «anticolonialista», os americanos foram os parceiros indispensáveis da expansão da Europa na Afro-Ásia.

As Fronteiras da Europa Maior

Após 1830, as suas características geopolíticas, ideológicas e económicas ajudaram a transformar a Europa Maior num grandioso conglomerado expansionista numa escala muito maior do que em séculos anteriores. Os descobrimentos tinham sido sensacionais. A entrada dos europeus no mundo comercial do oceano Índico foi um triunfo da técnica naval e militar. A conquista dos Estados da América pré-colombiana, ricos em minérios, foi uma recompensa formidável para uma incursão ousada. A construção de uma economia atlântica baseada na escravatura, nos metais preciosos e na produção de açúcar mostrara como o desenvolvimento precoce do comércio de longa distância e do crédito a longo prazo na Europa atlântica podia criar um suplemento altamente lucrativo para a economia europeia. Mas até à Revolução Eurasiática após 1750 nada disto tivera uma importância decisiva para a influência dos europeus no mundo em geral, e muito menos no resto da Eurásia. Nos mares asiáticos eles tinham construído um nicho como «guerreiros mercadores», rondando agressivamente pelas orlas marítimas dos Estados asiáticos. Em terra bateram às portas dos impérios otomano e iraniano. Em quase toda a África, a sua presença direta fora insignificante, apesar do impacto comercial e humano do seu tráfico de escravos no interior profundo da África Ocidental, em Angola e na bacia do Congo.

Na época de convulsão depois de 1750, muitos dos entraves físicos e algumas das limitações comerciais à expansão europeia começaram a esboroar-se. Vislumbravam-se novos e enormes horizontes de oportunidade na Índia, na China, no Pacífico e até na África tropical, revelados ao público britânico pelas viagens de Mungo Park na África Ocidental. As Américas, uma região de contornos familiares mas pormenores obscuros, foram atravessadas sistematicamente por Alexander Mackenzie (que atravessou o atual Canadá), Meriwether Lewis e William Clark, na sua viagem épica da atual Pittsburgh ao oceano Pacífico em 1803-1806⁽⁴²⁾, e pelo grande geógrafo alemão Alexander von Humboldt na América do Sul. Gerou-se um enorme entusiasmo intelectual. Multiplicaram-se os sonhos de avareza. Mas foi depois de 1830, e não antes, que os europeus começaram a reforçar o seu domínio sobre os outros continentes e a abrir caminho para a supremacia global que parecia estar à sua espera nos anos 80 do século XIX.

Este grande impulso expansionista foi alimentado por três fontes de energia: cultural, comercial e demográfica. Como vimos no Capítulo 4, a época da Revolução Eurasiática assistira a um notável incremento, não tanto na curiosidade dos europeus em relação ao resto do mundo, mas no seu aparelho de recolha de informações e na organização de um contexto intelectual no qual novos conhecimentos podiam ser enquadrados. A plausibilidade dos novos modelos universalistas de

progresso social, comercial e cultural defendidos por (para citar apenas exemplos britânicos) David Hume, Adam Smith, Jeremy Bentham e James Mill (cuja *History of India* foi publicada em 1817) afastou velhas dúvidas acerca da capacidade (e direito) dos europeus de transformar drasticamente as sociedades estranhas nas quais haviam esbarrado ou infiltrado. Em finais do século XVIII, os primeiros conquistadores britânicos na Índia ainda se sentiam assombrados pela longevidade e sofisticação das culturas do subcontinente. Depois de 1800, esta atitude foi substituída pela convicção arrogante de que os sistemas de pensamento indianos e as práticas sociais que sustentavam eram decadentes ou obsoletos, devendo ser ignorados ou erradicados quando as circunstâncias o permitissem. E por trás do novo fervor intelectual com que os europeus tendiam a condenar as crenças dos povos não-europeus estava uma força que, embora não fosse nova na história europeia, se preparava para um renascimento radical: o cristianismo missionário.

Em 1830 o missionário já se havia tornado um agente ativo mas bastante contraditório (e não ubíquo) da influência europeia. O projeto missionário europeu ganhara novo ímpeto com a reação emocional ao racionalismo iluminista, à terrível experiência da guerra revolucionária e (de forma mais evidente na Grã-Bretanha) à inquietação moral provocada pela rápida mudança social e económica. A ansiedade religiosa traduziu-se no dever evangélico de salvar o pagão através da ação direta ou dos esforços de sociedades missionárias. No entanto, além de serem emissários religiosos, os missionários foram os «espiões» da Europa no interior africano, ao longo da costa da China (onde Charles Gutzlaff foi um evangelizador pioneiro) e na longínqua Nova Zelândia. As suas mensagens, relatórios, pedidos de ajuda, viagens de angariação de fundos, «jornais» missionários e memórias propagandistas incentivavam a opinião pública na metrópole a agir: a angariar mais dinheiro e a pressionar os seus políticos a intervir ou até mesmo a anexar. Muitas vezes, como na Nova Zelândia, o motivo era proteger um grupo de novos ou promissores conversos da atividade predatória de europeus degenerados – vendendo rum ou comprando sexo – ou (como na África Oriental) de traficantes de escravos árabes. O maior dos missionários-propagandistas foi David Livingstone. O seu prestígio de herói na Grã-Bretanha vitoriana revelou a enorme atração desta religiosidade exteriorizada.

Até os missionários aproveitaram a vaga de mudança comercial, e sem ela a sua influência, atividade e recursos teriam sido muito menores. Na verdade, missionários como Gutzlaff ou Henry Williams (na Nova Zelândia) combinavam sem problemas as suas atividades religiosas e comerciais. Gutzlaff vendia ópio enquanto pregava. Os comerciantes europeus – sobretudo britânicos – e os seus fornecedores industriais exigiam o acesso aos mercados outrora fechados de África, Ásia e Américas, pressionando os seus governos a forçá-lo se necessário. Um lóbi de comerciantes já derrubara o antigo monopólio da Companhia das Índias Orientais sobre o comércio com a Índia em 1813 e com a China em 1833. A pressão dos comerciantes empurrou Londres para a Primeira Guerra do Ópio (1839-42) e, através do Tratado de Nanquim em 1842, garantiu a primeira verdadeira abertura da China ao comércio europeu. Munidos dos produtos da Europa industrializante, sobretudo dos seus têxteis feitos à máquina, os comerciantes europeus tinham finalmente uma mercadoria de procura quase universal, uma vez que o tecido barato de algodão era um bem de consumo que podia ser vendido em quase todo o lado, mesmo contra a concorrência de artesãos locais. O único requisito era um mercado «aberto» onde os artigos europeus podiam ser vendidos sem a barreira de tarifas ou proibições. Para o comerciante europeu o que importava era o «comércio livre», e não a conquista ou o domínio político.

Esta prioridade comercial ajuda a explicar o padrão distintivo da expansão do Ocidente depois de 1830. Em grande parte do mundo, o desejo dos europeus de «globalizar» os mercados, vender as suas manufaturas, e encher os seus navios de carregamentos com destino à metrópole criou uma

nova forma de império comercial muito aquém de um verdadeiro domínio colonial. Muitas vezes, os comerciantes e os seus governos conseguiam o acesso comercial através de acordos com governantes e elites locais em condições que eram, ou pareciam, mutuamente vantajosas. Afinal o comerciante só podia vender se também comprasse. O que ele oferecia àqueles que controlavam as terras era um mercado para produtos que eles podiam vender em locais próximos – porque as terras eram abundantes e os produtos baratos. Os proprietários rurais outrora condenados a uma economia de subsistência podiam tornar-se consumidores – de vestuário, móveis, artigos de ferro, mercearias (como chá ou café) e ferramentas – se conseguissem produzir as culturas agrícolas que os europeus queriam comprar. Nos lugares onde este entendimento comercial funcionava melhor, como em certas regiões da América Latina, havia poucos incentivos para os Estados europeus pensarem em conquistas. Onde a colaboração local não existia e o governante parecia decidido a excluir o comércio externo ou a regulamentá-lo de forma rigorosa (o caso mais notório foi a China), o plano dos comerciantes exigia a ação do governo. Mas mesmo na China (onde o governo britânico fez a vontade aos comerciantes) a intervenção com recurso à força – nas guerras do ópio de 1839-42 e 1856-60 – criou pouco mais do que um condomínio marítimo numa série de «portos de tratado» espalhados pela costa da China e ao longo do Yang-tzé. Aí os europeus gozavam de uma liberdade privilegiada para se dedicarem ao comércio. Mas a penetração do interior da China parecia ainda assustadoramente difícil nos anos 70 do século XIX.

Na realidade, em muitas zonas do mundo não-ocidental os comerciantes europeus foram obrigados a aceitar uma divisão do trabalho rudimentar. Nos lugares onde eram impedidos de entrar no interior – afastados por comerciantes indígenas ou desconcertados pelas complicações de termos de pagamento, crédito e distribuição – como acontecia frequentemente no interior da China e de África, não tinham outra alternativa senão confiar em intermediários locais. O comerciante europeu permanecia na sua «feitoria» (ou entreposto) na costa ou transitava ao longo desta – uma prática comum na África Ocidental ⁽⁴³⁾. Na Índia, onde o domínio colonial se estendeu rapidamente antes de 1850, os pormenores eram diferentes mas o padrão semelhante. Os comerciantes britânicos nas suas «agências» (havia 47 em Calcutá em 1835) concentravam-se no comércio de exportação-importação nas principais cidades portuárias e satisfaziam as necessidades da pequena população estrangeira no interior. Mas faziam poucas tentativas para penetrar no comércio do interior ou na vasta economia agrícola. Em quase toda a parte o risco do insucesso comercial era elevado. Condições climáticas extremas, informações pouco fiáveis, moedas instáveis, perdas no mar ou a turbulência política multiplicavam os riscos normais do comércio de longa distância e a «mortalidade» das firmas europeias na Índia e China era por isso elevada. Vivia-se a época dos pioneiros mercantis, evocados de forma tão admirável nos contos de Conrad, sulcando os mares orientais em busca de mercadorias, e sorte.

Apesar de tudo, a fronteira comercial da Europa não parou de avançar na Afro-Ásia nos cinquenta anos depois de 1830. Na Ásia Oriental, a primeira grande afluência de comerciantes destinara-se a Hong Kong, ocupada pelos britânicos na Primeira Guerra do Ópio e mantida como porto de abrigo na costa da China. Em 1860 mais de 40 firmas britânicas já se haviam instalado no porto, atraídas pelos lucros fáceis do comércio do ópio ⁽⁴⁴⁾. Chegaram também comerciantes parses de Bombaim e alguns europeus e americanos. Depois da Segunda Guerra do Ópio, o número de «portos de tratado» aumentou rapidamente, e foram construídas pequenas cidades de estilo europeu, com parques, esplanadas, bancos e escritórios, como enclaves dentro (ou perto) das principais cidades chinesas. Nessa altura Xangai já se havia tornado o verdadeiro entreposto para o comércio da China, o principal porto de entrada a partir da Europa e da América. Situava-se no término daquela que depressa se haveria de tornar a principal «via rápida» entre a Europa e a Ásia, passando por

Bombaim, Colombo, Rangum (a crescer rapidamente como centro do comércio de arroz e madeira) e pela encruzilhada marítima de Singapura, fundada apenas em 1819 mas já com mais de 100 000 habitantes na década de 70 ⁽⁴⁵⁾.

Um indício deste novo crescimento comercial foi a rede de comunicações mais ou menos regulares e rápidas entre a Europa e a Ásia que surgiu depois de 1840. Nesse ano a Peninsular and Oriental Steam Navigation Company (a «P&O») obteve um alvará real para um monopólio dos correios entre Londres e Alexandria. Dois anos depois tinha um contrato para transportar correio entre o Suez, Ceilão, Madrasta e Calcutá; e em 1845 os seus serviços estenderam-se a Singapura e à China. Nos anos 60 e 70, a Índia e a China já estavam ligadas à Europa pelo telégrafo. Mas a maior mudança surgiu com a abertura do canal do Suez em 1869, encurtando em semanas a rota marítima para a Índia, acelerando o trânsito de passageiros e correio, e derrubando a barreira (tanto psicológica como física) que outrora parecia separar a Europa do «Mundo Oriental». «A penetração do istmo do Suez, como a destruição de uma barragem», escreveu Joseph Conrad em 1902, «lançou sobre o Oriente uma torrente de novos navios, novos homens, novos métodos de comércio» ⁽⁴⁶⁾. O acesso mais fácil à Europa despertou o interesse dos comerciantes por lugares isolados e esquecidos fora da principal rota marítima. O golfo Pérsico e a costa da África Oriental, em tempos o domínio dos *dhows* árabes, começou a atrair a atenção dos comerciantes britânicos sedeados em Bombaim ⁽⁴⁷⁾. Abrira-se uma nova frente comercial.

No entanto, havia ainda poucos indícios de que este frenesim de atividade económica implicaria uma grande extensão do domínio europeu na Afro-Ásia. Os europeus, com os britânicos à cabeça, adquiriam enclaves, bases, fortalezas e entrepostos para o comércio – como Áden, Singapura, Saigão, Hong Kong, Lagos ou St. Louis, no Senegal. A sua atividade comercial e influência política expandiam-se a partir destas e outras testas de ponte. Eram celebrados – ou impostos – tratados para proibir o tráfico de escravos ou acabar com a pirataria. Quase-protetorados sustentavam governantes maleáveis – muitas vezes com resultados ambíguos ou pouco satisfatórios. Mas nenhum projeto universal de partilha imperial parecia desejável, necessário ou viável até à década de 80 do século XIX. As principais exceções encontravam-se na Índia (onde se aplicavam condições especiais), partes da Ásia Central próximas das províncias caspianas da Rússia, no extremo noroeste e extremo sul de África e no Sudeste Asiático, onde britânicos, franceses e holandeses avançavam apreensivos para a península malaia, Indochina e as «Ilhas Exteriores» do arquipélago indonésio. Foi a enorme expansão destes «impérios indefinidos» nas novas circunstâncias mundiais dos anos 80 do século XIX que conduziu ao ponto mais alto do predomínio ocidental antes do colapso de 1914.

Em muitas regiões do mundo, as fronteiras da Europa Maior eram imprecisas – zonas de interação com africanos e asiáticos e não de integração premeditada. As fronteiras do missionário e do comerciante, quer viessem em busca de Deus ou de Mamona, dependiam da colaboração local. Mas estes não foram os únicos nem os mais importantes teatros da expansão europeia. Até 1880, e muito depois disso, a fronteira mais dinâmica da Europa foi demográfica – a sua fronteira de povoamento. Neste caso, a extensão do avanço foi impressionante. Em 1830, os colonos brancos nos Estados Unidos já se haviam estabelecido até ao Mississipi. Em 1880 já tinham conquistado ou ocupado quase todos os que se tornaram os 48 estados (excluindo o Alasca e o Havai). No Canadá, tinham ocupado os terrenos agrícolas no Leste e preparavam-se (a demora revelou-se considerável) para avançar para as pradarias. Na Austrália, na década de 80, 2,25 milhões de colonos já se haviam espalhado pela maior parte do que podia ser usado para a agricultura ou criação de ovelhas, deixando apenas um vasto interior seco e deserto. Na Nova Zelândia, onde o povoamento mal começara em 1840, a maior parte da terra arável já fora ocupada nos anos 80, exceto nos redutos dos maoris na Ilha Norte. Em todos estes lugares, a torrente de colonização europeia levava tudo à frente: deslocando ou excluindo

as populações indígenas, vedando-as em «reservas», destruindo muitas vezes o seu meio de subsistência e tornando-as dependentes da caridade dos brancos. Depois de 1880 restavam apenas quatro zonas para a colonização em grande escala pelos europeus: as pradarias canadianas, as pampas argentinas, as terras temperadas do Sul do Brasil e a Sibéria. Numa quinta zona, a África Austral, transformada pela força num «país do homem branco», os europeus podiam dominar, mas eram muito poucos para poder excluir a população negra ou viver sem o seu trabalho. Numa sexta, a África mediterrânica, o povoamento europeu foi o «enteado doente» do poder militar francês do princípio (1830) ao fim (1962).

Este grande avanço alterou permanentemente a geografia económica, cultural e política do mundo. No final do século, até os comentadores mais prudentes podiam presumir que o futuro do mundo era europeu. A população da «Nova» e «Velha» Europa em 1800 fora de 170 milhões, segundo os cálculos do eminente estatístico britânico Sir Robert Giffen. Em 1880 já chegara aos 400 milhões. Em contrapartida, excetuando a Índia, «as raças não-europeias tinham permanecido estacionárias... As forças da civilização, ao contrário das raças negra e amarela, tornaram-se praticamente irresistíveis» (48). Ele previa que no ano 2000 o número de «europeus» atingisse os 1500 a 2000 milhões e o dos chineses apenas 400 milhões. Giffen extrapolara demasiado, mas a explosão demográfica da Europa Maior foi uma realidade. No entanto, em 1800, exceto em partes do Leste da América do Norte, a grande apropriação de terras europeia era pouco mais do que uma série de pretensões a territórios cujo povoamento real não passava de um sonho. Porquê e como é que esse povoamento aconteceu, e tão depressa?

O pré-requisito do imperialismo demográfico da Europa foi o facto de muitos europeus quererem deixar as suas terras e poderem fazê-lo. Não foi por acaso que a maioria dos emigrantes até 1880 saiu de regiões com fácil acesso aos portos no Atlântico. Mas essa não pode ser a única explicação, pois muito poucos emigrantes saíram da França, ou mesmo da Espanha, até ao final do século. O que levava as pessoas a emigrar era o cômputo entre as oportunidades esperadas na sua terra e as oportunidades imaginadas no exterior. As Ilhas Britânicas foram a principal fonte de migrantes até às últimas décadas do século XIX, e a maior fonte absoluta até 1914. Foram também a primeira zona da Europa mais afetada pelas mudanças sociais e económicas do industrialismo. Mudanças no uso da terra – como a conversão de terras de cultivo marginais na Escócia em pastagens para ovelhas – afastavam as pessoas do campo para as cidades – ou para o estrangeiro. Nalgumas zonas da Inglaterra, o declínio das antigas indústrias rurais teve um efeito semelhante. Não existia uma vasta região interior de pequenas explorações agrícolas (como em França) capaz de absorver os desempregados ou subempregados. O caso extremo foi a Irlanda, onde a terrível crise de subsistência depois de 1845 matou cerca de 2 milhões de pessoas e obrigou outros milhões a emigrar, inclusive para o interior da Grã-Bretanha. Foi relativamente fácil para estes migrantes deixar a Grã-Bretanha urbana e continuar a sua viagem para a América (a maioria) ou a Austrália (alguns). As rotas marítimas eram pacíficas. Nenhum obstáculo legal impedia a emigração. E na altura existiam sistemas de transporte capazes de levar grande número de passageiros para os portos e enviá-los de forma rápida e barata para o outro lado do Atlântico.

Desta forma, as consequências físicas da industrialização incentivaram as pessoas a deslocar-se e depois ajudou-as a fazê-lo. Os efeitos sociais e culturais da industrialização também tiveram um papel a desempenhar. Muitos dos que foram obrigados a deslocar-se pararam primeiro em cidades britânicas. Se as condições urbanas tivessem sido diferentes, e as redes de segurança mais fortes, talvez mais pessoas tivessem permanecido nas cidades. Mas o que surgiu foi uma cultura da mobilidade, alimentada pela propaganda ávida de agentes de emigração, companhias de navegação, sociedades de migração, empresas imobiliárias e fanáticos religiosos, e disseminada a baixo preço

pela palavra impressa – outra consequência da industrialização. A vontade de emigrar, provocada pela pobreza e pelo medo económico, foi reforçada pela crença na emigração como o meio para uma vida melhor. Fomentada habilmente por uma multidão de «empresários» da emigração (a emigração era um negócio), enraizou-se com espantosa velocidade na imaginação social.

Mas a emigração não era apenas uma questão de sonhos e vontades, nem mesmo do baixo custo do bilhete de ida. Grande parte da emigração era paga com remessas enviadas pela «guarda avançada». A «migração em cadeia» era (como é hoje para os migrantes do Terceiro Mundo) a única forma viável de muitos emigrantes pobres poderem fazer a viagem. Mas a «migração em cadeia» conferia também uma reputação favorável ao destino preferido e ao sucesso económico daqueles que tinham viajado primeiro. Para deslocações tão grandes como as que ocorreram depois de 1840, era fundamental que as sociedades que os recebiam aceitassem os recém-chegados e que as suas economias fossem capazes de os absorver. Se as condições económicas fossem pouco favoráveis, a pobreza no país de origem seria substituída pela pobreza no ultramar (onde a rede de segurança era ainda mais pequena) e a cadeia quebrar-se-ia. A perspectiva de uma horda de imigrantes indigentes, fazendo baixar os salários e inundando o mercado de trabalho, poria os «antigos habitantes» contra uma porta aberta a novas chegadas. A grande migração teria estancado de repente.

A América era o destino da maioria dos emigrantes, e a sua extraordinária história económica explica porque é que essa grande migração foi um sucesso. O que tornava a América tão apelativa? Ou melhor, o que tornava a sua economia tão absorvente? A sua espantosa riqueza natural constitui uma parte óbvia da resposta: a enorme reserva de terras férteis; vastas extensões de floresta; depósitos de ferro, carvão, chumbo, prata e ouro; e um sistema fluvial que tornava acessível o interior e possibilitava o escoamento dos seus produtos. Mas o que tornou a América tão acolhedora não foi a exploração gradual dessas riquezas naturais mas a incrível velocidade com que estas foram exploradas por uma economia de mercado. A velocidade foi crucial ao permitir que a população da América crescesse tão depressa e absorvesse tantos europeus sem mais indícios de tensão social. O que tornou o povoamento da América (através do crescimento natural mas também da imigração) tão rápido e esta fronteira da Europa Maior tão dinâmica foi (mais uma vez) o impacto da industrialização: a industrialização transplantada da própria América.

Isso verificou-se de várias formas. A colonização agrícola em grande escala exigia ferramentas, organização social e vários serviços (incluindo serviços financeiros), para que os colonos não permanecessem agricultores de subsistência isolados, ignorantes e pobres. E estas necessidades tinham de ser satisfeitas localmente para poderem ser devidamente «customizadas» e não excessivamente caras. Assim como um exército de combate precisa de uma grande «retaguarda» para o servir com abastecimentos, informações e instruções, um exército de colonos precisa de uma «retaguarda» urbana próxima para equipamentos agrícolas, informações sobre o mercado e serviços culturais. Sem isso instala-se rapidamente a estagnação. A particularidade notável da fronteira americana não foi tanto a torrente de agricultores que se deslocaram para oeste mas a rapidez com que as cidades se desenvolveram. As cidades cresciam muito mais depressa do que a população em geral ⁽⁴⁹⁾, atraindo artesãos com competências industriais. Nos anos 20 e 30 do século XIX já se podiam encontrar fundições, fiações e outras fábricas nas novas cidades do Oeste, servindo ativamente as regiões interiores. A energia a vapor entrou cedo em cena. Muito antes de 1830, já estavam a ser construídas centenas de máquinas a vapor no Oeste, muitas para uso nos barcos a vapor que percorriam regularmente o Ohio e o Mississippi. Com estas competências industriais e de engenharia, os caminhos de ferro expandiram-se rapidamente, levando o meio de transporte industrial diretamente às regiões da fronteira. Os caminhos de ferro não transportavam simplesmente as pessoas, levavam-nas para novas oportunidades, acelerando a mobilidade demográfica de que

dependia a colonização industrializada.

As raízes mais profundas desta história de sucesso – o círculo virtuoso do crescimento incessante – encontram-se nas condições benígnas de que a América gozava como parte da Europa Maior. A ausência de ameaças externas, tornando muito mais fácil a manutenção de uma cultura «empresarial» descentralizada do que uma economia burocrática regulamentada ⁽⁵⁰⁾, era uma dessas condições. O legado do comércio transatlântico era outra. Em conjunto tinham ajudado a transformar o Velho Nordeste numa região comercial e industrial à escala europeia, extremamente eficaz (em parte por razões linguísticas) a importar e reutilizar competências e mão de obra qualificada das regiões mais avançadas da Europa atlântica. A fronteira americana não era por isso totalmente dependente do Velho Mundo. Como vimos, precisava apenas de pequenas quantidades de capital europeu. Otimizava as suas importações de bens e capital com o «valor acrescentado» de competências, produção e instituições «caseiras». Foi a fusão dinâmica da Velha e Nova Europa que sustentou o seu sucesso.

Na Austrália e Nova Zelândia, as fronteiras mais longínquas da colonização europeia, funcionavam os mesmos estímulos, mas numa escala muito mais modesta. Os dotes naturais destes países eram menos generosos. Ambos ficavam muito mais longe do que a América, e a distância era dispendiosa ⁽⁵¹⁾. Não começaram da posição vantajosa de que a América desfrutara antes de 1800. Estavam mais dependentes das contribuições da Europa. Mas de outras formas recorreram ao mesmo conjunto de ferramentas industriais para moldar o seu ambiente à colonização estrangeira. Introduziram plantas e animais e transformaram a paisagem com uma energia implacável (muitas vezes através do fogo) para satisfazer as suas necessidades. Uma caixa de fósforos, dizia-se cinicamente, era a ferramenta mais útil do pioneiro. Mais do que se adaptarem ao ambiente, adaptaram o ambiente ao modo de vida europeu. Fazer tanto em tão pouco tempo, a uma distância tão grande de «casa», e à escala necessária para manter o ímpeto da colonização, teria sido inconcebível sem o aparelho, físico e intelectual, de uma civilização industrial ⁽⁵²⁾.

Havia outra semelhança de enorme importância na história das regiões de fronteira. A fronteira normalmente era um lugar de avanço económico constante e penoso. Mas muitas vezes era também o cenário de uma «corrida»: ao ouro e à prata, mas também à terra. Era um lugar de especulação febril e gananciosa, mais o produto de manias e modas do que do cálculo económico ponderado. Esta era a tendência maníaca da cultura da mobilidade industrial, e teve consequências importantes. As «corridas» alteravam a direção e o ritmo da expansão colonizadora, criando novas e imprevisíveis linhas de avanço. Os efeitos demográficos podiam ser frenéticos. A descoberta de ouro duplicou a população da Austrália na década de 50 do século XIX e a da Nova Zelândia na década de 60. Na América, o movimento para oeste de agricultores pioneiros em direção ao Pacífico transformou-se numa torrente em 1849, quando se descobriu ouro no Vale Central da Califórnia. São Francisco ergueu-se subitamente como a metrópole mineira do Far Oeste ⁽⁵³⁾. A sua influência comercial, financeira e técnica espalhou-se rapidamente pela costa do Pacífico e pelo interior até ao Nevada, ao Utah e ao Idaho ⁽⁵⁴⁾. Anova riqueza da Califórnia acelerou a chegada do telégrafo em 1861 e dos caminhos de ferro da Union Pacific (em 1869). Quando se descobriu ouro nas Montanhas Rochosas em 1858, a quase mil quilómetros a oeste da região de fronteira, 100 000 pessoas invadiram o território do Colorado em pouco mais de um ano ⁽⁵⁵⁾. Outra vaga de esperançosos correu para norte em direção a Montana, quando se descobriu ouro em Virginia City em 1863: num ano chegaram 30 000. As consequências não foram apenas económicas.

Até agora temos passado ao lado de uma influência crucial sobre estas histórias de fronteira: a resistência dos povos indígenas ao deslocamento ou conquista. Embora existissem pequenas variações, nos anos 80 do século XIX a oposição indígena já fora quase toda eliminada nos Estados

Unidos, no Canadá, na Austrália e na Nova Zelândia. A vitória épica dos Dakota sobre Custer em Little Big Horn, em 1876, ou a dos Nez Perce em Big Hole um ano depois, não fizeram qualquer diferença. Mas por que razão a resistência dos ameríndios, dos aborígenes australianos e dos maoris da Nova Zelândia foi esmagada de forma tão completa no espaço de quarenta anos ou menos? O armamento é parte da resposta ⁽⁵⁶⁾, se bem que alguns povos indígenas também tivessem adquirido armas de fogo sofisticadas e fizessem bom uso delas – de forma notável contra o exército de Custer. Nas planícies americanas, alterações ambientais súbitas (o extermínio de manadas de bisontes por caçadores comerciais e espingardas modernas) destruíram grande parte da base do sustento e cultura indígenas. Mas a razão fundamental em quase toda a parte foi o ritmo frenético do avanço dos brancos: quase não houve tempo para que os povos indígenas se reorganizassem política e socialmente, formassem alianças mais abrangentes ou desenvolvessem táticas militares mais eficazes. Foi neste aspeto que as «corridas» se revelaram tão importantes. Os brancos não avançavam a um ritmo constante. Precipitavam-se imprevisivelmente em grande número, galgando distâncias enormes no engodo de ouro, da prata ou de terras «livres». Foi a corrida ao ouro no Dakota que afastou os ameríndios das terras que ocupavam, ao abrigo de um tratado, e conduziu ao confronto de que a derrota de Custer foi o trágico prelúdio. Noutros lugares, as corridas especulativas surpreendiam constantemente os povos indígenas ou confrontavam-nos com um inimigo irresistível cujos números, organização, recursos, equipamentos e transportes exibiam as marcas distintivas do industrialismo. Na década de 70 do século XIX, nas zonas de povoamento temperadas, os europeus já tinham ganho definitivamente a corrida contra o tempo.

Impérios Indefinidos

Noutras regiões, o resultado era muito menos claro. A Revolução Eurasiática permitira aos europeus penetrar em zonas da Afro-Ásia onde antes de 1750 tinham apenas uma testa de praia ou uma feitoria, na melhor das hipóteses. Com novas tecnologias, mercadorias mais atraentes e melhores informações, eles podiam aventurar-se no interior com maior confiança. Nas condições certas, podiam afastar, subornar ou aposentar governantes obstrutivos e os seus exércitos – um processo mais desenvolvido no subcontinente indiano (por razões que analisaremos adiante). Nos anos 30 e 40 do século XIX, os europeus já estavam a bater às portas da China, a forçar a sua entrada no comércio do Império Otomano, a infiltrar a esfera iraniana no Cáspio e no Golfo, a impor o cristianismo na Indochina e até a fazer o reconhecimento do Japão. Surgiram planos para colonizar o vale do Níger, uma invasão francesa da Argel islâmica (a joia de um vasto império no Norte de África) e um império privado na ilha de Bornéu adquirido pelo aventureiro inglês James Brooke. Em 1839 os britânicos conquistaram o rochedo deserto de Áden.

No entanto, apesar deste frenesim de atividade comercial, política e filantrópica, a imposição de um domínio imperial europeu efetivo aos Estados e povos da Afro-Ásia continuou a ser a exceção e não a regra até à década de 80 do século XIX. Em grande parte da Afro-Ásia, o período entre 1830 e 1880 foi uma «pausa enganadora» antes da disparidade cada vez maior em poder, riqueza, armamento, mobilidade e informações entre a maioria dos afro-asiáticos e os europeus atingirem o seu ponto mais alto. Só então é que uma nova forma de «economia mundial» e um novo sistema de «política mundial» se fundiram para produzir uma ordem mundial eurocêntrica e a extensão quase-universal do colonialismo formal e informal.

Entretanto, o avanço do domínio europeu mostrava sinais constantes de hesitação e incerteza. Havia grande pressão para uma maior penetração e para a expansão dos postos avançados de

influência europeia. Os comerciantes queixavam-se dos entraves ao comércio. Os missionários queriam salvar mais almas, ou salvar as almas que já tinham conquistado. Os soldados queriam uma colina estratégica, os marinheiros ansiavam por um ancoradouro mais profundo. Os procônsules afirmavam que uma colônia maior implicaria um governo com menos custos. Todos estes grupos podiam contar com grupos de pressão na metrópole para incitar o seu governo à intervenção ou à conquista. Podiam utilizar a retórica sedutora do comércio livre, da «missão civilizadora», do dever religioso, da «defesa imperial» ou do perigo de rebelião para reforçar os seus apelos na imprensa, no parlamento ou junto da opinião pública. Às vezes os governos europeus achavam mais fácil ceder a estas exigências do que resistir-lhes. Mas podiam igualmente recuar se uma derrota militar ou dificuldade financeira diminuísse o apoio a uma política de avanços. Retrospectivamente, isto parece um «jogo de esperas» antes do imperialismo a sério dos anos 80 do século XIX. Mas para as pessoas da época, os limites, a dimensão, a estabilidade e até a razão dos impérios afro-asiáticos pareciam especulativos, controversos e incertos.

A razão mais importante para esta situação era um ceticismo generalizado em torno da questão de se saber se os custos de semelhantes impérios seriam justificados pelos seus benefícios. Os custos podiam advir da necessidade de defender os impérios contra rivais europeus. Mas a causa imediata para a dúvida vinha normalmente da dificuldade em impor a autoridade europeia a governantes e povos decididos a resistir-lhe. O período da «pausa enganadora» foi, em grande parte da Afro-Ásia, uma época de resistência. No Magrebe norte-africano, o esforço francês para conquistar a região interior por trás de Argel durou décadas, embora a própria Argel fosse reinventada como cidade europeia. Na África Ocidental, o governador Faidherbe espalhou a influência da França pelo vale do Senegal e ao longo da costa. Mas a expansão foi suspensa após 1860 e só seria retomada na década de 80⁽⁵⁷⁾. Na Costa do Ouro (atual Gana), a pequena colônia britânica no litoral sentia-se tão ameaçada pelo reino interior dos Ashanti que se chegou a ponderar o seu abandono nos anos 60. Até na África do Sul, onde os bóeres tinham conquistado as savanas do interior depois de 1840, uma efetiva supremacia branca foi adiada até aos anos 80. A república do Transval caiu na bancarrota depois da sua guerra mal sucedida contra os Pedi, em 1876, enquanto a «ameaça» zulu pairou sobre a colônia britânica do Natal até à Guerra Anglo-Zulu de 1879.

Em muitas regiões da Ásia, as tentativas para afirmar o domínio europeu sofreram um revés semelhante. No Norte do Cáucaso (na atual Tchetchénia), os russos travaram uma guerra longa e sangrenta para conseguir quebrar a resistência «circassiana» em 1864. Só então é que conseguiram abrir o caminho para a Ásia Central. O domínio russo foi gradualmente imposto à região, mas só a partir das décadas de 70 e 80. Duas invasões britânicas do Afeganistão (1838-42, 1879-80) foram abortadas. O reino birmanês perdeu as suas províncias do litoral para os britânicos em 1826 e 1852, mas o Estado no interior sobreviveu até à sua derrota em 1885. Na Indochina, a intervenção francesa em 1858 para proteger os católicos de Tonquim terminou com a ocupação da Cochinchina (no delta do Mekong) e um protetorado nominal sobre o vizinho Camboja. Mas um verdadeiro império francês abrangendo o resto do Vietname, os Estados laosianos e o Camboja só se concretizaria nos anos de 80 e 90. Na Insulíndia a situação era semelhante. Os holandeses controlavam Java e grande parte de Samatra, mas em Achém (no Norte de Samatra), Bali, Bornéu oriental, Celebes e numa cadeia de ilhas que se estendia até à Nova Guiné, a sua hegemonia foi adiada até ao final do século ou mesmo depois disso.

O que tornava essa resistência tão eficaz? Normalmente não conseguia excluir toda a influência europeia (nem tentar fazê-lo) mas conseguia impedir o domínio europeu. Nalguns casos, evidentemente, mesmo uma pequena resistência bastava para afastar intrusos europeus que careciam dos meios, dos efetivos militares e do motivo para insistir. A distância e a pobreza podiam ser a

melhor defesa. Mas geralmente a resistência exigia que os Estados e sociedades afro-asiáticos mantivessem um nível crítico de solidariedade e coesão perante a intromissão ou agressão europeias. Na realidade, muitos destes Estados estavam surpreendentemente bem equipados contra o estilo europeu de guerra colonial. Os exércitos coloniais – britânico, francês, holandês, russo, americano – tinham algumas vantagens. Eram (mais ou menos) profissionais. Normalmente tinham maior poder militar destrutivo. Onde o acesso por mar era possível, podiam chegar de repente (como os franceses ao largo de Da Nang, no Vietname, em 1858) e conseguir a surpresa. Às vezes podiam usar o seu poder de fogo naval para intimidar a defesa, como fizeram os britânicos na Primeira Guerra do Ópio contra a China. Mas as campanhas coloniais estavam inexoravelmente sujeitas à lei dos rendimentos decrescentes. Nenhuma das potências imperiais podia dar-se ao luxo de manter muitos soldados ocupados indefinidamente em regiões de fronteira. Isso era dispendioso e os efetivos eram necessários noutros lugares. Em segundo lugar, quanto mais tempo ficassem os soldados, mais difícil se tornava assegurar o seu abastecimento e manter o seu poder de combate. Durante todo o século XIX, a doença continuou a atacar a saúde das tropas europeias nos trópicos. Em terceiro lugar, o reverso da surpresa era muitas vezes a falta de informações essenciais. Os afro-asiáticos podiam não saber que os europeus estavam a chegar: mas os europeus sabiam muito pouco daquilo para que iam. Com poucos conhecimentos dos planos dos governantes locais, dos seus pontos fortes e fracos, abastecimentos e efetivos militares, a força invasora muitas vezes entrava «às cegas». Daí o padrão de tantas campanhas coloniais: a encenação de uma vitória simbólica – a demolição de um palácio ou o incêndio de uma capital – antes de uma retirada para a costa em pose digna mas impotente. A descrição de Joseph Conrad (em *O Coração das Trevas*) de um cruzador francês «disparando contra um continente»⁽⁵⁸⁾ é um comentário irónico sobre esta violência sem direção.

A derrota ou contenção da invasão colonial mostravam o que era necessário para um Estado afro-asiático resistir ao domínio europeu. A verdadeira resposta era manter mais ou menos intacta a rede de comunicações do próprio Estado, permitindo o movimento de pessoas, bens, ideias e informações. Só as sociedades mais pobres e primitivas não precisavam ou não tinham desenvolvido um sistema semelhante. Em quase todo o lado, esse sistema era essencial para que os governantes, elites e as suas cidades fossem abastecidos de alimentos e receitas, para que mais do que o governo mais local fosse mantido, para que a economia crescesse acima do nível de subsistência. Todos os Estados afro-asiáticos mais importantes, ricos e poderosos (mas também muitos que não o eram) dependiam de redes sofisticadas para arrecadar e distribuir tributos, alimentos, artigos de luxo e bens essenciais como o sal. O prestígio do governante e o alcance do seu governo eram geralmente uma questão menos de território do que do domínio sobre as rotas do comércio, dos tributos e (às vezes) da peregrinação. A circulação de bens e capital sustentava uma classe de comerciantes ricos cuja lealdade egoísta ajudava a manter o regime político. O importante era que essa rede preservasse a região interior, uma «zona de segurança» onde o Estado não tivesse de enfrentar a concorrência externa nem arriscar a deslocação.

Os Estados que repeliram os europeus depois de 1840 foram os que conseguiram manter uma zona de segurança – uma região interior suficientemente grande para sustentar a superestrutura do governo político. É evidente que a maioria dos Estados tinha outros recursos com que fortalecer a sua solidariedade contra intrusos europeus e negar os colaboradores de que estes dependiam quase invariavelmente. O recurso mais importante talvez fosse a religião. A aristocracia letrada fiel à monarquia confuciana mobilizou a resistência vietnamita aos franceses no Mekong na década de 60⁽⁵⁹⁾. O budismo popular ajudou o Império Birmanês a repelir o domínio britânico. No Norte de Samatra, a luta de Achém contra os holandeses coube aos chefes que pregaram uma *jihad* pan-islâmica contra os invasores cristãos. Formas carismáticas de crença islâmica sustentaram a

resistência ao avanço francês nos territórios muçulmanos do Norte de África e da África Ocidental. O cristianismo copta conferiu ao Império Etíope uma solidez contra o ataque externo que escondia o estado decrépito da sua estrutura administrativa. Em ambientes agrestes, onde quase qualquer forma de contacto com o exterior representava uma ameaça séria à coesão social, os incentivos para a colaboração podiam ainda ser mais fracos. Normalmente esses lugares eram, pela sua própria natureza, marginais para os interesses europeus, exceto quando se intrometessem no caminho para uma esfera mais rica ⁽⁶⁰⁾.

Se as zonas e redes de segurança eram essenciais para a sobrevivência, estavam também (potencialmente) reféns da sorte. Se os europeus conseguissem perturbar a rede, podiam enfraquecer o Estado e subverter a lealdade dos elementos mais poderosos. Se utilizassem o seu arsenal de mobilidade impelida a vapor, bens de consumo industrializados e crédito mais barato para quebrar os elos que sustentavam a economia local, o efeito podia ser devastador. O Estado indígena precisaria de ações implacáveis para reparar os danos. No entanto, a «cura» podia ser tão drástica que desestabilizava o Estado e alterava a natureza da própria resistência. Este processo ocorreu em vários lugares no período entre 1830 e 1880. À medida que o campo de ação do povoamento, comércio e religião europeus aumentava, multiplicavam-se os pontos de fricção com os Estados afro-asiáticos. Em muitos casos, como vimos, as intervenções que se seguiram não foram decisivas. Mas muitas vezes, por acaso ou intencionalmente, os europeus conseguiam perturbar o Estado que tinham visado através de meios indiretos. Isso foi mais evidente em casos como o dos Estados marítimos malaios, cujo comércio marítimo (a principal fonte de riqueza e receitas) foi arrebatado por concorrentes ocidentais. A consequência não foi uma vitória fácil para o imperialismo europeu. Quando o poder dos governantes se desmoronava, os que eles tinham reprimido tornavam-se mais fortes. Quando a rede do governante se rompia, outros locais ou os predadores sociais que ele tinha afastado depressa tomavam o seu lugar. Os cultos religiosos – como os messias budistas na Birmânia – o contrabando, a pirataria ou a caça aos escravos (como na África Oriental) podiam tornar-se a base para uma nova ordem social. Esta podia ser mais descentralizada do que o anterior regime e geralmente era mais xenófoba e violenta. Confrontava os europeus com um tipo diferente de resistência, confirmando a suspeita destes de que grande parte da Afro-Ásia era perigosa e bárbara. Mas essa resistência revelava-se normalmente demasiado fragmentada e instável para impedir o domínio cada vez mais apertado dos europeus sobre as rotas, ligações e contactos que uniam as diferentes regiões, ou para impedir as coligações locais que o controlo dos vários movimentos permitia aos europeus construir. Em última análise, a resistência puramente local podia ser vencida em pormenor ou deixada ao abandono nas margens da colónia.

No entanto, este «processo final» só se tornou perceptível gradualmente: em grande parte da Afro-Ásia, só depois de 1880 ou mesmo depois de 1900. Entretanto, em todos os lugares onde os europeus ainda não tinham reunido os meios para desfazer e substituir as redes locais, as perspectivas de um império pareciam fracas. Em grande parte da África Ocidental, uma qualquer forma de império muçulmano era muito mais provável do que o domínio europeu, segundo o viajante filósofo Winwood Reade. «Se os turcos fossem expulsos da Europa», escreveu, «provavelmente tornar-se-iam os Imperadores de África, o que nos interesses da civilização seria uma ocorrência feliz» ⁽⁶¹⁾. Um oficial da marinha francesa que explorou o rio Mekong escreveu com azedume sobre a «profunda indiferença» da opinião pública francesa pela visão de império que ele revelara ⁽⁶²⁾. A perspectiva de travar «guerras indígenas» intermináveis contra inimigos esquivos sem os meios para uma vitória rápida nem o apoio local para um governo permanente exercia pouca atração sobre os governos europeus. Estes podiam permitir avanços graduais a partir de testas de ponte estabelecidas ou tentar um assalto definitivo. Mas em grande parte da Afro-Ásia pareciam conformados com a

sobrevivência dos grandes Estados indígenas e obrigados a tolerar a resistência dos mais pequenos.

A grande exceção foi a Índia, talvez o caso de imperialismo mais extraordinário da história moderna. Em 1820 os britânicos já se haviam tornado a potência dominante no subcontinente. Em 1856, na véspera da Revolta dos Sipaiois, já tinham conquistado Sind e o Punjabe e anexado Awadh. Pareciam decididos a controlar diretamente todas as regiões da Índia, incluindo os Estados cujos príncipes reconheciam a sua suserania. Mas a conquista da Índia não foi rápida nem sem controvérsias. Foi levada a cabo com custos muito elevados numa época de depressão económica causada em parte pelos encargos fiscais dos novos súbditos coloniais. Não era bem vista em Londres, onde o risco de que a Companhia das Índias Orientais (que continuava a ser a representante do poder britânico na Índia) abrisse falência com o esforço despertou receios de uma crise parlamentar como a dos anos 80 do século XVIII. As tensões que provocou na sociedade indiana acabaram por explodir na Revolta dos Sipaiois de 1857. Para muitos radicais britânicos, a Índia era um ónus despótico que corrompia a política britânica e decerto arrastaria a Grã-Bretanha para uma série infundável de guerras asiáticas.

No entanto, apesar de todas as objeções, o impulso expansionista raramente fraquejou. Londres queixava-se, mas não ousava repudiar os seus procônsules hiperativos. Quando a Revolta foi reprimida, e a Companhia desacreditada, o governo britânico assumiu a função de suserano da Índia. Esta atitude voluntária foi ainda mais surpreendente já que o fardo estratégico de defender a Índia contra rivais do norte e do oeste já se havia tornado uma grande obsessão da diplomacia britânica. A situação foi agravada pela reorganização militar necessária depois da Revolta. No interesse do «nunca mais», perto de 70 000 soldados britânicos seriam destacados permanentemente para a Índia: um soldado britânico por cada dois indianos. Este número equivalia a entre um terço e metade do Exército britânico – talvez três vezes superior ao da guarnição antes da Revolta e um esforço colossal para a defesa militar do resto do império.

Duas perguntas precisam então de resposta. Porque é que a Índia foi conquistada mais cedo e de forma mais completa do que quase qualquer outra região da Afro-Ásia? E porque é que os britânicos se mostraram dispostos e capazes de assumir os elevados riscos e custos do seu domínio? Responder à primeira implica regressar às circunstâncias em que a Índia passou por uma dupla revolução e o domínio britânico foi estabelecido no baixo Ganges. Nessa dupla revolução, os mogóis, os governantes nominais do Norte e centro da Índia, foram derrotados por uma invasão do interior liderada primeiro pelo Napoleão iraniano, Nadir Xá, e depois pelo seu herdeiro afegão, Ahmad Xá Durrani. Quase simultaneamente, as regiões marítimas – sobretudo a dinâmica economia têxtil de Bengala – tornaram-se mais dependentes do seu comércio externo e mais desavindas com os comerciantes estrangeiros. Quando a Companhia das Índias Orientais afastou o nababo de Bengala, Suraj ud-Daula, com a ajuda de aliados locais e instalou no seu lugar um governante fantoche, logo descobriu que o antigo regime imperial de Deli já quase se desmoronara. No início do século XIX a Companhia já tinha penetrado na região do Ganges, ocupado Deli e transformado os próprios mogóis numa dinastia fantoche. Os serventes da Companhia, como eram denominados os seus funcionários, tinham muito a ganhar pessoalmente com a extensão do poder da mesma, uma vez que o seu controlo do comércio criava um fluxo de rendimentos e a sua crescente burocracia uma grande oferta de empregos. O estado da Companhia reprimia qualquer governante que ameaçasse os seus interesses. Depressa se tornou um lugar-comum atribuir o seu triunfo à afirmação da vontade britânica sobre o caos e a letargia da Índia indígena. Na realidade, a explicação para o domínio britânico residia, não no atraso e indolência da Índia, mas na abertura e acessibilidade do subcontinente, e na sofisticação da sua vida financeira e comercial.

A abertura da Índia ajudou os britânicos de várias formas. Foi parte da razão para a dupla

revolução. Ao contrário do que acontecera na China, nenhuma Grande Muralha impedira o acesso às planícies do Indostão a partir da Ásia Central. Os comerciantes estrangeiros também não estavam confinados a portos de nicho como Cantão. Era muito mais fácil para os europeus recolher informações sobre a Índia do que sobre a China. Era muito menos difícil para os comerciantes europeus negociar com os seus homólogos indianos. A economia comercial da Índia – o centro do comércio de têxteis do mundo no século XVIII – estava muito mais voltada para o exterior do que a da China, e os seus banqueiros e comerciantes muito mais livres do controlo dos governantes. Na Índia marítima os britânicos encontraram Estados comerciais, não uma burocracia hostil que respondia perante um imperador distante. Quando os seus interesses eram ameaçados, podiam facilmente unir-se aos súbditos desavindos de governantes marítimos. As suas reservas limitadas de força organizada dinamizaram grandes investimentos de homens de negócios locais para quem o comércio da Companhia era demasiado valioso para se perder.

Mas isso por si só não explica a relativa facilidade com que os britânicos entraram no interior do subcontinente. Aí eles puderam explorar três outras vantagens da «modernidade» da Índia da Idade Moderna. Em primeiro lugar, grande parte da Índia já estava ligada por um sistema de crédito que alterava os equilíbrios em todo o subcontinente. Nas suas várias guerras, os britânicos puderam combinar os seus lucros do comércio com os serviços financeiros de banqueiros indianos para sobreviver aos contratempos do insucesso militar e suplantar os seus inimigos ⁽⁶³⁾. Em segundo lugar, começando com Bengala – a região mais próspera –, puderam servir-se do rendimento de um antigo sistema de tributação sobre a propriedade – as «receitas das terras». Puderam pagar as fileiras crescentes dos seus exércitos e depois anexar novas receitas para financiar novas guerras. Existiu assim um colonialismo autossustentado que mal poderia funcionar nas regiões menos desenvolvidas da Afro-Ásia e de modo nenhum nas economias não-monetizadas sem sistemas fiscais. Em terceiro lugar, em parte porque a Índia das planícies já criara castas profissionais e exércitos mercenários (o contraste é com as lealdades clânicas e os recrutamentos feudais), foi fácil para a Companhia recrutar (da mesma forma que era possível pagar) um exército profissional de sipaios fiel ao seu pagador estrangeiro. Em 1835, o exército de Bengala já tinha cerca de 64 regimentos de «infantaria indígena». Os exércitos indianos da Companhia tinham muito mais efetivos do que todo o Exército britânico, na metrópole e no ultramar ⁽⁶⁴⁾. Com esse exército permanente como aríete, a Companhia pôde derrubar todos menos os mais determinados dos seus adversários.

A Índia, portanto, munuiu o seu invasor europeu dos recursos que podiam ser usados para a tarefa da conquista ⁽⁶⁵⁾. A Companhia pôde assim criar muito cedo a sua própria «zona de segurança» e tornar-se uma potência indiana ou «interior», competindo em condições indianas com rivais indianos. Pôde usar a instabilidade da sociedade indiana em benefício próprio. A Índia Ocidental sempre acolhera elites de comerciantes estrangeiros, sobretudo parses, que tinham vindo do Irão e dominavam a cidade portuária de Bombaim. Estes eram os parceiros naturais da Companhia. Em Bengala, um nova elite hindu, os *bhadralok* («pessoas respeitáveis»), surgiu rapidamente para substituir a velha guarda muçulmana e fornecer os colaboradores instruídos de que dependia o rajado da Companhia. Com aliados como estes, a Companhia podia organizar as redes locais de que precisava para espremer – e por fim estrangular – o comércio e as receitas de qualquer rival. O resultado foi a transferência do ónus dos custos e dos riscos da Grã-Bretanha, a beneficiária final do império indiano, para uma entidade política híbrida e «anglo-indiana» com origem na «testa de ponte» de Bengala. Foi a Anglo-Índia, e não a Grã-Bretanha, que financiou as guerras de conquista. Quando Londres enviava tropas para a Índia, a Companhia arcava com os custos – uma das razões por que o seu envio era menos contestado em Westminster do que o de forças mais pequenas para colónias mais pobres na Nova Zelândia ou na África do Sul.

O tamanho e a riqueza do estado da Companhia tiveram outra consequência. Desde o início a Companhia foi um Eldorado de oportunidades para os britânicos (sobretudo escoceses) que conseguiam ser nomeados para o seu serviço público e comercial ou para o corpo de oficiais dos seus exércitos. Nos anos 30 do século XIX, estes homens e as suas famílias constituíam já um formidável interesse adquirido, com muito a ganhar com a ascensão da Companhia. Os seus escritos e memórias formaram a base de um mito anglo-indiano em que a centralidade da Índia para o poder britânico se tornou o tema dominante. Numa reviravolta surpreendente, o trágico espetáculo da conquista da Índia, outrora reprovado por Edmund Burke, passou a ser justificado pelos utilitaristas e liberais como o grandioso exemplo de uma reforma racional. A ignorância e a superstição estavam a ser substituídas pela modernidade civilizada. A Índia era um projeto, não uma usurpação. Com efeito, dois dos escritores mais influentes da Grã-Bretanha de meados da época vitoriana defenderam entusiasticamente a causa civilizadora na Índia. Ambos tinham trabalhado para a Companhia. O historiador T. B. Macaulay fora membro do governo indiano da Companhia. Os seus ensaios sobre Clive (1840) e Warren Hastings (1841) descreviam-nos como construtores de impérios progressistas, na tradição de Roma. John Stuart Mill, o profeta do individualismo liberal, foi funcionário na sede londrina da Companhia. No seu *Representative Government* (1861), o domínio britânico era veementemente defendido como o único caminho para o progresso social.

Estas influências ajudam a explicar por que razão Londres foi tão tolerante com o imperialismo da Companhia. Talvez igualmente esclarecedor seja o facto de nos anos 40 do século XIX a Índia já representar um grande trunfo para um império comercial. Em 1850 já viviam quase 12 000 britânicos nas suas maiores cidades portuárias de Calcutá e Bombaim ⁽⁶⁶⁾. Depois de 1830, as exportações britânicas para a Índia ultrapassaram constantemente as exportações para as Índias Ocidentais britânicas, a antiga joia do comércio imperial. Soldados indianos participaram na abertura forçada dos portos da China e na proteção do comércio britânico no Sudeste Asiático. Com a acumulação dos ovos de ouro, era fácil esquecer a saúde das galinhas. Mas em 1857 as tensões acumuladas deste imperialismo de ritmo frenético explodiram numa grande revolta.

A revolta começou como um motim de sipaios (soldados) indianos em Meerut, a cerca de 65 quilómetros a nordeste de Deli, contra o uso de munições conspurcadas com gordura animal. Por trás desta insurreição estava uma conspiração alargada de oficiais indianos do exército de Bengala. Os baixos salários, a fraca qualidade dos oficiais brancos, a diminuição das pilhagens e o forte ressentimento contra a diluição de um exército de castas altas por recrutas de castas baixas incitaram-nos à revolta. O seu objetivo era libertar-se do jugo britânico e voltar a servir governantes indianos ⁽⁶⁷⁾. Mas a revolta alastrou com uma rapidez impressionante porque uma massa muito maior de descontentes se viu encorajada pelo aparente colapso do poder militar britânico. Três tipos diferentes de queixas estavam por trás desta revolta mais ampla. Entre as elites muçulmanas do antigo interior mogol, o reduzido prestígio do seu imperador – um governante-fantoches desde 1803 – era geralmente interpretado como uma ameaça ao islamismo indiano, e a Revolta tornou-se parte de uma reação muçulmana contra um suserano infiel. Quando os insurretos entraram em Deli em maio de 1857, prometeram restaurar o poder mogol. Em segundo lugar, para alguns magnatas regionais, a súbita implosão do controlo britânico no vale do Ganges oferecia-lhes a oportunidade de recuperar o poder que tinham perdido – ou que esperaram perder – para o domínio cada vez mais rigoroso do rajado da Companhia. Isto aplicava-se sobretudo ao reino de Awadh, anexado pela Companhia no ano anterior, e aos governantes locais das terras altas do centro da Índia. Em Kanpur, o poder foi tomado por Nana Sahib, que pretendia restaurar a confederação marata, desfeita pela Companhia em 1818. Em terceiro lugar, os impostos sobre a propriedade lançados pela Companhia e os esforços desta para regulamentar a propriedade e titularidade rurais beneficiaram alguns interesses locais mas

indignaram muitos outros. O resultado foi uma revolta agrária irregular e imprevisível. Numa vasta faixa do Norte da Índia estes três elementos juntaram-se numa frente anticolonial mal coordenada.



Esta foi uma grande emergência para o domínio britânico. A Companhia enfrentou uma longa e dispendiosa guerra de reconquista, dificultada por perigos externos e fortes críticas políticas na metrópole. A Revolta mostrou sinais perigosos de poder alastrar aos restantes principados, cujas forças também se amotinaram contra os seus oficiais europeus. Na prática, embora a Revolta se prolongasse até 1859 nas serras e florestas mais remotas, foi dominada no seu centro nevrálgico em pouco mais de um ano. Awadh já fora reconquistada em julho de 1858. Em abril desse ano os britânicos já tinham cerca de 90 000 soldados brancos e igual número de indianos fiéis para combater as forças rebeldes, com menos de 60 000 efetivos⁽⁶⁸⁾. Apesar da dimensão da revolta, os rebeldes foram vítimas de quatro insuficiências cruciais. A Revolta confinara-se ao Norte da Índia: não se espalhou (apesar de alguns sinais alarmantes) a Bengala, Bombaim e Madrasta, as regiões fulcrais do domínio britânico. Os britânicos podiam receber tropas e abastecimentos destas zonas «leais» e pedir ajuda à metrópole. Em segundo lugar, os britânicos agarraram-se afincadamente a alguns postos avançados vitais na zona rebelde, incluindo Agra e Benares (atual Varanasi), e mantiveram o controlo da sua nova província do Punjabe (onde foram avisados por telégrafo mesmo a tempo). O Punjabe foi vital. Dessa região veio o exército (maioritariamente indiano) que reconquistou Deli em setembro de 1857, destruindo o único centro credível da união rebelde. Em terceiro lugar, quando os britânicos começaram a regressar em força, as divisões entre os rebeldes e a ausência de um objetivo, ideologia ou liderança comuns, permitiram eliminar a resistência distrito a distrito. Em quarto lugar, os rebeldes tiveram muito pouco tempo antes do contra-ataque britânico para destruir e substituir a rede da Companhia. Nenhum Estado neomogol podia ter surgido no Norte da Índia: os governos rebeldes em Deli e Lucknow nem sequer conseguiam pagar aos seus sipaios. Embora muitos notáveis indianos tivessem apoiado os rebeldes quando os britânicos desapareceram, tinham demasiado a perder se continuassem a lutar quando estes reapareceram. A ferocidade implacável da reconquista britânica, patente no saque de Deli e na expulsão dos muçulmanos, não deixou qualquer espaço para o compromisso político⁽⁶⁹⁾

No entanto, não havia qualquer dúvida de que o choque da Revolta afetara profundamente as opiniões dos britânicos sobre o seu império indiano. Tinham sido apanhados completamente de surpresa. A revolta espalhou-se com uma velocidade espantosa. Centenas de brancos tinham sido mortos, incluindo muitas mulheres e crianças (mais de 200 no massacre de Kanpur). Apesar de inúmeros atos de lealdade e humanidade por parte dos indianos, o clima de desconfiança azedou inevitavelmente as relações anglo-indianas. Os sentimentos raciais tornaram-se mais agressivos. Muitos britânicos estavam convencidos de que a fonte da Revolta fora uma conspiração muçulmana: «Os sipaios são apenas instrumentos nas mãos dos muçulmanos»⁽⁷⁰⁾. Tornou-se um lugar-comum afirmar que o domínio britânico dependia da espada⁽⁷¹⁾. A partir de então, o medo de revoltas nunca deixou o espírito oficial. O poder britânico tornou-se mais cauteloso e conservador. O fardo imperial de proteger a Índia contra ataques internos e externos parecia mais pesado. Mas surgiram enormes contrapartidas. Depois de 1860, com a expansão dos caminhos de ferro, a Índia desenvolveu-se muito mais depressa como fonte de matérias-primas e o maior mercado para o artigo mais exportado da Grã-Bretanha, o tecido de algodão. E embora o fardo de estabelecer guarnições militares na Índia fosse pesado, não tinha quaisquer custos para o contribuinte britânico. Na realidade, depois de 1860, dois terços do Exército regular do Império Britânico (um total de cerca de 330 000 soldados britânicos e indianos) eram um encargo das receitas indianas, e não das britânicas. As forças da Índia podiam ser (e foram) utilizadas em qualquer parte, de Malta a Xangai. Com o acelerar da partilha da Afro-Ásia depois de 1880, o valor geopolítico e económico da Índia tornou-se um axioma da política britânica. O império indefinido tornara-se indispensável.

A Corrida contra o Tempo

O que aconteceu na Índia foi um aviso, caso fosse necessário, do que poderia seguir-se em qualquer outra região da Eurásia e África quando os europeus chegassem à vizinhança com o seu arsenal de novas armas – comerciais, culturais e militares. Mais ou menos conscientemente, os governantes e as elites do mundo afro-asiático deram por si numa corrida. Tinham de encontrar maneira de unificar os seus Estados, geralmente pouco coesos; de fortalecer o sentimento de coesão cultural; de fomentar mais comércio e arrecadar mais receitas. E tinham de o fazer a tempo. No entanto, enfrentavam um dilema constante. Se tentassem «fortalecer-se» utilizando métodos «europeus» – exércitos, burocracias, escolas e tecnologias de tipo europeu – corriam um risco enorme. A coesão social que tanto desejavam poderia dissolver-se em disputas com os velhos guardiões da cultura: os professores, clérigos e homens de letras e saber. O esforço de unificação política poderia ofender os detentores de poder existentes que prezavam a sua autonomia provincial. Uma maior regulamentação do comércio poderia enfurecer os comerciantes e também os seus clientes. Se deixassem entrar mais europeus, como comerciantes, conselheiros e especialistas, poderiam deparar com uma reação hostil, com acusações de fraqueza ou até mesmo traição. Também não podiam ter a certeza de que esses invasores autorizados não os prejudicariam nem seriam fonte de perturbações. Mas se tentassem excluí-los, o projeto de autofortalecimento poderia perder a força. Pior do que isso, eles poderiam incitar a um ataque antes de estarem preparados, e provocar assim uma catástrofe. Tinham de fazer duas corridas ao mesmo tempo: uma corrida para se fortalecerem antes que a Europa chegasse em força; e uma corrida para «reformular» antes que a dissidência interna destruísse toda a esperança de sucesso.

Entre os grandes Estados eurasiáticos além da Europa, a China (principalmente) e o Japão tinham sido sempre os mais ricos, os mais fortes e os menos acessíveis à influência europeia. Até à década

de 30 do século XIX pareceram quase invulneráveis ao ataque europeu. Mas em 1840 essa antiga imunidade já desaparecera no caso da China e começara a desaparecer no Japão. Os dois Estados eram cada vez mais pressionados pelos europeus, com a Grã-Bretanha, a Rússia e os Estados Unidos à cabeça. Estes exigiam o livre acesso aos portos da Ásia Oriental, liberdade para negociar com comerciantes chineses e japoneses e o fim dos protocolos diplomáticos segundo os quais os ocidentais tinham a reputação de bárbaros, cultural e politicamente inferiores ao Império do Meio e ao Japão. Combinavam estas exigências com a demonstração e o uso da força militar e com reivindicações territoriais – no litoral e modestas (mas longe de triviais) – da parte dos britânicos «marítimos», muito maiores da parte da Rússia continental. Esta alteração traumática da sua postura internacional teve evidentemente profundas consequências políticas, culturais e económicas na China e no Japão. Em 1880, estes dois países já tinham passado por uma série de transformações internas reveladoramente descritas pelos seus autores como «restaurações»: a restauração T'ung-chih («União para a Ordem») na China, a restauração («governo Esclarecido») Meiji no Japão ⁽⁷²⁾. Ambas foram o resultado da convergência de tensões internas e ameaças externas. No entanto, como veremos, as suas trajetórias, e a dimensão da transformação que prometiam, foram bastante diferentes.

A China foi a primeira a sentir o peso do descontentamento europeu. A ocasião foi o colapso do antigo «sistema de Cantão» para o comércio da China com a Europa. Segundo este sistema, Cantão era o único porto através do qual o comércio – confinado a uma corporação fortemente regulada de comerciantes chineses (os «Hong») – era permitido. Os europeus (autorizados a manter armazéns – feitorias – no cais) estavam proibidos de morar permanentemente na cidade, partindo para Macau no final da temporada comercial. O fim do monopólio da Companhia das Índias Orientais sobre o comércio britânico em 1833 e o rápido aumento do número de comerciantes «livres» britânicos que vendiam ópio – praticamente a única mercadoria que os chineses aceitavam pelo seu chá e pela prata – provocaram uma crise. Quando as autoridades chinesas, alarmadas com a enchente de importações de ópio e com a saída da prata (a base da moeda da China) para as pagar, mas também com o desrespeito generalizado da regra de que todo o comércio estrangeiro devia passar por Cantão, tentaram restabelecer o seu controlo, afastando o oficial britânico enviado para supervisionar o comércio e confiscar o ópio de contrabando, a indignação em Londres conduziu à ação militar. Em fevereiro de 1841 a Marinha Real chegou a Cantão. A armada chinesa foi destruída e uma força invasora desembarcou na cidade. Quando os chineses tergiversaram, uma segunda força entrou no delta do Yang-tzé, ocupou Xangai, esmagou um exército manchu e bloqueou o rio e o Grande Canal (a principal artéria do comércio interno da China). Em agosto de 1842 os britânicos já tinham chegado a Nanquim, a capital do Sul do império, e preparavam-se para a atacar. O imperador capitulou, assinando o primeiro dos «tratados desiguais» ⁽⁷³⁾.

Ao abrigo do Tratado de Nanquim de 1842, cinco «portos de tratado» foram abertos ao comércio ocidental, a ilha de Hong Kong foi cedida aos britânicos, os europeus foram autorizados a colocar cônsules nos portos abertos e o velho sistema de Cantão foi substituído pela liberdade de comerciar e pela promessa de que as tarifas sobre as importações estrangeiras não excederiam os 5%. Este tratado representou uma inversão espantosa dos antigos termos segundo os quais a China lidara com o Ocidente. Mas o seu alcance (neste período) não deve ser exagerado. Por mais importuno que fosse para as autoridades chinesas, o acordo tinha alguns méritos. Os estrangeiros ficariam bem longe de Pequim, não podiam viajar livremente e, segundo o sistema da jurisdição consular, seriam cuidadosamente segregados administrativamente da população chinesa ⁽⁷⁴⁾. Para um grande império interior e agrário, o bulício dos bárbaros no litoral distante era um incómodo que podia ser neutralizado através de uma diplomacia criativa.

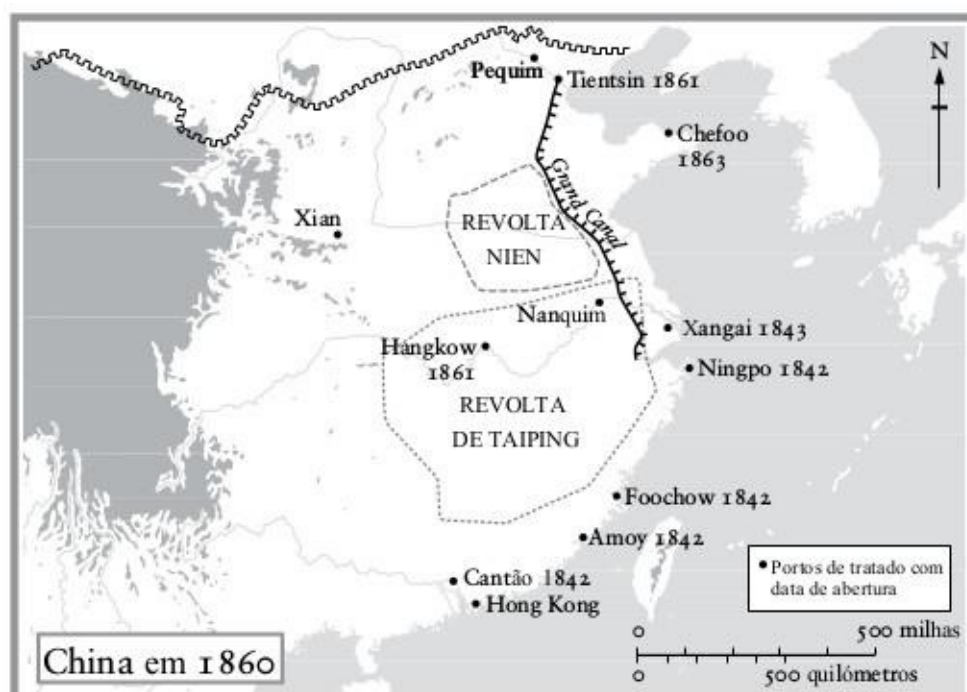
Mas o tratado não foi o fim da questão. Seguiram-se atritos contínuos entre chineses e europeus. Em 1854 os britânicos já estavam a insistir na revisão do tratado, para abrir mais portos e permitir que os europeus se deslocassem livremente no interior e alargassem o âmbito do seu comércio. Em 1856, o incidente do *Arrow*, em que os chineses apreenderam um navio que alegadamente ostentava pavilhão britânico, tornou-se o pretexto para uma segunda ronda de coerção militar. Quando os chineses adiaram a implementação de um novo tratado assinado em 1858, uma expedição anglo-francesa desembarcou em Tientsin e avançou sobre Pequim, incendiando o palácio de verão do imperador em retaliação pelas perdas. O segundo grande tratado, a Convenção de Pequim, abriu muito mais portos, até Tientsin, no norte e ao longo do Yangtzé, e concedeu aos europeus (incluindo os missionários) o direito de percorrer o interior da China. Além disso, a antiga lenda da superioridade diplomática chinesa foi firmemente desmentida quando o imperador foi obrigado a permitir que diplomatas europeus fossem colocados em Pequim. A China, parecia, fora integrada à força no sistema internacional dos europeus, em condições humilhantes e como potência de segunda categoria, na melhor das hipóteses.

Para os administradores e intelectuais chineses mais atentos (e a burocracia chinesa era composta pelos eruditos tradicionais mais competentes), estes acontecimentos surpreendentes exigiam uma explicação. As suas conclusões foram implacáveis. Os seus métodos tinham falhado: eram necessárias reformas urgentes. Tinha de se descobrir melhores formas de lidar com os bárbaros. Os conhecimentos ocidentais teriam de ser sistematicamente traduzidos e disseminados. Os transportes e as comunicações tinham de ser melhorados. Acima de tudo, a China devia adquirir armas modernas, necessárias para impedir o Ocidente de atacar os pontos vitais do império de forma quase arbitrária. «Somos vergonhosamente humilhados pela [Rússia, América, França e Inglaterra]», queixava-se o erudito reformador Feng Kuei-fen (1809-74), «não porque o nosso clima, solo ou recursos sejam inferiores aos deles mas porque o nosso povo é realmente inferior... Porque é que eles [os Ocidentais] são pequenos mas fortes? Porque somos nós grandes mas fracos?»⁽⁷⁵⁾. Mas na altura em que Feng escrevia isto, o império sofria uma crise interna que parecia muito mais perigosa do que a coação intermitente infligida pelos europeus. Nos anos 50 e 60 do século XIX, vastas zonas do Centro e Sul da China – algumas das suas regiões mais ricas e produtivas – foram abaladas por várias revoltas, que paralisaram o comércio, reduziram as receitas imperiais e ameaçaram pôr fim ao «mandato dos céus», a fonte da legitimidade dinástica.

A mais grave destas grandes convulsões foi a Revolta de Taiping. Começou no Sudoeste da China com as visões de um profeta milenarista cuja mensagem reunia elementos da doutrina cristã difundidos pelos missionários e os protestos amargos do campesinato oprimido pelo desastre económico. Hung Hsiu-ch'uan intitulou-se irmão mais novo de Jesus Cristo e em 1851 proclamou uma nova dinastia, o Taiping T'ien-kuo, ou Reino Celestial da Grande Paz, com ele próprio como Rei Celestial. Com uma velocidade espantosa, o seu movimento recrutou um exército camponês, atacou as guarnições isoladas do governo Ch'ing e invadiu o centro do império na região do Yang-tzé. No início de 1853 já tinha conquistado Nanquim. Mas o objetivo de Hung era substituir a dinastia. Em 1855 as suas tropas chegaram a Tientsin e pareciam prontas para conquistar o troféu maior, a capital imperial. Foi o seu momento mais alto. A partir daí o seu exército foi forçado a recuar gradualmente para o vale do Yang-tzé. No entanto, a derrota final só aconteceu em 1864, com a morte de Hung e a perda de Nanquim para as tropas imperiais⁽⁷⁶⁾.

A Revolta de Taiping, a grande Rebelião Nien, que se espalhou por uma vasta região a norte do Yang-tzé e durou até 1868⁽⁷⁷⁾, e a revolta muçulmana no oeste (1862-73) foram sintomáticas de um declínio drástico da ordem política, social e económica. As suas raízes talvez se encontrassem nas dificuldades da economia agrária, abalada por uma série de desastres depois de 1830. A China

conseguiu um aumento impressionante da produção agrícola no século XVIII. O desbravamento de novas terras e a agricultura tradicional mais intensiva mantiveram o fornecimento de alimentos a par de uma população em rápido crescimento que em 1850 já atingira cerca de 430 milhões de habitantes. A comercialização e a expansão do comércio interno permitiram aos agricultores aumentar o seu rendimento através da especialização e da permuta. Os crescentes fornecimentos de prata (com a expansão do comércio externo) lubrificavam esta próspera economia pré-industrial com um grande fluxo de capital ⁽⁷⁸⁾. Mas muito antes de 1850, estas fontes de expansão económica tinham começado a secar. A entrada de prata foi substituída por uma enorme saída, as importações de ópio dispararam ⁽⁷⁹⁾: talvez metade da prata acumulada desde 1700 perdeu-se em poucos anos depois de 1820 ⁽⁸⁰⁾. A forte contração de meios de pagamento fez descer os preços e definhou o comércio. A oferta de novas terras já não conseguia satisfazer a pressão da população. O esforço para extrair ainda mais alimentos de terras antigas atingiu o seu limite e provocou o desgaste ecológico, com a deflorestação, a erosão dos solos, o assoreamento dos rios e o declínio da fertilidade. No Centro-Norte da China, a alteração do curso do rio Amarelo em 1855 foi um desastre ambiental de proporções gigantescas. Com estes múltiplos reveses surgiram cada vez mais tensões sociais: entre cobradores de impostos e contribuintes; entre proprietários de terras e rendeiros; entre locais e recém-chegados em regiões onde a anterior prosperidade atraía pessoas de outros lugares; entre minorias étnicas e religiosas e a maioria Han, que tinha invadido os territórios ocidentais no surto de colonização do século anterior. Os funcionários do Estado, que se esforçavam por manter a ordem, arrecadar os tributos das terras, manter as vias navegáveis e gerir as reservas de cereais, enfrentavam a resistência cada vez maior de uma população insatisfeita. A sua autoridade e prestígio já tinham sido abalados pelas «privatizações» da era da expansão comercial, quando comerciantes autorizados assumiram o controlo da cobrança de impostos, da gestão das águas e do sistema dos tributos em cereais – uma alteração prontamente associada ao aumento da corrupção burocrática. Não era por acaso que o programa dos revoltosos de Taiping exigia mais terras para os camponeses e o regresso a uma era mais frugal e autossuficiente. Ou que condenava o uso do ópio – uma posição que garantiria a inimizade feroz dos comerciantes ocidentais e seus governos.



Em 1860, portanto, os funcionários da pequena nobreza letrada que governava o império Ch'ing já enfrentavam o desastre. O seu prestígio e autoconfiança eram enfraquecidos pelas exigências dos britânicos, franceses, americanos e russos (que já tinham arrancado a vasta bacia hidrográfica do Amur a Pequim no Tratado de Aigun, em 1858). A sua autoridade interna e a base tributária que sustentava toda a superestrutura do governo imperial pareciam implodir à medida que as revoltas se espelhavam pelas dezoito províncias da China propriamente dita e pelas províncias exteriores. Nestas circunstâncias aflitivas, os seus sucessos foram surpreendentes. Novos generais como Tseng Kuo-fan (1811-1872) e Li Hung-chang (1823-1901) contiveram, reduziram e por fim esmagaram as grandes revoltas. Organizaram exércitos de novo estilo nas províncias, equipados com armamento ocidental. Mobilizaram a aristocracia provincial, que forneceu os oficiais para estas novas forças regionais. Lançaram novos impostos sobre o comércio interno e externo (através dos Serviços Aduaneiros e Marítimos geridos por ocidentais). Enquanto as revoltas eram reprimidas, Tseng e Li buscavam novos modos de «autofortalecer» a China. Incentivaram a importação de conhecimentos científicos. Foram construídos dois grandes arsenais para fabricar armas modernas. Os comerciantes chineses foram incentivados com subsídios financeiros e monopólios a investir em empreendimentos modernos, sobretudo no transporte marítimo e minas. Houve até uma tentativa vã de comprar uma marinha moderna no Ocidente, incluindo oficiais europeus. Estes esforços de «modernização» foram acompanhados na China rural de iniciativas para repovoar territórios devastados pelas revoltas, reparar as vias navegáveis e restaurar a autoridade dos funcionários nobres⁽⁸¹⁾.

O que este grande esforço não podia alcançar (nem pretendia alcançar) era a transformação da China num Estado moderno segundo o modelo ocidental. As limitações do «autofortalecimento» de Tseng e Li foram reveladas de forma humilhante em agosto de 1884, quando navios de guerra franceses destruíram a nova armada (de casco de madeira) da China numa desavença por causa do Vietname⁽⁸²⁾. Embora a cooperação entre o Estado e os comerciantes pudesse ter encontrado formas de impulsionar a iniciativa industrial, estas ficariam muito aquém de uma industrialização geral da economia. A combinação de crise agrária e agitação política dos meados do século tornava a tarefa ainda mais difícil. Não havia qualquer perspectiva, por exemplo, de construir uma nova China em torno do núcleo da região mais próspera no delta do Yang-tzé, o coração da sua economia comercial no século XVIII. Esta fora gravemente afetada pela Revolta de Taiping e estava demasiado vulnerável à penetração ocidental para servir esse objetivo. Poder-se-ia até alegar que a verdadeira prioridade da «restauração» era precisamente isso: restaurar a autoridade do Estado confuciano e o seu espírito de frugalidade e disciplina social e não destruir o seu modelo confuciano⁽⁸³⁾. Mas se a transformação industrial escapara aos reformadores da nobreza letrada, a importância do seu reforço do Estado não deve ser subestimada. Por necessidade, as reformas de meados do século devolveram muitos poderes às províncias e à aristocracia provincial. O programa de recuperação nas zonas rurais ajudou a restabelecer o pacto implícito que existia entre os camponeses e os seus governantes da aristocracia letrada. Mas a aristocracia também se tornou mais dependente do império devido à substituição progressiva dos altos funcionários manchus por chineses Han: com uma elite mais unificada, a China tornava-se gradualmente um Estado mais «chinês» – embora estudos recentes indiquem que o predomínio manchu continuou a ser um pomo de discórdia⁽⁸⁴⁾. A China podia não ser capaz de fazer frente à produção industrial ou ao moderno poder de fogo dos Estados europeus, mas a sua solidariedade cultural e social fora reforçada mesmo a tempo para os anos de crise depois de 1890.

Entretanto, os Estados europeus também não tinham sido capazes de transformar o Império do Meio numa mera periferia semicolonial. Os portos de tratado tinham sido imaginados como testas de ponte para a penetração da economia chinesa, abrindo-a (à maneira indiana) a manufaturas ocidentais. No entanto, apesar de o comércio externo ter aumentado (beneficiando consideravelmente

a economia rural), os comerciantes chineses resistiram à entrada do comércio estrangeiro na economia interna. Os estrangeiros eram obrigados a negociar com os seus clientes chineses através de um intermediário, o comprador ⁽⁸⁵⁾. Num mercado ferozmente competitivo e instável, havia poucas presas fáceis. A rotatividade era rápida. Na década de 70, todos exceto dois dos maiores comerciantes estrangeiros, Jardine Matheson e Butterfield Swire, já tinham ido à falência ou dado lugar a novos concorrentes ⁽⁸⁶⁾. Comparada com a Índia, a China (com o dobro da população) era um mercado muito mais pequeno e mais difícil, consumindo apenas metade do volume das importações da Índia. E depois do colapso financeiro do início da década de 80, o eldorado comercial que os europeus tinham imaginado parecia ter desaparecido quase por completo ⁽⁸⁷⁾. Mas a verdadeira prova da independência política e económica da China ainda estava para vir.

Nas décadas de 50 e 60 do século XIX existiam todas as razões para pensar que o Japão sofreria um destino idêntico ao da China, mas de uma forma ainda mais drástica. Desde o início do século, a abertura gradual do Norte do Pacífico atraía cada vez mais navios aos mares do Japão, vindos sobretudo da Rússia (cujo «Leste Selvagem» ficava apenas a algumas centenas de quilómetros a norte), da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos. Em 1853 o xógum japonês recebera apreensivamente o comodoro americano Perry, reconhecendo que a época do *sakoku* (isolamento) chegara ao fim. Cinco anos depois, nos «tratados desiguais» de 1858, as principais potências ocidentais receberam privilégios de acesso semelhantes aos que tinham extorquido à China em 1842. Os estrangeiros foram autorizados a comerciar livremente nalguns «portos de tratado» (o mais importante era Yokohama, perto de Tóquio), onde permaneceriam sob proteção dos seus cônsules e livres da jurisdição japonesa. Seriam reservados alguns terrenos para os seus escritórios, armazéns e residências. O Japão só poderia impor tarifas muito moderadas, para estimular o «comércio livre» e a divulgação de manufaturas ocidentais. Com o fim do seu longo isolamento, o Japão parecia muito mais vulnerável ao domínio ocidental do que o seu vizinho gigante na Ásia continental. A sua população (circa 32 milhões) era muito mais pequena, embora significativa em termos europeus. As suas principais cidades encontravam-se perigosamente expostas ao poder marítimo ocidental (o Japão não tinha marinha). Os russos tinham invadido a ilha de Sacalina (o seu primeiro desembarque foi em 1806) e ameaçavam a escassamente povoada Hokkaido, a segunda maior ilha do arquipélago japonês. E no início da década de 60 o sistema político japonês esteve à beira do colapso quando eclodiu uma guerra civil entre o xógum Tokugawa e os seus vassallos mais poderosos no Sul e Oeste.

A chegada em força das potências euro-americanas (num exercício complementar à sua pressão conjunta sobre a China após 1856) coincidira e agravara bastante a crise no regime Tokugawa que tinha governado o Japão desde o início do século XVII. Formalmente, o xógum, escolhido invariavelmente entre os grandes e poderosos clãs Tokugawa, era o vice-rei do imperador, que vivia numa espécie de dignidade impotente no seu palácio de Quioto, a vários dias de viagem da sede do governo, em Edo. Na prática, o poder do xógum baseava-se na vassalagem dos muitos e semiautónomos «domínios» (*han*) e dos seus governantes clânicos à sua autoridade. Os *han* tinham de pagar um tributo ao *bakufu* («governo de tenda», literalmente) do xógum, e as suas elites dirigentes eram obrigadas a morar em anos alternados nos seus grandes recintos clânicos em Edo, reféns do seu bom comportamento. Em última análise, o domínio xógum dependia da lealdade dos clãs Tokugawa e do apoio dos seus outros vassallos hereditários contra os *tozama* ou clãs «de fora» ⁽⁸⁸⁾. Mas o sistema *bakuhan* baseava-se também no espírito confuciano que dominava a casta samurai e realçava a lealdade ao imperador e na vasta integração comercial que unia os domínios num mercado único centrado em Osaka e Edo.

Nos anos 20 e 30 do século XIX este *ancien régime* passou por um período de grandes tensões. A causa talvez fosse o facto de a produção agrícola estar prestes a atingir os seus limites ambientais. O desbravamento das florestas e uma agricultura mais intensa deixaram de produzir ganhos significativos: os terrenos agrícolas marginais estavam perigosamente expostos a alterações climáticas⁽⁸⁹⁾. O «Tempo» das fomes nos anos 30, mais graves no Nordeste, afetou todo o Japão. Os governantes dos domínios sentiam-se divididos entre as suas obrigações para com Edo e os seus encargos locais, sobretudo os «estipêndios em arroz» para a elite samurai, então maioritariamente transformada numa classe civil de burocratas. Em vários grandes domínios, as classes dirigentes tomaram medidas rigorosas para restaurar a sua solvência: repudiando dívidas, atacando monopólios, incentivando novas culturas agrícolas e manufaturas e entesourando metais preciosos⁽⁹⁰⁾. Estes grupos mostraram também um maior interesse pelo comércio externo, sobretudo em Satsuma (cuja longa cadeia de ilhas Ryukyu, que se estendia até à Formosa, foram desde sempre a avenida para o comércio com China), e pela aquisição mais sistemática de conhecimentos «holandeses» – informações sobre o Ocidente e a sua civilização que entravam pelo porto de Deshima, o posto de comércio holandês na baía de Nagasáqui. Ao mesmo tempo, os principais domínios no Sul e Oeste, Choshu e Satsuma, sentiam de forma mais intensa a crescente ameaça da intervenção ocidental, à qual estavam mais expostos. Nos anos 50 já tinham começado a comprar armas de fogo modernas, canhões e navios a vapor, e a fazer experiências esporádicas com metalurgia ocidental para fabricar as suas próprias armas.

Estas mudanças colocá-los-iam inevitavelmente em rota de colisão com o *bakufu* em Edo. O equilíbrio de poderes no seio do sistema *bakuhan* começava a mudar. Os tratados de 1858 e a complacência do xógum perante as exigências estrangeiras dividiram e enfraqueceram o *bakufu*, expondo-o a pressões xenófobas para «fechar o país». Os esforços do próprio *bakufu* para se rearmar eram tímidos e hesitantes, mas este opunha-se a uma abertura total ao Ocidente recomendada por alguns reformadores, temendo o colapso do seu prestígio ideológico. Com a ameaça crescente da presença ocidental pairando sobre o Japão, o clima político tornou-se agitado e violento. Choshu e Satsuma entraram em conflito com o Ocidente em 1863-64, descobrindo em primeira mão os seus pontos fortes e fracos. Os três anos seguintes assistiram a um rápido declínio para a guerra civil, quando Choshu e Satsuma, com outros domínios aliados, tentaram conquistar o apoio do imperador contra os Tokugawa, e o *bakufu* por sua vez entrou em guerra com Choshu⁽⁹¹⁾. Não havia compromisso possível entre as exigências dos *han* de maior autonomia e a determinação do xógum em reafirmar o seu controlo. Em 1866 os principais clãs do Sudoeste do Japão formaram uma aliança contra o xógum. Em janeiro de 1868, as forças de Choshu e Satsuma, mais bem equipadas e comandadas, já tinham dominado os Tokugawa e forçado o xógum a abdicar. Para preencher o vazio, e legitimar a sua revolta, os líderes rebeldes proclamaram a restauração do domínio imperial.

Até então, a crise japonesa obedecera a um padrão bastante familiar. Contactos próximos com uma potência estrangeira e a atração do seu comércio e tecnologia abalaram a política local e descreditaram o governante. Enquanto os novos homens lutavam pelo poder, e o antigo regime se desmoronava, amadurecia o momento para a intervenção estrangeira: a anexação, um protetorado ou mais «tratados desiguais» onerosos. O Japão foi poupado a esse destino em parte pela relutância das várias potências ocidentais em interferir na sua guerra civil⁽⁹²⁾ – talvez porque nenhuma podia ter a certeza de lucrar com o seu desfecho incerto – mas ainda mais pela rapidez e determinação com que o novo regime iniciou a construção de um Estado moderno⁽⁹³⁾. O ritmo e a dimensão das mudanças foram impressionantes. A carta de juramento do imperador (6 de abril de 1868) prometia um governo baseado no debate público (promessa longamente adiada) e a busca de conhecimentos «em todo o mundo». Foram criados ministérios segundo o modelo ocidental, incluindo um Ministério dos

Negócios Estrangeiros. Muito mais importante foi o fim da vassalagem, transformando os governantes hereditários dos domínios em governadores substituíveis, uma medida complementada em 1871 pela abolição total dos *han* e a sua substituição por «prefeituras». O conglomerado feudal transformou-se num Estado unitário com uma única capital em Tóquio, o novo nome de Edo após 1869. Em 1872 o antigo sistema de tributos foi eliminado a favor de um imposto uniforme sobre a propriedade, a ser pago em dinheiro, e em 1873 foi introduzido o serviço militar universal para substituir os samurais e os recrutamentos feudais. Os samurais foram aposentados, recebendo pensões em dinheiro e não em arroz. Numa série de reformas entre 1870 e 1873, a igualdade perante a justiça, a liberdade profissional, o direito de vender terras e até o calendário ocidental transformaram o panorama social da era Tokugawa. As medidas hesitantes antes de 1868 para transformar o Japão segundo padrões ocidentais deram lugar a uma corrida precipitada para a «modernidade» de estilo europeu. Na corrida contra o tempo, os japoneses foram campeões.

Duas perguntas impõem-se. Porque seguiu o novo governo uma linha de ação tão avassaladora? Como foi capaz de impor uma mudança tão drástica a uma sociedade profundamente conservadora, para não dizer xenófoba? Parecia mais do que provável que os domínios rebeldes procurassem apenas substituir o xogunato Tokugawa. Na realidade, não o podiam fazer. Nenhum dos clãs rebeldes era suficientemente forte para substituir sozinho os Tokugawa, e a tentativa teria prolongado a guerra civil indefinidamente. A dissolução dos *han* era a única garantia de paz política. Em segundo lugar, as principais figuras da aliança rebelde estavam decididas a «autofortalecer» o Japão contra o Ocidente, e vinham de domínios onde as vantagens do comércio externo e do saber e métodos estrangeiros para esse fim eram amplamente reconhecidas. A necessidade mais urgente era de um exército único de estilo europeu. Para o financiar os japoneses precisavam de um sistema unificado de tributação e receitas. Em terceiro lugar, e de formas que permanecem em parte obscuras, os samurais reformistas que dirigiam o novo regime simpatizavam com as exigências da classe comerciante para um fim da regulamentação rigorosa da vida económica e das categorias sociais. No entanto, uma coisa era iniciar uma mudança tão ambiciosa, mas outra completamente diferente era impô-la a céticos e dissidentes. Esperava-se que a enorme casta samurai (mais de um milhão de pessoas), em particular, resistisse à abolição da sua condição hereditária e função militar. A maioria camponesa, sobre a qual incidia uma carga fiscal cada vez mais pesada, tinha ainda menos razões para festejar. As potências ocidentais esperavam ao largo, decididas a punir qualquer interferência abusiva sobre os seus cidadãos ou o seu comércio.

Na realidade, a transição foi tudo menos pacífica. Muitos chefes do novo regime foram vítimas da vingança dos samurais. Durante muitos anos, recordou Yukichi Fukuzawa, o defensor mais famoso do saber ocidental, ele teve tanto medo de ser assassinado que não se atrevia a sair de casa à noite⁽⁹⁴⁾. A revolta de Satsuma em 1877 pôs 30 000 samurais e os seus seguidores no terreno antes ser esmagada pelo novo exército de Tóquio. Houve várias insurreições de camponeses. Mas os reformadores japoneses dispunham de condições muito mais favoráveis do que as dos seus homólogos na China imperial. O novo governo controlava desde o início os domínios Tokugawa, que constituíam mais de um quarto do Japão, e uma reserva vital de dinheiro e homens. Em segundo lugar, o enorme poder social da casta samurai, potencialmente tão perigoso, transformou-se numa vantagem para o governo. Mais do que tudo, isso foi crucial para o sucesso. O prestígio de chefes como Saigo Takamori e Yamagata Aristomo⁽⁹⁵⁾ sossegou os receios dos samurais, e muitos destes entraram ao serviço do Estado Meiji como soldados, burocratas, polícias e escrivães. A disciplina social que haviam exercido tradicionalmente, sobretudo nas zonas rurais, ajudou a conter a agitação camponesa que esteve tão perto de derrubar o governo Ch'ing em Pequim. Em terceiro lugar, e num grau muito maior do que seria possível na China, o imperador, isolado durante tanto tempo, podia

ser reinventado como símbolo poderoso do novo regime, o centro de uma religião civil, com os seus santuários e sacerdotes ⁽⁹⁶⁾. Finalmente, o grau extraordinário de homogeneidade étnica no Japão neutralizou uma potencial fonte de divisões internas e solidificou o novo Estado contra a influência externa.

Esta força política teria servido de pouco se os reformadores tivessem falhado na segunda frente. O «autofortalecimento» económico era tão vital como político. O insucesso económico teria sido o Cavalo de Troia através do qual a influência estrangeira se transformaria em domínio estrangeiro. Isso podia acontecer de várias formas. Os comerciantes ocidentais poderiam exigir maior acesso e pressionar os seus governos na metrópole a intervir. Num processo mais insidioso, o governo modernizador em Tóquio poderia ter de recorrer a vários empréstimos no estrangeiro, tornando-se financeiramente dependente de credores ocidentais. No pior dos cenários, a difícil entrada no mundo volátil do comércio internacional acarretaria o pesado risco da falência financeira, e um regime falido, desacreditado internamente e vulnerável externamente, teria poucas defesas contra a intervenção estrangeira. Os japoneses evitaram estes perigos com extraordinário sucesso. Mas é evidente que os seus progressos não devem ser exagerados. A industrialização foi relativamente lenta. Em 1880, dois terços das exportações japonesas eram constituídos por seda em bruto e chá. Em 1887, talvez 90% do comércio ultramarino do Japão fosse gerido por comerciantes estrangeiros ⁽⁹⁷⁾. Em 1890 era ainda fácil para os ocidentais encarar o Japão como um pitoresco país oriental cuja solvência dependia de uma pequena variedade de exportações de produtos básicos. Na realidade, os principais alicerces já tinham sido lançados para a independência económica e o progresso industrial. Na importante indústria de têxteis de algodão, a produção interna igualou as importações em 1880, e as exportações começaram em 1883 ⁽⁹⁸⁾. As principais instituições por trás do sucesso comercial e industrial – os bancos especializados em comércio externo, as grandes casas comerciais (*zaibatsu*) que combinavam manufatura e comércio e o sistema de subsídios governamentais – já tinham sido estabelecidas. A inflação galopante da década de 70 (resultado de demasiado papel-moeda) foi severamente contida nos anos 80 deflacionários, estabelecendo-se uma moeda estável. Na fase crucial da transição, os japoneses quase não pediram dinheiro ao estrangeiro. O Cabo das Tormentas da modernização – o colapso financeiro e a revolta social – fora dobrado.

Em aparência, os japoneses tinham seguido a mesma receita que os reformadores Ch'ing. O Estado tinha incentivado os comerciantes a apostar em projetos industriais e de navegação, e tinha subsidiado os seus esforços. Dera enorme prioridade ao fabrico de armamento moderno. Reconheceu que os comerciantes estrangeiros exigiriam acesso razoável, segurança comercial e tarifas moderadas. Mas na década de 80 os japoneses já tinham sido mais bem-sucedidos do que os chineses, e em 1914 a diferença em desempenho tornara-se impressionante. Até certo ponto, isso talvez se devesse à herança favorável que o Japão Meiji recebera do passado Tokugawa. O Japão «tradicional» tinha sido uma sociedade com elevados níveis de literacia e competências artesanais. Tivera também uma economia extraordinariamente centralizada, com dois pólos principais em Osaka e Edo. Havia uma antiga tradição de grandes comerciantes-banqueiros, como a famosa casa Mitsui, datada do início do século XVII, que deram origem aos *zaibatsu*. Alguns grandes domínios tinham promovido o comércio externo e a tecnologia ocidental muito antes da restauração. Mas não devíamos sobrestimar estes factos. O Japão Tokugawa não era economia de livre mercado. Os seus níveis de rendimento eram muito mais baixos do que os níveis iniciais de outros Estados que se industrializaram com êxito no século XIX ⁽⁹⁹⁾. As perturbações das mudanças económicas podiam facilmente ter obrigado a um recuo ou conduzido ao caos. Para um país que chegava tão tarde como o Japão, a entrada na economia internacional exigia não só um Estado forte mas também uma ordem social invulgarmente disciplinada. Foi isso que tornou o Japão um caso excecional. A casta samurai,

cujos líderes tinham implementado a restauração, dominava o novo Estado. Os governos chefiados por samurais pediam empréstimos aos grandes comerciantes-banqueiros e pagavam-nos com a venda a preços reduzidos de empresas financiadas pelo governo (¹⁰⁰). Era uma aliança por necessidade contra dois inimigos: o Ocidente e a ameaça de convulsão interna. Quem perdia eram os camponeses. Com o seu novo exército e polícia «nacionais», o Estado Meiji podia reprimir o descontentamento rural, tributar os camponeses como nunca e concentrar o poder económico nas zonas rurais nas mãos de grandes proprietários (¹⁰¹). Foram os camponeses que pagaram quando a acentuada deflação dos anos 80 fez cair os preços. A adoção japonesa dos métodos, regras e instituições ocidentais foi efetiva. Mas no coração do «capitalismo samurai» esteve a implacável exploração dos camponeses para subsidiar a luta pela independência industrial e comercial.

Estas características da transição do Japão podem tê-la tornado única. Uma economia pré-industrial avançada, a ordem social e política excepcionalmente forte estabelecida na restauração, o isolamento em relação ao Ocidente e ao seu poder militar destrutivo e a sorte do momento que permitiu o início do «autofortalecimento» antes que o peso do poder ocidental se fizesse sentir no Pacífico asiático depois de 1890 foram os fatores determinantes do sucesso do Japão na corrida contra o tempo. No terceiro caso, o do Império Otomano, estas características manifestaram-se pela sua ausência ou revelaram-se uma desvantagem. O resultado no final década de 80 do século XIX foi a sujeição a uma forma de tutela económica e a perspectiva cada vez mais real da desintegração ou da partilha indiscriminada entre as potências ocidentais cujas disputas por causa do «Doente da Europa» pareciam às vezes a principal razão para a sobrevivência deste. Era verdade, evidentemente, que os governos otomanos tinham um legado geográfico muito menos favorável do que o dos chineses ou dos japoneses. O Império Otomano não era nem compacto como o Japão nem possuía um interior agrícola vasto e produtivo como a China. Espalhado por três continentes, estava (já nos anos 30 do século XIX) exposto em muitos pontos ao poder marítimo dos europeus. Além da sua fronteira «externa» com a Europa nos Balcãs, tinha de defender uma série de fronteiras «internas» contra tribos, nómadas e habitantes do deserto: na Anatólia (contra os curdos), na Jezireh (atual Iraque, com a maioria xiita), na Síria (onde os árabes do deserto se aproximavam cada vez mais das orlas cultivadas), e no longínquo Iémen, o pólo sul do império. Provavelmente, nos anos 30 o seu equilíbrio geoestratégico já tinha sofrido danos irreversíveis (¹⁰²). Mas os líderes otomanos tinham reconhecido muito mais cedo e melhor do que os chineses ou os japoneses que a sobrevivência do império dependia da adaptação deliberada dos métodos ocidentais à estrutura social e política do seu império islâmico.

Este processo já tinha começado nos anos 20 do século XIX com a abolição dos poderosos janízaros e a sua substituição gradual por um exército de estilo mais europeu. A terrível crise dos anos 30, quando a agressão russa no norte e a tentativa de controlo imperial do vice-rei otomano no Egito, apoiada pelos franceses, quase derrubaram o império, fez com que a mudança drástica parecesse muito mais urgente. Para apaziguar a Grã-Bretanha – uma aliada fundamental – Constantinopla aceitou em 1838 abrir os seus mercados ao comércio estrangeiro. Depois, em 1839, foram anunciadas reformas abrangentes que se tornariam conhecidas por *tanzimat* ou «reorganização» – em parte, sem dúvida, para melhorar a imagem do império no exterior e conquistar o apoio das potências europeias. Segundo o Édito de Gulhane, todos os súbditos otomanos teriam direitos iguais (pondo fim à antiga distinção entre muçulmanos e não-crentes) e a proteção da sua pessoa e propriedade seria garantida. Foram propostas mudanças profundas na tributação, na administração do Exército e no sistema legal, mais ou menos segundo o modelo de um Estado europeu «avançado» como a França. Na «era da *tanzimat*» que se seguiu, entre 1839 e 1876, os

sultões otomanos (Abdul Mejid 1839-61, Abdul Aziz 1861-76) mostraram-se empenhados num «autofortalecimento» sistemático que iria proteger o império das pressões económicas, políticas e ideológicas que emanavam da Europa. Quatro estadistas-reformadores, os paxás Reshid, Fuad, Ali e Midhat, decidiram conceder ao governo central e aos seus funcionários muito mais controlo sobre o que se havia tornado um domínio descentralizado e insubordinado. Reorganizaram o Exército e (através do serviço militar obrigatório) aumentaram imenso o seu tamanho (de cerca de 24 000 homens em 1837 para mais de 120 000) ⁽¹⁰³⁾. Através da lei *vilayet* de 1864, impuseram um sistema de governo provincial mais uniforme e reduziram o poder dos notáveis locais. Promoveram a educação secular, para instruir novas gerações de burocratas e oficiais do Exército nos métodos científicos, técnicos e jurídicos do Ocidente e reduzir a influência dos clérigos muçulmanos. Criaram um Ministério das Finanças e um sistema de orçamento, e fundaram o Banco Imperial otomano para servir alguns dos fins de um banco central. Acima de tudo, esforçaram-se por promover uma nova conceção de cidadania otomana para substituir o antigo regime de *millets* ou comunidades religiosas não-muçulmanas, agrupadas à volta e inferiores à população «nuclear» de muçulmanos de cuja lealdade o poder do sultão sempre dependera. Foi um programa de reformas heroico.

Em 1880 os benefícios deste grande esforço pareciam escassos, e os custos proibitivos. Em 1878 o império sofrera uma série devastadora de perdas territoriais. Quase todas as províncias europeias onde viviam números substanciais de cristãos fugiram ao seu domínio. A Valáquia e a Moldávia, autónomas desde os anos 20, tornaram-se a Roménia independente. A província de Nish foi anexada à Sérvia. A Bulgária tornou-se autónoma, sendo autorizada a unir-se ao seu terço meridional, a chamada Rumélia Oriental, alguns anos depois. O pequeno Montenegro tornou-se um Estado soberano. Até a Bósnia e a Herzegovina, onde viviam muitos muçulmanos, foram postas sob a tutela dos Habsburgos. Além destas perdas, a ilha de Chipre, otomana desde 1571, foi ocupada, mas não formalmente anexada, pelos britânicos, em troca do apoio destes contra a Rússia, enquanto a Rússia se apoderou dos distritos de Kars e Ardahan na Anatólia Oriental. Antes desta catástrofe territorial, o governo otomano já fora obrigado a conceder um regime especial sob vigilância estrangeira ao distrito cristão do Líbano («A Montanha») e a Creta, onde grassara uma revolta de cristãos de língua grega entre 1866 e 1869. E pouco depois disso, o Egito e Tunes, ambos teoricamente sob domínio otomano, foram ocupados pelos britânicos (que tomaram o Egito em 1882) e pelos franceses. Mas a grande crise dos anos 70 do século XIX não foi apenas política. Os seus efeitos foram agravados pelo desastre financeiro. Em 1875 o governo otomano deixou de pagar os seus empréstimos estrangeiros e entrou em falência. O preço do seu regresso à respeitabilidade financeira foi a aceitação de um regime draconiano de fiscalização e controlo. Depois de 1881, a Administração da Dívida Pública otomana, servida e dirigida por funcionários e banqueiros europeus, tinha direito de primazia sobre as receitas otomanas para pagar aos credores, entregando o que restava ao governo do sultão. Material e simbolicamente, parecia, o império fora reduzido na prática à dependência.

À primeira vista, a *tanzimat* conduzira, não ao autofortalecimento mas à automutilação ou pior. Na realidade, os reformadores da *tanzimat* tinham enfrentado um conjunto de pressões internas e externas muito mais intimidantes do que as que afligiram os seus homólogos na Ásia Oriental. Estrategicamente, os otomanos encontravam-se extremamente vulneráveis ao poder militar da Rússia – a menos que o czar pudesse ser contido pelos seus rivais europeus – e a sua posição foi agravada pela diminuição drástica do seu poder naval ⁽¹⁰⁴⁾. Foi a invasão russa de 1877 que conduziu às perdas territoriais no Congresso de Berlim de 1878. Mas o problema fundamental era a rejeição do domínio otomano pelas minorias cristãs, que apelavam insistentemente aos Estados europeus para intervir em seu nome. Com o decorrer do século, este problema tendia a agravar-se. A disseminação da «ideia nacional» no resto da Europa acabaria por contagiar as minorias otomanas, que mantinham contactos

próximos com povos da mesma etnia fora do império. As mudanças económicas, que beneficiavam mais os comerciantes gregos (por exemplo) do que os seus conterrâneos muçulmanos, criaram um público mais consciente dos seus direitos políticos e enfraqueceram a autoridade dos clérigos que governavam os *millets* cristãos em nome do sultão. A identidade, afirmavam os novos «nacionalistas», devia ser definida através de um Estado territorial e não através da religião. A própria reforma *tanzimat* implicava uma maior dependência de cristãos instruídos. Nestas circunstâncias, a esperança dos reformadores de que os cristãos aceitassem uma cidadania otomana ou «osmanli» comum e anulassem as suas divergências numa lealdade comum ao sultão tinha poucas probabilidades de se concretizar. Com efeito, quando Midhat Paxá tentou implementar este programa na Bulgária na década de 60 deparou com ataques de todos os lados ⁽¹⁰⁵⁾. Para muitos muçulmanos, a diluição do carácter islâmico do império era profundamente ofensivo. Implicava marginalizar os ulemás, a classe erudita local, guardiã do conhecimento jurídico e teológico. Implicava transferir as bases do império do cimento da lealdade muçulmana para as areias movediças da colaboração cristã. O sentimento contra a reforma foi exacerbado pelo ressentimento contra a centralização burocrática da *tanzimat* e pela indignação com a sorte das centenas de milhares de refugiados muçulmanos expulsos do Cáucaso pelos russos ⁽¹⁰⁶⁾. Com efeito, na década de 70 a instalação destes refugiados nas províncias otomanas terá aumentado o antagonismo étnico e religioso para níveis febris.

Em teoria, uma administração forte e bem financiada poderia ter ganho a batalha por um domínio local e afastado os seus inimigos estrangeiros de forma mais assertiva. Mas também nesta frente os reformadores foram derrotados. Foram obrigados a pedir empréstimos no estrangeiro pelos custos elevados da Guerra da Crimeia (1854-6), e depois geriram desastrosamente as suas operações financeiras. Na década de 70, o custo anual destes empréstimos equivalia já a cerca de dois terços das receitas do Estado, e sobre alguns empréstimos estavam a pagar até 30% de juros ao ano ⁽¹⁰⁷⁾. Embora aumentassem as suas receitas em cerca de 50%, não conseguiram eliminar a antiga prática de cobrança de impostos e controlar a cobrança diretamente. Apostaram no crescimento do comércio para encher os cofres do Estado, mas o comércio otomano crescia muito menos do que a média mundial ⁽¹⁰⁸⁾. Ao mesmo tempo, a turbulência política prejudicava o comércio otomano e a notação de crédito do império. Os esforços de industrialização conduzidos pelo Estado definhavam, e a exportação de matérias-primas incentivava o desenvolvimento de enclaves à volta dos portos – uma tendência reforçada pelas más comunicações no interior ⁽¹⁰⁹⁾. Quase nenhum do dinheiro que o governo pediu emprestado foi usado na construção de infraestruturas como os caminhos de ferro. O contraste com o Japão Meiji não podia ser mais flagrante. À diversidade étnica e inexistência de uma casta como a dos samurais para manter a ordem social e política juntava-se um padrão de desenvolvimento económico em que o controlo estrangeiro se tornou «avassalador» ⁽¹¹⁰⁾.

No entanto, apesar dos golpes que tinha sofrido, o Império Otomano não se desfez nem se entregou debilmente ao domínio europeu. A perda da maioria das suas províncias europeias transformou o império num Estado ainda mais turco, árabe e muçulmano. No reinado do sultão Abdul Hamid II (r. 1876-1909), o poder otomano mostrou-se mais compreensivo para com os movimentos pan-islâmicos e mais consciente do seu papel internacional como guardião dos lugares santos, que recebiam cada vez mais peregrinos islâmicos trazidos por navios a vapor e comboios da Índia e do Sudeste Asiático. Ao mesmo tempo, o antigo projeto de *tanzimat* foi prosseguido. O aparelho do Estado foi lentamente modernizado. A rede de caminhos de ferro foi alargada. O domínio militar e administrativo sobre as províncias árabes foi reforçado. Os otomanos tinham perdido a batalha para manter o grande império multiétnico que haviam erguido no século XVI. Depois de 1880, entraram numa nova corrida para solidificar os restantes territórios antes que outro confronto com a Europa, ou o crescimento de um nacionalismo árabe, pudesse despedaçar o império

*

Dois outros Estados do Médio Oriente foram também arrastados para a corrida contra o tempo. Os seus destinos seriam diferentes. O primeiro foi o Egito, formalmente ainda parte do Império Otomano. Sob Mehemet Ali, o governador otomano enviado pelo sultão depois da expulsão dos invasores franceses, a autonomia efetiva da época mameluca tornou-se mais definitiva. Mehemet Ali construiu um Estado autoritário com base no seu novo exército (¹¹¹). A sua verdadeira ambição era construir um império egípcio do Sudão à Síria e tornar-se senhor dos territórios árabes. Por duas vezes esteve perto de derrubar o sultão; e por duas vezes foi impedido pelas potências europeias. Foi também obrigado a abrir a sua fronteira ao comércio europeu e a desistir da sua dispendiosa experiência em indústrias geridas pelo Estado. Mehemet Ali morreu em 1849, mas no mandato dos seus sucessores Said (r. 1854-63) e Ismail (r. 1863-79), pelo menos uma parte do seu grandioso desígnio foi concretizado.

Para estes dois governantes, o principal objetivo era conseguir para a sua dinastia uma igualdade formal com o sultão otomano, e a independência plena, sem o direito do governo otomano de controlar as relações exteriores, determinar o tamanho do seu exército ou (no pior dos casos, que aconteceu efetivamente em 1879) demiti-los do cargo. Ambos tinham em mente, não um Estado-«nação», mas um Estado monárquico, em que o poder do governante fosse absoluto. A elite «turco-circassiana» (uma mistura entre a antiga classe dirigente mameluca e os seguidores turcos e albaneses de Mehemet Ali) seria obrigada a pagar a sua condição privilegiada numa sociedade maioritariamente «árabe» com o apoio fiel ao seu patrono e protetor. Ambos os governantes perceberam que as suas hipóteses dependiam de um rápido aumento da riqueza agrícola.

Os presságios eram favoráveis. Na Europa industrial, a procura do algodão de fibra longa do Egito parecia quase insaciável, mas para a satisfazer seria necessária uma revolução na agricultura. A área de terra cultivável aumentou 60% entre 1813 e 1877 (¹¹²). Os pântanos do delta a sul do Cairo foram drenados e cultivados. A irrigação permanente, fornecida por uma rede de canais e represas, substituiu a dependência das cheias anuais e duplicou a produção. Em meados da década de 60 o investimento estrangeiro já começara a aumentar, e surgiram bancos estrangeiros para servir a nova classe de proprietários rurais. Alexandria desenvolveu-se rapidamente como cidade portuária da economia de exportação do Mediterrâneo. Foram construídos caminhos de ferro. Na cidade do Cairo projetou-se um bairro de modelo europeu nas margens do Nilo, com um novo palácio real, uma bolsa de valores, uma ópera e avenidas largas ao estilo parisiense (¹¹³). Com a sua burocracia centralizada, elite de proprietários rurais, leis de propriedade liberais e grande comunidade estrangeira (100 000 indivíduos nos anos 70: em comparação, o número no Irão não passava dos mil), o Egito parecia o modelo de um Estado de «desenvolvimento», um triunfo da reforma, um Japão islâmico. Atraiu o serviço de aventureiros europeus – como Charles «Chineso» Gordon (mais tarde o Gordon «de Cartum»), enviado para governar o Sudão e eliminar a escravatura (que melhor prova da modernidade do governante?). Na década de 70, a independência parecia, assim, apenas uma questão de tempo. Talvez surgisse involuntariamente na próxima grande crise dos otomanos. Entretanto, Ismail (que obtivera o título mais digno de «quediva» em 1867) era descrito de forma lisonjeira num guia autorizado do país: «Sua Alteza fala francês como um parisiense... Quer sejais engenheiro, comerciante, jornalista, político, agrónomo ou quase qualquer outro, depressa perceberéis que encontrastes vosso igual em inteligência e conhecimentos especiais» (¹¹⁴).

Para Said e Ismail, o canal de Suez destinava-se a coroar os seus êxitos (¹¹⁵). Os custos seriam elevados, mas a recompensa tremenda. Os seus rendimentos trariam um novo fluxo de riqueza. A sua ligação ao Nilo (o canal de Água Doce) possibilitaria o cultivo intenso de uma nova extensão de terras. Prometia acima de tudo um enorme dividendo geopolítico. Quando o governante do Egito se tornasse o guardião da rota marítima mais valiosa do mundo, as grandes potências da Europa reconheceriam a necessidade de o proteger contra qualquer ameaça de agressão e perceberiam a razão para a sua independência. Não admira que Said se convencesse a assumir uma grande participação na companhia lançada por de Lesseps para construir o canal. Quando os preços do algodão dispararam na década de 60 (quando o Sul dos Estados Unidos foi isolado por um bloqueio e depois arruinado pela invasão), foi fácil a Ismail recorrer a empréstimos na Europa até a dívida nacional atingir os £100 milhões. Mas quando o preço do algodão voltou a descer em meados da década de 70, e antes que o canal (aberto em 1869) pudesse apresentar resultados, o *boom* especulativo deu lugar à falência financeira. Em 1875 Ismail teve de vender a sua participação no canal ao governo britânico por £4 milhões – talvez um quarto do seu valor. Um ano depois ele – e o Egito – estavam na falência.

Então o verdadeiro preço da corrida contra o tempo começou a ser pago. As mudanças frenéticas na ordem social do Egito tinham acumulado ressentimentos. A classe dos proprietários rurais estava ansiosa por reprimir o estilo autoritário do governante. Os ulemás (cuja sede em al-Azhar, no Cairo – parte mesquita, parte universidade –, era o centro de saber mais prestigioso do mundo islâmico) condenavam o governante pela adoção das práticas dos infiéis estrangeiros, pela sua rede de corrupção e pelo seu estilo de vida extravagante. No Exército e na burocracia, os que tinham recebido uma instrução «árabe» desprezavam o domínio contínuo da elite turco-circassiana, novamente favorecida por Ismail depois da política mais «arábica» de Said. Todos estes conflitos não resolvidos eram exacerbados por uma sensação de mal-estar social: medo e desconfiança dos aventureiros europeus; inquietação moral com a exploração grosseira dos *fellahin* (agricultores), as principais vítimas da reforma agrária (¹¹⁶). O espírito de revolta adquiriu uma nova voz nos jornalistas e jornais que começaram a aparecer. Assim, a crise externa das dívidas ao estrangeiro (e a exigência europeia de um controlo efetivo sobre as finanças do Egito) transformou-se rapidamente numa crise interna em torno da questão de se saber quem deveria suportar o verdadeiro fardo das exigências do exterior. O canal de Suez – o grande incentivo para a independência plena – tornou-se o Cavalo de Troia do controlo estrangeiro e (literalmente) a rota de invasão para as forças estrangeiras.



A expansão do Egito, 1821-1879.

O Irão teve mais sorte. Os seus governantes foram menos ousados. Tinham no entanto muito menos espaço de manobra. Mehemet Ali fundara o seu Estado no poder do Exército e na riqueza proporcionada pela exportação de algodão. Os governantes Qajar, que consolidaram o seu poder mais ou menos na mesma época, não tinham esses recursos. Criar um exército que desencorajasse agressores externos e a dissidência interna era muito mais difícil: na verdade, tinham de se contentar com uma guarda imperial de 4000 homens⁽¹¹⁷⁾. Os xás enfrentavam a animosidade da elite clerical – os ulemás xiitas – cujo poder social era muito maior do que o dos ulemás no Egito⁽¹¹⁸⁾. Tinham de basear a sua autoridade, principalmente, numa aliança de tribos, uma vez que os pastores nómadas constituíam mais de um terço (ou talvez até metade) da população e formavam uma massa de exércitos em potência. Não tinham reservas de terras «novas» com que compensar uma elite submissa ou financiar uma burocracia maior. E embora a economia iraniana conseguisse uma grande recuperação após o caos e desordem do final do século XVIII, não teve a sorte de uma dádiva de algodão para atrair investimento estrangeiro ou pagar um programa de melhorias públicas na irrigação, caminhos de ferro ou estradas. O país permanecia num estado de regionalismo profundo, em que a tribo e subtribo, a aldeia, a corporação de artesãos, o bairro urbano, a seita, a religião ou a língua continuavam a ser a principal fonte de identidade e a principal causa de divisões. Em suma, os meios para construir um Estado dinástico forte segundo o modelo egípcio praticamente não existiam.

E no entanto os Qajar estavam rodeados de ameaças externas tão graves como as que afligiam o Império Otomano. A expansão da Rússia no Cáucaso custara-lhes muito caro. Nos tratados de Golestan (1813) e Turkmanchai (1828) tinham sido obrigados a desistir da sua pretensão à Geórgia e à Arménia e a ceder grande parte do Azerbaijão. O aumento do poder marítimo da Grã-Bretanha no golfo Pérsico deixou-os preocupados, visto que podia incitar a rebeldia das grandes tribos do Sul e minar a lealdade das comunidades do litoral, como Mohammerah, cujo grande xeque era de etnia árabe. Afinal, mesmo no final do século, era mais rápido chegar a Teerão a partir do Golfo por navio através do mar Negro e do Cáspio do que diretamente por estrada. Quando Nasir al-Din conquistou Herat (no atual Afeganistão, mas uma possessão valiosa dos xás safávidas) em 1856, os britânicos obrigaram-no a devolvê-la bombardeando Bushire e enviando tropas para Mohammerah. Nenhum xá podia ignorar o risco de que uma derrota perante estrangeiros ou a perda de uma província destruiriam o seu prestígio e os laços que uniam o seu império multiétnico.

No reinado de Nasir al-Din (r. 1848-96) foram feitos alguns esforços para fortalecer o poder do xá. O modelo otomano da reforma *tanzimat* foi uma grande influência ⁽¹¹⁹⁾. Foi fundada uma universidade para difundir conhecimentos ocidentais e preparar uma nova classe administrativa. Mas este breve período de «reforma» coincidiu com a ascensão dos Babis, muçulmanos dissidentes que condenavam a corrupção do governo. Quando um deles tentou assassinar o xá, o movimento foi reprimido: o xá e os ulemás cerraram fileiras. O ministro reformador foi demitido e mais tarde executado. No entanto, embora a autoridade do xá continuasse a depender da manipulação habilidosa de comunidades e interesses, surgiram lentamente alguns sinais de uma entidade política mais unificada. A fronteira com os otomanos foi estabelecida finalmente em 1847; o domínio de Teerão sobre o Sistão e Baluchistão foi consolidado em 1866; e em 1872 acordou-se uma fronteira com o Afeganistão ⁽¹²⁰⁾. A influência do islamismo xiita – a principal fonte de identidade cultural – aumentou, em parte devido à luta com os Babis ⁽¹²¹⁾. O alcance da burocracia ampliou-se gradualmente, e as leis do Estado substituíram a chariá em questões de propriedade ⁽¹²²⁾. O telégrafo ligou Teerão a algumas das suas províncias. A exportação de ópio trouxe maior prosperidade ao oeste do país. Na década de 70, contudo, já se vislumbravam sinais agoirentos de que uma crise estava iminente.

O avanço da Rússia foi o sinal mais óbvio. Em 1859-60, o exército do czar já tinha chegado ao Turquestão. Em 1866, Tashkent foi anexada. Em 1873, os russos já estavam em Khiva, na fronteira nordeste dos domínios do xá e perto da cidade santa de Meshed. Nasir al-Din tinha poucos meios de resistência. As suas receitas diminuían, enquanto os preços subiam numa espiral inflacionária. Para angariar novos apoios, decidiu visitar a Europa. A necessidade de dinheiro levou-o a fazer um negócio sensacional, a «Concessão de Reuter». Nos termos deste acordo, os direitos aos lucros de qualquer novo empreendimento no país – caminhos de ferro, minas, obras de irrigação, fábricas – seriam concedidos a um empresário estrangeiro (Julius Reuter, fundador da agência noticiosa) em troca de um adiantamento de £40 000. O escândalo que isto causou, e a revogação apressada do contrato, mostraram como o xá estava longe de um reforço oportuno das defesas do Irão. Em alternativa, ele insistiu num caminho que mais tarde viria a parecer arriscado mas inevitável: autorizando interesses comerciais estrangeiros a entrar no país. Talvez julgasse que eles se equilibrassem mutuamente. Afinal, o antagonismo anglo-russo era a melhor garantia de que nenhum dos países seria capaz de dominar o Irão. Também era verdade que a posição geostratégica e a política descentralizada do Irão, bem como a força da sua elite religiosa, tornavam-no uma presa difícil. Mas se os Qajar, e a independência iraniana, seriam capazes de sobreviver às pressões da ingerência estrangeira numa terra onde os ocidentais ainda mal tinham sido vistos ⁽¹²³⁾, em breve se ficaria a saber.

Em meados do século XIX muitos outros Estados afro-asiáticos, incluindo a Abissínia (atual Etiópia) e o Sião (atual Tailândia), enfrentaram o mesmo desafio que a China, o Japão e o Império Otomano. Eles temiam a invasão e a perda de zonas fronteiriças sob sua jurisdição mas mal dominadas. Desconfiavam dos intuitos dos comerciantes europeus. Ansiavam por modernizar os seus exércitos e (necessariamente) os seus sistemas de tributação. Esperavam jogar os europeus uns contra os outros e preservar a sua liberdade através de meios indiretos. Experimentavam métodos de crescimento económico dirigidos pelo Estado, às vezes concedendo licenças a concessionários da Europa ou incentivando a imigração. Enfrentavam todos o dilema de que implementar mudanças drásticas em Estados onde o poder central era fraco podia conduzir ao caos e à revolta, aumentando o perigo de intervenção estrangeira. Enfrentavam todos a realidade de que, nos anos 80 do século

XIX, a disparidade entre os recursos tecnológicos, financeiros e demográficos da Europa e os da Afro-Ásia parecia estar a aumentar rapidamente. Depois de 1880 a corrida contra o tempo entraria na reta final.

-

*
- Coligação de *tories* e *whigs* que constituiu um movimento da política britânica nas primeiras décadas do século XVIII e que se afirmava como força não partidária em defesa dos interesses de Inglaterra como um todo, contra os interesses do partido da corte, isto é, os políticos londrinos (*N. R.*).





6. Soldados franceses em Tientsin (Tianjin) na Revolta dos Boxers

Os Limites do Império

Depois de 1880, as fronteiras da Europa Maior alargaram-se subitamente como se a subjugação final do mundo não-ocidental fosse apenas uma questão de tempo. O sinal mais óbvio deste desenvolvimento foi a partilha apressada das regiões do mundo que tinham escapado à atenção dos colonizadores europeus em décadas anteriores. O caso mais notório foi o de África, repartida entre a Grã-Bretanha, França, Itália, Portugal, Espanha, Alemanha e o rei belga (que detinha a sua vasta possessão como um feudo privado) numa série espantosa de negociatas após 1884. Mas África não foi caso único. Houve partilhas semelhantes no Sudeste Asiático e no Pacífico Sul. O avanço da Europa Maior não era apenas territorial. Acompanhava a enorme expansão do comércio internacional e o aumento impressionante (a partir de pequenos começos) da quantidade de capital enviado para regiões anteriormente consideradas demasiado arriscadas e pouco lucrativas. Coincidiu com um aumento colossal da emigração europeia, sobretudo para a América do Norte ou do Sul, mas com excedentes suficientes para iniciar a colonização na África e Ásia tropicais para uma vasta testa de ponte russa no Norte da Ásia. Provocou e inspirou-se numa afirmação mais entusiástica da missão cultural da Europa, considerada o motor do progresso material do mundo inteiro e também a sua fonte de verdade religiosa e filosófica. Os europeus eram singularmente progressistas, afirmava-se, por causa da sua evolução física, social ou religiosa. Esse era o estatuto da sua «supremacia racial». Por fim, mas não menos importante, a expansão da Europa Maior em terras afro-asiáticas outrora demasiado remotas ou resistentes parecia um tributo à sua superioridade científica e tecnológica. A disparidade de conhecimentos entre os europeus e a maioria dos outros povos parecia maior, e não menor, no final do século. Enquanto partes da Europa entravam na segunda revolução industrial da eletricidade e dos químicos, o mundo não-ocidental ainda não tinha explorado o carvão e o vapor.

O resultado foi o estabelecimento, pela primeira vez na história do mundo, de uma hierarquia mundial de poder físico, económico e cultural. Esta funcionou num conjunto de instituições, práticas e crenças convencionais que imperou até à Segunda Guerra Mundial. Numa escala inconcebível mesmo em 1860, o mundo de 1900 era um mundo imperial: de impérios territoriais abrangendo grande parte do mundo; e de impérios informais de comércio, tratados desiguais e privilégios extraterritoriais (para os europeus) – e guarnições e navios de guerra para os impor. Conceitos de direito internacional (inventados pela Europa) rejeitavam as pretensões de soberania (e justificavam a intervenção estrangeira) de quaisquer Estados que não cumprissem o «padrão de civilização» aprovado na Europa. Na teoria económica, e cada vez mais na prática, este mundo imperial implicava a divisão do trabalho. As potências imperiais eram (em diferentes medidas) também potências comerciais. Forneciam (ou tentavam fornecer) produtos manufaturados, investimento de capital, conhecimentos técnicos e mão de obra qualificada. O papel das colónias e dos territórios «semicoloniais» (como a China ou a Argentina) era produzir os alimentos, matérias-primas e mercadorias que o mundo industrial procurava e receber em troca as manufaturas e capital europeus – uma regra económica que implicava a imposição do comércio livre a interesses locais e aos seus mercados protegidos. Demograficamente, o mundo imperial era um mundo do homem branco. Os europeus eram mais ou menos livres (se as guerras e crises económicas o permitissem) de emigrar para onde quisessem, ou pudessem ganhar a vida. Os governantes imperiais promoviam migrações

afro-asiáticas para desenvolver as suas colónias e ignoravam os pedidos das comunidades locais para conservar a posse das suas terras. A teoria cultural deste mundo imperial talvez fosse a sua característica mais universal. Os europeus convenceram-se, e convenceram outros, de que, embora parecessem exóticas, fascinantes, românticas ou belas, as civilizações e culturas não-europeias eram, na melhor das hipóteses, uma série de becos sem saída. Só o modelo da Europa era o caminho comprovado para o «progresso moral e material» – título do relatório anual emitido pelo governo (britânico) da Índia.

Sabemos, evidentemente, que este poderoso sistema de predomínio europeu nunca foi completo nem perdurou. Um cidadão da sua unidade mais forte, o Império Britânico, que tivesse nascido em 1890 poderia ter vivido para assistir ao seu declínio e queda. Uma das questões fulcrais da moderna história mundial é saber porque é que isso aconteceu. Podemos encontrar grande parte da resposta na grande crise mundial de 1914-45. Mas podemos também encontrar algumas pistas importantes na época anterior. O «colonialismo mundial» foi uma construção impressionante. Mas foi erguida à pressa, e as suas fundações eram pouco profundas. Ou melhor, o seu equilíbrio dependia de um conjunto de condições que não podiam permanecer estáveis. A diplomacia do imperialismo, como a sua economia e ideologia, continha afinal um «defeito genético» que não podia ser curado.

Visões de Império

Após 1880, tornou-se um lugar-comum dizer que o mundo tinha encolhido. Isso devia-se em parte à rápida expansão de comunicações mais fáceis e velozes. A partir dos anos 30 e 40, os navios a vapor, os caminhos de ferro e o telégrafo elétrico foram amplamente disseminados pela Europa e América do Norte. Na década de 70 já estavam a colonizar novas extensões do mundo, abrindo corredores de acesso a regiões onde a viagem fora difícil (e dispendiosa) e as informações escassas. A abertura do canal de Suez em 1869 significou a extensão para o oriente das linhas de navios a vapor e dos seus serviços programados, criando uma grande rota de comércio marítimo até Xangai e Yokohama. Os cabos submarinos e o telégrafo terrestre começaram a trazer notícias comerciais e políticas da Ásia Oriental para a Europa no tempo de dias e, mais tarde, horas. Mas foram sobretudo os caminhos de ferro que revolucionaram o conceito de distância. O final do século XIX foi a época grandiosa do imperialismo ferroviário. Os britânicos e os franceses construíram caminhos de ferro coloniais na África Ocidental, Oriental e Austral para ligar regiões interiores conturbadas às suas costas de ponte no litoral. O caminho de ferro Transcaspiano (1880-88) transportou o poder russo para a Ásia Central. O caminho de ferro Transiberiano (1891-1904), o mais imponente de todos estes projetos imperiais, destinava-se a transformar o Leste Selvagem da Rússia numa extensão da Europa. Outras linhas foram planeadas numa escala heroica mas não seriam concluídas: a Bagdadbahn, para ligar Hamburgo a Bassorá (e ao golfo Pérsico); o caminho de ferro «Transpersa», que ligava a Europa à Índia; e o sonho de Cecil Rhodes, um caminho de ferro do Cabo ao Cairo, atravessando toda a África dominada pelos britânicos. Os caminhos de ferro, vaticinou o grande geógrafo britânico Halford Mackinder, mudariam a história mundial. A «época colombiana», em que o poder marítimo era tudo, daria lugar a uma nova era de grandes impérios terrestres que dominariam vastos recursos e seriam praticamente inexpugnáveis ⁽¹⁾.

No final do século, nenhuma zona do mundo se podia considerar imune aos efeitos transformadores da revolução nas comunicações. Na sua natureza estratégica, mas também nas suas relações económicas, o mundo tornara-se – ou estava rapidamente a tornar-se – um espaço único. A eliminação da distância tornou-se um lugar-comum do final da época vitoriana. O convívio apertado

a que os europeus estavam habituados no seu continente sobrepovoado seria reproduzido à escala global. As tendências conflituosas com as quais os europeus estavam tão familiarizados – a concorrência comercial, os atritos diplomáticos e a animosidade cultural – exigiriam soluções mundiais, e não apenas continentais. A sociedade internacional, um conceito europeu, teria de ser alargada para incluir Estados não-europeus com os quais o contacto estava a tornar-se mais frequente e regular. De todas estas formas, era fácil julgar que a tendência da época seria para a interdependência universal que os partidários da livre troca de meados do século (como Richard Cobden) tinham visto como a melhor garantia do progresso e paz mundial. Mas cruzando este futuro «cosmopolita» (a que muitos pensadores liberais estavam profundamente afeiçoados) havia uma tendência contrária que passou a definir retrospectivamente a época.

Já vimos nos capítulos anteriores como a crescente riqueza e poder do mundo euro-americano invadiram a esfera de muitas sociedades africanas e asiáticas. Algumas foram conquistadas, outras destruídas e outras ainda avisadas de que sem reformas rápidas teriam poucas hipóteses de sobrevivência como Estados autónomos. Mas até aos anos 70 do século XIX houve ainda espaço para duvidar da dimensão das mudanças e da velocidade da sua ocorrência. Os recursos europeus eram limitados. A resistência ou a revolta nos seus domínios existentes tornaram os governos europeus relutantes em assumir novas responsabilidades. «É bom que os nossos compatriotas na China percebam», comentava *The Times* em 1875, «que não estamos dispostos a assumir as responsabilidades de outra Índia» (2). Os poderes renovadores dos Estados afro-asiáticos eram ainda considerados plausíveis. A década de 70 assistiu a uma série de mudanças. No final da década, uma vasta crise geopolítica atingia já todos os Estados ainda independentes da Afro-Eurásia: no Magrebe norte-africano; na África subsariana; no Médio Oriente otomano, nos canatos egípcio e iraniano; nos da Ásia Central; no Sudeste Asiático continental; e na China. Apresentavam-se como uma série de Estados em declínio aparente – o que um estadista da época denominou «nações moribundas» e outro Estados orientais «fora de prazo». Os seus sistemas políticos pareciam à beira do colapso. A ordem interna estava a desfazer-se. As suas finanças estavam caóticas. Não eram capazes de defender as suas fronteiras, geralmente mal definidas. Não tinham meios para proteger propriedades ou pessoas estrangeiras. A violência, o banditismo e o fanatismo religioso ameaçavam a sua antiga ordem social. A pergunta era: que aconteceria a estes Estados?

Era esta combinação de um mundo «globalizante» e a fraqueza e decadência dos Estados não-europeus que agitava e alarmava a opinião pública da época – de todas raças e culturas. Isso ajuda a explicar a urgência com que políticos, diplomatas, comerciantes, colonos e missionários europeus debatiam os seus futuros «imperiais». As suas expectativas eram moldadas por três diferentes cenários. O mundo como um «sistema único», cada vez mais ligado pelas linhas dos seus caminhos de ferro e pelos elos invisíveis da finança e do comércio, era uma visão de abundância. O comércio e o investimento prosperariam; destinar-se-iam mais terras à produção comercial. A esfera de influência europeia – incluindo a sua influência religiosa – aumentaria proporcionalmente. Não admira que surgissem empreendimentos especulativos precipitados e lóbis de interesses especiais: para angariar dinheiro, fazer publicidade e exigir a ajuda dos governos. Na nova economia mundial far-se-iam grandes fortunas. Mas o segundo cenário era menos animador. Ao lado desta percepção de um mundo acessível, sem a proteção do fosso da distância, havia o receio generalizado de que o mesmo estava a «encher» rapidamente. Em 1893, o jovem historiador americano Frederick Jackson Turner declarou que a fronteira aberta da América fora fechada. Esta sua tirada famosa foi acompanhada de avisos semelhantes na Austrália e Nova Zelândia (3). Sem «terras livres» no mundo temperado para absorver as suas energias, os europeus iriam competir pelo controlo dos trópicos e pelas terras e comércio das «nações moribundas» (4). Nestes lugares, onde a ordem local era fraca,

uma presença estrangeira vigorosa seria invencível. Um tratado, uma via-férrea, um banco ou uma base criariam um protetorado efetivo, um vassalo diplomático, uma zona de comércio exclusiva. O oportunismo e a vigilância eram o preço da sobrevivência nesta nova ordem mundial. Mas o resultado seria uma rivalidade cada vez mais intensa entre as potências europeias e o risco crescente de um conflito armado.

Havia um terceiro cenário, e um terceiro conjunto de ansiedades. Para os observadores japoneses, chineses, indianos, persas, árabes e africanos, o perigo parecia residir na facilidade arrogante com que a interferência europeia podia destruir a sua coesão social e autoconfiança cultural. Quanto mais acessíveis os seus Estados estivessem à viagem e comércio europeus, mais fácil se tornava para os interesses e influência estrangeiros romper as defesas locais, conquistar novos enclaves e subverter a autoridade local. Mesmo na Ásia Oriental era fácil imaginar um futuro não muito distante em que o comércio, poder marítimo, bases, portos de tratado e missionários ocidentais tinham segmentado a região, destruído a sua cultura e repartido indiscriminadamente o seu território. O mundo tornara-se mais pequeno, avisou Naito Konan, historiador japonês e especialista em assuntos chineses. A Europa e América tinham cercado a Ásia Oriental, e avizinhava-se uma guerra racial ⁽⁵⁾. Entre os euro-americanos, a perspetiva de relações socioeconómicas mais próximas com as grandes sociedades afro-asiáticas gerava outro tipo de inquietação. Os europeus podiam ser os senhores do universo. Mas a sua intromissão drástica em nações mais «atrasadas» tinha criado uma «crise na história do mundo», notou o historiador e político James Bryce ⁽⁶⁾. «Por motivos económicos», refletiu, «a humanidade inteira está a transformar-se rapidamente numa única nação», com os «povos atrasados» reduzidos a um proletariado não qualificado. Não seria fácil evitar o «antagonismo racial» que se seguiria, já que a miscigenação (a melhor cura) não agradava aos brancos ⁽⁷⁾. No seu livro extremamente influente, *Social Evolution* (1894), Benjamin Kidd (que combinava a pesquisa social com a sua carreira de funcionário das finanças) advertia que os europeus só conseguiriam manter a sua posição de predominância através da busca diligente da «eficiência social», pois nem a cor da pele, nem a ascendência nem a capacidade intelectual eram a resposta para a sua primazia. A mobilidade do trabalho na nova economia mundial era outra fonte de ansiedade. O medo de uma enchente de mão de obra barata japonesa, chinesa, indiana ou africana gerava fantasias paranoicas de uma invasão furtiva em muitas colónias brancas: no Canadá, nos estados do oeste da América, na Austrália, na Nova Zelândia e na África do Sul.

As previsões triunfalistas da supremacia mundial da Europa tinham portanto um acompanhamento mais sombrio. A segregação seria necessária para impedir constantes atritos raciais; a exclusão sistemática (como na política da «Austrália Branca») para impedir os não-brancos de invadir os temperados «países do homem branco» e o controlo rigoroso sobre novos povos subjugados para evitar que qualquer sinal de fraqueza provocasse a revolta. Mesmo assim, meditou Charles Pearson em *Nacional Life and Character* (1893), era ainda possível um revés do destino. Quando todos os territórios temperados tivessem sido ocupados e não existissem mais saídas para o excedente de população da Europa, argumentou Pearson, era mais do que provável que se sucedesse a estagnação económica. E como as «raças inferiores» se multiplicariam mais depressa do que as «superiores», o momento de triunfo da Europa seria provavelmente breve. «Chegará o dia, e talvez não esteja muito distante», Pearson avisou os seus leitores,

em que o observador europeu olhará em volta para ver o mundo cingido por uma zona contínua de raças negras e amarelas, já não demasiado fracas para a agressão nem sob tutela, mas independentes, ou quase, em governo, monopolizando o comércio das suas próprias

regiões e circunscrevendo a indústria dos europeus; em que os chineses e as nações do Indostão, os Estados da América Central e do Sul, então predominantemente índios, e (...) as nações africanas do Congo e do Zambeze, sob uma casta dirigente de governantes estrangeiros, serão representados por armadas nos mares europeus, convidados para conferências internacionais e recebidos como aliados nas disputas do mundo civilizado... Acordaremos para nos vermos acotovelados e empurrados, e talvez até postos de parte, por povos que encarámos sobranceiramente como servis, e como eternamente condenados a satisfazer as nossas necessidades. A única consolação será que as mudanças terão sido inevitáveis. (8)

África e a Geopolítica da Partilha

O aumento do poder intrusivo dos europeus depois de 1880 foi um fenómeno mundial. Mas em nenhuma outra parte foi a sua expansão imperial tão vertiginosamente rápida ou tão espantosamente completa como na África subsariana – o «continente das trevas», cujo interior os europeus tinham sido notavelmente lentos a reivindicar. É por isso que o caso africano tem fascinado tanto os historiadores. Mais de um século depois, a «partilha» de África nos anos 80 do século XIX e a «conquista» do continente suscitam emoções fortes e debates acesos. Isso acontece em parte porque esses acontecimentos ofendem noções contemporâneas de justiça racial e em parte porque a condição pós-colonial de África tem contribuído para que o seu passado colonial se afigure mais penosamente real do que o de outras regiões mais afortunadas. A tragédia e a violência da expropriação europeia de África têm também alimentado a ideia de que se tratou de um caso «clássico» de imperialismo europeu. Na verdade, a conquista da África tropical não foi mais representativa da expansão europeia do que o imperialismo comercial praticado na América Latina e na China, do que a colonização da América do Norte e da Australásia ou de que o governo imperial construído pelos britânicos no subcontinente indiano. Comparado com a luta pelo poder imperial em vastas extensões da Eurásia, o caso de África foi um exercício secundário. Mas o caso africano permite-nos de facto perceber com maior clareza do que qualquer outro algumas das circunstâncias geopolíticas que favoreceram a primazia europeia depois de 1870. Pode também levar-nos a perguntar por que razão as sociedades africanas se revelaram mais vulneráveis à ingerência externa (depois de os europeus adquirirem a vontade e os meios para tal) do que a maioria das suas congéneres na Ásia.

O que impeliu o «grande salto em frente» dos europeus em África? As suas origens residem na aplicação gradual a este continente menos acessível dos meios de entrada já usados noutros lugares. O navio a vapor e os caminhos de ferro foram os aríetes com que os comerciantes europeus puderam derrubar os monopólios que as elites africanas do litoral e os seus aliados do interior tinham tentado manter sobre as suas regiões comerciais mais afastadas da costa. No ocidente, oriente e sul do continente, a década de 70 do século XIX foi o período em que os europeus traçaram os seus planos para alargar as suas operações. Mas não foram os únicos. Os egípcios (no Sul do atual Sudão) e os zanzibaritas (na região dos Grandes Lagos) também esperavam desenvolver novos impérios comerciais. O que fez estes empreendimentos parecerem viáveis (e potencialmente lucrativos) não foi apenas a nova e conveniente tecnologia de transportes. Três outros fatores foram também decisivos. O primeiro foi o aumento constante do movimento nas grandes rotas comerciais à volta da costa africana – reduzindo o custo de ligação do seu comércio aos principais circuitos mundiais. Isso era particularmente visível na África Oriental, onde o canal de Suez e o tráfico muito mais intenso entre a Europa e a Ásia levaram a revolução comercial ao oceano Índico e à costa oriental africana (9). Mas também se verificava no ocidente e no sul. O segundo grande fator foi o fornecimento de

dinheiro. Nos anos 70, o desenvolvimento do sistema financeiro da Europa (sobretudo em Londres) já tornara muito mais fácil do que antes angariar os montantes necessários para forçar um avanço especulativo em terrenos pouco conhecidos. O hábito do investimento estrangeiro tornava-se mais arraigado e generalizado entre as classes privilegiadas da Europa. A «magia negra» da propaganda comercial, da promoção empresarial e do abuso de informação privilegiada gozava de grande liberdade para exagerar as oportunidades dos eldorados mais improváveis e iludir os gananciosos e os inocentes. Em terceiro lugar, o que ajudou a dar substância a estes sonhos de riqueza foi a ocorrência de um grande achado mineral em partes de África. Na década de 70 já tinham sido descobertos diamantes e ouro na África do Sul, um prelúdio para a grande «corrida» dos anos 80. Isso atraiu um fluxo de capital especulativo para a prospeção de ouro mais a norte. Depois de adquirirem o controlo dos campos de diamantes de Kimberley para o seu novo conglomerado, De Beers Consolidated, Cecil Rhodes e os seus amigos usaram os lucros para financiar a grande expedição predatória que transformou o atual Zimbabué e a Zâmbia num enorme império privado, o domínio da «British South Africa Company» ⁽¹⁰⁾. Muitos na metrópole mostraram-se ansiosos por participar no grandioso empreendimento de Rhodes.

Mas essa é apenas uma parte da história. A invasão progressiva de interesses privados europeus – alguns comerciais, outros parcialmente filantrópicos – e o ativismo carreirista de oficiais e soldados nas franjas das zonas coloniais existentes teria criado uma fronteira de influência e autoridade de expansão muito lenta. Teria sido um processo desordenado. Avanços frustrados, grandes rivalidades comerciais, empreendimentos falidos, atos de resistência e guerras de fronteira teriam adiado o progresso da ocupação europeia, tonando-o muito mais lento do que a conquista da América do Norte – quanto mais não fosse porque o peso demográfico dos imigrantes europeus seria infinitamente mais pequeno. Mas esse *não* foi o padrão da partilha de África. Esta foi excecionalmente rápida e (em termos cartográficos) extraordinariamente completa. Acima de tudo, foi um processo em que governos europeus participaram ativamente – mesmo que apenas negociando os termos da partilha e aceitando o encargo de impor o seu domínio. A atividade localizada dos colonos europeus nas zonas fronteiriças viu-se subitamente envolvida num amplo entendimento diplomático. Porque é que isso aconteceu?

Grande parte da resposta reside nos efeitos secundários de acontecimentos que se desenrolavam noutros lugares. A década de 70 do século XIX foi uma época de crise em vários grandes Estados não-europeus na Eurásia, mas principalmente no Império Otomano, cujas dificuldades financeiras já abordámos. Entre 1875 e 1881 este império passou por momentos conturbados. Entrou em falência, foi invadido e perdeu parte dos seus territórios na conferência de paz que se seguiu. Durante vários anos até a sua sobrevivência esteve em dúvida. A sua falência (em 1875) contribuiu para arruinar o seu protetorado nominal, o qudivato (ou vice-reino) do Egito, cuja dinastia progressista tentara modernizar o país com uma pressa quase irresponsável em torno do grandioso projeto do canal de Suez – um dos maiores feitos de engenharia do século XIX. O governante no Cairo pedira vários empréstimos aos europeus. Mas quando as suas receitas diminuíram, em meados da década de 70, os credores recusaram-se a conceder mais empréstimos, e sem um fluxo de dinheiro novo o governo de Cairo entrou em incumprimento ⁽¹¹⁾.

O qudiva egípcio Ismail não ousou abandonar os seus credores. Pode ter temido uma intervenção dos governos europeus. No entanto, estava também ansioso por retomar, mais cedo ou mais tarde, o programa de modernização que sustentara a sua dinastia. Concordou então em nomear dois observadores europeus para supervisionar as suas finanças e devolvê-las à solvência. Era uma

depois para a invasão total do Egito em setembro de 1882 (os franceses decidiram não participar). Arábia foi derrotado e obrigado a exilar-se. A autoridade do *quediva* foi reabilitada, mas com grandes limitações. Os britânicos enviaram conselheiros e propuseram a redação de uma nova constituição. Em 1883, Evelyn Baring (da família de banqueiros) chegou ao Cairo para supervisionar a retirada britânica assim que a situação estivesse estabilizada. Mas no final da década os britânicos já tinham decidido permanecer indefinidamente, e o próprio Baring ficou durante 24 anos. O Egito tornara-se um «protetorado disfarçado», em que os britânicos fingiam que a sua ocupação era temporária e que estavam apenas a aconselhar o governo egípcio. Na realidade, o seu domínio era assegurado por uma guarnição militar no Cairo e pelo seu poder no Mediterrâneo Oriental.

Para o governo britânico, permanecer no Egito era entregar-se perigosamente às mãos da sorte – a principal razão por que a decisão para ficar foi adiada durante tanto tempo. As outras grandes potências condenaram veementemente a maneira como a Grã-Bretanha se apoderara de uma das maiores províncias do Império Otomano (o estatuto teórico do Egito). O isolamento por causa do Egito poderia provocar importantes danos colaterais a outros interesses britânicos noutras regiões. Mas a retirada prematura também não era uma solução fácil. Os britânicos precisariam da concordância ativa das potências europeias com lugares no conselho que administrava as dívidas do Egito. Sem uma célere reforma financeira, a crise do Egito agravar-se-ia. Londres enfrentava um dilema incómodo: abandonar o Egito (e os interesses britânicos na região) ou instalar-se, sem levar em conta o desagrado das grandes potências. Para escapar à sua iminente «escravidão no Egito» (as pessoas da época deleitavam-se com referências bíblicas), os britânicos escolheram o caminho do apaziguamento. Fizeram cedências em regiões menos importantes (para eles). Nalgumas zonas da África Ocidental, Oriental e Austral, onde tinham assumido involuntariamente um domínio informal, aceitaram as reivindicações de interesses franceses e (sobretudo) alemães. Concordaram também com um novo conjunto de regras para decidir a partilha onde existissem divergências. Em 1885, na Conferência de Berlim para a África Ocidental (a localização é significativa), estabeleceu-se a «ocupação efetiva» como critério para a atribuição de direitos. Para reduzir o risco de conflitos comerciais, foi declarada uma zona de comércio livre nas bacias dos rios Níger e Congo ⁽¹³⁾.

O «acordo» africano foi suficiente para acalmar a guerra diplomática por causa do Egito e dividir os críticos da Grã-Bretanha – embora a ocupação permanecesse uma fonte de embaraço britânico até 1904, quando os britânicos reconheceram a pretensão francesa ao domínio de Marrocos. Parece muito pouco provável que as partes envolvidas esperassem quaisquer consequências drásticas, e muito menos em África. Podem ter julgado que ao exigir a «ocupação efetiva» adiariam indefinidamente a extensão formal do domínio europeu no interior africano. Na realidade, a sua fórmula foi o tiro de partida para a divisão do continente. As razões tinham pouco a ver com qualquer política intencional dos governos da Europa. Pouco teria acontecido se já não existissem no terreno candidatos a construtores de impérios, decididos a adquirir riqueza, promoção ou fama, quaisquer que fossem as opiniões das autoridades distantes. A única grande exceção era o rei dos belgas, Leopoldo II. Mas até o seu «Estado Livre do Congo», cuja pretensão à bacia do Congo ele convencera as potências a aceitar em 1884-85 (talvez porque resolvesse o problema de saber quem devia ficar com ela), era um império privado pertencente ao rei, e não ao Estado belga. Noutras regiões de África, as «regras de Berlim» tornaram-se um incentivo aberto para aventureiros europeus conseguirem o apoio dos seus governos para as suas ambições territoriais. A sua lógica era simples. Uma vez excluídos outros europeus, seria muito mais fácil impor a sua vontade às comunidades africanas cujas terras, mão de obra e comércio eles cobiçavam. A verdadeira surpresa foi a facilidade com que conseguiram pressionar os governos na metrópole a aprovar as suas reivindicações.

Entre meados da década de 80 e cerca de 1900, a «partilha»⁽²⁾^(*) – o termo parece ter sido inventado pelo jornal *The Times* em setembro de 1884 – sucedeu-se a uma velocidade estonteante. Ao longo de uma enorme faixa da África Ocidental entre o deserto e a floresta, um grupo de oficiais da marinha francesa comandados por Louis Archinard, e os seus soldados negros, criou um feudo militar que derrotou e absorveu todos os Estados africanos que se atravessaram no seu caminho ⁽¹⁴⁾. Ignorando as queixas iradas de Paris, esta clique militar, os *officiers soudanais*, conquistavam primeiro e só depois pediam autorização ⁽¹⁵⁾. Desafiavam os políticos a repudiar as suas conquistas. As notícias do seu heroísmo na imprensa popular e a fraqueza dos políticos numa Assembleia Nacional fragmentada bastaram para evitar que fossem mandados regressar e caíssem em desgraça. Entretanto, no vale do baixo Níger, George Goldie, um vigoroso homem de negócios e antigo soldado britânico, transformara uma firma familiar à beira da falência num novo tipo de empresa. A forte concorrência (com a chegada dos navios a vapor) e a queda brusca do preço do principal artigo de exportação da África Ocidental, o óleo de palma (que descera um terço no final da década de 80), tornaram o controlo do fornecimento a resposta para a sobrevivência ⁽¹⁶⁾. Em 1886, depois de pressões implacáveis, Goldie conseguiu um alvará real do governo de Londres – na prática, uma licença para exercer uma forma mínima de controlo administrativo nas zonas do Sul da Nigéria (como a região se veio a chamar) onde a sua firma fazia comércio. Mas Goldie transformou a sua Royal Niger Company numa potência regional, com um exército privado e artilharia ligeira trazida de Inglaterra ⁽¹⁷⁾. Podia lançar impostos sobre comerciantes africanos rivais e estabeleceu um monopólio efetivo sobre o comércio de óleo de palma, o principal produto da região. Não tardou muito para que o exército da Companhia, comandado por outro ex-oficial com muita experiência em África, Frederick Lugard, entrasse em conflito com os *officiers soudanais* nos distritos do Noroeste da atual Nigéria.

Na África Ocidental, os intrusos europeus conseguiram reunir o poder militar suficiente para penetrar no interior e derrotar os seus oponentes locais, às vezes apenas por pouco. Os seus inimigos africanos eram muito hábeis no uso do fogo em combate, Goldie advertiu os seus oficiais, e exterminá-los-iam se tivessem a oportunidade ⁽¹⁸⁾. Perante um exército africano de 30 000 homens, «só os [projécteis] de 9 e 12 libras nos salvaram da aniquilação», escrevia Goldie para Londres algumas semanas depois ⁽¹⁹⁾. Na África Oriental (região muito mais isolada antes de 1870), os europeus puderam aproveitar o facto de o sultanato de Zanzibar (uma dinastia árabe do Golfo) se encontrar no meio de uma crise política, precisamente na altura em que o acesso à região se tornava mais fácil e menos dispendiosa por causa da nova rota do Suez. As viagens muito publicitadas de David Livingstone, (o missionário-santo da Grã-Bretanha vitoriana), e a sua morte ainda mais publicitada, aumentaram as preocupações humanitárias com o tráfico de escravos e os traficantes árabes na África Oriental. O sultão de Zanzibar fora obrigado proibir o tráfico. Na Escócia, sobretudo, havia uma grande vontade de honrar a memória de Livingstone levando o «cristianismo, comércio e civilização» (a sua fórmula famosa) ao local das suas últimas grandes viagens no atual Uganda e Malawi. Foi criada uma companhia sob a direção de William Mackinnon, homem de negócios em Bombaim, que conseguiu um alvará em 1888. No entanto, o poder reduzido do sultão de Zanzibar já tinha incentivado comerciantes alemães, como Carl Peters, a obter o apoio de Bismarck para uma «zona de proteção» – que os britânicos tinham aceitado em 1884-85. A companhia de Mackinnon tentou e não conseguiu obter lucros no Uganda, onde grassava uma guerra civil entre conversos muçulmanos e cristãos. Depois de muitas pressões, ajudadas em parte pelo receio do governo britânico de perder todo o «império» de Zanzibar para os alemães e franceses, dois vastos novos protetorados, abrangendo os atuais Uganda e Quênia, foram declarados territórios britânicos em 1895. A África Oriental fora repartida.

Na África Central e Austral, a partilha foi obra sobretudo de dois magnatas irrequietos. No Estado Livre do Congo de Leopoldo II, um bando poliglota de oficiais reformados (sobretudo belgas) e aventureiros começou a impor o seu domínio a um território imenso, tão grande como a Europa Ocidental. Para dar ao seu regime um aspeto respeitável, Leopoldo II tentou contratar como governador outra celebridade vitoriana, o soldado evangelizador Charles «Chinese» Gordon (que preferiu ir para Cartum). Mas o verdadeiro objetivo do «governo» desalinhado de Leopoldo II era forçar a população a colher marfim e borracha (duas colheitas altamente lucrativas). Foram precisos mais de 20 anos para que a terrível brutalidade deste regime, com resultados genocidas (morreram talvez 10 milhões de congolezes em resultado direto ou indireto das suas ações) ⁽²⁰⁾ obrigasse ao desmantelamento do estado privado de Leopoldo II e à sua reorganização como colónia do governo belga ⁽²¹⁾.

Os objetivos de Cecil Rhodes eram muito mais ambiciosos e os seus métodos menos rudimentares. Rhodes estava mais do que disposto a comprar a influência de que precisava (os conselhos de administração das suas empresas estavam cheios de membros sedentos de dinheiro), para aliciar o investidor, e a usar a força bruta contra qualquer comunidade africana que resistisse ao seu poder. A sua companhia travou guerras contra os Matabeles e os Xonas na Rodésia do Sul (atual Zimbabué) e apropriou-se de terras africanas para si e para os seus seguidores (grande parte do atual Zimbabué foi repartido desta maneira) ⁽²²⁾. Mas o objetivo de Rhodes não era apenas a apropriação de terras e o seu próprio enriquecimento. Ele estava decidido a unir quase toda a África Austral num único grande estado, a «África do Sul Britânica». E não apenas para ajudar ao estabelecimento da autoridade de Londres. O que Rhodes pretendia era que os colonos brancos locais de origem e alma britânica assumissem o controlo, transformando todo o vasto subcontinente num «país do homem branco» como o Canadá ou (o exemplo mais grandioso e muito estimado por Rhodes) os Estados Unidos. Mas sem a ajuda de Londres Rhodes não teria a força necessária para impor o seu plano contra os seus adversários locais: as duas repúblicas bóeres com a vontade e os meios para lutar pela sua liberdade.

O rumo extraordinário da partilha de África suscita uma série de perguntas. Porque é que os governos europeus achavam à partida que tinham o direito de ditar as regras para o roubo qualificado de África? Afinal, não engendraram planos semelhantes para o Médio Oriente, China ou América Latina. Grande parte da resposta deve estar na sua visão hostil dos Estados e culturas africanas. Pouco se sabia acerca do interior africano, e a maior parte do que se sabia refletia o preconceito interesseiro dos missionários, exploradores e homens de negócios duvidosos que lá tinham feito carreira. Poder-se-á até alegar que grande parte do que era apresentado pelos viajantes como factos acerca do «continente das trevas» era o produto imaginário de mentes aturdidas pela bebida, estimuladas por drogas (a mistura de medicamentos para combater as doenças) e cheias de sonhos de glória e ouro ⁽²³⁾. Nenhum governante africano (com a possível exceção do imperador cristão da Etiópia) era considerado capaz de exercer todas as funções de soberania. A maioria dos europeus presumia que os Estados do interior eram um caos de barbárie, onde a escravatura prosperava e a civilização estagnara. Segundo as «regras de Berlim», as potências europeias que assumissem o domínio deviam reprimir a primeira e promover a segunda. Mas isso não explica porque é que os governos europeus se mostraram dispostos a permitir que comerciantes e soldados das regiões de fronteira os arrastassem para compromissos que geralmente evitavam por causa do seu risco (alguns) e dos seus custos.

Neste caso existem três respostas. Em primeiro lugar, os interesses das regiões de fronteira eram extremamente hábeis em exercer pressão através dos seus apoiantes na metrópole. Exploravam os sentimentos religiosos e humanitários, mas também a emoção patriótica e a ganância comercial.

Tiraram partido da ansiedade económica num período de queda de preços que durou até meados da década de 90 do século XIX. Exploraram ao máximo os novos meios de publicidade na imprensa popular (como *Le Petit Journal*, com um milhão de leitores) ⁽²⁴⁾. Como normalmente controlavam todas as informações existentes, a sua versão dos acontecimentos dificilmente podia ser questionada. Nas mãos de um mestre como Rhodes, tudo isto aliava-se a um talento invulgar para conquistar o apoio dos «grandes», muitas vezes através de uma generosa distribuição de ações nas suas companhias. O segundo fator era financeiro. É pouco provável que mesmo uma pressão engenhosa tivesse aberto os cofres dos governos na metrópole. Se o alargamento das fronteiras tivesse implicado grandes quantias de dinheiro à custa do contribuinte, os seus benefícios teriam sido questionados, os políticos ter-se-iam mostrado mais prudentes e a controvérsia teria sido muito maior. Na realidade, porém, a ocupação de África revelou-se surpreendentemente barata – uma das razões para o aumento (e não a diminuição) do entusiasmo do público nos anos 90. Os impérios privados de Leopoldo II e Rhodes não custaram um centavo aos contribuintes. As conquistas na África Ocidental dos *officiers soudanais* adicionaram cerca de 3 milhões de km² ao império da França por apenas 5 milhões de libras ⁽²⁵⁾. Em terceiro lugar, os mesmos argumentos podiam aplicar-se à possibilidade de uma guerra. Apesar da violência verbal com que as pretensões coloniais eram geralmente debatidas em público, subentendia-se que as mesmas não deviam ser defendidas ao ponto de arriscar um conflito europeu. Até o longo esforço da França para expulsar os britânicos do Egito procurou uma solução diplomática: o apoio alemão numa conferência internacional para «resolver» a questão do Egito ⁽²⁶⁾. Quando isso não aconteceu, e a expedição francesa ao Alto Nilo se encontrou com o exército de Kitchener em Fashoda, no final de 1898, a possibilidade de uma guerra foi suficiente para provocar o recuo humilhante da França ⁽²⁷⁾.

Estas últimas duas questões precisam de um exame mais aprofundado. Porque foi tão barato ocupar o interior africano? Porque é que os governantes africanos não venderam mais caro a sua independência? É imprudente generalizar, pois continuamos a saber muito pouco acerca da maior parte da África pré-colonial. Mas os historiadores estão geralmente de acordo num facto fundamental. Em quase todas as regiões da África subsariana a população era muito escassa, existindo vastas extensões de territórios desabitados ou inexplorados. Isso talvez se devesse a um ambiente invulgarmente agreste, ao impacto do tráfico de escravos e aos efeitos das doenças. As consequências foram determinantes. Construir Estados na África pré-colonial era excecionalmente difícil. Lançar tributos ou impostos sobre súbditos relutantes era bastante complicado. No entanto, onde a revolta significava apenas afastar-se para fundar uma comunidade separada, os resultados eram normalmente negativos. Exceto em certas zonas favorecidas (como em partes da África Ocidental), onde os governantes podiam reforçar o seu domínio sobre o comércio, os Estados em África eram pequenos e fracos, segundo os padrões eurasiáticos. Não tinham condições para tirar partido do crescimento do comércio internacional. Quase nenhum possuía os meios para comprar armamento moderno ou organizar um exército suficientemente forte para repelir um ataque europeu determinado. Pior do que isso, talvez fosse a ausência característica de uma unidade cultural ou política mais ampla, o que expunha os governantes africanos a uma fraqueza insidiosa. Em quase todas as lutas, foi demasiado fácil para os invasores europeus encontrar aliados locais. Naquela que se tornaria a África Ocidental Francesa, os *officiers soudanais* construíram o seu estado guerreiro com um exército de soldados negros pagos em escravos. Foi por isso que custou tão pouco. Na África Oriental Britânica foram os guerreiros Massai que ajudaram a combater os Kikuyu e os Embu em troca de uma parte do gado capturado ⁽²⁸⁾. Para os governantes africanos, o panorama mais esperançoso era manter alguma autonomia local. As suas hipóteses de autonomia aumentavam bastante se conseguissem manter a lealdade dos seus súbditos e seguidores e fazer um acordo

razoável com os seus novos «soberanos» europeus. No Norte e Oeste da Nigéria, e no Buganda (parte do atual Uganda), os governantes pré-coloniais conseguiram isso com manifesto sucesso.

Mas porque é que as potências europeias se mostraram tão relutantes em digladiar-se pelos seus impérios africanos? A partilha de África foi (para os europeus, pelo menos) uma partilha pacífica. Houve jogos diplomáticos mal-humorados, debates acesos na imprensa e muitas provocações e ameaças por parte dos «homens no terreno». Mas os europeus não entraram em guerra uns contra os outros. Os governos na metrópole faziam jogo duplo. Não queriam ofender os poderosos lóbis colonialistas nem ser acusados de fraqueza perante as pretensões dos seus rivais. Existiam sempre políticos que esperavam progredir nas suas carreiras acenando a bandeira do império. Existiam outros que acreditavam que o declínio seria inevitável sem uma parte conveniente da iminente partilha mundial. No entanto, para todos os governos europeus, a prioridade era o equilíbrio de poderes continental e não a aventura colonial. A sua visão da Europa era profundamente conservadora. Eles recusavam-se a acreditar que, no caso de uma crise, qualquer império africano valesse o risco de uma guerra europeia, com a qual nenhum achava que poderia ganhar. Estavam dispostos a contemplar uma esfera colonial em África, mas na condição rigorosa de que esta não representasse uma ameaça à sua segurança na Europa. Decidiram também que as disputas territoriais dos homens no terreno deviam ser, tanto quanto possível, resolvidas de forma pacífica na Europa e não pela força em África. Conseguiram isso por causa do consenso entre os diplomatas de que, tirando o Suez e o Cabo (onde os britânicos estavam preparados para lutar), os prémios africanos eram invariavelmente baixos. Era sobretudo uma questão de equilibrar os lóbis. Assim, embora travassem várias guerras para dividir as Américas, e ameaçassem periodicamente fazê-lo por causa do Médio Oriente, os europeus partilharam o continente africano com surpreendente bonomia. Isso teve dois resultados cruciais. Reduziu a margem de manobra para os líderes africanos explorarem as divergências europeias e assim prolongarem a sua liberdade. E implicou que, uma vez delimitadas, as fronteiras coloniais podiam permanecer desprotegidas (até à Primeira Guerra Mundial) contra qualquer inimigo europeu.

A partilha de África foi o caso mais evidente do crescente apetite da Europa pela supremacia mundial, e da força irresistível que podia trazer para a sua missão. Mas foi também um paradoxo. Em primeiro lugar, os governos europeus mostraram pouco entusiasmo em estender o seu domínio ao interior africano. Reagiram de má vontade ao clamor dos lóbis. Em segundo lugar, uma vez delimitada a sua esfera, contentavam-se com pouco mais do que um controlo nominal sobre os povos e lugares nos mapas dos tratados. Não viam qualquer necessidade imediata de conquistar a lealdade africana ou construir um patriotismo colonial. O Estado colonial permanecia um Estado pouco profundo: governado levemente por meia dúzia de estrangeiros; fortemente dependente de «colaboradores», cujos abusos de poder, quando detetados, raramente podiam ser contidos. Em terceiro lugar, a «missão civilizadora» (a bandeira ideológica acenada em prol da partilha) tinha uma estranha vida dupla. O seu espírito (na Europa) pode ter sido forte; a sua substância em África era invariavelmente fraca. É esta indiferença descuidada para com os compromissos de governo que explica em parte por que razão a experiência africana do colonialismo mundial foi excepcionalmente brutal. O Congo pode ter sido um caso extremo, mas existem provas abundantes de que os europeus se mostraram dispostos a usar a violência física como rotina normal e a tratar a propriedade africana como uma contradição. O desprezo racial e cultural foi uma das causas. Mas uma causa maior foi a prontidão com que os governos europeus abandonaram os seus súbditos africanos à mercê dos interesses do comércio e dos colonos, o resultado dos lóbis que tinham engendrado a partilha. Num ambiente difícil, onde as pessoas eram escassas, nenhum empreendimento podia sobreviver sem conquistar e manter mão de obra africana, através de meios justos ou ignóbeis. Havia assim uma

terrível simetria nas razões que haviam tornado a África tão vulnerável à conquista e depois a alguns dos regimes mais severos que os europeus criaram em qualquer parte do mundo.

Houve uma região de África na época da partilha onde as regras não foram cumpridas. Na Guerra dos Bóeres de 1899-1902, homens brancos lutaram contra homens brancos. Dezenas de milhares de brancos, incluindo mulheres e crianças, morreram vítimas da violência, doença ou dos efeitos da prisão. Homens brancos destruíram a propriedade de outros homens brancos, incendiando-lhes as quintas ou roubando-lhes os animais. Os povos negros também se viram envolvidos nesta guerra do homem branco, e sofreram de forma semelhante ⁽²⁹⁾. O que a provocara?

A África Austral era (como permaneceu durante muito tempo) uma estranha mutação na história da África subsariana. Foi o único lugar onde os europeus estabeleceram um povoamento permanente muito antes do final do século XIX. Desde cerca de 1700, os agricultores de língua holandesa (bóeres) tinham avançado para o interior a partir do Cabo, estabelecendo lentamente o seu poder sobre os povos africanos que encontravam. No final da década de 30 do século XIX, avançaram ainda mais numa série de *treks* [trilhos] para ocupar a metade norte da atual África do Sul, as planícies do *highveld*. Depois de 1870, este tipo local de colonialismo europeu foi subitamente reanimado pela descoberta de novas riquezas minerais – primeiro diamantes, depois ouro. Para o governo britânico, soberano do Cabo desde 1815, era a oportunidade perfeita para afastar uma região pouco desenvolvida do seu ciclo de dispendiosas guerras fronteiriças. O seu objetivo era transformar a África do Sul noutra Canadá: um domínio federal, economicamente avançado, de espírito «britânico» e fiel ao império. O comércio britânico prosperaria e o Cabo seria uma passagem segura para o tráfico indiano da Grã-Bretanha. Este era também o objetivo por que Rhodes lutava, e a principal razão para o apoio de Londres às suas pretensões no atual Zimbabué e Zâmbia. «Ele lançou as bases de um esplêndido império», declarou Lorde Salisbury, com admiração ⁽³⁰⁾. Mas os rebeldes bóeres do interior norte tinham outras ideias. Estes gozavam de uma independência quase total desde os anos 50. No início da década de 80, os bóeres do Transval tinham frustrado a desajeitada tentativa britânica de transformar esta «república» precária numa colónia propriamente dita. Nos anos 90, com o influxo de receitas das minas de ouro do Rand, o Transval, que estivera à beira da falência, já se havia tornado o Estado dominante em toda a África do Sul. O seu intrépido presidente, o velho guerreiro Paul Kruger, frustrou o grandioso desígnio de Rhodes e repeliu a sua tentativa de golpe de estado – a tristemente célebre Incursão de Jameson (1895). Mostrou grande habilidade em dividir a comunidade imigrante (maioritariamente britânica) que invadira o Rand e em protelar as exigências de Londres para que fossem concedidos plenos direitos políticos aos imigrantes. Mas quando (em setembro de 1899) exigiu abertamente a independência total (isto é, o direito de estabelecer relações diretas com potências estrangeiras) tocou num ponto sensível. A Grã-Bretanha encarou a exigência como uma ameaça à sua primazia regional, com consequências desastrosas para o seu prestígio diplomático e segurança estratégica. A guerra começou semanas depois. Quando terminou, quase três anos depois, os bóeres do Transval e do Estado Livre de Orange tinham sido obrigados a aceitar que eram súbditos britânicos. Mas os brancos continuaram a governar os negros em toda a África do Sul.

A Coexistência Competitiva

A partilha de África foi o sinal mais evidente de que o mundo além da Europa e dos Estados Unidos enfrentava um futuro colonial (ou semicolonial): a ocupação e domínio ou formas de

dependência econômica. Ocorreram outras partilhas no Sudeste Asiático e no Pacífico Sul, estendendo o domínio francês, britânico, holandês, alemão e (depois de 1898) americano à orla marítima da Eurásia. Depois de 1900, a maior parte do mundo já se havia tornado política e legalmente uma extensão da Europa. Parecia razoável esperar que o resto do mundo – em especial a Ásia Oriental continental e o Médio Oriente – seguisse o mesmo rumo mais cedo ou mais tarde. Na verdade, havia muitos indícios de que tal divisão estava iminente – se as grandes potências chegassem a acordo quanto às suas partes.

Mas a partilha não foi a única mudança no panorama político do mundo dos finais do século XIX. A geração seguinte a 1880 assistiu também à consolidação de quatro ou cinco «Estados mundiais» que pareciam prontos a repartir o domínio do mundo entre si. Dois eram recém-chegados ao palco imperial. O mais impressionante eram os Estados Unidos (o outro era a Alemanha). As suas relações simbióticas com o Velho Mundo europeu tornavam-se cada vez mais próximas. Uma torrente cada vez maior de emigrantes europeus atravessa o Atlântico em direção aos Estados Unidos. Italianos, polacos, russos, judeus e muitas outras nacionalidades construíram uma ligação transatlântica com quase todas as regiões da Europa, multiplicando e diversificando a influência europeia sobre a sociedade e cultura americanas. Em 1900 os Estados Unidos já tinham a maior população de origem europeia (82 milhões num total, incluindo afro-americanos, de 92 milhões) de qualquer país no mundo, exceto a Rússia. Tornaram-se também a maior economia industrial do mundo, produzindo em 1910 mais ferro-gusa e aço do que a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha juntas. A república de pequenos agricultores independentes de Thomas Jefferson transformara-se num local de enormes complexos industriais: minas de ferro e carvão; siderurgias; fábricas de têxteis, locomotivas, navios e até automóveis; de processamento de alimentos e bebidas. Tinha uma grande classe operária, na sua maioria alojada em bairros miseráveis semelhantes aos da Europa, como revelou o investigador social Jacob Riis a um público escandalizado⁽³¹⁾. Embora os níveis de vida fossem mais elevados, as relações entre classes menos rígidas e a mobilidade social muito maior do que na Europa, no final do século a existência de uma classe social alta era já bastante evidente. Esta frequentava escolas de elite, imitava o estilo de vida das classes altas do outro lado do Atlântico e queixava-se do populismo e da rudeza da política americana. Manifestava também uma curiosa tendência para casamentos «transatlânticos», criando alianças familiares com a aristocracia britânica, como a que viria a gerar Winston Churchill.

A América distinguia-se ainda pelo seu populismo democrático e pelo seu amplo reconhecimento da segregação racial. Mas noutros aspetos parecia-se cada vez mais com um Estado europeu «normal». No final do século já deixara de ser uma sociedade de fronteira com vastas extensões de terras por reclamar ou ocupar. Uma nova consciência das limitações dos recursos naturais da América incentivou uma abordagem mais protetora de um ambiente muito maltratado. O outro lado da moeda foi uma consciência mais forte de um destino imperial. A ideia de terrenos valiosos nas Caraíbas, tão próximos da América, poderem ser mal geridos pelos seus guardiões hispânicos, espanhóis europeus em Cuba ou crioulos locais noutras regiões da América Central, era fonte de grande irritação. Na costa do Pacífico (onde existia uma antiga ligação com a China e o Japão), a Califórnia era vista por muitos como a base americana na luta pela Ásia Oriental, e a baía de São Francisco como o ponto de partida para um império⁽³²⁾. O entusiasmo com que os Estados Unidos usaram uma suposta desavença com a Espanha para se apoderarem de Cuba e das Filipinas na «esplêndida pequena guerra» de 1898 mostrou que esta conceção alargada dos interesses nacionais americanos se tornara politicamente viável. Durante a presidência de Theodore Roosevelt (1901-1909) os americanos foram ainda mais longe. A preeminência dos EUA no Mar das Caraíbas foi anunciada sem rodeios no «Corolário de Roosevelt», que declarava que no caso de infrações ou

omissões pelos Estados independentes das Caraíbas e arredores, os Estados Unidos agiriam em nome da potência estrangeira lesada, cuja intervenção direta não seria tolerada. Instigada por Roosevelt, a América viria finalmente a agir como grande potência naval (o grande profeta do poder marítimo, Alfred T. Mahan, foi um almirante americano). Em 1907, a «Grande Frota Branca» (uma alusão à cor dos navios) da marinha dos Estados Unidos realizaria um cruzeiro muito publicitado à volta do Pacífico ⁽³³⁾.

Desta forma, a América afirmava a sua posição como grande potência mundial, em condições de igualdade com os maiores Estados europeus. Como potência colonial (depois de 1898) com privilégios extraterritoriais na China, os seus interesses e perspectivas pareciam notavelmente semelhantes aos da Europa. A América, declarou o influente historiador Frederick Jackson Turner, era «uma república imperial com dependências e protetorados (...) um nova potência mundial» ⁽³⁴⁾. A revolução mexicana de 1910 impeliu Washington ainda mais para uma mentalidade imperial. Para forçar o afastamento de um ditador, o general Huerta, em 1914 o principal porto do México foi ocupado durante oito meses ⁽³⁵⁾. Mas as semelhanças e paralelismos não deviam ser exagerados. As atitudes americanas para com o colonialismo mundial da Europa permaneciam discordantes. A América não desempenhara qualquer papel na partilha de África, embora estivesse presente um representante americano na Conferência de Berlim. Antes da década de 90 do século XIX, os EUA não tiveram possessões na Ásia. O papel imperial assumido em 1898 provocou uma controvérsia política muito mais azeda do que os debates coloniais que por vezes irrompiam na Europa. O projeto naval de Roosevelt foi cerceado e boicotado pelos céticos no Congresso ⁽³⁶⁾. O próprio Roosevelt imaginava a sua nova marinha-modelo como uma parceira secundária numa aliança informal de potências marítimas «anglo-saxónicas». A supremacia naval da Grã-Bretanha, comentou ele, «era a grande garantia da paz no mundo» ⁽³⁷⁾. Na frente económica, existiam ainda diferenças significativas. Havia muito pouco capital americano investido no exterior, com a maioria do que existia no outro lado da fronteira no México. A indústria americana servia principalmente a enorme procura interna e uma vasta economia agrícola. Apenas 5% da produção americana era enviada para o estrangeiro (o número britânico era 25%). As colónias económicas do comércio americano ficavam no Oeste e Sul dos Estados Unidos, e não no exterior. Não havia qualquer consenso para adotar o estilo agressivo ou a prontidão militar dos outros Estados mundiais. Mas o que se revelaria crucial na formação das opiniões americanas foi o crescimento espantoso da economia industrial dos EUA, provocando receios de exclusão de outros mercados mundiais. Com uma participação tão pequena no «imobiliário» imperial, poucas esperanças de a aumentar e (em 1913) a maior capacidade industrial no mundo, não admira que os líderes americanos passassem a encarar qualquer partilha mundial como cada vez mais prejudicial aos interesses americanos.

As três décadas seguintes a 1880 foram igualmente decisivas para as expectativas da Rússia como potência mundial. As histórias convencionais do final do período czarista gostam de salientar os insucessos do antigo regime. O descontentamento dos camponeses, uma classe média fraca, uma industrialização demasiado apressada e uma autocracia «obsoleta» são os culpados habituais. O czarismo era terreno fértil para a revolução. Mas uma ênfase excessiva no declínio e na decadência contribui para uma visão míope da história moderna da Rússia. Apesar do impacto catastrófico da guerra e da revolução na época de crise entre 1917 e 1921, o Império Russo não se desfez. Além disso, conseguiu uma recuperação espantosa em meados da década de 40 do século XX, atingindo um auge de poder que os políticos mais visionários teriam considerado absurdo na era czarista.

Isso seria ainda mais surpreendente porque grande parte do império eurasiático da Rússia era

pouco mais do que uma carcaça vazia antes de 1880. A conquista imperial da Ásia Central muçulmana tinha apenas começado. A esfera russa no Norte da Ásia Oriental expandira-se bastante à custa da China, através dos tratados de Aigun e Pequim de 1858-1860. Mas a presença russa na maior parte desta vasta região era pouco mais do que especulativa. As reformas da década de 60 do século XIX não tiveram qualquer efeito imediato sobre a força material da Rússia: na realidade, os reveses no estrangeiro em 1877-1878 (quando as esperanças russas de uma rápida vitória militar sobre o Império Otomano foram despedaçadas) e a dissidência política interna indicavam o contrário. A modernização de uma economia baseada na servidão mal tinha começado. Considerando a velocidade das mudanças noutras regiões do mundo – os fluxos de investimento, o crescente volume do comércio, o rápido avanço da tecnologia – a pretensão da Rússia a um lugar na fila da frente das grandes potências parecia no mínimo precária. A opressão e a desordem pareciam (para a maioria dos observadores estrangeiros) a característica dominante do império czarista. O resultado foi uma política de «bravata e hesitação alternadas», afirmou um jovem George Curzon, com toda a convicção de um futuro vice-rei da Índia (38).

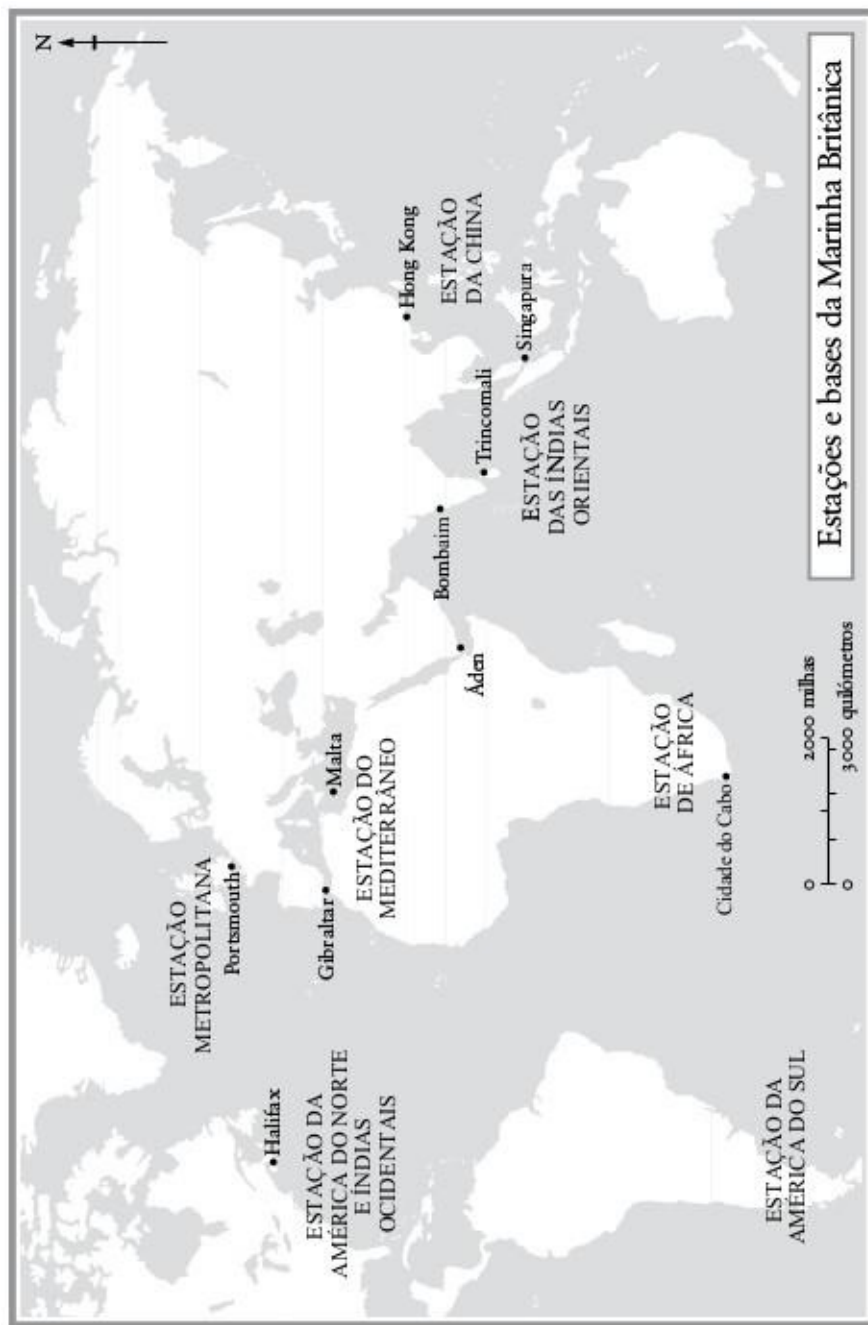
No entanto, o poder russo não parava de aumentar. A industrialização chegara tarde, mas nos anos 90 do século XIX já estava a crescer rapidamente. No final do século, a produção de carvão da Rússia aumentara 50 vezes em relação a 1860, e a produção de aço 2000 vezes (39). Ambas voltaram a duplicar em 1913. As exportações russas aumentaram acentuadamente – de aproximadamente £55 milhões (a média de 1881-1885) para quase £100 milhões (1901-1906) (40). A Ucrânia transformou-se num grande produtor de trigo. Odessa, a cidade fundada por Catarina, a Grande, na costa do mar Negro, era o grande empório desse novo comércio de cereais. Depois da formalização da aliança russo-francesa (em 1894), chegou uma torrente de empréstimos da França para modernizar a Rússia (41). Os grandes projetos ferroviários para ligar o coração da Rússia à Ásia Central (o caminho de ferro Orenburg-Tashkent) e ao Pacífico (o Transiberiano) puderam então ser concluídos. Atrás do avanço dos caminhos de ferro seguiu um exército de colonos: camponeses sedentos de terras das aldeias sobrepovoadas da Rússia europeia. Estes colonos, agricultores e ferroviários russos, espalharam-se pelo sul e leste para formar o elemento mais durável do poder asiático da Rússia (42). Em 1914, mais de 5 milhões russos tinham atravessado os Urais para a Sibéria, e outros milhares tinham-se estabelecido nos antigos canatos muçulmanos na Ásia Central russa (43).

Desta forma gradual, o regime czarista conseguiu estabelecer antes da Primeira Guerra Mundial quase todos os elementos essenciais do moderno sistema imperial da Rússia. Mantivera o seu domínio sobre a Polónia rebelde, a sua saliência na Europa: o bastião defensivo do coração russo e a alavanca de influência na diplomacia das grandes potências. A Ucrânia fora transformada num manancial de riqueza, o motor da crescente influência comercial da Rússia na região do mar Negro e o dínamo da nova economia de exportação de trigo. A prosperidade ucraniana e o sistema de caminho de ferro ajudaram a reforçar o domínio da Rússia sobre as zonas fronteiriças do Cáucaso: a ponte terrestre para o Médio Oriente e (do ponto de vista contrário) a grande muralha defensiva do vale do Volga – o Mississipi da Rússia. Antes de 1914, as jazidas petrolíferas descobertas em redor de Baku, no mar Cáspio, acrescentaram uma nova dimensão ao valor estratégico do Cáucaso. Com caminho de ferro, colonos, uma nova economia de algodão e uma forte presença militar, a Ásia Central estabelecera-se firmemente no seu papel colonial, guardando a porta sudeste do império eurasiático da Rússia. O seu comércio foi cuidadosamente vedado e transformado num monopólio russo (44). E à medida que a Sibéria era colonizada e as suas comunicações melhoradas, o frágil domínio da Rússia sobre a costa do Pacífico era decisivamente reforçado (45). Nem mesmo o desastre da Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), quando os desígnios russos para a Coreia e Manchúria foram brutalmente esmagados (tinha havido um plano para infiltrar a Coreia com

soldados russos disfarçados de lenhadores), conseguiu quebrar a pretensão da Rússia a ser uma potência do Pacífico ou fazer recuar a sua expansão no Norte da Ásia Oriental ⁽⁴⁶⁾. Assim, apesar da instabilidade do seu sistema imperial, do seu atraso tecnológico, fragilidade económica e fraco magnetismo cultural ⁽⁴⁷⁾, a Rússia conseguira acompanhar os Estados mundiais rivais. Seguiu a sua própria trajetória para o colonialismo mundial.

Em 1880, a Grã-Bretanha podia afirmar-se o principal Estado mundial – talvez o único com possessões e interesses em todas as zonas do mundo. O seu imenso arquipélago de colónias e domínios estendia-se do oeste do Canadá à África do Sul, do Suez a Hong Kong. Grande parte deste império fora erguido rapidamente a partir dos anos 30, e grande parte estava escassamente povoada e pouco desenvolvida. Em muitas e vastas zonas, as pretensões britânicas ao seu domínio existiam apenas por omissão das outras grandes potências. Mas depois de 1880, quando o mundo começou a «encher-se», o domínio por omissão deixou de ser uma opção. Os britânicos foram obrigados a formalizar as suas reivindicações, e às vezes a apoiá-las com demonstrações de força. Com o mundo cada vez mais partilhado, eles adquiriram novos conjuntos de vizinhos potencialmente perigosos, novas fronteiras para manter e uma nova necessidade de vigilância. O resultado foi paradoxal. Embora o Império Britânico se tornasse cada vez maior, os diplomatas e estrategas encarregados de o proteger tornavam-se cada vez mais ansiosos. Como os britânicos possuíam tantos territórios espalhados pelo mundo, pareciam estar sempre em conflito com toda a gente. O Império Britânico era como um gigante enorme, queixava-se um alto funcionário, «com os dedos artríticos das mãos e dos pés estendendo-se em todas as direções». Assim que era abordado por alguém, o gigante gritava com medo da dor que esperava sofrer ⁽⁴⁸⁾. Era uma pobre atitude para a harmonia diplomática. Os estrategas mostravam-se igualmente apreensivos. Achavam que o poder naval da Grã-Bretanha e o seu pequeno exército profissional estavam perigosamente dispersos. Alguns dos observadores mais perspicazes perguntavam-se se a expansão dos caminhos de ferro não teria invertido a posição do grande poder marítimo. Talvez o equilíbrio da vantagem tivesse passado para os governantes de uma massa terrestre inexpugnável – como a Rússia, a «tirania do interior» – livre do assédio britânico.

Receios como estes atingiram um pico de intensidade durante a Guerra dos Bóeres, que revelou um défice embaraçoso no poderio militar britânico. Ainda mais preocupante era o risco de as grandes potências rivais da Grã-Bretanha aproveitarem uma excelente oportunidade para pressionar os interesses britânicos noutras zonas do mundo: no Médio Oriente, na China e talvez até ameaçando com uma invasão da Índia a partir da fronteira noroeste. Esta perspetiva assustadora provocou um frenesim no planeamento militar. Uma das conclusões a que se chegou foi que o Exército britânico precisaria de comprar todos os camelos na Ásia para abastecer a sua linha da frente. Por uma das razões que já abordámos – o receio de perturbar o equilíbrio europeu – as outras grandes potências decidiram não formar uma coligação contra a Grã-Bretanha. Mas em Londres a sensação de crise fora real. Produziu uma importante reavaliação da estratégia naval e a decisão de se construir uma frota nova e moderna. Levou a uma aliança com o Japão (em 1902) para ajudar a proteger os interesses britânicos na Ásia Oriental ⁽⁴⁹⁾. Em 1904 e 1907 conduziu a acordos primeiro com a França e depois com a Rússia – acordos que arrastaram a Grã-Bretanha para uma aliança informal na política das grandes potências europeias ⁽⁵⁰⁾.



Na nova era da «política mundial», após 1880, a Grã-Bretanha parecia ter sofrido um declínio relativo. No entanto, qualquer que fosse a bitola, a sua posição global continuava a ser imensamente forte. Existiam muito poucos lugares onde uma potência sozinha podia prejudicar seriamente os seus interesses. A grande exceção (uma vez que uma invasão americana do Canadá já não parecia concebível) era uma invasão russa do Afeganistão, e a ameaça que esta representaria para o poder britânico na Índia. Era muito pouco provável que um conjunto de potências se expandisse à custa da Grã-Bretanha sem o consentimento das outras – mesmo que arriscassem a tentativa. Além disso, por vários motivos, os próprios britânicos pareciam estar a tornar-se mais ricos e fortes. Tinham lucrado mais do que todos com a enorme expansão do comércio internacional. Os seus investimentos estrangeiros duplicariam entre 1900 e 1913. Tinham um enorme *superavit* na balança de pagamentos graças às suas exportações invisíveis, e podiam facilmente suportar os pesados custos de uma marinha nova e enorme. As suas colónias «brancas» – uma grande reserva de mais de um milhão de homens em idade militar – cresciam rapidamente. O mesmo se podia dizer da Índia, o quartel e orçamento de guerra do seu domínio na Ásia. O seu império comercial de empreendimentos ultramarinos ligados à atividade bancária, seguros, transporte marítimo, caminhos de ferro, telégrafos, minas e plantações ofuscava a iniciativa dos seus rivais. Em caso de ataque, o vasto poder

de reserva dos seus recursos económicos podia ser acionado enquanto o inimigo era esmagado pela força opressiva de um bloqueio naval. A ideia, pelo menos, era essa.

A partir de 1904, era sobretudo da Alemanha que os britânicos esperavam que surgisse uma ameaça. Tal como os Estados Unidos, a Alemanha era uma recém-chegada à diplomacia das grandes potências, entrando de rompante em cena após 1870 com a derrota da França e a unificação dos estados alemães num «império» semifederal sob a monarquia prussiana. A Alemanha parecia ter não só os meios mas também, depois de 1900, a ambição para praticar a *Weltpolitik* – tornar-se um Estado mundial. A sua base era o rápido crescimento da economia alemã: entre 1873 e 1913, o produto nacional da Alemanha triplicou⁽⁵¹⁾. A sua produção industrial era particularmente forte nos novos setores químicos e elétricos. Em 1900, a Alemanha já dispunha de um excelente sistema ferroviário e da maior população de qualquer Estado europeu exceto a Rússia⁽⁵²⁾. Um bom sistema de comunicações, uma grande base industrial e uma população enorme tornavam o exército de recrutas da Alemanha o mais eficiente da Europa, e a própria Alemanha a maior potência militar da Europa. Em meados dos anos 80 do século XIX, Bismarck usara estes novos trunfos para adquirir algumas colónias-troféu na grande partilha de África (e uma ou duas outras no Pacífico Sul). Mas tudo indica que ele as considerava inúteis⁽⁵³⁾. Os seus sucessores após 1890 não tinham tanta certeza. Se a China fosse repartida (como parecia provável), o Pacífico dividido em esferas marítimas e o Império Otomano desmantelado (outra possibilidade em meados dos anos 90), então a Alemanha devia reclamar uma parte que refletisse o seu prestígio e potencial económico. Se o futuro se apresentava como uma silenciosa luta darwiniana pela sobrevivência ou supremacia num sistema mundial fechado, qualquer outro rumo equivaleria na prática a uma renúncia.

A agressividade com que os alemães procuraram o seu «lugar ao sol» tornou-se um chavão histórico. Mas o facto surpreendente acerca da *Weltpolitik* que promoveram a partir do final da década de 90 do século XIX foi a sua falta de convicção⁽⁵⁴⁾. Nas várias disputas coloniais em que se envolveram – por causa da Samoa, de Marrocos (duas vezes), da África Ocidental e do caminho de ferro de Bagdad para o golfo Pérsico – os alemães recuaram ou aceitaram um compromisso. Existiam boas razões para isso. Embora o comércio ultramarino da Alemanha fosse cada vez mais dinâmico (na América Latina, por exemplo)⁽⁵⁵⁾ os seus interesses económicos permaneciam sobretudo na Europa (como o investimento estrangeiro alemão). O poderio militar alemão era um fenómeno europeu. Sem uma marinha de alto mar, teria de continuar a sê-lo. Mas quando Berlim começou a construir uma frota oceânica, deparou imediatamente com a oposição da Grã-Bretanha. Depois de 1909, tornou-se mais do que evidente que os britânicos suplantariam qualquer marinha alemã, quaisquer que fossem os custos. E a partir da sua grande base nas Órcades podiam bloqueá-la e impedir a sua saída dos portos do mar do Norte.

A posição alemã baseava-se numa lógica inexorável. A força da Alemanha residia na Europa, onde havia milhões de alemães ainda fora das suas fronteiras, uma antiga tradição de preeminência comercial e financeira alemã na Europa Central e de Leste e um conjunto de potenciais Estados vassalos, incluindo o Império Austro-Húngaro, teoricamente ainda uma das grandes potências da Europa. «Se o mundo além-mar se consolidar sob a hegemonia da Inglaterra», sugeria o propagandista colonial Carl Peters, «só uns Estados Unidos da Europa preservarão para o velho mundo a sua supremacia»⁽⁵⁶⁾. A ideia de Peters era clara. O triunfo de uma hegemonia alemã na Europa (à custa da Rússia, da França e da Grã-Bretanha) mais do que compensaria a falta de um império segundo o modelo britânico. Destruiria também as bases geopolíticas sobre as quais o colonialismo mundial fora construído até então, e abriria caminho a uma nova partilha mundial a favor da Alemanha. Mas conquistar essa hegemonia pela força era um plano demasiado perigoso para ser adotado de ânimo leve, ou mesmo debatido abertamente pelos políticos (uma das razões por

que o debate entre os historiadores acerca da «culpa de guerra» alemã tem sido tão inconcludente). Até 1914 essa hegemonia permaneceu um prêmio imaginário que circunstâncias imprevistas poderiam subitamente oferecer.

Aparentemente, a França tinha os recursos e as capacidades para igualar este quarteto de potências mundiais. A França era ainda uma formidável potência terrestre, e uma grande potência naval (embora em declínio relativo). Depois da Grã-Bretanha, era o maior investidor estrangeiro (com cerca de metade do investimento), sobretudo na Europa, e especialmente na Rússia. A influência mundial das ideias e cultura francesas e o prestígio dos escritores, instituições e arte franceses nunca haviam sido tão grandes. A partir dos anos 70 do século XIX, o estatuto de grande potência da França revelara-se de forma impressionante no seu império afro-asiático. Entre 1880 e 1910, a área das possessões ultramarinas da França aumentou mais de 12 vezes (de 564 000 kms² para 7,4 milhões), e a população delas mais de 16 vezes (de 3 para 50 milhões) ⁽⁵⁷⁾. Grande parte da África do Norte, Ocidental e Equatorial, bem como Madagáscar, a Indochina e partes do Pacífico do Sul, estavam sob domínio francês. A França afirmara energicamente o seu direito a uma porção generosa da partilha global. Mas isso não bastava.

Como candidata a potência mundial, a França padecia de três de feitos incapacitantes. Internamente, a sua população não crescia, e o desenvolvimento industrial seguia muito atrás do da Alemanha, e mais ainda do da Grã-Bretanha. Em segundo lugar, apesar da enorme extensão do império colonial francês, o seu potencial económico era fraco. A França não tinha uma Índia para pagar as suas contas imperiais, nem países de colonos para serem seus parceiros no comércio e aliados na guerra. Além disso, grande parte do seu império estava estrategicamente refém da sorte, porque a França deixara esmorecer o poder naval para o defender ⁽⁵⁸⁾. Uma escola de pensamento liderada pelo grande ministro dos Negócios Estrangeiros Théophile Delcassé (1898-1905) achava que a Indochina francesa tinha muito pouco valor, e apelava antes a um império afro-mediterrânico baseado em Marrocos e na Argélia ⁽⁵⁹⁾. Em terceiro lugar, a posição geográfica da França na Europa (com a perda da Alsácia-Lorena em 1871) tornava-a muito mais vulnerável a um ataque fatal do que qualquer outra potência mundial: não existia qualquer barreira oceânica ou massa terrestre entre um exército invasor e os centros vitais de governo e indústria. Não admira por isso que a opinião política francesa oscilasse intranquilamente entre uma amizade mais próxima com a Grã-Bretanha e a reconciliação com a Alemanha. A política sectária da Terceira República, a rápida alternância dos governos e as divergências amargas em torno de lealdades religiosas e seculares (realçadas no caso Dreyfus) agravavam estas incertezas na política externa francesa.

Há uma tradição antiga na historiografia que diz que o imperialismo desenfreado e violento constituiu o prelúdio anárquico da grande erupção da Primeira Guerra Mundial. Mas antes de 1914, existiam poucos indícios de que os Estados mais poderosos do mundo tencionavam digladiar-se pela supremacia mundial. Eles pareciam ter adotado uma forma de «coexistência competitiva» e reconheciam que, temporariamente, pelo menos, existia entre si um equilíbrio de poderes aproximado. Apesar das desavenças e atritos nas suas relações, partilhavam (juntamente com as pequenas potências coloniais) uma visão geralmente semelhante do modo como deviam lidar com os povos não-europeus. Apoiar um movimento colonial contra o seu soberano imperial ou defender doutrinas radicais de autodeterminação nacional teria sido no mínimo contraproducente. Eles pressupunham que as suas culturas eram superiores e que o seu «padrão de civilização» ⁽⁶⁰⁾ justificava a intervenção ou colonização em terras «menos civilizadas». Um mundo dividido em

grandes impérios coloniais parecia natural e inevitável nas circunstâncias da época. O progresso dos colonizados para uma possível autonomia política – se acontecesse – seria penosamente lento. Entretanto, o maior perigo para a paz internacional viria provavelmente dos «impérios moribundos» que tinham até então sido poupados à partilha. Nos impérios otomano, iraniano e chinês, estava bastante mais em jogo e a probabilidade de um acordo era mais baixa: por causa deles as potências mundiais podiam efetivamente desentender-se. Afinal, veio-se a saber, existia um perigo muito mais imediato. Havia sempre o risco de um conflito fugir ao controlo dos diplomatas. Um governante em pânico, um conselheiro oportunista, uma campanha mais acesa na imprensa ou um simples erro de cálculo poderiam desequilibrar os pratos entre a paz e a guerra. A frágil estabilidade do colonialismo mundial, e a paz do mundo, dependiam efetivamente da contenção mútua dos principais estados europeus, e do respeito pelo difícil equilíbrio político do seu próprio continente. Se isso mudasse, a geopolítica do império mergulharia no caos.

A Economia Global

O colonialismo mundial não era apenas uma questão de aumentar a área governada pelos Estados europeus. As mudanças geopolíticas tinham um paralelo económico. A partir da década de 70 do século XIX, surgiu uma moderna economia mundial ⁽⁶¹⁾. É evidente que o comércio entre continentes sempre existira. Na verdade, como vimos num capítulo anterior, o acesso europeu à prata americana criara um sistema de trocas mundiais no século XVI, embora limitado em grande parte a metais preciosos e artigos de luxo. O século XVIII assistiu a uma grande expansão do comércio marítimo, incluindo a exportação de chá da China e de tecidos de algodão da Índia para mercados tão longínquos como a América e a África Ocidental. Mas grande parte do tráfico intercontinental mais pesado fazia-se através do Atlântico. Na primeira metade do século XIX, existia já um elevado grau de integração económica entre o Noroeste da Europa e as Ilhas Britânicas e o Nordeste da América. A economia mundial do final do século XIX era em parte o resultado da extensão das densas redes comerciais da bacia do Atlântico Norte a novas zonas do mundo: América do Sul, partes da África, Índia, Sudeste Asiático, Australásia e Ásia Oriental. Uma das suas características distintivas era que, em todo o mundo, o preço, não só dos artigos de luxo, mas até de mercadorias bastante vulgares (como os cereais) era decidido, não por fatores locais ou regionais, mas por forças de mercado à escala global ⁽⁶²⁾. Mas não era apenas uma questão de haver mais comércio, se bem que o seu valor e volume continuassem a aumentar. Em 1880 já atingira quase £3 mil milhões, em 1900 £4 mil milhões, e depois quase duplicou entre 1900 e 1913, para atingir cerca de £8 mil milhões ⁽⁶³⁾. O grande aumento do comércio foi acompanhado – na verdade, dependeu de – duas outras mudanças que ligaram a vida comercial de diferentes regiões do mundo.

A primeira foi o surgimento de um «circuito» de pagamentos internacionais a que qualquer país podia ligar-se, e do qual podia tirar as divisas necessárias para pagar as suas importações. Já não era necessário equilibrar as contas com cada um dos parceiros comerciais: desde que tivesse um saldo positivo nalgum setor, o país podia usar esse crédito no circuito de pagamentos ⁽⁶⁴⁾. Isso derrubou um importante obstáculo que tinha dificultado o comércio. A segunda mudança foi o crescimento, depois de *circa* 1870, da exportação de capital da Europa numa escala muito maior e para alvos muito mais diversos do que em anos anteriores. Embora a maior parte fosse investido nas Américas e noutras regiões da Europa, com uma parte menor dedicada à Ásia e a África (cerca de 30% do investimento estrangeiro britânico em 1913 foi para a Afro-Ásia), o mundo tornara-se um mercado único de capitais. Isso conferiu grande importância às informações comerciais rápidas e corretas (a

principal função do telégrafo), mas também à uniformidade mais rígida das práticas financeiras e de propriedade. Na realidade, o colonialismo mundial na sua vertente comercial implicou a inclusão do resto do mundo num sistema económico centrado na Europa e na sua extensão ocidental dos Estados Unidos. Mais do que isso, implicou uma divisão do trabalho global em que as manufaturas, o capital e o crédito dos estados imperiais industrializados eram trocados pelas matérias-primas e mercadorias do resto do mundo.

É evidente que este novo mercado global não era apenas o resultado da atividade puramente comercial. Nem podia ter sido. De várias formas cruciais, dependia da afirmação do poder; de uma expansão direta e indireta do império. Na Ásia Oriental, por exemplo, o regime de livre comércio fora imposto pela força e pela diplomacia armada dos «tratados desiguais». Foi mantido na Índia pela insistência inequívoca do governo de Londres (contra as dúvidas da administração britânica local). Em segundo lugar, o padrão multilateral de pagamentos comerciais centrado na Grã-Bretanha teria funcionado com menor facilidade – se é que teria funcionado – se os britânicos não tivessem uma balança de pagamentos favorável com o seu império indiano, garantida tanto pelo domínio político (os indianos pagavam uma «taxa de serviço» aos seus soberanos estrangeiros) como pelo sucesso comercial ⁽⁶⁵⁾. Em terceiro lugar, na Austrália, na Nova Zelândia, no oeste do Canadá e na América Latina, e de forma mais marginal em África, o mercado global expandiu-se através do imperialismo demográfico da Europa, da ocupação de terras por colonos europeus e do desalojamento (pela força, acordo ou fraude) dos seus proprietários indígenas. Como revelaram os fluxos de comércio e investimento, esta forma de «império» era, economicamente, a mais dinâmica. Em quarto lugar, nos seus territórios coloniais, mas também noutros países, os governos europeus promoviam um regime de propriedade que salvaguardaria os interesses dos empreendimentos dos colonos ou expatriados ⁽⁶⁶⁾. Através de leis locais, se possível, ou do privilégio extraterritorial, se necessário (como no Império Otomano, Egito, Irão, Sião, China e Japão), a esfera das instituições de mercado seria constantemente alargada.

A principal força motriz por trás da nova economia mundial era a grande melhoria dos transportes e a sua extensão ao mundo inteiro. Entre 1869, quando abriu o canal de Suez, e 1914, quando ficou concluído o canal do Panamá, grande parte do resto do mundo foi arrastado para o nexo de comunicações que já existia entre a Europa e a América. Os navios a vapor, os caminhos de ferro e o telégrafo elétrico, com os seus cabos submarinos, circundavam a terra. Após 1900, a extensão desta rede para incluir todas as regiões produtivas parecia apenas uma questão de tempo. A troca de produtos em proporções cada vez maiores incentivava a especialização e a dependência económica recíproca. O aumento dos fluxos de comércio parecia fomentar um apetite insaciável por mais produtos exóticos. As novas exigências da produção industrial na América e na Europa surtiam o mesmo efeito. A borracha, o estanho, outros metais vis e o fuelóleo juntaram-se às mercadorias mais antigas do comércio internacional: algodão, lã, cereais, madeira, açúcar, chá e café. A partir da década de 80 do século XIX, a nova tecnologia de refrigeração permitiu um comércio de exportação de produtos agrícolas perecíveis de locais remotos como a Argentina e a Nova Zelândia para os consumidores europeus a muitas semanas de distância. Nada simbolizava melhor as espantosas possibilidades de uma economia mundial do que a crescente dependência da Grã-Bretanha de alimentos básicos transportados por mar ao longo de 20 000 quilómetros.

O desenvolvimento de novos comércios e a expansão de antigos eram bem visíveis na crescente dimensão das cidades portuárias. Estas eram numerosas no mundo do Atlântico Norte. Mas no final do século XIX, surgiram novas (ou muito maiores) cidades portuárias nos outros continentes. A população de Buenos Aires, o centro do novo comércio das pampas, aumentou de 300 000, em 1880, para 1,3 milhões apenas trinta anos depois ⁽⁶⁷⁾. A Cidade do Cabo cresceu rapidamente para servir os

eldorados de diamantes e ouro no interior. Bombaim tirou partido do canal de Suez para dominar o comércio indiano com destino ao Ocidente e estender a sua influência ao golfo Pérsico ⁽⁶⁸⁾. Singapura continuou a sua ascensão fulgurante como porta de entrada para o mar do Sul da China e grande empório do comércio do Sudeste Asiático ⁽⁶⁹⁾. Xangai reforçou a sua posição como principal porto da China e ponto de escoamento comercial da sua região mais produtiva na bacia do Yang-tzé. Melbourne e Sydney (e a remota Dunedin) ligaram as regiões interiores da Australásia aos seus fornecedores e mercados do outro lado do mundo.

Ser uma cidade portuária de sucesso implicava uma atividade frenética para melhorar o porto, organizar as docas, construir vastos estaleiros ferroviários e prolongar ainda mais a linha de caminhos de ferro (ou o seu equivalente fluvial) no interior ⁽⁷⁰⁾. O sinal visível do sucesso comercial era a rápida construção de alfândegas, estações de caminho de ferro, bancos e hotéis, além de luxuosos clubes e residências para a nova classe de mercadores. A estação de caminho de ferro de Bombaim, o Hotel Raffles' em Singapura, o esplendor «parisiense» da nova Buenos Aires, o Standard Bank da Cidade do Cabo (onde Rhodes tinha a sua conta), o Bund de Xangai, a Collins Street em Melbourne e a arquitetura exuberante dos principais bancos de Sydney (em redor de Martin Place) mostravam a confiança e prosperidade deste mundo comercial. Ao seu serviço havia um crescente exército de estivadores, carregadores, ferroviários, enfiadores, fiéis de armazém e escriturários. Os seus padrões formavam uma elite móvel e geralmente cosmopolita cujos contactos de longa distância eram muitas vezes a razão do seu sucesso comercial e da sua notação de crédito. Havia homens de negócios britânicos, e sobretudo escoceses, em todos os continentes. Mas existiam muitos outros igualmente empreendedores. No Próximo Oriente e no mar Negro, eram normalmente gregos. Os maiores comerciantes de Bombaim eram parses (originários do Irão) e não hindus. Os parses, judeus e arménios (como os Sassoon) seguiram as rotas comerciais em direcção ao Oriente ⁽⁷¹⁾. Tinham casas comerciais em Singapura (onde existe ainda uma igreja arménia), Hong Kong e Xangai. Um dos maiores armadores da Singapura do final do século XIX era de ascendência árabe, pertencendo a uma comunidade de comerciantes e marinheiros estabelecida havia muito no arquipélago malaio. Outros eram chineses. O avô do primeiro primeiro-ministro de Singapura, Lee Kuan Yew, era dono de uma companhia de navios a vapor que servia Singapura e Batávia (atual Jacarta).

No final do século XIX não seria absurdo afirmar que, apesar das diferenças culturais, os membros desta rede mercantil tinham muito em comum. Eram instintivamente liberais no que dizia respeito à economia. Favoreciam a circulação sem entraves entre jurisdições e fronteiras. Não gostavam da ingerência de burocratas e funcionários. Queriam governos compreensivos que investissem no «progresso» (nas suas formas mais concretas). Davam grande valor ao cumprimento de contratos e aos direitos de propriedade. Precisavam de meios de pagamento seguros e bancos fiáveis. Os seus interesses, em suma, opunham-se a uma partilha global que vedasse o mundo em blocos imperiais fechados. Opunham-se ainda mais ao tipo de regime colonial que desprezava a influência dos negócios e praticava a exclusão racial. A indignação com esta prática colocara os parses de Bombaim entre os primeiros defensores dos direitos dos indianos contra o *Raj* britânico. Por outro lado, mesmo os comerciantes não-europeus nada tinham a ganhar se o mundo que o comércio construía fosse dividido numa manta de retalhos de Estados-nações sectários com governantes cujos objetivos não coincidissem com os das câmaras de comércio nas grandes cidades portuárias.

Os interesses dos comerciantes podiam ser definidos concisamente como uma «economia aberta», sem quaisquer entraves ao comércio, aos fluxos de crédito e capital ou ao movimento de pessoas (sobretudo mão de obra). Era este o «império de comércio livre» que os britânicos tinham

promovido desde os anos 40 do século XIX, quando tentaram impô-lo (com algum sucesso) à América Latina, ao Médio Oriente, à Índia e à China. A nova tecnologia de transportes fora essencial para atrair o resto do mundo à zona de alta pressão do comércio euro-americano. Mas isso não bastava. Como vimos, um dos principais entraves ao comércio tinha sido a dificuldade em estabelecer um equilíbrio entre dois mercados diferentes para que um pudesse pagar as compras que eram feitas no outro. A solução foi um sistema de câmbio multilateral para permitir a um país comprar bens que não podia pagar diretamente. Mas para que este sistema funcionasse, era preciso uma «moeda comum» na qual a maioria dos comerciantes confiasse, para servir como reserva de todas os seus diferentes créditos. Em segundo lugar, tinha de haver um lugar onde eles pudessem amortizar os seus créditos, ou trocá-los por bens que fossem de igual valor.

Porque podia satisfazer todas estas exigências complexas, Londres tornou-se a Capital da nova economia mundial. A libra esterlina, baseada no ouro e livremente convertível, era a moeda mais forte do mundo, e a «letra de câmbio sobre Londres» em libras tornou-se a forma mais segura de câmbio internacional. Como porto de comércio livre, no centro da esfera euro-americana, e como capital imperial do «sistema» anglo-indiano, Londres era o maior mercado do mundo. Entre os comerciantes e banqueiros aglomerados na Square Mile da «City», não havia qualquer dificuldade em trocar uma nota de libras esterlinas por outra moeda, encontrar um cliente ou comprar um carregamento que podia ser vendido noutros lugares. Londres tornou-se a sede de uma vasta gama de serviços de que dependia o comércio. Os bancos, companhias de seguros e companhias de navegação britânicas no ultramar ficavam com a maior parte do tráfico entre os continentes. Os agentes marítimos e os navios a vapor britânicos tornaram-se onnipresentes. Depois de 1870, Londres acrescentou o investimento estrangeiro ao seu arsenal – uma reação ao facto de a economia britânica estar então a crescer mais devagar do que as «novas» economias ultramarinas. Desde então até 1914, Londres foi a fonte de mais de metade do capital que saía da Europa. Grande parte ia para sistemas de transporte que abririam novos mercados e atrairiam novos produtores. Em 1913, mais de 40% do capital britânico no estrangeiro fora para os caminhos de ferro – públicos (como na Austrália e na Índia) ou privados ⁽⁷²⁾. O fluxo de libras esterlinas teve outros efeitos importantes. Atenuou as depressões e os picos da ronda comercial, e incentivou a estabilidade monetária onde de outro modo isso seria difícil ⁽⁷³⁾. Reforçou o domínio de Londres sobre as capitais comerciais do mundo extraeuropeu, cuja prosperidade se baseava (era fácil acreditar) no fluxo de créditos do grande credor de último recurso do mundo. Contribuiu para acelerar o extraordinário processo através do qual cada vez mais Estados adotavam o «padrão ouro»: fixando o valor da sua moeda em ouro para expandir o seu comércio e estimular o investimento externo ⁽⁷⁴⁾.

O tamanho e a riqueza de Londres cresciam assim em sintonia com o grande aumento do comércio internacional ⁽⁷⁵⁾. Entre os seus comerciantes e banqueiros, era ponto assente que o que era bom para Londres era bom para o mundo. A noção do comércio livre e de uma economia aberta foi adotada na Grã-Bretanha nos anos 40 e 50 do século XIX, não só como uma filosofia política, mas como uma visão absoluta do mundo, uma ideologia promovida com fervor de cruzado. Concebia um mundo em que os povos seriam libertados da sua servidão aos governantes pela torrente do comércio. A liberdade individual e o comércio internacional avançariam juntos. O comércio livre era considerado essencial para o sucesso económico britânico e para o progresso económico do resto do mundo. (A alternativa – o protecionismo – foi rejeitada politicamente na Grã-Bretanha antes de 1914, e os seus apoiantes não se entendiam sobre o que proteger.) Os seus defensores garantiam que deixar o mercado decidir o que fazia sentido produzir era a maneira mais eficiente de usar os recursos económicos. Os países sem capital ou uma base industrial deviam concentrar os seus esforços na produção de «produtos básicos»: matérias-primas ou géneros alimentícios para os quais existisse

uma procura mundial. Deviam usar os rendimentos que os seus produtos geravam para comprar as manufaturas de que precisavam e pagar juros sobre o capital que pediam emprestado – porque a produção de produtos básicos só podia aumentar se existissem caminhos de ferro e portos para levar as mercadorias para o mercado. Qualquer outra política – desenvolver uma produção industrial protegida por uma barreira tarifária, por exemplo – era não só ineficiente (porque os produtos industriais podiam ser comprados a preço mais reduzido no estrangeiro) mas também injusta. Significava que o consumidor era taxado a favor daqueles que tinham adquirido a proteção das tarifas, um processo político (segundo os partidários da livre troca) invariavelmente corrupto. Um governo colonial esclarecido devia por isso impor o comércio livre (como fizeram os britânicos na Índia), e uma diplomacia sábia devia sempre encorajá-lo. O grande aumento das exportações no final do século XIX, incluindo as da Índia e (depois de 1890) da China, parecia mais uma prova da validade universal desta receita económica. Assim, o papel central de Londres na nova economia mundial era não só lucrativo mas também benigno. Até a exportação de capital podia ser descrita, plausivelmente, como oferecendo um serviço vital. «O Canadá» (talvez o principal recetor de capital britânico em 1900-1914), afirmou o banqueiro intelectual Robert Brand, «tem tanto interesse em manter incontrolado o fluxo de capital da Inglaterra como uma cidade em impedir que o seu abastecimento de água seja cortado» (76).

A teoria do comércio livre apresentava a agricultura comercial como a libertação dos camponeses em todo o mundo. Evocava visões de indianos e chineses como clientes satisfeitos, trajados de algodões do Lancashire. Enaltecia as virtudes pacificadoras da interdependência económica. A guerra era impensável, declarava um famoso panfleto da época, porque as potências que a poderiam travar tinham demasiado a perder com a paragem do comércio (77). Mas esta insistência constante nas vantagens recíprocas da nova economia mundial subestimava as suas tensões e ignorava a sua precária estabilidade. Era evidente que muitos dos novos membros do clube económico não tinham sido admitidos nas mesmas condições que os antigos. Os novos aderentes da economia mundial só podiam ficar com os espaços que já não estivessem ocupados. Tinham de produzir as mercadorias que os concorrentes estabelecidos havia mais tempo não queriam fornecer. Tinham de baixar o custo da produção para compensar os defeitos do seu aparelho comercial: a sua mão de obra tinha de ser muito barata. Além disso, muitas vezes a mudança para a produção de culturas de rendimento provocava uma crise social. Uma coisa era enviar colonos para terras desabitadas. Outra completamente diferente era produzir culturas de rendimento para exportação numa paisagem densamente povoada onde o direito de cultivar e a procura de rendimentos eram essenciais para as relações e estatutos sociais. Neste caso, a «limpeza» das terras do seu «excedente» de camponeses para dar lugar a uma produção agrícola eficiente conduziria a uma revolução social. Essa possibilidade assustava tanto os governantes britânicos da Índia que (a partir da década de 70 do século XIX) eles limitaram progressivamente a transferência de terras das castas agricultoras tradicionais para homens de negócios das cidades. No cenário africano, era quase sempre a escassez de mão de obra, e não o seu excesso, que dificultava o tipo de desenvolvimento que o comércio livre recomendava. As companhias mineiras e os colonos queixavam-se constantemente de que o «indígena era preguiçoso», que não trabalharia pelos salários mínimos possíveis naquela zona marginal do mundo capitalista. Neste caso, a noção de vantagem recíproca foi forçada além dos seus limites. Fazer os africanos «traballar» tornou-se o pretexto para um regime colonial que os transformava (na pior das hipóteses) numa classe de servos. A tributação coerciva (para tornar o trabalho assalariado obrigatório), uma disciplina de trabalho desumana (78), a proibição de qualquer forma de organização laboral e a expropriação de terras com valor comercial fizeram parte do arsenal do capitalismo colonial no seu teatro africano. Não admira por isso que aí e noutros lugares a

economia comercial fosse geralmente associada ao privilégio racial dos brancos.

Mesmo em lugares onde a nova economia mundial era apoiada por elites locais, que (como os *estancieros* da Argentina) esperavam lucrar com o aumento do valor das terras e com a nova prosperidade urbana, o apoio era muito mais condicional do que os partidários do comércio livre gostariam de acreditar. Manter o fluxo de créditos, atrair mais capital e tirar pleno partido de um mercado em alta para culturas agrícolas e mercadorias implicava aceitar disciplinas quase sempre dolorosas. Para manter a moeda estável, havia que cortar despesas. Para estimular o comércio, as tarifas tinham de ser baixas e a indústria local sacrificada. Para manter o investidor estrangeiro satisfeito, as suas companhias de caminhos de ferro e bancos tinham de ser apapricados e cortejados. Havia muita gente no mundo extraeuropeu que considerava a economia de comércio livre um negócio unilateral e levava a mal o poder exercido a partir de Londres. Na Índia e na África Ocidental, onde os comerciantes indígenas em geral defendiam o comércio livre, havia os que se ressentiam com a posição favorecida dos negócios europeus. Enquanto o valor do comércio aumentava, estes sentimentos permaneciam calados. Mas nada podia garantir que as condições comerciais que haviam tornado a nova economia internacional uma força tão dinâmica seriam estáveis ou duradouras. Se o *boom* em mercadorias se transformasse numa depressão, se o mercado mundial fosse destabilizado por um conflito entre as grandes potências ou se Londres não conseguisse satisfazer as exigências do seu papel como fonte de crédito e capital, os inimigos do comércio livre começariam a ganhar força. As outras grandes economias do mundo euro-americano tinham inclinações mais protecionistas. O rápido crescimento do comércio mundial refreara esse instinto – até certo ponto. Mas se a expansão fosse travada e a zona de comércio livre centrada em Londres ficasse reduzida em área e riqueza, a alternativa mais provável seria uma série de blocos controlados pelos Estados mundiais rivais. Os antagonismos mútuos das grandes potências mundiais tornar-se-iam muito mais ferozes sem uma «zona aberta» onde tivessem interesses em comum. O regime económico que ajudara a garantir a criação do colonialismo mundial teria feito inversão de marcha.

Na realidade, antes de 1914 já tinham surgido alguns sinais de tensão. A expansão frenética do comércio começou a abrandar. O aumento colossal da exportação de cereais não podia ser sustentado. Nos países industriais, era o extraordinário crescimento da economia americana que realmente se destacava. Mas já se questionava se este gigante industrial não desestabilizaria a nova «economia mundial» centrada na Europa, e sobretudo em Londres. A América tornara-se uma grande potência industrial, mas era quase autossuficiente em matérias-primas e géneros alimentícios. O seu mercado para manufaturas era sobretudo interno. Tinha poucos incentivos para adotar o comércio livre, e o nível das suas tarifas era muito mais alto do que o dos Estados industriais europeus, com a exceção da Rússia⁽⁷⁹⁾. Tinha uma enorme reserva de ouro (quase um terço do total mundial, em 1910)⁽⁸⁰⁾ e qualquer aumento na sua parte (se entrasse mais ouro em resultado de um surto de crescimento) podia criar condições de crise noutras economias baseadas no ouro, uma vez que a oferta de moeda diminuiria. No entanto, se essa crise ocorresse, a vasta dimensão da economia americana e o crescente poder de Wall Street tornariam mais difícil impor o «conselho» dos banqueiros do mundo em Londres. Se surgisse uma fissura entre as duas grandes metades do mundo industrial, a economia mundial que apenas começara a ganhar forma poderia revelar-se demasiado discordante para gerir.

Guerras de Culturas

O colonialismo mundial estabeleceu uma hierarquia política de potências imperiais e dependências coloniais (ou semicoloniais). Em grande parte do mundo, a nova economia comercial criou um universo paralelo de padrões capitalistas-industrialistas (europeus) a par de «servidores» (sobretudo não-europeus) produtores de matérias-primas com poucas proteções contra as mudanças e oscilações da procura internacional. O colonialismo mundial teve uma terceira dimensão. Impôs uma hierarquia cultural de força surpreendente e influência penetrante. A primazia cultural da Europa foi afirmada de forma mais agressiva neste período do que em qualquer outra época da história. A própria extensão do domínio físico da Europa depois de 1880 na Ásia, em África e no Pacífico implicou que a sua influência cultural fosse disseminada com maior amplitude e autoridade do que em épocas anteriores. As suas categorias de pensamento, métodos de investigação científica, interpretações do passado, noções de ordem social, modelos de moral pública, conceitos de crime e justiça e modos de expressão literária, assim como as suas receitas de saúde, ideias de lazer e até estilos de vestuário, tornaram-se o «padrão» civilizado segundo o qual as outras culturas eram avaliadas, e geralmente consideradas deficientes. Entre as elites instruídas do mundo não-europeu, cada vez mais expostas à autoridade política de governantes europeus, a disparidade alarmante em conhecimentos e poder era penosamente reconhecida. Para os pensadores muçulmanos afigurava-se especialmente perigosa. Mas como poderiam eles contestar as pretensões culturais de uma Europa em expansão? Rejeitar completamente a versão de modernidade da Europa seria um apelo contraproducente a uma espécie de estagnação cultural. Uma cura semelhante agravaria a doença que eles tinham diagnosticado. Mas a solução alternativa – adaptar os métodos europeus às suas próprias exigências culturais, usando novos motores europeus para impulsionar a sua própria renovação cultural – parecia igualmente arriscada. Ameaçava dividir a elite cultural local, desmoralizar a tradição e abrir um outro caminho para o triunfo da Europa.

Os europeus presumiam que a sua elevação súbita a uma posição tão preponderante entre continentes e culturas fosse resultado da sua descoberta do progresso contínuo. Só eles tinham escapado ao ciclo de crescimento e declínio a que todas as outras civilizações estavam sujeitas. Só eles tinham descoberto o segredo da riqueza das nações. Tinham conquistado um domínio tecnológico sem paralelo. Tinham ultrapassado os antigos obstáculos da superstição e do mito para basear a sua vida intelectual no exame rigoroso do conhecimento empírico. Presumia-se geralmente que tinham conquistado tamanha recompensa através do cumprimento rigoroso de quatro regras cardinais. A primeira era incentivar a livre troca de ideias e limitar o poder daqueles (como os cleros) que poderiam tentar cerceá-la. A segunda era defender o direito à propriedade individual (e consequentemente o motivo para o progresso) contra o crime comum ou a depredação dos déspotas. A terceira era construir uma ordem social que mantivesse a disciplina moral, e sobretudo sexual, entre aqueles de cujo trabalho dependia o progresso material. O tratamento adequado das mulheres na sua «esfera separada» tornou-se a prova de fogo de uma sociedade desenvolvida. A quarta regra era a promoção da força e coragem físicas, as qualidades «másculas» a que os europeus no ultramar geralmente atribuíam o seu poderio militar e predomínio político. Mas como e porque é que estes hábitos e atitudes tinham vindo a ser adotados, e até que ponto estariam arreigados nas sociedades europeias, continuavam a ser questões profundamente controversas.

A confiança no seu domínio exclusivo do progresso explica em parte a arrogância desconcertante com que os europeus trataram geralmente as outras culturas. Tem sido alegado, plausivelmente, que a invenção de um «outro» oriental, atolado na lama do «atraso» moral e intelectual, foi essencial para a autoimagem de progresso dos europeus. Só insistindo nas insuficiências do «Oriente» (na prática, todos os povos não-ocidentais) é que os europeus podiam sentir-se seguros da sua própria identidade progressista. Isso levar-nos-ia provavelmente a exagerar o interesse intelectual que os europeus

mostravam por outras regiões do mundo. Como a maioria das civilizações, eles estavam obcecados, não com os outros, mas consigo próprios. Foi do exame do seu próprio passado que retiraram a lição de que tinham feito um progresso espantoso, apesar de não existir qualquer consenso sobre o modo como isso teria acontecido. Tinham também consciência de que em muitas regiões da Europa esse progresso fora lento, onde efetivamente existira. Os debates mais acesos no pensamento europeu não eram sobre a não-Europa mas sobre até que ponto seria seguro abandonar as crenças e valores do passado pré-industrial da Europa. Algumas das discussões mais intensas entre os intelectuais europeus eram sobre o lugar da religião, da moral «tradicional», da cultura e língua «populares» e das relações sociais pré-modernas (o paternalismo social) numa sociedade moderna ⁽⁸¹⁾. Havia uma impressão generalizada de que o progresso era frágil. Este era ameaçado sobretudo pela «reação» da Igreja, segundo os liberais. Podia ser derrubado a partir das bases, por uma revolta popular contra a feroz disciplina económica (a ameaça do socialismo ou do anarquismo). Poderia conduzir à «degeneração», a consequência física e moral, como muitas vezes se afirmava, da vida urbana e industrial. Podia ser contraproducente, anulando o indivíduo a favor das massas e substituindo o espiritual por um materialismo grosseiro. Uma sensação de pânico social incutia estes argumentos de um espírito de urgência ⁽⁸²⁾. No meio destas preocupações introvertidas, a ignorância e a indiferença dominavam as atitudes europeias para com o mundo não-ocidental. Os povos não-ocidentais eram meros espectadores da grande luta da vida. Interpretá-los cabia a uma pequena minoria. Era demasiado fácil explicar as suas culturas em termos de um passado estacionário ao qual só a Europa (ou as regiões desenvolvidas) tinha escapado.

Esta tendência era bastante reforçada pelas circunstâncias em que grande parte da não-Europa chegava à atenção do público europeu. Uma grande quantidade de literatura, evidentemente, apresentava aos leitores europeus o mundo afro-asiático. Mas a maior parte descrevia atividades específicas realizadas pelos europeus. Nos relatos dos soldados, exploradores e missionários, era a violência, o isolamento e a superstição das sociedades afro-asiáticas que recebiam maior destaque. Nas colónias existentes (o melhor exemplo é a Índia), a investigação etnográfica era realizada sobretudo por funcionários europeus ⁽⁸³⁾. E não admira que utilizassem as teorias raciais e fisiológicas da moda (como a craniologia), concebidas inicialmente para explicar diferenças no seio da Europa ⁽⁸⁴⁾, para insistir na ausência daquelas características «progressistas» que poderiam ditar o fim do domínio estrangeiro. Longe de avançarem na senda da Europa, a maioria dos indianos e africanos era descrita como presa a tradições que tornavam a autonomia política impensável, mas que podiam ser alteradas apenas ao longo de um período indeterminado. Nas zonas ocupadas tardiamente pelos governos imperiais, era ainda mais fácil alegar que os tumultos ocasionados pela intromissão europeia constituíam a melhor prova do caos e barbárie da ordem pré-colonial. Em vez de avançar para a meta distante da modernidade, as sociedades não-ocidentais, se entregues a si próprias, caíam numa espiral descendente de decadência social e moral. Onde enfrentassem a concorrência direta de povos europeus, o seu destino poderia ser a extinção total – o desfecho previsto muitas vezes para os maoris da Nova Zelândia e os aborígenes australianos.

No final do século, os comentadores europeus mostravam-se cada vez mais inclinados a ver a «estagnação» das sociedades não-europeias como uma condição hereditária. As diferenças culturais, independentemente da sua origem, tornaram-se diferenças «raciais», e os hábitos culturais o produto do «instinto» racial ⁽⁸⁵⁾. Uma intervenção descuidada, reformas precipitadas ou a exploração irresponsável (a sobranceira opinião oficial sobre a atividade dos mercadores e dos colonos) podiam causar uma explosão, e destruir a coesão de que dependia toda a ordem. A estabilidade era a necessidade mais urgente, e a melhor maneira de a promover era favorecer o direito consuetudinário local (e não uma jurisprudência importada) e governantes neotradicionais (notáveis locais que

aceitavam o seu estatuto colonial) em vez da elite ocidentalizada da colônia – uma «minoría microscópica», na expressão desdenhosa de um vice-rei da Índia (86). Nalguns casos, pensava-se, a melhor maneira de garantir a estabilidade era através de uma política deliberada de segregação territorial, a solução ponderada por uma comissão oficial para os «assuntos indígenas» na África do Sul (87). Os europeus, portanto, não tinham uma ideia grandiosa e única para as suas futuras relações com o mundo não-ocidental. A muito badalada influência do darwinismo social não apresentava qualquer mensagem clara de expansão imperial: na verdade, muitos darwinistas sociais opunham-se veementemente à diluição cultural e racial que, na sua opinião, a expansão imperial provocaria (88). Assim como se desentendiam quanto às razões do dinamismo excepcional da Europa, os europeus discordavam vivamente sobre as causas e efeitos da «estagnação» não-europeia. A Índia era interpretada de várias formas como uma sociedade estacionária de aldeias autossuficientes, uma relíquia do medievalismo ou o resultado infeliz da miscigenação entre os seus governantes arianos originais e os dravidianos indígenas (89). Alguns pensadores europeus, desiludidos com o industrialismo, encontravam motivos de admiração no Oriente «espiritual»: a sobrevivência do artesanato, a ausência de conflitos de classe ou a «proximidade à natureza» das sociedades não-ocidentais (90). Os europeus esforçavam-se por classificar a desconcertante variedade de culturas não-ocidentais. Reconheciam pragmaticamente a condição privilegiada dos grupos especiais de que dependia o seu domínio: as «raças guerreiras» necessárias para os seus exércitos coloniais ou as elites islâmicas na Nigéria e Norte da Índia. Eles não tinham os meios, nem a coragem, para impor o seu próprio projeto cultural (mesmo que tivessem um). Eram obrigados a confiar em informadores locais que forneciam grande parte dos dados a partir dos quais as histórias, manuais escolares, códigos jurídicos, dicionários geográficos e etnografias oficiais eram compilados. Não admira por isso que a prudência oficial na Índia tivesse decretado a preeminência tradicional das castas brâmanes e declarado a casta como o alicerce da sociedade indiana: foi dos eruditos e pânditas brâmanes que os funcionários britânicos adquiriram grande parte do seu conhecimento do passado indiano (91).

A importância disto tudo foi que na maioria das regiões que caíram sob domínio europeu as elites indígenas puderam ainda encontrar espaço para a resistência cultural. Podemos vê-las a travar três diferentes tipos de «guerra» cultural. O primeiro dependia em muito de modelos europeus de mudança cultural. Em Bengala, por exemplo, a nova classe letrada que surgiu para servir a máquina administrativa britânica adquiriu rapidamente uma educação «inglesa». Mas quis também dotar a própria Bengala de uma personalidade cultural segundo o modelo inglês. O bengali devia tornar-se uma língua «literária». A poesia, ficção, história e jornalismo na língua bengali ajudariam a criar uma nova consciência de identidade bengalesa (92). Os professores e jornalistas criariam um povo bengalês moderno. As instituições embrionárias do regime colonial tornar-se-iam um protoparlamento, um futuro Westminster. O papel fundamental de dirigentes políticos como Surendranath Banerjea, o rei sem coroa de Bengala, seria construir o modelo de autonomia política para uma nova nação de estilo europeu (93). Um padrão semelhante verificou-se em Maharashtra, no Oeste da Índia, onde a história de estilo ocidental na língua indígena era usada deliberadamente para promover a sensibilização política e cultural (94). Ambições deste tipo estimularam em parte o incipiente nacionalismo indiano. Mas como estratégia cultural precisavam da presença de uma forte elite letrada que agisse como intermediária entre a potência colonial e a sociedade local.

Em parte por esta razão, uma forma mais comum de resistência cultural era o revivalismo religioso. Com poucas exceções, os europeus consideravam os grandes rivais eurasiáticos do cristianismo, como o islamismo ou o hinduísmo, decadentes ou moribundos. A erudição islâmica era menosprezada como um escolasticismo obsoleto, com um passado glorioso mas sem qualquer futuro intelectual. Os eruditos islâmicos permaneciam presos aos seus textos clássicos, incapazes de

reconhecer que o mundo mudara ou de adaptar as suas ideias à nova profusão de dados empíricos. Foi essa incapacidade dos estudiosos ortodoxos – os ulemás, ou homens sábios – que deu tanta margem de manobra às «irmandades» sufis e aos seus chefes carismáticos, os xeques e marabutos. Abriu espaço para que movimentos «fundamentalistas» travassem uma *jihad* contra infiéis, pagãos e muçulmanos corruptos. Os europeus guardavam um rancor (e medo) especial a este «fanatismo» muçulmano, sintomático, na sua opinião, do bloqueio de desenvolvimento do Islão. A vitória mais famosa deste fanatismo religioso no final do século XIX foi a revolta do Mahdi contra o domínio colonial do Egito no Sudão nilótico, que culminou em 1885 na conquista de Cartum e na morte do general Gordon, o governador-geral enviado pelo governo egípcio (por forte pressão britânica) para efetuar uma retirada ordeira⁽⁹⁵⁾. Treze anos depois, quando os britânicos derrotaram o exército do Mahdi em Omdurman e voltaram a entrar na cidade, Kitchener ordenou que as ossadas do primeiro governante mahdi (Muhammad Ahmad, 1844-1885) fossem lançadas ao Nilo. Foi necessária uma ordem da rainha Vitória para o impedir de usar o crânio do Mahdi como cinzeiro.

Na verdade, a reação geral dos muçulmanos à expansão cultural da Europa foi muito menos sensacional e muito mais duradoura. O Mahdi fora um pregador carismático nas franjas mais afastadas do mundo islâmico. Os mestres muçulmanos nos principais centros de erudição tinham plena consciência de que a sua formação clássica se tornara obsoleta. Tinha de se encontrar maneira de adaptar o saber ortodoxo a ideias modernas. Esse foi o projeto de dois grandes estudiosos muçulmanos do final do século XIX, Jamal al-Din al-Afghani (1839-1897) e Muhammad Abduh (1849-1905). Ambos se esforçaram por dominar o pensamento europeu, e ambos estudaram em Paris. Comprometeram-se a defender a solidariedade muçulmana perante o avanço da Europa, a que tinham assistido em primeira mão na ocupação britânica do Egito, onde se encontrava o maior centro da vida intelectual do Islão, em al-Azhar (no Cairo). O objetivo principal era revitalizar a *umma*, os fiéis muçulmanos em todo o mundo, e reeducar os ulemás, os seus guias e conselheiros eruditos. Isso implicava erradicar as superstições, as crenças não ortodoxas e as práticas sincréticas adotadas pelos muçulmanos das várias culturas a que o Islão se havia estendido. Implicava a purificação, mas também uma espécie de modernização. Os ulemás reformados teriam um contacto mais próximo com os principais centros de erudição. Seriam devidamente instruídos em teologia e história muçulmanas. Estariam mais bem preparados para contestar ideias europeias com uma convincente resposta islâmica. Transmitiriam a mensagem do Islão aos fiéis muçulmanos com maior confiança e através de meios mais eficientes. A pregação, o ensino e a disseminação de ideias iriam aproveitar os novos meios de comunicação (e o baixo custo da impressão para jornais e livros), novos tipos de educação (com salas de aula e escolas de estilo ocidental) e as novas facilidades de deslocação. O navio a vapor e os caminhos de ferro permitiam que muitos mais muçulmanos fizessem o *haj* (a peregrinação a Meca), se encontrassem com os grandes mestres e percebessem a plena dimensão do mundo islâmico. A solidariedade pan-islâmica, uma elite mais conhecedora, uma *umma* mais disciplinada e uma consciência mais profunda do lugar especial do Islão no mundo moderno seriam as recompensas prometidas⁽⁹⁶⁾.

Para muitos observadores muçulmanos, em 1914 pouco se havia avançado na direção desse ideal. A tarefa de mobilizar uma *umma* tão vasta e espalhada, na sua maioria pobre e analfabeta, era intimidante. O mundo islâmico era um poço de divisões políticas, étnicas e linguísticas. Modernizar o arábico, a língua clássica da ciência, direito e teologia islâmicos, era um enorme desafio. Os principais Estados muçulmanos sofreram (como veremos) outras derrotas e humilhações às mãos dos europeus. Na realidade, nalgumas comunidades muçulmanas o nacionalismo étnico e o Estado territorial pareciam uma base mais promissora para a resistência anticolonial do que o ideal remoto da união pan-islâmica. Havia por vezes grandes desentendimentos entre aqueles que afirmavam que o

Islão não tinha qualquer querela com a ciência e política ocidentais e os que encaravam a influência destas como corruptora. Mas também não havia qualquer dúvida de que a consciência cada vez mais aguçada da identidade islâmica que al-Afghani e Abduh tanto ansiavam promover tinha começado a mobilizar várias sociedades muçulmanas. Na África Ocidental, a elite religiosa muçulmana, além de reforçar o seu domínio sobre a comunidade dos fiéis, consolidou a sua influência sobre as autoridades francesas ⁽⁹⁷⁾. No Egito, o centro do modernismo islâmico, a preocupação muçulmana com a reforma moral e uma maior disciplina social fez aumentar a atração da política nacionalista junto da classe instruída ⁽⁹⁸⁾. Na Índia, a nova universidade muçulmana fundada em Aligarh (o Anglo-Oriental College) pode ter realçado o valor dos conhecimentos modernos do Ocidente, mas foi também a escola dos líderes Jovens Muçulmanos, que adquiriram proeminência depois de 1914 ⁽⁹⁹⁾. No Sul da Ásia Oriental colonial, movimentos reformadores e a imprensa ajudaram a disseminar a consciência islâmica, e nas Índias Orientais Holandesas esta assumiu a forma de um movimento político, o Sarekat Islam ⁽¹⁰⁰⁾.

No hinduísmo havia uma tendência semelhante para a purificação e codificação da prática religiosa. Movimentos reformistas como o Arya Samaj reconheciam implicitamente a atração espiritual do culto cristão, com a sua ênfase na relação do indivíduo com Deus. A nível popular, este revivalismo religioso manifestava-se nas campanhas para a «proteção das vacas» ou para promover o culto do panteão hindu em vez das divindades locais. Melhores meios de transporte incentivavam mais peregrinos a deslocar-se a Benares e à Mãe Ganges, mas também a outros centros de devoção hindu. Entre os instruídos, a palavra impressa nos vernáculos da Índia ajudava a disseminar a influência de mestres e movimentos espirituais. Mas o desenvolvimento mais marcante antes de 1914 foi talvez o manifesto para a resistência cultural de Gandhi, publicado em 1909 com o título *Hind Swaraj* («Autonomia Indiana») ⁽¹⁰¹⁾. *Hind Swaraj* (escrito enquanto Gandhi viajava por mar entre Londres e a África do Sul, onde viveu e trabalhou entre 1893 e 1915) era uma síntese engenhosa de religião, cultura e política. Expunha uma terceira e grandiosa estratégia para o renascimento cultural. Afirmava o valor de um hinduísmo purificado como a base moral da sociedade. Adotava também a visão europeia da sociedade indiana como um vasto mosaico de «comunidades aldeãs». Mas o propósito de Gandhi não era repetir o diagnóstico da «estagnação». Ele insistia na superioridade moral da aldeia autossuficiente sobre a civilização artificial, exploradora e discriminadora imposta pelo Ocidente. A autonomia indiana, portanto, não seria alcançada assumindo simplesmente o controlo das instituições do governo colonial – livrando-se do tigre mas mantendo o seu carácter, na frase imaginativa de Gandhi. Implicava rejeitar tudo que o domínio ocidental trouxera, incluindo o direito e a medicina, os caminhos de ferro e os telégrafos, e o próprio Estado indiano. Na formulação de Gandhi, a reforma religiosa fundia-se na reforma moral, a reforma moral na reforma social, e a reforma social na luta política. A libertação moral conduziria à liberdade política, pois quando os indianos rejeitassem a hegemonia mental de que dependia o domínio britânico (os indianos, disse Gandhi, tinham *permitido* que os britânicos governassem) revogariam a colaboração com a qual o *Raj* fora construído. Com espantosa habilidade (e usando apenas um panfleto), Gandhi mostrara como um movimento cultural podia evitar o confronto direto com o seu regime colonial até ao momento crucial. Mas quando o processo de libertação (mental) estivesse concluído, o assalto final seria breve e sem derramamento de sangue.

Não admira que *Hind Swaraj* fosse considerado subversivo e imediatamente proibido pelo governo na Índia. O próprio Gandhi só se tornaria uma figura influente no subcontinente após 1918. Algumas das ideias que propunha – sobretudo a necessidade de autonomia cultural e económica – já estavam a circular na chamada campanha *swadeshi* em Bengala, após 1905, e nos textos polémicos do político do Congresso Bal Gangadhar Tilak. Mas faltava-lhes o toque de génio político que Gandhi

lhes dava. O modelo gandhiano de resistência política e cultural, concebido no auge da expansão imperial da Europa, viria a transformar o nacionalismo indiano num movimento de massas não-violento nos anos entre as grandes guerras.

Seria incorreto subestimar o enorme impacto das ideias ocidentais e a medida em que estas penetraram o pensamento de quase todas as sociedades expostas à influência euro-americana. Geralmente, a consequência – tanto mais poderosa por ser insidiosa – foi que os povos não-europeus começaram a julgar-se (assim como aos europeus) parcialmente através das ideias e preconceitos ocidentais. Mas seria igualmente incorreto negar que grande parte desse impacto resultava da atração e da simpatia, e não da imposição forçada. A liberdade individual, o governo representativo, o ideal do Estado-nação, a ciência empírica e as doutrinas cristãs exerciam todos uma enorme atração no mundo não-ocidental. Esta influência cultural também não podia ser apenas atribuída ao governo colonial ou utilizada nos interesses do predomínio imperial. O seu conteúdo era pluralista e por vezes contraditório. Provocava reações imprevisíveis e variadas. Enfrentava redes culturais locais profundamente enraizadas, em que as atitudes culturais estavam intrinsecamente ligadas à identidade religiosa. Havia poucos regimes coloniais capazes ou dispostos a substituir os «guardiões» culturais da sociedade local, cuja colaboração tinha de ser comprada através de uma forma de «contrato» cultural. E precisamente os instrumentos através dos quais as ideias ocidentais eram tão amplamente difundidas – a imprensa, os meios de transporte baratos e as instituições de ensino – podiam ser utilizados na tarefa da renovação e resistência cultural.

Isso pôde verificar-se até no uso que foi dado à ideia de «raça», geralmente considerado o instrumento mais potente do arsenal cultural da Europa. Embora o seu pressuposto básico fosse que as diferenças culturais eram hereditárias, o racismo europeu era uma doutrina incoerente sem qualquer pretensão de rigor. Ofuscava a distinção entre atributos culturais e físicos, apesar dos melhores esforços dos seus praticantes «científicos». Contava com um conjunto de descrições estereotipadas para explicar as diferenças no seio da própria Europa e uma enorme variação nas culturas e povos do mundo não-ocidental. No entanto, foi o racismo «vulgar», e não a sua variante «intelectual», que teve maior impacto. Os europeus que viviam na Ásia e em África sabiam muito bem que a sua posição e rendimentos dependiam de afirmações de diferença insuperável entre eles e os indígenas. Não precisavam de grande engenho para associar essas afirmações à história do progresso material da Europa e reinventar-se como agentes indispensáveis da civilização e do progresso. A necessidade de segurança, o medo da doença e a suspeita generalizada de que, entregues a si próprios, os europeus sem ligações transformar-se-iam em «indígenas» (subvertendo a ordem social e cultural) incentivaram várias medidas de segregação e isolamento. Assim, o racismo europeu surgia geralmente menos como uma teoria cultural do que como um conjunto de atitudes sociais grosseiras, exibidas sem rodeios e quase sempre de forma agressiva.

Mas a ideia de raça não permaneceu um monopólio europeu (ou euro-americano). Era altamente exportável. Se ser uma «raça» era o segredo da potência europeia, então as suas atrações eram evidentes. No final do século XIX, o novo nacionalismo chinês de Sun Yat-sen já estava a utilizar a noção de uma raça Han distintiva, a verdadeira nação chinesa. Na Bengala colonial, onde os *bhadralok* («pessoas respeitáveis») hindus levavam a mal a sua exclusão do governo e a linguagem pejorativa dos seus soberanos coloniais, a retórica nacionalista inverteu a balança racial. A «raça hindu» era de longe a mais civilizada. Partilhava as suas origens arianas com os europeus. Tinha uma singular missão racial – não a grandeza política nem o poder militar mas o exercício da «energia espiritual». Realçando conscientemente a sua diferença cultural (vestindo trajes indígenas, por exemplo), o culto da coragem e força físicas e a redescoberta de um passado heroico, os bengaleses poderiam adquirir todos os traços distintivos de uma «raça», diferente mas tão grandiosa como a

versão europeia (¹⁰²). «A raça que tem um passado(...) tem também de ter um futuro», declarava a revista *Bharati* em 1904 (¹⁰³). Talvez o caso mais fascinante de como a ideia de raça foi adotada esteja na carreira de Edward Wilmot Blyden (¹⁰⁴). Blyden nasceu nas Índias Ocidentais, e foi primeiro para a América e depois (em 1850) para a Libéria, participando no movimento que queria devolver os escravos libertos à sua «pátria» na África Ocidental. Tornou-se pastor presbiteriano. A convicção de Blyden de que as fronteiras raciais estavam a solidificar-se levou-o a defender que os africanos precisavam de uma consciência mais forte da sua identidade racial. «Precisamos de uma potência africana, um grande centro da raça onde a nossa força física e intelectual possa ser reunida», escreveu. Blyden tinha em mente uma nação na África Ocidental, mas esta tinha de ser, insistia, autenticamente africana. Os africanos deviam evitar vestuário de estilo ocidental (¹⁰⁵). Deviam preservar os costumes indígenas. Deviam também evitar a miscigenação (¹⁰⁶). (Blyden acreditava que só os negros «puros» podiam fomentar o nacionalismo africano, e rejeitava a ideia da «amalgama de raças» [¹⁰⁷]). Em *Christianity, Islam and the Negro Race* (1887) defendeu que o Islão era mais adequado para África do que a religião cristã. Curiosamente, Blyden, que trabalhou durante uns tempos como funcionário colonial na Serra Leoa, não via qualquer conflito entre os seus ideais raciais e o seu projeto de construir uma nação africana sob os auspícios do poder imperial britânico. Mas antes de 1914 era já evidente que a atração do ideal racial podia ser usado tanto contra a hegemonia da Europa com a seu favor.

Questões Pendentes: a Ásia Oriental e o Médio Oriente (1880-1914)

Na década de 80 do século XIX, os europeus e os americanos já tinham andado a explorar a promessa comercial da Ásia Oriental havia mais de um século. Tinham aumentado as suas testas de ponte comerciais (os «portos de tratado») na China e no Japão, e submetido ambos países a «tratados desiguais» que concediam privilégios extraterritoriais a residentes e bens estrangeiros. Tinham imposto um regime de tarifas reduzidas para beneficiar o seu comércio. Tinham travado duas guerras contra a China para afirmar esses direitos e alargá-los ainda mais. Tinham obrigado o imperador Ch'ing a reconhecer a igualdade diplomática dos Estados ocidentais e a adotar (em 1876) a prática europeia de embaixadores residentes (¹⁰⁸). Mas em 1880, apesar da dimensão da presença estrangeira, eles estavam longe de impor à China como um todo (e muito menos ao Japão) o tipo de sujeição colonial – ou mesmo o domínio semicolonial – que começava a tornar-se a regra noutras regiões da Afro-Ásia.

Um das razões para isso era o facto de a Ásia Oriental estar ainda relativamente distante da Europa. O volume de comércio entre as duas regiões era também bastante menor do que aquele entre a Europa e a Índia (para não falar das Américas). Mas a cautela dos europeus refletia também a enorme força residual da China como uma cultura unificada e um sistema político eficiente. Os aventureiros e caçadores de tesouros que se introduziram em África e construíram impérios privados com meia dúzia de mercenários teriam tido poucas hipóteses na China. A fragmentação cultural e política que tornara tão fácil aos intrusos europeus arranjar aliados locais em África não existia na China. Na frente comercial o padrão era semelhante. Os comerciantes europeus nas feitorias dos seus portos de tratado não estavam em posição de controlar o comércio interno. Enfrentavam uma vida comercial altamente organizada, protegida pelas barreiras da língua e da complicada moeda da China. Eram obrigados pelas circunstâncias a negociar através dos grandes comerciantes chineses, que desempenhavam a função de «compradores» (intermediários) para as firmas ocidentais (¹⁰⁹). Em

1893, esta situação ainda podia ser interpretada do lado chinês como uma relação comercial de benefícios mútuos, e não de exploração estrangeira ⁽¹¹⁰⁾. Apesar das convulsões de meados do século, a estrutura política imperial continuava a funcionar sob o governo reformista de Li Hung-chang, o funcionário mais poderoso durante a maior parte do período entre 1870 e 1900. A consciência étnica da maioria Han ainda não despertara completamente para a luta contra uma casta dirigente manchu que controlava o reduto interior do regime Ch'ing ⁽¹¹¹⁾. Não menos importante, talvez, era o facto de o governo imperial Ch'ing, com a sua tradição de parcimónia, evitar cautelosamente incorrer em dívidas externas, o Cavalinho de Troia da ingerência estrangeira. Através de um tratamento apaziguador dos enclaves e interesses estrangeiros – e permitindo a gestão estrangeira (sob autoridade chinesa) na esfera sensível das alfândegas marítimas – Pequim esperava adiar um confronto violento enquanto a China se «autofortalecia».

Mas o prestígio manchu e a estabilidade do governo Ch'ing dependiam também do lugar central da China na «ordem mundial» da Ásia Oriental. A maior proeza dos Ch'ing tinha sido ligar o vasto interior centro-asiático do Tibete, Sinkiang, Mongólia e Manchúria ao coração oriental da China propriamente dita. A penetração estrangeira nesta periferia imperial ameaçava desfazer essa extensa rede de poder. Na década de 80 os europeus ganharam mais terreno. Os russos avançavam a partir da Ásia Central. Os britânicos conquistaram o Norte da Birmânia. A França obrigou Pequim a abandonar a sua pretensão à soberania de Annam (grande parte do atual Vietname). Mas foi o destino da Coreia que provocou a crise. A Coreia encontrava-se vulnerável à pressão externa da Rússia (que cobiçava os seus portos sem gelo) e do Japão. O seu regime confuciano fora fortemente abalado por opositores internos, alguns deles cristãos. Mas a corte de Pequim não podia correr o risco de deixar a Coreia aproximar-se de outra potência e cortar os seus antigos laços com a China. O «reino eremita» era a porta de entrada marítima para a Ásia Interior. Era o ponto de partida para uma penetração do espaço vazio da Manchúria. A sua perda poderia destabilizar a «diplomacia da estepe» da China, transformando a Ásia Interior numa zona fronteiriça hostil. Assim, quando um golpe de estado apoiado pelos japoneses derrubou o regime sinófilo da Coreia em 1894, Pequim recusou-se a ceder. No entanto, na curta guerra que se seguiu entre julho de 1894 e março de 1895, foi a China que sofreu uma derrota humilhante.

O Tratado de Shimonoseki (em abril de 1895) desencadeou um turbilhão de mudanças. Obrigou a China a reconhecer a independência da Coreia. Parte da Manchúria seria transferida para o Japão, além das ilhas Formosa e Pescadores. A China tinha de pagar uma enorme indemnização financeira, igual ao valor anual da sua receita pública. Junto da classe erudita da China – a aristocracia provincial cuja lealdade era fundamental – a dinastia Ch'ing sofreu uma perda de prestígio devastadora. Como se isso não bastasse, o governo imperial foi então obrigado a pedir um empréstimo no estrangeiro para ajudar a pagar a indemnização e recuperar a sua força militar destruída. As potências europeias, alarmadas com os sinais de um colapso iminente, lançaram-se numa corrida para emprestar dinheiro à China, com a garantia de direitos territoriais e comerciais. A Rússia foi a primeira, com um empréstimo em troca da autorização de Pequim para construir uma via-férrea através da Manchúria para a sua nova cidade oriental em Vladivostok, juntamente com uma concessão de 80 anos para explorar os recursos económicos encontrados ao longo da linha ⁽¹¹²⁾. Em 1898, a Alemanha, a Rússia e a Grã-Bretanha adquiriram cada qual uma base naval no Norte da China, perto do acesso marítimo a Pequim. As grandes potências fizeram acordos entre si para as zonas onde teriam preferência nas concessões para caminhos de ferro que o governo Ch'ing parecia então disposto a conceder. Neste clima agitado, a corte imperial anunciou subitamente uma longa lista de decretos para reformar a educação, o Exército e o sistema burocrático segundo modelos semelhantes aos do Japão Meiji. Antes que pudessem ser implementados, a mãe do imperador, a

tristemente célebre imperatriz viúva (Tz'u-hsi), organizou um golpe de estado e demitiu os reformadores. Neste ambiente de amargos conflitos políticos, irromperam os violentos protestos contra as conversões cristãs no Nordeste da China, a Revolta dos Boxers de 1898-1900. Com a cumplicidade da corte, os Boxers (literalmente, os «Punhos da Justa Harmonia», um movimento ferozmente anticristão) e os seus simpatizantes ocuparam Pequim, isolaram a cidade e cercaram as legações estrangeiras. Se o objetivo era incitar o sentimento xenófobo das massas em defesa da dinastia (o lema Boxer era «Apoiar os Ch'ing, exterminar o estrangeiro»), fracassou de forma retumbante. As potências estrangeiras (europeus, americanos e japoneses) enviaram uma grande força armada (45 000 homens) para salvar os seus diplomatas e punir os Boxers. Parecia que os governantes da China tinham caído sem querer num confronto armado com o resto do mundo.

O resultado inevitável foi mais uma série de humilhações. A imperatriz viúva e a sua corte fugiram da cidade. Foi imposta à China outra indemnização enorme. Nos termos do acordo que pôs fim à Revolta, o governo chinês foi também obrigado a concordar com reformas tarifárias que favoreceriam o comércio externo. Intimidada pelo «corpo diplomático» – o peso coletivo dos embaixadores estrangeiros – parecia quase certo que Pequim ofereceria concessões de caminhos de ferro que ampliariam ainda mais o controlo estrangeiro no interior da China. Ao mesmo tempo, tudo indicava que os exércitos invasores que tinham reprimido os Boxers demorariam algum tempo a sair. Mais de dois anos depois, apesar da promessa de retirada, a Manchúria continuava ocupada por quase 150 000 soldados russos (¹¹³). O estímulo para uma repartição económica, ou mesmo uma partilha territorial (com as outras potências a reagir à expansão da Rússia), parecia então imparável.

No entanto, a China escapou à partilha e à tutela económica com as quais os interesses comerciais estrangeiros tinham esperado lucrar. As razões eram complexas. Em primeiro lugar, a hipótese de que as grandes potências concordassem com uma repartição semelhante à que tinham acabado de efetuar em África era muito pouco provável. Os russos talvez desejassem um império no Norte da China, mas os britânicos, cujo interesse comercial era de longe o maior, estavam decididos a não concordar com uma partilha. Isso devia-se em parte à opinião de Londres de que não devia haver «mais Índias» – vastas possessões asiáticas para defender e controlar – e muito menos uma «segunda Índia» com um exército russo à porta (¹¹⁴). O facto de a crise dos Boxers ter coincidido com a dificuldade embaraçosa da Grã-Bretanha em derrotar os bóeres e o crescente sentimento antibélico da sua opinião pública interna, teria transformado qualquer aventura semelhante num suicídio político. Uma China unificada, com um governo submisso, era uma perspetiva muito melhor para o comércio e o investimento. Assim, os britânicos e os americanos (cuja visão era semelhante) incentivaram o Japão a opor-se ao avanço da Rússia, e em 1902 os britânicos concluíram um pacto regional, a Aliança Anglo-Japonesa, prometendo apoio militar (isto é, naval) se o Japão entrasse em conflito com mais de uma grande potência – isto é, se a França, a aliada da Rússia, entrasse na disputa (¹¹⁵). Nem a França nem a Alemanha, as outras grandes potências com interesses na China, tinham incentivos suficientes ou meios adequados para tentar forçar uma partilha contra a vontade de Londres e Washington.

Mas não se tratava apenas de uma questão daquilo que os imperialistas queriam. Igualmente importante era a resistência tenaz manifestada pelos chineses. Sempre fora difícil demolir a coesão da autoridade chinesa, sustentada pela lealdade interesseira da aristocracia letrada ao regime dinástico que servia. Seria de esperar que a sequência de desastres desde 1894-1895 enfraquecesse a pretensão Ch'ing ao «mandato dos céus». E de facto enfraqueceu. Mas o resultado paradoxal foi um novo clima político muito mais hostil à ingerência estrangeira. A década de 90 assistira ao rápido crescimento de um movimento político que rejeitava a ideia de que a unidade chinesa dependia do poder dinástico. Sun Yat-sen e os seus seguidores afirmavam que a China era o Estado-nação do povo

Han (de língua chinesa), devendo ser governada apenas pelos seus líderes escolhidos (¹¹⁶). A dinastia Ch'ing ou Manchu era uma tirania estrangeira (¹¹⁷). Mas o nacionalismo de Sun não era a única forma de militância política chinesa. A nova vida comercial em torno dos portos de tratado criara novas formas sociais. Surgiram várias associações para servir a nova classe média urbana, estabelecendo deliberadamente uma sociedade chinesa «moderna» (¹¹⁸). A industrialização dos portos de tratado criou uma classe operária chinesa, uma massa popular que podia ser usada para intimidar os interesses e enclaves estrangeiros. A aristocracia provincial, cada vez mais autónoma desde a Revolta de Taiping, assumiu o papel de defender a China contra a ameaça estrangeira daquela que parecia cada vez mais uma dinastia corrupta e impotente. Quando Pequim retomou a via da reforma depois da Revolta dos Boxers, acabou por fazer o jogo da oposição. O novo Exército (baseado nos modelos da Europa e do Japão), a nova burocracia, as novas escolas e universidades e a abolição (em 1905) do antigo sistema de exames, com o seu programa confuciano, romperam o que restava dos antigos laços de fidelidade entre a classe nobre letrada e o centro imperial. Nas províncias, os funcionários da nobreza letrada bloqueavam todas as tentativas de utilizar as concessões de caminhos de ferro para ampliar a influência estrangeira. «Os caminhos de ferro não estão a fazer qualquer progresso na China», escreveu o correspondente do *Times* ao seu editor de assuntos estrangeiros (¹¹⁹). Para os financeiros britânicos, como Charles Addis, do Hong Kong and Shanghai Bank, a exigência chinesa de «recuperação de direitos» implicava que, embora pudessem investir na construção de caminhos de ferro, os estrangeiros não podiam esperar controlá-los (¹²⁰). Quando o governo de Pequim, numa tentativa desesperada de restaurar a sua autoridade debilitada e reforçar as suas finanças, tentou tirar as novas vias-férreas da alçada das autoridades provinciais (um édito imperial de maio de 1911 «nacionalizava» todas as linhas principais) (¹²¹), provocou uma revolta que derrubou a dinastia. O fim do domínio Ch'ing em 1911 inaugurou um período de quatro décadas de caos para o povo chinês. Mas assinalou também o fim de uma época em que a subordinação da China a um sistema mundial *eurocêntrico* podia ter sido possível.

O Japão desempenhara um papel decisivo na contenção do avanço da influência europeia na Ásia Oriental depois de 1890. Ironicamente, tinha sido a vitória japonesa na guerra de 1894-1895 que desencadeara a corrida a bases e concessões entre as potências europeias. Mas o Japão não desempenhou o papel de «irmão mais novo» dos imperialistas ocidentais. A opinião pública japonesa continuava profundamente desconfiada das intenções europeias, e profundamente receosa de um assalto euro-americano conjunto à autonomia precária do Japão. Os europeus, comentou Ito Hirobumi na sua viagem de estudo do constitucionalismo ocidental em 1882, «ajudam e amam os seus amigos e parentes e procuram exterminar gradualmente os mais afastados e sem parentesco... A situação no Oriente é tão frágil como uma torre feita de ovos... Temos de fazer tudo o que pudermos para reforçar e aumentar o nosso armamento» (¹²²). Em *Datsua-ron* («Sai a Ásia, entra a Europa») (1885), Yukichi Fukuzawa, o grande profeta da modernização, equiparava a Ásia ao atraso. Mas a sua ideia não era que o Japão devia aliar-se às potências ocidentais. Pelo contrário, o destino óbvio do Japão era assumir a liderança da Ásia para garantir a liberdade da Ásia. Na realidade, o pensamento japonês refletia uma profunda ambiguidade relativamente à China: o desprezo pelo «atraso» chinês; a inveja dos recursos da China; o receio de que, sem uma medida preventiva, grande parte da China caísse sob domínio europeu. Havia muita simpatia pelo nacionalismo chinês, e muitos milhares de estudantes chineses passavam temporadas no Japão. Por sua vez, o sucesso notável com que o Japão reformara o seu governo e mantivera as potências estrangeiras afastadas tornara o modelo japonês muito influente na China.

O Japão, evidentemente, fizera mais do que dar o exemplo. Desde os anos 70 do século XIX, seguira uma política de resistência cautelosa à expansão russa no Norte da Ásia Oriental. Nos anos 90 esta desconfiança mútua já se estendera à Coreia – «o punhal apontado ao nosso coração», segundo a mitologia japonesa. A Rússia inquietou-se profundamente com a ascensão do poder japonês naquela região após 1895. Um acordo de equilíbrio em 1898, trocando a preponderância da Rússia na Manchúria pela do Japão na Coreia desfez-se com a acumulação de tropas russas na altura da Revolta dos Boxers. Quando os russos se recusaram a sair da Manchúria ou a aceitar as pretensões japonesas à preeminência na Coreia (onde o controlo de Tóquio não estava ainda garantido), o recurso à guerra tornou-se inevitável. O resultado foi surpreendente. Quando a frota báltica da Rússia deu a volta ao mundo para atacar a nova marinha de guerra japonesa, foi destruída na Batalha de Tshushima (maio de 1905), entre a Coreia e o Japão. Pouco depois, um exército japonês numericamente inferior derrotou os russos na Batalha de Mukden, no coração da Manchúria. No tratado de paz que se seguiu, os japoneses receberam as bases da Rússia na península de Kwantung e as suas concessões comerciais na Manchúria, além da metade sul de Sacalina, a ilha estratégica situada a norte de Hokkaido. O caminho ficou então livre para um protetorado sobre a Coreia, convertido em anexação plena em 1910. De um só golpe, o Japão tornara-se a potência naval e militar mais forte da região; qualquer intervenção em força de uma potência exterior passaria a necessitar do seu consentimento.

O poderio japonês não deve ser exagerado. O conflito com a Rússia forçara os recursos financeiros de Tóquio ao limite. Os políticos japoneses temiam uma reação ocidental à sua expansão imperial. «A Manchúria não é território japonês», avisou o estadista veterano Ito Hirobumi (¹²³). O antagonismo americano tornou-se mais explícito (¹²⁴). Não obstante, a ascensão do Japão foi impressionante. O Japão tornara-se uma potência colonial na Ásia Oriental. Tinha adquirido um exército e marinha modernos (a maioria dos navios de guerra fora construída na Grã-Bretanha). Tinha vencido uma guerra contra um grande Estado europeu. Tinha anulado (através da negociação) os tratados desiguais que concediam aos ocidentais privilégios extraterritoriais (a China teve de esperar até 1943 para fazer o mesmo) e recuperado a autonomia tarifária plena (em 1911). Tornara-se uma grande potência *de facto*, com uma esfera de interesse seguramente afastada do centro de gravidade dos seus rivais mais prováveis. E já parecia ameaçar a presença comercial dos ocidentais na China, de uma forma que suscitava sentimentos contraditórios de inveja e apreensão (¹²⁵). Mas como conseguira o Japão levar adiante este desafio velado mas altamente eficaz numa altura em que os Estados europeus conheciam o auge do seu poder?

O facto de os observadores ocidentais subestimarem invariavelmente as fontes de poder do Japão pode ter ajudado. Por razões óbvias, o Japão não era retratado favoravelmente na imprensa ocidental, e até os observadores mais experientes achavam muito difícil explicar a política japonesa. Na Grã-Bretanha vitoriana, era a excentricidade japonesa que atraía mais atenção. O Japão era uma «terra de gnomos» governada por um micado (a opereta *The Mikado*, de Gilbert e Sullivan, estreou-se em 1885) (¹²⁶). Um erro de cálculo colossal da força e capacidade japonesas conduziu ao desastre naval da Rússia em 1905. Mas o Japão dispunha também de um nicho geopolítico único que lhe permitia defender os seus interesses. Ocupava a zona fronteiriça entre a Eurásia continental e o Mundo Exterior. Situava-se no ponto mais afastado das potências marítimas europeias e da Rússia europeia, sendo dificilmente alcançável. (Mesmo na época do navio a vapor, Tóquio ficava a 32 dias de distância dos portos britânicos, e a 2500 quilómetros da base britânica em Hong Kong, ela própria um posto avançado longínquo do poder naval britânico.) A partir dos anos 70 do século XIX, os governos japoneses tinham aproveitado esta vantagem, com inteligência e esmero, para consolidar o seu domínio sobre os acessos marítimos e terrestres ao arquipélago japonês. Num tratado com a

Rússia em 1875, o Japão, tirando o melhor proveito de circunstâncias adversas, trocara a sua pretensão a Sacalina pelas ilhas Curilas. Poucos anos depois, as ilhas Ryukyu, que se estendiam para sul até à Formosa, foram anexadas ao Japão (¹²⁷). A própria Formosa era uma sociedade de fronteira onde o domínio chinês nunca fora absoluto. Foi um dos troféus que os japoneses guardaram depois da sua guerra com a China em 1894-1895. A penetração, ocupação e anexação final da Coreia, o controlo da península Kwantung e a recuperação do Sul de Sacalina fecharam o anel defensivo em torno do Japão. O perigo de invasão – uma antiga preocupação dos governos japoneses – fora quase anulado.

Isto pouco teria valido se as mudanças internas do Japão tivessem destabilizado a sua política, ameaçado pessoas e bens estrangeiros e dado oportunidade à ingerência das grandes potências europeias. Esta última ameaça não podia ser ignorada, como mostrou a pressão conjunta da França, Rússia e Alemanha para limitar os ganhos do Japão à China em 1895. O fator crucial neste caso foi a trajetória distintiva do desenvolvimento económico do Japão. Como vimos num capítulo anterior, na década de 80 do século XIX o Japão já estava preparado para competir com êxito no comércio internacional: não só em especialidades locais como a seda crua mas também em fio e tecidos de algodão – talvez o produto manufaturado mais comercializado. No entanto, e felizmente para o Japão, o seu desenvolvimento industrial não dependia de grandes importações de capital, a fonte mais perigosa de dependência externa. Em 1913, embora 4 milhões de pessoas já trabalhassem na indústria, faziam-no quase todas em oficinas de cinco pessoas ou menos e usando pouca ou nenhuma maquinaria (¹²⁸). A mão de obra muito barata (sobretudo a das mulheres), e não a eficiência mecanizada, foi o bilhete de entrada do Japão para a economia mundial (¹²⁹). A tecnologia importada era adaptada e simplificada, o que reduzia não só os seus custos mas também a dependência japonesa de peças e conhecimentos estrangeiros. E por trás desta vanguarda industrial havia um enorme setor agrário que continuava a empregar a vasta maioria da população. Em 1903, menos de 8% dos japoneses eram classificados como urbanos (¹³⁰).



O resultado era uma sociedade em que a influência estrangeira tinha sido cuidadosamente filtrada (também pelo obstáculo da língua), e onde as mudanças sociais tinham sido bastante limitadas. No campo, em especial, a antiga hierarquia rural (que exigia que os inferiores sociais se afastassem para dar passagem aos seus superiores e mostrassem uma reverência exagerada) ainda estava em vigor. Nos círculos mais intelectuais, o apoio à adaptação política e cultural coexistia com uma profunda desconfiança do *Oshu-shugi* – caráter europeu – com o seu materialismo declarado, divisões sociais e arrogância cultural. As atitudes oficiais para com o cristianismo também eram hostis. A desconfiança em relação aos estrangeiros permanecia profundamente arraigada. Num episódio famoso, o futuro czar Nicolau da Rússia, de visita ao Japão em 1891, foi atacado e ferido por um polícia que se julgava no meio de uma invasão russa. Num clima semelhante, não é difícil perceber como os estadistas samurais da era Meiji conseguiram impor uma versão tão autoritária do Estado moderno. A constituição de 1889, destinada a coroar a aquisição japonesa de uma soberania de tipo ocidental, consolidou o poder dos oligarcas de Satsuma-Choshu, os *genro* ou anciãos que escolhiam o governo. Menos de 1% da população tinha direito de voto. A Dieta, ou parlamento, não podia mudar o governo. O controle do exército e da marinha estava cuidadosamente afastado dos ministros civis. A «Câmara dos Pares» era preenchida com representantes de Satsuma e Choshu. E para cobrir

esta engenhosa distribuição de poder de uma aura de santidade, a mesma era astuciosamente apresentada como a aplicação fiel do «direito imperial». O imperador e a «adoração do imperador» tornaram-se o elemento central de um culto patriótico promovido nas escolas, a par do saber ocidental.

Através destes meios, os dirigentes japoneses tinham sido capazes de criar uma trajetória singularmente favorável para a entrada no mundo dominado pelo Ocidente. Mas não eram invencíveis. A guerra contra a Rússia obrigara-os a recorrer a empréstimos no estrangeiro. As emoções patrióticas que isso despertou ameaçaram o caráter oligárquico da política japonesa. Com este novo fardo de dívidas, a economia japonesa precipitou-se no défice. Corria os mesmos riscos que outras economias semi-industriais na mesma situação: a contração monetária (o Japão adotara o padrão-ouro), uma queda na procura das suas manufaturas e uma maior dependência das exportações de matérias-primas (¹³¹). A vitória de 1905 também não estava completamente garantida. A Rússia duplicou a extensão do caminho de ferro Transiberiano, a principal artéria do seu império oriental. Entretanto, na China, o presidente Yuan Shih-k'ai, protegido de Li Hung-chang e adversário do Japão desde o seu tempo como emissário da China na Coreia, em 1884, impusera o seu domínio como «homem forte» do país. No final de 1913 já gozava do apoio das principais potências ocidentais, que o viam como um governante eficaz com quem podiam negociar – situação que o Japão teve de aceitar de má vontade (¹³²). Mas o tempo é soberano. Antes que estes acontecimentos pudessem destruir a nova preeminência regional do Japão, a guerra europeia estragou todas as previsões.

*

A Ásia Oriental não era a única «questão pendente» de um colonialismo global centrado na Europa. No Médio Oriente, o Império Otomano revelara-se surpreendentemente resistente, apesar da quase-catástrofe de 1875-1878. O sultão Abdul Hamid II avançou com o «autofortalecimento» otomano, aproveitando o facto de as grandes potências não conseguirem chegar a acordo sobre uma partilha que poderia ter limitado a sua autoridade. O poder do Estado ampliou-se e enraizou-se. As escolas e os gendarmes estendiam-no às localidades mais remotas. Uma burocracia em expansão absorvia as elites locais (¹³³). Gradualmente, o governo otomano tornava-se mais eficiente nas províncias árabes (¹³⁴). O caminho de ferro do Hejaz, entre Alepo e Medina, reforçou o domínio otomano sobre a costa do mar Vermelho e os grandes centros de peregrinação. Na «costa árabe» do golfo Pérsico, as forças otomanas impuseram a sua presença na região de El Hasa, entre o Kuwait e o Bahrein (onde a influência britânica aumentava). Entretanto, a economia otomana começou a beneficiar do comércio florescente de matérias-primas depois de 1896 (¹³⁵). Embora as fábricas modernas e mecanizadas fossem poucas e dispersas, o fabrico de algodões e tapetes não parava de aumentar (¹³⁶).

Como Estado puramente asiático, o Império Otomano podia ter sido capaz de combinar a sua influência diplomática e coesão cultural para ganhar o tempo de que precisava para construir um Estado e uma economia mais fortes. Mas na sua metade ocidental estava perigosamente exposto à pressão implacável de nacionalismos europeus regionais, que se manifestavam diretamente como lutas étnicas e religiosas. Depois de 1878, os otomanos esforçaram-se por preservar uma parte substancial do seu império europeu. Na Albânia, no Kosovo, na Macedónia, na Rumélia e na Trácia, mais de metade da população era muçulmana (¹³⁷). Mas qualquer tentativa de consolidar a autoridade otomana podia agravar as divisões étnicas e religiosas e redobrar o antagonismo dos povos

dominados, cristãos e muçulmanos. Os albaneses muçulmanos resistiram ferozmente à ameaça de perder a sua autonomia local. No final da década de 90 do século XIX, a violência étnica em Creta envolveu os otomanos numa guerra com Grécia e, depois da intervenção das grandes potências, pôs fim ao seu domínio efetivo sobre a ilha. Em 1908, parecia que a revolta local e a intervenção estrangeira já tinham posto a importante região da Macedónia (o eixo estratégico da Europa otomana) à beira da independência. Para os militantes Jovens Turcos no exército e burocracia otomanos, «A independência da Macedónia significa a perda de metade do Império Otomano e (...) a sua aniquilação completa». Faria recuar a fronteira otomana para Constantinopla, expulsando a capital de solo europeu. «A Questão da Macedónia é a Questão da Existência dos Turcos» (138). Não por acaso, o golpe político de 1908 para afastar o sultão e reconstruir o império em torno de um núcleo étnico turco foi lançado a partir de Salonica. No curto prazo, pelo menos, isso pouco adiantou. Mais tarde nesse ano, a Bósnia (formalmente ainda um território otomano) foi anexada unilateralmente pela Áustria-Hungria. Em 1911, os otomanos já estavam em guerra com a Itália, num esforço desesperado para manter o controlo sobre a Líbia. No ano seguinte, a Bulgária, a Sérvia, a Grécia e o Montenegro aproveitaram a oportunidade para liquidar o que restava da Europa otomana. Depois de uma segunda guerra entre os Estados vitoriosos, instalou-se uma paz precária nos Balcãs. O governo otomano mantivera o controlo dos Estreitos (onde se situava a sua capital imperial). Mas o seu prestígio destruído e sinais de resistência à «turcificação» nas províncias árabes tornaram-no mais dependente que nunca dos caprichos da diplomacia das grandes potências – aparentemente a única forma de escapar à partilha.

Em 1914, o Irão (ainda vulgarmente conhecido por Pérsia) parecia mais perto do abismo. Mesmo com um xá vigoroso como Nasir al-Din, perito em gerir as divisões tribais, linguísticas, religiosas e sociais que afetavam a sociedade iraniana, o objetivo de consolidar o Estado revelara-se impossível de alcançar. As concessões entregues a estrangeiros para angariar mais receitas eram extremamente impopulares junto dos comerciantes dos bazares e dos ulemás, as elites comercial e religiosa. Após o assassinato de Nasir em 1896, o seu sucessor, o xá Muzaffar al-Din, empenhou-se na procura de novos fundos com uma urgência ainda maior. Nomeou um belga para gerir as alfândegas, a principal fonte de receitas do Estado. Contraiu um grande empréstimo junto da Rússia, contra a garantia das receitas aduaneiras dos portos do mar Cáspio. Entregou uma concessão a um prospector britânico para procurar petróleo perto do Golfo: esta foi a concessão D'Arcy, que daria origem à Anglo-Persian Oil Company, a companhia-mãe da BP. Mas o xá meteu-se num beco sem saída. À medida que aumentavam os interesses estrangeiros, aumentava a influência estrangeira. Com mais iranianos a viajar no estrangeiro ou a estabelecer contactos com a Europa, as ideias liberais, nacionalistas e até socialistas começaram a circular entre a elite. Um movimento extraordinário de atividade política em clubes e sociedades começou a ganhar forma. Quando a Rússia mergulhou no caos revolucionário em 1905, bloqueando a principal saída do comércio iraniano e gerando o pânico comercial, uma elite insatisfeita juntou-se aos comerciantes e clérigos e aos cães da grande tribo Bakhtiari para derrubar o xá na revolução constitucional de 1906 (139).

Os resultados foram desanimadores. Embora o xá fosse obrigado a aceitar a nova constituição (que consagrava o Islão xiita como religião do Estado, além de criar um parlamento), fê-lo relutantemente. Quando lançou um golpe para recuperar o poder, fracassou desastrosamente. Mas embora a constituição fosse salva, o mal estava feito. Com as fações rivais a lutar para controlar o governo, o poder do centro começou a dissolver-se. Os governadores das províncias e os chefes tribais, com os seus exércitos privados, tornaram-se a verdadeira fonte de autoridade. «Na Pérsia moderna», disse um membro da tribo Qashqai a um cônsul britânico, «a espingarda é o cetro e (...) cada atirador um xá» (140). O país estava apenas a um pequeno passo de pedir a proteção das

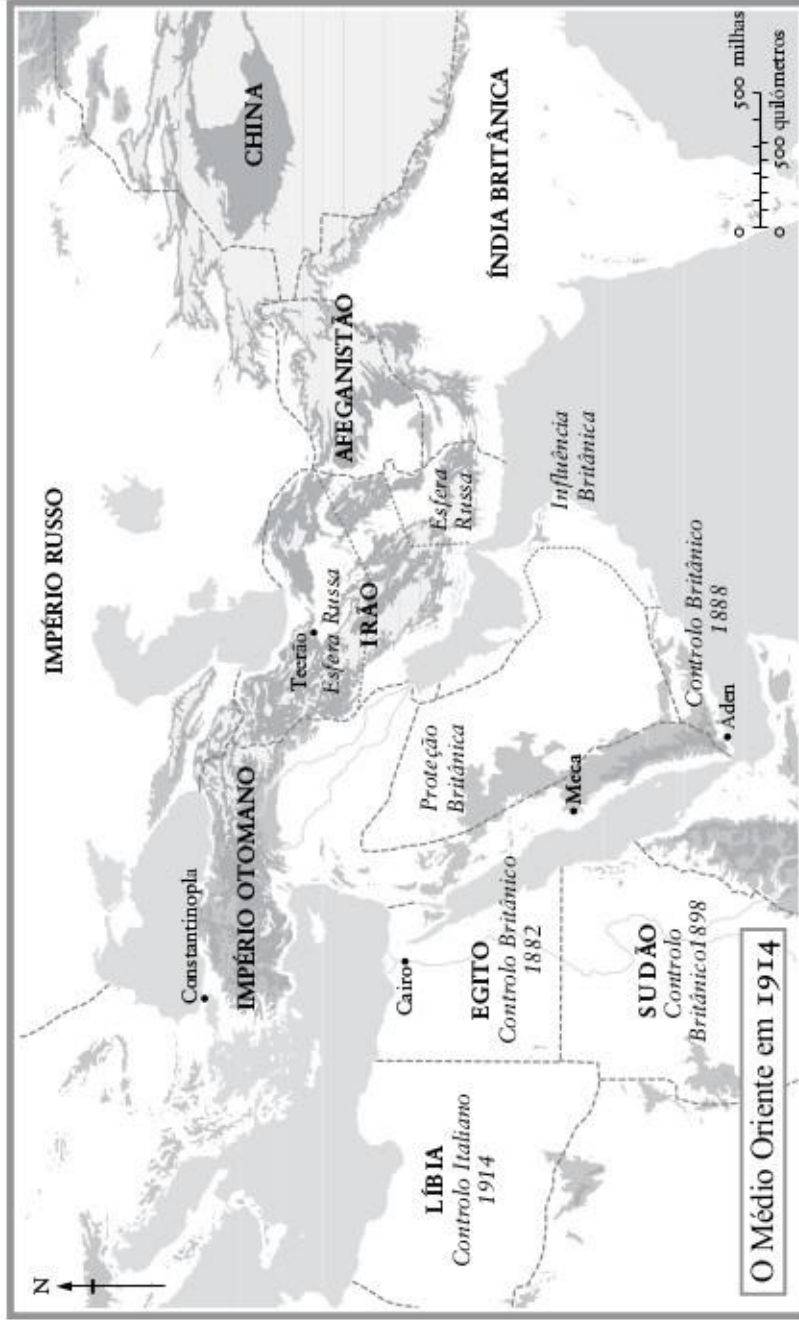
principais potências estrangeiras. Depois de 1907, quando a Rússia e a Grã-Bretanha concordaram entre si dividir o Irão em três esferas de influência – uma russa, uma britânica e uma neutra – essa tendência tornou-se mais forte. Tropas russas intervieram no Norte para travar os combates entre apoiantes e opositores do xá. Em 1911, forçaram a demissão do perito americano contratado para recuperar as finanças do Irão. Em contrapartida, sob proteção russa, as autoridades provinciais desviaram os impostos e conseguiram uma independência efetiva dos seus soberanos nominais em Teerão. Na véspera da Primeira Guerra Mundial, os britânicos queixavam-se acerbamente de que o Norte do Irão se tornara um «protetorado político» russo, imposto por uma guarnição de 17 000 homens. «O Norte da Pérsia estava a ser governada como uma província russa», afirmou o embaixador britânico (141). A resposta de São Petersburgo foi fria e desdenhosa. O governo de Teerão era formado por demagogos, com «ideias ultranacionalistas incompatíveis com o nível cultural ou ético destas esferas» (142).

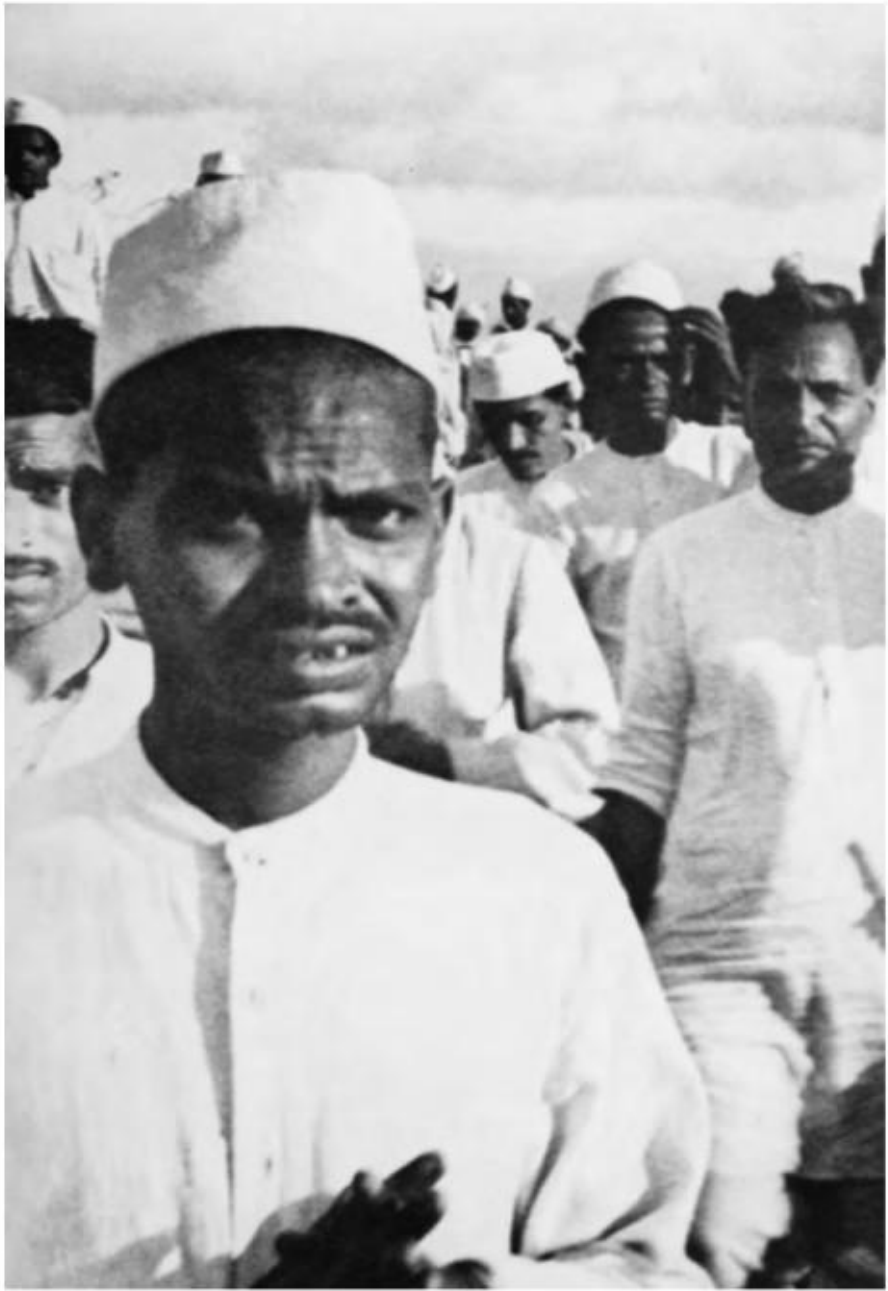
O Irão tinha sido estrangulado, como alegou o perito americano demitido? (143) Quase, mas não totalmente. Apesar da drástica descentralização do poder provocada pela revolução, e que a presença estrangeira incentivara, o sentido de identidade nacional do Irão fora efetivamente reforçado a partir da última década do século XIX entre a classe instruída secular e os clérigos. No entanto, era difícil ver como conseguiriam escapar a uma partilha real imposta pelos russos com a cumplicidade britânica. A não ser, evidentemente, que algo acontecesse para alterar o panorama geopolítico e enfraquecer o domínio que as potências estrangeiras tinham estabelecido sobre o país.

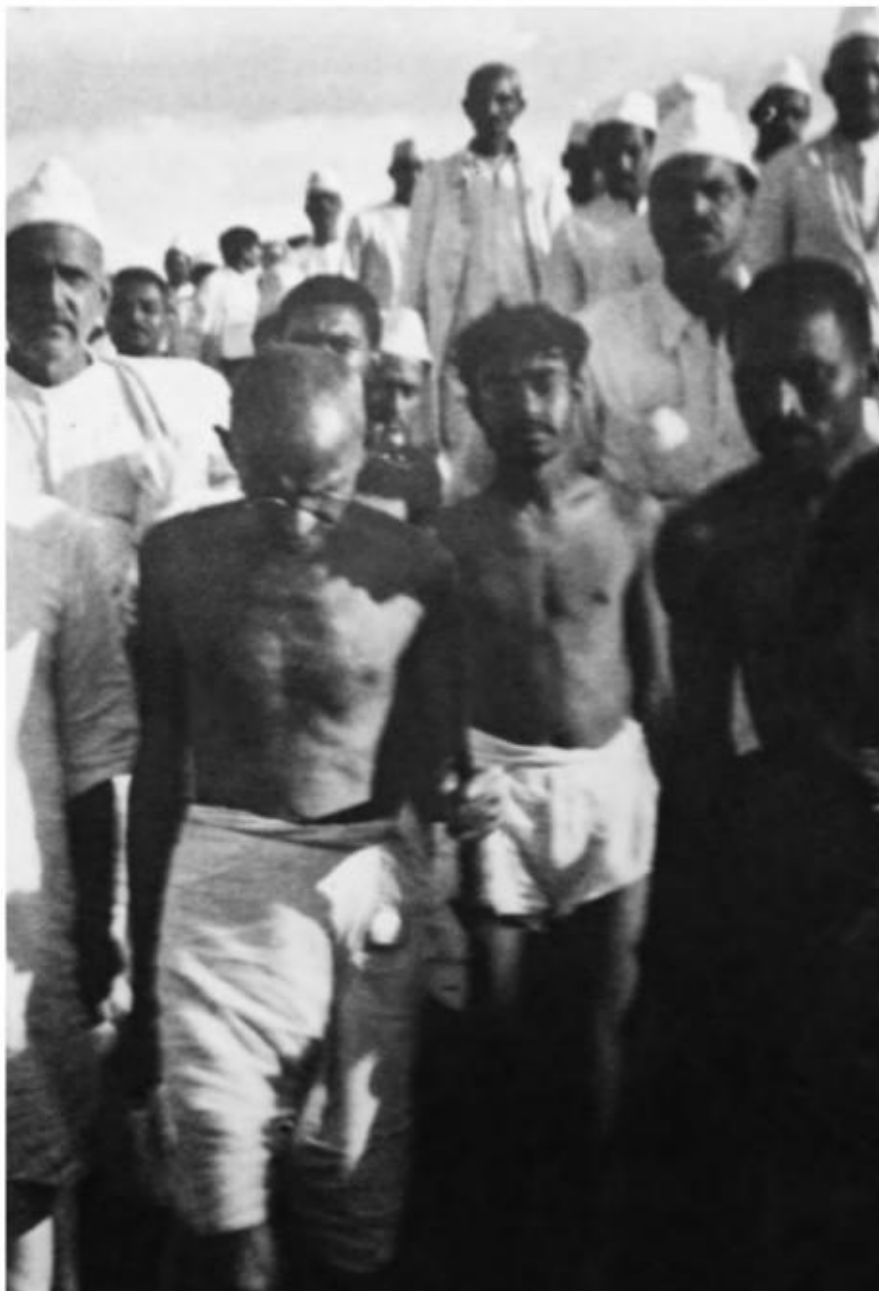
Estas circunstâncias no «Próximo Oriente» (o nome europeu para a vasta região que também incluía o Irão) e na Ásia Oriental constituíam a prova mais evidente de que uma ordem mundial sob a direção das grandes potências europeias, e destinada a servir os seus interesses imperiais, era ainda, na melhor das hipóteses, uma obra em curso. No Mundo Exterior além da Eurásia, os europeus tinham partilhado territórios com grande entusiasmo. Tinham integrado com relativa facilidade – pela força ou colaboração – as economias menos desenvolvidas no centro comercial e industrial da bacia do Atlântico Norte. Tinham também estabelecido o seu domínio e criado «neo-Europas» num desenvolvimento espantoso de imperialismo demográfico. Mas no «Velho Mundo» da Eurásia fora muito mais difícil integrar Estados e culturas asiáticos num «sistema» europeu, ou mesmo combinar uma partilha colonial. Esta era a vasta e difícil fronteira do colonialismo mundial da Europa. Se os europeus se desentendessem, e a sua «economia mundial» perdesse o seu poder magnético, poderiam enfrentar uma revolta contra o seu predomínio mundial. Essa prova ao seu poder não tardaria a chegar.

-

*—Scramble, em inglês (N.T).







7. A «marcha do sal» de Gandhi para o mar, 1930

A Caminho da Crise Mundial, 1914-1942

Uma Época de Desordem

Antes de 1914 tinham surgido sinais de aviso de que uma ordem imperial mundial não oferecia qualquer garantia de paz e prosperidade universais. O futuro da Ásia Oriental como esfera de influência ocidental era no mínimo incerto. As grandes potências europeias tinham discutido acesamente a partilha de território e influência no Norte de África e no Médio Oriente. O tamanho e a extensão da economia americana suscitavam perguntas incômodas sobre até que ponto os interesses americanos podiam ser conciliados com uma economia mundial centrada em Londres e partilhada entre as potências coloniais europeias. O ritmo frenético a que o comércio e investimento internacionais tinham vindo a crescer parecia estar a abrandar. A agitação social nas economias industriais da Europa ameaçava reduzir a margem de manobra dos governos das grandes potências e refrear as suas ambições e estratégias globais. Mas antes que a influência de qualquer destas mudanças pudesse fazer-se sentir internacionalmente, a política mundial foi transformada por uma explosão vulcânica, começando na Europa mas alastrando rapidamente para envolver todos os Estados importantes da Eurásia.

A Primeira Guerra Mundial interrompeu de forma violenta a experiência imperial mais ou menos colaboracionista de seis grandes potências (Grã-Bretanha, Rússia, Alemanha, França, Estados Unidos e Japão). Reabriu a questão de uma partilha mundial meio resolvida e meio adiada em 1914. Sugeriu uma nova conceção de sociedade internacional teoricamente (senão mesmo praticamente) incompatível com a extensão cada vez maior do domínio colonial. Abriu uma enorme divisão ideológica entre uma antiga potência imperial, a Rússia, e as outras grandes potências. Impôs um enorme obstáculo à economia internacional: encerrando rotas comerciais, bloqueando capitais e pagamentos, criando carências artificiais e economias de cerco. Obrigou à mobilização de recursos coloniais, incluindo efetivos militares, gerando uma forte reação entre os povos coloniais, indignados com novos encargos e regras que quebraram o velho «contrato» da política colonial. Despedaçou o mito da cultura exclusivamente progressista da Europa, enfraquecendo o poder das antigas elites culturais e das ideias que estas tinham defendido.

Não admira por isso que depois da guerra não houvesse qualquer regresso à «normalidade» anterior à guerra. Não existia qualquer consenso alargado sobre as regras de uma ordem internacional. As anexações e tratados que constituíam a base «legal» do sistema colonial e das suas extensões semicoloniais na China e noutros lugares foram energicamente repudiados pelos herdeiros bolcheviques do império czarista. Os Estados Unidos recusaram-se a aderir à nova Sociedade das Nações, um clube de vencedores para fiscalizar o entendimento do pós-guerra. A recuperação económica da Europa foi penosamente adiada pelas disputas acesas em torno das reparações de guerra, que abalaram também a estabilidade social e política do continente. Em grande parte da Eurásia – no Cáucaso, na Ásia Central, no Médio Oriente e nalgumas zonas da Ásia Oriental – a questão de se decidir quem governaria onde teve de ser resolvida mais pela força, ou pela ameaça da mesma, do que pela diplomacia. Nos impérios coloniais (sobretudo no Império Britânico), as reivindicações nacionalistas de independência ou autonomia atingiam uma tenacidade sem

precedentes. O Sinn Fein na Irlanda, o movimento Wafd no Egito e a grande campanha de «não-cooperação» de Gandhi na Índia (1920-1922), com um considerável elemento muçulmano, representaram um desafio feroz à autoridade britânica e revelaram as limitações da coerção como método de governo. O espírito de revolta não era apenas político. Nestes e noutros lugares (nomeadamente na China), manifestava-se também na reivindicação de novas culturas, autenticamente locais mas destinadas (através da participação popular) a unir os líderes e o povo numa solidariedade mais intensa contra o mundo exterior (e imperial).

As enormes repercussões da Primeira Guerra Mundial tiveram um alcance coletivo. Ditaram o colapso do *ancien régime* em toda a Eurásia. A guerra tornou-se um cemitério de impérios, europeus e asiáticos. Os Hohenzollern, os Habsburgos e os Romanovs foram destronados (ou pior) e os seus domínios divididos. O Império Otomano seguiu o mesmo caminho. A tentativa funesta de restaurar o poder imperial Ch'ing sob uma dinastia «novo-rica» fracassou em 1916. O vasto centro do mundo transformou-se numa arena política em que movimentos, ideologias, religiões, nacionalidades e interesses lutavam para construir um novo sistema de Estados, e as potências imperiais (ou o que restava delas) conspiravam para proteger as suas pretensões e privilégios. No final da década de 20 instalou-se uma trégua instável sobre muitos destes conflitos. Não durou muito tempo. Com as sequelas políticas da grande depressão depois de 1930, a ordem do pós-guerra dissolveu-se em acrimónia. Em meados da década era já abertamente rejeitada pelos virulentos novos imperialismos da Alemanha, Itália e Japão – de feição muito mais agressiva e muito menos modestos em ambição do que os seus antecessores europeus dos anos 80 e 90 do século XIX. Entre 1937 e 1942, desencadearam uma vasta crise eurasiática. No Armagedão mundial que se seguiu, parecia quase inevitável que os vencedores, fossem eles quais fossem, não teriam outra alternativa senão criar uma nova ordem mundial.

Guerra Sem Fim?

O suporte mais importante da primazia da Europa na Eurásia e do poder dos grandes Estados europeus no Mundo Exterior fora a sua determinação coletiva de não lutar uns com os outros. Isso, e a paz atlântica entre a Europa e as Américas, tinha permitido o rápido crescimento do comércio internacional, o aumento constante da influência e autoridade europeias e a façanha irónica da partilha de África. A relutância dos governos europeus em perturbar o seu equilíbrio de poderes continental e arriscar a convulsão social e política que uma guerra geral provocaria limitaram a sua procura de vantagens nacionais e imperiais. Mesmo onde os seus interesses pareciam profundamente implicados (como no Império Otomano), ou as oportunidades económicas pareciam especialmente promissoras (como na China), eles preferiam aceitar arranjos provisórios que prolongavam o antigo regime local a enfrentar as consequências de uma «solução final» através da partilha ou da conquista. É evidente que para muitos observadores, então e depois, este padrão irregular afigurava-se inerentemente instável. Mais cedo ou mais tarde, uma grande crise local fugiria ao controlo destes métodos improvisados. O equilíbrio de forças entre as grandes potências rivais poderia alterar-se apenas o suficiente para reduzir o seu comedimento e criar insatisfação com a partilha de esferas em vigor. A influência dos lóbis, apresentando-se como «opinião pública» e projetada pelos jornais, ameaçava a tradição cosmopolita da «velha» diplomacia, com o seu desprezo aristocrático pelos interesses do simples «negócio». As monarquias imperiais da Europa Central e de Leste, que governavam com inquietação impérios multiétnicos (mesmo o Império Alemão continha vários milhões de polacos), poderiam mostrar-se perigosamente dispostas a encarar o prestígio dinástico (e

não interesses materiais) como um motivo para a guerra e tornar-se demasiado suscetíveis ao espírito militarista dos seus tribunais e exércitos ⁽¹⁾. Até mesmo o meio que as grandes potências tinham usado para impedir a agressão mútua – a acumulação de armamento – poderia ser a causa de uma guerra se o receio de fraquezas futuras incentivasse um ataque preventivo.

Mas até 1914, a concorrência das grandes potências europeias em África, no Pacífico, na Ásia Oriental e no Médio Oriente (incluindo as regiões asiáticas dos impérios otomano e iraniano) revelava poucos indícios de criar um turbilhão incontrolável de conflitos militares. Por sua vez, isso funcionava como um forte impedimento à contínua expansão japonesa no Norte da Ásia Oriental à custa da China ou da Rússia. O rompimento decisivo das relações entre as grandes potências ocorreu, não por causa das suas ambições no mundo extraeuropeu, mas devido a uma perturbação no equilíbrio de influências europeias na região dos Balcãs. Na realidade, a instabilidade política nos Balcãs resultava diretamente da progressiva incapacidade do Império Otomano para conter os nacionalismos militantes dos seus súbditos cristãos. Na terrível crise de 1911-13, os otomanos foram atacados primeiro pelos italianos (que tomaram a atual Líbia e partes do Dodecaneso) e depois por uma coligação da Sérvia, Grécia e Bulgária que quase expulsou o império da Europa – os turcos mantiveram uma pequena parte da Trácia. Ao contrário do que acontecera nas crises anteriores, as grandes potências não correram em apoio do que restava do domínio otomano na Europa. O resultado não foi apaziguar a política da região – na verdade, os Estados balcânicos lançaram-se prontamente numa segunda guerra fratricida para dividir os despojos. Tornou apenas mais urgente a questão de se saber que potência estrangeira acabaria por dominar a região. Pois ninguém acreditava que os governos balcânicos fossem capazes de respeitar as suas fronteiras, controlar os seus militantes, impedir conflitos interétnicos ou resistir à tentação de tirar vantagem das intrigas entre as grandes potências.

O aspeto mais surpreendente desta crise (em retrospectiva) foi o facto de as grandes potências não terem conseguido chegar a acordo sobre uma partilha pacífica de esferas de influência, uma fórmula bastante familiar na sua diplomacia extraeuropeia. No entanto, nunca seria fácil exercer o controlo direto sobre uma região inacessível imbuída de uma tradição de violência étnica localizada, onde os governos eram fracos e as armas abundantes. Também era verdade que os riscos geopolíticos nos Balcãs pareciam mais elevados do que em qualquer outro lugar da Eurásia, quanto mais no Mundo Exterior. Era fácil imaginar que um revés nesta região poderia causar danos irreparáveis aos interesses estratégicos de longo prazo (e, conseqüentemente, à coesão política) da Rússia ou da Áustria-Hungria – e, por arrastamento, às alianças europeias de que faziam parte. Se os Balcãs fossem consolidados como um protetorado efetivo da monarquia Habsburgo e do seu grande aliado do Norte, então a influência austro-alemã depressa se tornaria predominante também nos Estreitos, onde um golpe de estado turco em 1913 reforçara os laços com Berlim. A Alemanha e a Áustria-Hungria teriam obtido uma vitória esmagadora sem disparar um tiro. A grande faixa dos seus Estados vassalos cercaria a Rússia, estrangulando a sua artéria comercial entre o mar Negro e o Mediterrâneo e impedindo definitivamente o almejado objetivo russo de governar Constantinopla (a atual Istambul). O prestígio dos Romanovs seria irremediavelmente afetado. Por outro lado, se os austríacos permitissem que uma Sérvia engrandecida fomentasse o nacionalismo anti-Habsburgo entre os eslavos no Sul do império, com a proteção da Rússia, a geometria triangular da política da Áustria-Hungria (os antagonismos mútuos dos seus alemães, magiares e eslavos) poderia desfazer-se e provocar o caos ⁽²⁾. Uma vasta zona de instabilidade na Europa Central e de Leste destruiria o equilíbrio de poderes e sujeitaria uma Alemanha enfraquecida ao pesadelo do cerco estratégico. As implicações seriam assombrosas. Os acontecimentos extraordinários de 1911-13 deslocaram a antiga «falha sísmica» balcânica na diplomacia das grandes potências para o coração da Europa e

arrastaram a Ásia Menor para a zona do sismo.

Teriam sido necessárias competências excepcionais e muito boa vontade para impedir que o assassinato do herdeiro Habsburgo por um anarquista sérvio na Bósnia provocasse um confronto armado entre as grandes potências. A Crise de julho de 1914 resultou da exigência de que os sérvios aceitassem a supervisão austríaca da sua segurança interna por terem abrigado a sociedade secreta do assassino. A rejeição sérvia deste estatuto semicolonial contou com o apoio diplomático da Rússia. Em 1908-1909, os russos tinham sido obrigados a um recuo humilhante depois de desafiarem a anexação austríaca da Bósnia. Mas em 1914 não podiam recuar sem sofrer uma enorme derrota geopolítica, com repercussões internas alarmantes. E não o fizeram. Enquanto russos e austríacos mobilizavam os exércitos para mostrar que as suas intenções eram sérias, a questão que se punha era se as outras grandes potências europeias insistiriam numa conferência para resolver o problema. Esta seria a fase decisiva da crise. Foi então que os alemães se viram obrigados a revelar as suas verdadeiras intenções. Sem o seu apoio incondicional, o governo de Viena – que enfrentava uma guerra em duas frentes, contra a Sérvia e a Rússia – podia ter sido obrigado a recuar e a deixar que os sérvios lhe escapassem. A influência da Rússia nos Balcãs seria rapidamente restabelecida. A crescente força militar russa, a que os estrategas alemães atribuíam uma importância exagerada (esperavam que o «grandioso projeto» da Rússia criasse um exército três vezes superior ao da Alemanha em 1917) ⁽³⁾, afetaria ainda mais o equilíbrio de poderes na linha sísmica dos Balcãs. Para reforçar a determinação do seu parceiro mais fraco, os alemães deram carta-branca a Viena, vetando na prática a conferência. Mas a ideia era ampliar a crise e reduzir as hipóteses de paz. Pois se a Alemanha fosse obrigada a uma guerra contra a Rússia, o seu plano estratégico exigia que a França, aliada da Rússia, fosse derrotada primeiro ou efetivamente neutralizada. Só então é que o pleno poderio militar alemão podia ser utilizado com segurança nos amplos espaços do Leste. Para intimidar a França e isolar a Rússia, a Alemanha ameaçou a neutralidade da Bélgica (a rota de invasão para Paris) e exigiu a promessa da Grã-Bretanha de que não tomaria partido. Em pouco mais de um mês, a tentativa austríaca de intimidar um Estado balcânico desordeiro transformara-se na pretensão da Alemanha a uma hegemonia europeia. Não era preciso muita imaginação para prever o que aconteceria se a aliança franco-russa se desfizesse (como consequência inevitável da neutralidade francesa) e o pacto anglo-francês se tornasse letra-morta. Com a rejeição britânica da exigência alemã, uma guerra europeia total tornou-se quase certa ⁽⁴⁾.

A Crise de julho revelou que o calcanhar de Aquiles da primazia global da Europa era o subdesenvolvimento do sistema de Estados europeu. A súbita expansão da Europa nos Balcãs, a frágil estrutura dos seus impérios multinacionais e a política caótica dos seus Estados mais pequenos transformaram um assassinato político numa guerra geral. O equilíbrio de poderes europeu não foi capaz de resistir ao colapso definitivo do domínio otomano nos Balcãs. Para um observador atento antes da guerra, parecia evidente que a paz internacional devia depender do discernimento e competência de estadistas e diplomatas. Kurt Riezler (o secretário particular do chanceler alemão Bethmann-Hollweg) lembrava que, num mundo tão interligado, o preço da guerra era quase sempre demasiado elevado. Mas avisava também que era provável que os Estados se comportassem de forma mais assertiva só porque os seus interesses se haviam tornado tão entrelaçados (o isolamento em esplendor já não era uma opção), e que acumulassem armamento para mostrar a sua determinação. No jogo das nações, muitas vezes era necessário fazer *bluff*: mas o excesso de *bluff* comportava o risco de guerra ⁽⁵⁾. A teoria de Riezler descrevia de forma convincente a diplomacia das grandes potências desde os anos 70 do século XIX. O que não conseguiu prever foi uma «supercrise» europeia, em que os dois lados achavam que uma solução de compromisso significaria uma grande derrota e que (pior ainda) tinham boas hipóteses de vencer. Também não considerava os efeitos desta

miopia: a incapacidade dos políticos de prever todas as repercussões de uma guerra geral.

Com efeito, a guerra europeia entre a *Triple Entente* da Rússia, França e Grã-Bretanha e as Potências Centrais (Alemanha e Áustria-Hungria) depressa se tornou mundial. No final de outubro de 1914, o Império Otomano (temendo as consequências de uma vitória da *Entente*) juntou-se às Potências Centrais. A guerra estendeu-se assim ao Cáucaso, à fronteira do Sinai com o Egito, governado pelos britânicos, e ao golfo Pérsico, então sob domínio naval da Grã-Bretanha. Na Ásia Oriental, o Japão entrou na guerra como aliado da Grã-Bretanha, mas com a intenção óbvia de tomar a base alemã em Kiao-chao, na China, e os direitos comerciais na província vizinha de Shantung (Shandong). Na África Ocidental e Oriental e no Sudoeste Africano, irromperam guerras coloniais entre britânicos, franceses e belgas de um lado e alemães do outro. A guerra era também oceânica. Navios mercantes armados e (cada vez mais) submarinos alemães fizeram guerra às rotas marítimas que saíam da Grã-Bretanha, para impedir o fornecimento de géneros alimentícios, matérias-primas e munições de que dependia o esforço de guerra britânico. Os britânicos, por sua vez, travaram uma guerra naval através do bloqueio, para estrangular a economia alemã e negar-lhe fontes externas de alimentos e equipamentos estratégicos. Tudo isto era uma prova de que, com uma economia mundial e um sistema único de política mundial, não havia fuga possível às repercussões da guerra, onde quer que ela começasse.

Mas se a guerra da Europa se tornara mundial, tinha de ser resolvida no seio da própria Europa. No final de 1915, uma vitória clara para qualquer dos lados parecia muito pouco provável. Na frente ocidental, os alemães tinham ocupado rapidamente partes da Bélgica e da França. As campanhas inconcludentes de 1915 e o recurso à guerra de trincheiras conduziram a um impasse. Os franceses e os britânicos não conseguiam expulsar os alemães; os alemães, por sua vez, não conseguiam obrigá-los a ceder. Na frente leste, instalou-se um padrão semelhante. Em setembro de 1915, os exércitos alemão e austríaco já tinham obrigado os russos a recuar para uma linha defensiva no interior do seu império (estendia-se de Riga a Czernowitz) e ocupavam uma vasta zona de fronteira que chamavam «Ober-Ost»⁽⁶⁾. Conquistaram a Sérvia e com a ajuda da Bulgária controlavam um amplo corredor nos Balcãs que se estendia até ao Império Otomano. Mas sem uma vitória no ocidente dificilmente poderiam esperar mobilizar todos os homens e meios para vencer a Rússia, que tinha uma fonte inesgotável de efetivos militares. No campo dos Aliados, a resistência dos otomanos na Anatólia, na Mesopotâmia e na Palestina – e, pior ainda, em Gallipoli – foi uma desilusão esmagadora. O ponto sensível das Potências Centrais revelara-se duro como pedra. Mas nenhum dos lados tirou a conclusão de que a guerra confirmara um equilíbrio de poder militar. Nenhum dos lados reconhecia a necessidade de uma solução diplomática. Pelo contrário, ambos depositavam grandes esperanças em aumentar a parada: mobilizar mais homens e recursos para conseguir um avanço ou desgastar o inimigo através de uma guerra de atrito. Ambos reconheciam implicitamente que a eclosão dos combates revelara a falência da ordem anterior à guerra.

Assim, o ano de 1916 marcou o início de uma nova etapa na guerra e, como se veio a verificar, uma nova fase na história mundial. A vontade de vencer a todo o custo explica a terrível chacina em Verdun, no Somme e na ofensiva de Brusilov, na frente leste, onde a Rússia perdeu mais de um milhão de homens. À medida que aumentava o número de vítimas, os pré-requisitos para a paz num mundo pós-guerra tornavam-se cada vez mais drásticos. A Grã-Bretanha, a França e a Rússia concordaram em repartir o Império Otomano. O desmembramento do Império Austro-Húngaro em vários Estados-Nações tornou-se um objetivo de guerra dos Aliados. A reconstrução da Alemanha para eliminar totalmente o seu «militarismo» era a melhor garantia do «nunca mais». Do lado alemão, a «ameaça» russa era a causa de todos os problemas. A destruição definitiva do império czarista tornou-se o mínimo necessário para a segurança no pós-guerra. Na Alemanha, na França e

na Grã-Bretanha, o período 1916-17 pôs novos líderes no poder, decididos a levar a guerra até ao fim. Mas muito antes de se falar em paz, todo o panorama do poder foi alterado pelo esforço de travar uma guerra total. O recurso da Alemanha ao uso sem limites do combate submarino, num esforço desesperado para encurtar a guerra, foi o incentivo para a entrada dos Estados Unidos, em abril de 1917. Qualquer acordo de paz teria então de conciliar as pretensões territoriais das potências europeias com a exigência americana de uma «porta aberta» para o comércio e a oposição americana a impérios de estilo europeu internamente ou no exterior. Mas o acontecimento mais impressionante foi a queda súbita da monarquia russa.

Entre as grandes potências, a Rússia era a que estava menos preparada para uma guerra total. Não tinha poder industrial para sustentar os seus vastos exércitos. Necessitava da ajuda dos seus aliados ocidentais. Mas era aqui que residia o problema. Com os Estreitos fechados pela Turquia, os únicos portos que podiam receber ajuda eram Archangel, no extremo norte, e Vladivostok, no extremo oriente, ambos muito distantes do que seria ideal. Grande parte da ajuda acumulava-se nos portos, sem ser usada. Mesmo que se tivesse enviado mais, provavelmente não teria feito grande diferença. O sistema ferroviário da Rússia não era capaz de lidar com o esforço de abastecer as frentes, nem transportar os alimentos e combustíveis necessários para manter em funcionamento uma economia de guerra. Em todos os países em guerra, a combinação de dificuldades, ansiedade e insatisfação com líderes incapazes de trazer a vitória provocava tensões políticas. O insucesso militar da Rússia – as suas enormes perdas de soldados e território – era avassalador. As terríveis carências nas principais cidades industriais – sobretudo em Petrogrado, a capital imperial – destruíam o moral civil e a disciplina nas fábricas. Reveses desta dimensão teriam abalado qualquer governo. Mas o regime czarista era especialmente vulnerável. Não tinha qualquer dirigente político para dirigir o governo com um mínimo de apoio popular. Os seus ministros eram burocratas, que apenas prestavam contas ao czar e com grandes rivalidades entre si. A Duma eleita podia denunciá-los mas não tinha poderes para afastá-los. Havia uma suspeita generalizada de que a corte czarista albergava derrotistas ou traidores. Com o aumento do descontentamento, o único recurso disponível era a repressão. A autoridade do czar baseava-se no controlo policial das multidões e (em última instância) na lealdade do Exército. Na primavera de 1917, no meio de uma vaga de distúrbios populares em Petrogrado, estes dois sustentáculos do poder czarista desfizeram-se. Em menos de uma semana o czar foi obrigado a abdicar e a monarquia milenar chegava ao fim. Arevolta, comentou um historiador inglês que passou a guerra na Rússia, «tinha sido desorganizada e elementar. Foi como se um cadáver estivesse deitado sobre um povo passivo e com um único empurrão vindo de baixo ele tivesse rolado para o lado sozinho» (7).

A princípio parecia que o novo Estado russo, com líderes responsáveis perante a Duma, teria a determinação patriótica, o apoio popular e a energia política para reavivar o esforço de guerra e retomar a ofensiva. Mas a economia de guerra da Rússia estava demasiado debilitada e o descontentamento organizado do operariado industrial demasiado enraizado para uma recuperação rápida. Talvez só o colapso da Alemanha pudesse ter salvado o Estado liberal pós-czarista. Seis meses depois continuava a enfrentar a mesma combinação de descontentamento popular, desastre económico e insucesso militar, mas sem o aparelho de repressão com que os czares haviam contado. A penúria dos camponeses e a sede de terras dissolviam a antiga ordem rural, à medida que os aristocratas eram expulsos (ou assassinados) e as suas herdades repartidas. (Em 1914, as comunidades camponesas ou individuais já detinham três quartos das terras cultiváveis, e a consolidação de propriedades nas mãos de camponeses mais ricos pode ter reforçado a impressão de escassez de terras [8].) O golpe bolchevique de outubro de 1917 pôs no poder um governo revolucionário que sabia que a sua própria sobrevivência implicava a saída da Rússia da guerra. Na

verdade, foi a sua promessa de paz e o seu apoio aparente à revolta dos camponeses que lhe garantiu um triunfo precário na luta pelo poder.

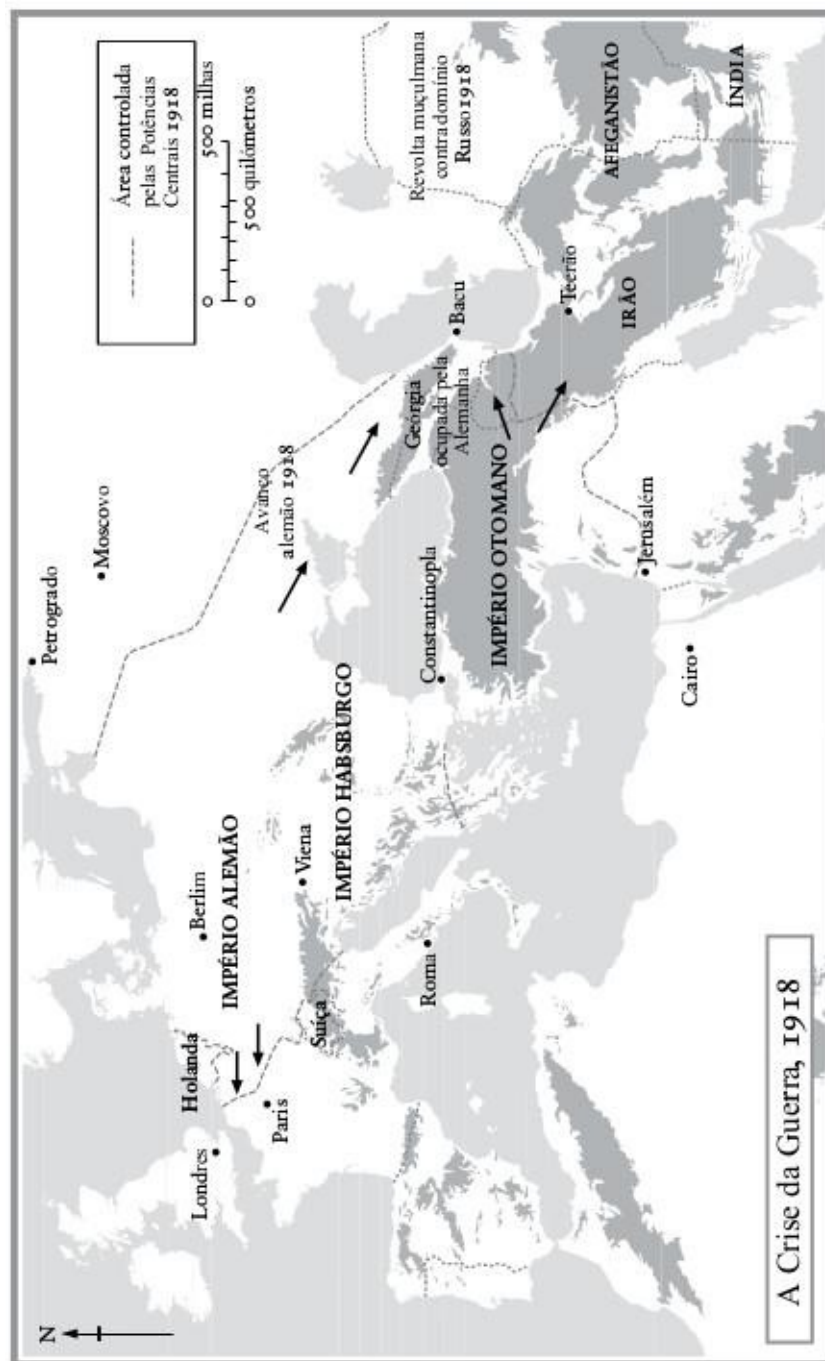
O preço seria pago em março de 1918 na cidade de Brest-Litovsk, onde o tratado de paz foi assinado. Para comprar a paz aos alemães, os bolcheviques foram obrigados a fazer cedências espantosas. A maior parte da Rússia Ocidental, incluindo a Polónia, as províncias bálticas e a atual Bielorrússia tiveram de ser entregues. A grande saliente que fizera da Rússia uma grande potência na Europa foi simplesmente abandonada. Mas igualmente extraordinária foi a perda da Ucrânia, onde os alemães invasores tinham promovido um regime separatista, o Rada. O grande celeiro da Rússia (fonte de grande parte das suas receitas de exportação antes da guerra), a sua principal fonte de carvão e os seus principais centros industriais passariam a ser controlados por um Estado vassalo dos alemães. Na verdade, o tratado de Brest-Litovsk parecia apenas o prólogo de uma tragédia maior. O poder militar alemão estava resolvido a estender-se em torno de todo o mar Negro, «libertando» os territórios coloniais da Rússia no Cáucaso e talvez além do Cáspio. E enquanto os restantes territórios da Rússia se preparavam para a guerra civil, o domínio do centro sobre a sua antiga periferia imperial na Ásia Central e nas províncias do Extremo Oriente parecia prestes a dissolver-se. Um grande rebite que tinha unido a Eurásia estava a partir-se ao meio.

Na realidade, a implosão da Rússia abriu a porta a um vasto reordenamento de toda a massa continental eurasiática. O seu efeito imediato foi permitir que os alemães transferissem homens do leste para derrotar a França e a Grã-Bretanha antes que a ajuda americana pudesse tornar-se decisiva. Na grande ofensiva de março-junho de 1918 estiveram perto de o conseguir. Enquanto os exércitos aliados vacilavam sob o ataque, em Londres parecia que uma mudança catastrófica na forma da guerra estava prestes a acontecer. A França e a Itália (depois do desastre em Caporetto, em outubro de 1917, quando os exércitos italianos foram repelidos pelos austríacos) estavam à beira da derrota. Isso implicaria uma retirada britânica (e americana) da Europa continental, onde o domínio alemão seria então absoluto. O que restava da Rússia pouco importava: é pouco provável que o regime bolchevique tivesse durado muito tempo se a Alemanha tivesse vencido a guerra. Com o seu aliado otomano, e os seus novos amigos na Ucrânia e no Cáucaso, os alemães tornar-se-iam a potência dominante no Próximo e Médio Oriente. Transformariam o Irão num Estado vassalo e avançariam sobre o Golfo. A Índia britânica estaria na mira. Neste cenário aterrador, Londres também não podia ter a certeza de que o seu aliado japonês não mudaria de campo, para defender as suas conquistas no Norte da Ásia Oriental. Mesmo que se assinasse um acordo de paz, nestas circunstâncias era muito provável que se seguisse uma guerra fria imperial. Tão vulnerável na Europa, a Grã-Bretanha tornar-se-ia muito mais dependente do seu aliado americano. O «Mundo Britânico do Sul» (uma expressão da grandiosa estratégia britânica da época) em África, na Índia e na Australásia teria de se transformar num enorme campo armado durante um período indeterminado, com consequências imprevisíveis para o seu futuro político⁽⁹⁾.

A única garantia contra o impacto mundial do domínio alemão da Europa, argumentavam os líderes britânicos, era redobrar os esforços para controlar as encruzilhadas da Eurásia no Médio Oriente. A partir de março de 1918, pequenas forças britânicas foram enviadas para apoiar a resistência das antigas dependências russas no Cáucaso e na Ásia Central contra a aliança germano-otomana. Outra unidade britânica, a Norperforce, foi enviada para a «Pérsia do Norte» para garantir um regime solidário em Teerão. Foi planeada uma nova e grande ofensiva contra o exército otomano na Palestina, assim que pudessem ser transferidos homens da frente ocidental e recrutadas novas tropas na Índia. A necessidade absoluta de desmembrar o Império Otomano e estabelecer uma forma de supremacia britânica sobre a vasta massa terrestre entre o Afeganistão e a Grécia tornou-se um novo elemento radical na política externa britânica, inconcebível antes de 1914⁽¹⁰⁾. Um Médio

Oriente dominado pelos britânicos juntar-se-ia à África partilhada como dependência da Europa – mesmo que uma Europa dividida (como ainda parecia provável em julho de 1918) entre um gigante continental e uma potência insular isolada. Mas antes que o realismo deste plano extraordinário pudesse ser devidamente posto à prova, a maré militar começou a mudar no ocidente.

Os alemães tinham tentado quebrar o impasse da guerra de trincheiras com uma ofensiva geral. Mas tal como os britânicos e franceses em 1916-1917, tiveram dificuldade em manter a sua pujança num padrão de combate que favorecia a defesa. Apesar de um primeiro ataque que quase dividiu ao meio os exércitos anglo-franceses, em meados de junho o avanço alemão já tinha perdido a sua força. Uma contraofensiva bem organizada obrigou-os a recuar. A última esperança de uma vitória alemã antes da intervenção americana começou a dissipar-se.



Depois de pesadas baixas no início de agosto, e do «dia negro do Exército alemão», a «ditadura silenciosa» de Hindenburg e Ludendorff começou a perder a coragem. Entre sinais de agitação social interna e más notícias das frentes nos Balcãs e na Palestina (onde Allenby destruiu o exército otomano em Megiddo), decidiu pedir um armistício. No campo dos Aliados, onde os franceses e os

britânicos tinham de avaliar os custos de continuar a guerra em termos de uma influência americana cada vez maior, não havia força de vontade para exigir uma rendição total dos alemães. Quando o armistício foi declarado, a 11 novembro de 1918, a linha da frente alemã situava-se ainda na Bélgica. A invasão da Alemanha teria prolongado a guerra por mais um ano. Assim surgiu o mito mais vulgarizado dos anos entre as guerras: de que o Exército alemão não tinha sido vencido mas «apunhalado nas costas» pela traição socialista na política interna. E assim nasceu a crença persistente de que a paz que se seguiu não levou em conta o equilíbrio militar e foi uma injustiça cruel para o prestígio da Alemanha como uma das grandes potências da Europa. Por causa disso, o desmedido conflito militar na frente ocidental acabou por não resolver a situação. O armistício foi precisamente isso: uma trégua temporária na segunda Guerra dos Trinta Anos da Europa.

A conferência de paz que se reuniu em Paris em janeiro de 1919 tinha como prioridade redigir os termos de um tratado entre a Alemanha e a coligação de quatro potências que a tinha obrigado a desistir da guerra. As questões em cima da mesa envolviam as fronteiras da Alemanha, a exigência de reparações por danos de guerra e (para justificar as reparações) uma confissão de culpa por parte da Alemanha por ter iniciado a guerra. Mas havia muitas outras questões por resolver. A mais urgente era um sistema de Estados para o Leste, Centro e Sudeste da Europa, para substituir a destruída ordem imperial dos Romanovs, Habsburgos e Hohenzollern. Não menos urgente era o futuro político do antigo Império Otomano e das antigas zonas fronteiriças czaristas no Cáucaso e Ásia Central, com as suas populações mistas de cristãos e muçulmanos. Na Ásia Oriental, onde a China entrara na guerra do lado dos Aliados em 1917, os mediadores enfrentavam as pretensões do Japão à esfera germânica em Shantung (ferozmente contestada pela China). Havia ainda o facto inquietante do crescente poder do Japão no Nordeste da Ásia continental. Vladivostok fora ocupada pelos japoneses em abril de 1918 – aparentemente como parte da intervenção dos Aliados para impedir que a Rússia sucumbisse ao domínio alemão. Nestes dois casos, a questão maior era saber se deviam permitir que o Japão dominasse a China pós-imperial. Em conjunto, todas estas questões equivaliam a um plano geral para a reconstrução política de quase toda a Eurásia. Em comparação, decidir quais as potências vencedoras deviam administrar as colónias do Pacífico e de África retiradas à Alemanha, e em que condições, parecia apenas um detalhe incómodo. Na verdade, era a questão mais fácil de resolver ⁽¹¹⁾.

Quanto às questões maiores, as probabilidades de acordo eram muito menores. Além da rivalidade das potências vencedoras, os mediadores tinham de lidar com algumas incertezas colossais. Quem venceria a guerra civil entre Vermelhos e Brancos que grassava então na Rússia? A política revolucionária da Rússia alastraria ao resto da Europa? Os novos Estados-nações projetados para a Europa concordariam com as suas fronteiras? As pretensões étnicas de turcos, gregos, arménios, árabes e judeus podiam ser conciliadas entre si e com os acordos feitos durante a guerra para dividir o Império Otomano entre a Grã-Bretanha, a França e a Itália? Que aconteceria se isso não fosse possível? E quem no terreno assumiria o controlo do antigo império asiático da Rússia? Se as potências vencedoras tivessem gozado de um poder militar esmagador e o tivessem usado em unísono, podiam ter esperado impor as suas soluções preferidas (se conseguissem chegar a acordo sobre as mesmas). A realidade era bastante diferente. A desmobilização foi rápida e o sentimento antibélico era muito forte. A turbulenta opinião pública interna impedia qualquer política consistente. O resultado era um clima muito propenso a distúrbios. Por um lado, os dirigentes locais tinham todos os incentivos para recrutar exércitos locais e impor soluções locais, apresentando factos consumados aos longínquos medianeiros da paz e aos seus representantes com pouco poder de decisão. Por outro, a nova ideologia da autodeterminação nacional, energicamente divulgada como arma de guerra pelos britânicos e americanos e defendida como lema da conferência de paz em

Paris, facultava a esperança de reconhecimento a qualquer nacionalismo plausível. Entre vários indícios de todos os lados de que a antiga ordem imperial da Eurásia tinha sido eliminada pelo fluxo da guerra, não surpreende que sintomas revolucionários tivessem surgido então um pouco por toda a parte.

Revoluções e Impérios

Em março de 1919, a crise geral do domínio europeu já se estendera a grande parte da Ásia. A 10 de março, funcionários britânicos no Egito registaram motins no Cairo depois da prisão de um líder nacionalista, Saad Zaghlul. Dias depois a violência já se havia espalhado às povoações do delta e até ao alto Egito. Mil egípcios morreram antes que a revolta fosse esmagada; a agitação política era mais difícil de reprimir. No início de abril, eclodiram violentos tumultos na Índia britânica. Na província do Punjab (o principal centro de recrutamento do Exército indiano), os britânicos enfrentaram o que julgaram ser uma revolta organizada para esmagar o seu domínio. A sua resposta violenta atingiu um auge sangrento nos acontecimentos de Amritsar, a 13 de abril, quando perto de 400 manifestantes foram mortos a tiro pela tropa. Em maio, na Anatólia turca, atribuída em parte pelos mediadores em Paris a uma Grécia expansionista, surgiu um levantamento nacional liderado por Mustafa Kemal, um Jovem Turco antes da guerra e general do Exército otomano durante a guerra. No Sudeste da Anatólia, uma revolta curda ameaçou o frágil domínio britânico sobre a província de Mossul. No Médio Oriente árabe, onde Damasco era o centro da atividade política, a permissão das grandes potências para um Estado árabe livre era aguardada com impaciência, mas com crescente desconfiança. No velho império czarista, a luta pela liberdade dos bashkires, tártaros, cazaques, azerbaijanos e dos povos muçulmanos da Ásia Central russa, que começara com a Revolução Russa de 1917, também esperava uma resolução. Na China, os importantes acontecimentos de maio de 1919 indicavam que a revolução, aparentemente suspensa desde 1911, tinha finalmente arrancado. As manifestações de 4 de maio em Pequim, cujo alvo imediato foi a decisão tomada em Paris de que o Japão devia manter uma esfera de influência em Shantung, sugeriam a existência de um movimento de consciência nacional muito mais amplo. A ideia de que a China devia ser um Estado constitucional, e não um império dinástico, parecia então aceite por toda a opinião letrada. A restauração da soberania chinesa, o fim dos enclaves e privilégios estrangeiros (sobretudo britânicos) e a aceitação da China como membro pleno da comunidade internacional tornaram-se os objetivos do novo nacionalismo chinês. As implicações para a Ásia Oriental, e para os Estados coloniais que faziam fronteira com os territórios da China ou tinham minorias chinesas, seriam avassaladoras.

É evidente que estes movimentos e outros parecidos não tinham surgido do nada. Na maioria dos casos, baseavam-se em exigências mais antigas de nacionalidade, autonomia ou pelo menos de reconhecimento como uma comunidade distinta. A mobilização involuntária (como soldados ou fornecedores) ou o padecimento indireto das privações e perdas da guerra aumentaram as queixas e o coletivo da oposição nacionalista. Quando a guerra terminou ou (como no caso da Rússia) a autoridade imperial se desmoronou, o clima político atingiu rapidamente o ponto de ebulição, atizado por uma mistura de medo e esperança: medo de que a repressão do tempo de guerra se prolongasse indefinidamente e que a hipótese de liberdade se perdesse; esperança de que o desmoronamento da ordem imperial da Europa e as promessas de autonomia política anunciadas pelos Aliados em 1918 assinalassem o início de uma nova era «nacional». Conseguir o reconhecimento da sua causa em Paris, convencer os mediadores da paz a corrigir erros históricos e conquistar o direito a uma existência distinta eram os principais objetivos dos líderes nacionalistas:

no Egito, na Turquia, nos territórios árabes, no Irão e na China. Onde esta estratégia falhou, ou onde se revelou inútil, eles recorreram a meios mais diretos.

Os resultados foram variados. No Egito, a breve explosão de violência popular deixou um resíduo amargo de agitação política. Um inquérito britânico atribuiu grande parte da fúria aos ressentimentos do tempo da guerra: com a inflação, as carências e o recrutamento de homens e animais para o esforço de guerra imperial contra o Império Otomano. Mas a elite egípcia tinha uma forte suspeita de que no final da guerra os britânicos tencionavam integrar o Egito de forma mais definitiva no seu sistema imperial (o Egito nunca fora formalmente anexado). O partido Wafd (ou «delegação») foi criado para levar o caso do Egito à conferência de paz em Paris e granjear apoio internacional para a recuperação da verdadeira independência (ou melhor) de que o país gozara até 1882. A súbita recusa britânica em permitir este apelo, e a prisão dos líderes do Wafd para impedir uma campanha popular, provocaram a desordem de março de 1919, em que greves e manifestações e os efeitos do boato e do medo se juntaram a fontes mais amplas de tensões sociais numa sociedade profundamente estratificada. Quando a violência amainou, foi substituída politicamente por um clima de feroz indignação. Os britânicos controlavam o Egito através de ministros egípcios e do monarca egípcio (que em 1917 passou a chamar-se sultão). Preferiam este governo indireto como forma menos conflituosa de conseguir o que queriam: um monopólio de influência estrangeira e a segurança absoluta para o canal de Suez, a artéria principal do seu império no Oriente. O Egito, argumentavam, nunca poderia gozar de uma independência «verdadeira». Mas depois de março de 1919, nenhum ministro egípcio aceitaria manter-se no cargo a menos que os britânicos prometessem precisamente isso. Sem ministros egípcios, os britânicos enfrentariam a oposição total de todas as correntes de opinião local: a não-cooperação dos funcionários; a denúncia de professores e clérigos; greves de trabalhadores indispensáveis nos transportes e serviços; talvez até o recurso aos métodos «irlandeses» que eles mais temiam – o boicote, o assassinato e o terror. Entre março de 1919 e fevereiro de 1922, esforçaram-se por encontrar uma fórmula que apaziguasse um grupo «moderado» de líderes egípcios e dividisse a coligação nacionalista. Mas só quando declararam o Egito um Estado independente (embora obrigado a seguir os «conselhos» britânicos em matérias de defesa e política externa) é que o forte sentimento antibritânico começou a acalmar ⁽¹²⁾.

Nos territórios árabes o problema era mais complexo. A força por trás das exigências de um Estado árabe era a aliança entre Faiçal e o seu clã hachemita (os governantes hereditários dos lugares santos na época otomana) e os notáveis sírios. Foi Faiçal, como filho do xarife de Meca, que liderara a revolta árabe contra o Império Otomano depois de 1916, com ajuda e incentivo britânicos, e que conseguira a famosa promessa de um Estado árabe no final da guerra. Os notáveis sírios deram o exemplo antes de 1914, fomentando uma consciência árabe contra o domínio otomano – na realidade, a Síria (Suriyya) já começara a ser vista como uma pátria árabe desde a década de 60 do século XIX ⁽¹³⁾. Faiçal e os sírios tinham motivos para estar preocupados. Sabiam que o distrito da Palestina seria governado separadamente, em parte para permitir a criação de uma «pátria» para os judeus. Sabiam também que em 1916 os britânicos e os franceses tinham combinado a partilha dos territórios árabes, pondo a atual Síria e Líbano sob supervisão francesa e a maior parte do atual Iraque sob supervisão britânica. Como se isso não bastasse, depressa se tornou claro que o novo regime britânico instalado em Bagdad considerava a ideia de uma nação árabe no mínimo irrelevante e, no máximo, absurda. Não tinha qualquer intenção de permitir que os notáveis de Bagdad fizessem causa comum com os seus amigos em Damasco. A esperança de Faiçal era que os britânicos mudassem de estratégia, decidindo repudiar o acordo com a França e criar um Estado ou Estados árabes sob uma forma de proteção pouco rigorosa. Os britânicos deixaram-no chefiar um governo provisório em Damasco mas sob controlo absoluto. O próprio Faiçal procurou subornar os franceses e assegurar

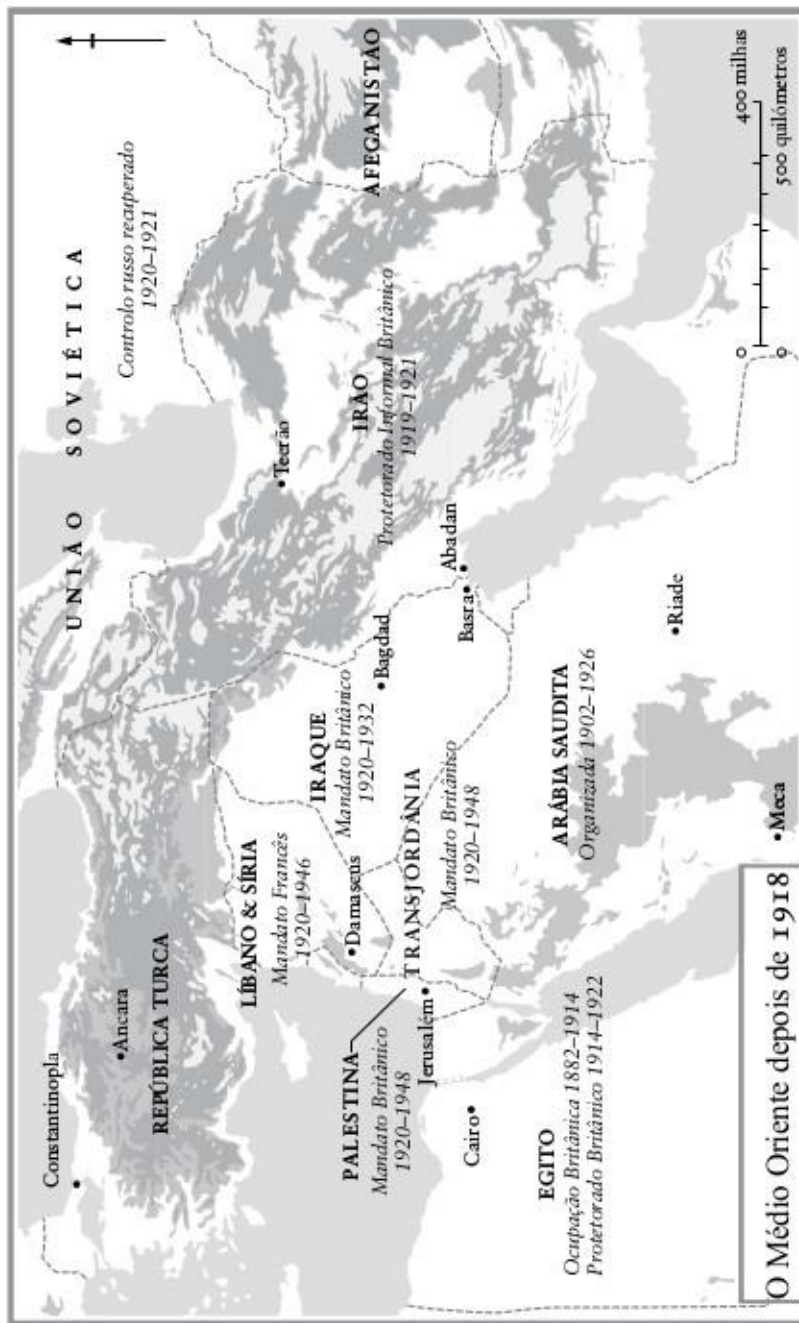
aos líderes judeus que a sua «pátria» estaria segura com um governo árabe. Mas as suas esperanças e diplomacia nada lograram. No final de 1919 os britânicos já tinham decidido retirar as suas tropas da Síria e dar lugar aos franceses. Na primavera seguinte as potências europeias vencedoras (os Estados Unidos recolheram-se no «isolamento») decretaram (através do Conselho Supremo da Sociedade das Nações) que os territórios árabes seriam divididos e governados como «mandatos», até que cada unidade fosse considerada apta para a autonomia. A Palestina e a Transjordânia seriam britânicas, como aliás o novo Estado do Iraque, uma combinação incongruente de três províncias distintas: Mossul, com a sua grande população curda; Bagdad, dominada por uma elite muçulmana sunita; e Bassorá, no Sul, esmagadoramente xiita. Mas a Síria seria francesa e veria o seu tamanho reduzido, perdendo o Líbano (que seria um mandato francês distinto) e os mandatos britânicos a sul. Num derradeiro ato de desafio, o «Congresso Sírio» reuniu-se em Damasco para denunciar os mandatos e apelar à união e independência árabes, com Faiçal como rei. Com um exército improvisado, Faiçal tentou resistir à ocupação francesa. Depois de uma batalha sem esperança em julho de 1920, fugiu para o exílio.

Embora o sonho de uma «Grande Síria» como nação árabe livre tivesse sido eliminado, a partilha anglo-francesa não estava de modo algum garantida. A insubordinação na Síria alastrara ao Iraque. Os notáveis de Bagdad, alguns ligados através de uma sociedade secreta aos apoiantes de Faiçal, opunham-se ferozmente ao governo de estilo colonial que os britânicos tinham imposto no final da guerra. Em junho de 1920, as suas reivindicações políticas receberam um alento enorme. Nas comunidades rurais do vale do Eufrates, os ressentimentos mal contidos contra a tributação e domínio estrangeiros provocaram uma explosão de violência. Enquanto os britânicos se esforçavam por contê-la, utilizando cada vez mais soldados e gastando cada vez mais dinheiro, a necessidade de instalar um governo adequado liderado por árabes tornava-se cada vez mais urgente. Foi ideia de Winston Churchill (que era ministro das Colónias, responsável pelo Médio Oriente árabe mas não pelo Egito) que o então exilado Faiçal seria a melhor escolha para líder, pois só ele, segundo parecia, teria capacidade e prestígio para manter unida aquela construção precária. Mas se mesmo ele o conseguiria fazer, e em que condições, era ainda profundamente incerto. Pois o destino do Iraque era apenas parte de uma questão maior. No final de 1920 parecia cada vez mais provável que um novo Estado turco, hostil e agressivo, ressurgiria das cinzas do Império Otomano e reclamaria o seu antigo lugar na política da região. Em 1921-1922, Mustafa Kemal estabeleceu a autoridade da sua república turca sobre a maior parte da Ásia Menor, destruindo as esperanças britânicas de um Estado turco fraco e submisso governado pelo sultão e o grandioso projeto grego de transformar grande parte da Anatólia Ocidental na extensão «jónica» de uma «Grande Grécia» ⁽¹⁴⁾. Em setembro de 1922, depois de conquistar Esmirna, Kemal avançava para Constantinopla, a antiga capital imperial, quando se deparou com uma pequena guarnição britânica estacionada em Chanak para defender os Dardanelos. Uma enorme crise pairou então sobre a região. Se estalasse uma nova guerra entre britânicos e turcos o futuro político de todo o Médio Oriente teria de ser revisto ⁽¹⁵⁾.

O resultado efetivo depois de meses de intensa diplomacia foi um tratado de paz assinado em Lausana em julho de 1923. Este reconheceu a Turquia como república independente. Reconstituiu Constantinopla como uma cidade inteiramente turca (rebatizada oficialmente «Istambul» em 1930). Rejeitou as reivindicações de esferas europeias na Anatólia, o coração da Turquia. Anulou o antigo sistema de privilégios extraterritoriais para estrangeiros (as «Capitulações») e libertou a Turquia do jugo da Administração da Dívida imposta antes da guerra. Previu uma troca de populações, livrando a Turquia de cristãos «gregos» e a Grécia de muçulmanos «turcos»: um mau prenúncio de acontecimentos futuros ⁽¹⁶⁾. Os turcos aceitaram a desmilitarização dos Estreitos, a perda do seu império árabe e submeter a arbitragem a sua pretensão especial a Mossul. Foi um compromisso

extraordinário. Traduzia a relutância dos britânicos e turcos em retomar o conflito armado, a modesta reafirmação da influência russa na região depois de 1920 (ver adiante) e a vontade de Kemal de construir o seu novo Estado turco segundo os padrões europeus favorecidos pelos reformadores antes da guerra. Assinalou uma fase crucial na consolidação do domínio dos britânicos e franceses sobre os seus novos mandatos árabes. Deu à França carta-branca para dividir a Síria e reprimir a grande revolta que se seguiu, em 1925-1927. Tornou possível uma presença britânica menos dispendiosa no Iraque, onde os britânicos trocaram poder aéreo (para ajudar a derrotar os adversários de Faiçal) pelas bases de que precisavam para proteger o acesso ao Golfo e chegar à Índia por ar. No entanto, a dimensão da resistência no pós-guerra deixara uma marca profunda na política do Médio Oriente. Na Síria e na Palestina, as reivindicações árabes de autonomia política tinham sido claramente rejeitadas. Mas no Egito e no Iraque os britânicos tinham sido obrigados a concordar com uma ampla autonomia local e a reconhecer o direito dos dois Estados à independência – em 1922 no Egito, uma década depois no Iraque de Faiçal – em troca do controlo das suas zonas estratégicas, sobretudo o canal de Suez. Até a Transjordânia fora entregue ao seu próprio rei (hachemita). Apesar do trauma da partilha, o Médio Oriente árabe não fora transformado numa região propriamente colonial. O fervor do pan-arabismo, despertado antes da guerra, não tinha sido extinto. Existiam ainda muitos lugares onde podia crescer. A autoridade europeia (sobretudo britânica) estava social e culturalmente pouco enraizada. Dependia bastante de contingências geopolíticas: o alívio temporário da rivalidade entre as grandes potências, com o eclipse da Alemanha e o isolamento da Rússia. Numa época de depressão económica, ganhava muito pouco com a expansão do comércio ou a entrada da região na economia internacional. O crescimento da indústria do petróleo chegaria tarde de mais (o Médio Oriente fornecia apenas 1% da produção mundial em 1920, apenas 5% em 1939, quase toda do Sudoeste do Irão) para poder ser usado como um verdadeiro Cavalo de Troia da influência imperial europeia. Uma vez extinto o breve entusiasmo do imperialismo de guerra, havia pouco interesse na Grã-Bretanha ou na França por um império árabe – muito menos um que iria custar dinheiro ⁽¹⁷⁾. Se a partilha do Médio Oriente foi a maré alta do império, foi a maré que mais depressa mudou – o momento mais curto do império.

A Turquia e o Irão foram os países que mais ganharam com o período de convulsões entre 1918 e 1923. Ambos tinham sido humilhados e relegados para a condição de protetorado ou pior: a Turquia como o resto ocupado do Império Otomano; o Irão como Estado vassalo de uma Grã-Bretanha vitoriosa. Ambos viriam a beneficiar com o grande alívio das pressões externas que tinham sido quase insuportáveis antes de 1914. Nem a Rússia nem a Grã-Bretanha, preocupadas com exigências internas, desejavam intervir ativamente nos assuntos internos da Turquia e do Irão depois de 1923. A oportunidade foi aproveitada por dois estadistas extraordinários para impor as mudanças com que os reformadores haviam sonhado antes de 1914. Mustafa Kemal (mais tarde intitulado «Atatürk») estabeleceu uma república turca no coração anatoliano do arruinado Império Otomano, «expurgado» em grande parte das suas minorias cristãs. Na república de Kemal, o Islão conservador era o maior inimigo, o principal obstáculo a um Estado moderno capaz de fazer frente a grandes potências mal-intencionadas. As novas leis sobre o vestuário (proibindo o fez sem aba que permitia que os fiéis muçulmanos tocassem no chão com a cabeça), o alfabeto (substituindo os caracteres arábicos por letras latinas), o ensino (proibindo a instrução religiosa nas madrassas) e os apelidos (os turcos foram obrigados a adotar sobrenomes de estilo ocidental) refletiam o conflito entre a identidade muçulmana e a lealdade exigida pelo Estado secular aos seus cidadãos «nacionais».



O sucesso de Kemal baseava-se no movimento «nacional» criado para vencer a guerra contra os gregos e restaurar a independência turca. Kemal comandava um Exército que era (e continuou a ser) profundamente dedicado ao seu projeto nacional. Herdou também uma estrutura administrativa reconhecidamente moderna das reformas otomanas anteriores a 1914. No Irão a situação era mais difícil. A guerra e as suas consequências agudizaram os conflitos no seio da sociedade iraniana, quase destruindo o governo central em Teerão. A ocupação estrangeira (pelos britânicos, russos e depois pelas forças soviéticas), governos dissidentes, movimentos étnicos, a agitação social e a assertividade tribal ameaçavam tornar o país ingovernável. Nestas circunstâncias aflitivas, o golpe militar de fevereiro de 1921 liderado por Reza Khan, um oficial da Brigada de Cossacos (a única força regular sob controlo nominal de Teerão), foi amplamente apoiado, e Reza foi capaz de negociar uma retirada soviética e britânica. Uma vez no poder, adotou rapidamente um programa de mudanças muito semelhante ao da Turquia de Kemal. Construiu-se um grande Exército para reprimir as revoltas provinciais e a indisciplina tribal. Novos caminhos de ferro e estradas aumentaram o alcance do governo. As leis sobre os turbantes (exigindo bonés ou chapéus), sobre a adoção de sobrenomes (Reza adotou o nome «Pahlevi»), sobre o tratamento das mulheres e proibindo o véu mostraram qual era o principal alvo de Reza: a influência dos mulás. Perante a resistência, na prática Reza tornou-se

um ditador: em abril de 1926 coroou-se xá. O poder fornecido pelo Exército e pela burocracia foi reforçado pelo estabelecimento de imensas herdades dinásticas e pelo nepotismo generalizado na corte. Reza criou um novo Estado imperial muito mais forte do que aquele que os Qajars tinham imaginado. Conseguiu fazê-lo sem recorrer aos fundos estrangeiros ou às concessões que tinham mobilizado os inimigos da reforma Qajar. Isso deveu-se principalmente a uma nova fonte de riqueza. Pois embora Reza suspendesse os planos (como ditava a prudência) para assumir o controle dos campos petrolíferos da companhia britânica que detinha uma concessão a norte do Golfo (a Anglo-Persian Oil Company, da qual o governo britânico detinha 51% das ações), as suas receitas beneficiaram do aumento cêntuplo no rendimento dos mesmos depois de 1913. Mas para ele, como para a república que Atatürk (que morreu em 1938) criou, a verdadeira prova chegaria quando a bonança geopolítica que eles tinham aproveitado de forma tão engenhosa desse lugar à guerra depois de 1939 (18).

Nesta fase de convulsão em grande parte do Sudoeste da Ásia, a política «islâmica» destacara-se pela sua ausência. O conceito de identidade muçulmana desempenhara indubitavelmente um papel importante na solidificação da resistência ao domínio estrangeiro. Mas os movimentos nacionalistas na Turquia, Irão, Egito e territórios árabes eram fortemente seculares. Na Síria, em particular, os cristãos estiveram entre os promotores mais fervorosos de um nacionalismo árabe cujo elo de união seria linguístico e cultural e não essencialmente religioso. Onde a influência islâmica desempenhou um papel muito mais importante foi na Índia. Entre os muçulmanos indianos, a consciência do seu lugar no mundo islâmico mais vasto aumentara bastante antes de 1914. O choque da guerra entre os britânicos e os otomanos fora especialmente sentido, pois o sultão otomano era também (ainda que apenas em nome) o *khalifa*, o «Comandante dos Fiéis (Muçulmanos)». Com tantos soldados muçulmanos no seu Exército indiano (que foi enviado para combater as forças otomanas), o governo britânico da Índia apressou-se a reprimir a mais pequena expressão de sentimento pan-islâmico da parte dos políticos e jornais muçulmanos, e vários notáveis muçulmanos indianos passaram grande parte da guerra na prisão. Foi neste setor em particular que surgiu grande indignação quando a promessa britânica de reforma (uma participação muito maior para líderes indianos eleitos nos assuntos provinciais) veio acompanhada da ameaça de que os poderes especiais de prisão e detenção do tempo de guerra, ao abrigo da chamada Lei Rowlatt, seriam prorrogados indefinidamente (19). Foi o protesto contra isto, organizado por Gandhi na sua primeira grande campanha como líder político «nacional», que ajudara a desencadear a violência em 1919 e conduziu indiretamente ao massacre de Amritsar – a vingança brutal do general Dyer pelo assassinio de europeus na cidade (20).

À primeira vista, Gandhi era um aliado pouco provável para o Islão indiano. Ele era um reformador hindu que queria aplicar uma versão mais simples e mais espiritual do hinduísmo a um projeto de melhoramento social e moral. A moderação, a castidade, o autodomínio e a modéstia eram os ideais gandhianos. No entanto, como vimos no último capítulo, no seu manifesto *Hind Swaraj* antes da guerra Gandhi associara essas virtudes à autonomia indiana. Só podiam efetivamente ser praticadas, segundo o seu argumento, nas comunidades aldeãs autossuficientes que haviam constituído a Índia no passado. Esta era uma versão fantasiosa do passado indiano baseada em parte nas histórias produzidas por funcionários britânicos e bastante na influência dos escritos tardios de Tolstoi († 1910) e na sua visão idealizada da comuna camponesa na Rússia. Mas num país ainda predominantemente rural a sua atração era enorme. Mas era a insistência de Gandhi de que a moralização da Índia só podia começar depois de terminado o domínio britânico que tornava a sua mensagem tão radical. O domínio britânico foi o meio através do qual a cultura estrangeira do Ocidente corrompera a Índia. O seu derrube era urgente – mas através da pressão moral, não da força física. O que Gandhi queria era uma vasta campanha de libertação psicológica para pôr fim à

servidão indiana. Porque eram os indianos que *permitted* que os britânicos governassem, aceitando os seus sistemas de justiça e direito, adotando as suas ideias sobre economia e política, copiando a sua abordagem à educação e cultura. Quebrar o jugo desta servidão mental, afirmando a liberdade de pensar como um indiano e não como um britânico, usando a *satyagraha* («a força da verdade») contra a força física, era a maneira mais certa (na verdade, a única) de conseguir rapidamente uma independência verdadeira para a Índia.

Estas ideias pouco tinham a ver com a doutrina dominante da política nacionalista indiana. O Congresso Nacional Indiano lutava pela autonomia política desde a década de 80 do século XIX. Mas os seus líderes queriam assumir o controlo do Estado indiano britânico, e não destruir a sua autoridade sobre a sociedade rural ou criar uma utopia anarquista. Eles admiravam as instituições britânicas, como o governo representativo e a função pública, e consideravam-nas elementos essenciais para uma nova nação indiana – construída de cima para baixo e não de baixo para cima. Longe de favorecer um rompimento completo com a Grã-Bretanha, o seu objetivo era um domínio autónomo (como o Canadá), fiel à Coroa e integrado no império. Encaravam as ideias de Gandhi (ainda mais extraordinárias num advogado de formação inglesa que passara 20 anos da sua vida na Grã-Bretanha ou na África do Sul – Gandhi tinha 46 anos quando regressou à Índia em 1915) como as de um excêntrico, inofensivas ou perigosas, consoante o gosto de cada um. Os líderes do Congresso tinham esperado que a lealdade da Índia durante a guerra trouxesse uma recompensa política. E até certo ponto trouxe. Mas as «reformas» que os britânicos lhes apresentaram em 1918 foram uma grande decepção. A exigência do Congresso de um sistema parlamentar com ministros indianos no governo central – segundo o modelo do «domínio branco» – foi praticamente ignorada. As reformas transformavam a província no principal palco da política, com o manifesto propósito (segundo muitos líderes do Congresso) de exacerbar as diferenças entre as regiões da Índia e bloquear o caminho para um verdadeiro Estado-nação. A frustração com as reformas tornara os métodos diretos de ação política de Gandhi muito mais apelativos – até serem desacreditados pela violência e desordem de 1919 (a maioria dos políticos do Congresso era constituída por proprietários respeitáveis). Mas em 1920 Gandhi descobriu uma maneira diferente de conquistar o Congresso ⁽²¹⁾.

O segredo estava na crescente indignação dos líderes muçulmanos com os termos do tratado de paz imposto pelas potências vencedoras ao Império Otomano. Os muçulmanos indianos tinham ficado chocados com a derrota otomana e o desmembramento do último grande império islâmico. Estavam preocupados com a defesa dos lugares santos do Islão: com efeito, os que se encontravam em Jerusalém já estavam sob controlo britânico. Mas ficaram ainda mais indignados com os planos para impedir o domínio turco de Constantinopla, que eles encararam como uma humilhação deliberada ao sultão/califa e um ataque direto ao prestígio do Islão como religião mundial. Para pressionar o governo britânico – o principal autor desses planos – lançaram uma campanha para mobilizar a fúria dos fiéis indianos contra o ataque cristão ao «Khilafat» ou califado, o cargo hereditário do sultão como Comandante dos Fiéis. A resposta de Gandhi foi engenhosa. Ele associou a repressão brutal da sua campanha *satyagraha* no Punjab (a «injustiça do Punjab») à «injustiça do Khilafat», e apelou aos muçulmanos e hindus para apoiarem a desobediência civil em massa com o fim de conseguir a «*swaraj* [autonomia] num ano». Os muçulmanos foram incentivados a entrar para o Congresso e a eleger os delegados enviados para a sua conferência anual. O resultado foi um «golpe de estado». Com forte apoio muçulmano, Gandhi convenceu a velha guarda do Congresso a aceitar a ação direta. Transformou o que fora um clube político elitista num movimento popular com uma quota nominal e uma autêntica militância de base. Converteu uma simples tertúlia numa máquina de combate para assediá-lo *Raj* e apresentar-se sempre que pudesse como um governo paralelo.

Entre o final de 1920 e o início de 1922, com o Congresso Nacional Indiano como arma, Gandhi travou uma espécie de guerra pacífica contra o domínio colonial britânico. Manifestações e marchas, boicotes aos tribunais, às escolas do governo e aos artigos britânicos importados, e a rejeição das reformas que o governo oferecera (incluindo a partilha de poder ao nível provincial), constituíam a «Não-Cooperação» – a retirada de consentimento à autoridade britânica. Coincidindo com tantos outros distúrbios noutros lugares, e ameaçando cair numa desordem de grandes proporções, a não-cooperação foi uma fonte de verdadeiro alarme para os governantes britânicos da Índia. Mas o que eles mais temiam era o elemento islâmico na campanha de Gandhi, o apelo religioso da causa do Khilafat às massas muçulmanas, a influência dos imãs e o súbito aumento do fervor islâmico que podia alastrar sem controlo à polícia e ao exército – ambos desproporcionadamente muçulmanos⁽²²⁾. Com efeito, a campanha de Gandhi atingiu um auge assustador. Começou com o assalto de rendeiros muçulmanos pobres aos seus senhorios hindus no Sul da Índia – a revolta Moplah, que custou 10 000 vidas – e terminou com o incêndio de uma esquadra da polícia no Norte da Índia por uma multidão em fúria, matando 22 homens. Entre sinais de que a Não-Cooperação se tornara incontrollável, Gandhi suspendeu a luta em março de 1922, e foi preso pouco depois. Em menos de dois anos a participação popular no Congresso quase desapareceu. A campanha do Khilafat sofreu um destino semelhante. Em 1924 o cargo de califa foi abolido, não pelos britânicos, mas pela república turca secular de Mustafa Kemal. A aliança hindu-muçulmana para conquistar a independência da Índia perdeu a sua razão e incentivo. A grande experiência gandhiana parecia ter chegado ao fim de forma lastimável.

Os britânicos, certamente, esperavam que isso fosse verdade. Mas esta fase revolucionária na política indiana deixou um importante legado. Mostrou pela primeira vez que o domínio britânico podia ser desafiado por um movimento de massas organizado ao nível de todo o subcontinente. O colapso da Não-Cooperação fora um duro golpe para os discípulos mais próximos de Gandhi. A conclusão mais evidente foi que era muito difícil controlar um movimento daquela dimensão e manter a sua pujança. No entanto, pela sua parte, os britânicos numa mais podiam ter a certeza de que não voltariam a enfrentar uma nova ronda de agitação popular para corroer o seu prestígio e minar a lealdade que unia soldados, polícias, funcionários públicos e notáveis locais indianos ao seu sistema de governo. Na verdade, o medo de uma repetição dominou a sua política durante os 25 anos seguintes. Em segundo lugar, o ataque de Gandhi ao *Raj* britânico fora uma vitória ideológica. Muitos nacionalistas indianos ainda sentiam uma profunda atração pelas instituições representativas que os britânicos tinham criado. A proeza de Gandhi foi convencer um novo e enorme conjunto de potenciais apoiantes de que a sua versão de nacionalismo, com o seu conteúdo social e moral, satisfaria melhor as necessidades e desejos das massas rurais da Índia, e que os problemas indianos exigiam respostas indianas. Ele criou, em suma, um nacionalismo puramente indiano, e não «indo-britânico». Em terceiro lugar (e em parte por causa disso), Gandhi transformou o nacionalismo – e o Congresso – num movimento popular, atraindo camponeses, mulheres, operários da indústria, os povos «tribais» das florestas e montanhas e os intocáveis. É óbvio que o nível de interesse popular e o número de membros do Congresso podia aumentar e diminuir (como aconteceu depois de 1922). Mas o quadro de gandhianos empenhado na «elevação das aldeias» ou promovendo os programas de educação e saúde de Gandhi constituía uma rede de ativistas ansiosa e pronta para a campanha *satyagraha* seguinte. Faltava saber quando chegaria a sua oportunidade⁽²³⁾.

Entretanto, mesmo uma autonomia nominal como a que fora concedida ao Egito permanecia uma hipótese distante. Gandhi abalara fortemente a autoconfiança britânica. Mas a «estrutura de aço» do *Raj* britânico – o exército, a polícia e a burocracia – com as suas dezenas de milhares de fiéis servidores indianos, continuava sólida. As divisões religiosas e sociais que Gandhi tanto desejara

colmatar tornavam uma grandiosa coligação nacionalista contra o poder estrangeiro apenas uma esperança, e não uma base prática para a ação política no futuro imediato.

O caso da China era diferente. Entre 1919 e 1922, contra todas as expectativas, os líderes chineses conseguiram afirmar com êxito o direito da China à soberania plena que parecera definitivamente em risco depois de 1890. Conquistaram para a China um lugar no novo Conselho da Sociedade, a comissão executiva da Sociedade das Nações. Ao recusarem-se a assinar o Tratado de Versalhes (por causa da cláusula sobre Shantung), acabaram por forçar um novo acordo para a Ásia Oriental nos tratados de Washington de 1921-1922. Conseguiram até o que parecera quase impossível antes de 1914: um plano para rever os «tratados desiguais» – conquistando a autonomia tarifária, abolindo os privilégios extraterritoriais e encerrando (progressivamente) os numerosos enclaves estrangeiros em solo chinês. A revolta da China contra uma ordem mundial em que o império era a regra foi muito mais completa do que em quase qualquer outro lugar do mundo afro-asiático (24).

Uma parte da razão, evidentemente, foi a feroz resistência dos chineses a uma forma de dependência semicolonial na década decisiva antes de 1914, depois da ameaça do Ocidente à soberania da China no século XIX (alguns países ocidentais, incluindo os EUA, Brasil, Peru e Bolívia, gozavam de direitos extraterritoriais). Na verdade, a necessidade de transformar a China num Estado-nação (e não num império dinástico), com um governo republicano para exprimir a vontade popular, foi aceite com espantosa rapidez pela classe instruída. A explosão de sentimento em maio de 1919, quando a pretensão da China a Shantung foi rejeitada em Paris, mostrou que este novo tipo de patriotismo tinha ainda espaço para crescer. O movimento 4 de Maio começara entre os estudantes em Pequim. Mas tornou-se rapidamente um protesto muito mais abrangente, atraindo comerciantes e artesãos para as suas manifestações e boicotes e estendendo-se muito além da capital. Foi uma prova evidente de que os interesses comerciais estrangeiros podiam ser seriamente prejudicados pela indignação popular, e que as multidões em fúria seguiam a retórica nacionalista dos novos literatos. Mas este novo sentimento popular não se traduziu num forte governo nacional. Entre 1919 e 1922, a China teve um governo em Cantão e outro em Pequim. O governo de Pequim era um ninho de fações, e a sua jurisdição mal se impunha fora das muralhas da cidade (25). Em grande parte da China, a verdadeira voz da autoridade era o *dujun* provincial, o comandante militar ou (numa tradução pejorativa) «senhor da guerra» (26). Em 1922, a hostilidade latente destes senhores das províncias e das suas fações já tinha iniciado as guerras civis que dominariam a política da China até à tomada de Pequim por Chiang Kai-shek em 1928. A aprovação entusiástica do estatuto de nação soberana da China e as promessas solenes de o respeitar nos tratados de Washington foram por isso algo desconcertantes. A convulsão interna da China pós-imperial parecia convidar à ingerência das potências estrangeiras tanto, senão mesmo mais, como o período antes de 1914.

Foi o que pareceu durante a Primeira Guerra Mundial. Em janeiro de 1915, assim que perceberam as proporções gigantescas do conflito europeu, os japoneses apresentaram as famosas «Vinte e Uma Exigências» ao governo chinês, em papel timbrado do Ministério da Guerra «com marcas de água que ostentavam couraçados e metralhadoras» (27). Eles propunham o epítome dos tratados desiguais. A China foi obrigada a concordar com a aquisição japonesa dos direitos alemães em Shantung, a prolongar concessões e arrendamentos japoneses na Manchúria durante o resto do século, a não contrair mais empréstimos no estrangeiro para desenvolver Fuquiém (uma província no litoral muito a sul da habitual esfera de influência do Japão) sem o consentimento do Japão, e a aceitar conselheiros japoneses «em assuntos políticos, financeiros e militares» (28). Na realidade, o que eles propunham era na prática um protetorado. Sem aliados ou armas, o governo chinês cedeu e assinou o tratado, abrindo assim caminho para a rápida consolidação da influência japonesa no Norte da China e para a crescente dependência do governo de Pequim de empréstimos de Tóquio. A queda do czar e

o desmembramento do Império Russo eliminaram o último verdadeiro obstáculo ao domínio japonês: nem a Grã-Bretanha nem os Estados Unidos estavam dispostos a desafiar Tóquio nesta fase da guerra. Quando decidiram intervir na Sibéria para impedir que a Rússia sucumbisse ao domínio alemão (o resultado esperado do tratado de Brest-Litovsk em março de 1918), foi o Japão que forneceu a força maior, esperando também colher o fruto maior: estender a sua influência ao interior da Ásia Central. A decisão de Shantung em 1919 coadunava-se assim com a grande alteração de forças na Ásia Oriental durante o período da guerra. Com a unidade da China a desfazer-se (o governo rival de Cantão surgira em 1917) e os senhores das províncias a receber dinheiro do Japão, tudo indicava que o país se tornaria parte de um vasto império informal com o seu centro em Tóquio.

Mas não foi isso que aconteceu. A explicação reside numa poderosa convergência entre a política da China e as relações conflituosas das grandes potências na Ásia Oriental. Era verdade que Pequim não conseguia impor a sua vontade aos *dujuns* provinciais. Mas não havia dúvidas de que em questões de «recuperação de direitos» o projeto nacionalista da sua elite intelectual (centrado na nova universidade de Pequim) ⁽²⁹⁾ gozava de grande apoio popular nas cidades de «porto de tratado» da China marítima. Era esse o alcance do movimento 4 de Maio. No final de 1920, o governo de Pequim já tinha revogado os privilégios extraterritoriais da Alemanha e da Áustria-Hungria, os seus inimigos na guerra mundial. O governo bolchevique renunciara às pretensões da Rússia. Parecia mais do que provável que Pequim viesse a denunciar a posição privilegiada das restantes potências dos tratados desiguais, incluindo a Grã-Bretanha, o Japão e os Estados Unidos ⁽³⁰⁾. Não era difícil imaginar o efeito explosivo de tais medidas em Xangai e noutros lugares, e a enorme dificuldade em defender bens e interesses estrangeiros contra as manifestações e boicotes de massa que decerto se seguiriam. Parecia muito mais seguro conseguir o apoio de Pequim para uma mudança gradual. Os britânicos e os americanos tinham outra razão para se reconciliarem com Pequim. Tinham assistido com inquietação ao crescente poder do Japão e não confiavam na «clique militarista» que dirigia a política japonesa ⁽³¹⁾. Durante 1920 pressionaram o governo japonês a reunir as suas concessões comerciais num consórcio internacional e opuseram-se à pretensão japonesa a uma posição especial «além da Muralha» na Manchúria ⁽³²⁾. Esta pressão anglo-americana era temida e considerada ofensiva em Tóquio, mas os líderes japoneses tinham outras razões para mudar de estratégia na Ásia Oriental. Enfrentavam uma forte agitação interna, resultante em parte do esforço económico do tempo de guerra ⁽³³⁾. A expedição siberiana, com os custos e perdas que tivera, era extremamente impopular ⁽³⁴⁾. Sem a antiga ameaça russa, era ainda mais difícil de justificar. Na Coreia, onde uma campanha independentista fora brutalmente esmagada em 1919, a necessidade mais urgente era a estabilidade política ⁽³⁵⁾. E os japoneses partilhavam do receio dos Ocidentais de que a animosidade contra os estrangeiros na China pudesse tornar-se incontrolável e infligir grandes perdas aos seus interesses comerciais, sobretudo através de um boicote chinês às suas exportações de têxteis ⁽³⁶⁾. O motivo para a conciliação tornara-se irresistível.

O resultado foi o acordo extraordinário incorporado nos tratados de Washington de 1921-1922. As potências ocidentais e o Japão garantiram a independência e integridade da república chinesa. Ficou estabelecido que os tratados desiguais seriam revistos. Nenhuma potência devia procurar concessões especiais ou fazer acordos exclusivos. A China parecia ter recuperado a dignidade nacional que cedera de forma tão lamentável nos caóticos anos 90 do século XIX. Mas a revolução no seu estatuto não seria o fim da história. De 1922 em diante, os interesses estrangeiros na China teriam de enfrentar o nacionalismo militante em proporções crescentes. Uma segunda revolução, social e política, fez com que o calendário tranquilo dos tratados de Washington para a recuperação da soberania plena da China se afigurasse estranhamente complacente. O epicentro foi Cantão, a metrópole do Sul. Cantão fora o centro da política anti-Ch'ing. Os cantoneses, disse um velho

reacionário do litoral chinês, eram os «irlandeses da China» (não era um elogio) ⁽³⁷⁾. Cantão ficava a menos de 130 quilómetros de Hong Kong, que funcionava como seu porto exterior, e foi um porto de abrigo para a dissidência na época imperial. Foi em Cantão que Sun Yat-sen se esforçara, antes de 1911, por construir o seu partido revolucionário, mais tarde o Kuomintang, ou Partido Nacionalista (KMT) ⁽³⁸⁾. Mas sem uma base de apoio popular, Sun não tinha condições para tirar partido do crescente antagonismo dos comerciantes e artesãos contra as extorsões e opressões dos novos governantes provinciais (muitos deles militares) que tinham afastado os mandarins-eruditos do antigo sistema imperial. Também não podia apelar à classe instruída (uma categoria que incluía o jovem Mao Tsé-tung), profundamente ressentida com o seu afastamento do poder pelos senhores da guerra e os soldados. Em 1922, ele foi mesmo expulso de Cantão por uma facção de senhores da guerra. Mas os três anos seguintes trouxeram uma mudança espantosa. Em 1923, Sun fez um acordo «épico» com um agente enviado pela Rússia bolchevique. Aceitou a oferta de ajuda militar e de um corpo de conselheiros soviéticos ⁽³⁹⁾ para reconstruir o KMT segundo o modelo leninista, em parceria com o incipiente Partido Comunista Chinês (PCC). O KMT-PCC começou a construir uma base de apoio entre os camponeses e os operários urbanos ⁽⁴⁰⁾. E com o seu próprio exército partidário tinha finalmente os meios para derrotar os senhores da guerra e construir um novo Estado ⁽⁴¹⁾.

O ano revolucionário foi 1925. Começou mal para o KMT, que perdeu o controlo de Cantão (por um breve período) e o seu líder Sun, falecido prematuramente. Mas a 30 de maio, os conflitos laborais em Xangai (onde estavam concentrados os empreendimentos estrangeiros) irromperam em violência quando a força policial britânica na Colónia Internacional matou a tiro 12 chineses durante uma grande manifestação. Uma enorme vaga de protesto alastrou pelo vale do Yang-tzé e ao longo da costa para Hong Kong. A 23 de junho, houve mais tiroteios no enclave europeu de Shameen, em Cantão. Foram organizados uma greve geral e um boicote ao comércio britânico em Hong Kong, num desafio direto às autoridades britânicas. O KMT colheu então os frutos da sua nova credibilidade como movimento nacionalista com poder físico para governar eficazmente. O apoio soviético, o movimento popular contra os estrangeiros e a sangrenta guerra civil entre os senhores da guerra no Norte abriram subitamente o caminho para a reunificação da China sob um governo nacional empenhado em expulsar todo o poder estrangeiro ⁽⁴²⁾. Em julho de 1926, o exército do KMT partiu de Cantão na «Expedição do Norte», com destino a Pequim. No final do ano já chegara a Wuhan, a grande cidade e encruzilhada no meio da China. Nanquim e Xangai estavam ao seu alcance. A soberania nominal da China – saudada com entusiasmo na conferência de Washington – tornara-se assustadoramente real. Os britânicos, que tinham mais interesses na velha ordem, iniciaram uma corrida para retirarem dos postos avançados mais vulneráveis antes que comessem os tiroteios ⁽⁴³⁾. O que o futuro reservava para a grande comunidade estrangeira (japonesa e ocidental) em Xangai, o maior porto de tratado do Oriente, era uma incógnita.

Existe um epílogo estranho mas importante nesta história de revolução e império no período posterior à guerra. Em grande parte do Norte da Eurásia, o que mais importava era o destino da Rússia imperial, que em 1918 parecia dissolver-se no caos. Quando o regime czarista caiu, os povos dominados do que Lenine chamara a «prisão de nações» tiveram um vislumbre de liberdade. Na Ucrânia, no Cáucaso e na Ásia Central, e entre as minorias étnicas da Rússia propriamente dita (como os bashkires e os tártaros), regimes independentes tentaram assumir o poder. Nas circunstâncias da época, as suas perspectivas eram promissoras. Em 1918-1919, os bolcheviques lutavam para sobreviver numa guerra civil. Além disso, a opinião bolchevique apoiara a libertação das

nacionalidades subjugadas da Rússia, encarando-as como aliadas contra a autocracia czarista. No seu famoso manifesto *O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo* (1916), o próprio Lenine declarou que a liberdade colonial era o primeiro passo para a destruição do capitalismo nos seus centros europeus. No seu estado de sítio após 1917, os bolcheviques acharam que este princípio revolucionário coincidia com os seus interesses. Estavam ansiosos por prevenir a ameaça do sentimento pan-islâmico entre os muçulmanos do Cáucaso e da Ásia Central. E, como vimos, o receio da expansão japonesa e da influência anglo-americana na sua fronteira oriental motivara a intervenção de Moscovo em 1922-1923, primeiro no Norte da China e depois, com maiores ganhos, no Sul nacionalista⁽⁴⁴⁾.

No entanto, como os Romanovs antes deles, os bolcheviques depressa perceberam que nenhum Estado russo estaria seguro sem o domínio político da Eurásia Interior e das suas zonas fronteiriças estratégicas. Para derrotar os Brancos na guerra civil, mobilizaram um exército de mais de 5 milhões homens⁽⁴⁵⁾. A tentativa do Exército Vermelho de levar a luta revolucionária para a Europa Central foi travada pelos polacos em 1920. Mas Moscovo recuperou o domínio sobre a maior parte da Bielorrússia e da Ucrânia, que o Tratado de Brest-Litovsk lhe retirara. Na região do Volga, onde Moscovo inicialmente parecera favorecer um Estado independente para os bashkires e os tártaros, o poder do centro foi reafirmado com recurso à força durante 1920⁽⁴⁶⁾. Na Ásia Central, a comunidade de colonos russos, muitos deles trabalhadores dos caminhos de ferro, resistiu à tentativa da elite muçulmana local de recuperar as liberdades perdidas 40 anos antes. Mas o facto decisivo foi a chegada do Exército Vermelho para conquistar Khiva, em fevereiro de 1920, e Bukhara em setembro. Embora os combatentes «Basmachi» continuassem a travar uma guerra de guerrilha até 1921, a sua causa estava perdida. No Cáucaso, a princípio Moscovo avançou com mais cuidado. Não queria melindrar nem a Turquia nem o Irão, ambos potenciais aliados contra a influência britânica no Médio Oriente. Também não tinha poder militar para dominar uma região fragmentada. Enfrentava um governo resistente na Geórgia, cuja independência reconheceu em maio de 1920. Mas no final desse ano a posição estratégica da Rússia já se havia tornado muito mais favorável. O poder britânico começara a perder o vigor do seu auge no final da guerra⁽⁴⁷⁾. Temendo a conquista por uma Turquia ressurgente, os arménios desistiram da independência a favor da proteção russa. No ano seguinte, por razões semelhantes, os georgianos fizeram o mesmo. No final de 1921, Moscovo já dominava as antigas províncias caucasianas do czar. Depois, em 1922, a retirada japonesa da Sibéria restabeleceu o controlo russo sobre os territórios do Pacífico, conquistados à China depois de 1860. O império estava de volta⁽⁴⁸⁾.

Esta espantosa recuperação deveu-se em grande parte ao poderio militar do Exército Vermelho de Trotsky. Foi também crucial o facto de nenhum Estado rival no vasto domínio geográfico que constituía a Eurásia Interior ter capacidade para imitar os efetivos e recursos que Moscovo podia mobilizar na Rússia europeia. No entanto, apesar do seu triunfo, os bolcheviques não tinham nem os meios nem a vontade para restabelecer o padrão do poder imperial russo existente antes da guerra. No trauma político de 1918-1923, no meio da guerra civil, da invasão estrangeira, da falência económica, da revolta camponesa, do desastre militar e do colapso do aparelho do Estado, isso dificilmente podia ter sido de outra forma. Lenine afirmava que a lealdade dos não-russos no antigo império czarista teria de ser conquistada através da cedência política e da demonstração de simpatia pelas suas aspirações nacionais. O comissário das nacionalidades encarregado de aplicar esta política era o expatriado georgiano, José Estaline. Estaline era um decano das guerras fronteiriças e senhor da «política da estepe»⁽⁴⁹⁾. Nas suas mãos capazes, a gestão das nacionalidades tornou-se o meio para um fim na luta mais vasta. «Durante quatro anos de guerra civil», disse ele mais tarde a Lenine, «por causa da intervenção estrangeira, fomos obrigados a demonstrar o liberalismo de Moscovo

relativamente à questão nacional» (50). Os agentes de Moscovo recebiam instruções para controlar os instintos chauvinistas das comunidades de colonos russos, como as que existiam na Ásia Central (51). À medida que renunciavam à sua breve independência, as províncias limítrofes (como a Ucrânia e a Bielorrússia) eram reinventadas como repúblicas socialistas soviéticas sob o governo dos seus próprios líderes bolcheviques. As nações dependentes mais pequenas eram também apaziguadas com a promessa de que seriam transformadas em repúblicas distintas e regiões autónomas. Teriam os seus próprios dirigentes indígenas e gozariam de «autonomia cultural», para promover a sua própria língua, educação e cultura. Teriam liberdade para construir nações. É evidente que Estaline pretendia que esta oferta de liberdade ficasse muito aquém da plena soberania. As repúblicas autónomas não teriam relações exteriores. A lealdade maior dos «comunistas nacionais» seria para com a causa bolchevique. Na realidade, o Estado partidário bolchevique seria um novo «império de partido único» até que as nações soviéticas acabassem por se fundir num único povo soviético. No final de 1922, Estaline advertia irritado que os comunistas das zonas fronteiriças estavam a «recusar-se a entender o jogo da independência como um jogo» e a tentar transformá-lo numa realidade (fazendo lembrar as queixas dos britânicos em relação ao Egito) (52). Queriam até ter as suas próprias relações externas. Estaline insistiu na integração de todas as novas repúblicas soviéticas numa federação russa. Lenine recusou. A nova constituição soviética de 1924 manteve a ficção legal de uma «união» soviética constituída por Estados iguais. A verdadeira garantia da autoridade de Moscovo sobre as repúblicas seria a mão invisível do poder do partido. Mas o princípio da nacionalidade, produto de uma violenta crise, ficou indelevelmente inscrito no sistema soviético.

Uma Ordem Mundial Dividida

Em meados dos anos 20, depois da longa fase de convulsão, grande parte do mundo parecia estar a encaminhar-se para um estado mais sossegado. Os que recordavam o período anterior à guerra como uma forma de «anarquia internacional», ou se sentiam chocados com os excessos predatórios do imperialismo europeu, encararam a Sociedade das Nações como um novo começo. O *ancien régime* de impérios dinásticos transformara-se num «mundo de nações». O «convénio» da Sociedade, que comprometia os seus Estados-membros, proibia a agressão armada e prescrevia a resolução pacífica das disputas internacionais. A antiga tradição de que as conquistas coloniais eram despojos legítimos de guerra fora eliminada. As colónias perdidas da Alemanha, e as províncias perdidas dos otomanos, seriam «mandatos» internacionais, abertas à supervisão de funcionários da Sociedade e igualmente abertas ao comércio de todos. Para algumas, pelo menos, existia a possibilidade de uma autonomia política precoce. A própria Sociedade acalentava uma esperança mais grandiosa: de que uma sociedade internacional partilhando valores liberais e um sistema de direito comum se estendesse irresistivelmente da Europa às «neo-Europas» (como os Estados latino-americanos) e ao mundo não-ocidental mais além (53).

Esperava-se que a Sociedade funcionasse como o antigo Concerto Europeu, mas à escala global e com a democracia liberal como chamariz ideológico. Como no Concerto, os seus membros mais importantes exerceriam a persuasão moral sobre os seus inferiores mais conflituosos. O que tornava a Sociedade indispensável, aos olhos dos seus defensores, era que a política internacional no futuro seria ainda mais «global» do que antes da guerra. Os interesses nacionais dos Estados estariam mais interligados; o interesse coletivo por um comportamento não-agressivo seria mais profundo; as influências ideológicas (sobretudo o nacionalismo e a democracia) seriam mais divulgadas. Mas para que a Sociedade funcionasse como guardiã coletiva da paz internacional, uma coisa era essencial.

Todos os Estados soberanos tinham de ser membros e aceitar as suas regras. Como se sabe, isso nunca aconteceu.

Na realidade, o mundo do pós-guerra que ganhou forma nos anos 20 dividiu-se desde o início em quatro zonas geopolíticas. A maior era certamente a zona da Sociedade. Esta era constituída por uma confederação internacional pouco coesa sob a liderança quezilenta da Grã-Bretanha e da França. A maioria dos seus membros pertencia à Europa ou à América Latina. Incluía a China e também o Japão (até 1933). No início, nem a Rússia nem a Alemanha foram convidadas a aderir: ambas se tornaram membros mais tarde, mas não ao mesmo tempo (a Alemanha saiu em 1933; a Rússia entrou em 1934). Os Estados Unidos rejeitaram a filiação. Fora da Europa, a esfera da Sociedade coincidia praticamente com os sistemas imperiais da Grã-Bretanha e da França e de potências coloniais menores como Holanda e Portugal. Os latino-americanos permaneceram algo afastados. A capacidade da Sociedade de impedir a agressão e garantir o entendimento do pós-guerra dependia em muito do poder naval e militar dos seus dois membros principais. Mas estes por sua vez precisavam de estabilidade na Europa – sobretudo a garantia de boas relações entre a França e a Alemanha – para poderem agir. Os Tratados de Locarno de 1925, em que a França e a Alemanha se comprometeram mutuamente a respeitar as fronteiras entre ambas, pareciam assinalar uma nova era em que os assuntos da Europa seriam geridos amigavelmente pelas suas quatro grandes potências: a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha e a Itália. Uma Sociedade que gozasse do seu apoio coletivo teria sido de facto um verdadeiro poder no mundo, permitindo o restabelecimento implícito de grande parte da primazia europeia do período anterior à guerra. Mas em menos de dez anos as quatro estavam novamente envolvidas em disputas ferozes, e a própria zona da Sociedade tornara-se um palco de conflitos. A incapacidade da Sociedade de impedir a conquista italiana da Abissínia (também membro da Sociedade) foi uma consequência indireta dos receios anglo-franceses em relação à Alemanha, assinalando o colapso brutal da última experiência europeia em manter a ordem mundial.

A recusa americana de se juntar à Sociedade era à primeira vista desconcertante, uma vez que a Sociedade parecia concretizar grande parte da visão de Woodrow Wilson, o seu maior proponente. Os Estados Unidos também tinham crescido como grande potência internacional desde 1914. Tinham construído, ou estavam a construir, uma marinha de guerra muito maior – pelo menos tão grande como a da Grã-Bretanha. A dimensão dos seus interesses económicos no estrangeiro tinha sido amplamente alargada. Em 1914, os investimentos da América no estrangeiro valiam \$4820 milhões, um pouco menos do que a sua dívida externa – aproximadamente \$5 mil milhões. Em 1919, numa grande reviravolta, o saldo positivo era de mais de \$10 mil milhões. Dez anos depois, a América já tinha feito empréstimos ao exterior no valor enorme de \$35 mil milhões, ultrapassando a Grã-Bretanha como o maior credor do mundo ⁽⁵⁴⁾. Grande parte deste montante foi investido na Europa. Os Estados Unidos desempenharam (como já vimos) um papel crucial no acordo de 1921-1922 para a Ásia Oriental. Para os partidários de Woodrow Wilson, era mais do que evidente que o poder americano devia ser usado através da Sociedade para criar uma nova ordem internacional. A demolição progressiva dos impérios europeus, o comércio livre universal ou a «porta aberta» para o comércio, e a interdição de sistemas de alianças que pudessem ameaçar os interesses americanos eram os seus objetivos. Mas estes foram derrotados pelo receio de que pertencer à Sociedade limitasse a liberdade americana ou resultasse no aproveitamento do poder americano. A Sociedade implicaria defender o Império Britânico, afirmou o senador Borah: era «o maior triunfo da diplomacia inglesa». O convénio transformaria todas as guerras futuras em guerras mundiais, augurou o senador Knox: «Somos assim lançados em cheio para o terrível caldeirão da política europeia». As frotas e exércitos da América poderiam ser mandados para a guerra por outras nações, avisou Henry Cabot Lodge, o crítico mais ferrenho de Wilson ⁽⁵⁵⁾.

Ironicamente, a entrada para a Sociedade era contestada por aqueles (como Cabot Lodge) que queriam que a América se afirmasse no mundo, mas também por aqueles (como Borah) que consideravam o envolvimento em questões estrangeiras uma ameaça à democracia. Para a escola da «grande potência», a Sociedade era um empecilho que impediria a América de usar o seu verdadeiro poder, vinculando-a a um sistema liderado pela Europa e dominado pela Grã-Bretanha. A influência da América podia ser mais bem empregue fora da Sociedade. Se era verdade que a força económica substituiria o domínio territorial como prova de poder mundial, como afirmavam muitos especialistas⁽⁵⁶⁾, então os banqueiros em Wall Street, e não os diplomatas em Genebra, seriam os verdadeiros engenheiros do futuro preeminente da América. Rejeitar a Sociedade, portanto, não implicava uma retirada americana para o isolamento. As empresas americanas eram extremamente ativas na Europa, na América do Sul e mesmo na Ásia. A cultura americana, produzida por Hollywood, era cada vez mais divulgada⁽⁵⁷⁾. Os líderes americanos promoviam a ideia da paz universal e favoreciam a colaboração com a Grã-Bretanha para impedir uma corrida ao armamento no mar. Mas a opinião americana era fundamentalmente unilateralista. Esperava que a América suplantasse a ordem mundial existente, e não que ajudasse a mantê-la. Recusava-se a ver a América como uma de um grupo de grandes potências, em condições de igualdade. Refletia a suspeita da América interior de que os compromissos externos eram arriscados, e os países estrangeiros malignos. Daí que a América tratasse a Sociedade como uma potência rival, por vezes amigável. Ao primeiro sinal de perigo, voltou a erguer as muralhas comerciais da proteção, com a Tarifa Fordney-McCumber de 1922. Na crise da Manchúria em 1931-1932 (ver adiante), o instinto de Washington foi recusar a ação coletiva⁽⁵⁸⁾. Consequentemente, os anos entre as guerras não foram o prelúdio de um «século americano» mas um período de impasse. Os líderes americanos não estavam satisfeitos com a situação no mundo, e ficaram ainda menos quando se instalou a depressão económica nos anos 30. Mas não faziam ideia de como a transformar de um modo prático, e dificilmente conseguiam imaginar os termos em que pudessem cooperar com outra grande potência – nem mesmo com a Grã-Bretanha⁽⁵⁹⁾.

O mesmo se poderia dizer da potência dominante da terceira grande zona. Em 1922-1923 o governo bolchevique já tinha recuperado o controlo do vasto domínio czarista na Eurásia Interior, com exceção das províncias perdidas para a Polónia, a Finlândia e os Estados bálticos. Como vimos, a nova «União Soviética» mantinha o controlo efetivo e firme de todas as relações externas nas mãos de Moscovo. Estava empenhada em promover a «revolução mundial» em parceria com a organização Internacional Comunista (ou Comintern), teoricamente autónoma, mas na realidade uma agência do governo soviético. Nos anos 20, esse esforço concentrou-se, por boas razões estratégicas, na China. Ao mesmo tempo, houve alguma abertura ao Ocidente, em nome da recuperação económica. No reinado de Estaline, o primeiro plano quinquenal (1928-1932) para uma industrialização rápida implicou uma forte dependência de equipamento importado, e fez subir a dívida externa para os níveis do período anterior à guerra. Mas estava completamente fora de questão qualquer verdadeira aproximação entre o mundo soviético e o mundo da Sociedade. A liderança soviética encarava os grandes Estados da Sociedade como inimigos ideológicos, condenados à extinção mais cedo ou mais tarde. Entretanto, estes representavam uma ameaça potencialmente fatal à grande experiência socialista. O plano quinquenal de Estaline não se destinava a aumentar a participação soviética no comércio internacional. Pelo contrário. O seu duplo objetivo era criar a classe proletária que serviria de base à construção do novo Estado soviético e produzir os meios industriais para defender a revolução. Na realidade, depois de 1932 a Rússia isolou-se numa forma extrema de autarcia: o comércio externo diminuiu para um quinto do valor de 1913⁽⁶⁰⁾.

A política externa de Estaline era extremamente defensiva, ao ponto da paranoia. O seu objetivo principal era garantir uma enorme zona soviética. Os czares russos fizeram muitas coisas más, disse

ele num jantar particular em 1937, «Mas fizeram uma coisa boa; criaram um Estado imenso daqui a Kamchatka. Nós recebemos como legado esse Estado. E pela primeira vez nós, os bolcheviques, tornámos esse Estado coeso e reforçámo-lo como um Estado unitário e indivisível» (61). Mas essa coesão, como sabia Estaline, não podia ser dada como garantida. Ele ansiava por consolidar as fronteiras da União Soviética: depois de 1930, as populações das zonas fronteiriças com simpatias duvidosas seriam bruscamente deslocadas (62). Ele temia um ataque japonês a partir do leste, e procurou apaziguar o Japão (vendendo as concessões ferroviárias russas na Manchúria) ao mesmo tempo que reconstruía a sua presença militar e naval (63). Mas temia ainda mais um ataque do ocidente, onde a perda da Polónia e das províncias bálticas enfraquecera drasticamente a posição estratégica da Rússia, sobretudo em relação à Ucrânia, de lealdade duvidosa. Por esse motivo, a política soviética procurava acima de tudo manter boas relações com a Alemanha. A cooperação económica e militar (discreta) fora próxima nos anos 20. A ascensão de Hitler ao poder obrigou a uma reavaliação: a União Soviética entrou para a Sociedade das Nações (1934) e fez um pacto com a França. A preferência de Estaline, contudo, era garantir a segurança soviética através de boas relações com o Estado nazi. Não tinha qualquer intenção séria de se aproximar da Sociedade, de cujos motivos desconfiava. Na Europa (através da intervenção indireta na Guerra Civil de Espanha, 1936-1939) e na Ásia Oriental (através da ajuda militar ao Kuomintang) Estaline jogava sozinho.

A quarta zona era a Ásia Oriental. A sua conciliação no pós-guerra foi resultado de um arranjo tripartido entre a Grã-Bretanha, o Japão e os Estados Unidos. Mas logo se percebeu que o seu destino seria tornar-se uma esfera contestada onde nem a Sociedade nem qualquer grande potência teria autoridade decisiva. Em meados dos anos 20 os britânicos (que tinham o maior número de interesses estrangeiros na Ásia Oriental) já estavam na defensiva, temendo que um nacionalismo insurgente os expulsasse dos enclaves nos portos de tratado e transformasse até Hong Kong num pesado encargo. Enviaram uma força para Xangai em 1927, mas estavam ansiosos por negociar com o Kuomintang. Os Estados Unidos, com muito menos em jogo (em 1931 canalizaram apenas 6% do seu investimento estrangeiro para a China, ficando muito atrás da Grã-Bretanha, com 37%, do Japão com 35%, e até da Rússia, com 8,4%) (64), preferiam contar com boas relações com o regime do Kuomintang, que tinha alguns dirigentes com fortes ligações à América. Os americanos queriam sobretudo afastar o Kuomintang das suas ligações russas. A mesma aversão à influência soviética impedia-os de antagonizar o Japão, o principal inimigo da União Soviética no Norte da Ásia Oriental. Quando o Japão ocupou a Manchúria em 1931, os Estados Unidos manifestaram a sua forte reprovação, mas evitaram uma oposição ativa, esperando que os políticos em Tóquio contivessem o Exército (65). O arrefecimento das relações anglo-americanas depois de 1931 – resultado em parte de atritos económicos – eliminou a principal garantia de que o «sistema de Washington» seria mantido na Ásia Oriental.

Depois de 1931, a situação mais preocupante era a rivalidade triangular do governo do Kuomintang, sediado então em Nanquim, a União Soviética, reforçando ansiosamente a sua presença colonial, e o Japão imperial. O governo de Nanquim vencera as guerras civis de 1928-1931, que juntamente com a fome custaram a vida de 6 milhões de pessoas (66). Mas ficou muito aquém de um monopólio de força (a prova de fogo do domínio efetivo) na China propriamente dita. Foi incapaz de impedir o ataque brutal do Japão a Xangai em 1932, depois da indignação chinesa com a ocupação da Manchúria se transformar em violência contra interesses japoneses locais. Em 1928, sob a liderança de Chiang Kai-shek, o Kuomintang tinha rompido definitivamente com os comunistas e expulsara-os do partido. Mas apesar de o ataque do Kuomintang ao «soviete» Kiangsi/ Jiangxi ter obrigado Mao e os seus seguidores a uma retirada épica – a «Grande Marcha» para portos seguros no Noroeste da China em 1934-1935 – os comunistas sobreviveram para voltar a lutar sob proteção soviética. A

atividade dos soviéticos na Ásia Oriental destinava-se a reforçar a influência de Moscovo, impedir a destruição do Partido Comunista Chinês e travar as incursões do Japão na Ásia Interior e o seu domínio da China. Mas era dificultada por falta de meios militares e logísticos, pela animosidade do Kuomintang e (como vimos) pelo receio de provocar uma guerra em duas frentes.

A iniciativa na Ásia Oriental pertencia ao Japão. A força do Japão era menosprezada pelas potências ocidentais nos anos 20: «não uma Potência forte, mas fraca», garantiu o embaixador britânico em 1924 ⁽⁶⁷⁾. Na verdade, os tratados de Washington, que proibiam novas fortificações no Pacífico Ocidental (incluindo a base britânica em Hong Kong), tornaram o Japão menos vulnerável a um ataque naval do que antes de 1914. A política de Tóquio era evitar o confronto com os britânicos e os americanos, mas também consolidar o seu controlo da Manchúria e do «senhor da guerra» que a governava através de um protetorado real ⁽⁶⁸⁾. A Manchúria era o elemento central do pensamento japonês. Obcecava o Exército, cuja reputação fora criada na sua conquista. Era o grande bastião contra o avanço regional da Rússia. A sua importância económica como vasta região de fronteira era um facto garantido. Depois de 1928, contudo, o predomínio informal do Japão começou a ser contestado por uma China mais assertiva. Surgiam cada vez mais conflitos em torno dos caminhos de ferro do Sul da Manchúria – o polvo comercial do Japão – e com o exército japonês de Kwantung que protegia a «zona dos caminhos de ferro». Quando o exército de Kwantung se envolveu num incidente violento e depois ocupou Mukden, a capital da Manchúria, em setembro de 1931, Tóquio não reagiu. A gravidade da crise económica e a oposição conjunta do exército e da marinha às cláusulas de desarmamento que o Japão aceitara na Conferência Naval de Londres em 1930 tinham criado um novo clima político ⁽⁶⁹⁾. O Japão saiu da Sociedade das Nações (em 1933), repudiou os tratados de Washington, criando o Estado fantoche de Manchukuo, e embrenhou-se cada vez mais no Norte da China. Enquanto o governo do Kuomintang se preparava para a luta ⁽⁷⁰⁾, as verdadeiras incertezas eram quando começaria a guerra, quem participaria nela, como terminaria e que impacto teria numa ordem mundial dividida.

A incapacidade de construir um sistema no pós-guerra através do qual os países mais poderosos pudessem resolver as suas divergências e formar coligações contra Estados infratores podia ter sido atenuada pela cooperação económica. Em meados dos anos 20, tudo indicava que a grande recuperação comercial poderia fazer isso e muito mais. A dinâmica economia mundial aproximaria a América da Europa, incentivaria o liberalismo na Alemanha, sossegaria os receios japoneses e manteria uma porta aberta entre o Ocidente e a Rússia. A forte contração do comércio por volta de 1930 teve o efeito inverso. Os mais afetados foram aqueles que contavam com os produtos primários como principal fonte de rendimento: e com a diminuição dos seus rendimentos, diminuíram as suas compras. Quando os mercados e os preços entraram em queda (chegando em muitos casos aos 50%), os principais Estados comerciais apressaram-se a proteger os seus interesses. As tarifas americanas, já elevadas, subiram 25% em 1930. Para proteger o valor da libra esterlina, os britânicos abandonaram o comércio livre – durante algum tempo, pelo menos – e ergueram uma barreira de tarifas em torno do seu império ⁽⁷¹⁾. A Rússia soviética quase se retirou completamente do comércio mundial. As vítimas mais óbvias deste comércio não-livre (além dos empobrecidos produtores de matérias-primas e alimentos) foram as economias industriais do Japão e da Alemanha. A recuperação económica da Alemanha após 1933 baseou-se na produção para a procura interna e num rigoroso controlo cambial para reduzir ao mínimo as importações. Contou também com acordos de comércio com os seus vizinhos do Sudeste da Europa: em meados dos anos 30, o acesso privilegiado a matérias-primas na Europa de Leste – a verdadeira zona de controlo comercial alemão – já se tornara

uma parte essencial do plano nazi para restaurar a posição da Alemanha como grande potência mundial ⁽⁷²⁾. No caso japonês, o problema era ainda mais grave. O Japão tinha de importar as suas matérias-primas e combustível (algodão em rama da Índia e petróleo da América). Pagava-os com as exportações, sobretudo de têxteis – exportando três vezes mais do seu produto nacional que os Estados Unidos ⁽⁷³⁾. As principais vantagens do Japão eram os salários baixos, a extraordinária eficiência das suas grandes firmas comerciais e os enormes ganhos de produtividade conseguidos na produção de têxteis ⁽⁷⁴⁾. Estas vantagens ajudaram o Japão a crescer industrialmente nos anos 30, quando outros Estados industriais estavam em sérias dificuldades. Mas o país permanecia profundamente vulnerável à ameaça de barreiras comerciais (como as que em 1933-1934 ameaçaram fechar o seu segundo maior mercado, na Índia), queda de preços (como a da seda crua nos Estados Unidos), boicotes (uma ameaça constante na China) e à súbita desorganização de toda a sua economia – com consequências terríveis para a ordem social e política. Uma acentuada desvalorização monetária (de quase 50%), controlos sobre as importações, uma diplomacia agressiva para conseguir contingentes de exportação em mercados externos e a tentativa de construir um «bloco do iene» na Ásia Oriental foram a resposta de Tóquio – a resposta sintomática de uma nova ordem mundial. A politização do comércio, a crescente convicção de que o comércio internacional iria afundar-se ainda mais em relação à produção e a urgência de garantir um domínio político sobre mercados e fornecimentos essenciais foram as características de uma época que assistira à inversão da «globalização» do final do século XIX ⁽⁷⁵⁾.

Talvez não fosse surpreendente que as divergências geopolíticas e económicas tivessem grandes repercussões culturais. Mesmo antes de 1914, o projeto dos liberais ocidentais para a construção de uma cultura moderna não passara sem contestação. Os pensadores religiosos (em todas as regiões do mundo) e as elites instruídas (nalgumas) encararam as suas pretensões como um repto para a mobilização. Enquanto as ideias ocidentais sobre a mudança tecnológica, a escolha individual e a esfera pública eram absorvidas livremente, novos meios de comunicação e novas formas de associação eram incorporados no esforço para criar «altas culturas» caracteristicamente nacionais a partir de tradições mais antigas. A Primeira Guerra Mundial foi um ponto de viragem. O seu impacto explosivo no pensamento e na imaginação deu um sentido brutal à perda da convicção liberal. O caso mais extremo foi o da Rússia. A sobrevivência do bolchevismo como nova ordem dominante implicou não só uma revolução política mas também uma revolução cultural. A nova cultura soviética devia alcançar a modernidade técnica através do esforço coletivo do proletariado e não da autoajuda burguesa. Fazia parte da vasta campanha de «descampesinização» ⁽⁷⁶⁾. O novo «homem soviético» aderiria à ciência e ao socialismo na plena convicção de que as sociedades capitalistas estavam a caminho da autodestruição. Também na Alemanha a cultura do liberalismo foi fortemente atacada após 1918. Isso não aconteceu por acaso. Havia uma antipatia antiga tanto na Esquerda como na Direita ao efeito corrosivo do capitalismo *laissez-faire* sobre a coesão social. Parte da atração de uma *Mitteleuropa* liderada pela Alemanha fora a sua oferta de um meio-termo entre o Oriente atrasado e um Ocidente excessivamente comercializado. O trauma da derrota, a «perda» de milhões de alemães permanentemente separados do novo Estado germânico e o impacto devastador dos choques económicos externos criaram uma sensação poderosa de crise social e cultural. Só um Estado forte podia impedir o *Volk* alemão de ser vergado na roda do capitalismo internacional, com a sua desconsideração impiedosa pela autenticidade e sensação de pertença. Estas opiniões, já bastante vulgarizadas antes de 1929, adquiriram nova autoridade com a subida de Hitler ao poder em janeiro de 1933 ⁽⁷⁷⁾.

As culturas soviética e nazi proporcionariam ambas versões alternativas da modernidade. Ambas insistiam no seu dinamismo tecnológico. Afirmavam que a sua tecnologia era produzida para servir um propósito social comum. Insistiam na necessidade da autarcia cultural para excluir a influência estrangeira. E ambas denunciavam o Ocidente como corrupto, decadente e em forte declínio. O facto de os principais Estados capitalistas – Estados Unidos, Grã-Bretanha e França – não conseguirem sequer concordar com um plano para salvar o sistema comercial internacional, quanto mais tomar medidas, parecia justificar estas críticas da Esquerda e da Direita. É evidente que este ataque cultural ao Ocidente não vinha apenas da Europa. No Japão, onde a industrialização acelerara drasticamente nos anos 20 e 30 (com uma forte dependência de mão de obra feminina), a migração súbita para as cidades, as pressões sobre a vida rural, o impacto dos novos meios de comunicação de massas (sobretudo o cinema americano) e o medo da dissolução das velhas disciplinas sociais produziram sintomas de uma profunda ansiedade cultural ⁽⁷⁸⁾. Os acontecimentos posteriores a 1930 pareciam confirmar a estranheza e falência da ordem internacional imposta pelo Ocidente a uma Ásia Oriental relutante. Na China do Kuomintang, onde as esperanças de apoio ocidental sofreram um rude golpe com a resposta tímida da Sociedade das Nações à invasão japonesa da Manchúria, e onde a luta contra o comunismo era uma preocupação vital, a ideologia nacionalista afirmava a disciplina social através do movimento «Nova Cultura» e recuperava antigas noções confucianas de dever comunitário. Na Índia britânica, o Partido do Congresso era o principal impulsionador do nacionalismo. Nos anos 30, a intelectualidade do seu «alto comando» dividia-se entre a lealdade à utopia autárcica do gandhianismo e a lealdade ao socialismo de inspiração soviética promovido por Jawaharlal Nehru, o protegido intelectual de Gandhi. O revivalismo religioso (tanto entre hindus como entre muçulmanos) e o gandhianismo popular, que promoviam a ideia de uma Índia pura, rural e piedosa, constituíam um assalto conjunto aos valores culturais do odiado domínio imperial, considerado uma violação estrangeira da ordem moral da Índia. O mesmo tipo de objeção era expresso na África colonial por notáveis Kikuyu que temiam que a ocupação do Quénia por colonos europeus destruísse o seu sistema social e ético ⁽⁷⁹⁾. Em *Facing Mount Kenya* (1938), Jomo Kenyatta (que estudara antropologia em Londres com o grande Bronislaw Malinowski) denunciava o governo colonial como um vândalo que tinha demolido os alicerces materiais da cultura Kikuyu e destruído uma noção de liberdade e responsabilidade que os europeus ignorantes não compreendiam ⁽⁸⁰⁾.

Neste contexto sombrio, não admira que o destino dos impérios ultramarinos da Europa se afigurasse no mínimo incerto. A partir dos seus diferentes pontos de vista, marxistas, conservadores imperialistas e até liberais apreensivos vaticinavam o fim prematuro do imperialismo europeu ⁽⁸¹⁾. Sem medidas drásticas, este depressa estaria política, económica e culturalmente falido. No meio destes sinais de otimismo à Esquerda e de pessimismo à Direita, os governantes imperiais exibiam periodicamente uma crise de confiança. Entretanto, as profecias de desgraça exacerbavam a ira dos que se sentiam vulneráveis ao seu impacto imediato – como as minorias brancas na África Central e Austral ou os expatriados residentes no porto de tratado de Xangai ⁽⁸²⁾. Mas tal como o anúncio da morte de Mark Twain, os prognósticos sérios de um «domínio perdido» ou de «uma revolta mundial contra a Europa» seriam prematuros. Os sistemas imperiais das principais potências coloniais da Europa – Grã-Bretanha, França, Holanda, Portugal e Bélgica – revelaram-se surpreendentemente resistentes. Na véspera da Segunda Guerra Mundial continuavam territorialmente intactos. Mesmo onde o nacionalismo conquistara mais apoios, o salto quantitativo para a liberdade era ainda desesperadamente inapreensível. Em 1938, após duas décadas de luta, Jawaharlal Nehru quase desesperara com a situação política da Índia ⁽⁸³⁾. A verdadeira independência parecia ainda muito distante.

A sobrevivência imperial devia-se em parte ao pragmatismo imperial. A política colonial rejeitara

a necessidade da coerção, considerada dispendiosa, grosseira e contraproducente. A agitação do pós-guerra deixara bem clara essa lição. Encontrar aliados locais significava exercer mais poder local. Os britânicos praticaram esta doutrina com determinação depois de 1920. No Iraque e no Egito renunciaram à supervisão direta dos assuntos internos, preferindo basear a sua pretensão ao predomínio nos termos de um tratado ⁽⁸⁴⁾. Isso não devia ser confundido com o reconhecimento implícito de que o poder imperial chegara ao fim. Na Índia, em especial, os britânicos combinaram um aumento gradual dos direitos políticos dos indianos com mudanças constitucionais cuidadosamente planeadas para tornar a província, e não a nação, o centro da vida política. Enquanto os líderes locais assumiam plena responsabilidade pelos assuntos provinciais, os seus eleitorados esperavam que eles se concentrassem em questões práticas de desenvolvimento e bem-estar e não em perseguir em vão o objetivo da «independência já». Além disso, a composição religiosa e linguística das províncias era extremamente variada e era pouco provável que os seus novos líderes apoiassem ativamente o Congresso Nacional Indiano, o principal antagonista do *Raj* britânico e dominado politicamente por hindus do Norte da Índia. Em duas das províncias mais importantes, Bengala e Punjab, o autogoverno provincial colocara muçulmanos no poder. Em 1935, os britânicos levaram o seu liberalismo maquiavélico para um nível ainda mais elevado. Prometeram à Índia a autonomia como domínio federal. Mas as normas constitucionais, que garantiam uma grande quota de lugares para muçulmanos e príncipes (a federação uniria a Índia «britânica» e a Índia «príncipesca»), mantinham quase decerto o Congresso afastado do poder e poderiam até ditar a sua dissolução final ⁽⁸⁵⁾.

Mas não devíamos exagerar a astúcia por trás destes estratagemas imperiais. O que realmente se destaca é a expectativa tranquila de que a política colonial podia ser «gerida» de formas que deixassem os principais interesses imperiais em segurança: a utilização estratégica de recursos locais e o controlo exclusivo das relações exteriores. Não era uma atitude irracional. Até ao final dos anos 30, britânicos, franceses e holandeses puderam presumir que o risco de outra grande potência ousar interferir na política interna dos seus impérios era praticamente nulo. Enquanto isso continuasse a ser verdade, os líderes nacionalistas locais não tinham qualquer esperança de virar as potências imperiais umas contra as outras. Nem podiam esperar fazer aumentar o preço da sua lealdade. Pior do que isso, a ausência efetiva de uma ameaça externa dava aos governantes coloniais maior margem de manobra para usar táticas coercivas contra oposições locais que eles definiam como «extremistas». Munidos de serviços de informações muito mais eficazes do que antes de 1914, os regimes coloniais podiam combater melhor os movimentos «subversivos»: as revoltas comunistas na Indochina francesa e nas Índias Orientais Holandesas foram facilmente reprimidas nos anos 30 ⁽⁸⁶⁾. A outra grande arma que os governantes podiam usar era a divisão da maioria das sociedades coloniais.

Um paradoxo crucial na política colonial era o facto de as mudanças sociais e culturais poderem favorecer e prejudicar ao mesmo tempo a causa do nacionalismo. Na maioria das regiões do mundo, as fronteiras coloniais eram essencialmente artificiais. Os Estados coloniais juntaram distritos e regiões que tinham pouco em comum. As fronteiras e divisões imperiais eram determinadas pela conveniência administrativa, pelo padrão da conquista ou pela diplomacia da partilha, e não por uma vontade de preservar a unidade etnolinguística ou as antigas ligações comerciais. É evidente que à medida que o Estado colonial começava a ganhar forma e a estabelecer a sua autoridade sobre todo o seu território, estimulava também um crescimento paralelo entre os súbditos coloniais. Quando até as províncias mais remotas começavam a sentir as exigências de um governo longínquo e os efeitos da «política» traçada na capital colonial, os seus líderes e notáveis ganhavam um poderoso motivo para formar alianças supralocais. Só um movimento que abrangesse toda a colónia poderia pressionar devidamente os funcionários coloniais e exercer a sua influência sobre o centro colonial, onde eram

tomadas as decisões. Duas importantes tendências ajudaram a promover este tipo de nacionalismo. A primeira foi a aproximação de diferentes zonas da colônia através de meios de transporte mais rápidos, da circulação de informações (jornais) e de novas formas de ensino (escolas e universidades de estilo europeu). A segunda foi a adoção pela nova elite indígena de «formação ocidental» da ideologia política, não dos governantes coloniais, mas das distantes «metrópoles» na Europa. A igualdade perante a lei, a liberdade de expressão e o direito à autonomia política tornaram-se o «grito de guerra» de um dos primeiros e maiores desses movimentos nacionalistas (e modelo para muitos outros), o Congresso Nacional Indiano. Em princípio, a união entre uma elite engenhosa, sofisticada e bem relacionada na capital colonial, conhecedora dos códigos da governação colonial, e os notáveis dos distritos, ansiosos por influenciar as decisões do governo – nas finanças, educação, transportes ou agricultura – significaria o momento de arranque para o nacionalismo de massas. Bastava manter a indignação local a ferver à temperatura certa enquanto a elite nacionalista extraía prestações sucessivas de poder político aos seus governantes desorientados.

Essa era a teoria. A prática, duma maneira geral, era diferente. Os governantes coloniais faziam questão de menosprezar as pretensões dos líderes nacionalistas, cujos motivos e autenticidade eram comparados desfavoravelmente com os das autoridades tradicionais: príncipes, latifundiários, xeques e chefes. Em grande parte da África dominada pelos britânicos, o período entre as guerras assistiu à expansão inexorável do «governo indireto», que devolvia os assuntos locais, não a órgãos eleitos, mas aos chefes «tribais» e seus seguidores⁽⁸⁷⁾. Concedendo poderes de tributação limitados e promovendo a aplicação do direito consuetudinário (versões codificadas de práticas locais), o governo indireto transformava o Estado colonial numa confederação pouco coesa de diferentes unidades étnicas cujas ligações e relações, horizontais ou verticais, podiam ser facilmente controladas pelos funcionários coloniais⁽⁸⁸⁾. Este era um dos desafios ao avanço da política nacionalista, mas não o mais perigoso. Muito mais grave era o surgimento de «subnacionalismos» – novas solidariedades baseadas na língua, religião, etnia ou posição social que negavam a realidade do Estado colonial como unidade cultural ou política. Não era difícil perceber como é que estas tinham surgido. A disseminação desigual da literacia e da imprensa, o impacto diferencial das mudanças económicas e as crescentes divisões entre cultos e crenças religiosas mobilizaram uma série de «novas» comunidades quase sempre hostis aos nacionalistas originais. O caso clássico foi o da Índia. «O autogoverno dentro (...) ou fora do Império Britânico, a formação de um Estado muçulmano consolidado no Noroeste da Índia afigura-se-me o destino final dos muçulmanos, pelo menos do Noroeste da Índia», declarava o poeta-filósofo Muhammad Iqbal no seu discurso presidencial à Sociedade Muçulmana em dezembro de 1930⁽⁸⁹⁾. «Nós, os hindus, estamos ligados não só pelo laço do amor (...) a uma pátria comum (...) mas (...) pelo laço do tributo comum que prestamos à nossa grande civilização – à nossa cultura hindu», afirmava V. D. Savarkar no seu folheto *Hindutva: Who is a Hindu?*⁽⁹⁰⁾, rejeitando a ideia de um nacionalismo indiano secular. «Os britânicos têm um Império», lembrava B. R. Ambedkar, o líder dos intocáveis. «Os hindus também. Pois não é o hinduísmo uma forma de imperialismo e não são os Intocáveis uma raça subjugada, devendo a sua lealdade e servidão ao seu Senhor hindu?»⁽⁹¹⁾. Nos anos 30, a afirmação de Gandhi de que o Congresso era o único representante de toda a opinião indiana já tinha perdido a sua credibilidade. Noutras regiões coloniais, o despertar político ou cultural foi um incentivo para exigir a separação ou proteção contra outros grupos indígenas cujo passado explorador era motivo de ressentimentos ou cujo futuro predomínio era temido. Para os povos das terras altas da Birmânia ou para os laosianos e cambojanos na Indochina francesa, os governantes coloniais eram muito menos ameaçadores do que os birmaneses ou vietnamitas. Não havia qualquer razão para achar que, com o decorrer do tempo, os movimentos nacionalistas originais levariam a melhor sobre os

subnacionalismos mais novos ou sobrevivessem às tentativas de os esmagar ou conter. Foi o receio de que o Congresso sucumbisse à força magnética de interesses provinciais, sectários, classistas ou religiosos que tanto desanimou Nehru no final dos anos 30. Se perdessem a oportunidade de independência, esta talvez nunca mais voltasse a surgir, exceto numa forma demasiado limitada para ser verdadeira.

Era por isso difícil imaginar o fim prematuro dos impérios europeus. Na realidade, os britânicos, que tinham o maior império, talvez estivessem até a reforçar o seu domínio sobre as zonas do seu sistema que se haviam tornado (como a Argentina) mais dependentes do mercado britânico ou (como a Austrália e a Nova Zelândia) sentiam mais necessidade que nunca da proteção estratégica dos britânicos. Em vastas extensões da África, Ásia e do Médio Oriente, onde o imperialismo europeu dependia da aquiescência relutante de aliados e vassallos locais, o que realmente se instalara era uma forma de impasse. O ímpeto colonial (nunca muito forte na maioria dos lugares) perdera-se. Os recursos de poder diminuíram. O sentido de missão dissolveu-se. Mas o colonialismo continuava a ser uma «empresa em atividade». Os seus inimigos locais tinham ainda de encontrar uma saída do labirinto que ele tinha

Imperialismos em Guerra

O imperialismo pode ser definido como a tentativa de estabelecer o predomínio de um Estado sobre outras sociedades assimilando-as no seu sistema político, cultural e económico. Como já vimos, não era apenas um fenómeno europeu, embora os europeus tendessem a levá-lo mais longe. Nem era praticado apenas de um único modo. Às vezes dependia do controlo político direto da zona de expansão. Mas muitas vezes era conveniente aceitar ou disfarçar o facto do predomínio estrangeiro instalando um governo teoricamente soberano. Às vezes o imperialismo conduzia ao deslocamento de povos por uma massa de novos colonos que iam povoar a terra. Mas no avanço europeu na Afro-Ásia essa tendência fora fraca. Muitas vezes o seu motivo tinha sido delimitar uma esfera de exclusão económica, reservando o comércio e o investimento para a potência imperial. Mas nem sempre: o maior império de todos, o britânico, praticara o comércio livre até aos anos 30.

O imperialismo baseava-se normalmente numa pretensão ideológica (a «missão civilizadora») e num apelo a noções de hierarquia cultural em que a capacidade dos colonizadores para o «progresso moral e material» era bastante contrastada com o retrocesso dos colonizados. No entanto, apesar da sua arrogância, este imperialismo cultural não tinha a certeza brutal do «racismo biológico». A crença nos limites impostos pela ascendência étnica sobre o desenvolvimento intelectual ou moral não era invulgar entre os imperialistas do final do século XIX, mas também não era universal. Nos impérios francês e britânico (ao contrário do que acontecia nos Estados Unidos) a possibilidade de igualdade entre pessoas de todas as raças continuava a ser a posição formal da lei, das instituições e da ideologia oficial.

O imperialismo devia por isso ser visto como um *continuum* com uma grande variação nos seus objetivos e métodos. Num argumento hoje célebre, os maiores historiadores do imperialismo britânico explicaram que o seu modo de expansão divergia de lugar para lugar e era sobretudo determinado pela margem de manobra para colaborar com as elites locais. Quando os interesses britânicos exigiam mais do que estas elites podiam oferecer, impunha-se o domínio «formal» – mas só nesses casos⁽⁹²⁾. Esta explicação pode ser alargada. Os Estados que acalentavam ambições imperiais divergiam consideravelmente nas suas capacidades de expansão, nas suas ideias de interesse próprio e nas oportunidades disponíveis. A escassez de capital e uma influência geopolítica

limitada aumentavam a atração por um império exclusivo mas reduziam as hipóteses de conquistar um grande império. Chegar tarde à corrida podia implicar que os melhores pedaços já estariam tomados antes de haver tempo para fazer uma reivindicação efetiva. Os custos e os riscos da expansão num determinado momento podiam parecer muito maiores para a classe dirigente na candidata a potência imperial do que quaisquer possíveis vantagens. Foi isso que garantiu em parte que o avanço dos impérios depois de 1880 decorresse sem recurso às armas entre os Estados europeus. A diplomacia da partilha refletia também o facto de nos lugares onde havia mais em jogo – no Médio Oriente e na China – a ordem existente não estar ainda em colapso e nenhuma potência ter motivos ou meios para impor uma divisão.

Os historiadores têm-se mostrado fascinados com as rivalidades imperiais do final do século XIX. Mas o «novo imperialismo» que as provocou foi um acontecimento morno: teve pouco em comum com as expansões brutais dos anos 30 e 40. Foi neste período que a luta pelo império, refreada pelo desfecho da Primeira Guerra Mundial, atingiu o seu auge impiedoso. Nestas décadas, a apropriação de territórios por aspirantes a potências imperiais assumiu uma urgência infinitamente maior do que no período anterior a 1914. A ameaça que representou para a ordem internacional não pôde ser anulada – como em épocas anteriores – desviando o seu impacto para os espaços fracamente dominados do Mundo Exterior. Três circunstâncias fundamentais aumentaram a sua ferocidade e destruíram as hipóteses de compromisso. A primeira foi a gravidade da crise económica depois de 1930, e o medo que suscitou de uma vasta rutura social. A segunda foi a violência do combate ideológico travado entre os Estados – comunistas, fascistas e liberais – e o abismo de desconfiança que isso serviu para alargar. A terceira foi o medo de um cerco iminente – económico, racial ou geoestratégico – num mundo cuja divisão em blocos mutuamente antagónicos era o futuro mais provável. Infelizmente, os regimes que se sentiam mais ameaçados por estes perigos – a Alemanha e o Japão – eram também os menos dispostos a sustentar o equilíbrio de poderes ou a antiga ordem social, os dois grandes obstáculos ao aventureirismo imperial antes de 1914. Era ainda menos provável que encarassem as fronteiras existentes no mundo como legítimas. O novo imperialismo dos anos 30 foi o produto tóxico de um mundo ansioso, inseguro e sem lei.

Que forma assumiu? A sua força motriz foi a Alemanha. Quando Hitler chegou ao poder, a revolta alemã contra os líderes do «Mundo da Sociedade» tornou-se imparável. Ao desrespeitar abertamente as regras de armamento do Tratado de Versalhes, militarizando a Renânia, anexando a Áustria (o *Anschluss*) e forçando o desmembramento da Checoslováquia com uma diplomacia agressiva, Hitler humilhou e desmoralizou as duas guardiãs da ordem do pós-guerra, a Grã-Bretanha e a França. Encorajou a antiga parceira destas potências, a Itália, a afastar-se e insurgir-se contra as regras do Mundo da Sociedade. O imperialismo de Hitler – a procura de *Lebensraum* – visava a Europa de Leste, a Ucrânia e a Rússia. A intenção era erguê-lo sobre as ruínas físicas e ideológicas do império soviético. Em contrapartida, Hitler mostrou pouco interesse pelos impérios coloniais da Grã-Bretanha e da França, considerando o desafio alemão à Grã-Bretanha antes de 1914 um erro catastrófico⁽⁹³⁾. Mas em 1939 percebeu que as duas potências ocidentais não iriam permitir que ele se tornasse imperador da Europa de Leste sem luta. Para ganhar essa batalha, o prólogo necessário à guerra principal contra Estaline, Hitler assinou o pacto nazi-soviético de agosto de 1939. Os dois parceiros queriam ganhar tempo: tempo para a Alemanha conquistar alguma supremacia na Europa Central e Ocidental; tempo para Estaline se preparar para o conflito que estava para vir. Durante alguns meses, pareceu que a aposta de Hitler era maior. Afinal, se a Primeira Guerra Mundial servira de lição, era pouco provável que ele conseguisse derrotar a Grã-Bretanha e a França numa guerra total, sobretudo se tivesse de se preocupar com uma Rússia hostil na sua retaguarda. Mesmo depois de terminar a primeira fase da guerra, e de a Polónia ter sido dividida entre os seus dois vizinhos

agressivos, reinou no ocidente uma trégua armada não oficial – uma «guerra esquisita» ou *drôle de guerre*. Se a Alemanha não conseguisse vencer rapidamente, a opinião geral era de que a sua economia esgotada se arruinaria muito antes das economias dos britânicos e franceses, com os seus investimentos e impérios (⁹⁴). Após seis meses de «guerra», talvez os alemães tivessem perdido a coragem. «Hitler tinha perdido o comboio», garantiu o primeiro-ministro britânico Neville Chamberlain, em abril de 1940 (⁹⁵).

Mas na guerra relâmpago de maio-junho de 1940, e contra todas as previsões razoáveis, Hitler ficou senhor da maior parte da Europa continental. A partir da costa atlântica da França, podia aplicar o torniquete do combate submarino às rotas marítimas da Grã-Bretanha. Mais cedo ou mais tarde iniciaria a conquista da União Soviética e garantiria o domínio alemão do Atlântico aos Urais. Entretanto, a sua vitória impressionante sobre as potências ocidentais assinalou a derrocada da ordem pós-Primeira Guerra Mundial – e não só na Europa. Depois da queda da França, a Itália entrou na guerra para conquistar um império mediterrânico, atacando a Grécia e o Egito, o bastião estratégico do poder britânico no Médio Oriente. Se os britânicos perdessem o Cairo (o grande centro das suas comunicações imperiais) e o canal de Suez, o caminho ficaria aberto para um avanço do Eixo para o golfo Pérsico e (por fim) para as fronteiras da Índia. Para Hitler, ironicamente, o avanço italiano na Grécia e no Egito foi uma distração inconveniente. Atrasou o grande assalto à União Soviética, a Operação Barbarossa, que ele iniciou em junho de 1941. Com os exércitos alemães a atravessarem rapidamente a Ucrânia e invadindo a Rússia, parecia iniciar-se também uma enorme revolução geopolítica. Tudo indicava que em menos de um ano os alemães controlariam o vasto território soviético a leste dos Urais, bem como o Cáucaso, com os seus fornecimentos de petróleo. Teriam construído um império de proporções gigantescas. Dominariam o que Mackinder chamara o «centro nevrálgico», e seriam a potência dominante na Eurásia continental, empurrando a Grã-Bretanha (e a América) para as suas orlas marítimas e para o Mundo Exterior. «Seríamos a parte bloqueada», declarou um perito americano (⁹⁶). Se isso acontecesse, era pouco provável que a antiga ordem colonial na Ásia, África ou Médio Oriente conseguisse sobreviver. Com efeito, em meados de 1941 eram já evidentes os sinais de uma crise na maior colónia da Grã-Bretanha. Perante a supremacia alemã na Europa continental e uma nova ameaça no Médio Oriente, os britânicos tinham sido obrigados (contra os seus planos iniciais) a mobilizar recursos indianos. Em troca teriam de pagar o preço exigido pelos nacionalistas indianos e subnacionalistas muçulmanos ou enfrentar uma revolta política. Enveredaram então pelo caminho sinuoso das cedências que conduziu em meados de 1942 à promessa fatídica de independência para a Índia no final da guerra.

No extremo oriental da Eurásia, uma segunda e vasta convulsão já começara. Depois da sua conquista da Manchúria, os japoneses prosseguiram a lenta penetração do Norte da China, e já tinham arrastado a Mongólia Interior para a sua esfera de controlo em meados de 1936. Em julho de 1937, o seu exército na China colidiu com as forças do governo do Kuomintang e iniciou uma guerra total. O objetivo de Tóquio era transformar a China numa parte do seu sistema na Ásia Oriental, isolando-a do Ocidente e da Rússia. O imperialismo do Japão era alimentado por um sentimento de ansiedade cultural, pela atração ideológica de uma revolta «pan-asiática» contra o Ocidente colonialista (⁹⁷) e por uma convicção crescente de que o poder da Europa na Ásia estava prestes a falir (⁹⁸). O Japão tivera um grande sucesso económico nos anos 30, mas os seus mercados vitais no estrangeiro dependiam em muito das boas relações com a Grã-Bretanha (enquanto os britânicos dominassem a Índia) e com os Estados Unidos. Entre as grandes potências, o Japão era a mais vulnerável à perturbação externa da sua economia industrial: um império comercial próprio era a melhor garantia contra os efeitos catastróficos dessa situação. Com efeito, o alto comando do Exército, a força dominante no governo de Tóquio, acreditava que muito brevemente o mundo seria dividido em

esferas regionais e zonas económicas fechadas. Numa futura guerra, a União Soviética e a Grã-Bretanha poderiam ser expulsas da Ásia Oriental. Entretanto, assim julgavam, a extensão gradual do poder japonês sobre a China podia ser prosseguida sem o risco de guerra com os Estados Unidos, cuja forte inimizade à União Soviética compensaria a sua aversão ao imperialismo do Japão⁽⁹⁹⁾. A notável incapacidade de britânicos e americanos concordarem com uma resposta ao ataque do Japão à China, a decisão do Congresso dos Estados Unidos proibindo a construção de novos navios de combate em 1938 e a postura defensiva da marinha dos Estados Unidos no Pacífico pareciam confirmar esta avaliação confiante⁽¹⁰⁰⁾.



Mas como se veio a revelar, os japoneses estavam enganados. Os britânicos e os americanos não recuaram: continuaram a enviar ajuda a Chiang Kai-shek mesmo depois de ele ser expulso de Nanquim e se refugiar em Chungking, no extremo oeste da China. Mas Londres e Washington também erraram nas suas avaliações. Subestimaram a vontade do Japão de os confrontar militarmente. Depois de junho de 1940 e da queda da França, a situação tornou-se muito mais favorável para o Japão. A 23 de setembro, o regime fantoche de Hitler em França permitiu que o Exército japonês entrasse na Indochina francesa. Pouco depois (no dia 27), os japoneses assinaram o Pacto Tripartido, ou do Eixo, com a Alemanha e a Itália, talvez para dissuadir mais ajuda anglo-americana ao governo do Kuomintang. Em abril do ano seguinte celebraram outro acordo. Em agosto de 1939, o Exército japonês travara uma batalha crucial contra forças soviéticas em Nomonhan, na Mongólia. O Exército Vermelho vencera. Os dois lados chegaram à conclusão de que a continuação dos combates seria inútil – durante algum tempo, pelo menos. Os dois lados queriam evitar combater em duas frentes. O Pacto de Neutralidade de abril de 1941 formalizou essa posição. Libertou o Exército soviético para combater no ocidente e o Exército japonês para travar uma nova guerra no sul. Em julho de 1941, este entrou no Sul da Indochina, a rampa de lançamento para a invasão da Tailândia, Malásia e das Índias Orientais Holandesas, com as suas grandes reservas de petróleo. Quando Washington respondeu com um embargo petrolífero (80% do petróleo japonês ainda vinha da América), Tóquio decidiu lançar uma guerra preventiva. Com o ataque a Pearl Harbor, a 7 de dezembro, e a tomada de Singapura dois meses depois (vitórias tão espantosas como as de Hitler no Ocidente) o Japão tornou-se senhor do Pacífico asiático. O Sudeste Asiático colonial

sucumbira: a invasão da Índia parecia apenas uma questão de tempo. Em meados de 1942 o império soviético já começara a vacilar; os britânicos enfrentavam sérias dificuldades. Dois novos imperialismos estavam prestes a dividir a Eurásia, e depois talvez o mundo. A «nova ordem» estava a chegar.

Estes acontecimentos extraordinários assinalaram o colapso final da ordem mundial eurocêntrica que parecera tão firme antes de 1914. Revelaram também a terrível fragilidade do «mundo liberal», cuja recuperação no pós-guerra fora ruidosamente proclamada. O problema não era apenas o fim do comércio livre. A década de 30 tinha assistido a uma escalada de violência política na Europa e na Ásia Oriental que desafiava qualquer comparação com o passado. A «lavagem cerebral», a propaganda e a força física tornaram-se recursos quotidianos dos governos autoritários. A guerra ideológica era travada com uma ferocidade implacável. Os sentimentos normais de humanidade cediam sob a pressão. O pior foi a exacerbação, não só do antagonismo racial, mas também do racismo programático, que atingiu o seu auge monstruoso em 1942, talvez o ano mais crítico da moderna história mundial. Uma conferência de burocratas em Wannsee, perto de Berlim, assinalou o momento em que o Holocausto se tornou uma política do governo alemão ⁽¹⁰¹⁾. Esse ano, 1942, foi «o ano mais aterrador do Holocausto, um dos anos mais aterrorizantes de mortandade em toda a história da humanidade» ⁽¹⁰²⁾. Quase metade dos judeus que caiu nas mãos dos nazis foi assassinada nos doze meses depois de março de 1942. Nesta orgia de morte podemos também ver o fim de um mundo. O que abrisse este abismo moral?

É tentador pôr de parte os anos 30 e 40 como uma era monstruosa de fanáticos e loucos. Não há razão para isso. O processo é complexo, mas as principais causas parecem suficientemente claras. Na origem da violência, do ódio, das chacinas, da busca de isolamento cultural e da autossuficiência económica estava a colisão entre as duas grandes forças que tinham formado o mundo depois de 1890. A primeira foi a intensa globalização que abriu culturas, economias e sistemas políticos à influência externa em enorme escala e tremenda velocidade. Apesar das atrações deste fenómeno, não admira que em muitas sociedades tivessem surgido múltiplos sinais de angústia e alarme, incluindo amplos movimentos a favor da «purificação» cultural e racial. A segunda força foi a construção de Estados-nações, estimulada por muitos dos fatores que promoveram a globalização: a melhoria das comunicações, o aumento da indústria de grande escala e o crescimento de novas comunidades. Estes fatores ajudaram também a criar novos tipos de autoridade e novas técnicas de controlo. Os «construtores de Estados» descobriram que podiam explorar o medo do estrangeiro para reforçar a sua pretensão à obediência patriótica. Até 1914, a globalização e a construção de Estados tinham avançado juntos num equilíbrio precário. Mas a grande dupla crise do início do século XX demoliu esse difícil equilíbrio. A Primeira Guerra Mundial e as suas consequências destruíram a legitimidade da ordem internacional, a estrutura política de que dependia a globalização. Nos maiores Estados da Europa, a Rússia e a Alemanha, o choque da derrota produziu uma reação violenta à abertura económica e cultural. A grande contração do comércio após 1930 aumentou a intensidade do espírito de revolta. A experiência em globalismo tinha sido um desastre, e o seu fim não podia estar muito longe – convicção partilhada por comunistas, fascistas e japoneses pan-asiáticos. Na iminente luta pelo poder, e talvez pela sobrevivência, o que realmente importava era a força e a coesão do estado-nação e o tamanho e escala da sua zona de expansão. Num mundo fragmentado sem qualquer vontade coletiva, existiam poucas limitações. A vasta guerra eurasiática que invadia o horizonte em meados de 1942 era a crise mundial.





8. A nova face da guerra: ensaio nuclear nas Ilhas Marshall, 1952

Impérios Negados

Para aqueles apanhados na sua esteira terrível, a Segunda Guerra Mundial foi o fim do mundo. O conflito esmagou a frágil estrutura da sociedade internacional, já bastante abalada depois de 1918. Derrubou Estados ou destruiu os seus aparelhos. Bloqueou os canais do comércio e criou novas formas de dependência económica. Impôs aos povos e governos novos e enormes fardos que estes mal podiam suportar, financeira ou fisicamente. Criou novas formas de poder coercivo através da propaganda, do policiamento e de uma rede intrincada de controlos económicos. Elevou a ideologia a níveis históricos, no seu esforço de motivação e mobilização. Lançou uma torrente de distúrbios violentos que se estenderam muito para além das zonas de batalha ou da marcha dos exércitos. Deslocou, escravizou ou assassinou quantidades enormes de pessoas, sobretudo na Europa, no Sudeste Asiático e na China. Qualquer que fosse o seu desfecho, a guerra iria com certeza ensombrar a paz que se seguisse. A gigantesca tarefa da reconstrução recairia sobre povos e governos exaustos e desorientados ⁽¹⁾. No mundo pós-guerra, a coesão – ou disciplina – social e política seria o objetivo primordial. Os Estados que mantivessem (ou ultrapassassem) a sua produção do tempo de guerra teriam uma grande vantagem em qualquer luta pelo poder. Uma coisa era certa: não havia regresso possível ao *statu quo*, mesmo que isso tivesse existido nos turbulentos anos 30. Como o mundo antes de 1914, o mundo anterior a 1939 desaparecera de vez.

É evidente que isso não significava que o mundo fosse uma paisagem lunar em que tudo seria novo. Apesar das terríveis pressões do conflito, vastas zonas do mundo – nas Américas e em África – tinham preservado a sua ordem social e política. Em grande parte do resto do mundo, o maior desejo das populações civis era (quase certamente) livrar-se das exigências da autoridade e recuperar pelo menos um pouco de uma vida doméstica normal. Levariam a mal novas regras, novos apelos ao seu trabalho ou novas privações materiais. As potências vencedoras trariam para a paz muitos objetivos e pressupostos antigos, por mais modificados que estivessem pelo extraordinário rumo da guerra. Onde pudessem, aproveitariam as forças deixadas pela guerra para construir uma nova ordem em sintonia com os seus interesses – se conseguissem defini-los. Na realidade, era pouco provável que concordassem todas com um projeto único para a paz (outro legado dos anos entre as guerras) ou tivessem a vontade ou os meios para o impor mundialmente. O mundo do pós-guerra, portanto (quaisquer que tivessem sido os sonhos dos profetas ou planeadores), não era um novo começo nem uma cura para o conflito. Fazia lembrar uma cidade bombardeada em que a necessidade mais urgente era escorar os edifícios que tinham sobrevivido ao ataque e dividir os restantes entre empreiteiros rivais. Mas com pouco consenso sobre onde reconstruir ou o que demolir e reivindicações concorrentes a algumas das ruínas maiores, a reconstrução seria lenta, conflituosa e difícil. Depois de 1949, este ambiente venenoso tornou-se ainda mais corrosivo, uma vez que as duas superpotências possuíam os meios para a destruição maciça usando armas atómicas. Este foi o contexto em que os velhos impérios se desfizeram e os novos se construíram.

A Eurásia Repartida

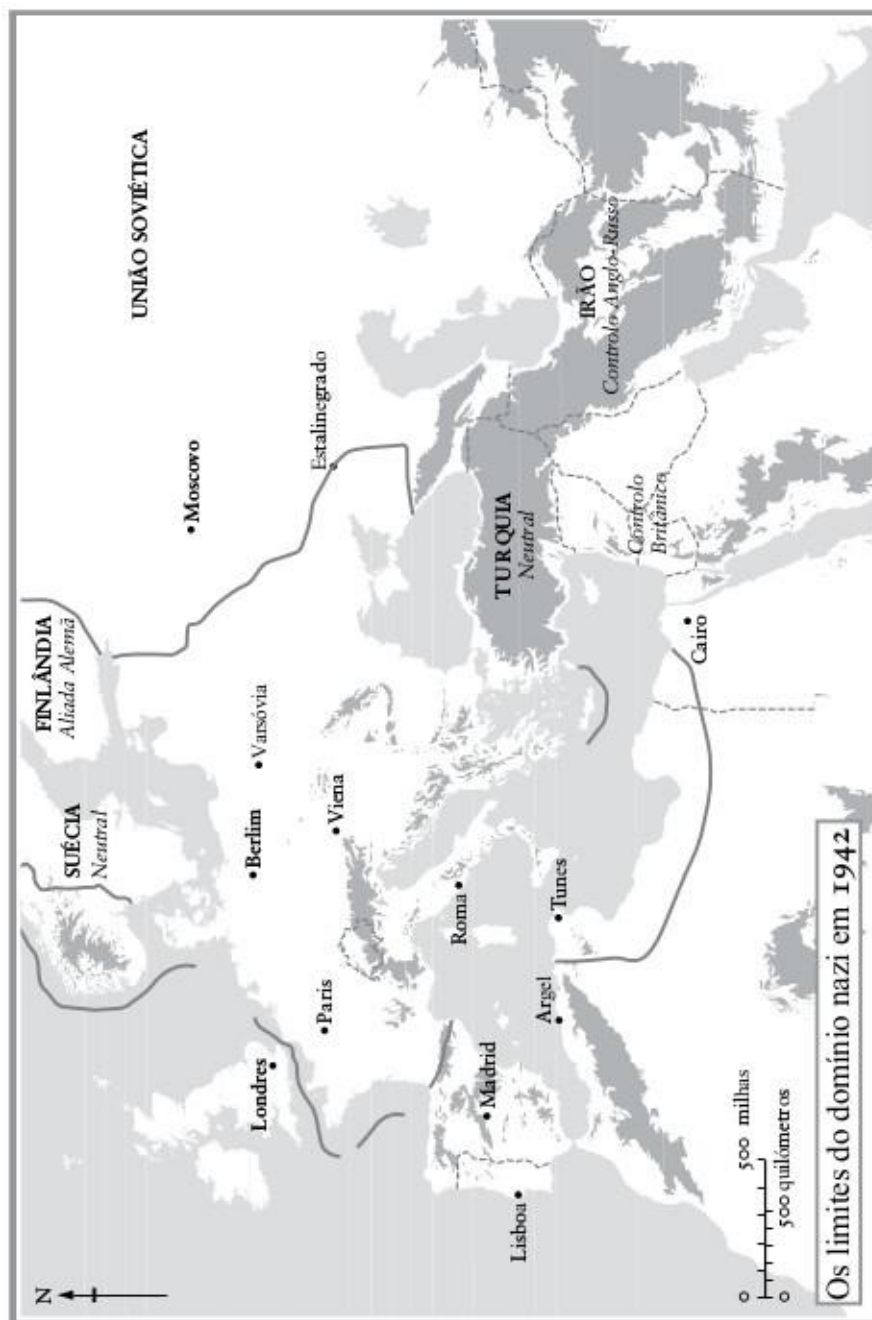
O ponto de viragem na guerra mundial surgiu em 1942-1943. Na Batalha de Midway, em junho de

1942, a América destruiu o poder ofensivo da marinha de guerra japonesa no Pacífico Ocidental. Em El Alamein, em outubro-novembro de 1942, o esforço germano-italiano para conquistar o Egito e dividir o Império Britânico sofreu um revés decisivo. Acima de tudo, em Estalinegrado e na batalha de tanques de Kursk, as esperanças alemãs de derrotar a União Soviética foram efetivamente destruídas. Quaisquer que fossem os seus sucessos, depois de meados de 1943 as potências do Eixo não conseguiriam vencer completamente e não poderia haver qualquer nova ordem mundial concebida em Tóquio e Berlim. O que permanecia ainda muito incerto era quando e como a guerra terminaria e qual seria o estado do mundo e o equilíbrio de forças entre as potências vencedoras quando isso acontecesse. Uma derrota dos Aliados na Normandia, em junho de 1944, ou uma vitória japonesa em Imphal, na fronteira da Índia, mais ou menos ao mesmo tempo, teriam tido consequências drásticas.

Entretanto, do lado das «Nações Unidas», como a coligação anti-Eixo começou a intitular-se, o fim da antiga ordem colonial era o objetivo público dos dois aliados mais fortes, os Estados Unidos e a União Soviética. Em Moscovo, a hostilidade contra o imperialismo (exceto o do tipo soviético) era axiomática. A destruição dos impérios anunciaria a queda inevitável do capitalismo. O presidente americano Franklin D. Roosevelt não escondia a sua aversão ao domínio colonial europeu, se bem que por uma questão de deferência para com Churchill guardasse grande parte das suas críticas para os pecados do colonialismo francês. A maioria dos políticos americanos achava que os britânicos, apesar do heroísmo na defesa das suas Ilhas, eram irremediavelmente decadentes como potência imperial. Na realidade, esta opinião também tinha partidários no seio da própria Grã-Bretanha. A queda de Singapura, a perda da Malásia e da Birmânia, o fraco desempenho das forças britânicas e a falta de entusiasmo pela causa imperial dos súbditos asiáticos da Grã-Bretanha, nomeadamente na Índia, pareciam indicar que o século do predomínio britânico no Sul e Sudeste da Ásia tinha chegado ao fim. Insistir num imperialismo antiquado seria inútil e perigoso. Em *Soviet Light on the Colonies* (uma edição especial da Penguin de 1944), um crítico-especialista comparava desfavoravelmente a política colonial britânica com a prática soviética nas repúblicas da Ásia Central ⁽²⁾. O próprio governo, preocupado com a hostilidade da opinião pública americana, lançou uma «campanha de charme» para apresentar o domínio imperial como uma parceria benéfica para promover a democracia e o desenvolvimento entre os povos «atrasados» ⁽³⁾. Os governos coloniais receberam indicações para alargar a vida política e realizar mais eleições. Nada disto passou ao lado dos políticos coloniais. Qualquer que fosse o resultado da guerra, este iria certamente quebrar o impasse na política colonial. Um grande símbolo de mudança parecia já evidenciar-se. Em 1943, o que restava dos tratados desiguais da China foi finalmente eliminado quando os britânicos renunciaram aos privilégios que ainda detinham na região, considerando-os supérfluos.

No entanto, o rumo da guerra não oferecia qualquer garantia de que o mundo de impérios seria facilmente transformado num mundo de nações. A primeira região estabilizada pelas potências aliadas foi o Médio Oriente. O resultado imediato foi o restabelecimento da primazia que os britânicos tinham tido desde 1918. Com efeito, a vitória permitiu-lhes reforçá-la – aparentemente. Eles tinham transformado o Cairo no centro de uma enorme esfera operacional no Mediterrâneo e no Médio Oriente. A «Zona do Canal de Suez», delimitada no tratado anglo-egípcio de 1936, era um grande enclave militar que alojava milhares de soldados e com oficinas e armazéns, campos de treino e aeródromos. Era um bastião de poder a partir do qual forças britânicas podiam ser enviadas para qualquer lado. Na realidade, os britânicos mostravam poucos sinais de achar que deviam renunciar ao seu domínio no Médio Oriente. Temiam uma recuperação do poder soviético, e desconfiavam dos desígnios de Estaline para o Norte do Irão (ocupado durante a guerra por tropas soviéticas) e para os Estreitos turcos. Estavam decididos a proteger as suas concessões petrolíferas

no Sudoeste do Irão e no seu enclave em Abadan, à beira do Golfo. Consideravam o Médio Oriente uma plataforma vital para a projeção da sua autoridade sobre a metade oriental do mundo. O seu objetivo não era estabelecer um domínio colonial ao estilo antigo, rejeitado duas décadas antes por ser pouco prático, mas transformar a política local de um modo conveniente. O seu pressuposto básico era que os nacionalistas «moderados» no Egito, no Irão e nos países árabes aceitariam uma presença britânica mais «discreta» em troca de promessas de proteção contra ataques externos e um pacote generoso de ajuda económica. O que não conseguiram prever foi a rapidez com que o conflito entre árabes e judeus na Palestina (administrada pelos britânicos sob mandato internacional) seria agravado pela enchente de refugiados judeus que chegou no final da guerra, e como a sua influência iria sofrer com a convicção dos árabes de que a criação de Israel (e a derrota árabe na guerra da Palestina que se seguiu à retirada britânica em 1948) tinha sido um ato de traição britânica. O fim do império no Médio Oriente seria tudo menos uma transição consensual para uma época de Estados-nações.



A questão da Palestina, o risco da rivalidade anglo-soviética e a crescente importância das reservas de petróleo faziam depender o futuro do Médio Oriente do resultado da guerra na Europa. Num mundo ideal, teria havido um acordo europeu para repor o sistema de Estados que existia antes da

guerra, restaurar o autogoverno democrático e promover a recuperação económica. Se tivesse surgido uma «nova Europa» para equilibrar o poder dos Estados Unidos e da União Soviética, o padrão geral do mundo do pós-guerra teria sido muito diferente. Mas o rumo da guerra tornou impossível semelhante desfecho. A insistência dos Aliados na «rendição incondicional» dos alemães (resultado não só da aversão ao regime nazi mas também do receio de que a negociação os dividiria) e a determinação de Hitler de lutar até ao fim, transformaram quase toda a Europa num vasto campo de batalha em 1944-1945. Grande parte do continente já se tornara um colossal império nazi mobilizado para a guerra, obliterando Estados, deslocando comunidades e exterminando minorias. Nos terríveis estertores da morte do imperialismo nazi na Europa Central, Ocidental e de Leste, a dimensão da violência, as divisões étnicas e ideológicas e o estigma da colaboração, forçada ou não, constituíram um legado fatídico. Num clima de medo, vingança e ódio, a missão de restabelecer governos democráticos e independentes (sobretudo na Europa de Leste) encontrava-se terrivelmente vulnerável ao conflito social ou racial e à pressão externa. Uma restauração rápida do lugar da Europa no mundo era impossível. O que aconteceu foi uma luta de sucessão entre as potências vencedoras e os seus aliados locais pelo controlo do defunto império nazi.

A partilha da Europa não ocorreu imediatamente. As expectativas iniciais de Estaline, Roosevelt e Churchill, aparentemente, tinham sido de uma divisão aproximada de interesses que reconhecesse o predomínio soviético na Polónia, Roménia e Bulgária, mas deixasse uma vasta «esfera central» – incluindo a Áustria, a Hungria e a Checoslováquia – cujo futuro seria resolvido através da paz europeia. Mas só se podia ser obter uma verdadeira paz europeia se se encontrasse uma solução para o problema da Alemanha. O receio de uma recuperação alemã, de um novo domínio alemão ou de um segundo império nazi erguido sobre as ruínas da Europa Central e de Leste dominou a diplomacia dos Aliados. Por razões óbvias, este era o elemento predominante no pensamento soviético. A reconstrução da Europa devia por isso fazer-se num continente livre da agressão alemã. Uma comissão das quatro potências (a França juntar-se-ia aos «Três Grandes») devia dismantelar permanentemente o aparelho e as fontes do imperialismo alemão. Desarmada, desnazificada e desindustrializada, a Alemanha já não poderia construir outro império. Mas foi por causa deste plano que os Aliados se desentenderam. Para as potências ocidentais a recuperação económica era fundamental. Elas temiam que o seu adiamento provocasse uma imensa agitação na Europa Ocidental, e recusaram-se a adiar a normalização económica na sua zona da Alemanha. Quando Estaline se opôs, elas avançaram na mesma. Após o bloqueio de Berlim em 1948 (a resposta de Estaline), a supervisão conjunta da Alemanha foi abandonada a favor de uma partilha efetiva. Por toda a Europa Central e de Leste, o poder soviético ajudou a instalar governos chefiados por comunistas e subservientes a Moscovo (a Jugoslávia foi a exceção). No ocidente, a ajuda financeira americana (através do Plano Marshall) e a garantia de proteção contra a pressão soviética consolidaram uma economia mista e uma política democrática.

A divisão da Europa foi um facto crucial no mundo do pós-guerra. Assinalou a rutura final da unidade entre os Aliados. Reforçou a convicção de Estaline de que enfrentava uma ofensiva americana ⁽⁴⁾ – uma vez que o capitalismo não podia tolerar a experiência soviética. Quando ao domínio soviético sobre a Polónia, Roménia e Bulgária se seguiram esforços para afirmar a influência soviética no Irão, Turquia e Grécia, a opinião em Washington mudou rapidamente. Pois isso parecia confirmar a ideia, já enunciada pelo especialista americano em política soviética George Kennan, no seu famoso «longo telegrama» de Moscovo em 1946, de que a União Soviética estava decidida a expandir-se. Kennan argumentava que a expansão soviética era não só impulsionada pela ideologia mas também a continuação da expansão czarista com uma nova direção ⁽⁵⁾. Na política americana, o argumento a favor de conter a ameaça soviética e aceitar um enorme e novo

compromisso de defender a Europa Ocidental aliou-se ao medo paranoico de uma conspiração comunista contra a liberdade americana – a visão sombria que daria origem ao macarthismo. Estas atitudes consolidaram uma visão ideológica da rivalidade internacional e estabeleceram os fundamentos teóricos para a intervenção americana em qualquer parte do mundo. Quando a Coreia do Norte (o Estado criado a partir da esfera soviética na península coreana depois da expulsão do Japão em 1945) atacou a Coreia do Sul em junho de 1950, a convicção de que a América estava envolvida numa guerra fria mundial contra a expansão soviética tornou-se a regra cardinal da política americana. Entretanto, a divisão da Europa empurrou a sua metade ocidental para uma dependência do poder americano muito maior do que alguém teria imaginado no final da guerra – um padrão reproduzido no Leste controlado pelos soviéticos. Para o mundo além da Europa, os resultados da partilha da Europa foram ainda mais surpreendentes.

Já vimos que os líderes americanos antipatizavam bastante com os impérios coloniais governados a partir da Europa. Na sua opinião, estes impérios eram relíquias do feudalismo: bastiões de privilégio; negações da democracia; ineficientes, retrógrados e grosseiros. Pior do que isso, funcionavam como zonas de exclusão económica, bloqueando a entrada do comércio americano, impedindo o crescimento das exportações americanas. A queda dos impérios na Indochina francesa, nas Índias Orientais Holandesas e na Malásia e Birmânia britânicas, e a retirada iminente dos britânicos da Índia, pareciam resultados positivos da Guerra do Pacífico. Depois de uma breve reocupação dos territórios pelas forças coloniais para expulsar os exércitos japoneses, a América teria todas as razões para insistir na rápida dissolução do domínio colonial. Os Estados coloniais podiam então renascer como nações ex-coloniais, que procurariam a ajuda e os conselhos da maior ex-colónia do mundo. No seu estado debilitado, e com preocupações internas mais urgentes, seria de esperar que as potências coloniais europeias tivessem uma opinião semelhante. O império era um luxo que não podiam sustentar – ou assim se poderia ter pensado.

Num caso crucial foi exatamente isso que aconteceu. Os britânicos tinham travado a guerra para se livrarem de Hitler. No entanto, por insistência de Churchill, o esforço de guerra britânico também se destinava a preservar o seu poder imperial. «Não me tornei primeiro-ministro do Rei», declarou Churchill numa famosa frase, «para presidir à liquidação do Império Britânico». Mas na terrível crise de 1942 até mesmo Churchill fora obrigado a concordar que a independência da Índia devia seguir-se logo depois da guerra. Durante 18 meses após a rendição do Japão, o governo trabalhista em Londres esforçou-se por encontrar uma fórmula política que desse a liberdade à Índia mas a mantivesse unida. Resistira às exigências muçulmanas para uma partilha indiana, em parte porque o Partido do Congresso, maioritário, discordava e em parte porque esperava que uma Índia unida fosse uma parceira espontânea da Grã-Bretanha na Ásia do pós-guerra. Mas no início de 1947, com o agravamento da sua crise económica, e temendo envolver-se numa guerra civil indiana, os britânicos cederam. Enviaram um novo vice-rei para tratar da entrega do *Raj* em pouco mais de um ano. Lorde Mountbatten excedeu-se na sua missão. Depois de convencer o Congresso de que a partilha era o preço por uma independência rápida, e que resistir aumentava ainda mais o risco de uma guerra, organizou uma retirada fulgurante após seis meses no cargo, em agosto de 1947. Em menos de um ano, o Ceilão (Sri Lanka) e a Birmânia também tinham conquistado a independência.

O facto surpreendente foi que este recuo do império não se generalizou. É verdade que os britânicos também abandonaram o seu mandato na Palestina. Mas isso aconteceu sobretudo porque temiam que um maior envolvimento no conflito árabe-judeu destruiria a primazia no Médio Oriente que tanto queriam manter. Em vez de tirar a lição de que a sua fraqueza económica e vulnerabilidade estratégica tinham transformado os seus impérios ultramarinos num encargo pouco rentável, a Grã-Bretanha, a França, a Holanda e a Bélgica chegaram à conclusão contrária. Para reconstruir as suas

economias abaladas pela guerra, elas precisavam de matérias-primas e produtos tropicais baratos que pudessem revender por dólares – os dólares para ajudar a pagar as suas importações essenciais dos Estados Unidos. As colónias pareciam então a fonte perfeita: podiam ser obrigadas a aceitar pagamentos abaixo do preço mundial, nas moedas fracas da Europa e não em dólares americanos. O cacau da África Ocidental, o cobre do Congo, o estanho e a borracha da Malásia, e o açúcar, café e petróleo das Índias Orientais Holandesas afastariam o perigo até que as economias metropolitanas se voltassem a equilibrar. «Indië verloren, ramspoed geboren» («Perdida a Índia, surgirá a ruína») dizia o ditado na Holanda. «Estamos à beira do abismo», avisou o ministro das Finanças holandês em abril de 1947, pouco antes da «ação policial» holandesa para recuperar o controlo de importantes interesses económicos em Java ⁽⁶⁾. Escusado será dizer que a concessão petrolífera da Grã-Bretanha no Sudoeste do Irão era ainda mais valiosa.

O argumento a favor do império não era apenas económico. Uma das razões fundamentais para a permanência britânica no Médio Oriente era geoestratégica. A melhor forma de dissuadir a agressão soviética na Europa Central, afirmavam os estrategas, era o recurso ao poder aéreo – a enorme força de bombardeiros que os britânicos tinham utilizado contra a Alemanha nazi. As cidades industriais da Rússia ficavam fora do alcance dos aeródromos da Grã-Bretanha, mas a partir das bases no Médio Oriente podiam ser facilmente bombardeadas. O domínio britânico no Médio Oriente compensaria a fraqueza britânica na Europa. Os líderes franceses do pós-guerra também estavam convencidos de que precisavam do seu império – tanto ou mais que os britânicos. Depois da derrota da França em junho de 1940, foram as colónias africanas que acudiram à «França Livre». Qualquer esperança de recuperar a posição da França como uma das grandes potências do mundo parecia depender da manutenção de um império intacto, nomeadamente como fonte de efetivos militares.

Mas manter o império não era uma opção fácil. Iria decerto custar dinheiro e desviar recursos preciosos para a reconstrução da metrópole. No Sudeste da Ásia, implicaria reforçar o poder colonial perante movimentos de resistência que tinham surgido inicialmente para lutar contra a ocupação japonesa. E como dependiam da ajuda financeira da América, os imperialistas irredutíveis dificilmente ousariam desafiar um veto de Washington. Mas podiam estar tranquilos. Quando Truman e os seus conselheiros perceberam a gravidade do que eles encaravam como o desafio soviético, a sua opinião sobre o colonialismo da Europa mudou radicalmente. Já não parecia sensato obrigar os seus amigos europeus a abandonar as suas possessões. Quando os britânicos procuraram apoio para o fardo da ajuda militar à Turquia e à Grécia, Washington respondeu com a Doutrina Truman, para partilhar o encargo da contenção no Mediterrâneo e Médio Oriente. Os chefes do estado-maior americanos recomendaram «todo o apoio político, económico e, se necessário, militar viável (...) ao Reino Unido e às comunicações da Comunidade Britânica» ⁽⁷⁾. Com mil milhões de dólares por ano, os Estados Unidos garantiam os custos de defender o império ultramarino britânico, aprovando discretamente a presença imperial da Grã-Bretanha no Médio Oriente. No final dos anos 40, grandes tranches de ajuda já tinham começado a sustentar a luta da França para manter a Indochina. O resultado espantoso da guerra na Europa transformara os Estados Unidos no patrocinador e protetor dos impérios europeus – embora um patrocinador que esperava que, mais cedo ou mais tarde, as economias imperiais se abrissem à sua.

É evidente que não foi apenas a série de acontecimentos na Europa que produziu este resultado. O colapso do imperialismo nazi no continente europeu teve o seu equivalente na Ásia Oriental. No entanto, como na Europa, a forma como terminou a guerra na Ásia tomou um rumo imprevisível e teve resultados inesperados. Na luta com o Japão, a União Soviética preferiu a neutralidade. Grande parte do Exército japonês (mais de um milhão de soldados) estava estacionada na China, para defender os regimes fantoches do Japão e esmagar a resistência do Exército do Kuomintang. O

assalto americano ao Japão exigia um avanço lento e sangrento de ilha para ilha, acabando por conduzir (como planejado) a um desembarque como o da Normandia na principal massa terrestre do Japão. O papel que a China desempenharia na derrota do Japão e na nova ordem do pós-guerra prevista por Washington foi drasticamente revisto no último ano da guerra. No final de 1944, o desempenho desastroso do Exército de Chiang Kai-shek na campanha «Ichigo» já convencera Roosevelt e Churchill de que o Kuomintang pouco lhes valeria no assalto ao Japão. Tentaram então convencer Estaline a atacar o Japão assim que a guerra terminasse na Europa. Na Conferência de Ialta, em fevereiro de 1945, acordaram como recompensa que a Rússia reouvesse o território perdido em 1905 (as ilhas Curilas e o Norte da ilha de Sacalina), as suas antigas concessões ferroviárias na Manchúria e (surpreendentemente) a sua antiga base naval em Port Arthur (denominado então Lü shun), que lhe permitiria controlar o acesso marítimo ao Norte da China. Desta forma pouco cerimoniosa, a anterior suposição de que no mundo do pós-guerra a China do Kuomintang seria um dos «Quatro Polícias» (a par dos Estados Unidos, da União Soviética e do Império/Comunidade britânicos) e a grande parceira da América no Pacífico asiático foi discretamente abandonada. A urgência de obrigar o Japão a render-se, o número terrível de mortes americanas que uma invasão por mar poderia provocar e a necessidade vital da ajuda soviética impôs um novo conjunto de prioridades.

Como se veio a verificar, a derrota do Japão foi conseguida, não com ajuda soviética, mas através do lançamento de bombas atômicas sobre Hiroxima e Nagasáqui. Mas o colapso do Império Japonês e das suas pretensões desmedidas a uma «Grande Ásia Oriental» não trouxeram qualquer vantagem para o estado do Kuomintang. Nos anos 30, Chiang Kai-shek podia ainda ter esperado que se o Japão fosse derrotado a nova China nacionalista conquistaria um lugar preponderante na ordem da Ásia Oriental. Uma China renascida exploraria as rivalidades das grandes potências e recuperaria a vasta esfera onde reinara a influência Ch'ing: Sinkiang, Tibete, Mongólia, Manchúria, Coreia, Vietname e talvez até a Birmânia ⁽⁸⁾. Durante alguns meses depois do fim da guerra, o governo do KMT parecera ainda uma força irresistível: até mesmo Estaline duvidara das hipóteses dos seguidores comunistas de Mao ⁽⁹⁾. Mas a longa guerra de resistência (1937-1945) esgotara grande parte da força do Kuomintang. Com apenas uma ninharia de ajuda estrangeira (só 3% do programa «empréstimo e aluguer» da América se destinava à China), fora impossível desenvolver uma economia de guerra nas regiões da China fora da zona ocupada. O governo do KMT não recebia qualquer rendimento das exportações. A economia comercial interna, baseada na troca de produtos agrícolas entre as diferentes regiões da China, foi destruída pela guerra e pela fragmentação que ela provocou. Com a China a afundar-se numa economia de subsistência, não existiam meios para sustentar a moeda do Kuomintang, que perdeu quase todo o valor. A cobrança de impostos aos produtores rurais tornou-se cada vez mais violenta e difícil ⁽¹⁰⁾. Assim, quando o governo do Kuomintang tentou no final da guerra destruir o Estado comunista paralelo chefiado por Mao Tsé-tung, enfrentou uma dura batalha. A versão do comunismo de Mao apelava à hostilidade camponesa contra os latifundiários e as cidades – a base administrativa do governo cobrador de impostos. Propunha a autoajuda rural e a redistribuição das terras como cura imediata para a pobreza terrível das comunidades camponesas ⁽¹¹⁾. Os exércitos comunistas de Mao receberam um apoio crucial com a entrada rápida dos soviéticos na Manchúria, e tiveram acesso à reserva de armas japonesas. Quando Chiang Kai-shek se precipitou para o Norte para se apoderar dos bens industriais da Manchúria – o Sul da Manchúria era a região mais rica e industrializada da China ⁽¹²⁾ – esgotou os recursos do seu regime enfraquecido. Em 1949, a resistência do Kuomintang foi quebrada. Em outubro desse ano foi proclamada a República Popular da China em Pequim.

As consequências foram avassaladoras. Em cada extremidade da Eurásia a guerra tinha criado um

subcontinente dividido. Assim como não houve qualquer acordo depois da guerra para resolver o futuro da Europa, não haveria um acordo de paz geral para pôr fim à guerra na Ásia Oriental. Enquanto Washington digeriria o insucesso do Kuomintang, o aumento da influência comunista nas sociedades abaladas pela guerra, da Coreia a Java (e sem excluir o Japão), parecia cada vez mais provável. No entanto, qualquer novo compromisso na Ásia continental, adicionado ao fardo de defender a Europa, parecia fora de questão. Foi este dilema que impeliu a política americana para o seu novo rumo. Aumentou a razão para apoiar o colonialismo britânico e francês contra movimentos comunistas no Vietname e na Malásia. Diminuiu a razão para apoiar os holandeses contra os nacionalistas indonésios que, para deleite de Washington, reprimiram uma revolta comunista em 1948. Inverteu o plano para neutralizar o poderio industrial do Japão (o Japão tornar-se-ia a «Suíça da Ásia», segundo a previsão do general Macarthur) no interesse da China. O Japão seria o novo aliado asiático da América, oferecendo o uso ilimitado do seu território nacional em troca de proteção americana. Este extraordinário entendimento parecia lembrar a alguns observadores a grandiosa tradição dos tratados desiguais da Ásia.

«Estamos a viver uma época de transição revolucionária», disse Jawaharlal Nehru a um grupo de líderes asiáticos em janeiro de 1949 (13). Era uma análise sagaz. Os efeitos da guerra e da turbulência que a seguiu quebraram o hábito da obediência em muitas zonas do mundo. Os primeiros três ou quatro anos após a Segunda Guerra Mundial são normalmente descritos pelos historiadores com o prelúdio da Guerra Fria, primeiro na Europa e depois na Ásia. E foram, de facto. Mas a tendência para a Guerra Fria é apenas uma parte da história e, em muitas zonas do mundo, nem sequer a parte mais importante. Também não era evidente qual seria o seu impacto sobre todas as outras convulsões provocadas pela guerra. Pois os conflitos despoletados nas extremidades da Eurásia tinham desencadeado uma série de outras explosões um pouco por todo o mundo. Sob o seu impacto, a ordem estabelecida – muitas vezes recente e frágil – vacilou, desequilibrou-se e, nalguns lugares, desabou. Os que tinham sido excluídos do poder antes da eclosão da guerra – quer fossem comunistas, socialistas, nacionalistas, sionistas, islamitas ou separatistas – aproveitaram a oportunidade para tentar demolir a antiga estrutura política. Os partidos e interesses locais competiam para influenciar a potência regional dominante e mobilizavam energicamente para aumentar a sua força no terreno. Mas todos os passos que davam refletiam um estado de extrema incerteza. As potências vencedoras iriam impor um conjunto de decisões coletivas – como esperava Mao em 1946 (14)? Ou iriam desentender-se, irreconciliavelmente? A América voltaria a recolher-se no isolamento, como em 1919? A economia mundial voltaria a entrar em depressão? A devastação da guerra iria impedir grande parte do mundo de se dedicar ao comércio? A autarcia controlada pelo Estado seria o único meio viável de recuperação económica? O assalto à propriedade durante a guerra (através da tributação, da confiscação ou da destruição) e a diminuição geral dos direitos individuais tinham eliminado as antigas diferenças sociais e nivelado de vez a sociedade? A nova cultura de massas iria triunfar sobre as «altas» culturas e as tradições populares da época pré-industrial? A época que se avizinhava traria um mundo de grandes Estados e grandes conglomerados continentais ou uma confederação de Estados-nações livres?

Na primeira meia década de paz, os sinais foram contraditórios. Muitos Estados mais pequenos investiram grandes esperanças na Organização das Nações Unidas, criada em 1945 como sucessora mais poderosa da Sociedade das Nações. Mas seria a ONU um contrapeso às potências dominantes ou apenas uma arena para a concorrência e conflitos das mesmas? Os acordos de Bretton Woods em 1944-1945 estabeleceram novos mecanismos para impedir o regresso de uma depressão catastrófica. O Fundo Monetário Internacional permitia aos Estados enfrentar uma crise temporária nas suas balanças de pagamentos sem recurso aos controlos sobre o comércio que tinham estrangulado a

economia mundial nos anos 30. Com o zelo dos novos conversos, os americanos exigiam a eliminação das tarifas e outros entraves ao comércio. Mas perante o enorme desequilíbrio em capacidade produtiva entre os Estados Unidos e o resto do mundo e a escassez de dólares com que comprar produtos americanos, a nova era de comércio livre depressa se tornou letra-morta. A Zona da Libra Esterlina (abrangendo a Grã-Bretanha, os seus territórios coloniais, países independentes da *Commonwealth*, incluindo a Índia, e alguns países do Médio Oriente como o Egito e o Iraque) constituía uma zona comercial e monetária distinta, cujas compras em dólares eram rigorosamente controladas. Era ainda difícil de prever – mesmo com os dólares do Plano Marshall dos Estados Unidos – o ritmo de recuperação da Europa Ocidental como produtor ou mercado. O bloco soviético regressava à sua autarcia. Em circunstâncias tão austeras, era difícil imaginar uma era de crescimento e prosperidade e de maior escolha pessoal. A prioridade era aumentar a produção, praticamente a qualquer custo. Se isso era compatível com um rápido avanço em liberdade política era uma questão interessante. E se os Estados pequenos seriam viáveis fora de um bloco maior (ou império) ou sem acesso adequado a escassos fornecimentos de capital parecia no mínimo incerto.

Não admira, portanto, que não houvesse qualquer consenso sobre a configuração provável de uma nova ordem mundial. Nas velhas potências coloniais, a maioria das opiniões informadas achava que manter o império sempre que as condições o permitissem era a opção mais segura – mesmo que fosse melhor liberalizar o governo colonial. O império podia ser justificado plausivelmente como sendo no interesse material dos povos coloniais num mundo desordenado. Os nacionalistas anticoloniais podiam ganhar coragem com a súbita retirada do poder imperial britânico do seu rajado no Sul da Ásia. Mas não havia qualquer razão para julgar que a queda dos impérios coloniais seria universal, ou que aconteceria rapidamente. Parecia igualmente provável que em grande parte do mundo os governantes coloniais recobrassem o ânimo e reconstruíssem os seus Estados coloniais (de uma forma modificada) com o apoio americano. A época revolucionária de Nehru estava ainda em formação.

A Descolonização

Sabemos, evidentemente, que o revivalismo colonial foi de alcance limitado e duração muito breve. Na realidade, a descolonização tornou-se o facto político dominante na maior parte da Ásia, África e o Médio Oriente, e os seus efeitos repercutiram-se ideologicamente também na América Latina. A descolonização é muitas vezes equiparada ao fim do *governo* colonial, mas essa é uma visão demasiado estreita. É muito mais útil pensar nela como a demolição de uma ordem imperial centrada na Europa em que o domínio territorial estava ligado a «direitos» extraterritoriais. As bases, enclaves, guarnições, canhoneiras, portos de tratado e tratados desiguais (como no Egito ou na China) espalhados pelo mundo afro-asiático eram tanto a manifestação desse imperialismo europeu como as colónias e protetorados pintados de vermelho, azul, amarelo ou verde nos antigos mapas coloniais. O mesmo se poderia dizer do pressuposto de que a intervenção era justificada pela incapacidade geral dos Estados não-europeus de atingir o nível civilizacional que os visitantes europeus tinham o direito de esperar. Esta «ordem» imperial imaginava uma hierarquia cultural em que as capacidades progressistas das sociedades do Noroeste da Europa (e euro-americanas) eram contrastadas com o «estado estacionário» (por vezes pitoresco) em que as culturas não-ocidentais supostamente estavam atoladas. Esperava também, e quando possível impunha, uma divisão económica do trabalho em que o capital, as manufaturas e os conhecimentos técnicos do mundo imperial-industrial eram trocados pelas matérias-primas e géneros alimentícios dos países não-

ocidentais.

A maior parte deste «regime» global desmoronou-se rapidamente nas duas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial. Uma ordem mundial centrada na Europa deixara de ser sustentável. Na verdade, o esforço da Grã-Bretanha e da França para a manter nas regiões que governavam ou onde a sua influência fora preponderante aumentou ainda mais a resistência que as obrigou a sair. Podiam ter ficado mais tempo como «subempreiteiros» da influência americana. Mas em meados da década de 50 o seu protetor transatlântico já deixara de acreditar nos seus métodos. O clima mudara. A linguagem do império e do domínio colonial perdera quase toda a sua legitimidade nos assuntos internacionais. As duas maiores potências do mundo havia muito que a tinham denunciado. Existia já um grupo considerável de Estados ex-coloniais (a Índia era o mais proeminente) cuja prioridade era a demolição do colonialismo, e cuja boa vontade e aprovação eram cobichadas pelas duas superpotências. As instituições e a Carta da Nações Unidas – o palco principal da luta das superpotências por maior influência – previam um mundo em que o Estado-nação livre era o ideal e a norma. O poder colonial perdera todas as suas justificações.

A descolonização teve resultados bastante surpreendentes. Provocou um aumento súbito no número de Estados soberanos, quase quadruplicando o total do período entre as guerras mundiais. Demoliu o aparelho do privilégio europeu nalguns Estados não-europeus que tinham sido apenas teoricamente soberanos. Destruiu a legitimidade do domínio imperial e pôs a ridículo o espírito do «serviço» imperial. Abriu caminho a que os governos pós-imperiais expropriassem bens estrangeiros, controlassem o comércio externo e chegassem a um acordo (por vezes vantajoso) com firmas multinacionais. Foi o estímulo fundamental para uma grande reavaliação dos valores culturais e para a rejeição – ou contestação – dos que eram considerados de origem europeia. Muito menos claro (como veremos) era se o colapso da ordem imperial dominada pela Europa significaria uma verdadeira transição para um «mundo de nações». Ou se a partilha da Eurásia (como o contexto vital em que ocorreu a descolonização) incentivaria o surgimento de novos tipos de império, dependendo muito menos do domínio colonial do que de formas de influência que poderiam ser igualmente eficazes.

O fim do domínio britânico na Índia em 1947 e a retirada dois anos depois das marinhas de guerra europeias da China assinalaram o fim da «época de Vasco da Gama» na história asiática. Terminara o longo período de predomínio europeu. Esta foi a conclusão de um historiador indiano alguns anos depois⁽¹⁵⁾. Mas o impacto da presença europeia não deve ser exagerado. Os europeus tinham construído enormes impérios coloniais, sobretudo no Sul da Ásia: no arquipélago malaio, na Indochina e principalmente na Índia. Dominaram as rotas marítimas para a Ásia Oriental depois de *circa* 1840, e já estavam firmemente instalados na China marítima na década de 60 do século XIX. Mas o Japão resistira ao domínio da Europa e mais do que preservara a sua autonomia. O esforço europeu depois de 1890 para penetrar na sociedade e economia da China mal tinha começado quando foi travado pelas alterações geopolíticas da Primeira Guerra Mundial. A colonização europeia da Ásia fora bastante irregular, com bases muito pouco sólidas em grande parte do Sudeste Asiático (onde o domínio colonial conquistara pouca influência antes dos anos 90 do século XIX). Foi muito mais impressionante nas orlas marítimas do continente do que no interior. (Neste aspeto, como noutros, a Índia foi diferente.) É este facto que explica em parte porque se desmoronou tão depressa em 1941-1942 e não conseguiu restabelecer-se completamente depois de 1945.

Mas as mudanças após 1945 foram significativas. Menos de dez anos depois, o domínio colonial quase desaparecera do Sul, Oriente e Sudeste da Ásia. Onde ainda se mantinha, o plano para a independência já estava traçado ou o território em causa tinha pouca importância. A exceção foi Hong Kong. Mas Hong Kong continuou a ser uma colónia por graça, favor e interesse do governo

chinês (16). Perante uma Europa dividida e devastada pela guerra, não admira que uma nova geração de líderes asiáticos se impressionasse com a diferença que alguns anos podiam fazer. O colapso simultâneo de uma ordem mundial eurocêntrica e o súbito restabelecimento da independência dos Estados da maior parte da Ásia anunciavam um novo começo. As concepções de raça e cultura dos asiáticos, a indiferença asiática às disputas fratricidas da Europa e os interesses dos milhões de pobres da Ásia podiam finalmente encontrar uma voz.

Foi esse o espírito que dominou a conferência «asiática-africana» realizada em Bandung, na Indonésia, em maio de 1955. O anfitrião foi Sukarno, presidente da Indonésia e herói da revolução anticolonial. Vieram delegados de mais de 25 países, incluindo a Costa do Ouro e o Chipre, ambos ainda colónias (17). O Egito fez-se representar por Gamal Abdel Nasser. A presença de Nehru e de Chou En-lai, os primeiros-ministros da Índia e da China, conferiu maior autoridade aos trabalhos da conferência. A reunião não tinha uma agenda formal, mas o seu objetivo implícito era afirmar os direitos do mundo não-ocidental na política internacional. As resoluções da conferência exigiam mais membros afro-asiáticos no Conselho de Segurança das Nações Unidas, condenavam todas as formas de discriminação racial e declaravam o colonialismo um mal «que devia ser rapidamente eliminado». Num discurso notavelmente conciliatório, Chou En-lai afirmou que a China não tinha quaisquer pretensões expansionistas e estava pronta para negociar com os Estados Unidos. Nehru denunciou qualquer aliança com o Ocidente como «uma humilhação intolerável para um país afro-asiático» e a NATO como «um dos defensores mais poderosos do colonialismo». A África e a Ásia deviam permanecer neutras no conflito entre o Leste e o Ocidente: «porque havemos de ser arrastados para as suas querelas e guerras?» (18).

Os discursos de Nehru e de Chou En-lai baseavam-se na visão de uma Ásia e África em que a influência externa só existiria por consentimento tácito. Era uma concepção heroica da descolonização que rejeitava qualquer vestígio de ligação pós-imperial. Os Estados asiáticos assumiriam a luta para libertar os restantes povos colonizados. A cooperação cultural entre asiáticos e africanos substituiria a antiga deferência para com as pretensões civilizacionais da Europa. Estas ideias continuavam a ser poderosas. As possibilidades de um «Terceiro Mundo» não-alinhado, independente do Leste e do Ocidente, exerciam uma enorme atração. A solidariedade do Terceiro Mundo contra o colonialismo, manifestada de forma enérgica nas Nações Unidas, contribuiu para acelerar o fim do domínio europeu, sobretudo em África depois de 1960. No entanto, apesar das atrações, o futuro pós-colonial imaginado em Bandung estava condenado à partida. A descolonização não era apenas uma questão de derrubar o poder colonial ou excluir a influência europeia. Mesmo em Bandung, surgiu uma divergência entre os Estados afro-asiáticos que preferiam a linha «neutralista» de Nehru e um grupo considerável que era abertamente pró-ocidental. Uma das razões para essa divergência era a desconfiança inquietante (apesar das garantias de Chou En-lai) relativamente às intenções sino-soviéticas. Mas a causa mais profunda residia nas complexas tensões evocadas pela fuga da Ásia ao império. Porque o que aconteceu não foi o surgimento de uma família de novas nações plenamente formadas a partir do *ancien régime* da Ásia. Onde os impérios tinham desabado ou sido derrubados, o que se seguiu foi uma série de lutas de sucessão entre pretendentes rivais aos seus títulos. Como o domínio imperial juntara muitas vezes grupos étnicos diferentes e ignorara antigas fronteiras etno-culturais, nem as novas identidades nacionais nem os seus direitos territoriais podiam ser dados como adquiridos. Talvez tivesse sido mais simples se isto se aplicasse apenas aos impérios coloniais que os europeus tinham construído. Mas nos anos 50 a Ásia já se encontrava pejada de ruínas de outros impérios. As ambições imperiais da Grã-Bretanha, França, Rússia, Holanda e Portugal tiveram os seus equivalentes asiáticos no vasto domínio centro-asiático construído pelos Ch'ing, nas colónias abandonadas do Japão na Coreia e na Formosa e nos impérios do Sudeste Asiático, cujos

soberanos tailandeses, birmaneses e vietnamitas tinham sido cercados e atacados na era colonial. A Caxemira, o Tibete, a Coreia, os estreitos de Taiwan, o Vietname, Samatra e os «Estados Montanhosos» da Birmânia eram as chagas abertas desta difícil transição do império para a nação, a prova flagrante de que a construção de Estados na era pós-imperial raramente era consensual. O envolvimento da Ásia na Guerra Fria iminente escondeu a dura realidade destes conflitos locais e regionais.

Como tantas vezes na história eurasiática, o papel da China foi decisivo. No final de 1950, o seu interior já estava unificado sob domínio comunista. A impressionante vitória de Mao talvez se devesse tanto ao «nacionalismo camponês» das massas rurais da China (estimulado pelo ódio à ocupação japonesa [¹⁹]) como à atração do programa de reforma agrária do seu partido. As proporções ainda são alvo de controvérsia (²⁰). Mas não havia qualquer dúvida de que a China retomara novamente um lugar predominante na Ásia Oriental, com um enorme exército endurecido pela guerra. Em determinadas circunstâncias, isso podia ter conduzido a uma política introvertida de reformas internas que deixasse os vizinhos da China entregues a si próprios. Mas no clima político do início dos anos 50, tal resultado era pouco provável. Pelo contrário, os dirigentes do novo regime adotaram a visão dos seus antecessores republicanos, e dos Ch'ing antes deles, de que o seu domínio só estaria seguro se os acessos terrestres à China fossem controlados por gente de confiança. Consequentemente, reafirmaram de forma violenta a autoridade de Pequim no Tibete. Quando lhes pareceu provável que o Norte da Coreia caísse em mãos não-comunistas, intervieram em massa na Guerra da Coreia. Dois milhões de chineses serviram na Coreia, e mais de 150 000 morreram na guerra (²¹). Mao tinha uma visão semelhante da fronteira sul da China. Na fase crítica do conflito entre o Viet Minh e os franceses no Norte do Vietname, a ajuda militar e os «conselhos» estratégicos dos chineses desempenharam um papel decisivo na esmagadora derrota da França em Dien Bien Phu, em maio de 1954, o princípio do fim do poder colonial na Indochina (²²). O sentimento de cerco de Pequim advinha do facto de os seus inimigos do Kuomintang terem sobrevivido (em Taiwan) e poderem, com a ajuda americana, retomar a luta política. Apesar da dimensão da sua vitória, Mao e os seus colegas sabiam muito bem que esta não fora absoluta. Enfrentavam o desafio de construir um novo Estado industrial sobre a base agrária da China – que teria de pagar a fatura. Tinham de ancorar o seu poder numa nova ordem social – que teria de ser criada. Tinham de defender a revolução.

A sensação de ameaça externa e interna impediu um recuo para o esplêndido isolamento preferido pelos novos dinastas em épocas anteriores. O facto de o seu ingresso nas Nações Unidas ter sido impedido (até 1971) pela América agravou essa sensação. A princípio, a política chinesa misturava cautela e esperança. A urgência evidente de um projeto industrial, bem como a necessidade de compensar a ajuda americana ao Kuomintang, levou a República Popular a aproximar-se de Estaline. Na Coreia e no Vietname em 1953-1954, Pequim aceitou um acordo de partilha. Depois da derrota da França na Primeira Guerra da Indochina, Chou En-lai procurou acalmar os receios regionais (e conter a influência americana) através de uma diplomacia conciliadora. Mas no final dos anos 50 Mao já se convencera de que seriam necessários métodos mais severos. Ele desconfiou do apelo de Moscovo à coexistência com o capitalismo, e encarou a diplomacia de cimeiras do líder soviético Nikita Krushev como uma traição à China. A solidariedade sino-soviética durou menos de uma década. Perante o aumento do apoio americano ao regime de Taiwan, Mao fez subir a parada militar bombardeando Quemoy, uma ilha próxima do continente sob controlo do governo do Kuomintang. Contrariou a perda de pujança na transformação interna da China com uma agressiva e nova estratégia de coletivização rural, o chamado «Grande Salto em Frente». A redistribuição de terras dos latifundiários aos camponeses revelou-se (como na Rússia) apenas o prelúdio para o controlo do Estado. E em 1960 aprovou o pedido insistente de Hanói para retomar a luta armada (suspensa desde

1954), por uma vitória comunista no Vietname do Sul ⁽²³⁾. A nova linha de ação de Mao era fazer da China a patrocinadora da violência revolucionária contra os Estados coloniais sobreviventes, ou contra regimes sucessores coniventes com o capitalismo. A sua mensagem era simples. A eliminação do imperialismo estava longe do fim. A descolonização tinha de chegar – para ser verdadeira – através da grande revolta rural dos camponeses empobrecidos: uma «guerra do povo» contra a burguesia mundial ⁽²⁴⁾.

O programa revolucionário de Mao para um mundo pós-imperial suscitou grande entusiasmo, intelectual e político, nomeadamente entre aqueles que esperavam saborear a sua vitória a uma distância confortável. Nos anos 60 e 70 ofereceu uma alternativa esperançosa aos insucessos e cedências dos regimes pós-coloniais. Atraiu sobretudo aqueles que esperavam ainda inverter a inesperada recuperação do capitalismo no mundo do pós-guerra. Como veremos, obteve os seus sucessos mais notáveis nas condições especiais do Sudeste Asiático. Mas em termos mundiais, a contenção da China e do anti-imperialismo maoísta teve realmente maior significado. Em parte, isso deveu-se aos efeitos nocivos das doutrinas políticas de Mao – sobretudo a sua «Revolução Cultural», uma forma de purga em massa – sobre a economia chinesa. Em parte foi o reflexo do ressurgimento da animosidade para com o grande vizinho no Norte da China. Mas o obstáculo mais sério às ambições de Mao surgiu da forte divergência entre os dois grandes Estados da Ásia Oriental.

Se a viragem da China para o comunismo contrariou a maior parte das previsões do tempo da guerra, não menos surpreendente foi a prontidão do Japão para «abraçar a derrota» (na expressão notável de John Dower) ⁽²⁵⁾. No final da guerra, o Japão tinha sido ocupado por uma grande guarnição americana, militar e civil, de quase um milhão de efetivos ⁽²⁶⁾. Durante mais de seis anos, um vice-rei americano (o general Douglas MacArthur, na maior parte desse período) controlou o poder executivo, e a sua aprovação era necessária para qualquer decisão importante. A soberania do Japão foi suspensa; os japoneses foram proibidos de viajar para o estrangeiro; não eram permitidas quaisquer críticas ao regime de ocupação. Foi implementado um conjunto de reformas para extirpar as pretensas fontes do imperialismo militarista do Japão. As mulheres receberam o direito de voto e foi reduzida a idade de voto, mais do que duplicando o eleitorado. Uma nova constituição imposta pelos ocupantes impedia as forças armadas de participar no governo e repudiava a guerra como instrumento de política nacional. As grandes casas comerciais familiares ou *zaibatsu* foram desagregadas. A reforma agrária diminuiu o poder dos proprietários e duplicou o número daqueles que cultivavam a sua própria terra para cerca de 60% ⁽²⁷⁾. Incentivou-se a criação de sindicatos. Foram redigidos novos manuais escolares e o programa de ensino foi democratizado ⁽²⁸⁾. Um assalto tão violento à ordem estabelecida podia ter provocado uma reação hostil, pois a elite civil que os americanos enfrentavam continuava a ser profundamente conservadora. Na realidade, esse assalto fez parte de um extraordinário entendimento. Quando os seus receios relativamente à China os levaram a «inverter a marcha», os americanos aceitaram a necessidade de um Estado japonês forte com uma economia industrial. Fizeram as pazes com a burocracia poderosa. Tinham o apoio tácito do imperador japonês, cujo papel como chefe nominal foi cuidadosamente preservado. Com a crescente turbulência na Ásia Oriental continental e a eclosão da guerra na península coreana em junho de 1950, os líderes conservadores do Japão tinham também pouco espaço de manobra. Ansiavam pôr fim à ocupação americana e restaurar a soberania japonesa. Mas um desafio aberto à política de Washington poderia indignar o público americano e adiar a independência. Podia também encorajar a esquerda, que tinha um terço dos votos japoneses, e induzir mais mudanças radicais.

O resultado foi a outorga aos americanos de uma influência extraordinária sobre a forma e o rumo do novo Estado japonês. O tratado de paz assinado em São Francisco em 1951 devolveu a soberania ao Japão, mas nem a União Soviética nem a China foram signatárias. Os termos impostos

pela América eram rígidos. O Japão devia aceitar um pacto de segurança mútua que permitisse às forças americanas utilizar qualquer zona do país e isentasse os seus efetivos da jurisdição japonesa. A ilha de Okinawa, anexada pelo Japão em 1879 e palco de uma batalha épica na Guerra do Pacífico, tornou-se uma grande base americana, deixando de ser administrada como parte do Japão. A economia japonesa foi associada à americana através de uma taxa de câmbio fixa, enquanto o seu antigo mercado na China foi vedado devido ao embargo comercial da América. Na fase crítica da formação da Ásia Oriental no pós-guerra, o Japão tornara-se o baluarte indispensável do poder regional da América, a grande plataforma marítima a partir da qual a sua força económica e militar podia ser usada como obstáculo ao ressurgimento da China. A influência americana fez-se também sentir na cultura popular japonesa. Ironicamente, na Ásia Oriental descolonizada, a influência do Ocidente (não apenas da Europa) seria afirmada de forma mais enérgica do que antes da Segunda Guerra Mundial.

O terceiro grande Estado da Ásia era a Índia. A Índia gozava do prestígio de ser a maior democracia da Ásia. Sob a liderança de Nehru, talvez tivesse esperado desempenhar um papel relevante na configuração da Ásia pós-colonial⁽²⁹⁾. Com efeito, Nehru pode ter esperado aliar-se a Pequim para excluir a influência externa da política do continente – como insistira em Bandung. Mas tudo se conjugava contra essa possibilidade. A influência da Índia era prejudicada pela sua própria herança pós-colonial. A sua independência chegara com uma divisão traumática e deixara um conflito não resolvido a inquirar as suas relações. Infelizmente, a questão de Caxemira (reivindicada pelo Paquistão mas ocupada em grande parte pela Índia) depressa se conjugou à questão altamente sensível da autonomia do Tibete. A violenta repressão chinesa do governo do Tibete depois de 1950 foi conseguida em parte com o corte das ligações tibetanas através dos Himalaias. As duas principais rotas entre a Índia e o Tibete atravessavam Siquim a sul e Leh a oeste, em Caxemira⁽³⁰⁾. A atividade militar numa fronteira mal definida tornou-se uma fonte de tensão entre a China e a Índia, conduzindo por fim à guerra⁽³¹⁾. A derrota da Índia (em 1962) seria adequadamente simbólica das ambições mais grandiosas de Nehru. O sistema político da Índia (que distribuía amplos poderes e recursos pelos seus governos estaduais), a ameaça «interna» de uma guerra com o Paquistão e o lento progresso da economia indiana (a participação da Índia no comércio mundial diminuiu dois terços nos anos 50 e 60)⁽³²⁾ conspiravam para frustrar a pretensão da Índia, naquela fase, à categoria de «grande potência» asiática.

No seu sentido mais amplo, o rumo da descolonização da Ásia foi fortemente determinado pelas limitações e fraquezas dos seus maiores Estados. Nem sozinhas nem em conjunto conseguiram resolver as lutas de sucessão que resultaram do passado imperial da Ásia ou dos conflitos ideológicos do seu presente revolucionário. Isso deixou a porta aberta para as potências estrangeiras que Nehru quisera afastar. Foi a subserviência da China que permitiu que Estaline lançasse o ataque norte-coreano em junho de 1950⁽³³⁾. Foi o controlo do Japão que permitiu a mobilização de um enorme exército americano para defender a Coreia do Sul. Mas o principal palco de conflito onde o poder estrangeiro desempenhou um papel crucial foi no Sudeste Asiático.

Isso não aconteceu por acaso. Nesta zona, o fim do colonialismo foi um processo muito mais complexo do que no Sul da Ásia (onde o domínio britânico tinha ruído) ou na Ásia Oriental (onde o império japonês foi destroçado pela guerra). Isso deveu-se em parte à ajuda que os americanos prestaram, não só à Grã-Bretanha, mas também à França (mas não aos holandeses). Mas foi também produto de divisões étnicas e religiosas, de uma geografia fragmentada e do pouco progresso que a construção de Estados tinha feito na época colonial. A princípio, parecia que a ocupação japonesa durante a guerra tinha destroçado o domínio colonial europeu em toda a região. Proporcionara aos líderes políticos locais liberdade suficiente (e tempo suficiente) para construir novas lealdades

políticas e derrubar o antigo aparelho colonial. Na Birmânia, na Indochina e nas Índias Orientais Holandesas (Indonésia), surgiram novos governos «nacionais». Quando as tropas aliadas do Comando do Sudeste Asiático (sobretudo britânicos e indianos) regressaram depois da retirada japonesa, encontraram novos candidatos ao poder. O resultado foi um impasse. A estratégia das potências coloniais era cooptar os novos líderes prometendo uma delegação de poderes mas não a independência efetiva. Mas a grande instabilidade na política local e na cena internacional tornavam impossível a manutenção de qualquer acordo. Na Birmânia, os britânicos foram obrigados a sair pelo custo óbvio de restabelecer o controlo e pelo benefício ínfimo de o tentar ⁽³⁴⁾. Na Indonésia, na Indochina e na Malásia britânica a luta foi mais prolongada.

Na Indonésia, os holandeses esperavam aproveitar o facto de o nacionalismo gozar apenas de apoio limitado em grande parte do arquipélago, onde o receio do domínio javanês e (nalguns casos) o sentimento anti-islâmico faziam do domínio colonial holandês o menor de dois males. Mas a realidade era que um controlo holandês absoluto, mesmo numa «Comunidade» Holanda-Indonésia, não podia ser mantido sem o apoio de Java, a parte mais desenvolvida do arquipélago, com cinco oitavos da sua população. Foi a incapacidade holandesa de conseguir esse apoio, e a recusa americana de apoiar uma prolongada guerra de guerrilha em Samatra e Java (que podia ter destruído a economia indonésia e alargado o apoio ao comunismo), que obrigaram os holandeses a sair em 1949-1950 ⁽³⁵⁾.

Na Indochina, o desfecho foi diferente. Os franceses tinham conseguido reintroduzir-se no Norte (Tonkin) e no Sul (Cochinchina). Enfrentavam um movimento formidável, o Viet Minh, liderado por Ho Chi Minh e baseado no apoio dos camponeses do Norte e na economia de plantações da Cochinchina. O que permitiu aos franceses permanecer durante mais tempo foi uma vantagem crucial. O tipo de nacionalismo vietnamita de Ho (o próprio Ho era marxista e um veterano da Internacional Comunista) era rejeitado por vastos segmentos da sociedade vietnamita: as classes proprietárias, grande parte da população urbana, os católicos (que constituíam 20% da população de Tonkin), os seguidores das seitas Cao Dai e Hoa Hao e algumas das minorias étnicas das terras altas ⁽³⁶⁾. Muitas destas pessoas permaneciam politicamente neutras, ou apoiavam a tentativa do monarca vietnamita Bao Dai de conseguir a autonomia vietnamita no seio da «União Francesa». Esta era a plataforma para a luta militar da França contra o Viet Minh, e para a ajuda americana maciça, com o intuito de impedir o Vietname de cair nas mãos de «verdugos e forças armadas comunas chinocas» (na linguagem pitoresca do Secretário de Estado americano) ⁽³⁷⁾. Mas em meados de 1953 a credibilidade de Bao Dai já passara a depender quase exclusivamente do prestígio militar francês. Depois da derrota francesa em Dien Bien Phu, no ano seguinte, a posição de Bao Dai e da França tornou-se insustentável. O resultado, contudo, não foi um triunfo fácil para Ho.

A razão para isso não foi apenas a vontade americana de impedir a expansão da esfera comunista, que levava Washington a ponderar uma guerra total contra a China – a principal apoiante de Ho – em 1954. Um segundo ingrediente crucial foi a habilidade com que Ngo Dinh Diem, um notável católico bem relacionado, construía uma rede suficientemente forte para dominar grande parte do Sul. Diem era um nacionalista. Demonstrara grande astúcia ao cultivar a simpatia dos americanos e ao rejeitar a semi-independência oferecida pela França. Mais tarde seria denegrido como lacaio americano, mas o seu objetivo inicial tinha sido derrotar Ho Chi Minh e construir um Estado vietnamita ao seu próprio estilo ⁽³⁸⁾. Em terceiro lugar, o avanço do Viet Minh foi freado pelo seu aliado chinês – em parte por receio do poder militar destrutivo dos americanos mas também porque a China não queria que o Laos ou o Camboja cedessem à influência americana. (Em troca, o Laos e o Camboja juraram neutralidade; a Tailândia já aderira ao Pacto de Manila, celebrado entre alguns Estados do Sudeste Asiático e o Ocidente.) No Sudeste Asiático continental, a maioria dos atritos resultava dos projetos

de construção de Estados dos birmaneses, tailandeses, vietnamitas, laosianos e cambojanos. Os conflitos internos e externos destes povos atraíram os estrangeiros para a região, tornando difícil recusar ofertas de ajuda estrangeira. O mesmo se poderia dizer do caso da Malásia. Os dirigentes políticos malaios entenderam a insurreição comunista após 1948 não só como um desafio dos chineses locais a um futuro Estado malaio mas também como uma ameaça ao poder colonial britânico. Para derrotar os comunistas e impedir o assédio do seu vizinho – a Indonésia de Sukarno – escolheram a independência (em 1957) em aliança com a Grã-Bretanha e não o não-alinhamento ou o neutralismo ⁽³⁹⁾.

A fase crítica da descolonização da Ásia entre 1945 e 1960 tomou assim um rumo muito diferente das esperanças e sonhos enunciados em Bandung. Em vez de desprezarem o jogo fútil da diplomacia da Guerra Fria – como recomendara Nehru – muitos líderes asiáticos aceitaram a realidade de um mundo «bipolar». Em vez de manterem uma independência orgulhosa, esperavam tirar partido da Guerra Fria. Na realidade, talvez não tivessem alternativa. A fragilidade económica e militar, as divisões internas, a agitação social e o hábito secular de procurar fora da Ásia o caminho para a modernidade alterariam inevitavelmente a trajetória pós-colonial da Ásia. Restava saber até que ponto estes problemas arrastariam o continente para a órbita de um novo sistema imperial.

A descolonização do Médio Oriente não foi menos tortuosa, amarga e conflituosa. O fim da Segunda Guerra Mundial foi saudado na região, como no resto da Ásia, como um novo começo. Com a paz veio a promessa do desmantelamento da enorme máquina militar que os britânicos tinham instalado em toda a região – um superimperialismo que transformara os Estados árabes e o Irão (também parcialmente ocupado por tropas russas) em meros auxiliares do esforço de guerra imperial. Quando isso se cumprisse, a vida política poderia renascer. Outra boa nova era que os britânicos tinham decidido (no seu próprio interesse) tirar os franceses dos mandatos da Síria e do Líbano e garantir a independência dos mesmos (1946). Era um começo promissor. Tinham também encorajado a formação da Liga Árabe em 1944-1945. Os britânicos pretendiam utilizar a Liga para manter os Estados árabes sob sua influência. Mas a Liga poderia também funcionar como meio para a cooperação árabe, ajudando a excluir ou conter a ingerência de potências externas. No novo panorama geopolítico, em que o poder soviético e americano parecia equilibrar (ou superar) o da Grã-Bretanha, essa ingerência seria muito menos provável do que antes de 1939. Para muitos jovens árabes, parecia haver razões para esperar que o mundo do pós-guerra fosse uma nova «era nacional». A falsa aurora que prometera o fim do jugo otomano depois de 1918 – e que afinal conduzira ao domínio regional da Grã-Bretanha – podia finalmente dar lugar ao glorioso amanhecer da plena nacionalidade árabe.

Quase imediatamente ergueram-se os obstáculos. Os britânicos rejeitaram a «lógica» da retirada: entrincheiraram-se ainda mais ⁽⁴⁰⁾. Razões de estratégia (como vimos) e uma forte dependência do petróleo (que continuava a vir sobretudo do Irão) tornaram a retirada impensável. A vulnerabilidade estratégica e a fraqueza económica com que a Grã-Bretanha entrara na paz (Londres esperava que fossem temporárias) inviabilizavam qualquer cedência dos seus bens imperiais, a menos que (como na Índia) estes se tornassem insustentáveis. No Médio Oriente, os britânicos ainda acreditavam que tinham um trunfo forte. A sua posição baseava-se na aliança com o Egito, o Estado mais desenvolvido da região, com mais de metade da população do Médio Oriente árabe – 19 milhões em cerca de 35 milhões ⁽⁴¹⁾. O conflito antigo entre a monarquia egípcia e a classe latifundiária conferia-lhes uma enorme vantagem na política do país. Se precisassem de mais meios de «persuasão», podiam enviar tropas para o Cairo a partir da sua base na Zona do Canal numa questão

de horas. Para melhorar as relações depois dos esforços da guerra, acenaram com a promessa de uma presença militar mais pequena. Presumiam que mais cedo ou mais tarde o Wafd ou o rei iriam querer chegar a acordo, pois a influência regional do Egito, como a sua estabilidade interna, precisava de apoio britânico. Assim, quando as negociações emperraram, os britânicos decidiram esperar até que as coisas «acalmassem». Podiam dar-se a esse luxo – era o que pensavam, pelo menos. Pois podiam contar também com a amizade política das monarquias hachemitas do Iraque e da Jordânia. Todos sabiam que a coesão destes dois Estados (criados pelos britânicos no início dos anos 20) e a sobrevivência dos seus monarcas (instalados pelos britânicos na mesma altura) se baseavam na promessa de ajuda britânica contra a revolta interna e o ataque externo. A sul e a leste ficava o golfo Pérsico, ainda um «lago britânico». Ao longo da sua costa árabe havia uma série de pequenos Estados, do Kuwait a Omã, ligados aos britânicos pela promessa de proteção contra vizinhos potencialmente predatórios. Na ponta meridional da península arábica ficava a antiga base britânica de Ádem e uma faixa costeira sob vigilância britânica. Como se tudo isto não bastasse, a Grã-Bretanha planeava instalar bases na Líbia, tirada aos italianos e com a independência já programada e liderada por um rei apoiado pelos britânicos. Escusado será dizer que os britânicos exerciam a prerrogativa de *regular* a política de toda a região do Médio Oriente. O apoio diplomático numa disputa entre Estados, a oferta de ajuda ou a recusa de negociar com um governo «hostil» eram as técnicas clássicas do controlo quase-imperial. Os britânicos já jogavam este jogo havia uma geração ou mais. Expulsá-los ia ser uma tarefa difícil, conflituosa e talvez até sangrenta.

Para os árabes mais radicais a solução era óbvia. O colosso imperial só podia ser vencido pela força coletiva do nacionalismo pan-árabe. A conceção de uma nação árabe comum desacreditaria os acordos que os britânicos tinham feito com os governantes e «homens grandes» dos Estados árabes. Desafiaria a complacência da elite rural e melhoraria as condições sociais que mantinham a esperança de vida árabe ao mesmo nível da indiana. Mas a unidade árabe era ainda um sonho distante. As divisões étnicas, religiosas e sociais – um legado, em parte, do domínio otomano e europeu – estavam profundamente enraizadas. O nacionalismo pan-árabe tinha de competir com a inimizade endémica entre as elites dirigentes da região. Os nacionalistas do Egito tinham pouco em comum com as outras nações árabes («uma coleção de zeros», escarneceu Saad Zaghlul nos anos 20) ⁽⁴²⁾. Vangloriavam-se do passado faraónico do Egito (incentivados pelas grandes descobertas arqueológicas dos anos 20) e consideravam-se os verdadeiros guardiões do nacionalismo e cultura árabes na sua forma mais elevada. Os egípcios menosprezavam os governantes hachemitas do Iraque e da Jordânia, considerando-os fantoches e arrivistas, e as suas pretensões à liderança do mundo árabe como absurdas e insolentes. Os reis hachemitas estavam igualmente convictos do seu direito histórico de encabeçar a causa árabe: afinal tinham sido eles a liderar a revolta após 1916 e a proclamar uma nação árabe. A sua antiga ambição era um grande Estado hachemita que unisse a Síria (perdida para os franceses em 1920) e a Palestina ao Iraque e à Jordânia. A sua inimizade mais feroz, paga na mesma moeda, era para com a casa de Saud. Afinal, foi o monarca saudita que tomou os lugares santos de Meca e Medina aos seus xarifes e transformou o Reino do Hejaz numa província da futura Arábia «Saudita». Grande parte da rivalidade entre o Egito, os hachemitas e os sauditas concentrava-se na Síria, cujos conflitos religiosos e regionais a tornavam um terreno fértil para a influência externa ⁽⁴³⁾.

Este equilíbrio instável de forças políticas no Médio Oriente do pós-guerra foi perturbado pelo impacto vulcânico da questão da Palestina. Os britânicos tinham planeado manter o seu domínio na região através de uma transição pacífica. Todos os Estados árabes seriam independentes; alguns ficariam ligados por tratado à Grã-Bretanha; os restantes reconheceriam a primazia efetiva da Grã-Bretanha, a única grande potência com força no terreno. A gestão desta mudança no caso da

Palestina, administrada diretamente pela Grã-Bretanha sob mandato da Sociedade das Nações desde a Primeira Guerra Mundial, seria sempre difícil, quaisquer que fossem as circunstâncias. Conciliar a promessa de uma «pátria» judaica, na qual os judeus pudessem estabelecer-se, com os direitos dos árabes que já lá se estavam, revelara-se uma tarefa bastante difícil nos anos 20. A afluência de imigrantes que fugiam da opressão nazi nos anos 30 tornou-a quase impossível. O plano inicial de Londres fora aplacar a indignação dos árabes da Palestina com a crescente migração judaica fixando um limite para garantir uma maioria árabe permanente. Com o seu futuro resolvido como Estado árabe, a Palestina podia ser lentamente conduzida a uma forma de autonomia. Depois de 1945 esta solução engenhosa depressa foi inviabilizada. Em meados de 1948, a dificuldade prática e embaraço político de excluir refugiados judeus, a pressão diplomática dos Estados Unidos contra essa tentativa e a dimensão e ferocidade da campanha terrorista travada por colonos judeus já tinham destruído qualquer perspectiva de autoridade britânica⁽⁴⁴⁾. O resultado foi o pior de todos os mundos coloniais: um território ingovernável cujo controlo era disputado entre dois inimigos aparentemente inconciliáveis; incentivos exteriores que endureciam a determinação das duas partes em conflito; e a ausência de meios ou de um método para impor qualquer decisão. A divisão proposta pelas Nações Unidas não pôde ser implementada. A guerra que se seguiu entre judeus e árabes (palestinos locais e os contingentes enviados pelos Estados árabes) resultou numa vitória judaica. O novo Estado de Israel tinha força suficiente para impor uma partilha territorial mais favorável. Mas não tinha força suficiente para obrigar os Estados árabes a aceitar este resultado como condição permanente.

A derrota árabe assinalou uma etapa crucial no fim do império no Médio Oriente. Estimulou o sentimento de nacionalismo pan-árabe e deu-lhe uma causa e agravo. Foi uma humilhação esmagadora para os regimes dos principais Estados árabes, onde a inflação e as privações do pós-guerra estavam a fomentar o descontentamento das massas: as violentas manifestações do Wathbah (o «Salto») em Bagdad em janeiro de 1948 já tinham impedido a renovação do tratado anglo-iraquiano⁽⁴⁵⁾. Provocou forte indignação nas fileiras dos exércitos, que culpavam os seus dirigentes civis. O impacto no Egito foi o mais grave. O rei insistira em enviar um exército, para aumentar o seu prestígio interno e afirmar o lugar cimeiro do Egito entre os Estados árabes⁽⁴⁶⁾. O choque da derrota foi ainda mais forte. Como se isso não bastasse, ele não conseguia mostrar quaisquer progressos nas negociações para a saída dos britânicos da sua enorme Zona do Canal, o símbolo visível do estatuto subalterno do Egito. Nem nas relações com os seus antigos rivais políticos, os líderes do Wafd. Como a diplomacia se revelava ineficaz, avançou-se para a ação direta. A luta contra os britânicos tornou-se cada vez mais violenta. As greves, os assassinatos e outros atos de terror tiravam partido da dependência britânica de mão de obra egípcia e do estado vulnerável das instalações do pessoal britânico. A retaliação e a vingança alastraram às principais cidades do Egito. Enquanto a sensação de ordem se desfazia, o rei planeava um golpe de estado para purgar o descontentamento no Exército. Mas antes que pudesse agir, o movimento dos «Oficiais Livres» assumiu o controlo do governo em julho de 1952 e obrigou-o a fugir para o exílio.

A princípio, os efeitos pareciam pouco radicais. O novo regime empenhou-se em restaurar a ordem. Esmagou a Irmandade Muçulmana, um movimento islamita que gozava de amplo apoio popular. Aceitou a perda de influência egípcia no alto Nilo quando os britânicos prometeram a independência, como Estado separado, ao Sudão, rejeitando a exigência de Cairo para que se respeitasse a «unidade do vale do Nilo». Acima de tudo, conseguiu a anuência britânica para uma retirada da base da Zona do Canal através da concessão de um direito de retorno se a sua utilização fosse necessária para repelir um ataque externo (isto é, uma invasão soviética) à região do Médio Oriente. Os britânicos tinham chegado à conclusão de que, com a dissuasão nuclear que podiam exercer por ar, a base era redundante na sua forma existente, além de politicamente onerosa⁽⁴⁷⁾. O

que provavelmente esperavam era que o novo regime de Nasser se concentrasse nas reformas internas. O Egito, pensavam, exerceria pouca influência no mundo árabe (48). Entretanto, eles reorganizariam o seu domínio em torno de uma aliança mais próxima com os Estados hachemitas e um novo pacto militar. A influência americana, que tinha sido útil para o acordo do Suez, estaria do seu lado. O Egito ficaria isolado e submisso. Mas a resposta de Nasser não permitiria que isso acontecesse. Na verdade, a sua espantosa revolta contra o «sistema» britânico foi o evento crucial da descolonização do Médio Oriente.

Como nacionalista egípcio (uma das primeiras medidas do governo dos novos oficiais foi trazer uma estátua de Ramsés II para o Cairo), Nasser tinha todas as razões para desconfiar dos britânicos e conspirar para os afastar do Médio Oriente. Também tinha sido influenciado pelo sentimento pan-árabe e pela guerra da Palestina. Queria uma maré de saneamento de política revolucionária para destruir o antigo regime de proprietários rurais e reis, uma herança da era colonial no Médio Oriente. Mas também temia que o tempo estivesse contra si. Qualquer governante no Cairo teria enfrentado o mesmo dilema. O Sudão já não pertencia ao Egito. Havia grande animosidade contra Israel. O Ocidente árabe (o Mashreq) estava a ser vedado à influência egípcia e talvez até ao seu comércio. Sem mercados nem petróleo, Nasser enfrentava a estagnação interna e a crescente agitação social. Tornar-se-ia perigosamente dependente da ajuda económica do Ocidente. O seu regime era inexperiente. Os seus críticos multiplicar-se-iam. A sua revolução fracassaria. Assim, enquanto os britânicos preparavam o seu «Pacto de Bagdad» (com a Turquia, o Iraque e – esperavam – a Jordânia: a Síria viria depois) (49), Nasser lançou um contra-ataque. Converteu-se ao pan-arabismo. Com aprovação saudita, apoiou a facção anti-iraquiana na política síria. Incentivou a Jordânia a opor-se ao pacto. Depois, em setembro de 1955, deu-se um golpe espetacular. Nasser rompeu o embargo ao armamento imposto pelo Ocidente e negociou um fornecimento do bloco soviético. O Egito seria então uma verdadeira potência militar. No início de 1956 já tinha declarado uma guerra política aberta à influência da Grã-Bretanha no Médio Oriente. O nível crescente de violência ao longo das fronteiras com Israel serviu-lhe de vantagem. Com o que pareceu uma facilidade espantosa, ele tomou a iniciativa na política regional. Transformou o Egito no paladino da causa pan-árabe e o sentimento pan-árabe numa força dinâmica. A reação em Londres foi de pânico e ira.

A Crise do Suez em 1956 resultou diretamente deste confronto. O fator decisivo foi o bloqueio em Washington de um empréstimo para pagar a Grande Barragem de Assuão, no Egito. Nasser expropriou o canal de Suez, que pertencia na altura à Grã-Bretanha e à França. Parecia um gesto de bravata, mas talvez Nasser adivinhasse que os britânicos teriam dificuldade em derrotá-lo. Já não tinham tropas na antiga base do Suez. Um ataque declarado enfureceria toda a opinião árabe. Apressão internacional (através das Nações Unidas) provavelmente não lhes traria o que realmente desejavam: a derrota política de Nasser. Este pode também ter percebido que a hostilidade implacável de Londres não era plenamente partilhada em Washington. Com efeito, a resposta, quando surgiu, revelou a fraqueza política da Grã-Bretanha. Mal dissimulada como uma intervenção entre as forças do Egito e de Israel (que invadiu a península do Sinai), a ocupação anglo-francesa do canal de Suez pretendia humilhar Nasser e garantir a sua queda. A explicação para a sobrevivência de Nasser era o enorme apoio da opinião patriótica árabe ao seu ato de desafio, que convenceu o presidente Eisenhower de que permitir uma vitória dos britânicos reforçaria o sentimento árabe contra o Ocidente, abriria a porta à influência soviética e prejudicaria os interesses americanos. Ironicamente, a fragilidade económica que ajudara a incitar os britânicos à sua luta com Nasser – o receio de que a influência deste prejudicasse as suas fontes vitais de petróleo – revelou-se então decisiva. Sem a anuência de Washington, eles enfrentariam o colapso financeiro. Os britânicos retiraram-se, humilhados. Nasser ficou com o canal (50). Não foi ele que caiu na armadilha política mas o

primeiro-ministro britânico, Sir Anthony Eden ⁽⁵¹⁾.

A Crise do Suez ditou o fim da ambição britânica de gerir a política de todo o mundo árabe. Criou um vácuo de influência da parte das grandes potências. Era o momento de construir uma nova ordem no Médio Oriente. Nasser apresentava-se como um Napoleão árabe. O seu prestígio era inigualável: ele era o *rais* (chefe). Com a sua enorme classe média, as suas grandes cidades e portos, a sua literatura e cinema, os seus jornalistas e professores, o Egito era o símbolo da modernidade árabe. O nacionalismo pan-árabe de Nasser (inscrito formalmente na nova constituição do Egito) enquadrava-se numa fase de grandes mudanças sociais na maioria dos Estados do Médio Oriente. Para os novos trabalhadores urbanos, o número crescente de estudantes e burocratas e a jovem classe de oficiais proporcionava um credo político e um programa cultural. Prometia um fim para a injustiça palestina, através do esforço coletivo de uma nação revitalizada. Menos de dois anos depois da sua vitória no Suez, Nasser atraiu a Síria para uma união política, formando a República Árabe Unida. O mesmo ano (1958) assistiu ao fim do domínio hachemita no Iraque. Nasser tinha ainda de lidar com o poder americano (os Estados Unidos e a Grã-Bretanha intervieram em conjunto para impedir o derrube dos governos da Jordânia e do Líbano por fações pró-Nasser). Mas os receios americanos da crescente influência soviética e a oposição de Nasser ao comunismo permitiram uma aproximação cautelosa. Parecia efetivamente que Nasser tinha conseguido uma dupla vitória espantosa. Tinha afastado a Grã-Bretanha como potência regional a favor de uma influência americana menos firme e mais tolerante. Transformou o Egito no parceiro indispensável de qualquer grande potência com interesses no Médio Oriente. A solidariedade pan-árabe sob liderança egípcia (o novo regime iraquiano de tendências comunistas fora cuidadosamente isolado) abriu novas perspectivas de esperança. Podia negociar melhores condições com as potências estrangeiras. Podia usar a arma do petróleo (a produção de petróleo aumentou rapidamente nos anos 50). Podia até ser capaz de «resolver» a questão da Palestina.

Mas como se veio a verificar, a descolonização do Médio Oriente ficou muito aquém desse ideal pan-árabe. Nasser talvez esperasse que os xecados ricos em petróleo do Golfo Pérsico (sobretudo o Kuwait) aderissem ao seu «socialismo árabe» e derrubassem os seus monarcas. Mas os britânicos permaneceram no Golfo e apoiaram os governantes locais contra o desafio político de Nasser. Em segundo lugar, o sentimento pan-árabe com que Nasser contava enfrentava um poderoso inimigo. Nos primeiros anos do pós-guerra, os novos Estados árabes pareciam criações artificiais. A elite árabe instruída e as suas ideias deslocavam-se facilmente entre eles. As estruturas do Estado eram fracas e podiam ser facilmente penetradas pela influência externa. Em 1960 isso já tinha começado a mudar. Novas elites «locais» começaram a gerir o aparelho do Estado. Cada regime montou a sua *mukhabarat* – uma polícia secreta. A consciência das diferenças nacionais entre os Estados árabes tornou-se mais clara e definida: a política carismática do pan-arabismo de Nasser tinha uma luta difícil pela frente. A união com a Síria desfez-se passados três anos ⁽⁵²⁾. Em terceiro lugar, o Estado de Israel revelou-se muito mais resistente do que se esperaria, e o apoio que recebia dos americanos não mostrava qualquer sinal de diminuir: no início dos anos 60 dir-se-ia até que estava a aumentar ⁽⁵³⁾. Em quarto lugar (e em grande parte por causa disso), o projeto pan-arabista não podia ser realizado sem ajuda exterior. A procura de armas, ajuda e mais influência contra Israel (e as suas próprias rivalidades locais) empurrou os Estados árabes para o labirinto da diplomacia da Guerra Fria. Por fim, uma ironia do destino geológico colocara a riqueza petrolífera da região nos Estados menos inclinados a seguir o exemplo ideológico de Cairo: a Arábia Saudita, o Iraque e os protetorados da Grã-Bretanha no Golfo. O petróleo também não se tornou (como o carvão fora para a Grã-Bretanha) o motor da mudança social e industrial. Na realidade, a prosperidade árabe (ou a possibilidade da mesma) parecia escandalosamente dependente de uma indústria extrativa cujo

verdadeiro controlo estava em mãos estrangeiras – as «sete irmãs (multinacionais)» que dominavam o mundo do petróleo ⁽⁵⁴⁾. O segundo desastre da Guerra dos Seis Dias em 1967, travada entre Israel e o Egito, Jordânia e Síria, foi uma lembrança dolorosa de que a riqueza mineral não era equivalente a poder, e que os petrodólares não significavam poderio industrial. Em 1970, o ano da morte prematura de Nasser, a promessa da liberdade pós-imperial já se havia transformado no «problema árabe» ⁽⁵⁵⁾.

Os três maiores Estados no Médio Oriente eram o Egito, a Turquia e o Irão (que teriam todos uma população de 66 milhões em 2001). Com o insucesso do esforço de Nasser para transformar o Egito no centro de uma revolução árabe, o seu sucessor, Anwar Sadat, fez regressar o país (como Mehemet Ali nos anos 40 do século XIX) a um entendimento com o Ocidente. No final dos anos 70 o Egito era já o segundo maior beneficiário (depois de Israel) da ajuda americana.

A Turquia, sob o governo do astuto antigo lugar-tenente de Atatürk, Ismet Inonu, manteve uma neutralidade cautelosa durante a Segunda Guerra Mundial. Mas o enorme avanço do poder soviético no final da guerra e a confissão pública de Estaline dos seus planos para os Estreitos – «É impossível aceitar uma situação em que Turquia tem uma mão na traqueia da Rússia», declarou ele em Ialta – empurraram Ancara decididamente para o campo ocidental. Ao abrigo da Doutrina Truman (1947), a Turquia foi incluída na esfera da ajuda e proteção americanas, ainda que indefinidas na altura. Em 1955 já se havia tornado membro pleno da NATO. De uma forma que Kemal Atatürk dificilmente podia ter imaginado, o padrão do conflito da Guerra Fria abriu a porta para a aceitação da Turquia como parte do Ocidente. No final do século a sua pretensão a fazer parte a União Europeia era já amplamente reconhecida. Os conflitos com a Grécia e em torno do futuro do Chipre (que a Turquia invadiu e dividiu nos anos 70) dificultaram por vezes as relações. Dentro da própria Turquia, a questão fundamental durante grande parte do meio século depois de 1945 foi saber até que ponto o grandioso projeto de Atatürk de um forte Estado burocrático, com uma base industrial moderna e uma cultura secular, era compatível com a democracia representativa (a Turquia de Atatürk fora um Estado de partido único) e uma economia aberta (não dominada pelo Estado).

O caso do Irão foi o mais intrigante. O Irão fora ocupado por forças soviéticas e britânicas em 1941, em parte para travar as aproximações de Reza Xá à Alemanha e sobretudo para garantir o livre-trânsito dos abastecimentos da Grã-Bretanha para uma Rússia cercada de inimigos. Reza Xá abdicou e foi para o exílio. O resultado foi o desmoronamento do seu Estado autoritário. Notáveis ressentidos (a poderosa classe latifundiária), movimentos radicais nas cidades (como o Partido Tudeh), líderes tribais (dos Qashgai e Bakhtiari) e minorias étnicas (curdos, árabes e azerbaijanos) contestaram a autoridade do novo xá e competiram pelo favor das potências ocupantes. No final da guerra, esta instabilidade aumentou. O Exército Vermelho permaneceu no Azerbaijão iraniano até 1946. Os efeitos da inflação do tempo da guerra arruinaram a economia. Os apoiantes do xá competiam com os radicais e os notáveis pelo controlo do Majlis, ou parlamento. O governo enfrentava a resistência crescente de grupos tribais, provinciais e étnicos. Em 1949, contudo, o xá já estava perto de reafirmar o seu controlo, talvez porque a alternativa fosse uma maior fragmentação do Estado iraniano e um ciclo interminável de agitação social.

Mas antes que isso pudesse acontecer, eclodiu uma grande crise. Para restabelecer a sua posição, o xá quisera aumentar as receitas da principal fonte de riqueza iraniana: os vastos campos petrolíferos no Sudoeste do país, controlados pela britânica Anglo-Iranian Oil Company (a atual BP). Em julho de 1949, o chamado «acordo suplementar» propôs aumentar os direitos que a companhia pagava de 15% para 20%, com outros aumentos programados. Mas este acordo deparou com dois grandes obstáculos. O primeiro foi o receio entre os adversários do regime de que esta nova riqueza consolidaria o restabelecimento do poder do xá segundo os padrões anteriores à guerra. O segundo

foi a oposição muito mais ampla da opinião iraniana à continuação do controlo estrangeiro de um recurso fundamental do Irão e à influência que a companhia supostamente exercia. Entretanto, enquanto a questão era debatida no Majlis, ficou-se a saber que a Aramco, a Arab-American Oil Company, oferecera uma participação de 50% nos lucros ao seu governo anfitrião na Arábia Saudita. Enquanto prosseguiram as negociações com a Anglo-Iranian, a temperatura política subiu e em março de 1951 o Majlis aprovou uma lei para nacionalizar a companhia. Poucos dias depois Mohamed Mossadeq, um antigo adversário do xá e do seu pai, tomava posse como primeiro-ministro ⁽⁵⁶⁾.

O resultado foi um impasse. A proposta britânica de uma intervenção armada foi vetada em Washington, onde a abordagem de Londres era considerada imprudente e retrógrada ⁽⁵⁷⁾. Consequentemente, o grande contingente britânico foi retirado dos campos e da refinaria de Abadan. As grandes companhias petrolíferas, temendo que outros pudessem seguir o exemplo iraniano, impuseram um boicote internacional ao petróleo iraniano, que se revelou bastante eficaz. Mossadeq parecia à beira de conseguir uma revolução constitucional, mas a sua base de apoio – nunca muito coesa – começou então a desagregar-se. No Ocidente ele era visto como um perigoso demagogo, abrindo caminho para o domínio comunista. Em agosto de 1953 Mossadeq foi derrubado por um golpe militar, ajudado e financiado em parte por agentes americanos com algum apoio britânico, e substituído por um primeiro-ministro fiel ao xá. Segundo um novo acordo petrolífero, o petróleo do Irão seria vendido através de um cartel de companhias britânicas e americanas. As receitas do petróleo do xá aumentaram espetacularmente: dez vezes entre 1954-1955 e 1960-1961, para \$358 milhões; e quinze vezes em 1973-1974. O mesmo aconteceu ao seu poder militar e político. No início dos anos 60, já estava firmemente estabelecido como aliado importante do Ocidente, cujo valor como baluarte contra o avanço dos soviéticos no Sul era afetado periodicamente pelo receio de que a sua ambição de se tornar senhor do Golfo provocasse um conflito com os Estados árabes da região.

Do ponto de vista da Guerra Fria, o triunfo do xá sobre Mossadeq parecia uma vitória para o Ocidente. Na realidade, o seu sucesso deveu-se tanto às divisões e erros dos seus opositores e ao conservadorismo fanático de uma sociedade dominada por proprietários rurais como às maquinações e estratagemas da CIA ⁽⁵⁸⁾. De outro ponto de vista, o xá e Mossadeq tinham provocado uma mudança extraordinária na posição geral do Irão. A condição semicolonial de que nem mesmo Reza Xá conseguira libertar-se completamente, os privilégios da Companhia como quase um Estado dentro do Estado e a influência ubíqua que os britânicos exerceram na burocracia iraniana e através dos seus aliados provinciais tinham sido todos eliminados na retirada humilhante a que a Anglo-Iranian fora forçada. Numa escala inigualável por qualquer outro governante do Médio Oriente, o xá podia não só afirmar a independência do Irão mas também a sua pretensão a tornar-se a grande potência da região. Ironicamente, os que acabaram por herdar o Estado que ele construía foram os inimigos mais ferozes das mudanças que ele impusera à sociedade iraniana.

Foram os acontecimentos na Ásia Oriental, no Sul da Ásia e no Médio Oriente que destruíram a ilusão dos europeus de que os seus impérios coloniais podiam ser restabelecidos no mundo do pós-guerra. Durante algum tempo, pelo menos, a situação em África parecera diferente. Até os observadores bem informados duvidavam de que este continente seguisse o exemplo da Ásia, ou que pudesse fazê-lo sem uma luta feroz. Nos países do Magrebe (Marrocos, Argélia, Tunísia), o poder da França continuava fortemente entrincheirado. A ideia francesa de um «destino» mediterrânico excluía qualquer separação de territórios considerados tão vitais para o lugar da França no mundo. Com um milhão de colonos na Argélia (todos com representação no sistema parlamentar da França) e um *Armée d'Afrique* (recrutado sobretudo no Norte de África) que ocupava um lugar crucial no seu

sistema militar, os governos franceses do pós-guerra mostravam-se duplamente relutantes em ver na sua retirada forçada da Indochina uma lição para o Norte de África. Na África subsariana, os britânicos, franceses, portugueses e belgas viam ainda menos razão para se prepararem para uma retirada prematura.

A África subsariana sentira indiretamente algumas das repercussões da guerra: a inflação, a escassez, o recrutamento de soldados, a industrialização localizada, o clamor da propaganda. Mas nenhuma guerra a sério foi travada no seu solo (exceto brevemente na Etiópia), e nenhuma invasão perturbara o regime colonial. A diversidade linguística, étnica e religiosa parecia excluir o perigo de que o nacionalismo africano alguma vez se tornasse tão poderoso como o pan-arabismo, mobilizando o apoio das massas no interior (e muito menos através) das fronteiras coloniais. Por razões semelhantes, a probabilidade de os líderes africanos poderem criar movimentos políticos segundo o modelo do nacionalismo indiano parecia muito remota. A ampla coligação subcontinental criada por Gandhi estava a léguas de distância da natureza localizada da política colonial de África. Na realidade, em vez de avançarem para a formação de nações africanas, os Estados coloniais da África subsariana pareciam estar a evoluir na direção oposta. A África «tribal» estava ainda a ser inventada, em parte, pelo menos, como a resposta africana às formas de «governo indireto» que os europeus tinham introduzido. Criar «tribos» (algumas, como os Ioruba, de proporções muito grandes) parecia ainda a melhor maneira de as elites africanas exercerem a sua influência e construírem o seu poder. Por fim, no «Sul Branco», foi o nacionalismo dos colonos brancos, e não o nacionalismo africano negro, que se mobilizou de forma mais agressiva depois de 1945. Impor o *apartheid* («separação», literalmente) e reforçar a supremacia política branca foi o programa político da África do Sul nos anos 50. Construir e defender um Estado centro-africano governado por brancos era o objetivo dos colonos da Rodésia do Norte e do Sul (atual Zâmbia e Zimbabué) ⁽⁵⁹⁾. A consolidação do poder branco teve ainda outra dimensão. Com a redescoberta da sua missão colonial depois de 1945, o Portugal salazarista lançou-se na colonização sistemática dos seus dois grandes territórios africanos em Angola e Moçambique ⁽⁶⁰⁾.

Ironicamente, portanto, enquanto as antigas potências coloniais lutavam para permanecer na Ásia, pensavam que em África tinham tempo para novas experiências. Os estrategas coloniais entretinham-se a conceber projetos burocráticos para a transferência de poder num futuro indeterminado e depois de uma série de etapas (como o progresso de um aluno problemático do primeiro ano de escolaridade ao sexto). O verdadeiro imperativo era a necessidade urgente de pôr as colónias a produzir: cacau, óleo vegetal, algodão, sisal, tabaco, cobre, ouro, urânio, cobalto, amianto e alumínio. A escassez de dólares e o conflito da Guerra Fria transformaram o continente desfavorecido dos anos entre as guerras numa gruta de Aladino da Europa. O «Estado guarda-noturno», que não queria «acordar o cão que dorme», tinha de ser transformado no «Estado do desenvolvimento», que interferia em todo o lado. As comunidades de colonos brancos na África Oriental e Central, encaradas tipicamente pelos funcionários coloniais como um escolho redundante antes da guerra, tinham de ser apaparicadas e a sua expansão incentivada. Na África Ocidental colonial, onde não havia colonos brancos, os administradores coloniais procuraram o apoio da elite instruída das cidades do litoral. Encarada com frieza antes da guerra, esta elite tinha de passar a contribuir para o esforço de crescimento. Com um curioso otimismo, mais romântico do que racional, os políticos em Londres e Paris julgavam que a promessa de autonomia futura apaziguaria a indignação com uma presença colonial muito mais intrusiva e lançasse as bases de uma parceria «eurafriana» para quando se renunciasse finalmente ao domínio colonial.

O que não levaram em conta foi a condição precária do Estado colonial. Em grande parte de África, este sempre fora frágil. Na época da partilha e conquista antes de 1914, almejava pouco mais

do que uma paz colonial rudimentar e contava com os colonos e concessionários para gerar uma receita tributável. Nos anos entre as guerras, o dogma predominante do governo indireto (baseado no receio de desestabilizar a sociedade africana «tradicional») e as receitas afetadas pela depressão económica favoreceram um regime parcimonioso que delegava o poder local às chamadas «autoridades indígenas». Os governadores mais perspicazes sabiam muito bem que sem uma mudança de rumo seria cada vez mais difícil manter as colónias ou conseguir o consenso para qualquer iniciativa do centro ⁽⁶¹⁾. Só a guerra (exigindo mais ação e despesas) e as suas consequências revelaram a necessidade urgente de reformas. Mas o que os políticos entendiam como um avanço consensual para uma maior autonomia e um Estado mais proactivo tinha um significado diferente para a opinião africana. Por causa da austeridade do pós-guerra, os governos coloniais tiveram de regular os preços, manter os salários baixos, reprimir a agitação operária e limitar o consumo local. Tiveram de impor melhorias às práticas agrícolas – como a desinfeção do gado, medidas de combate à erosão e a queima de cacauzeiros doentes – que provocaram grande animosidade e recorreram ao uso da força. Com a afluência de peritos estrangeiros e (nalguns lugares) novos colonos, a África colonial conheceu o que alguns historiadores têm chamado a sua «segunda ocupação colonial» ⁽⁶²⁾. Não admira que este súbito aumento de atividade pelo regime colonial provocasse a desconfiança e a resistência. Num curto espaço de tempo, os governos coloniais tiveram de escolher entre dois rumos diferentes. Podiam delegar mais poderes nos líderes africanos e tentar conquistar mais apoio popular para o Estado (a opção tentada pelos britânicos no Gana depois dos distúrbios de 1948). Ou podiam voltar-se para um regime de repressão, na esperança de que uma ação mais enérgica desencorajasse o «extremismo» (o termo reservado para os que se recusavam a colaborar com os governos coloniais) e aumentasse o número daqueles (chamados «moderados») dispostos a aceitar um programa de mudança política menos intenso e de período indeterminado antes de um governo de maioria africana ⁽⁶³⁾.

A preferência dos governos em Londres e Paris (e mesmo em Bruxelas), quando se tornou clara a dimensão do ressentimento africano, era evitar o confronto e conseguir um novo acordo com os líderes africanos. Mas no Quênia e na África Central esta solução era dificultada pela presença exaltada de comunidades de colonos brancos. Quando os colonos se tornaram alvo dos ataques dos africanos no Quênia (embora muito poucos tivessem efetivamente sido assassinados), foi declarado o estado de emergência. O resultado foi um enorme ciclo de violência. Pois no Quênia a revolta «Mau Mau» entre o povo Kikuyu fora provocada não só pelo ódio aos colonos mas também por ressentimentos contra outros Kikuyu. As mudanças económicas permitiram que muitos notáveis Kikuyu e seus seguidores aumentassem a sua riqueza à custa dos mais pobres – os sem-terra ou os menos bem relacionados. As antigas noções de uma «economia moral» e reciprocidade social já se haviam desvanecido ⁽⁶⁴⁾. Quando o pânico dos colonos despertou o Estado colonial para a repressão, estas tensões transformaram-se numa guerra social, com os chefes «leais» a atormentarem todos os suspeitos de simpatizar com os Mau Mau. Estes reagiram da mesma maneira ou fugiram para a floresta, a base para uma guerra de guerrilha. Em 1956 a resistência Mau Mau já fora debelada. Mas mesmo no Quênia, o custo de uma prolongada operação de segurança, a necessidade de mobilizar as comunidades africanas para o lado do governo e o embaraço causado pelas atrocidades e brutalidades do aparelho de repressão (sobretudo os campos onde os suspeitos Mau Mau eram «reabilitados») ⁽⁶⁵⁾ tornaram inevitável uma maior delegação de poderes. Com efeito, em 1960 a independência com governos escolhidos e liderados por africanos já se havia tornado a política aceite de todas as potências coloniais, exceto Portugal. Mas o que estas esperavam e pretendiam era controlar o calendário da mudança, instalar regimes «moderados» com os quais as relações fossem cordiais e manter uma vigilância apertada sobre as relações exteriores e o desenvolvimento interno

dos territórios ex-coloniais. Como a África subsariana parecia ainda um «ermo» internacional, longe da linha da frente da Guerra Fria, elas achavam que tinham tempo para definir uma transição pós-colonial.

Esta ilusão desfez-se com a crise do Congo. O governo belga tinha concedido a independência à sua colônia em junho de 1960, partindo do princípio de que o seu papel e influência nos assuntos do Congo pouco iriam mudar ⁽⁶⁶⁾. Foi um erro de cálculo catastrófico. Dias depois o Exército amotinou-se, espalhando o pânico e o terror entre a grande comunidade de expatriados. O carismático novo primeiro-ministro, Patrice Lumumba, rejeitou uma aproximação ou parceria pós-colonial. As províncias do Kasai do Sul e do Katanga, ricas em minerais, separaram-se unilateralmente da nova república do Congo – no caso de Katanga com a conivência de Bruxelas, talvez com o intuito de destruir Lumumba. Em agosto de 1960 Lumumba já pedira ajuda à União Soviética, e armamento e efetivos soviéticos começaram a chegar ao terreno. As Nações Unidas enviaram uma força de 10 000 homens para manter o país unido. Mas com a ascensão dos novos regimes separatistas, a escalada de violência entre os exércitos rivais, o assassinato de Lumumba por soldados catangueses (e talvez belgas) ⁽⁶⁷⁾ e as divergências internacionais em torno dos poderes e objetivos da força da ONU, o país descrito apenas três anos antes como uma colônia-modelo tornou-se o «desastre do Congo» ⁽⁶⁸⁾. Embora em 1964-1965 já se tivesse restabelecido uma ordem aparente, a tragédia do Congo transformou o sentido da descolonização em África. Revelou o perigo inesperado de uma competição entre o Leste e o Ocidente pela lealdade africana no contexto da Guerra Fria. Confirmou a sensatez (na opinião de Londres) de uma retirada antecipada dos restantes territórios coloniais da Grã-Bretanha na África Oriental e Central antes que estes fossem atingidos pelo contágio da desordem. Acima de tudo, reforçou a convicção dos brancos a sul do Zambeze de que a anarquia e a barbárie eram o resultado inevitável da cedência aos nacionalistas africanos. Enquanto o progresso para a independência total se tornava cada vez mais agitado no resto de África (até a Argélia, apesar do seu um milhão de *pieds-noirs* – colonos brancos – conseguiu libertar-se do domínio francês em 1962), no «terço do Sul» o domínio branco cerrava fileiras para formar um bloco sólido que incluía também as colônias portuguesas em Angola e Moçambique. Assinalava-se assim uma nova e peculiar «partilha» de África.

Como no Médio Oriente ou no resto da Ásia, a descolonização em África não trouxe nem uma rutura total com o passado imperial nem um «bilhete de entrada» para um «mundo de nações». Os novos líderes africanos herdaram as fraquezas dos seus antecessores coloniais – cujo lugar ocuparam depois de uma brevíssima transição. A etnia regional ou local era muito mais forte do que o nacionalismo. Construir identidades nacionais sem vernáculos comuns representava um enorme desafio. O legado «tribal» do domínio colonial estava profundamente arraigado: com efeito, em muitas zonas de África, criar novas formas de etnicidade «tribal» foi o meio normal de adaptação à dimensão mais ampla da vida económica e social. Entretanto, a pressão para aumentar o papel do Estado era enorme, quer nos serviços sociais quer no desenvolvimento económico. A necessidade imperativa de qualquer novo regime era encontrar fontes externas de ajuda financeira e militar, antes que perdesse a sua pretensão à lealdade dos seus seguidores ⁽⁶⁹⁾. Era um contexto perfeito para as maiores potências mundiais aumentarem a sua influência num novo modelo pós-colonial. Se tivessem motivos para o fazer, os meios para construir novos impérios estavam à sua disposição.

Impérios Não Declarados

A descolonização pode ser definida como a dissolução da ordem mundial característica –

geopolítica, jurídica, económica, cultural e demográfica – que surgiu nos anos 40 do século XIX, foi consolidada na última década do mesmo século e se arrastou até aos anos 40 e 50 do século XX nos lugares onde as circunstâncias ainda favoreciam a sua sobrevivência. A capacidade das potências coloniais para preservar este antigo sistema imperial dissipou-se rapidamente após 1945. Esse facto, como vimos, foi um dos principais elementos do novo panorama internacional do pós-guerra. O outro, igualmente decisivo, foi o colapso sangrento dos imperialismos belicistas dos nazis e dos japoneses. Foi a queda quase simultânea destes dois regimes imperiais – o «velho colonialista» e o «novo imperialista» – que abriu caminho ao surgimento de novos impérios mundiais, com novas ideologias, novos métodos e novos objetivos.

Não obstante, a rápida expansão do poder americano foi algo surpreendente. A aceitação de compromissos fora do continente norte-americano ou da América Central fora sempre controversa na opinião americana. O receio de envolvimento em querelas estrangeiras era profundo. A maioria dos americanos acreditava que a sua liberdade resultava da rejeição deliberada da mentalidade atávica e espírito bélico de um Velho Mundo decadente, correndo sérios riscos se mantivesse demasiados contactos com este último. O sistema político americano parecia mal preparado para a formulação e condução de uma política externa, cuja continuidade era facilmente interrompida pela controvérsia interna. Em geral, as atitudes americanas eram fortemente unilateralistas, desprezando a necessidade das coligações e compromissos que faziam parte de uma diplomacia ativa. Estas atitudes eram vigorosamente reforçadas pela tradição legalista que encarava as relações exteriores como algo que devia ser regulado pela decisão judicial e pelo compromisso solene ⁽⁷⁰⁾. Em contrapartida, a diplomacia de estilo europeu – a busca oportunista do interesse nacional – parecia cínica, autodestrutiva e frívola. Estas características tinham contribuído para a notória recusa americana de aderir à Sociedade das Nações ou colaborar na contenção da expansão nazi antes de 1939. No entanto, depois de 1945, os governos americanos assumiram novos e enormes encargos em todo o mundo, tecendo uma teia de alianças para ajudar a mantê-los. O que tinha mudado?

Dois fatores transformaram a visão americana. O primeiro foi a disparidade extraordinária entre a riqueza material da América e a de qualquer outro Estado. Em 1950, cinco anos depois da guerra, a economia americana produzia duas vezes mais do que as economias da Grã-Bretanha, França e Alemanha em conjunto (relativamente a uma igualdade aproximada em 1913) ⁽⁷¹⁾. Esta vantagem económica foi drasticamente reforçada pela posse de tecnologia nuclear e pela capacidade exclusiva de utilizar armas atómicas. Por si só, talvez, estas novas fontes de poder podiam ter promovido uma atitude ainda mais isolacionista do que a dos anos entre as guerras. Mas surgiram acompanhadas da consciência de que o perímetro defensivo da segurança da América fora imensamente alargado por avanços no transporte aéreo e pela necessidade de gerir a economia internacional e evitar uma depressão económica no pós-guerra. A «Fortaleza América» perdera a sua invulnerabilidade. Os líderes americanos passaram a gozar de margem de poder para construir alianças em condições que garantissem a primazia americana. O receio de regressar ao pesadelo estratégico de 1941-1942 deu-lhes motivo para isso.

O resultado foi a criação de um «sistema» imperial americano em tudo menos no nome. Em 1946 foram delineados planos para um comando naval no Mediterrâneo. Em 1947 a Doutrina Truman prometeu ajuda militar à Turquia e à Grécia contra a pressão soviética, e o Plano Marshall garantiu os meios para restaurar as economias devastadas da Europa Ocidental. No início de 1948 Washington revelou a sua intenção de negociar um pacto atlântico em que se comprometeria a defender a Europa Ocidental, e a Resolução Vandenberg deu a bênção do Senado. Em abril de 1949 foi assinado o Tratado do Atlântico Norte, e dois anos depois foram mobilizadas tropas americanas para a defesa terrestre da Europa Ocidental. Passaram a existir compromissos semelhantes no Canadá (por onde

passava a rota aérea mais curta para a União Soviética) e na Ásia Oriental, onde o pacto de segurança mútua com o Japão foi assinado em 1951. Nesse ano, com efeito, os principais elementos do sistema já tinham sido montados. Mas este não era simétrico. Incluía uma forte aliança com a Grã-Bretanha, o principal membro europeu do pacto do Atlântico Norte, e uma parceria defensiva com os outros Estados da Europa Ocidental. A Alemanha Ocidental (cujo Exército permanecia sob o comando efetivo dos americanos) e o Japão (onde a América gozava de amplos direitos extraterritoriais) eram semiprotetorados. As Filipinas (teoricamente independentes desde 1946) cederam à América o controle de 23 bases e prometeram não concedê-las a outrem sem consentimento americano; eram também um protetorado (não nominal mas na prática) ⁽⁷²⁾. A Micronésia permaneceu sob a supervisão direta de Washington por causa das suas bases, principalmente Guam, a fortaleza da América no Pacífico Ocidental, protegendo a sua rota para o Japão e as Filipinas ⁽⁷³⁾. Podíamos acrescentar a esta lista a vasta esfera do «império informal» dos EUA na América Latina, onde a guerra provocara o desaparecimento da presença comercial da Grã-Bretanha. O Tratado do Rio, de 1947 (o «Tratado Interamericano de Assistência Recíproca»), previa a ajuda militar dos Estados Unidos contra o ataque armado e outras formas de agressão (isto é, «subversão» comunista) aos Estados latino-americanos. Nos anos 50 só três governos latino-americanos mantinham relações diplomáticas com a União Soviética.

A extensão deste império colossal não tem precedentes. Nenhuma potência mundial anterior se entrincheirara nos dois extremos da Eurásia ou tivera o poder para o fazer. O que tornou isso possível foi em parte a ansiedade com que a amizade e a liderança da América foram procuradas e aceites. A aliança anglo-americana foi um exemplo de cooperação invulgar entre uma potência imperial em declínio (mas que esperava recuperar) e a sua sucessora mais evidente. Durante um período crucial, as duas partes aceitaram o mito da igualdade e praticaram uma forma de condomínio. Na Europa Ocidental, a América construiu um império «por convite» – na expressão notável de Geir Lundestad ⁽⁷⁴⁾. No Japão, como vimos, a elite política preferiu os termos onerosos do pacto de segurança ao risco de uma viragem para a esquerda na opinião pública. O medo do comunismo e da expansão soviética, real ou imaginário, foi o catalisador da colaboração americana com o estrangeiro, contribuindo também para a vontade americana de assumir os encargos do seu poder. Em nenhuma outra circunstância teria a América conquistado uma aceitação tão ampla do seu novo papel no mundo.

No início dos anos 50, a geopolítica e a ideologia já tinham sido reforçadas pelo terceiro componente da influência americana. Com a recuperação gradual das economias europeia e japonesa, o efeito impulsionador do Plano Marshall americano e o aumento das despesas militares durante a Guerra da Coreia, o comércio internacional saiu da longa estagnação de 1913-1950. O valor das exportações mundiais duplicou entre 1953 e 1963, e o seu volume quase duplicou ⁽⁷⁵⁾. Os Estados Unidos tinham desempenhado o papel mais importante na criação das condições para este *boom* extraordinário. O Fundo Monetário Internacional (para promover a estabilidade das taxas de câmbio) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (para liberalizar o comércio) não teriam singrado sem o seu apoio. Acima de tudo, talvez, o dólar americano, convertível em ouro, forneceu a divisa de reserva universalmente aceite que permitiu a expansão do comércio. A América, evidentemente, estava nas melhores condições para colher os frutos da nova economia comercial. Entre 1939 e 1950 o valor dos investimentos americanos no estrangeiro mais do que duplicara. A indústria americana atingiu o seu pico competitivo nos anos 50. Em setores dinâmicos como o transporte aéreo e o entretenimento de massas, os produtos americanos eram quase imbatíveis. O «poder brando» da influência económica e cultural garantia o «poder coercivo» do poderio estratégico. Para que em tempos de crise não faltasse o apoio do dólar, nenhum país que dependesse de uma divisa comercial

podia arriscar antagonizar os Estados Unidos.

A vasta zona onde a América fornecia – ou impunha – a sua proteção estratégica (em 1955 os Estados Unidos tinham já 450 bases em 36 países) coincidia com a esfera da nova economia internacional centrada na América. Juntas constituíam a *Pax Americana*. Na década de 50 esta foi rapidamente consolidada, mas não sem alguns atritos. Um dos anos mais críticos foi 1956. A recusa de Washington em apoiar a revolta húngara contra a hegemonia soviética assinalou a sua aceitação tácita da divisão da Europa de 1945-1948. Quase simultaneamente, ao obrigar os britânicos e os franceses (através da pressão financeira) a desistir do seu esforço para destruir o regime de Nasser, Washington deu a entender que os seus aliados europeus deviam gerir o que restava do seu espaço imperial em conformidade com o grandioso desígnio americano. O regresso geral à convertibilidade das moedas ocidentais em 1958 assinalou o fim da «economia de emergência» e a normalização da economia comercial mundial⁽⁷⁶⁾. No Médio Oriente e no Sudeste Asiático, parecia que bastava uma intervenção limitada para impedir a expansão da influência soviética e estabilizar a fronteira entre as esferas das superpotências. Com a linha de «contenção» rigorosamente traçada sobre grande parte da Eurásia, e os meios estratégicos (através de um ataque nuclear) para impedir um avanço soviético na Europa Ocidental, o equilíbrio mundial parecia então claramente pender para a primazia americana.

Na realidade, os efeitos mundiais da divisão da Eurásia não foram circunscritos de forma tão fácil. Isso deveu-se sobretudo à espantosa trajetória do poder soviético. Em três anos de guerra, entre 1942 e 1945, a União Soviética reergueu-se de uma quase-derrota catastrófica para desempenhar o papel mais importante na vitória sobre a Alemanha. A recompensa foi a enorme extensão da esfera de domínio soviético na Europa Central e de Leste e, principalmente, o direito de veto efetivo sobre a reunificação da Alemanha. Este grande triunfo no Ocidente foi o principal alicerce do poder mundial soviético. O elemento crucial da força do sistema imperial soviético no pós-guerra talvez fosse a sua vantagem geopolítica. A sua saliente militar na Alemanha de Leste ameaçava os pontos nevrálgicos da Europa Ocidental e neutralizava a vantagem da América em armamento de alta tecnologia. Os seus «satélites» do Sudeste da Europa vigiavam a rota para a Ucrânia e Sul da Rússia que a Wehrmacht tomara com consequências tão devastadoras em 1941-1942. Enquanto estes *limes* permanecessem intactos, a União Soviética seria quase invulnerável numa guerra convencional. Duas coisas tornaram muito mais fácil do que seria de esperar impor o controlo soviético sobre uma parte tão grande da Europa ocupada em 1945-1948. A primeira foi a ausência, depois da guerra, de qualquer ameaça séria na Ásia Oriental remotamente comparável à do Japão antes de 1941. Com efeito, a vitória de Mao Tsé-tung na Guerra Civil Chinesa foi um bônus inesperado. Toda a força de Moscovo pôde então voltar-se para o ocidente. A segunda foi o legado do imperialismo nazi, que praticamente decapitara as elites políticas da Europa de Leste (uma tarefa que a NKVD – a polícia secreta de Estaline – se encarregou de terminar) ao mesmo tempo que semeara divisões ferozes entre grupos sociais, religiosos e étnicos que tinha favorecido ou perseguido durante o terrível conflito.

No entanto, o alargamento espetacular da esfera soviética na Europa Central e de Leste representava um fardo colossal, nomeadamente em efetivos militares. Esse fardo recaía sobre um país que tinha perdido na guerra cerca de 14% da sua população (o número desconcertante de 27 milhões de pessoas – os Estados Unidos perderam cerca de 400 000) e talvez um quarto dos seus bens físicos⁽⁷⁷⁾. O desastre agrícola de 1946 trouxe a fome em grande escala. A recuperação económica foi o grande sucesso da ordem industrial de Estaline. Uma disciplina laboral feroz, mão de obra forçada e uma forte dependência do trabalho escravo ou semiescravo oprimiram ainda mais do que antes da guerra uma população intimidada, mal alimentada e exausta⁽⁷⁸⁾. Talvez 10% do produto industrial viesse do Gulag⁽⁷⁹⁾. À data da morte de Estaline, em 1953, as perdas da guerra já tinham

sido compensadas e a União Soviética atingia níveis de crescimento económico ultrapassados apenas pelas economias «milagrosas» da Alemanha e do Japão ⁽⁸⁰⁾. Foi sobre esta plataforma que Krushev lançou a segunda fase da expansão da influência soviética.

Krushev personificava a nova convicção da União Soviética de que podia competir com o Ocidente, e não apenas com a Europa, de igual para igual – uma mudança notável em relação à mentalidade de *bunker* do período estalinista. Os cientistas espaciais soviéticos foram os primeiros a pôr em órbita um veículo espacial (o Sputnik) em 1957, uma afirmação altamente prestigiosa de que tinham não só alcançado mas também ultrapassado os seus concorrentes ocidentais. Krushev autorizou a expansão do poder marítimo soviético, sob o comando do temível almirante Gorshkov. No final dos anos 50, a sua enorme força de submarinos já tornara a marinha de guerra soviética a segunda maior do mundo ⁽⁸¹⁾, concebida para fazer sombra às frotas da América e negar-lhes o «comando dos mares» – definido como o controlo incontestado das rotas marítimas do mundo. Krushev estava também decidido a conseguir o acordo do Ocidente para a divisão permanente da Alemanha – a causa da crise de Berlim em 1961. A construção do Muro de Berlim (que se seguiu à recusa do Ocidente) demonstrava a vontade soviética de governar o seu rajado europeu num futuro próximo. Mas o aspeto mais radical da abordagem de Krushev foi a sua avaliação sagaz do que a descolonização poderia oferecer. O fim da hegemonia da Grã-Bretanha no Médio Oriente, o súbito avanço para a independência na África colonial e os sinais de agitação social na América Latina prometiam um meio de fuga ao constrangimento eurasiático e um avanço soviético para o Mundo Exterior. O que lhe faltava em incentivos económicos a União Soviética podia esperar compensar com o atrativo ideológico da «modernidade soviética». Em muitos novos Estados, o modelo soviético de crescimento industrial, a força e a eficiência (assim parecia) do Estado de partido único soviético e a deslumbrante alquimia de poder autoritário e valores igualitários que o marxismo-leninismo proclamava eram profundamente apelativas. Estava-se perante uma via para o mundo moderno (testada e comprovada) que não implicava a subserviência contínua aos interesses comerciais estrangeiros que tinham imperado na era colonial (ou semicolonial).

O objetivo de Krushev (podemos deduzir) era tirar partido da nova instabilidade na política mundial antes que o poder americano e a economia centrada no Ocidente pudessem tornar-se a influência preponderante no mundo pós-colonial. Como o Império Germânico antes de 1914, a União Soviética procurava um «lugar ao sol» e o direito de moldar a nova ordem mundial. Em 1960 já tinham começado a surgir vários sinais de rivalidade. Quando Washington tentou reprimir a revolução de Castro em Cuba impedindo a importação de açúcar cubano (uma estratégia com provas dadas), Krushev prometeu importá-lo. Quando eclodiu a crise no Congo, ele denunciou a falta de apoio ao governo de Lumumba e descreveu a ONU como um instrumento do Ocidente a precisar de reformas drásticas. Em Londres e Washington o ambiente era de grande inquietação ⁽⁸²⁾. Em 1961, surgiu uma nova frente no Sudeste Asiático quando Ho Chi Minh iniciou a luta contra o regime de Diem no Vietname do Sul. A revolução no Iémen em 1962 e a guerra civil que se seguiu indicavam que Nasser (que interveio em força do lado revolucionário) poderia tornar-se muito mais dependente da ajuda soviética e que a guerra iemenita afetaria a Arábia Saudita. Com grande relutância, os americanos prometeram a sua ajuda contra qualquer ataque ao Estado saudita pelos protegidos iemenitas de Nasser ⁽⁸³⁾. O acontecimento mais dramático foi o envio de mísseis soviéticos ao novo aliado de Krushev na América Latina. A Crise dos Mísseis de Cuba, em outubro de 1962, acabou por ser resolvida com a retirada das armas soviéticas, em troca de uma cedência semelhante relativamente aos mísseis americanos que iriam ser colocados na Turquia e (talvez) a promessa americana de não invadir Cuba. No entanto, embora o resultado parecesse um recuo soviético, a crise revelou o âmbito crescente da rivalidade entre soviéticos e americanos. Confirmou a opinião da Casa

Branca de Kennedy de que seriam necessários métodos mais resolutos para travar a expansão da influência soviética no «Terceiro Mundo» da África, Ásia e América Latina. Foi neste ambiente que o possível colapso do governo sul-vietnamita de Diem assumiu o que parecia uma importância global e não apenas regional.

*

Nos vinte anos seguintes, a luta das superpotências por maior influência foi a característica dominante da política mundial. O troféu não foi (como na última década do século XIX) um grande domínio territorial mas um império informal de vassallos e aliados, unidos por fornecimentos de armamento e missões militares, ajuda ao «desenvolvimento e créditos comerciais. Naquela que se tornou uma disputa inconstante e imprevisível, cinco aspetos foram relevantes. O primeiro foi a relutância das duas potências depois de 1962 em constituir um desafio direto ao «quintal» da outra, reforçada pelo facto da paridade nuclear no final dos anos 60. A ocupação americana da República Dominicana em 1965, como a invasão soviética da Checoslováquia três anos antes, não suscitou qualquer resposta. A diplomacia do «desanuiamento» nos anos 70 reconhecia a permanência das divisões na Europa: a «Ata Final» de Helsínquia em 1975 foi, na prática, um tratado de paz europeu através do qual os Estados europeus (incluindo a União Soviética) se comprometiam a aceitar as suas fronteiras existentes. O segundo aspeto foi a disparidade relativa na força económica dos dois rivais. Apesar dos sucessos do seu complexo militar-industrial, a economia soviética continuava a ser mais pequena e fraca do que a sua congénere americana. Entre 1960 e 1975 a sua participação nas exportações mundiais nunca ultrapassou os 4% ⁽⁸⁴⁾. A participação da América nas exportações manufaturadas do mundo era de 13% em 1976 ⁽⁸⁵⁾. A economia de mercado livre, com o seu eixo na América, ficava com a parte maior do comércio internacional. O terceiro aspeto foi a permanente instabilidade da grande zona de «fronteira» onde as duas potências mundiais lutavam para afirmar as suas pretensões. Esta turbulência resultava dos contratempos da construção de novos Estados em territórios ex-coloniais, dos conflitos anticoloniais em partes de África e da convulsão económica dos anos 70 (o «choque petrolífero» de 1973 e o aumento drástico do preço dos combustíveis). Criou uma grande procura de armamento e ajuda entre os regimes e os seus opositores. Garantiu uma procura constante do patrocínio das superpotências, e fomentou a «mentalidade de domínio» dos estrategos das superpotências. Criou uma esfera cada vez mais ampla no Mundo Exterior onde estas travavam guerras por procuração. Em meados dos anos 70 a ajuda militar e a influência política dos soviéticos já tinham começado a penetrar no Corno de África e na África Austral. O quarto aspeto foi o resultado (em parte) dessa instabilidade: a exposição das duas superpotências a grandes reveses de fortuna. A derrota humilhante do esforço americano para preservar o Vietname do Sul como Estado não-comunista foi o exemplo mais esmagador. No entanto, o súbito repúdio, pelo governo do Egipto, da sua aliança soviética no ano seguinte (1976), e a expulsão de um batalhão de conselheiros soviéticos, não foi, em termos geoestratégicos, menos importante ⁽⁸⁶⁾. Em quinto e último lugar, e como podemos deduzir de tudo isto, apesar da plenitude da sua força militar havia sérios limites ao controlo que cada superpotência podia exercer sobre os seus protegidos turbulentos, rebeldes e voluntariosos. Consequentemente, ambas corriam o sério risco de se comprometer demasiado com aliados pouco confiáveis e de ser arrastadas sem querer para o confronto. E como aconteceu no final século do XIX, a China resistiu à assimilação em qualquer sistema imperial.

Para muitos analistas da época, parecia não haver qualquer razão para que os altos e baixos deste imperialismo das superpotências não se prolongassem indefinidamente. Para os «declinologistas»

nos Estados Unidos, a lição do Vietname foi que o poder americano tinha sido usado para além dos seus limites. O esforço financeiro da Guerra do Vietname e o súbito aumento do preço do petróleo (resultado em parte da tentativa dos Estados árabes de pressionar indiretamente Israel) travaram o rápido crescimento das economias de mercado depois de 1970. O poderoso dólar teve de abandonar o padrão-ouro. Os marxistas sonhavam com a falência do capitalismo e com uma «revolução mundial». Planearam-se estratégias para que uma «nova ordem económica internacional» efetuasse a transferência de tecnologia e capital para os países em vias de desenvolvimento. O que o Ocidente mais temia era uma viragem radical no mundo ex-colonial. Com o poder mundial cada vez mais equilibrado e os países em desenvolvimento exigindo cada vez mais, a conquista de influência nas zonas de disputa tornar-se-ia certamente mais difícil. A luta por Angola, onde grassava uma guerra civil entre fações marxistas e antimarxistas, mostrou a rapidez com que uma «guerra por procuração» podia envolver todo um subcontinente ⁽⁸⁷⁾. No Corno de África, a ajuda soviética em grande escala aos líderes marxistas da Etiópia foi compensada pela ajuda americana à vizinha Somália ⁽⁸⁸⁾. Mas a ação direta era ainda mais assustadora. A invasão soviética do Afeganistão no final de 1979 foi vista no Ocidente como a primeira salva da «nova» Guerra Fria, um novo avanço do «império do mal» (a expressão memorável de Ronald Reagan) governado a partir de Moscovo. A contenção falhara, disse o Secretário de Estado americano ao Senado em junho de 1983. «As ambições e capacidades soviéticas há muito que ultrapassaram os limites geográficos que esta doutrina dava como certos» ⁽⁸⁹⁾. Em vez anunciar um «mundo de nações», o rumo inesperado da descolonização parecia ter preparado o caminho para novos tipos de império. Com efeito, poder-se-ia dizer que os danos colaterais do imperialismo do final do século XX – os efeitos desestabilizadores da intervenção indireta, o auxílio financeiro prestado a governantes autoritários e a militarização da política incentivada pelo vasto tráfico de armas ⁽⁹⁰⁾ – foram pelo menos tão graves como os da sua versão do final do século XIX. Parecia realmente que a perigosa incerteza da «coexistência competitiva» (com a perspetiva aterradora da «destruição mútua garantida» num conflito atómico) era o preço inevitável de um mundo bipolar. Mas as coisas não correram como se esperava.

A reviravolta foi espantosa. Em meados dos anos 80, o âmbito da ambição soviética parecia maior que nunca. A partir da sua base avançada na baía de Cam Ranh, no Sul do Vietname, a marinha soviética podia vigiar as principais rotas marítimas que atravessavam o Sudeste Asiático e o oceano Índico, um «lago britânico» até aos anos 50 ⁽⁹¹⁾. Com a construção de novos e enormes porta-aviões como o *Leonid Brezhnev*, Moscovo pretendia então igualar a capacidade dos americanos para intervir em todo o mundo. No entanto, em menos de meia década, esta vasta estrutura imperial – o poder dominante em todo o Norte da Eurásia; o rival contumaz no Sul da Ásia, África e Médio Oriente – desmoronou-se simplesmente. Em 1991 era já um império em ruínas. Não houve qualquer «idade de prata» ou fase de declínio: apenas uma derrocada calamitosa.

A explicação poder-se-á encontrar nas pressões convergentes para a reforma interna e nos planos desastrosos dos líderes soviéticos para escapar ao estrangulamento que eles julgavam iminente. O insucesso fundamental do sistema soviético foi económico. Após 1970, o rápido crescimento das décadas anteriores já não podia ser sustentado. A produção adicional para melhorar os níveis de vida e financiar o aparelho de poder militar fugiu aos cálculos dos planeadores soviéticos. Sem a sanção do terror, a economia planificada que Estaline tinha construído perdeu o seu controlo sobre os trabalhadores ⁽⁹²⁾. A inexistência de um mecanismo de preços para orientar o investimento e seleccionar a inovação tornou-se cada vez mais dispendiosa. E como se isso não bastasse, os reveses que afetaram as economias de mercado nos anos 70 revelaram-se muito breves. Nos países do G-7 (Alemanha, Itália, França, Grã-Bretanha, Canadá, Japão e Estados Unidos), que constituíam o núcleo

do mundo capitalista, os anos 80 assistiram a um avanço extremamente rápido para as formas características da globalização comercial: uma dependência cada vez maior das exportações e comércio; uma atividade bancária transnacional; o fluxo de capital para o investimento estrangeiro; a compra e venda de divisas em grande escala ⁽⁹³⁾. A economia empresarial da América conseguiu uma grande recuperação nos anos 80 ⁽⁹⁴⁾. O crescimento espetacular dos chamados «novos países industrializados», como a Singapura, Malásia, Tailândia, Taiwan e, sobretudo, a Coreia do Sul (o décimo maior produtor de aço no mundo em 1989), que na sua maioria tinham crescido sob a proteção estratégica americana, eliminou o receio de que pudessem vir a ser subvertidos por movimentos de libertação marxistas. No Sudeste Asiático, o caminho «sul-coreano» para a prosperidade industrial, e não a via «vietnamita» para a revolução camponesa, exercia a atração mais forte. Mas no império soviético o peso das despesas militares tornava-se cada vez mais esmagador, enquanto as economias-satélite da Europa de Leste comunista recorriam cada vez mais ao Ocidente para investimento e comércio.

A *perestroika* de Gorbachev foi uma última tentativa de reforma imperial por um novo líder soviético ⁽⁹⁵⁾. O seu principal objetivo era «ocidentalizar» não só a economia «interna» da União Soviética mas também a economia do «império exterior»: torná-las mais recetivas à procura dos consumidores e à inovação tecnológica. O plano era muito abrangente. Implicava promover homens «novos» e atenuar o controlo da burocracia partidária sobre a economia planificada. Implicava libertar recursos anteriormente afetados ao esforço militar. Implicava aliviar a «disciplina» que Moscovo impusera aos governos satélites na Europa de Leste, para permitir mudanças «moderadas». Implicava negociar o acesso ao investimento ocidental e a novas tecnologias ocidentais. E como nada disto seria possível sem um alívio das tensões da «nova Guerra Fria», implicava reduzir a dimensão da presença militar soviética: na Europa Central e de Leste; nas esferas de intervenção na Ásia e África; sobretudo no Afeganistão. No entanto, é muito pouco provável que Gorbachev tencionasse renunciar à pretensão de manter a União Soviética como potência mundial – na realidade, a segunda grande potência. O que ele procurava era mais espaço de manobra. A sua diplomacia de desanuviamento foi concebida para proteger a delicada transição da Europa de Leste de uma esfera de controlo soviético para um «império informal» de influência fraternal. O império soviético seria modernizado ante o olhar dos ocidentais num clima cordial de «coexistência cooperativa». Restaurado e rejuvenescido, continuaria a oferecer uma «modernidade paralela».

Mas Gorbachev descobriu (como as antigas potências coloniais) que o imperialismo informal não era uma opção fácil. Desistir do controlo e da ameaça de coerção era correr um grande risco. Sem outros meios para manter a lealdade de velhos protegidos, podia até revelar-se fatal. O que Moscovo podia oferecer em termos de incentivos económicos era de facto insignificante comparativamente ao Ocidente: isso já se havia verificado na Polónia nos anos 80, com o enfraquecimento gradual do poder soviético. Assim, com uma velocidade estonteante, a reforma da Europa de Leste transformou-se na revolta da Europa de Leste. Em novembro de 1989 caiu o Muro de Berlim, caíram os governos pró-soviéticos e desapareceu o «império exterior» do Leste Europeu. Esta catástrofe arrasou a autoridade e legitimidade do regime soviético. A economia planificada entrou em falência. No ano seguinte (1990) a revolta espalhou-se rapidamente ao «império interior» da União Soviética. As repúblicas soviéticas – incluindo a própria Rússia, sob a liderança de Boris Ieltsine – exigiram a sua liberdade. A tentativa vã dos colegas de Gorbachev para travar a maré política através de um golpe militar e do estado de emergência foi a «gota de água». O Tratado de Alma-Ata, em dezembro de 1991, dissolveu a União Soviética em 15 novos Estados. Reconheceu o fim do rajado soviético no Báltico, no Trans-Cáucaso e na Ásia Central. O ato mais significativo talvez fosse a decisão da Ucrânia, a principal colaboradora do poder imperial russo desde os anos 50 do século XVII, de votar

pela independência total. A Rússia pós-soviética continuou a ser uma potência colonial com um território enorme. Mas com uma economia arrasada e a crescente influência americana na Eurásia Interior, as suas perspectivas teriam desanimado até Pedro, o Grande.

Império Sem Limites?

O imperialismo da era bipolar representara a outra face da descolonização. Dois grandes sistemas imperiais tinham lutado para conter a expansão (real ou imaginada) um do outro e estabilizar a vasta zona de instabilidade pós-colonial em benefício próprio. Na realidade, a estabilização revelara-se uma miragem. Existiam ainda menos hipóteses do que antes de 1914 de que os rivais concordassem com uma partilha mundial ou conseguissem impor os seus termos se o fizessem. Em primeiro lugar, a nova regra da soberania inscrita na carta das Nações Unidas – como aliás a ideologia interna das duas potências concorrentes – excluía o recurso ao domínio territorial explícito. Em segundo lugar, nenhuma das potências estava disposta a aceitar a perda permanente de qualquer região mundial (fora da Europa) onde ainda existisse esperança de uma mudança política. Também nesse ponto a ideologia interna era inflexível. Em terceiro lugar, o legado do império ao mundo pós-colonial fora tudo menos um começo de vida tranquilo. As disputas geopolíticas entre os Estados sucessores, os conflitos religiosos e étnicos não resolvidos, o uso do poder do Estado para acumular fortunas privadas e a vulnerabilidade dos Estados fracos a choques económicos externos foram alguns dos frutos amargos da liberdade colonial. Elas aumentam imenso, não só o risco de convulsões internas, mas também a oportunidade para a intervenção externa, por convite ou não. Em quarto lugar, mesmo que estabelecessem os limites das suas esferas imperiais, as duas superpotências enfrentavam a inimizade inconciliável dos excluídos. Cortejada ou contrariada, a China era o jóquer na política das superpotências. Nenhum dos lados podia saber quando ou como ela poderia mudar o jogo. Com efeito, a mudança da China para o capitalismo no final dos anos 70 e o crescimento extraordinário da sua economia, até então fechada, geraram um novo e grande fator de incerteza na última década de rivalidade entre as superpotências.

Mas que aconteceria quando o colapso da União Soviética pusesse fim à competição? Era imediatamente evidente que não haveria qualquer recuo americano para o isolamento hemisférico. O grande avanço da influência e poder dos Estados Unidos depois de 1945 não seria invertido. A Guerra Fria fora a grande época da expansão americana. A nova e vasta dimensão do comércio e investimento americanos e a dependência da América de produtos importados (sobretudo petróleo) tornaram claro no final da Segunda Guerra Mundial que seria importante ter um papel preponderante na definição das regras da economia mundial. A revolução geostratégica provocada pelo poder aéreo, pela tecnologia dos satélites e pelas armas nucleares afirmou de forma ainda mais enfática que a segurança da América era uma questão mundial e não apenas hemisférica. Assim, a reação americana ao fim da Guerra Fria foi encará-lo, não como uma oportunidade para se desfazer de um encargo imperial, mas como uma oportunidade meta-histórica para definir o rumo da história mundial⁽⁹⁶⁾. Era o momento para concluir a transformação permanente da economia mundial, já em curso nos anos 70 e 80. As economias fechadas deviam ser abertas; os monopólios estatais desfeitos; o acesso livre imposto; a segurança da propriedade privada – sobretudo a propriedade privada estrangeira – garantida. A receita de Woodrow Wilson para a paz internacional – bloqueada durante tanto tempo pelo marxismo-leninismo, pelo nazismo e pelo colonialismo europeu antiquado – podia finalmente ser aplicada em todo o mundo. As divergências políticas, os estigmas do nacionalismo, as feridas da luta de classes e até os horrores do ódio racial seriam eliminados pela maré purgadora das

trocas económicas livres e pelos seus subprodutos culturais. A economia de mercado traria consigo uma procura irresistível de democratização. Libertos da tirania da economia planificada e da opressão espiritual do conflito ideológico, os povos até então subjogados escolheriam naturalmente a democracia liberal. O corolário fundamental desta tarefa mundial era geoestratégico. Nenhum Estado devia poder impedir a sua realização através do uso da força, nem ameaçar os seus vizinhos e criar um «império» regional para excluir a economia mundial e a sua cultura liberal. A enorme vantagem militar que os Estados Unidos já tinham adquirido no final da Guerra Fria devia então ser usada para manter o equilíbrio de poderes mundial, nos lugares onde isso fosse mais importante. Para o estratega veterano Zbigniew Brzezinski a lógica era evidente. A política americana não tinha outra alternativa senão desempenhar um papel dirigente na geopolítica da Eurásia ⁽⁹⁷⁾.

Não admira que o âmbito aparentemente ilimitado da ambição americana tivesse gerado reações contraditórias. Sem o constrangimento de solicitar a boa vontade dos outros, sem a necessidade das suas alianças da Guerra Fria e aproveitando os benefícios da sua vitória ideológica, a América parecia livre para usar a sua força económica e militar contra toda a oposição e a oposição de todos. A ideia um «império» americano, anteriormente confinada à retórica de esquerda, tornou-se um lugar-comum. Um império universal, em que um Estado impunha as suas leis internas a todos os outros, era exatamente o oposto do que defendia a longa tradição de direito internacional que se desenvolvera na Europa desde o século XVII. Nessa tradição, a necessidade de respeitar a soberania dos Estados era constantemente realçada, assim como a necessidade de procurar o acordo de todos (no século XIX tinham sido todos os estados «civilizados») para o estabelecimento das regras de conduta internacionais ⁽⁹⁸⁾.

A inquietação na esquerda juntava-se à suspeita de muitos Estados pós-coloniais de que as liberdades de que tinham gozado durante a Guerra Fria estavam prestes a desaparecer, e à queixa mais generalizada de que construir culturas descolonizadas – em que a «normalidade» do Ocidente deixara de ser um pressuposto – era uma tarefa impossível perante uma «globalização» sob os auspícios dos americanos. Estes receios agravaram-se no final do século. Foi então que os pressupostos fáceis de um mundo pós-Guerra Fria começaram a desfazer-se. No Médio Oriente, na Ásia Oriental e na África subsariana o conflito e instabilidade da época da Guerra Fria revelavam uma persistência surpreendente. A história não chegara ao fim. A descolonização, no seu sentido mais lato, permanecia incompleta. A resposta da América foi afirmar com maior insistência que o poder americano devia ser usado para garantir os seus ganhos e prosseguir com o projeto de uma nova ordem mundial depois de 1989. O debate que se seguiu tornou ainda mais explícita a questão de se saber se os Estados Unidos eram um império ou se deviam aceitar o papel de uma potência imperial. O que os críticos perceberam foi o ressurgimento agressivo de duas atitudes arraigadas para com o resto do mundo. A primeira era o unilateralismo: a relutância em obedecer a regras feitas para os outros. Esta resultava de crenças sobre as origens «excepcionais» da América como sociedade democrática num mundo dominado por déspotas ou pelos «detritos» feudais da nobreza europeia. A segunda era o universalismo: o que era bom para a América era bom para o mundo. As instituições democráticas de estilo americano, a versão americana da economia de mercado e a cultura comercial produzida para o consumo de massas eram as melhores garantias de riqueza e estabilidade. Recusar a sua adoção era um ato hostil contra o progresso e a paz. O unilateralismo e o universalismo eram «manias» inofensivas numa potência isolacionista. Na única superpotência do mundo tornaram-se os principais elementos de uma visão imperial. Aliadas ao uso de uma diplomacia coerciva ou da intervenção armada, constituíam a via principal para um «império» em que a guerra perpétua no estrangeiro subverteria a democracia interna ⁽⁹⁹⁾.

Não adianta debater se a América deve ser vista como potência imperial: o veredicto já foi

pronunciado. Após 1990 tornou-se o único império mundial. Um Estado com meios para intervir pela força em quase qualquer parte do mundo, com uma vantagem tão grande em poder militar sobre qualquer adversário potencial e com uma economia avançada duas vezes maior do que a do seu concorrente mais próximo era efetivamente esse império. O facto de a América não ter as possessões coloniais que contribuíram *em parte* para a preeminência mundial da Grã-Bretanha vitoriana é pouco relevante. A ideologia pública, os objetivos económicos e os métodos políticos da Grã-Bretanha vitoriana eram muitos diferentes dos da Roma do século I, mas ambas governaram impérios. Os impérios existem para acumular poder em grande escala; a forma que assumem reflete as condições existentes, e não a adesão irrefletida a um modelo obsoleto. A questão interessante acerca do império da América não é a sua existência (que podemos tomar como certa) mas os limites a que poderá estar sujeito ou não (como todos os impérios anteriores).

Podemos enumerar brevemente alguns dos elementos do seu poder. Em 2003, os Estados Unidos possuíam mais de 700 bases (e 234 campos de golfe militares) em 130 países, sem contar as várias instalações «temporárias». Mais de 250 000 militares serviam no estrangeiro nos enormes comandos regionais («Pacom», «Southcom», «Centcom», etc.) que dividiam o mundo entre si. Com 54 submarinos nucleares, 12 porta-aviões, uma dezena de porta-helicópteros e uma frota enorme de navios de apoio, os Estados Unidos têm o comando do mar. No espaço, no ar e no combate moderno em terra, a superioridade americana é quase incontestável. Em termos económicos, a dimensão da riqueza americana é igualmente espantosa. Os Estados Unidos foram responsáveis por quase um terço do produto bruto do mundo em 1999⁽¹⁰⁰⁾; o seu produto interno bruto é cinco vezes maior do que o da China. Como comprador e vendedor numa escala maciça, como a voz mais sonante nas organizações que regulam o comércio e as finanças do mundo e como sede de muitas das maiores empresas do mundo, os Estados Unidos podem exercer um imenso «poder brando». Em terceiro lugar, o sucesso económico e o prestígio e atração da democracia americana juntaram-se para criar novas testas de ponte de influência em todo o mundo. A riqueza imensa que permite premiar a colaboração e a amizade e as redes sociais construídas por laços educacionais e migrações e diásporas cujos membros mais ricos residem na América fornecem os meios para alargar e aprofundar essas testas de ponte. Pois o império americano (como o britânico antes dele) não é dominado por governos e políticos. Grande parte da energia que alimenta a expansão americana é privada e não oficial.

No entanto, poder-se-á argumentar que estes bens «imperiais» têm sido sobrevalorizados, que diminuirão gradualmente e que são facilmente dispersados. O poder militar americano, sugere um observador perspicaz, pode dominar facilmente os espaços comuns do mundo, mas adequa-se mal a guerras irregulares em territórios densamente povoados, em grandes complexos urbanos ou em terrenos pouco propícios ao uso do poder de fogo mecanizado. Nestes casos o peso dos números poderá ser muito mais determinante, e também a disposição para sofrer grandes baixas⁽¹⁰¹⁾. Apoiar regimes amigáveis ou coagir a resistência poderá revelar-se tão difícil no futuro como foi no Vietname. O insucesso militar enfraqueceria o prestígio e o moral, e incentivaria maior insubmissão. O poder económico americano poderá enfrentar atritos semelhantes quando o Oriente e o Sul da Ásia se tornarem as regiões mais produtivas do mundo. O valor do dólar já depende do influxo de poupanças do Japão e da China, e seria bastante afetado se essas poupanças mudassem de rumo. Com a disseminação mundial das práticas empresariais americanas, a vantagem competitiva que estas em tempos conferiam é hoje amplamente partilhada com outras economias avançadas⁽¹⁰²⁾. Existe uma tese influente que sugere que, apesar da sua preponderância, a América já não consegue resistir (não sem custos pesados) ao enorme conjunto de regras, regulamentos, costumes e convenções que governam os assuntos internacionais, e que dependem do consenso. A aceitação submissa da cultura

popular americana também não deve ser encarada como algo implícito. A resistência cultural, manifestada de forma mais radical no fundamentalismo islâmico, poderá espalhar-se mais depressa quando as elites guardiãs das culturas nacionais virem reduzida a sua influência. E à medida que os custos da grandeza forem aumentando, e os seus benefícios diminuindo, o contribuinte americano poderá levar a mal o fardo do império e perder interesse no esforço para preservar o poder americano na sua preeminência solitária. O ciclo de mudanças começaria de novo.

Tudo isto em teoria poderia corrigir o desequilíbrio de um mundo unipolar. E poderá fazê-lo, efetivamente. Não podemos é ter a certeza. O poder militar americano pode não ter os meios para vencer guerras na «zona disputada» onde o combate é de «baixa tecnologia» e as baixas elevadas. Mas poderá encontrar aliados dispostos (por um preço) a suportar o custo de travar essas «guerras sujas». A indústria americana pode perder a sua competitividade, e a balança comercial da América tornar-se ainda mais desfavorável. Mas o papel da América como eixo monetário da economia global e a complexa ligação entre o valor do dólar e o poder militar americano poderá exigir uma «renda» enorme que outros pagarão até ao dia, num futuro distante, em que se encontrar um substituto. Em terceiro lugar, não é de todo certo que a resistência cultural – exceto em formas muito localizadas – conseguirá impor limites à expansão da cultura «anglo-americana», com o seu imenso arsenal de meios de comunicação de massas, serviços educativos e atividades de investigação. No início do século XXI, a maioria dos indícios apontam no sentido contrário. Em quarto lugar, embora a colaboração das elites políticas em diferentes regiões do mundo possa certamente variar, resistir à influência americana poderá revelar-se cada vez mais difícil. As fronteiras dos Estados (sobretudo dos Estados fracos) tornar-se-ão cada vez mais permeáveis, e a influência da iniciativa transnacional (quer através de empresas comerciais ou organizações não-governamentais) irá certamente aumentar. Mobilizar o «nacionalismo» contra o opressor externo poderá tornar-se ainda mais difícil. Outras formas de resistência poderão dirigir-se contra os protegidos e aliados da América ou contra a própria América. E sem outro grande «patrocinador» prometendo apoio internacional, o custo de uma resistência mais do que local poderá ser demasiado elevado. Em quinto lugar, apesar dos prognósticos de que surgirão novos rivais (a China é a candidata habitual), é pelo menos igualmente provável que as repercussões de mudanças sociopolíticas internas impeçam o seu avanço para a categoria de superpotência. Por fim, as hipóteses de uma revolta interna contra o encargo imperial da América dependerão em muito dos custos que este acarretar. Por todas as razões referidas acima, esses custos são muito difíceis de prever.

Isso não quer dizer que não existam limites para o poder da América. No entanto, segundo quase qualquer critério, estes transcendem hoje os limites dos impérios que temos observado em vigor desde o início do século XV. Os escritores que têm equiparado a posição «hegemónica» da América à da Grã-Bretanha vitoriana revelam uma ignorância espantosa da história de ambas. Se esse poder será usado para tornar o mundo mais seguro ou agravar os seus conflitos através de intervenções mal geridas, é uma questão completamente diferente. Nenhuma previsão é segura. Como todas as gerações anteriores, enfrentamos o futuro com pouco mais do que conjeturas para basear os nossos planos. Se o ritmo frenético da integração económica (o que chamamos «globalização») abrandasse bruscamente ou invertesse a sua marcha, o parágrafo anterior perderia grande parte do seu sentido. E a nossa visão do passado, mas também a do futuro, seriam novamente alteradas.





9. Praça Tiananmen: o império continua

A Sombra de Tamerlão

No início deste livro defendemos que o estado do mundo atual não pode ser explicado e definido como o produto de uma economia mundial e dos seus efeitos políticos e culturais colaterais. Por trás das variações de riqueza e poder, da divergência de instituições e valores e das diferenças em afeição cultural e religiosa ainda tão patentes no mundo do século XXI existe uma história muito mais complexa de uma construção competitiva de impérios, Estados e culturas. Mas descrever essa história não é fácil. Esta continua a ser profundamente controversa. Por vezes é apresentada como a saga violenta de um imperialismo predatório: a invasão pelo Ocidente do não-Ocidente desafortunado. A visão contrária é igualmente implacável: a história do mundo passa a ser uma longa marcha para a modernidade, com o Ocidente como guia e aplicando o seu modelo. Como nenhuma das versões consegue obter mais do que um apoio parcial, é fácil perceber as atrações de um regresso ao determinismo geográfico. Mas mesmo que seja verdade que uma maior abundância de plantas e animais para domesticação explique por que razão a Eurásia conquistou o «Mundo Exterior» e não o contrário ⁽¹⁾, isso não consegue resolver a questão que ocupa este livro: as mudanças no equilíbrio de poderes e riqueza no seio da própria Eurásia durante os últimos quinhentos anos.

Apesar das paixões que suscitam, os factos deste livro indicam que as histórias baseadas nas narrativas grandiosas da «exploração» e «modernização» têm pouco valor como guia para o passado eurasiático. É evidente que podemos encontrar várias provas de ambos fenómenos, mas nenhum tinha plena liberdade de ação. Ambos se enredavam na política e cultura dos Estados e regiões onde a sua influência se fazia sentir. Ambos eram obrigados a fazer cedências para conquistar os aliados e agentes locais sem os quais eram (geralmente) paralisados. Ambos dependiam de circunstâncias variáveis que favoreciam ou dissuadiam a ambição imperial, a expansão comercial e a afirmação cultural em diferentes regiões do mundo. Ambos eram «projetos» que podiam ser subvertidos, dominados ou paralisados através de formas sofisticadas de resistência e adaptação. Não existe uma cronologia simples de ascensão e declínio imperial; nem qualquer geografia simples de domínio europeu sobre o resto da Eurásia. E o «império» do Ocidente também não terminou na fogueira de vaidades coloniais a que chamamos descolonização.

Precisamos, em suma, de uma visão mais realista do passado conflituoso para compreender os nossos tempos – e para começar a vê-los não como um «presente» eterno mas como um «período» histórico, condenado como todos os outros à mudança e à decadência. Nos capítulos anteriores, salientei o percurso sinuoso que conduziu à formação do mundo contemporâneo. A narrativa que apresento tem pouco em comum com os roteiros de história sobre os quais os ideólogos (de todos os credos) traçam as suas linhas retas. Sugere, apesar de tudo, que alguns grandes temas constituem o cerne da história – e ajuda-nos a compreender o destino da Eurásia e, por conseguinte, do mundo. Abordemos então esses temas.

Histórias Imperiais

A história do mundo, apetece dizer, é uma história imperial, uma história de impérios. Seria fácil

julgar a partir de grande parte dos escritos históricos que os impérios são anormais: intromissões indesejadas num mundo não-imperial. A sua ascensão é atribuída a circunstâncias excepcionais, ou à energia maníaca de uma personalidade única. A sua queda é previsível, porque as circunstâncias excepcionais que permitem a sua ascensão têm uma vida limitada. Esta visão é sedutora, mas pouco mais tem que se lhe recomende. Uma rápida vista de olhos à história mundial sugere, pelo contrário que, a maior parte do tempo, a situação política normal era o poder imperial. Os impérios eram sistemas de influência ou governo em que as fronteiras étnicas, culturais ou ecológicas se cruzavam ou eram ignoradas. A sua presença ubíqua resulta do facto de, à escala regional, mas também à escala mundial, os recursos necessários para construir Estados fortes estarem muito mal distribuídos. Não se tratava apenas de uma questão de planícies cultiváveis ou rios navegáveis, mas de solidariedade social e cultural e da relativa facilidade com que mão de obra e bens móveis podiam ser mobilizados pelo Estado. Foi este tipo de «modernidade» que permitiu a criação de um enorme império chinês em 200 a.C. Contra a atração cultural ou a força física de um Estado imperial, a resistência era difícil, a menos que fosse reforçada pela distância geográfica ou por uma coesão invulgar. Mesmo os Estados que escapavam à subjugação tinham de realizar algumas manobras por entre as potências imperiais para evitar ser esmagadas sob o seu peso.

Além de comuns, os impérios eram também diferentes entre si. A maioria dos impérios na história pode parecer-nos hoje modesta, com pequenas populações e alcance limitado. Mesmo que concentremos a nossa atenção nos impérios mais vastos abordados neste livro, descobrimos grandes variações. Os que por vezes são designados como impérios «clássicos» eram grandes burocracias agrárias. A sua característica essencial era o controlo das terras e dos excedentes que produziam. Uma burocracia mais ou menos centralizada, organizada e recrutada para impor o poder do imperador contra interesses localizados ou aristocratas rurais, arrecadava as receitas e administrava a justiça imperial. O prestígio do imperador era um recurso vital, cuidadosamente protegido pelo isolamento, pelo ritual e pela cerimónia. Depois da queda do Império Romano no Ocidente, a China foi o melhor modelo de como um império avançado desse tipo devia funcionar. Noutras regiões, as condições geralmente eram menos favoráveis: a religião, a ecologia ou o contexto geopolítico impediam o domínio imperial segundo o modelo chinês. Na Eurásia Central, os governantes recorreram antes ao expediente dos escravos militares, os mamelucos, recrutados nas franjas do império. Como estrangeiros dependentes da proteção do emir, ou como conversos ao Islão, não tinham quaisquer ligações locais, nem clã ou família para manchar a sua lealdade. Formavam o contrapeso à solidariedade local das cidades, tribos e elites rurais estabelecidas. Estes dois tipos de império eram de facto muito diferentes dos impérios ultramarinos que os europeus começaram a construir no final do século XV.

Os impérios «coloniais», evidentemente, também tiveram várias versões. Eram geralmente construídos, não através da ação dos governos, mas por aventureiros privados com uma licença ou alvará do governo. Alguns dependiam do confisco do trabalho daqueles que conquistavam; outros da compra de mão de obra escrava em África. Outros ainda tentavam reproduzir (ou até melhorar) o tipo de sociedade que tinham deixado na Europa. Constituíam as verdadeiras sociedades de colonos, das quais os escravos e os povos indígenas eram excluídos. Escusado será dizer que estes tipos de colónia fizeram poucos progressos na Ásia. Durante quase duzentos anos, a invasão europeia da Ásia limitou-se a fortalezas e entrepostos, bases de operações e postos avançados voltados para o mar, não para o interior: Bombaim, Goa, Pondicheri, Madrasta, Calcutá, Batávia e Macau. Faziam parte de impérios marítimos mercantis, instalados nas orlas dos grandes Estados da Ásia. O seu poder fazia-se sentir, quando de facto conseguia, nas vastidões desabitadas do mar. Quando os europeus começaram a açambarcar territórios a partir do final do século XVIII (sobretudo no Sul da Ásia), preferiram

ocupar os lugares dos antigos governantes asiáticos a criar uma nova ordem segundo modelos «europeus». Foi o sistema tributário dos mogóis, reforçado e consolidado, que forneceu à Companhia das Índias Orientais britânica os meios financeiros para construir um rajado subcontinental no século que se seguiu à Batalha de Plassey (1757).

Seria um erro fazer uma distinção demasiado marcada entre métodos «europeus» e métodos «asiáticos». Mas no longo século XIX (1815-1914) o panorama foi transformado pelo poder industrial. A técnica industrial permitiu aos europeus colonizar mais depressa e numa escala muito maior do que teria sido possível no passado. Forneceu-lhes os meios para penetrar novos mercados e esmagar a velha concorrência. Aumentou a sua capacidade de recolher informações e usá-las de forma eficiente. Acima de tudo, aumentou a sua capacidade de projetar o seu poder físico sobre distâncias muito maiores e a custos muito menos elevados. Na era dos navios a vapor e dos caminhos de ferro, o isolamento estratégico perdeu grande parte do seu sentido. Quando um exército europeu podia avançar sobre Nanquim (como fizeram os britânicos na Primeira Guerra do Ópio de 1839-1842), nenhuma zona da Ásia parecia fora de perigo. Um dos resultados foi o surgimento de muitas mais «pequenas Índias»: as colónias administrativas que começaram a espalhar-se pela Ásia e entre as quais a África foi dividida depois de 1880. O outro foi o desenvolvimento de um terceiro tipo de império, de «influência invisível» ⁽²⁾: a acumulação sistemática de influência predominante sobre regiões e Estados cujos governantes mantinham uma soberania puramente teórica. Nos lugares onde banqueiros, diplomatas, comerciantes e missionários europeus gozavam de estatuto privilegiado, geriam a maior parte do comércio ultramarino, controlavam a entrada do investimento externo e podiam ameaçar com bloqueios ou bombardeamentos se os seus interesses fossem postos em causa, a tarefa da governação podia parecer redundante ou inútil. O «império informal» – segundo o critério dos custos e benefícios – foi a fase áurea do imperialismo.

Em teoria, todos os tipos de império estavam sujeitos, inevitavelmente, a grandes pressões e tensões, a convulsões e crises e a um colapso final. O facto de nenhum império ser permanente era um truísmo histórico. O colapso podia ser provocado por uma grande variedade de causas. Onde um império dependia da colaboração ou lealdade de elites dominadas, a revolta ou a resistência numa altura inconveniente podiam infligir danos irreparáveis ao seu prestígio e autoridade. A necessidade de apaziguar aliados inconformados podia causar um desgaste mais lento mas mais fatal dos meios de controlo. Se o exercício do poder imperial dependesse da aprovação da opinião pública na «metrópole» imperial, ou impusesse novos encargos à sua população ativa ou riqueza, a revolta no centro e não na periferia podia ser decisiva para derrubar um império. Novas ideologias (ou religiões) podiam destruir o prestígio moral e político no qual os impérios podiam basear a sua pretensão à legitimidade – a noção de que faziam parte da ordem natural das coisas. Um perigo igualmente comum começou a tornar-se oneroso: quando o fardo dos compromissos era demasiado pesado mas a dor da renúncia insuportável. A obesidade imperial esgotava a força física, e era uma tentação para os rivais. Os impérios também estavam sujeitos aos acasos das alterações económicas e ambientais. Os recursos e tecnologias que tinham ajudado a construir o seu poder podiam esgotar-se ou tornar-se obsoletos. A riqueza material e o poderio técnico podiam dissipar-se ou mudar-se para lugares mais favorecidos. Pior do que isso, talvez, era a possibilidade de os impérios serem arrastados para guerras de destruição mútua, em que a busca de fins limitados podia desencadear uma convulsão mundial. Mesmo sem essa hipótese apocalíptica, outro perigo insidioso ameaçava a maioria dos sistemas imperiais. Era quase inevitável que os seus altos comandos caíssem nas mãos de elites bem relacionadas que rapidamente se enraízariam. Gradualmente, estas transformariam a estrutura imperial num domínio semiprivado, promovendo os seus interesses sectários. Recrutariam o apoio de outras facções e grupos para formar uma grande coligação e defender um *statu quo* do

qual eram os principais beneficiados. Mas esta relutância em mudar era um erro fatal, porque o preço do império era a adaptação constante a pressões internas, coloniais e externas, e o aproveitamento célere de inovações na cultura ou na atividade económica (3).

No final do século XIX parecia de facto que estas múltiplas fontes de decadência e colapso iriam transformar o mundo. Para a maioria dos observadores ocidentais a conclusão era óbvia. Os restantes impérios indígenas na Ásia e em África, grande ou pequenos, não podiam durar muito tempo. O período durante o qual tinham coexistido intranquilamente com os impérios europeus estava a chegar ao fim. A estagnação económica, a senescência cultural e a corrupção sistemática tinham destruído a sua vontade política. Não tinham meios para defender as suas fronteiras. Enfrentavam a revolta das minorias étnicas. O seu insucesso económico agudizava o conflito social. A estagnação cultural incentivava a sede de ideias estrangeiras, mas gerava também uma reação irada, xenófoba ou fanática. O caos e a ruína estavam iminentes: estava-se perante «nações moribundas», impérios defuntos. Em contrapartida, assim parecia, as potências colonizadoras da Europa e os seus amigos norte-americanos tinham descoberto o segredo do progresso constante e do império eterno – a presunção que Kipling denunciara no seu famoso poema (4). Tinham quebrado o ciclo do declínio imperial. A industrialização, o combustível inorgânico (carvão), uma vasta base de recursos e a utilização de bens produzidos a milhares de quilómetros de distância tornavam irrelevantes as antigas limitações ambientais. O seu comércio e cultura atraíam uma multidão de novos súbditos, ou pelo menos as suas elites, cuja lealdade (ou colaboração) diminuiria os custos do império. A situação na «metrópole» também mudara para melhor. Um império «barato» e uma sensação de dependência crescente de mercados longínquos eram condições muito mais favoráveis para promover a ideologia «imperial». O poder crescente do «Estado-nação» sobre a sociedade interna estava a fortalecer a ideia de uma comunidade «nacional», disposta se necessário a sustentar o império no estrangeiro. Além disso, a adoção da política «liberal» – a concorrência mais ou menos livre na vida económica e política – parecia a melhor garantia contra a privatização corrupta do poder político e a resistência inflexível à mudança. Esta mentalidade progressista baseava-se supostamente na «raça» – uma amálgama incoerente de características físicas, sociais e culturais. Foi por isso que os europeus – ou alguns deles – tinham descoberto o segredo da evolução social. A recompensa, julgavam, seria o domínio permanente do resto do mundo.

O resultado mais provável – aparentemente – era uma nova ordem mundial em que o poder se concentrasse nalguns «Estados mundiais». Os restantes Estados e impérios do mundo não-ocidental seriam repartidos ou, se mantidos, transformados em semiprotetorados sob uma supervisão rigorosa. Dar-se-ia apoio aos «reformadores» e «progressistas», para quebrar a resistência das suas vastas regiões interiores atrasadas. O preço seria a aceitação voluntária das regras europeias: uma porta aberta ao comércio e cultura, e novas regras legais para proteger as pessoas e bens estrangeiros. Esperava-se que este período de tutela fosse longo, talvez ilimitado, com muitos insucessos e retrocessos. Mas não foi isso que aconteceu.

Uma das razões foi geopolítica. O pré-requisito essencial do avanço da Europa na Ásia fora a paz europeia, a inexistência de uma guerra geral. Por mais ferozes que parecessem, as rivalidades imperiais da Europa em meados e finais do século XIX tinham sido geridas habilmente: as queixas e as ameaças substituíam o conflito efetivo. Mas em 1914 este longo período de coexistência competitiva foi quebrado de vez: os esforços do pós-guerra para o restaurar não surtiram qualquer efeito. A ordem mundial centrada na Europa foi abortada quase antes de nascer. Algumas regiões importantes da Eurásia conseguiram manter o Ocidente afastado numa fase crucial. Mas a geopolítica explica apenas uma parte da história.

O Padrão da Persistência

A maioria das histórias do «império» depois dos meados do século XVIII revela um pressuposto comum: os únicos impérios com relevância são os impérios coloniais dos europeus – até o Japão adotar a ideia colonial no início do século XX. A tragédia da partilha de África produziu uma imagem distorcida de um imperialismo desenfreado que nada podia travar. Mas se olharmos melhor para a Ásia ficamos com uma impressão diferente. Apesar das suas possessões nas franjas marítimas e do seu avanço hesitante para o interior no final do século, com a grande exceção da Índia, o domínio europeu na Ásia foi muito parcial. Pode-se portanto alegar que a verdadeira história da Ásia no longo século XIX foi de persistência asiática e não de derrota. O grande exemplo foi a China. Apesar das devastações do conflito dinástico, da guerra civil e da revolução, a China manteve uma unidade surpreendente até 1914. A ideia da China sobreviveu ao fim da monarquia imperial em 1911 e aos 40 anos de turbulência, ocupação e guerra que se seguiram logo depois. Mais surpreendente, talvez, foi a China ter mantido o seu enorme império na Ásia Interior: Manchúria, Mongólia, Sinkiang e Tibete. Apesar da terrível crise dos anos 30 e 40, todos estes territórios foram conservados (exceto a Mongólia Exterior). As fronteiras da China de hoje são praticamente as mesmas que as do vasto Império Ch'ing que a Europa abalroou nos anos 30 do século XIX. A perseverança do Japão perante o desafio europeu foi ainda mais impressionante. A sua monarquia foi reinventada para fornecer uma base ideológica a uma nova ordem política. O resultado foi um Estado suficientemente forte para resistir à abertura ao Ocidente e logo depois lançar-se na sua própria aventura imperial.

Padrão semelhante verificou-se em partes da Eurásia Central. Apesar de expostos ao poder comercial e físico da Europa, os principais Estados muçulmanos na Ásia ocidental não sucumbiram ao colonialismo. Apesar de já desprovido das suas províncias europeias em 1913, e obrigado a ceder os seus territórios árabes depois de 1918, o núcleo anatoliano do Império Otomano escapou à partilha que os mediadores da paz planeavam, para se transformar num novo Estado «turco». A dimensão territorial do Império Iraniano variou bastante no tempo dos safávidas e dos Qajars. Mas a região hoje dominada pela República Islâmica compreende a maior parte do Irão «histórico», incluindo as quatro grandes cidades de Tabriz, Ispaão, Teerão e Mashad. E mesmo aquelas zonas da Eurásia Central (como o Egito ou a Índia) cuja configuração política foi drasticamente alterada pela intervenção europeia preservaram ou construíram uma identidade distintiva, transcendendo os limites de uma cultura colonizada.

O que tornou isso possível? Parte da resposta, como vimos num capítulo anterior, está no facto de os europeus carecerem dos recursos e por vezes do motivo para concluir um império mundial. A sua diplomacia imperial hesitou perante a tarefa de repartir a China, o Irão ou o Império Otomano antes de 1914. Depois de 1918, as suas divisões eram maiores e a tarefa ainda mais difícil. Mas essa foi apenas uma das partes de uma equação complexa. Igualmente importantes foram as tradições persistentes de autonomia política e cultural nos grandes Estados asiáticos, que cercaram os estrangeiros como um muro invisível. Estas foram reforçadas e aprofundadas pelo esforço de construção de Estados na Eurásia da Idade Moderna, cujos efeitos se sentiram em todo o Velho Mundo e não apenas na Europa. A restauração Ming, a paz Tokugawa, o compromisso safávida e a transição otomana de um Estado guerreiro para um império asiático, africano e europeu foram façanhas tão relevantes como a criação das novas monarquias-modelo na Europa. Criaram formas de governo que se revelaram surpreendentemente duráveis mesmo em condições de grande pressão. A mudança dinástica na China (dos Ming para os Ch'ing) e o «tempo de dificuldades» do Irão no século XVIII erradicaram sistemas políticos menos firmes – sobretudo no Irão, com as suas divisões

linguísticas e grandes confederações tribais.

Estas reconstruções do início da Idade Moderna tiveram uma importância duradoura. Ajudaram a preservar a prática contínua da governação até ao momento em que a pressão da Europa se tornou demasiado intensa. Os Estados que os europeus enfrentaram eram *anciens régimes* a necessitar de reforma e não Estados desorganizados que se haviam desmoronado. Aqueles que os serviam geralmente tinham consciência da sua fraqueza e da necessidade de «reforma». Mas isso implicava a adaptação de novos métodos políticos ao sistema original, e não a imposição de um projeto estrangeiro ao qual ninguém seria fiel. Esta era uma distinção fundamental. A república de Kemal na Turquia foi construída sobre os alicerces da reforma otomana, e não concebida a partir do nada. A sua versão «oficial» da história proclamava, não a subserviência da Turquia à Europa, mas o alcance histórico e mundial do povo turco ⁽⁵⁾. O seu padrinho político (apesar de discretamente repudiado) foi o sultão Abdul Hamid II (r. 1876-1909), sob cujo governo o controlo estatal da sociedade foi energeticamente estabelecido ⁽⁶⁾. O xá Reza Pahlevi (r. 1921-1941) podia evocar a antiga tradição monárquica do Irão para afirmar a sua autoridade sobre regiões e tribos rebeldes e fortalecer o Estado. A carta de juramento do imperador foi a justificação para estabelecer um regime muito mais centralizado no Japão Meiji, e negar aos seus adversários uma base ideológica. Mesmo na China, onde o fim da dinastia Ch'ing assinalou uma rutura mais completa com o passado, o novo nacionalismo reivindicou o legado centro-asiático dos Ch'ing e reintroduziu o antigo sistema de vigilância doméstica para restaurar a ordem social nos turbulentos anos 20.

A persistência foi política mas também cultural. O papel da religião, da língua e da literatura na criação de identidades nacionais na Europa é uma história conhecida. Existiram várias razões para que a ideia de Estado-nação se desenvolvesse com maior vigor na Europa do que noutras regiões da Eurásia antes de 1914, nomeadamente os efeitos das revoluções e guerras que assolaram quase todo o continente entre 1789 e 1815. Na maior parte da Eurásia (e em muitas regiões da Europa de Leste), a ligação entre a cultura e o Estado não seguiu o modelo que surgiu na Europa Ocidental. A fidelidade absoluta a um Estado territorial e ao seu governante era incompatível com noções de uma comunidade islâmica de crentes – a *umma* – e com a autoridade autónoma dos que interpretavam o Corão e a chariá. No vasto império subcontinental da China, com a sua periferia de Estados mais pequenos, fracos ou dependentes, a mentalidade bélica do conflito dinástico e da construção de Estados que moldou o nacionalismo europeu estava manifestamente ausente. No Japão, dois séculos de isolamento fortaleceram a profunda desconfiança em relação aos estrangeiros. Mas não surgira uma grande necessidade de identificar o carácter japonês com um Estado central forte. No entanto, embora a obsessão europeia com o Estado-nação como união cultural e política fizesse pouco sentido noutros lugares, o esforço para unir a sociedade com valores e práticas comuns (desde a dieta alimentar e o vestuário à história e cosmologia) era levado com igual seriedade. No resto da Eurásia, exatamente como na Europa, as tradições do conhecimento eram mantidas e transmitidas por professores e textos. Em torno destes reuniam-se as elites instruídas que gozavam de prestígio social e exerciam a autoridade cultural. No Irão e na China, esta classe estava intrinsecamente associada à ideia do Estado. Desde o tempo dos safávidas que os ulemás afirmavam que o primeiro dever do Estado iraniano era proteger o Islão xiita dos ataques dos seus inimigos. A condição minoritária dos xiitas no mundo islâmico tornava esse dever ainda mais urgente. Na China, a pequena nobreza letrada constituía o quadro administrativo e a elite cultural do sistema imperial – uma função, parece provável, que continuaram a desempenhar na era «nacionalista» que se seguiu. Mesmo na Índia, onde o domínio britânico foi imposto gradualmente a partir de meados do século XVIII, as tradições pré-coloniais sobreviveram, porque já estavam profundamente arraigadas em culturas indígenas vigorosas. Os patriotismos regionais, ideias de governo justo e visões alternativas da história

coexistiam intranquilamente com o aparelho cultural do regime colonial (7). No final do século XIX, quando os vernáculos indianos começaram a ser transformados em línguas literárias ordenadas, o sentimento regional adquiriu um novo e poderoso meio de exprimir as preocupações sociais e políticas. Sem esta base, parece pouco provável que o movimento através do qual Gandhi conseguiu transformar o nacionalismo indiano numa causa popular tivesse crescido tão depressa depois de 1914.

A importância de tudo isto é que quando o impacto cultural da Europa sobre o resto do mundo atingiu o seu pico de intensidade, no final do século XIX, enfrentou uma resistência já bem organizada. No entanto, para os guardiões de outras culturas eurasiáticas, a luta pela sobrevivência parecia uma disputa muito renhida. Eles temiam o colapso total da sua tradição cultural perante a vaga avassaladora de uma modernidade ocidental. Sentiam-se oprimidos pelo receio de que perderiam a sua autoridade sobre as suas próprias ordens inferiores, por cujo bem-estar moral e cultural se consideravam responsáveis. Compreendiam a importância do avanço tecnológico da Europa, e as inovações sociais e culturais que ajudavam a sustentá-lo, mas tinham sérias dúvidas sobre os efeitos morais e sociais delas. Sentiam por isso uma forte atração por versões de modernidade que, embora concebidas no Ocidente, fossem ferozmente hostis aos valores capitalistas liberais e às pretensões imperiais. A campanha de Gandhi para despertar as massas inspirou-se inicialmente na conceção de Tolstoi de uma utopia rural autossuficiente. A atração do marxismo-leninismo estava na sua promessa de progresso industrial sem o conflito social que parecia intrínseca ao capitalismo. Estas duas propostas pareciam oferecer uma via para a modernidade que podia ser controlada. Nos regimes que surgiram depois de 1918 no Irão, na Turquia e na China nacionalista, na liderança política que governaria a Índia depois de 1947 e na China comunista depois de 1949 (de forma ainda mais enfática), a supervisão rigorosa das importações culturais estrangeiras parecia tão essencial como a construção de barreiras contra o poder industrial estrangeiro. O alcance cada vez mais longo do Estado através da educação, dos meios de comunicação, da propaganda e da censura foi utilizado nessa tarefa. Não admira por isso que tivesse surgido em vários países uma espécie de «mentalidade de cerco» cultural. As violentas tempestades ideológicas que abalaram o mundo durante a maior parte do século XX transformaram uma sociedade aberta num jogo com o destino.

Os Termos da Convergência

Este padrão de persistência política e cultural faz pouco sentido quando observado isoladamente. Seria difícil explicá-lo sem uma descrição das condições materiais em que governantes e elites em diferentes regiões da Eurásia procuraram alcançar os seus objetivos. As perspetivas de manter a autonomia cultural e liberdade política dependiam em parte do sucesso económico. Também podiam ser influenciadas pela atração do comércio externo e pela sedução, ou repulsa, daquilo que os estrangeiros estavam a vender. Durante toda a história mundial (como hoje), os benefícios da troca comercial, abrindo a porta a produtos e negócios estrangeiros, têm sido acompanhados de riscos culturais e políticos. O medo de ser dominado ou absorvido pelas «grandes potências» comerciais e invisivelmente colonizado por empresas estrangeiras e seus colaboradores locais sempre existiu, como aliás o receio de que novos tipos de produção ou novas formas de consumo provoquem perturbações sociais e culturais danosas. Por esse motivo, as regras de participação em relações económicas – as condições de acesso à economia mundial – foram sempre cruciais.

Poder-se-á defender que no século XVI já havia surgido uma espécie de economia global (8). Com a ligação das Américas à Eurásia e a África, começou a desenvolver-se todo um novo conjunto de

trocas. A prata americana ajudou a Europa a comprar maiores quantidades de têxteis, cerâmica e chá aos produtores do Sul e Oriente da Ásia do Sul. O açúcar americano pagou a importação de milhões de escravos africanos, e fez aumentar indiretamente o consumo pelos africanos das mercadorias pelas quais os escravos eram trocados. Alimentos americanos como mandioca, milho, feijões e batatas transformaram (nalgumas regiões) o potencial agrário da Europa, Ásia e África. Uma rede lucrativa de rotas marítimas de longa distância ajudou a converter a Europa num grande entreposto marítimo que dominava os oceanos. Mas esta economia mundial da Idade Moderna (1500-1750) não deu à Europa qualquer vantagem decisiva sobre o resto da Eurásia. Aumentou a dependência da Europa dos produtos da Ásia, mas proporcionou poucos meios de alargar a sua participação no consumo asiático ⁽⁹⁾.

Depois de 1750 este padrão alterou-se drasticamente, mas não todo de uma vez. A conquista oportunista da economia de Bengala ofereceu aos britânicos a oportunidade de alterar os termos do seu comércio com a China. A Índia foi a fonte de fornecimento de ópio e a base militar a partir da qual eles fizeram a sua entrada forçada no comércio da Ásia Oriental. No entanto, a mudança crucial foi o advento da produção mecanizada na Europa. Algumas décadas depois, o mercado de exportações de têxteis da Ásia já havia sido superado pela concorrência europeia, e os tecidos europeus começaram até a penetrar nas economias têxteis da Índia e da China. O volume do comércio mundial começou então a aumentar rapidamente – cerca de 25 vezes no longo século XIX. Mas os termos que passaram a ditar o comércio com a Europa davam à Ásia muito menos espaço de manobra. Os europeus controlavam as redes de comércio de longa distância, além de fornecerem os artigos mais valiosos. Para entrar nesse comércio e pagar as manufaturas da Europa, as economias asiáticas foram obrigadas a depender de exportações de matérias-primas e géneros alimentícios. A situação era agravada, do ponto de vista asiático, pelo facto de terem de competir com os produtores de bens essenciais da economia atlântica mas também uns com os outros. O algodão e o trigo americanos concorriam com os indianos; o chá indiano substituiu o chá da China no mercado britânico. Com o seu controlo do comércio marítimo da Ásia, o seu novo acesso ao consumidor asiático (pela conquista na Índia, por tratado forçado na China) e o seu grande avanço industrial, os europeus pareciam ter arrastado as economias asiáticas para um mercado globalizado na altura de maior divergência nas suas forças relativas. Os números são reveladores. Enquanto em 1820 o produto interno bruto *per capita* da Índia e da China equivalia aproximadamente a metade do nível da Europa Ocidental, em 1913 já tinha diminuído para cerca de um sétimo ⁽¹⁰⁾.

Este panorama desolador não revela toda a história. A Ásia tornou-se parte de uma nova economia mundial em que o volume de bens comerciados era muitíssimo maior do que antes de 1750. Mas o domínio dos europeus sobre as economias asiáticas não era absoluto – longe disso, e por várias razões. Eles não tinham capital suficiente para «colonizar» completamente os produtores asiáticos. Sentiam-se frustrados com as dificuldades em penetrar ainda mais na maior economia da Ásia. A língua, a moeda e as redes mercantis internas da China mantinham-nos à distância. O tempo também não estava do seu lado. Só muito depois de meados do século é que a construção de caminhos de ferro, do canal de Suez, do navio a vapor e do telégrafo colocou a Ásia marítima tão próxima da Europa como as economias transatlânticas. O fator tempo foi particularmente significativo no caso do Japão, onde a industrialização já estava bem encaminhada na década de 80 do século XIX. O comércio de exportação do Japão para o Ocidente e o rendimento que gerava provocou uma rápida expansão do comércio no *interior* da Ásia e *entre* as economias asiáticas, evitando assim que a Ásia Oriental fosse reduzida a uma região subalterna. Pouco depois, seriam os industriais japoneses (geralmente em parceria com comerciantes chineses) e os donos das fiações indianas a satisfazer a procura de mais bens de consumo na região. Em 1914, o comércio da Ásia com a Ásia já estava a

crescer mais depressa do que o seu comércio com o Ocidente ⁽¹¹⁾.

Os cem anos anteriores a 1914 podem assim ser descritos como uma época de «semiglobalização». Tinham assistido ao surgimento de um mercado mundial único para artigos primários e industriais e para capital e serviços financeiros. Em vários Estados (mas não na maioria), o volume de trocas comerciais comparativamente ao produto total do Estado aumentara de forma muito significativa. No entanto, o nível estava ainda muito abaixo do que atingiria no final do século XX ⁽¹²⁾. E, excetuando a Ásia Oriental, a indústria transformadora estava concentrada sobretudo na Europa atlântica e no Velho Nordeste dos Estados Unidos. Nenhuma outra região do mundo conseguia competir nestes mercados com produtos industriais. A semiglobalização foi quase interrompida pela eclosão da guerra na Europa. No período de convulsão que se seguiu, a integração económica do mundo pré-1914 retrocedeu. Depois de uma breve recuperação no final dos anos 20, a economia mundial contraiu-se. O seu principal entreposto, a Grã-Bretanha, abandonou as políticas que tinham facilitado as suas trocas: uma moeda internacional baseada no ouro e a aposta no comércio livre. A maior economia do mundo, os Estados Unidos, recuou ainda mais para a sua concha de proteção. Grande parte do resto do mundo estava dividida entre blocos: cada um com o seu Estado hegemónico; cada um visando diminuir o seu comércio com os outros. A União Soviética recolheu-se num isolamento efetivo. Os Estados mais pequenos esforçaram-se por reduzir a sua dependência externa. Os produtores de bens primários viram cair os seus rendimentos. A economia da Ásia Oriental, no seio da qual a China começara a industrializar-se rapidamente, foi dividida ao meio, primeiro pelo «bloco do iene» do Japão e depois (em 1937) pela invasão japonesa da China. Quando o mundo se mobilizou para uma nova guerra total, a grande expansão do comércio do século anterior deixou de poder ser vista como guia para o futuro. A economia fechada, a autoconfiança e o desenvolvimento interno – e não a promoção do comércio – tornaram-se o preço da sobrevivência num mundo segmentado.

Esta visão não seria completamente dissipada após a Segunda Guerra Mundial. A recuperação do pós-guerra, quando finalmente surgiu, refletia as divisões que a paz deixou por resolver. A visão do comércio livre mundial que inspirara a criação do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e do Acordo Geral de Tarifas e Comércio teve de enfrentar a realidade de uma guerra fria mundial. O império autárquico da União Soviética expandiu-se enormemente na Europa Central e de Leste. A vitória comunista na China acentuou ainda mais a divisão da economia na Ásia Oriental que existia antes da guerra. A China, como a Rússia estalinista, recolheu-se num isolamento planeado. A Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura seguiram o exemplo do Japão e tornaram-se parceiros comerciais. A Comunidade Europeia, o veículo para a recuperação da Europa Ocidental, formou um bloco protecionista. Os seus acordos económicos denunciavam o seu objetivo principal: garantir um fim permanente para o antagonismo franco-germano, e não a promoção de uma economia global aberta. Quando os impérios ultramarinos europeus se dissolveram numa multidão de novos Estados, a maioria destes preferiu uma economia fechada e gerida pelo Estado no seu esforço para construir uma base industrial, e usou o alinhamento diplomático para obter ajuda e investimento das superpotências rivais. Mas a característica mais importante deste período de recuperação foi provavelmente a dimensão do poder americano. Foi a Segunda Guerra Mundial que transformou os Estados Unidos não só na maior economia do mundo mas também na mais forte. Foi a Guerra Fria mundial que os transformou na maior potência militar do mundo. Foi com estas vantagens que a América entrou no mundo «globalizado» no final do século.

Talvez já se tenha dito o suficiente para chegarmos a uma conclusão evidente. O regime económico a que nos habituámos na última década e meia representa um momento extraordinário na história turbulenta da economia mundial. Foi produzido por um dos abalos mais violentos na história

do mundo moderno. Exigiu a combinação de mudanças geopolíticas – o súbito colapso do poder soviético e a decisão da China de se converter à economia de mercado – e uma revolução tecnológica em comunicações e transportes. A transição para a economia de mercado na República Popular e no antigo bloco soviético provocou um enorme aumento da capacidade produtiva e abriu um novo e vasto mercado. Coincidiu com o aumento de viagens aéreas muito mais baratas, com a «revolução dos contentores» no transporte de mercadorias e, principalmente, com a aplicação comercial da tecnologia da internet. Logo a seguir à «liberalização» financeira dos anos 80, que trouxe maior liberdade para os serviços financeiros e transferências de capital entre os países ocidentais, reuniram-se as condições para uma fase de crescimento excepcional no volume do comércio e uma vasta integração das atividades económicas à escala global, que excedeu em muito as perspectivas limitadas do mundo anterior a 1914. A «grande divergência» em riqueza e desempenho económico entre o Ocidente euro-atlântico e a maior parte do resto da Eurásia deu lugar à «grande convergência» que, se continuar, deverá restabelecer o equilíbrio aproximado de há quinhentos anos nas próximas cinco décadas.

No entanto, o mundo que a «globalização» está em curso de reconstruir foi criado, na sua maior parte, em circunstâncias muito diversas. Durante a maior parte do período analisado neste livro, as relações económicas entre diferentes regiões do mundo pouco fizeram para impedir (e muito fizeram para encorajar) a construção de impérios, Estados e culturas com valores, atitudes, instituições e ideologias distintos. A interdependência económica, o principal entrave à diversidade cultural, tem sido demasiado breve, interrompida demasiado depressa e demasiado brusca no seu impacto para inverter esta tendência. A opinião geral é que esta longa época está a chegar ao fim: que as culturas nacionais e o Estado-nação não conseguem resistir aos efeitos invasores do mundo da livre circulação de informações, pessoas e bens. Até agora o curso desta livre circulação tem sido curto. Teremos de aguardar para ver.

A Sombra de Tamerlão

Talvez seja esse o cerne da questão. Talvez seja verdade que estejemos hoje à beira de uma grande transformação – em geopolítica, economia e cultura –, pelo menos tão extensa como a Revolução Eurasiática do final do século XVIII. Se assim for, dificilmente se poderá duvidar de que os seus impactos em diferentes regiões do mundo serão muito variados. A história da Eurásia lembra que, embora novos métodos de guerra e governo, novas técnicas de produção, novas práticas culturais e novas crenças religiosas tivessem sido difundidas de uma ponta do Velho Mundo à outra (e de todas as direções), não conseguiram produzir uma ideia de modernidade comum nem do que era ser «moderno». Os padrões de comércio e conquista, diáspora e migração do passado que têm aproximado e afastado regiões distantes e moldaram as suas culturas e política têm sido excepcionalmente complexos. O seu efeito tem sido, não homogeneizar o mundo, mas mantê-lo diverso. Por outro lado, a força magnética da economia mundial tem sido demasiado irregular até agora, e sentida de forma demasiado desigual, para impor o comportamento cooperante e a fusão cultural por que os teóricos do comércio livre muitas vezes anseiam. O que hoje chamamos globalização pode ser simplesmente entendido como resultante de um conjunto de entendimentos recentes, alguns tácitos, outros formais, entre os quatro grandes «impérios» económicos do mundo contemporâneo: a América, a Europa, o Japão e a China. Para estes, e para todos os outros Estados e sociedades, o desafio será conciliar a sua coesão interna com os efeitos perturbadores da livre concorrência. O esforço será grande; o resultado incerto. Mas se existe uma continuidade que

devíamos ser capazes de depreender de um longo olhar sobre o passado, é a resistência da Eurásia a um sistema uniforme, a um único grande governante ou a um único conjunto de regras. Nesse sentido, vivemos ainda na sombra de Tamerlão – ou, talvez mais precisamente, na sombra do seu insucesso.

Notas

Prefácio

1. Frederick Teggart, *Rome and China* (Berkeley, 1939), p. 245.

Capítulo 1: Orientações

1. Para Ibn Khaldun, Y. Lacoste, *Ibn Khaldun* (Paris, 1969); *Encyclopaedia of Islam* (Leiden, 1999).

2. O estudo fundamental é B. F. Manz, *The Rise and Rule of Tamerlane* (Cambridge, 1989).

3. Para um estudo recente sobre as trocas na Eurásia mongólica, Thomas T. Allsen, *Culture and Conquest in Mongol Eurasia* (Cambridge, 2001). Ver também John Masson Smith, «The Mongols and the Silk Road», *Silk Road Foundation Newsletter* vol. 1, n.º 1 em <http://www.silkroadfoundation.org/newsletter/volumeonenumeratorone/mongols.html>.

4. Karl Marx, «The British Rule in India» (1853), repr. in E. Kamenka (org.), *The Portable Karl Marx* (Harmondsworth, 1983), pp. 334–5.

5. O manifesto de Lenine, *O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*, foi publicado em Zurique em 1916.

6. Ver I. Wallerstein, *Historical Capitalism* (Londres, 1983) para uma excelente descrição desta escola de pensamento.

7. M. Weber, *The Sociology of Religion* (1922; trad. ing., Londres, 1965), p. 270. Weber também realçava os efeitos do sistema de castas e a oposição dos literatos confucianos à inovação. Ver H. H. Girth e C. Wright Mills (org.), *From Max Weber: Essays in Sociology* (ed. de bolso, Londres, 1974), caps. 16, 17.

8. Para um estudo excelente da história «subalterna», V. Chaturvedi (org.), *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial* (Londres, 2000), «Introduction».

9. J. C. van Leur, *Indonesian Trade and Society: Essays in Asian Social and Economic History* (Haia, 1955), p. 261.

10. Para uma descrição de van Leur, J. Vogel, «A Short Life in History», in L. Blussé e F. Gaastra (org.), *The Eighteenth Century as a Category in Asian History: Van Leur in Retrospect* (Aldershot, 1998).

11. S. Subrahmanyam, «Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia», *Modern Asian Studies* 31, 3 (1997), pp. 734–62.

12. Ver a análise da «Ásia das monções» e da «Ásia árida» de J. Gommans, «Burma at the Frontier of South, East and Southeast Asia: A Geographic Perspective», in J. Gommans e J. Leider (org.), *The Maritime Frontier of Burma: Exploring Political, Cultural and Commercial Interaction in the Indian Ocean World* (Leiden, 2002), pp. 1–7.

13. Uma poderosa afirmação desta visão encontra-se em Kenneth Pomeranz, *The Great Divergence: China, Europe and the Making of the Modern World Economy* (Princeton, 2000 [A Grande Divergência. A China, a Europa e a Construção da Moderna Economia Global, Edições 70, 2012]), de onde foi tirada a expressão «semelhanças surpreendentes» (p. 29).

14. E. Said, *Orientalism* (Londres, 1978).
15. S. L. Eisenstadt, «Multiple Modernities», *Daedalus* 129, 1 (2000), pp. 1–29.
16. Alguns escritores afirmam que o sistema de castas foi quase imposto pelos britânicos; uma visão mais equilibrada atribui um papel importante a informadores indianos. Para a posição extremista, N. Dirks, *Castes of Mind* (Princeton, 2001).
17. T. Spear, «Neo-Traditionalism and the Limits of Invention in British Colonial Africa», *Journal of African History* 44 (2003), pp. 2–27.
18. Ver adiante, cap. 5; também J. Belich, *The New Zealand Wars* (Auckland, 1986).
19. Pela primeira vez no seu ensaio para a Royal Geographical Society intitulado «The Geographical Pivot of History», *Geographical Journal* 23, 4 (1904), pp. 421–37.
20. A melhor análise continua a ser D. Hay, *Europe: The Emergence of an Idea* (Edimburgo, 1957).
21. Para o lugar da Rússia num «gradiente cultural» europeu, ver Catherine Evtuhov e S. Kotkin (org.), *The Cultural Gradient: The Transmission of Ideas in Europe 1788–1991* (Oxford, 2003).
22. Para uma análise recente do debate, P. K. O'Brien, «Metanarratives in Global Histories of Material Progress», *International History Review* 22, 2 (2001), pp. 345–67.
23. Ver Livro 1, Capítulo 2.
24. A. de Tocqueville, *Democracy in America* (1835; ed. Everyman, Londres, 1994), vol. 1, p. 332.
25. Ver Eisenstadt, «Multiple Modernities».
26. D. Obolensky, *The Byzantine Commonwealth* (Londres, 1971) e M. Whittow, *The Making of Orthodox Byzantium 600–1025* (Londres, 1996) apresentam as melhores descrições gerais.
27. O relato clássico é G. Duby, *The Early Growth of the European Economy* (1973; trad. ing., Ithaca, NY, 1974). Devia ser comparado com o mais atual C. Wickham, *Framing the Early Middle Ages* (Oxford, 2005).
28. Ver M. Lombard, «La Chasse et les produits de chasse dans le monde musulman VIIIe–XIe siècles», in M. Lombard, *Espaces et réseaux du Haut Moyen Age* (Paris, 1972), pp. 176–204. Quando essa procura diminuiu por causa de perturbações no Próximo Oriente, os efeitos foram graves. Ver R. Hodges e D. Whitehouse, *Mahomet, Charlemagne and the Origins of Europe* (Londres, 1983).
29. Ver A. Lewis, *The Sea and Mediaeval Civilisation* (Londres, 1978), cap. 14; K. Leyser, «Theophanus divina gratia imperatrix Augusta», in *Communications and Power in Medieval Europe: The Carolingian and Ottoman Centuries*, org. Timothy Reuter (Londres, 1994).
30. Para a conversão ao cristianismo de Vladimir de Kiev na década de 80 do século X, S. Franklin e J. Shepard, *The Emergence of Rus 750–1200* (Londres, 1996), cap. 4.
31. Para uma análise brilhante, R. Bartlett, *The Making of Europe: Conquest, Colonisation and Cultural Change 950–1350* (Londres, 1993).
32. Ver R. Fletcher, *The Conversion of Europe* (Londres, 1997); E. Christiansen, *The Northern Crusades* (Londres, 1980).
33. Duby, *Early Growth*, pp. 257–62.
34. Ver E. Ashtor, *Levant Trade in the Later Middle Ages* (Princeton, 1983), pp. 462, 469, 512.
35. R. Fletcher, *Moorish Spain* (Londres, 1992), cap. 7.
36. A. Wink, *Al-Hind: The Making of the Indo-Islamic World*, vol. 1: *Early Mediaeval India and the Expansion of Islam, 7th–11th Centuries* (Leiden, 1996), p. 23.

37. Ver A. M. Watson, *Agricultural Innovation in the Early Islamic World: The Diffusion of Crops and Farming Techniques 700–1100* (Cambridge, 1975).
38. Ver P. Ratchnevsky, *Genghis Khan: His Life and Legacy* (1983; trad. ing., Oxford, 1991).
39. Ibn Khaldun, *The Muqadimmah: An Introduction to History*, trad. F. Rosenthal (Londres, 1967). O *Muqadimmah* foi traduzido para francês na década de 60 do século XIX. A primeira versão completa em inglês, da qual este volume é um resumo, foi publicada em 1958.
40. A análise clássica é P. Crone, *Slaves on Horses: The Evolution of the Islamic Polity* (Cambridge, 1980).
41. Ver D. Pipes, *Slave Soldiers and Islam* (New Haven e Londres, 1981).
42. M. G. S. Hodgson, *The Venture of Islam* (3 vols., Chicago, 1974) é um estudo analítico brilhante.
43. R. R. Di Miglio, «Egypt and China: Trade and Imitation», in D. S. Richards (org.), *Islam and the Trade of Asia* (Oxford, 1970), pp. 106–22.
44. I. M. Lapidus, *Muslim Cities in the Later Middle Ages* (Cambridge, 1967), p. 9.
45. Ver J. Abu-Lughod, *Before European Hegemony: The World System 1250–1350* (Nova Iorque, 1989), pp. 230ff.; C. Cahen, «Quelques mots sur le déclin commercial du monde musulman à la fin du moyen âge», in C. Cahen, *Les Peuples musulmans dans l'histoire medievale* (Damasco, 1977), pp. 361–5.
46. M. Elvin, *The Pattern of the Chinese Past* (Londres, 1973), p. 205. A citação é de um escritor do século XIII.
47. C. P. Fitzgerald, *The Southern Expansion of the Chinese People* (Londres, 1972), cap. 7.
48. Para esta visão sugestiva, ver A. Waldron, *The Great Wall: From History to Myth* (Cambridge, 1990), pp. 190–92.
49. Para uma avaliação acreditada e recente da tese de Elvin, R. von Glahn, «Imagining Pre-Modern China», in P. J. Smith e R. von Glahn (org.), *The Song–Yuan–Ming Transition in Chinese History* (Cambridge, Mass., 2003), pp. 35–70.
50. As principais ideias de Elvin encontram-se no seu *The Pattern of the Chinese Past* (Londres, 1973), cap. 14, 17, e em «The High Level Equilibrium Trap», in *Another History: Essays on China from a European Perspective* (Sydney, 1996), cap. 2.

Capítulo 2: A Eurásia e a Época dos Descobrimentos

1. Ver F. Fernandez-Armesto, *Before Columbus* (Londres, 1987), pp. 216–20.
2. Ver P. Chaunu, *European Expansion in the Later Middle Ages* (1969; trad. ing., Londres, 1979), pp. 95–7.
3. Ver A. Hamdani, «An Islamic Background to the Voyages of Discovery», in S. K. Jayyusi (org.), *The Legacy of Muslim Spain* (Leiden, 1994), pp. 286–7.
4. J. Phillips, *The Mediaeval Expansion of Europe* (Oxford, 1988), pp. 251ff.
5. Para um estudo recente, S. Subrahmanyam, *Vasco da Gama* (Cambridge, 1997).
6. J. Vogt, *Portuguese Rule on the Gold Coast 1469–1682* (Athens, Ga., 1979), p. 89.
7. M. N. Pearson, *The Portuguese in India* (Cambridge, 1987), p. 43.
8. A. Das Gupta, «The Maritime Merchant of Medieval India», in *Merchants of Maritime India*

(Aldershot, 1994), p. 8; Pearson, *Portuguese in India*, p. 56.

9. S. Subrahmanyam e L. F. F. R. Thomaz, «Evolution of Empire: The Portuguese in the Indian Ocean in the Sixteenth Century», in J. D. Tracy (org.), *The Political Economy of Merchant Empires: State Power and World Trade 1350–1750* (Cambridge, 1991), p. 318.
10. Para a importância do comércio brasileiro, J. C. Boyajian, *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs* (Baltimore e Londres, 1993).
11. G. B. Souza, *The Survival of Empire: Portuguese Trade and Society in China and the South China Sea, 1630–1754* (Cambridge, 1986), p. 229.
12. Hamdani, «Islamic Background».
13. Chaunu, *European Expansion*, p. 170.
14. R. Hassig, *Mexico and the Spanish Conquest* (Londres, 1994), p. 146.
15. Ver T. Todorov, *La Conquête de l'Amérique* (Paris, 1982).
16. Estes números têm sido debatidos por historiadores há décadas. Para um estudo recente, Linda A. Newson, «The Demographic Collapse of Native Peoples in the Americas, 1491–1650», in W. Bray (org.), *The Meeting of Two Worlds: Europe and the Americas, 1492–1650*, publicado em *Proceedings of the British Academy* 81 (1993), pp. 249–77. Para a estimativa de uma mortandade de 90% no Peru, D. N. Cook, *Demographic Collapse: Indian Peru 1520–1620* (Cambridge, 1981), p. 116.
17. P. Calvasco, «The Political Economy of the Aztec and Inca States», in G. Collier, R. Rosaldo e J. D. Wirth (org.), *The Inca and Aztec States, 1400–1800: Anthropology and History* (Nova Iorque, 1982).
18. B. A. Tenenbaum (org.), *Encyclopedia of Latin American History and Culture* (Nova Iorque, 1996), vol. 4, p. 435.
19. Ver G. L. Villena, *Les Espinosa* (Paris, 1968) para Gaspar Espinosa, o mercador do Panamá.
20. Ver G. W. Conrad e A. A. Demarest, *Religion and Empire: The Dynamics of Aztec and Inca Expansionism* (Cambridge, 1984).
21. Esse é o tema de S. Gruzinski, *The Conquest of Mexico* (1988; trad. ing., Londres, 1993).
22. H. S. Klein e J. J. TePaske, «The Seventeenth-Century Crisis in New Spain: Myth or Reality?», *Past and Present* 91 (1981), pp. 116–35.
23. J. I. Israel, *Race and Class in Colonial Mexico 1610–1670* (Oxford, 1975), p. 8.
24. Gruzinski, *Conquest*, p. 152.
25. F. F. Berdan, «Trauma and Transition in Sixteenth-Century Central Mexico», in Bray (org.), *The Meeting of Two Worlds*, p. 187.
26. Ver A. Hennessy, «The Nature of the Conquest and the Conquistadors», in Bray (org.), *The Meeting of Two Worlds*, p. 23.
27. Gruzinski, *Conquest*, pp. 176–87.
28. Berdan, «Trauma and Transition», p. 190.
29. J. Lockhart, *Spanish Peru 1532–60: A Colonial Society* (Madison, 1968).
30. Hennessy, «Nature of the Conquest», p. 19.
31. Ortega y Gasset, citado em R. H. Billington, *The Icon and the Axe: An Interpretive History of Russian Culture* (ed. de bolso, Nova Iorque, 1970), p. 71.
32. H. Birnbaum, «The Balkan Slavic Component of Medieval Russian Culture», in H. Birnbaum e M.

- S. Flier (org.), *Medieval Russian Culture* (Londres, 1984), pp. 3–30.
33. R. O. Crummey, *The Formation of Muscovy 1301–1617* (Londres, 1987), pp. 36, 41.
34. *Ibid.*, pp. 36ff.
35. Ver W. H. Parker, *An Historical Geography of Russia* (Londres, 1968) para a posição de Moscovo.
36. Ver N. Davies, *God's Playground: A History of Poland*, vol. 1: *The Origins to 1795* (Oxford, 1981), pp. 148–52, para a Renascença polaca.
37. D. Obolensky, «Russia's Byzantine Heritage», in *Byzantium and the Slavs: Collected Studies* (Londres, 1971), p. 99; N. Andreyev, *Studies in Muscovy: Western Influence and Byzantine Inheritance* (Londres, 1970), pp. 14, 21; R. Wortman, *Scenarios of Power: Myth and Ceremony in Russian Monarchy*, vol. 1: *From Peter the Great to the Death of Nicholas I* (Princeton, 1995), p. 24.
38. Billington, *Icon*, p. 64.
39. *Ibid.*, p. 90.
40. G. V. Lantzeff e R. A. Pierce, *Eastward to Empire* (Montreal e Londres, 1973), pp. 72, 107, 109.
41. J. L. Wieczynski, *The Russian Frontier: The Impact of Borderlands upon the Course of Early Russian History* (Charlottesville, Va., 1976), p. 77.
42. Ver a descrição lírica da estepe no conto de Nikolai Gogol, «Taras Bulba» (1835), in N. Gogol, *Village Evenings near Dikanka and Mirgorod* (trad. ing., Oxford, 1994), p. 257.
43. As dificuldades do avanço militar russo nas estepes do sul são explicadas em W. C. Fuller, *Strategy and Power in Russia, 1600–1914* (Nova Iorque, 1992).
44. Ver E. Keenan, «Muscovy and Kazan: Some Introductory Remarks on the Pattern of Steppe Diplomacy», *Slavic Review* 26, 4 (1967), p. 553. Também A. S. Donnelly, *The Russian Conquest of Bashkiria 1552–1740* (New Haven e Londres, 1968) para uma visão geral da expansão russa na estepe.
45. Para um paralelismo sugestivo, F. Barth, *Nomads of South Persia* (Oslo, 1964), pp. 106–11.
46. Keenan, «Muscovy and Kazan», p. 555.
47. Ver as conclusões cautelosas de P. Bushkovitch, *The Merchants of Muscovy 1580–1650* (Cambridge, 1980), pp. 93–101.
48. M. Khodarkovsky, *Where Two Worlds Meet* (Ithaca, NY, 1992), cap. 3.
49. Ver W. D. Allen (org.), *Russian Embassies to the Georgian Kings (1589–1605)*, Hakluyt Society, 2ª série, 138 (2 vols., Cambridge, 1970), vol. 1, pp. 69–71.
50. Para esta interpretação, R. Hellie, *Enserfment and Military Change in Muscovy* (Chicago e Londres, 1971) e J. H. L. Keep, *Soldiers of the Tsar* (Oxford, 1985), pp. 47–8.
51. Hellie, *Enserfment*, p. 164.
52. Billington, *Icon*, pp. 102–4.
53. E. S. Forster (org.), *The Turkish Letters of Ogier Ghiselin de Busbecq* (Oxford, 1927), pp. 111–12.
54. Para o contexto deste conflito, Shai Har-El, *The Struggle for Domination in the Middle East: The Ottoman–Mamluk War 1485–1491* (Leiden, 1995).
55. Forster, *Turkish Letters*, p. 112.
56. Em 1528 os otomanos já tinham um exército permanente de cerca de 87 000 homens. Ver H. Inalcik, «The Ottoman State: Economy and Society 1300–1600», in H. Inalcik com D. Quataert (org.), *An Economic and Social History of the Ottoman Empire 1300–1914* (Cambridge, 1994), p. 88.

57. Para o poder marítimo otomano, P. Brummett, *Ottoman Sea Power and Levantine Diplomacy in the Age of Discovery* (Albany, NY, 1994).
58. *Ibid.*, p. 174; A. Hess, «The Evolution of the Ottoman Seaborne Empire in the Age of Oceanic Discoveries, 1453–1525», *American Historical Review* 75, 7 (1970), pp. 201–22.
59. P. F. Sugar, *Southeastern Europe under Ottoman Rule 1354–1804* (Londres, 1977), p. 109.
60. P. Mantran, *La Vie quotidienne à Constantinople au temps de Soleiman le Magnifique et ses successeurs* (Paris, 1965), p. 295.
61. Ver C. Kafadar, *Between Two Worlds: The Construction of the Ottoman State* (Berkeley, Los Angeles e Londres, 1995), p. 153.
62. Forster, *Turkish Letters*, pp. 111–12.
63. O sucesso relativo da economia otomana tem sido muito debatido. As visões mais sombrias de D. Goffman, *Izmir and the Levantine World, 1550–1650* (Seattle, 1990) e B. Masters, *The Origins of Western Economic Dominance in the Middle East: Mercantilism and the Islamic Economy in Aleppo* (Nova Iorque, 1988) podem ser comparadas com as de S. Faroqhi, «In Search of Ottoman History», in H. Berktaç e S. Faroqhi (org.), *New Approaches to State and Peasant in Ottoman History* (Londres, 1992), e a análise de S. Faroqhi, «Crisis and Change, 1590–1699», in Inalcik com Quataert (org.), *Ottoman Empire*, pp. 474–531.
64. H. Islamoglu-Inan, *State and Peasant in the Ottoman Empire* (Leiden, 1994) para a ligação entre a cobrança de impostos e a comercialização.
65. Ver Rifa'at Ali Abou El-Haj, *The Formation of the Modern State: The Ottoman Empire, Sixteenth to Eighteenth Centuries* (Albany, NY, 1991), p. 10.
66. Estes conflitos são muito bem analisados em W. D. Allen, *Problems of Turkish Power in the Sixteenth Century* (Londres, 1963).
67. Para o contexto geral, W. Barthold, *An Historical Geography of Iran* (Princeton, 1984).
68. P. Jackson e W. Lockhart (org.), *The Cambridge History of Iran*, vol. 6: *The Timurid and Safavid Periods* (Cambridge, 1986), pp. 227–8.
69. Para o islamismo xiita no Irão, H. Halm, *Shiism* (Edimburgo, 1991), pp. 91ff.
70. Ver J. J. Reid, «Tribalism and Society in Islamic Iran, 1500–1629», tese de doutoramento, University of California, Los Angeles, 1978.
71. Jackson e Lockhart, *Cambridge History of Iran*, pp. 246, 263. Ver também o capítulo de R. M. Savory sobre a administração safávida no mesmo volume.
72. D. Navridi, «Socio-Economic and Political Change in Safavid Iran in the Sixteenth and Seventeenth Centuries», tese de doutoramento, Vanderbilt University, 1977, pp. 71ff.
73. J. B. Tavernier, *Voyages en Perse* (Paris, 1970), pp. 251–2. Tavernier fez a sua primeira visita em 1639. As *Voyages* foram publicadas pela primeira vez em 1670.
74. Navridi, «Safavid Iran», p. 168.
75. J. Fryer, *A New Account of East India and Persia, Being Nine Years' Travels, 1672–1681*, org. W. Crooke (3 vols., Londres, 1909–15), vol. 2, pp. 246–50.
76. Mesmo no século XIX, entre um terço e metade da população do Irão era nómada ou tribal. A. Wink, *Al-Hind: The Making of the Indo-Islamic World*, vol. 2: *Slave Kings and the Islamic Conquest, 11th–13th Centuries* (Leiden, 1997), p. 15.
77. Halm, *Shiism*, pp. 94–8.

78. Para as origens e início de carreira de Babur, S. A. M. Adshad, *Central Asia in World History* (Londres, 1993), pp. 131ff.
79. J. F. Richards, *The Mughal Empire* (Cambridge, 1993), p. 6.
80. S. F. Dale, *Indian Merchants and Eurasian Trade 1600–1750* (Cambridge, 1994), pp. 6–7.
81. *Baburnama (Memoirs of Babur)*, trad. A. S. Beveridge (Deli, 1921, 1989), pp. 531–2.
82. Richards, *Mughal Empire*, p. 2.
83. R. M. Eaton, *The Rise of Islam and the Bengal Frontier 1204–1760* (Londres, 1993), p. 36.
84. Para os emires, Richards, *Mughal Empire*, p. 19. Em 1595, dois terços da nobreza de Akbar eram de origem turcomana ou iraniana. Ver Eaton, *Bengal Frontier*, p. 165.
85. T. Raychaudhuri e I. Habib (org.), *The Cambridge Economic History of India*, vol. 1: *c.1200–1750* (Cambridge, 1982), p. 184; Richards, *Mughal Empire*, p. 66.
86. Raychaudhuri e Habib (org.), *Economic History*, vol. 1, p. 266.
87. D. Streusand, *The Formation of the Mughal Empire* (Deli, 1989), p. 71.
88. *Ibid.*, p. 130.
89. *Ibid.*, p. 131.
90. Ver F. C. R. Robinson, «Perso-Islamic Culture in India from the 17th to the Early 20th Centuries», in R. L. Canfield (org.), *Turko-Persia in Historical Perspective* (Cambridge, 1991), pp. 110–11.
91. Adshad, *Central Asia*, p. 131.
92. Dale, *Indian Merchants*, pp. 15, 21; Raychaudhuri e Habib (org.), *Economic History*, vol. 1, para um estudo da economia mogol.
93. Tão seguras como em França ou Itália, comentou Tavernier. Raychaudhuri e Habib (org.), *Economic History*, vol. 1, p. 353.
94. Para estes aspetos, ver *ibid.*, pp. 288–301.
95. Devo esta sugestão a uma dissertação não publicada de David Washbrook.
96. E. L. Farmer, *Early Ming Government: The Evolution of Dual Capitals* (Cambridge, Mass., 1976), p. 19.
97. J. Dardess, «The End of Yuan Rule in China», in H. Franke e D. Twitchett (org.), *The Cambridge History of China*, vol. 6: *Alien Regimes and Border States, 907–1368* (Cambridge, 1994), pp. 581–2.
98. Ver R. Huang, *Taxation and Governmental Finance in Sixteenth-Century Ming China* (Cambridge, 1974), p. 55.
99. Huang, *Taxation and Finance*, p. 310.
100. Para as relações dos Ming com Tamerlão e os seus sucessores, Joseph E. Fletcher, «China and Central Asia, 1368–1884», in J. K. Fairbank (org.), *The Chinese World Order: Traditional China's Foreign Relations* (Cambridge, Mass., 1968).
101. A. Waldron, *The Great Wall: From History to Myth* (Cambridge, 1990) oferece um relato excelente dos debates estratégicos nos finais do período Ming.
102. S. Jagchid e V. J. Symons, *Peace, War and Trade along the Great Wall* (Bloomington, Ind., 1989), p. 86.
103. Ver D. O. Flynn, «Comparing the Tokugawa Shogunate and Hapsburg Spain», in J. D. Tracy (org.), *The Rise of Merchant Empires* (Cambridge, 1990).
104. Ver J. E. Wills, «Maritime China from Wang Chih to Shih Lang», in J. Spence e J. E. Wills (org.),

From Ming to Ch'ing (New Haven, 1979), p. 211.

105. Ver A. Reid, «An Age of Commerce in Southeast Asian History», *Modern Asian Studies* 24, 1 (1990), pp. 9–10.

106. Ver R. von Glahn, *Fountain of Fortune: Money and Monetary Policy in China 1000–1700* (Berkeley, 1997); F. W. Mote e D. Twitchett (org.), *The Cambridge History of China*, vol. 7: *Ming Dynasty 1368–1644*, parte 1 (Cambridge, 1988), pp. 587–8; Reid, «Age of Commerce», pp. 10, 21–3.

107. J. W. Hall (org.), *The Cambridge History of Japan*, vol. 4: *Early Modern Japan* (Cambridge, 1991), p. 321.

108. Ver M. Jansen, *China in the Tokugawa World* (Cambridge, Mass., 1992).

109. Ver Wills, «Maritime China».

110. *Ibid.*, p. 244.

111. P. Burke, *Tradition and Innovation in Renaissance Italy* (ed. de bolso, Londres, 1974), p. 306.

112. Na sua obra muito influente *The Civilization of the Renaissance in Italy*, publicada em Basileia em 1860. No entanto, o livro só se tornou amplamente conhecido depois dos anos 80 do século XIX.

113. Ver Jacob Burckhardt, *The Civilization of the Renaissance in Italy* (trad. ing., Londres, 1944), parte 1.

114. F. Braudel, *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II* (1966; trad. ing., 2 vols., Londres, 1972–3), vol. 2, p. 913.

115. Ver G. Parker, *The Grand Strategy of Philip II* (Londres, 1998).

116. Ver G. Muto, «The Spanish System», in R. J. Bonney (org.), *Economic Systems and State Finance* (Oxford, 1995), pp. 246, 248.

117. Ver A. Peroton-Dumon, «The Pirate and the Emperor», in Tracy (org.), *Political Economy of Merchant Empires*, pp. 196–227.

118. Ver D. F. Lach, *Asia in the Making of Europe*, vol. 1: *The Century of Discovery* (Chicago, 1964), cap. 4.

119. A. R. Mitchell, «The European Fisheries in Early Modern History», in E. E. Rich e C. H. Wilson (org.), *The Cambridge Economic History of Europe*, vol. 5: *The Economic Organisation of Early Modern Europe* (Cambridge, 1977), pp. 157–8.

120. W. L. Schurz, *The Manila Galleon* (Nova Iorque, 1939); H. Kamen, *Spain's Road to Empire: The Making of a World Power* (Londres, 2002).

121. Para o «imperialismo messiânico» de Filipe II, G. Parker, *Grand Strategy*, cap. 3.

122. Para os efeitos da América, ver J. H. Elliott, «Final Reflections», in K. O. Kupperman (org.), *America in European Consciousness 1493–1750* (Chapel Hill, NC, e Londres, 1995), p. 406.

123. Ver J. de Vries, *The European Economy in the Age of Crisis 1600–1750* (ed. de bolso, Cambridge, 1976), p. 130.

124. Ver A. W. Crosby, *The Columbian Exchange* (Westport, Conn., 1972); A. J. R. Russell-Wood, *A World on the Move* (Nova Iorque, 1992).

125. Ver B. Lewis, *Cultures in Conflict* (Oxford, 1995) para a indiferença otomana em relação às Américas.

Capítulo 3: O Equilíbrio da Idade Moderna

1. J. B. Brebner, *The Explorers of North America* (ed. de bolso, Nova Iorque, 1955), p. 255.
2. *Ibid.*, p. 255.
3. *Ibid.*, p. 299.
4. O estudo clássico é J. Baker, *History of Geographical Exploration* (Londres, 1931).
5. Ver J. C. Beaglehole, *The Life of Captain James Cook* (Londres, 1974).
6. Ver R. Law, «“Here is no resisting the country”»: The Realities of Power in Afro-European Relations on the West African Slave Coast», *Itinerario* 17, 2 (1994), pp. 56–64.
7. Para os *bandeirantes*, C. R. Boxer, *The Golden Age of Brazil 1695–1750* (Londres, 1962), pp. 31–2.
8. N. Canny, *Europeans on the Move* (Oxford, 1994), p. 265.
9. F. Jennings, *The Invasion of America* (ed. de bolso, Londres, 1976), pp. 30, 178–9, 300.
10. T. Burnard, «European Migration to Jamaica, 1655–1780», *William and Mary Quarterly*, 3ª série, 52, 4 (1996), pp. 769–96.
11. B. Bailyn, *Voyagers to the West* (Londres, 1986), p. 24.
12. D. Eltis, «Free and Coerced Transatlantic Migration: Some Comparisons», *American Historical Review* 88, 2 (1983), pp. 252–5.
13. R. S. Dunn, *Sugar and Slaves: The Rise of the Planter Class in the English West Indies 1624–1713* (Chapel Hill, NC, 1972).
14. P. R. P. Coelho e R. A. McGuire, «African and European Bound Labour: The Biological Consequences of Economic Choice», *Journal of Economic History* 57, 1 (1997), p. 108.
15. B. Solow, «Slavery and Colonization», in B. Solow (org.), *Slavery and the Rise of the Atlantic System* (Cambridge, 1991), p. 29.
16. I. Blanchard, *Russia’s Age of Silver* (Londres, 1989).
17. Para o consumo de açúcar na Europa, S. Mintz, *Sweetness and Power* (ed. de bolso, Londres, 1986), p. 67.
18. K. N. Chaudhuri, *The Trading World of Asia and the East India Company 1660–1750* (Cambridge, 1978), pp. 7–10; L. Dermigny, *La Chine et l’Occident: Le Commerce à Canton 1719–1833* (3 vols., Paris, 1964), vol. 2, p. 691.
19. Ver R. Davis, «English Foreign Trade 1660–1700», *Economic History Review*, New Series, 7, 2 (1954), pp. 150–66; R. Davis, «English Foreign Trade, 1700–1774», *Economic History Review*, New Series, 15, 2 (1962), pp. 285–303.
20. N. Zahedieh, «Trade, Plunder and Economic Development in Early English Jamaica, 1655–1689», *Economic History Review*, New Series, 39, 2 (1986), pp. 205–22; K. Glamann, «The Changing Pattern of Trade», in E. E. Rich e C. H. Wilson (org.), *The Cambridge Economic History of Europe*, vol. 5: *The Economic Organisation of Early Modern Europe* (Cambridge, 1977), p. 191.
21. Ver J. de Vries, *The European Economy in the Age of Crisis 1600–1750* (ed. de bolso, Cambridge, 1976).
22. *Ibid.*, p. 116.
23. *Ibid.*, p. 125.
24. *Ibid.*, p. 181.
25. Ver por exemplo J. H. Plumb, «The Commercialization of Leisure», in Neil McKendrick, John Brewer e J. H. Plumb, *The Birth of a Consumer Society: The Commercialization of Eighteenth-Century*

England (Londres, 1982).

26. Para este argumento, I. Wallerstein, *The Modern World System* (2 vols., Londres, 1974, 1980).

27. De Vries, *Crisis*, p. 142.

28. Para a Royal Africa Company, K. G. Davies, *The Royal Africa Company* (Londres, 1962). Para a South Seas Company, J. Carswell, *The South Sea Bubble* (Stanford, 1960). A diminuição dos lucros da Companhia das Índias Orientais Holandesa e o insucesso das duas Companhias das Índias Ocidentais Holandesas são abordados em J. de Vries e Ad van der Woude, *The First Modern Economy: Success, Failure and Perseverance of the Dutch Economy, 1500–1815* (Cambridge, 1997), pp. 463–4, 468.

29. Ver Holden Furber, *Rival Empires of Trade in the Orient 1600–1800* (Minneapolis, 1976; repr. Nova Deli, 2004), pp. 334–9.

30. Ver M. Korner, «Expenditure», in R. J. Bonney (org.), *Economic Systems and State Finance* (Oxford, 1995), pp. 393–422.

31. Ver N. Henshall, *The Myth of Absolutism* (Londres, 1992).

32. Ver J. Berenger, *Finances et absolutisme autrichiens dans la seconde moitié du xviime siècle* (2 vols., Paris, 1975), vol. 2, p. 662; R. J. W. Evans, *The Making of the Habsburg Monarchy* (Oxford, 1979), pp. 96–9.

33. E. Le Roy Ladurie, *L'Ancien Régime* (2 vols., Paris, 1991), vol. 2, p. 26.

34. A expressão vem de J. Henretta, “*Salutary Neglect*” (Princeton, 1972).

35. J. H. Parry, *The Spanish Seaborne Empire* (Londres, 1966), cap. 14.

36. D. Ogg, *Europe of the Ancien Régime 1715–83* (Londres, 1965), pp. 41–4, citando J. H. Bielefeld, *Institutions politiques* (1760).

37. Parry, *Empire*, pp. 202–5.

38. E. S. Morgan, *American Slavery, American Freedom: The Ordeal of Colonial Virginia* (Nova Iorque, 1975), cap. 13.

39. D. Baugh, «Maritime Strength and Atlantic Commerce», in L. Stone (org.), *An Imperial State at War* (Londres, 1994), pp. 185–223.

40. B. Bailyn, *The Origins of American Politics* (ed. de bolso, Nova Iorque, 1968), pp. 72–4.

41. Korner, «Expenditure», p. 416.

42. R. J. Bonney, «The Eighteenth Century II: The Struggle for Great Power Status and the End of the Old Fiscal Regime», in Bonney (org.), *Economic Systems*, pp. 322ff.

43. M. Anderson, *The War of the Austrian Succession 1740–48* (Londres, 1995), pp. 25ff.

44. Ver B. Lenman, *Britain's Colonial Wars, 1688–1783* (Londres, 2001).

45. Para as campanhas na «Danúbia», J. Stoye, *Marsigli's Europe* (Londres, 1994).

46. Ver W. C. Fuller, *Strategy and Power in Russia, 1600–1914* (Nova Iorque, 1992).

47. T. Smollett, *The Adventures of Roderick Random* (1748; ed. Everyman, Londres, 1927), cap. 34, p. 191.

48. G. W. Forrest, *The Life of Lord Clive* (2 vols., Londres, 1918), vol. 1, pp. 26–30.

49. A. Osiander, *The States System of Europe 1640–1990* (Oxford, 1994), pp. 78–81.

50. Para o «sistema» espanhol, R. A. Stradling, *Europe and the Decline of Spain* (Londres, 1981).

51. Anderson, *Austrian Succession*, p. 58.

52. W. Goetzmann, *New Lands, New Men: America and the Second Great Age of Discovery* (ed. de

bolso, Londres, 1987), pp. 62–4.

53. J. Tully, *An Approach to Political Philosophy: Locke in Contexts* (Cambridge, 1993), cap. 5.

54. Ver J. Harrison e P. Laslett, *The Library of John Locke* (Oxford, 1965).

55. Dermigny, *La Chine*, vol. 1, pp. 19–22.

56. Montesquieu, *Lettres persanes* (1721), carta 121.

57. Montesquieu, *The Spirit of the Laws* (1748; trad. ing., Nova Iorque, 1949 [*Do Espírito das Leis*, Edições 70, 2010]), vol. 1, pp. 301–4.

58. *Ibid.*, p. 368.

59. Citado em N. A. M. Rodger, *The Command of the Ocean: A Naval History of Britain 1649–1815* (Londres, 2004), p. 235.

60. J.-P. Rubiès, «New Worlds and Renaissance Ethnology», *History and Anthropology* 6, 2–3 (1993), pp. 157–97.

61. M. J. Anderson, *Britain's Discovery of Russia 1553–1815* (Londres, 1958), p. 98.

62. Ver Wallerstein, *Modern World System*, vol. 2.

63. J. Billington, *The Icon and the Axe: An Interpretive History of Russian Culture* (Londres, 1970), pp. 146, 154, 166.

64. J. M. Letiche e B. Dmytryshyn, *Russian Statecraft: The Politika of Iurii Krizhanich* (Oxford, 1985), p. xlvi.

65. G. V. Lantzeff e R. A. Pierce, *Eastward to Empire* (Montreal e Londres, 1973), pp. 139ff.

66. Blanchard, *Russia's Age of Silver*, p. 90.

67. Para este processo, A. S. Donnelly, *The Russian Conquest of Bashkiria 1552–1740* (New Haven e Londres, 1968).

68. O melhor relato das políticas de Pedro I é hoje L. Hughes, *Russia in the Age of Peter the Great* (Londres, 1998). Para a proclamação do senado, p. 296.

69. O. Subtelny, *Ukraine: A History* (Toronto, 1988), p. 182.

70. S. H. Baron, «Who were the *Gosti*?», in *Muscovite Russia: Collected Essays* (Londres, 1980).

71. Blanchard, *Russia's Age of Silver*, pp. 218ff. Em 1710 o fardo fiscal equivalia já a 64% da colheita dos cereais, mais ou menos o produto nacional. Ver R. Hellie, «Russia», in R. J. Bonney (org.), *The Rise of the Fiscal State in Europe c. 1200–1815* (Oxford, 1999), p. 497.

72. Hughes, *Russia*, cap. 7, 9.

73. B. H. Sumner, *Peter the Great and the Emergence of Russia* (Londres, 1951), pp. 55, 72.

74. Kliuchevskii citado em «The Weber Thesis and Early Modern Russia», p. 333, in Baron, *Muscovite Russia*.

75. Letiche e Dmytryshyn, *Russian Statecraft*, pp. lviii–lix.

76. S. A. M. Adshead, *China in World History* (3.^a ed., Londres, 1995), p. 243.

77. «Ch'ing» queria dizer «puro».

78. L. D. Kessler, *Kang-hsi and the Consolidation of Ch'ing Rule 1661–1684* (Chicago, 1976), p. 10.

79. Ver J. E. Wills, «Maritime China from Wang Chih to Shih Lang», in J. Spence e J. E. Wills (org.), *From Ming to Ch'ing* (New Haven, 1979), p. 226.

80. Kessler, *Kang-hsi*, p. 86.

81. V. S. Miasnikov, *The Ch'ing Empire and the Russian State in the 17th Century* (1980; trad. ing., Londres, 1985), p. 183.
82. Wills, «Maritime China», p. 228.
83. J. E. Wills, «Ch'ing Relations with the Dutch 1662–1690», in J. K. Fairbank (org.), *The Chinese World Order: Traditional China's Foreign Relations* (Cambridge, Mass., 1968), p. 245.
84. Ver Joseph E. Fletcher, «China and Central Asia, 1368–1884», in Fairbank (org.), *Chinese World Order*.
85. J. Spence, *Emperor of China: Self-portrait of K'ang-hsi* (Nova Iorque, 1974), p. 9.
86. Miasnikov, *Ch'ing Empire*, p. 94.
87. *Ibid.*, p. 286.
88. Pei Huang, *Aristocracy at Work: A Study of the Yung-cheng Period* (Bloomington, Ind., 1974), p. 181.
89. Huang, *Aristocracy*, p. 160; geralmente, B. Bartlett, *Monarchs and Ministers* (Berkeley e Los Angeles, 1991).
90. Adshead, *China*, p. 253.
91. P. C. Perdue, *Exhausting the Earth: State and Peasant in Hunan 1500–1850* (Cambridge, Mass., 1987), p. 10.
92. *Ibid.*, p. 22.
93. M. Elvin, *The Pattern of the Chinese Past* (Londres, 1973), p. 248.
94. Para a região de Kiangnan e o seu comércio de algodão, M. Elvin, «Market Towns and Waterways: The County of Shanghai from 1480 to 1910», in M. Elvin, *Another History: Essays on China from a European Perspective* (Sydney, 1996), p. 109.
95. Para comparações entre as economias da China e da Europa da Idade Moderna, K. Pomeranz, *The Great Divergence: China, Europe and the Making of the Modern World Economy* (Princeton, 2000), pp. 106–7.
96. Spence, *Emperor of China*, p. 78.
97. *Ibid.*, p. 83.
98. R. J. Smith, *China's Cultural Heritage: The Ch'ing Dynasty 1644–1911* (Boulder, Colo., e Londres, 1983), pp. 190ff.
99. *Ibid.*, p. 108.
100. C. P. Fitzgerald, *The Southern Expansion of the Chinese People* (Londres, 1972), pp. 152–5.
101. Peng Yoke, «China and Europe: Scientific and Technological Exchanges», in T. H. C. Lee (org.), *China and Europe: Images and Influence in Sixteenth to Eighteenth Centuries* (Hong Kong, 1991), p. 196.
102. F. H. Bray, «Some Problems Concerning the Transfer of Scientific and Technological Knowledge», in Lee (org.), *China and Europe*, p. 16.
103. Smith, *Cultural Heritage*, pp. 185–7.
104. Para duas visões bastante sugestivas das tendências de longo prazo na organização política chinesa, J. A. Fogel, *Politics and Sinology: The Case of Naito Konan, 1866–1934* (Cambridge, Mass., 1984) e J. Schrecker, *The Chinese Revolution in Historical Perspective* (Nova Iorque, 1991).
105. C. Totman, *Early Modern Japan* (Londres, 1993), p. 140.

106. Edo foi a primeira cidade a atingir uma população de um milhão de habitantes: ver H. Jinnai, «The Spatial Structure of Edo», in C. Nakane e S. Oishi (org.), *Tokugawa Japan: The Social and Economic Antecedents of Modern Japan* (Tóquio, 1990).
107. Totman, *Early Modern Japan*, p. 149.
108. S. Nakamura, «The Development of Rural Industry», in Nakane e Oishi (org.), *Tokugawa Japan*, pp. 81–5.
109. Ver E. Kato, «The Early Shogunate and Dutch Trade Policies», in L. Blussé e F. Gaastra (org.), *Companies and Trade* (Leiden, 1981).
110. A. Reid, «An Age of Commerce in Southeast Asian History», *Modern Asian Studies* 24, 1 (1990), pp. 10, 21.
111. M. Jansen, *China in the Tokugawa World* (Cambridge, Mass., 1992), p. 16.
112. *Ibid.*, p. 7.
113. *Ibid.*, p. 8.
114. Totman, *Early Modern Japan*, p. 138; Jansen, *Tokugawa World*, p. 35.
115. Ver Y. Yonezawa e C. Yoshizawa, *Japanese Painting in the Literati Style* (trad. ing., Nova Iorque, 1974).
116. Jinnai, «The Spatial Structure of Edo», p. 148.
117. Totman, *Early Modern Japan*, p. 261.
118. A. Reid, *Southeast Asia in the Age of Commerce, 1450–1680* (2 vols., New Haven, 1988, 1993), vol. 2, cap. 3.
119. J. S. Trimingham, *A History of Islam in West Africa* (ed. de bolso, Oxford, 1970), pp. 131–6.
120. *Ibid.*, p. 122.
121. B. Lewis, *The Muslim Discovery of Europe* (Londres, 1982), p. 237; H. A. R. Gibb e H. Bowen, *Islamic Society and the West: A Study of the Impact of Western Civilisation on Moslem Culture in the Near East*, vol. 1: *Islamic Society in the Eighteenth Century*, parte 1 (Londres, 1950), p. 214.
122. Ver J. Mokyr, *The Lever of Riches: Technological Creativity and Economic Progress* (Oxford, 1990), cap. 4.
123. Trimingham, *Islam*, pp. 141–2.
124. Para um estudo recente deste período, I. Parvev, *Habsburgs and Ottomans between Vienna and Belgrade (1683–1739)* (Nova Iorque, 1995).
125. B. Masters, *The Origins of Western Economic Dominance in the Middle East: Mercantilism and the Islamic Economy in Aleppo* (Nova Iorque, 1988); D. Goffman, *Izmir and the Levantine World, 1550–1650* (Seattle, 1990).
126. Lewis, *Discovery*, p. 296.
127. *Memoirs of the Baron de Tott on the Turks and the Tartars* (trad. ing., 2 vols., 1785), vol. 2, p. 15; Lewis, *Discovery*, p. 153.
128. P. Goubert, *Cent mille provinciaux au XVIIe siècle: Beauvais et les Beauvaisis de 1600 à 1750* (ed. de bolso, Paris, 1968), pp. 172–3.
129. Rifa'at Ali Abou El-Haj, *The Formation of the Modern State: The Ottoman Empire, Sixteenth to Eighteenth Centuries* (Albany, NY, 1991), p. 10.
130. Carol B. Stevens, «Modernising the Military: Peter the Great and Military Reform», in J.

- Kotilaine e M. Poe (org.), *Modernising Muscovy: Reform and Social Change in Seventeenth-Century Russia* (Londres, 2004), pp. 247–62, esp. pp. 258–9.
131. Ver L. Valensi, *Le Maghreb avant la prise d'Algers (1800–1830)* (Paris, 1969); A. C. Hess, «The Forgotten Frontier: The Ottoman North African Provinces», in T. Naff e R. Owen (org.), *Studies in Eighteenth-Century Islamic History* (Carbondale, Ill., 1977), pp. 71–83.
132. H. Inalcik, «Centralization and Decentralization in Ottoman Administration», in Naff e Owen (org.), *Islamic History*, pp. 38–46.
133. Ver B. McGowan, «The Age of the Ayans, 1699–1812», in H. Inalcik com D. Quataert (org.), *An Economic and Social History of the Ottoman Empire 1300–1914* (Cambridge, 1994), pp. 664–76.
134. Para o comércio do café de Cairo, A. Raymond, *Artisans et commerçants au Caire au XVIIIe siècle* (Damasco, 1972), p. 144. Para o rápido crescimento de Esmirna, S. Faroqhi, *Towns and Townsmen of Ottoman Anatolia* (Cambridge, 1984), p.6.
135. J. Carswell, «From the Tulip to the Rose», in Naff e Owen (org.), *Islamic History*, pp. 328–9.
136. Ver S. Faroqhi, «Crisis and Change, 1590–1699», in Inalcik com Quataert (org.), *Ottoman Empire*, p. 526, e McGowan, «The Age of the Ayans», p. 724.
137. S. Blake, *Shahjahanabad: The Sovereign City in Mughal India 1639– 1739* (Cambridge, 1991).
138. R. M. Eaton, *The Rise of Islam and the Bengal Frontier 1204–1760* (ed. de bolso, Londres, 1996), pp. 228ff.
139. C. A. Bayly, *Rulers, Townsmen and Bazaars: North Indian Society in the Age of British Expansion 1770–1870* (Cambridge, 1983), p. 155.
140. T. Raychaudhuri e I. Habib (org.), *The Cambridge Economic History of India*, vol. 1: c.1200–1750 (Cambridge, 1982), p. 396; J. R. McLane, *Land and Local Kingship in Eighteenth Century Bengal* (Cambridge, 1993), p. 31.
141. Raychaudhuri e Habib (org.), *Economic History*, vol. 1, pp. 400–402.
142. *Ibid.*, p. 417.
143. Ver o excelente ensaio de F. Perlin, «Commercial Manufacture and the “Protoindustrialisation” Thesis», in F. Perlin, *Unbroken Landscape: Commodity, Category, Sign and Identity: Their Production as Myth and Knowledge* (Aldershot, 1994), esp. pp. 81–2.
144. E. Maclagan, *The Jesuits and the Great Moghul* (Londres, 1932), p. 268.
145. *Ibid.*, p. 269.
146. *Ibid.*, pp. 243ff.
147. L'Escalot a Sir T. Browne, 28 Jan. 1664, in N. C. Kelkar e D. V. Apte (org.), *English Records on Shivaji* (Poona, 1931), p. 73.
148. *Ibid.*, p. 374.
149. S. Gordon, *Marathas, Marauders and State Formation in 18th Century India* (Nova Deli, 1994), p. 28.
150. *Ibid.*, cap. 2.
151. A. Wink, *Land and Sovereignty in India: Agrarian Society and Politics under the Eighteenth-Century Maratha Svarajya* (Cambridge, 1986), p. 40.
152. Ver *ibid.*, pp. 7, 34.
153. M. Alam, *The Crisis of Empire in Mughal North India: Awadh and the Punjab 1707–1748* (Nova

Deli, 1986), p. 241.

154. W. Irvine, *The Later Mughals*, vol. 2: 1719–1739 (Calcutá, 1922), p. 360.

155. Para as «zonas nucleares» do Império Mogol, Jos Gommans, *Mughal Warfare: Indian Frontiers and the Highroads to Empire 1500–1700* (Londres, 2002), p. 18.

156. D. Ludden, *Peasant History in South India* (Nova Deli, 1989), p. 74.

157. Ver Perlin, «Commercial Manufacture».

158. Para a carreira de White, M. Collis, *Siamese White* (Londres, 1936).

159. Forrest, *Lord Clive*, vol. 1, p. 26.

160. G. R. G. Hambly, «The Emperor's Clothes», in S. Gordon (org.), *Robes of Honour* (Nova Deli, 2003), pp. 31–49, esp. p. 43.

161. Ver o estudo notável de J. J. L. Gommans, *The Rise of the Indo-Afghan Empire, c.1710–1780* (Leiden, 1995).

162. Para uma visão fascinante da política jorgiana, W. E. D. Allen, *Russian Embassies to the Georgian Kings (1589–1605)*, Hakluyt Society, 2.^a Série, 138 (2 vols., Cambridge, 1970), vol. 1, «Introduction».

163. L. Lockhart, *Nadir Shah* (Londres, 1938), p. 268.

164. *Ibid.*, p. 268; P. Sykes, *A History of Persia* (3.^a ed., 2 vols., Londres, 1951), vol. 2, pp. 241ff.

165. Gommans, *Indo-Afghan Empire*, pp. 55ff.

166. *Ibid.*, pp. 26–7.

167. R. L. Canfield, *Turko-Persia in Historical Perspective* (Cambridge, 1991), p. 22.

168. Lockhart, *Nadir Shah*, pp. 212ff.

169. Gommans, *Indo-Afghan Empire*, p. 177.

170. De Vries e van der Woude, *The First Modern Economy*, p. 693.

Capítulo 4: A Revolução Eurasiática

1. S. F. Dale, *Indian Merchants and Eurasian Trade 1600–1750* (Cambridge, 1994).

2. P. C. Perdue, *China Marches West* (Cambridge, Mass., 2005).

3. Para a política do alto Nilo nos meados do século XVIII, J. J. Ewald, *Soldiers, Traders and Slaves: State Formation and Economic Transformation in the Greater Nile Valley 1700–1885* (Madison, 1990).

4. O estudo clássico é P. J. van der Merwe, *The Migrant Farmer in the History of the Cape Colony, 1657–1842* (1938; trad. ing. Athens, O., 1995).

5. W. P. Cumming, S. Hillier, D. B. Quinn e G. Williams, *The Exploration of North America 1630–1776* (Londres, 1974), pp. 233–4.

6. Citado em R. J. Bonney, «The Eighteenth Century II: The Struggle for Great Power Status and the End of the Old Fiscal Regime», in R. J. Bonney (org.), *Economic Systems and State Finance* (Oxford, 1995), p. 315.

7. A melhor introdução para esta região continua a ser W. H. McNeill, *Europe's Steppe Frontier* (Londres, 1974).

8. Segundo um inquérito francês em 1763, as receitas francesas a 321 milhões de *livres tournois*

- ultrapassavam as da Grã-Bretanha a 224, com a Holanda em terceiro lugar a 120, e a Áustria em quarto a 92. Ver Bonney, «The Struggle for Great Power Status», p. 336.
9. W. Goetzmann, *New Lands, New Men: America and the Second Great Age of Discovery* (Nova Iorque, 1986), pp. 69–73.
10. Para o poder das assembleias, B. Bailyn, *The Origins of American Politics* (ed. de bolso, Nova Iorque, 1968).
11. T. Schieder, *Frederick the Great* (1983; trad. ing., Londres, 2000), pp. 116–17.
12. Para as preocupações de Frederico II com a expansão russa, *ibid.*, pp. 151–8.
13. Sobretudo para recuperar a Silésia, perdida para a Prússia em 1740.
14. Ver S. Sebag-Montefiore, *Potemkin* (Londres, 2000); N. K. Gvosdev, *Imperial Policies and Perspectives towards Georgia, 1760–1819* (Londres, 2000), cap. 4.
15. P. Mackesy, *The War for America* (Londres, 1964) continua a ser o estudo de referência.
16. G. Nobles, *American Frontiers: Cultural Encounters and Continental Conquest* (Londres, 1997), cap. 2, 3, para uma análise geral recente.
17. As instruções de Cook, citadas em J. C. Beaglehole (org.), *The Journals of Captain James Cook. The Voyage of the Endeavour, 1768–1771* (Cambridge, 1957), p. cclxxxii.
18. A. Wink, *Land and Sovereignty in India: Agrarian Society and Politics under the Eighteenth-Century Maratha Svarajya* (Cambridge, 1986).
19. Esta descrição vinha numa carta publicada no *London Chronicle* em julho de 1757. S. C. Hill (org.), *Indian Records Series: Bengal in 1756–1757* (3 vols., Londres, 1905), vol. 3, p. 85.
20. Para relatos contemporâneos da crise *ibid.*, apêndices 2 e 3.
21. Clive para o pai, 19 Ago. 1757, in *ibid.*, p. 360.
22. Clive para William Pitt, 7 Jan. 1759, in W. K. Firminger (org.), *Fifth Report... on the Affairs of the East India Company 1812* (1917; repr. Nova Iorque, 1969), p. clvi.
23. Clive para a Companhia das Índias Orientais, 16 Jan. 1767, in *ibid.*, p. clix.
24. Ver B. Stein, «State Formation and Economy Reconsidered», *Modern Asian Studies* 19, 3 (1985), pp. 387–413; K. Brittlebank, «Assertion», in P. Marshall (org.), *The Eighteenth Century in Indian History: Evolution or Revolution* (Nova Deli, 2003), pp. 269–92.
25. R. Callahan, *The East India Company and Army Reform* (Cambridge, Mass., 1972), p. 6.
26. Para uma descrição deste comércio, E. H. Pritchard, *The Crucial Years of Anglo-Chinese Relations 1750–1800* (Pullman, Wash., 1936); Holden Furber, *Rival Empires of Trade in the Orient 1600–1800* (Minneapolis, 1976; reimpr. Nova Deli, 2004).
27. A. Sorel, *Europe and the French Revolution: The Political Traditions of the Old Regime* (1885; trad. ing., Londres, 1969), p. 119.
28. R. J. Bonney, «France 1494–1815», in R. J. Bonney (org.), *The Rise of the Fiscal State in Europe c. 1200–1815* (Oxford, 1999), pp. 148–50.
29. Para uma narrativa recente, M. Price, *The Fall of the French Monarchy* (Londres, 2002).
30. A Sorel, *L'Europe et la Révolution française: La chute de la royauté* (10.^a ed., Paris, 1906), p. 458.
31. Bonney, «The Struggle for Great Power Status», p. 360.
32. F. de Bourrienne, *Memoirs of Napoleon Bonaparte* (1836; trad. ing., org. E. Sanderson, Londres, s.d.), p. 68.

33. F. Charles-Roux, *Bonaparte: Governor of Egypt* (1936; trad. ing., Londres, 1937), p. 2.
34. Ver J. B. Kelly, *Britain and the Persian Gulf 1795–1880* (Oxford, 1968), cap. 2.
35. Bourrienne, *Bonaparte*, p. 328.
36. A melhor descrição atual do acordo é P. W. Schroeder, *The Transformation of European Politics 1763–1848* (Oxford, 1994), cap. 12. Ver também E. V. Gulick, *Europe's Classical Balance of Power* (Londres, 1955), parte 2 – um estudo brilhante.
37. Ver Kenneth Pomeranz, *The Great Divergence: China, Europe and the Making of the Modern World Economy* (Princeton, 2000).
38. P. Bairoch, *Victoires et déboires: Histoire économique et sociale du monde du xvi siècle à nos jours* (3 vols., Paris, 1997), vol. 2, p. 852. Para as quedas drásticas dos preços do fio de algodão e dos têxteis na Grã-Bretanha, C. Knick Harley, «Cotton Textile Prices and the Industrial Revolution», *Economic History Review*, New Series, 51, 1 (1998), pp. 49–83.
39. Ver N. F. R. Crafts, *British Economic Growth during the Industrial Revolution* (Oxford, 1985).
40. Ver E. L. Jones, *The European Miracle: Environments, Economies and Geopolitics in the History of Europe and Asia* (Cambridge, 1981).
41. Esse é o argumento central de Pomeranz, *Great Divergence*.
42. Ver os comentários sugestivos de D. Washbrook, «From Comparative Sociology to Global History: Britain and India in the Pre-History of Modernity», *Journal of the Economic and Social History of the Orient* 40, 4 (1997).
43. Pomeranz, *Great Divergence*, p. 85.
44. *Ibid.*, p. 138.
45. Para a economia otomana, B. McGowan, «The Age of the Ayans, 1699– 1812», in H. Inalcik e D. Quataert (org.), *An Economic and Social History of the Ottoman Empire 1300–1914* (Cambridge, 1994), pp. 703, 724, 727.
46. W. Floor, *The Economy of Safavid Persia* (Wiesbaden, 2000), pp. 161, 331.
47. J. E. Inikori, *Africans and the Industrial Revolution in England: A Study in International Trade and Economic Development* (Cambridge, 2002), p. 443. Os algodões indianos «dominavam completamente» o mercado da África Ocidental no início do século XVIII.
48. C. A. Bayly, *Rulers, Townsmen and Bazaars: North Indian Society in the Age of British Expansion 1770–1870* (Cambridge, 1983), p. 194.
49. Pomeranz, *Great Divergence* para a análise que se segue.
50. *Ibid.*, pp. 290, 325.
51. Crafts, *British Economic Growth*, p. 138. Em rigor, 2,7.
52. Harley, «Cotton Textile Prices», pp. 50ff.
53. M. W. Flinn, *The History of the British Coal Industry*, vol. 2: 1700– 1830: *The Industrial Revolution* (Oxford, 1984), p. 114.
54. De 68 000 toneladas para 240 000. T. S. Ashton, *Iron and Steel in the Industrial Revolution* (Manchester, 1924), p. 99.
55. Ver G. N. von Tunzelman, *Steam Power and British Industrialization to 1860* (Oxford, 1978), pp. 46, 224, 295.
56. D. A. Farnie, *The English Cotton Industry and the World Market 1815– 1896* (Oxford, 1979), pp.

96–7.

57. J. A. Mann, *The Cotton Trade of Great Britain* (1860; ed. repr., Londres, 1968), tabela 25. Depois de 1840, a Índia assumiu o primeiro lugar.

58. P. Hudson, *The Industrial Revolution* (Londres, 1992), p. 183.

59. R. Davis, «English Foreign Trade, 1700–1774», *Economic History Review*, New Series, 15, 2 (1962), pp. 285–303.

60. Hudson, *Industrial Revolution*, 197–8.

61. P. Mantoux, *The Industrial Revolution in the Eighteenth Century* (ed. rev., Londres, 1961), p. 199.

62. *Ibid.*, p. 203.

63. G. Unwin, *Samuel Oldknow and the Arkwrights: The Industrial Revolution in Stockport and Marple* (Manchester, 1924), p. 44.

64. *Ibid.*, p. 62.

65. A Companhia foi acusada de vender artigos indianos a baixo preço para suportar as suas despesas na metrópole. A. Redford, *Manchester Merchants and Foreign Trade 1794–1858* (Londres, 1934), pp. 122–3.

66. Unwin, *Samuel Oldknow*, p. 98.

67. Farnie, *English Cotton Industry*, p. 96.

68. A. Feuerwerker, *State and Society in Eighteenth Century China* (Ann Arbor, 1976), p. 111.

69. J. Spence, *In Search of Modern China* (Londres, 1990), pp. 112–14.

70. M. L. Cohen, «Souls and Salvation», in J. L. Watson e E. Rawski (org.), *Death Ritual in Late Imperial China* (Berkeley, 1988), pp. 200–201.

71. P. Kuhn, *Soulstealers: The Chinese Sorcery Scare of 1768* (Cambridge, Mass., 1990), pp. 43–4.

72. C. A. Ronan (org.), *The Shorter Science and Civilisation in China: An Abridgement of Joseph Needham's Original Text* (Cambridge, 1978), vol. 1, p. 305.

73. R. J. Smith, «Mapping China's World: Cultural Cartography in Late Imperial Times», in Wen-hsin Yeh (org.), *Landscape, Culture and Power in Chinese Society* (Berkeley, 1998), p. 75.

74. Ver J. Spence, *Treason by the Book* (Londres, 2001).

75. E. Rawski, «The Qing Formation and the Early Modern Period», in L. Struve (org.), *The Qing Formation in World Historical Time* (Cambridge, Mass., 2004), p. 234.

76. Perdue, *China Marches West*, p. 456.

77. Smith, «Mapping China's World», pp. 85ff.

78. Citado em A. Singer, *The Lion and the Dragon* (Londres, 1992), p. 99.

79. Um alarme sentido em lugares tão distantes como Mossul. A. Hourani, *Islam in European Thought* (Cambridge, 1991), p. 138.

80. B. Lewis, *The Muslim Discovery of Europe* (Londres, 1982), pp. 81–3.

81. *Ibid.*, p. 157.

82. G. Goodwin, *Islamic Architecture: Ottoman Turkey* (Londres, 1977), pp. 21, 161–78.

83. Para a sua carreira e ideias, Gulfishan Khan, *Indian Muslim Perceptions of the West in the Eighteenth Century* (Oxford, 1998), pp. 100ff.

84. Muitos cristãos «gregos» na Anatólia usavam o turco escrito em caracteres gregos. Ver B. Lewis,

Multiple Identities in the Modern Middle East (Londres, 1998), p. 8.

85. H. Algar, *Religion and State in Iran 1785–1906* (Berkeley e Los Angeles, 1969), cap. 1.

86. *Ibid.*, p. 78.

87. R. M. Eaton, *The Rise of Islam and the Bengal Frontier 1204–1760* (Londres, 1993), p. 282; M. Laffan, *Islamic Nationhood and Colonial Indonesia* (Londres, 2003), pp. 20, 23–4.

88. O papel dos sufis é analisado em H. A. R. Gibb e H. Bowen, *Islamic Society and the West: A Study of the Impact of Western Civilisation on Moslem Culture in the Near East*, vol. 1: *Islamic Society in the Eighteenth Century*, parte 2 (Londres, 1957), pp. 187–97, e em Hourani, *Islam in European Thought*, pp. 156–63. O chefe provincial otomano Ali Paxá apoiou cuidadosamente os dervixes Bektashi para fortalecer o seu poder.

Ver F. W. Hasluck, *Christianity and Islam under the Sultans* (2 vols., Oxford, 1929), vol. 2, p. 537.

89. Khan, *Indian Muslim Perceptions*, p. 375.

90. Ver Abd al-Rahman al-Jabarti, *Chronicle of the First Seven Months of the French Occupation of Egypt*, org. e trad. S. Moreh (Leiden, 1975); S. Moreh, «Napoleon and the French Impact on Egyptian Society in the Eyes of al-Jabarti», in I. Bierman (org.), *Napoleon in Egypt* (Reading, 2003).

91. Ver J. S. Trimingham, *A History of Islam in West Africa* (Oxford, 1962), cap. 5; G. Robinson, *Muslim Societies in African History* (Cambridge, 2004), cap.º 10.

92. J. Israel, *The Radical Enlightenment: Philosophy and the Making of Modernity 1650–1750* (Oxford, 2001), p. 10. O tema principal deste estudo é a influência intelectual radical exercida pela filosofia materialista de Spinoza.

93. N. Hampson, *The Enlightenment* (Londres, 1968), p. 131.

94. Para as ideias de Locke, M. Cranston, *John Locke* (Londres, 1957), cap. 20; Hampson, *Enlightenment*, pp. 38–9.

95. J. Tully, *An Approach to Political Philosophy: Locke in Contexts* (Cambridge, 1993), pp. 200–201.

96. Uma análise mais recente em Israel, *Radical Enlightenment*.

97. J. Locke, *Two Treatises on Civil Government* (1690), org. J. W. Gough (Oxford, 1946 [*Dois Tratados do Governo Civil*, Edições 70, 2009]), sec. 49.

98. Para um estudo recente, ver A. Pagden, *European Encounters with the New World* (Londres, 1993).

99. Para Hume, N. Phillipson, *Hume* (Londres, 1989), pp. 32–4.

100. Ver H. Reiss (org.), *Kant's Political Writings* (Cambridge, 1970), p. 106.

101. J. W. Burrow, *Evolution and Society* (Cambridge, 1970), p. 39.

102. *Ibid.*, p. 47.

103. E. Stokes, *The English Utilitarians and India* (Oxford, 1959), p. 53.

104. Citado em Spence, *In Search of Modern China*, p. 123.

105. S. Drescher, *Capitalism and Anti-Slavery: British Mobilization in Comparative Perspective* (Londres, 1986).

106. U. Heyd, «The Ottoman ‘Ulema and Westernization in the Time of Selim III and Mahmud II», in A. Hourani, P. S. Khoury e M. C. Wilson (org.), *The Modern Middle East* (Londres, 1993), pp. 29–59.

107. R. Owen, *The Middle East in the World Economy 1800–1914* (Londres, 1981), pp. 65–72.

108. Ewald, *Soldiers, Traders and Slaves*, pp. 152–65.

109. Para um estudo recente do Estado de Mehemet Ali, K. Fahmy, *All the Pasha's Men: Mehmed Ali,*

his *Army and the Making of Modern Egypt* (Cairo, 2002).

110. J. R. Perry, *Karim Khan Zand* (Chicago, 1979).

111. Um descrição divertida das relações de Teerão com os Bakhtiari do sudoeste do Irão nos anos 40 do século XIX encontra-se em H. Layard, *Early Adventures in Persia, Susiana and Babylonia* (2 vols., Londres, 1887), vol. 2, caps. 11–16.

112. Algar, *Religion and State*, pp. 45–7.

113. V. Lieberman, «Reinterpreting Burmese History», *Comparative Studies in Society and History* 29, 1 (1987), p. 179; Thant Myint-U, *The Making of Modern Burma* (Cambridge, 2001), cap. 1, 2.

114. Para este padrão, V. Lieberman, «Local Integration and Eurasian Analogies: Structuring Southeast Asian History, c. 1350–c. 1830», *Modern Asian Studies* 27, 3 (1993), pp. 475–572; e V. Lieberman, *Strange Parallels: Southeast Asia in Global Context c.800–1830*, vol. 1: *Integration on the Mainland* (Cambridge, 2003), cap. 2, 3, 4.

115. Para a ascensão de Zanzibar, M. V. Jackson Haight, *The European Powers and Southeast Africa* (ed. rev., Londres, 1967), pp. 99–141.

116. Comunicação de Lord Auckland, 28 Fev. 1842, in Kelly, *Britain and the Persian Gulf*, p. 449.

117. Ver C. Totman, *Early Modern Japan* (Londres, 1993), caps. 15–21, e M. Jansen, *The Making of Modern Japan* (Cambridge, Mass., 2000), cap. 8, 9.

Capítulo 5: A Corrida contra o Tempo

1. T. R. Malthus, *Principles of Political Economy* (1820), ed. *variorum*, org. J. Pullen (Cambridge, 1989), p. 234.

2. Ver R. E. Cameron, *France and the Economic Development of Europe 1800–1914* (Princeton, 1961).

3. Para este argumento, a peça central desta análise, P. W. Schroeder, *The Transformation of European Politics 1763–1848* (Oxford, 1994).

4. Ver P. E. Moseley, *Russian Diplomacy and the Opening of the Eastern Question in 1838–1839* (Cambridge, Mass., 1934); B. H. Sumner, *Russia and the Balkans, 1870–1880* (Oxford, 1937); R. W. Seton-Watson, *Disraeli, Gladstone and the Eastern Question* (Londres, 1935), esp. pp. 194–5.

5. Ver E. D. Steele, *Palmerston and Liberalism 1855–1865* (Cambridge, 1991) para as restrições internas à diplomacia de Palmerston.

6. Ver C. J. Bartlett, *Great Britain and Seapower 1815–1853* (Oxford, 1963); G. S. Graham, *The Politics of Naval Supremacy* (Cambridge, 1965); P. Kennedy, *The Rise and Fall of British Naval Mastery* (Londres, 1976), cap. 6.

7. A exceção foi o bloqueio de quatro anos imposto pelo Norte ao Sul durante a Guerra Civil Americana.

8. O longo debate sobre a reputação e legado de Napoleão é o tema do excelente estudo de P. Geyl, *Napoleon: For and Against* (Londres, 1949).

9. Para as ideias de Constant (1767–1830), ver os seus ensaios *De l'esprit de conquête et de l'usurpation* (1814), *Principes de politique* (1815) e *Mélanges de littérature et de politique* (1829) in Benjamin Constant, *Ecrits politiques*, org. M. Gauchet (Paris, 1997).

10. Ver A. S. Kahan, *Aristocratic Liberalism* (Londres, 1992) para um estudo de Tocqueville, J. S. Mill

e do historiador suíço Jacob Burckhardt.

11. Para um estudo de Burckhardt, L. Gossman, *Basel in the Age of Burckhardt* (Chicago, 2000), cap. 5, 10, 11.
12. O. Figes, *Natasha's Dance: A Cultural History of Russia* (Londres, 2002), p. 76.
13. *Ibid.*, cap. 2.
14. H. Seton-Watson, *The Russian Empire 1801–1917* (Oxford, 1967), p. 355.
15. B. Eklof, J. Bushnell e L. Zakharova (org.), *Russia's Great Reforms 1855–1881* (Bloomington, Ind., 1994), pp. 214, 233.
16. *Ibid.*, p. 249.
17. G. Hosking, *Russia: People and Empire 1552–1917* (Londres, 1997), p. 333.
18. Para Kliuchevskii, N. V. Riasonovsky, *The Image of Peter the Great in Russian History and Thought* (Oxford, 1985).
19. E. G. Wakefield, *A Letter from Sydney* (1829; ed. Everyman, Londres, 1929), p. 47.
20. Para a visão cada vez mais desfavorável dos Estados Unidos em França depois de c. 1830, R. Remond, *Les Etats-Unis devant l'opinion française 1815–1852* (Paris, 1962), pp. 675, 731, 740, 863.
21. Ver D. Potter, *The Impending Struggle* (Nova Iorque, 1976), p. 244; D. W. Howe, *The Political Culture of the American Whigs* (Chicago, 1974). Andrew Jackson foi presidente entre 1828 e 1836.
22. A. J. H. Latham e L. Neal, «The International Market in Rice and Wheat, 1868–1914», *Economic History Review*, New Series, 36, 2 (1983), pp. 260–75.
23. C. Jones, *International Business in the Nineteenth Century* (Brighton, 1987); G. Jones, *Merchants to Multinationals: British Trading Companies in the Nineteenth and Twentieth Centuries* (Oxford, 2000); D. R. SarDesai, *British Trade and Expansion in Southeast Asia, 1830–1914* (Nova Deli, 1977).
24. A. G. Kenwood e A. L. Lougheed, *The Growth of the International Economy 1820–1980* (Londres, 1983), pp. 90–91. Para a integração económica no Atlântico – uma esfera que eles estendem até à Austrália – K. H. O'Rourke e J. G. Williamson, *Globalization and History: The Evolution of a Nineteenth-Century Atlantic Economy* (Cambridge, Mass., 1999).
25. Kenwood e Lougheed, *International Economy*, p. 93.
26. W. Schlote, *British Overseas Trade from 1700 to the 1930s* (Oxford, 1952), pp. 156–8.
27. B. R. Mitchell, *Abstract of British Historical Statistics* (Cambridge, 1962), p. 317.
28. P. Bairoch, *Victoires et déboires: Histoire économique et sociale du monde du xvi siècle à nos jours* (3 vols., Paris, 1997), vol. 2, p. 34.
29. *Ibid.*, p. 18.
30. B. H. Sumner, *A Survey of Russian History* (Londres, 1944), pp. 356–7.
31. Bairoch, *Victoires et déboires*, vol. 1, p. 467.
32. S. L. Engerman e R. E. Gallman (org.), *The Cambridge Economic History of the United States*, vol. 2: *The Long Nineteenth Century* (Cambridge, 2000), p. 713.
33. Mitchell, *Abstract*, pp. 315, 318. Norte = Rússia, Suécia, Noruega, Dinamarca. Ocidente = França, Bélgica, Holanda.
34. Ver Cameron, *France and the Economic Development of Europe*.
35. Engerman e Gallman (org.), *Economic History*, vol. 2, p. 696; L. E. Davis e R. J. Cull, *International Capital Markets and American Economic Growth 1820–1914* (Cambridge, 1994), p. 111.

- O número para a Austrália depois de 1860 aproximava-se mais dos 50%, com metade das necessidades de capital suportadas pela Grã-Bretanha. Ver N. J. Butlin, *Australian Economic Development 1861–1900* (Cambridge, 1964), pp. 28–30.
36. R. G. Albion, *The Rise of New York Port 1815–1860* (Nova Iorque, 1939); S. Beckert, *The Monied Metropolis: New York City and the Consolidation of the American Bourgeoisie* (Cambridge, 2001).
37. Bairoch, *Victoires et déboires*, vol. 1, p. 410.
38. Engerman e Gallman, *Economic History*, vol. 2, p. 50; P. Mathias, *The First Industrial Nation* (Londres, 1969), p. 243.
39. S. Bruchey, *Enterprise: The Dynamic Economy of a Free People* (Londres, 1990), p. 237.
40. Mitchell, *Abstract*, p. 318.
41. Engerman e Gallman, *Economic History*, vol. 2, p. 700.
42. Ver S. Ambrose, *Undaunted Courage* (Nova Iorque, 1996).
43. John Langdon, «Three Voyages to the West Coast of Africa 1881–1884», org. M. Lynn, in B. Wood e M. Lynn (org.), *Travel, Trade and Power in the Atlantic 1765–1884* (Cambridge, 2002).
44. Ver S. Bard, *Traders of Hong Kong: Some Foreign Merchant Houses 1841–1899* (Hong Kong, 1993).
45. B. S. A. Yeoh, *Contesting Space–Power Relations and the Urban Built-Environment in Colonial Singapore* (Kuala Lumpur, 1996), p. 35.
46. J. Conrad, *The End of the Tether* (Londres, 1902), p. 168.
47. J. Forbes Munro, *Maritime Enterprise and Empire: Sir William Mackinnon and his Business Network* (Woodbridge, 2003), cap. 5, 6, 7, 8.
48. R. Giffen, «The Statistical Century», in *Economic Inquiries and Studies* (2 vols., Londres, 1904), vol. 2, pp. 270, 273.
49. R. C. Wade, *The Urban Frontier: Pioneer Life in Early Pittsburgh, Cincinnati, Lexington, Louisville and St Louis* (Chicago, 1964), p. 341.
50. Para uma análise do contraste entre uma economia de «iniciativa» e uma em que o Estado desempenhou um papel mais importante (os casos em estudo são os EUA e o Canadá), W. T. Easterbrook, *North American Patterns of Growth and Development: The Continental Context* (Toronto, 1990).
51. G. Blainey, *The Tyranny of Distance* (Melbourne, 1966).
52. Para uma análise brilhante deste assunto, G. Raby, *Making Rural Australia* (Oxford, 1996).
53. G. Brechin, *Imperial San Francisco: Urban Power, Earthly Ruin* (Berkeley, Los Angeles e Londres, 1999).
54. W. Issel e R. W. Cherny, *San Francisco 1865–1932* (Londres, 1986), cap. 2.
55. Elliott West, *The Contested Plains: Indians, Goldseekers and the Rush to Colorado* (Lawrence, Kan., 1998).
56. Para a importância do revólver na conquista dos índios das planícies pelos americanos brancos, Walter Prescott-Webb, *The Great Plains* (Nova Iorque, 1936), pp. 167–79: «Permitiu ao homem branco combater os índios das planícies montado a cavalo».
57. D. Robinson, *Paths of Accommodation: Muslim Societies and French Colonial Authorities in Senegal and Mauretania, 1880–1920* (Athens, O., e Oxford, 2000), p. 59.

58. *O Coração das Trevas* foi publicado em 1902. Esta referência vem de *The Heart of Darkness* (ed. Everyman, Londres, 1974), p. 62.
59. R. Iletto, «Religion and Anti-Colonial Movements», in N. Tarling (org.), *The Cambridge History of Southeast Asia*, vol. 3: *From c.1800 to the 1930s* (ed. de bolso, Cambridge, 1999), p. 216.
60. Ver C. H. Ambler, *Kenyan Communities in the Age of Imperialism* (New Haven, 1988) para um estudo dos Embu.
61. Winwood Reade, *The Martyrdom of Man* (Londres, 1872), p. 242. O objetivo de Reade, no que se tornou nos anos 20 um livro muito lido (além de extraordinariamente original), era afirmar que África não ficava ao lado da história mundial mas desempenhava um papel central na mesma.
62. M. Osborne, *The River Road to China* (Londres, 1975), p. 186.
63. L. Subrahmanyam, «Banias and the British: The Role of Indigenous Credit in... Imperial Expansion in Western India», *Modern Asian Studies* 21 (1987), pp. 473–510.
64. Vinte anos depois, os exércitos das três «presidências» da Índia Britânica, Bengala (abrangendo grande parte do Norte da Índia), Bombaim e Madrasta, eram compostos por mais de 270 000 homens. M. K. Pasha, *Recruitment and Underdevelopment in the Punjab* (Karachi, 1998), p. 32.
65. O melhor estudo resumido da época do domínio da Companhia é D. A. Washbrook, «India, 1818–1860: The Two Faces of Colonialism», in A. Porter (org.), *The Oxford History of the British Empire*, vol. 3: *The Nineteenth Century* (Oxford, 1999), pp. 395–421. Ver também o seu «Economic Depression and the Making of “Traditional” Society in Colonial India 1820–1855», *Transactions of the Royal Historical Society*, 6.^a série, 3 (1993), pp. 237–63.
66. *Thornton’s Gazetteer of India 1857* (Londres, 1857), pp. 136, 175.
67. S. David, *The Indian Mutiny* (Londres, 2002), p. 397.
68. *Ibid.*, p. 346.
69. Para aspetos da Revolta e as suas causas, R. C. Majumdar, *The Sepoy Mutiny and the Revolt of 1857* (Calcutá, 1968); C. A. Bayly, *Empire and Information* (Cambridge, 1996), cap. 9; E. T. Stokes, *The Peasant and the Raj* (Cambridge, 1978); C. A. Bayly, «Two Colonial Revolts: The Java War and the Indian “Mutiny” of 1857–59», in C. A. Bayly e D. A. Kolff (org.), *Two Colonial Empires* (Dordrecht, 1986); F. Robinson, «The Muslims of Upper India and the Shock of the Mutiny», in *Islam and Muslim History in South Asia* (Nova Deli, 2000), pp. 138–55.
70. Stokes, *Peasant*, p. 150, nota de rodapé.
71. Ver E. Stokes, *The English Utilitarians and India* (Oxford, 1959).
72. «T’ung-chih» foi o nome de reinado do imperador chinês entre 1862 e 1875; «Meiji» o do imperador japonês entre 1868 e 1912.
73. O estudo clássico continua a ser M. Greenberg, *British Trade and the Opening of China* (Cambridge, 1951).
74. Ver J. K. Fairbank, *Trade and Diplomacy on the China Coast* (Cambridge, Mass., 1953).
75. Os ensaios de Feng, escritos em 1860–61, foram oferecidos ao seu mecenas, Tseng Kuo-fan, uma figura importante na restauração de T’ung-chih. Ver S. Teng e J. K. Fairbank (org.), *China’s Response to the West* (Cambridge, Mass., 1979), pp. 50–53.
76. Ver J. Spence, *God’s Chinese Son: The Taiping Heavenly Kingdom of Hong Xiquan* (Nova Iorque, 1996) para a melhor história recente.
77. Entre 1853 e 1863 os Nien controlaram uma área maior do que o Reino Unido. Ver S. Y. Teng,

The Nien Army and their Guerilla Warfare (Haia, 1961), pp. 219ff.

78. Para um estudo recente, J. Lee, «Trade and Economy in Pre-Industrial East Asia c.1500–c.1800: East Asia in the Age of Global Integration», *Journal of Asian Studies* 58, 1 (1999), pp. 2–26.

79. O consumo de ópio aumentou sete vezes entre os anos 10 e os anos 50 do século XIX. Ver Y. P. Hao, *The Commercial Revolution in Nineteenth-Century China: The Rise of Sino-Western Mercantile Capitalism* (Berkeley e Londres, 1986), p. 69.

80. P. Richardson, *Economic Change in China c.1800–1950* (Londres, 1999), p. 21.

81. Ver Mary C. Wright, *The Last Stand of Chinese Conservatism: The T'ung-chih Restoration 1862–1874* (Stanford, 1957).

82. Para este incidente, H. B. Morse e H. F. MacNair, *Far Eastern International Relations* (2ª ed., Cambridge, Mass., 1931), p. 352.

83. Wright, *Last Stand*, p. 195.

84. *Ibid.*, pp. 52, 55; E. J. Rhoads, *Manchus and Han* (Seattle, 2000) defende a persistência de diferenças étnicas e culturais até depois de 1900.

85. Y. P. Hao, *The Comprador in Nineteenth-Century China* (Cambridge, Mass., 1970) é o estudo de referência.

86. Hao, *Commercial Revolution*, p. 340; para as dificuldades dos mercadores, F. E. Hyde, *Far Eastern Trade 1860–1914* (Londres, 1973), cap. 5.

87. Hao, *Commercial Revolution*, pp. 338–9.

88. Para uma descrição excelente, Albert M. Craig, *Choshu in the Meiji Restoration* (Cambridge, Mass., 1961), pp. 17ff.

89. Ver C. Totman, *Early Modern Japan* (Londres, 1993), pp. 242–5.

90. Craig, *Choshu*, pp. 26, 53–70; C. L. Yates, *Saigo Takamori* (Londres, 1995), p. 19.

91. Para estes acontecimentos, Craig, *Choshu*, cap. 8, 9.

92. Para a declaração de neutralidade das potências, E. Satow, *A Diplomat in Japan* (Londres, 1921), p. 303; Morse e MacNair, *Far Eastern International Relations*, p. 325.

93. A melhor introdução a este processo continua a ser E. H. Norman, *Japan's Emergence as a Modern State* (Nova Iorque, 1940), um estudo brilhante hoje curiosamente ignorado pela literatura especializada cujos argumentos e ideias ele antecipou em grande parte.

94. *The Autobiography of Fukuzawa Yukichi* (Tóquio, 1981), p. 227.

95. Ver Roger F. Hackett, *Yamagata Aristomo in the Rise of Modern Japan* (Cambridge, Mass., 1971).

96. Para este processo, ver T. Fujitani, *Splendid Monarchy: Power and Pageantry in Modern Japan* (Londres, 1998).

97. G. C. Allen e A. Donnithorne, *Western Enterprise in Far Eastern Economic Development: China and Japan* (Londres, 1954), p. 202.

98. C. Howe, *The Origins of Japanese Trade Supremacy* (Londres, 1996), p. 250.

99. E. S. Crawcour, «Economic Change in the Nineteenth Century», in M. B. Jansen (org.), *The Cambridge History of Japan*, vol. 5: *The Nineteenth Century* (Cambridge, 1989), p. 616.

100. Isso poderá ter sido induzido em parte por necessidades financeiras. Ver T. Suzuki-Morris, *A History of Japanese Economic Thought* (Londres, 1989), p. 57.

101. Ver Herbert P. Bix, *Peasant Protest in Japan 1590–1884* (New Haven, 1986), pp. 210–12; G.

Roznan, «Social Change», in Jansen (org.), *Cambridge History of Japan*, vol. 5, p. 525.

102. Ver cap. 4.

103. D. Quataert, «The Age of Reforms, 1812–1914», in H. Inalcik com D. Quataert (org.), *An Economic and Social History of the Ottoman Empire 1300–1914* (Cambridge, 1994), p. 881.

104. Xavier de Planhol, *L'Islam et la mer: La Mosque et le matelot* (Paris, 2000), pp. 270–71. Na realidade, a marinha turca era a terceira maior da Europa, mas o seu desempenho era muito fraco.

105. M. Todorova, «Midhat Pasha's Governorship of the Danubian Provinces», in C. E. Farah (org.), *Decision-Making and Change in the Ottoman Empire* (Kirksville, Mo., 1993), pp. 115–23.

106. Ver J. McCarthy, *Death and Exile: The Ethnic Cleansing of Ottoman Muslims 1821–1922* (Princeton, 1995), pp. 37ff.

107. C. Clay, «The Financial Collapse of the Ottoman State», in D. Panzac (org.), *Histoire économique de l'Empire Ottoman et de la Turquie (1326–1960)* (Aix, 1992), pp. 119, 124.

108. C. Issawi, «Middle East Economic Development 1815–1914», in A. Hourani, P. S. Khoury e M. C. Wilson (org.), *The Modern Middle East* (Londres, 1993), p. 183.

109. Esmirna (Izmir) tinha ligações mais fáceis com a Europa e a América do que com o interior anatoliano. Ver A. J. Toynbee, *The Western Question in Greece and Turkey* (Londres, 1922), p. 125.

110. Issawi, «Middle East Economic Development», p. 190.

111. Ver K. Fahmy, *All the Pasha's Men: Mehmed Ali, his Army and the Making of Modern Egypt* (Cairo, 2002).

112. C. Issawi, *Egypt: An Economic and Social Analysis* (Londres, 1947), p. 14.

113. Ver J. Berque, *Egypt: Imperialism and Revolution* (Londres, 1972), pp. 88–94.

114. J. R. McCoan, *Egypt* (Nova Iorque, 1876), p. 91.

115. O melhor estudo moderno é D. A. Farnie, *East and West of Suez: The Suez Canal in History, 1854–1956* (Oxford, 1969).

116. Para o melhor estudo da crise social e política do Egito, A. Schölch, “*Egypt for the Egyptians*”: *The Socio-Political Crisis in Egypt, 1878–1882* (Londres, 1981).

117. E. Abrahamian, *Iran between Two Revolutions* (Princeton, 1982), p. 28. 118. Ver H. Algar, *Religion and State in Iran 1795–1906* (Berkeley e Los Angeles, 1969), cap. 1.

119. H. Algar, *Mirza Malkum Khan* (Berkeley e Los Angeles, 1973), pp. 24ff.

120. A. K. S. Lambton, *Qajar Persia* (Londres, 1987), pp. 20, 21, 44.

121. P. Avery, G. R. G. Hambly e C. Melville (org.), *The Cambridge History of Iran*, vol. 7: *From Nadir Shah to the Islamic Republic* (Cambridge, 1991), p. 726.

122. Lambton, *Qajar Persia*, p. 292.

123. Talvez vivessem 150 europeus no Irão em meados do século XIX; e ainda apenas 800 em 1890. *Ibid.*, p. 207.

Capítulo 6: Os Limites do Império

1. Ver H. J. Mackinder, «The Geographical Pivot of History», *Geographical Journal* 23, 4 (1904), pp. 421–37.

2. *The Times*, 15 Set. 1875, citado in N. Pelcovits, *Old China Hands and the Foreign Office* (Nova Iorque, 1948), p. 101.
3. Frederick Jackson Turner, «The Significance of the Frontier in American History» (1893), reimpresso no seu *The Frontier in American History* (Nova Iorque, 1920).
4. Para uma afirmação típica, B. Kidd, *The Control of the Tropics* (Londres, 1898).
5. O artigo de Naito Konan, «Shosekai» («Small World») foi publicado em 1888. Para um estudo das suas ideias, J. Fogel, *Politics and Sinology: The Case of Naito Konan, 1866–1934* (Cambridge, Mass., 1984), pp. 41, 50.
6. J. Bryce, *The Relations between the Advanced and Backward Peoples* (Oxford, 1902), pp. 6–7.
7. *Ibid.*, p. 13.
8. C. N. Pearson, *National Life and Character* (Londres, 1893), pp. 89–90.
9. Ver J. Forbes Munro, *Maritime Enterprise and Empire: Sir William Mackinnon and his Business Network, 1823–1893* (Woodbridge, 2003), cap. 7.
10. Para o império comercial de Rhodes, C. W. Newbury, *The Diamond Ring* (Oxford, 1989).
11. Para a crise no Egito, R. E. Robinson e J. A. Gallagher, *Africa and the Victorians* (Londres, 1961), cap. 4, 5; A. Schölch, “*Egypt for the Egyptians*”: *The Socio-Political Crisis in Egypt, 1879–1882* (Londres, 1981); J. R. I. Cole, *Colonialism and Revolution in the Middle East: The Social and Cultural Origins of the ‘Urabi Movement* (Princeton, 1993).
12. Para uma afirmação veemente desta opinião por um ex-vice-rei e ministro britânico, B. Mallett, *Thomas George, Earl of Northbrook: A Memoir* (Londres, 1908), pp. 169–70.
13. Para um relato brilhante da conferência e da sua importância, J.-L. Vellut, *Un centenaire 1885–1985: Les Relations Europe–Afrique au crible d’une commémoration* (Leiden, 1992).
14. M. Klein, *Slavery and Colonial Rule in French West Africa* (Cambridge, 1998), pp. 78–93.
15. Ver A. S. Kanya-Forstner, *The Conquest of the Western Sudan* (Cambridge, 1969).
16. Ver J. F. Munro, *Africa and the International Economy 1880–1960* (Londres, 1976), p. 67.
17. Para a carreira de Goldie e a Royal Niger Company, J. Flint, *Sir George Goldie and the Making of Nigeria* (Londres, 1960); D. Wellesley, *Sir George Goldie: A Memoir* (Londres, 1934).
18. Nota de Goldie, 1 Jan. 1897, Rhodes House Library, Oxford, MSS Afr. S. 88, Scarbrough MSS 4.
19. Goldie para o conselho da Royal Niger Company, 6 Fev. 1897, *ibid.*
20. A. Hochschild, *King Leopold’s Ghost* (Londres, 1999), p. 23, para este cálculo e o seu fundamento.
21. S. H. Nelson, *Colonialism in the Congo Basin, 1880–1940* (Athens, O., 1994), pp. 112–16. O novo regime manteve a prática de Leopoldo de repartir o Congo entre companhias concessionárias.
22. D. Beach, *War and Politics in Zimbabwe 1840–1900* (Harare, 1986); A. Keppel-Jones, *Rhodes and Rhodesia: The White Conquest of Zimbabwe* (Montreal, 1983).
23. Para uma análise brilhante dos efeitos desorientadores das viagens em África sobre os europeus, J. Fabian, *Out of Our Minds: Reason and Madness in the Exploration of Central Africa* (Londres, 2000).
24. William H. Schneider, *An Empire for the Masses: The French Popular Image of Africa, 1870–1900* (Westport, Conn., e Londres, 1982), pp. 6–7.
25. Kanya-Forstner, *Conquest*, p. 263. Calculadas a FF25=£1.
26. C. M. Andrew, *Théophile Delcassé and the Making of the Entente Cordiale* (Londres, 1968), pp.

94–8.

27. *Ibid.*, p. 92.

28. R. Waller, «The Maasai and the British: The Origins of an Alliance, 1895–1905», *Journal of African History* 17, 4 (1976), pp. 529–53.

29. Bill Nasson, *The South African War 1899–1902* (Londres, 1999) e *Abram Esau's War: A Black South African War in the Cape 1899–1902* (Cambridge, 1991); P. Warwick, *Black People and the South African War 1899–1902* (Cambridge, 1983).

30. *Parliamentary Debates, Lords*, 4.^a série, vol. 30, p. 701 (14 Fev. 1895).

31. J. Riis, *How the Other Half Lives* (Nova Iorque, 1890).

32. G. Brechin, *Imperial San Francisco: Urban Power, Earthly Ruin* (Berkeley, Los Angeles e Londres, 1999), cap. 3.

33. Ver N. Harper, *A Great and Powerful Friend* (Santa Lúcia, 1987), cap. 1.

34. Discurso como presidente da American Historical Association, 1910, *American Historical Review* 16, 2 (1911), pp. 217–33.

35. R. E. Quirk, *An Affair of Honor: Woodrow Wilson and the Occupation of Vera Cruz* (Nova Iorque, 1962).

36. H. e M. Sprout, *Towards a New Order of Sea Power* (Princeton, 1940), p. 288.

37. W. Tilchin, *Theodore Roosevelt and the British Empire* (Nova Iorque, 1997), p. 236.

38. G. N. Curzon, *Russia in Central Asia in 1889* (Londres, 1889), p. 316. 39. B. H. Sumner, *A Survey of Russian History* (Londres, 1944), p. 362. 40. G. Chisholm, *Handbook of Commercial Geography* (4^a ed., Londres, 1908), pp. 583, 609.

41. Em 1914, 25% do investimento estrangeiro francês já tinha ido para a Rússia. R. E. Cameron, *France and the Economic Development of Europe 1800–1914* (Princeton, 1961), p. 486.

42. D. Moon, «Peasant Migration and the Settlement of Russia's Frontiers, 1550–1917», *Historical Journal* 40, 4 (1997), pp. 859–93, esp. pp. 867–8.

43. D. W. Treadgold, *The Great Siberian Migration* (Princeton, 1957), p. 13. Em 1917 o número já atingira os 7 milhões.

44. M. Joffe, «Diamond in the Rough: The State, Entrepreneurs and Turkestan's Hidden Resources in Late Imperial Russia», in M. Siefert (org.), *Extending the Borders of Russian History* (Londres, 2003), p. 185.

45. A população russa no Extremo Oriente russo era de 10 000 pessoas em 1860 e 300 000 em 1900. D. Dallin, *The Rise of Russia in Asia* (Londres, 1949), p. 14.

46. Ver J. J. Stephan, *The Russian Far East: A History* (Stanford, 1996).

47. Ver uma análise brilhante em A. Rieber, «Persistent Factors in Russian Foreign Policy», in H. Ragsdale (org.), *Imperial Russian Foreign Policy* (Cambridge, 1993).

48. Comentários do lorde Sanderson, 21 Fev. 1907, in G. P. Gooch e H. Temperley (org.), *British Documents on the Origins of the War, 1898–1914* (12 vols., Londres, 1927–38), vol. 3, p. 430.

49. I. H. Nish, *The Anglo-Japanese Alliance* (Londres, 1966).

50. A análise clássica continua a ser G. Monger, *The End of Isolation* (Londres, 1963).

51. P. Mathias e M. M. Postan (org.), *The Cambridge Economic History of Europe*, vol. 7: *The Industrial Economies: Capital, Labour and Enterprise*, parte 1: *Britain, France, Germany and*

Scandinavia (Cambridge, 1978), p. 555.

52. A população da Alemanha em 1911, 65 milhões; Rússia europeia, 136 milhões.

53. Para as opiniões de Bismarck sobre a expansão colonial, O. Pflanze, *Bismarck and the Development of Germany*, vol. 3: *The Period of Fortification, 1880–1898* (Princeton, 1990), cap. 5.

54. Para a incerteza oficial sobre quais eram efetivamente os interesses mundiais da Alemanha, W. Mommsen, *Imperial Germany 1867–1918* (1990; trad. ing., Londres, 1995), p. 82.

55. Ver I. L. D. Forbes, «German Informal Imperialism in South America before 1914», *Economic History Review*, New Series, 31, 3 (1978), pp. 396–8.

56. C. Peters, *England and the English* (trad. ing., Londres, 1904), p. 388.

57. J. Marseille, *Empire coloniale et capitalisme française* (Paris, 1984), p. 40.

58. E. H. Jenkin, *A History of the French Navy* (Londres, 1973), pp. 307–9.

59. Andrew, *Delcassé*, pp. 105ff.

60. Ver G. W. Gong, *The “Standard of Civilisation” in International Society* (Oxford, 1984).

61. Ver W. Fischer e R. M. McInnis (org.), *The Emergence of a World Economy 1500–1914*, parte 2: *1850–1914* (Wiesbaden, 1986).

62. A. J. H. Latham e L. Neal, «The International Market in Wheat and Rice, 1868–1914», *Economic History Review*, New Series, 36, 2 (1983), pp. 260–75.

63. W. Woodruff, *The Impact of Western Man: A Study of Europe’s Role in the World Economy 1750–1960* (Londres, 1966), p. 313. A estimativa de Woodruff de £7,6 mil milhões pode ser comparada com a de £8,3 mil milhões em C. Issawi, «Middle East Economic Development 1815–1914», in A. Hourani, P. S. Khoury e M. C. Wilson (org.), *The Modern Middle East* (Londres, 1993), p. 183.

64. Para uma explicação clara, S. B. Saul, *Studies in British Overseas Trade 1870–1914* (Liverpool, 1960), cap. 3, «The Pattern of Settlements».

65. *Ibid.*, pp. 203–7.

66. C. Lipson, *Standing Guard: Protecting Foreign Capital in the Nineteenth and Twentieth Centuries* (Londres, 1985), cap. 2.

67. J. R. Scobie, «Buenos Aires as a Commercial-Bureaucratic City», *American Historical Review* 77, 4 (1972), p. 1045.

68. R. Chandarvarkar, *The Origins of Industrial Capitalism in India* (Cambridge, 1994), p. 23.

69. C. Trocki, *Singapore: Wealth, Power and the Culture of Control* (Londres, 2006), cap. 1, 2.

70. O. Ruhen, *Port of Melbourne 1835–1876* (North Melbourne, 1976); F. Broeze, *Island Nation* (Londres, 1998).

71. Ver S. Jackson, *The Sassoons* (Londres, 1968).

72. Ver I. Stone, *The Global Export of Capital from Great Britain, 1865–1914: A Statistical Survey* (Basingstoke, 1999).

73. League of Nations, *The Network of World Trade* (Genebra, 1942), p. 84.

74. Ver M. de Cecco, *Money and Empire* (Oxford, 1974).

75. Para a melhor descrição, R. Michie, *The City of London: Continuity and Change, 1850–1990* (Basingstoke, 1992); D. Kynaston, *The City of London: Golden Years 1890–1914* (Londres, 1995).

76. Discurso no Canadá (?1913). Bodleian Library, Robert Brand Papers, caixa 26.

77. N. Angell, *The Great Illusion* (Londres, 1911).

78. Ver I. Phimister, *Wangi Kolia* (Joanesburgo, 1994) para uma descrição pormenorizada das condições de trabalho na mina de carvão Wankie na Rodésia do Sul (Zimbabwe).
79. As receitas das tarifas aduaneiras equivaliam a 27,6% do valor das importações nos Estados Unidos em 1900. O número para a Grã-Bretanha, França e Alemanha era de entre 5 e 8,8%. Ver A. Stein, «The Hegemon's Dilemma: Great Britain, the United States and the International Economic Order», *International Organization* 38, 2 (1984), pp. 355–86.
80. R. Lindert, *Key Currencies and Gold, 1900–1930* (Princeton, 1969), p. 121.
81. Ver J. W. Burrow, *The Crisis of Reason* (Londres, 2000), cap. 3.
82. *Ibid.*, p. 96.
83. Ver, por exemplo, H. H. Risley, *The People of India* (Londres, 1908). Quando o livro foi publicado Risley era já um dos mais altos funcionários do governo da Índia. Para o caso russo, A. Jersild, *Orientalism and Empire* (Montreal, 2002).
84. Burrow, *Crisis*, p. 103.
85. G. W. Stocking, *Victorian Anthropology* (Nova Iorque, 1987), p. 236.
86. Para o uso desta expressão pelos funcionários britânicos, A. Seal, *The Emergence of Indian Nationalism* (Cambridge, 1968), p. 15.
87. Ver S. Dubow, *Racial Segregation and the Origins of Apartheid in South Africa 1919–1936* (Londres, 1989), pp. 22–3.
88. Greta Jones, *Social Darwinism and English Thought* (Londres, 1980), p. 150.
89. Ver T. Metcalf, *Ideologies of the Raj* (Cambridge, 1995), cap. 3.
90. Ver o argumento em J. MacKenzie, *Orientalism: History, Theory and the Arts* (Manchester, 1995).
91. S. Bayly, *Caste, Society and Politics in India* (Cambridge, 1999), p. 101; para uma opinião contrária que responsabiliza os britânicos pela consolidação das castas na Índia moderna, N. Dirks, *Castes of Mind* (Princeton, 2001).
92. Ver T. Raychaudhuri, *Europe Reconsidered: Perceptions of the West in Nineteenth Century Bengal* (Oxford, 1989).
93. Para um relato autobiográfico, S. Banerjea, *A Nation in Making* (Londres, 1925).
94. A obra principal neste caso foi M. G. Ranade, *The Rise of the Maratha Power* (trad. ing., Bombaim, 1900).
95. Ver P. M. Holt, *The Mahdist State in the Sudan 1881–1898* (Oxford, 1958).
96. Para uma análise destes temas, A. Hourani, *Arabic Thought in the Liberal Age 1798–1939* (Londres, 1962; repr. Cambridge, 1983); F. Robinson, *Islam and Muslim History in South Asia* (Nova Deli, 2000), pp. 59–78 e cap. 11; M. F. Laffan, *Islamic Nationhood and Colonial Indonesia* (Londres, 2003).
97. D. Robinson, *Paths of Accommodation: Muslim Societies and French Colonial Authorities in Senegal and Mauretania, 1880–1920* (Athens, O., e Oxford, 2000), pp. 231–3.
98. Hourani, *Arabic Thought*, pp. 200–203.
99. Ver D. Lelyveld, *Aligarh's First Generation: Muslim Solidarity in British India* (Princeton, 1978).
100. Ver Laffan, *Islamic Nationhood*, cap. 7.
101. A versão inglesa original foi reimpressa em A. J. Parel (org.), *Gandhi: "Hind Swaraj" and Other Writings* (Cambridge, 1997).

102. A. Chowdhury, *The Frail Hero and Virile History: Gender and the Politics of Culture in Colonial Bengal* (Nova Deli, 2001), pp. 14, 17, 40, 44–5.
103. *Ibid.*, p. 152.
104. Para a carreira de Blyden, H. R. Lynch, *Edward Wilmot Blyden: Pan-Negro Patriot* (Oxford, 1967).
105. *Ibid.*, p. 219.
106. *Ibid.*, p. 216.
107. Para a rejeição de Booker T. Washington como um «amalgamador de raças», L. R. Harlan (org.), *The Booker T. Washington Papers*, vol. 3: 1889–1895 (Londres, 1974), p. 497.
108. Ver J. D. Frodsham (org.), *The First Chinese Embassy to the West: The Journals of Kuo Sung-T'ao, Lin His-hung and Chan Te-yi* (Oxford, 1974), p. xxvi.
109. Y. P. Hao, *The Commercial Revolution in Nineteenth-Century China: The Rise of Sino-Western Mercantile Capitalism* (Berkeley e Londres, 1986), p. 355.
110. Ver o fascinante relato do desfile do «jubileu» da rainha Vitória em Xangai em B. Goodman, «Improvisations on a Semi-Colonial Theme, or How to Read a Celebration of Transnational Urban Community», *Journal of Asian Studies* 59, 4 (2000), pp. 889–926.
111. Para as relações entre os Manchus e os Han, E. J. Rhoads, *Manchus and Han* (Seattle, 2000).
112. R. K. I. Queded, “Matey” Imperialists?: *The Tsarist Russians in Manchuria, 1895–1917* (Hong Kong, 1982), pp. 21–2.
113. *Ibid.*, p. 59.
114. Ver L. K. Young, *British Policy in China, 1895–1902* (Oxford, 1970).
115. Nish, *The Anglo-Japanese Alliance*.
116. Para a carreira de Sun, H. Z. Schiffrin, *Sun Yat-sen: Reluctant Revolutionary* (Boston, 1980).
117. Ver E. Rawski, «Re-envisioning the Qing: The Significance of the Qing Period in Chinese History», *Journal of Asian Studies* 55, 4 (1996), p. 839.
118. R. Bin Wong, *China Transformed: Historical Change and the Limits of European Experience* (Ithaca, NY, 1997), p. 163.
119. George Morrison a Valentine Chirol, 8 Set. 1906, in Lo Hui-min (org.), *The Correspondence of G. E. Morrison* (2 vols., Cambridge, 1976), vol. 1, p. 375; J. O. P. Bland, *Recent Events and Present Policies in China* (Londres, 1912).
120. F. H. H. King, *The Hong Kong Bank in the Period of Imperialism and War, 1875–1918* (Cambridge, 1988), p. 348.
121. C.-K. Leung, *China: Railway Patterns and National Goals* (Hong Kong, 1980), p. 39.
122. C. Tsuzuki, *The Pursuit of Power in Modern Japan 1825–1995* (Oxford, 2000), p. 104.
123. P. Duus, R. Myers e M. Peattie (org.), *Japanese Informal Empire in China, 1895–1937* (Princeton, 1989), p. xxxiii.
124. A. Iriye, *Pacific Estrangement: Japanese and American Expansion, 1897–1911* (Cambridge, Mass., 1972), p. 221.
125. J. O. P. Bland a C. Addis, 23 Set. 1907, Thomas Fisher Library, University of Toronto, J. O. P. Bland MSS, caixa 23.
126. T. Yokoyama, *Japan in the Victorian Mind* (Basingstoke, 1987), cap. 8.

127. A. Iriye, «Japan's Drive to Great Power Status», in M. B. Jansen (org.), *The Cambridge History of Japan*, vol. 5: *The Nineteenth Century* (Cambridge, 1989), pp. 738ff.
128. A. Waswo, *Modern Japanese Society, 1868–1994* (Oxford, 1996), p. 60.
129. Ver K. Sugihara, «Patterns of Asia's Integration into the World Economy, 1888–1913», in Fischer e McInnis (org.), *World Economy*, parte 2.
130. Tsuzuki, *Pursuit of Power*, p. 195.
131. C. Howe, *The Origins of Japanese Trade Supremacy* (Londres, 1996), pp. 148, 157, 197–9, para as dificuldades do Japão antes da guerra.
132. J. Ch'en, *Yuan Shih-kai, 1859–1916* (Londres, 1961), cap. 9.
133. M. E. Meeker, *A Nation of Empire: The Ottoman Legacy of Turkish Modernity* (Berkeley, Los Angeles e Londres, 2002), pp. 276–7.
134. Ver Eugene Rogan, *Frontiers of the State in the Late Ottoman Empire: Transjordan 1850–1921* (Cambridge, 1999).
135. Ver D. Quataert, «The Age of Reforms, 1812–1914», in H. Inalcik e D. Quataert (org.), *An Economic and Social History of the Ottoman Empire 1300–1914* (Cambridge, 1994), p. 872.
136. *Ibid.*, pp. 910–28.
137. J. McCarthy, *Death and Exile: The Ethnic Cleansing of Ottoman Muslims, 1821–1922* (Princeton, 1995), pp. 135–6.
138. Citado em M. S. Hanioglu, *Preparations for a Revolution: The Young Turks, 1902–1908* (Oxford, 2001), p. 65.
139. Este relato baseia-se em E. Abrahamian, *Iran between Two Revolutions* (Princeton, 1982), pp. 57–111.
140. A. T. Wilson, *South West Persia: Letters and Diary of a Young Political Officer, 1907–1914* (Londres, 1942), p. 189.
141. Memorando de Sir E. Grey ao embaixador russo, 10 de Junho de 1914, in Gooch e Temperley (org.), *British Documents*, vol. 10, pp. 798–800; Buchanan a Grey, 21 de junho de 1914, *ibid.*, pp. 804–5.
142. Memorando de Sazonov, *ibid.*, pp. 816–20.
143. W. M. Shuster, *The Strangling of Persia: A Record of European Diplomacy and Oriental Intrigue* (Londres, 1912).

Capítulo 7: A Caminho da Crise Mundial, 1914–1942

1. O diagnóstico clássico deste espírito atávico foi do economista austríaco J. A. Schumpeter, no seu ensaio sobre a «Sociology of Imperialism» (1919). Ver tradução inglesa em F. M. Sweezy (org.), *Imperialism and Social Classes* (Londres, 1951).
2. A melhor análise da época é H. Wickham Steed, *The Hapsburg Monarchy* (Londres, 1913). Steed passou dez anos na Áustria-Hungria como correspondente do *Times*, e foi mais tarde editor de assuntos estrangeiros e redator deste jornal.
3. H. Strachan, *The First World War: To Arms* (Oxford, 2001), p. 62.
4. A literatura sobre a eclosão da guerra é abundante. Podemos seguir as avaliações dos governos das

grandes potências em V. Berghahn, *Germany and the Approach of War in 1914* (Londres, 1974); J. Keiger, *France and the Origins of the First World War* (Londres, 1983); D. Lieven, *Russia and the Origins of the First World War* (Londres, 1983); S. Williamson, *Austria–Hungary and the Origins of the First World War* (Londres, 1991); Z. Steiner, *Britain and the Origins of the First World War* (Londres, 1977). I. Geiss, *The July Crisis: The Outbreak of the First World War: Selected Documents* (Londres, 1967) oferece um relato pormenorizado da aproximação final da guerra. Strachan, *The First World War* oferece uma excelente síntese.

5. *Grundzüge der Weltpolitik in der Gegenwart* de Riezler foi publicado em Munique em 1914.

6. Ver V. G. Liulevicius, *War Land on the Eastern Front: Culture, National Identity and German Occupation in the First World War* (Cambridge, 2000); A. Zweig, *The Case of Sergeant Grischa* (trad. ing., Nova Iorque, 1928) é um retrato semificcional fascinante do «Ober Ost». Para uma descrição geral da guerra no Leste, N. Stone, *The Eastern Front 1914–1917* (Londres, 1975).

7. B. Pares, *The Fall of the Russian Monarchy: A Study of the Evidence* (Nova Iorque, 1939), p. 476.

8. H. Seton-Watson, *The Russian Empire 1801–1917* (Oxford, 1967), p. 653.

9. A correspondência de Lord Milner, então o principal diretor da grandiosa estratégia britânica, mostra como eram verdadeiros estes receios. A semelhança com as ideias de Halford Mackinder (expostas depois da guerra no seu *Democratic Ideals and Reality* (Londres, 1919)) não é acidental: Mackinder fazia parte do círculo de Milner.

10. As decisões da Comissão Oriental do Ministério da Guerra podem ser acompanhadas em J. Darwin, *Britain, Egypt and the Middle East: Imperial Policy in the Aftermath of War* (Londres, 1981), cap. 6.

11. Os pormenores podem ser acompanhados em W. R. Louis, *Great Britain and Germany's Lost Colonies* (Oxford, 1967).

12. Para a crise no Egito e o seu desfecho, E. Kedourie, «Saad Zaghloul and the British», in *The Chatham House Version* (Londres, 1970); Darwin, *Britain, Egypt and the Middle East*, cap. 3, 4, 5; J. Beinin e Z. Lockman, «1919: Labour Upsurge and National Revolution», in A. Hourani, P. S. Houry e M. C. Wilson (org.), *The Modern Middle East* (Londres, 1993), pp. 395–428.

13. A. Hourani, *Arabic Thought in the Liberal Age 1798–1939* (Londres, 1962; repr. Cambridge, 1983), p. 276.

14. Ver M. Llewellyn Smith, *Ionian Vision: Greece in Asia Minor 1919–1922* (Londres, 1973).

15. Para um relato da crise, D. Walder, *The Chanak Affair* (Londres, 1969).

16. As consequências humanas da guerra e o tratado são abordados em J. McCarthy, *Death and Exile: The Ethnic Cleansing of Ottoman Muslims 1821–1922* (Princeton, 1995), cap. 7.

17. Uma retirada britânica total do Iraque foi energeticamente debatida em conselho de ministros em 1923. O primeiro-ministro da altura, Andrew Bonar Law, apoiava a iniciativa.

18. Para a construção do Estado de Atatürk, B. Lewis, *The Emergence of Modern Turkey* (Londres, 1961); A. Mango, *Atatürk* (Londres, 1999); M. E. Meeker, *A Nation of Empire: The Ottoman Legacy of Turkish Modernity* (Berkeley, Los Angeles e Londres, 2002). Para a reconstrução do Irão por Reza Xá, E. Abrahamian, *Iran between Two Revolutions* (Princeton, 1982), pp. 118–65. Ver A. T. Wilson, *Persia* (Londres, 1932), p. 307, para o enorme aumento do valor das exportações de petróleo. M. E. Yapp, *The Near East since the First World War* (Londres, 1991) é uma excelente descrição geral.

19. Para o aumento da insatisfação entre os muçulmanos indianos, F. C. R. Robinson, *Separatism among Indian Muslims: The Politics of the United Provinces Muslims, 1860–1923* (Cambridge, 1974);

- Jacob M. Landau, *The Politics of Pan-Islam: Ideology and Organization* (Oxford, 1990), pp. 182–215; M. Hasan, *Mahomed Ali: Ideology and Politics* (Deli, 1981). Mahomed Ali esteve preso por perturbação da ordem pública até 1919.
20. O melhor relato do massacre de Amritsar é hoje N. Collet, *The Butcher of Amritsar* (Londres, 2006) – apesar do título, é um estudo subtil e erudito.
21. Para o início da carreira política de Gandhi e para o movimento de 1919, J. M. Brown, *Gandhi's Rise to Power* (Cambridge, 1972); R. Kumar (org.), *Essays in Gandhian Politics* (Oxford, 1971).
22. D. A. Low, «The Government of India and the First Non-Cooperation Campaign, 1920–22», in Kumar (org.), *Gandhian Politics*; D. Page, *Prelude to Partition: The Indian Muslims and the Imperial System of Control 1920–1932* (Deli, 1982).
23. Estas manobras inquietas podem ser acompanhadas em B. R. Tomlinson, *The Indian National Congress and the Raj* (Londres, 1976).
24. Ver Zhang Yongjin, *China in the International System, 1918–1920: The Middle Kingdom at the Periphery* (Londres, 1991).
25. A. J. Nathan, *Peking Politics 1918–1923* (Londres, 1976).
26. A. Waldron, «The Warlord: Twentieth Century Chinese Understandings of Violence, Militarism and Imperialism», *American Historical Review* 96, 4 (1991), pp. 1073–1100; para uma visão geral, Hsi-Sheng Ch'i, *Warlord Politics in China* (Stanford, 1976); para o estudo de um caso provincial, Angus W. McDonald, *The Urban Origins of Rural Revolution: Elites and the Masses in Hunan Province, China, 1911–1927* (Berkeley, Los Angeles e Londres, 1978).
27. H. B. Morse e H. F. MacNair, *Far Eastern International Relations* (2ª ed., Cambridge, Mass., 1931), p. 581.
28. *Ibid.*, pp. 581–3.
29. Ver Jerome B. Grieder, *Intellectuals and the State in Modern China* (Nova Iorque, 1981), pp. 214–26.
30. Yongjin, *China in the International System*, p. 184.
31. Para uma expressão clássica desta visão, ver memorando de Sir B. Alston (ministro britânico em Pequim), 1 Ago. 1920, in R. Butler, J. P. T. Bury e M. Lambert (org.), *Documents on British Foreign Policy 1919–1939*, 1.ª série, vol. 14 (Londres, 1966), pp. 81–6.
32. Y. T. Matsusaka, *The Making of Japanese Manchuria 1904–1932* (Cambridge, Mass., 2001), pp. 242ff.
33. C. Tsuzuki, *The Pursuit of Power in Modern Japan 1825–1995* (Oxford, 2000), pp. 210, 217.
34. Matsusaka, *Japanese Manchuria*, p. 206.
35. Tsuzuki, *Pursuit of Power*, pp. 206, 236–7.
36. Ver C. Howe, *The Origins of Japanese Trade Supremacy* (Londres, 1996), p. 381, para os efeitos dos boicotes chineses sobre as exportações de têxteis do Japão.
37. J. O. P. Bland, *China: The Pity of It* (Londres, 1931), p. 40.
38. Para a carreira de Sun, H. Z. Schiffrin, *Sun Yat-sen: Reluctant Revolutionary* (Boston, 1980).
39. Para as vidas perigosas destes 400 sovietsniki, ver D. N. Jacobs, *Borodin: Stalin's Man in China* (Cambridge, Mass., 1981).
40. Para uma análise que salienta a influência limitada do Partido Comunista, Ming K. Chan, «The Realpolitik and Legacy of Labour Activism and Popular Mobilisation in 1920s Greater Canton», in

- M. Leutner, R. Felber, M. L. Titarenko e A. M. Grigoriev (org.), *The Chinese Revolution in the 1920s: Between Triumph and Disaster* (Londres, 2002), pp. 187–221.
41. Para um excelente estudo deste processo, Hans van der Ven, *War and Nationalism in China 1925–1945* (Londres, 2003), cap. 2.
42. Ch’i, *Warlord Politics*, pp. 223–4; Waldron, «The Warlord», pp. 1075ff.
43. Para a política britânica em relação ao desafio representado pelo nacionalismo chinês, E. K. S. Fung, *The Diplomacy of Imperial Retreat* (Hong Kong, 1991); Chan Lan Kit-Ching, *China, Britain and Hong Kong 1895–1945* (Hong Kong, 1991). Existiram várias divergências entre as opiniões do governador colonial em Hong Kong e os seus colegas diplomatas em Pequim Peking e Londres.
44. Van der Ven, *War and Nationalism*, cap. 2.
45. R. Overy, *The Dictators: Hitler’s Germany, Stalin’s Russia* (Londres, 2004), p. 445.
46. Jeremy Smith, *The Bolsheviks and the National Question 1917–1923* (Londres, 1999), p. 98.
47. Ver R. Ullman, *The Anglo-Soviet Accord* (Londres, 1972), caps. 10 e 11.
48. O estudo clássico deste processo é R. Pipes, *The Formation of the Soviet Union: Communism and Nationalism 1917–1923* (ed. rev., Cambridge, Mass., 1964).
49. Para uma descrição desta fase da sua carreira, ver R. Service, *Stalin* (Londres, 2004).
50. Estaline a Lenine, 22 Set. 1922, in J. Smith, *Bolsheviks and the National Question*, p. 183.
51. *Ibid.*, pp. 93–4.
52. Estaline a Lenine, 22 Set. 1922.
53. Ver F. P. Walters, *The History of the League of Nations* (Londres, 1952) para uma descrição geral da Sociedade.
54. B. Eichengreen, «Twentieth-Century US Foreign Financial Relations», in S. L. Engerman e R. E. Gallman (org.), *The Cambridge Economic History of the United States*, vol. 3: *The Twentieth Century* (Cambridge, 2000), pp. 476–7.
55. Ver D. F. Fleming, *The United States and the League of Nations 1918–1920* (Nova Iorque, 1932), pp. 122–43.
56. Para as opiniões do influente geógrafo Isaiah Bowman, N. Smith, *American Empire: Roosevelt’s Geographer and the Prelude to Globalization* (Londres, 2003), pp. 184–8.
57. Ver A. Iriye, *The Cambridge History of American Foreign Relations*, vol. 3: *The Globalising of America* (Cambridge, 1995).
58. Ver C. Thorne, *The Limits of Power: The West, the League and the Far Eastern Crisis of 1931–1933* (Londres, 1972).
59. Ver B. McKercher, *Transition of Power: Britain’s Loss of Global Preeminence to the United States 1930–1945* (Cambridge, 1999).
60. Overy, *Dictators*, p. 398.
61. Service, *Stalin*, p. 325.
62. Overy, *Dictators*, p. 561.
63. J. Haslam, *The Soviet Union and the Threat from the East* (Londres, 1992), p. 28: em 1933 a URSS já tinha 200 000 soldados na Sibéria Oriental.
64. J. Spence, *In Search of Modern China* (Londres, 1990), p. 382.
65. Para a política americana, S. K. Hornbeck, *The Diplomacy of Frustration: The Manchurian Crisis*

- of 1931–1933 as Revealed in the Papers of Stanley K. Hornbeck (Stanford, 1981).
66. Van der Ven, *War and Nationalism*, p. 131.
67. A. Best, *British Intelligence and the Japanese Challenge in Asia 1914– 1941* (Basingstoke, 2002), p. 89.
68. Ver Matsusaka, *Japanese Manchuria*, pp. 281–8.
69. Para uma análise recente, *ibid.*, pp. 378–9.
70. Ver Van der Ven, *War and Nationalism*, pp. 188ff.
71. Ver Tim Rooth, *British Protectionism and the International Economy: Overseas Commercial Policy in the 1930s* (Cambridge, 2002).
72. Para a *Grossraumwirtschaft* alemã na Europa de Leste depois de 1934, A. Basch, *The Danube Basin and the German Economic Sphere* (Londres, 1944), cap. 11, 16; E. A. Radice, «The German Economic Programme in Eastern Europe», in M. Kaiser (org.), *The Economic History of Eastern Europe 1919–1975* (Oxford, 1986), vol. 2, pp. 300–301.
73. Os artigos de algodão e seda constituíam mais de metade das exportações do Japão. Howe, *Trade Supremacy*, p. 121.
74. *Ibid.*, pp. 215–18; I. Inkster, *Japanese Industrialisation: Historical and Cultural Perspectives* (Londres, 2001), pp. 97–116.
75. Para um estudo geral, H. James, *The End of Globalisation* (Londres, 2001).
76. Ver L. Viola, *Peasant Rebels under Stalin: Collectivization and the Culture of Peasant Resistance* (Nova Iorque, 1996).
77. Ver J. Z. Muller, *The Other God that Failed* (Princeton, 1987); H. Lehmann e J. J. Sheehan (org.), *An Interrupted Past: German-Speaking Refugee Historians in the United States after 1933* (Cambridge, 1991) para a carreira intelectual do sociólogo Hans Freyer; H. Lehmann e J. van H. Melton, *Paths of Continuity: Central European Historiography from the 1930s to the 1950s* (Cambridge, 1994) para as simpatias nazis de alguns historiadores; M. Malia, *Russia under Western Eyes* (Cambridge, Mass., 1999), pp. 325ff.
78. Ver H. Harootunian, *Overcome by Modernity: History, Culture and Community in Inter-war Japan* (Princeton, 2000) para um estudo fascinante desta ansiedade.
79. Estas ideias constituem o tema do ensaio de John Lonsdale, «The Moral Economy of Mau Mau: Wealth, Poverty and Civic Virtue in Kikuyu Political Thought», in B. Berman e J. Lonsdale, *Unhappy Valley: Conflict in Kenya and Africa*, livro 2: *Ethnicity and Violence* (Londres, 1992).
80. J. Kenyatta, *Facing Mount Kenya* (Londres, 1938), p. 318.
81. Ver, por exemplo, M. J. Bonn, *The Crumbling of Empire: The Disintegration of World Economy* (Londres, 1938).
82. Para o estado de espírito dos «Shanghailanders», R. Bickers, *Empire Made Me: An Englishman Adrift in Shanghai* (Londres, 2003), cap. 7, 9.
83. Ver a sua carta a Gandhi, 28 Abr. 1938, in J. Nehru, *A Bunch of Old Letters* (Bombaim, 1958), pp. 276–7.
84. Um tratado anglo-egípcio, segundo esta linha de pensamento, acabou por ser assinado em 1936.
85. Ver Page, *Prelude to Partition* e Tomlinson, *The Indian National Congress and the Raj*, para as manobras sinuosas da política britânica e indiana.
86. N. Tarling (org.), *The Cambridge History of Southeast Asia*, vol. 3: *From c.1800 to the 1930s* (ed.

- de bolso, Cambridge, 1999), pp. 269–70, 276. Para o policiamento «político» na Índia, D. Arnold, *Police Power and Colonial Rule: Madras 1859–1947* (Nova Deli, 1986), cap. 6.
87. A. D. Roberts, «The Imperial Mind», in A. D. Roberts (org.), *The Cambridge History of Africa*, vol. 7: *From 1905 to 1940* (Cambridge, 1986), pp. 24–76.
88. Para a aplicação desta abordagem na Nigéria do período entre as guerras, ver o memorando de setembro de 1939 do seu governador, Sir Bernard Bourdillon, in A. F. Madden e J. Darwin (org.), *The Dependent Empire 1900–1948*, vol. 7: *Colonies, Protectorates and Mandates: Select Documents on the Constitutional History of the British Empire and Commonwealth* (Westport, Conn., 1994), pp. 705–9.
89. L. A. Sherwani, *Speeches, Writings and Statements of Iqbal* (Lahore, 1944), pp. 3–26.
90. Publicado em 1923. Savarkar tornou-se presidente da Hindu Mahasabha em 1937.
91. S. Bayly, *Caste, Society and Politics in India* (Cambridge, 1999), p. 262, n. 65.
92. Esta ideia foi exposta pela primeira vez num famoso ensaio de J. Gallagher e R. Robinson, «The Imperialism of Free Trade», *Economic History Review*, New Series, 6, 1 (1953), pp. 1–15.
93. Hitler deixou isso bem claro no seu *Mein Kampf*.
94. Esta opinião foi expressa na conceituada revista de negócios americana. Ver *Fortune*, julho 1940, p. 136.
95. Citado em G. L. Weinberg, *A World at War: A Global History of World War Two* (Cambridge, 1994), p. 118.
96. E. Staley, «The Myth of the Continents», publicado em *Foreign Affairs*, abril 1941; reimpr. in H. Weigert e V. Stefansson (org.), *The Compass of the World* (Londres, 1943).
97. Ver A. Iriye, *China and Japan in the Global Setting* (Cambridge, Mass., 1992), pp. 78–80.
98. Y. Kibata, *Anglo-Japanese Relations in the 1930s and 1940s* (Londres, 1982).
99. A Iriye, «The Failure of Military Expansionism», in S. Large (org.), *Showa Japan: Political, Economic and Social History 1926–1989*, vol. 1: *1926–1941* (Londres, 1998), pp. 213–15, 223, 226–7.
100. I. Cowman, *Dominion or Decline: Anglo-American Naval Relations in the Pacific 1937–1941* (Oxford, 1996), pp. 85, 88, 93–4.
101. M. Roseman, *The Villa, the Lake, the Meeting: Wannsee and the Final Solution* (Londres, 2004), p. 107.
102. *Ibid.*, p. 101.

Capítulo 8: Impérios Renegados

1. Esta desorientação é evocada de forma brilhante em Czeslaw Milosz, *The Captive Mind* (1953; ed. de bolso Harmondsworth, 1980), pp. 26–7.
2. L. Barnes (Harmondsworth, 1944).
3. Esse era o objetivo de W. K. Hancock, *Argument of Empire*, publicado em edição de bolso na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos em 1942. Para o contexto mais vasto, Suke Wolton, *Lord Hailey, the Colonial Office and the Politics of Race and Empire in the Second World War: The Loss of White Prestige* (Londres, 2000).
4. Ver O. A. Westad, *Cold War and Revolution: Soviet–American Rivalry and the Origins of the Chinese Civil War* (Nova Iorque, 1993), pp. 177–8.

5. Ver D. C. Engerman, *Modernization from the Other Shore* (Cambridge, Mass., 2003), pp. 262–9.
6. Ver H. W. van den Doel, *Het Rijk van Insulinde* (Amsterdão, 1996), pp. 284, 286.
7. Citado em Wm Roger Louis e Ronald Robinson, «The Imperialism of Decolonisation», *Journal of Imperial and Commonwealth History* 22, 3 (1994), p. 468.
8. Para a preocupação britânica com a perspectiva do «Império Asiático da China Moderna» – o tema de um memorando do Ministério da Índia – Lanxin Xiang, *Recasting the Imperial Far East: Britain and America in China 1945–1950* (Armonk, NY, 1995), p. 32.
9. Westad, *Cold War and Revolution*, pp. 173–4.
10. Para a melhor análise destes assuntos, Hans van der Ven, *War and Nationalism in China 1925–1945* (Londres, 2003), cap. 7.
11. Segundo a «diretiva de 4 de maio» de 1946, as terras seriam confiscadas aos proprietários e distribuídas pelos camponeses. Ver *Selected Military Writings of Mao Tse-tung* (Pequim, 1963), pp. 322–4.
12. C. Howe, *The Origins of Japanese Trade Supremacy* (Londres, 1996), p. 403.
13. D. Norman (org.), *Nehru: The First Sixty Years* (2 vols., Londres, 1965), vol. 2, p. 452.
14. Westad, *Cold War and Revolution*, p. 167.
15. «A época de Vasco da Gama» é uma expressão de K. M. Pannikar. Ver o seu *Asia and Western Dominance* (Londres, 1953), pp. 13–17.
16. Ver R. Foot e J. Brown (org.), *Hong Kong's Transitions* (Londres, 1997).
17. Para a lista completa, *Keesing's Contemporary Archives, 1955*, p. 14181.
18. Para o texto destes discursos, *Keesing's Contemporary Archives 1955*, pp. 14181ff.; G. Kahin, *The Asian–African Conference at Bandung, Indonesia, April 1955* (Ithaca, NY, 1956).
19. A influente tese de Chalmers Johnson, *Peasant Nationalism and Communist Power* (Stanford, 1962).
20. Ver S. Pepper, «The Political Odyssey of an Intellectual Construct: Peasant Nationalism and the Study of China's Revolutionary History – a Review Essay», *Journal of Asian Studies* 63, 1 (2004), pp. 105–25.
21. O. A. Westad, *Decisive Encounters: The Chinese Civil War 1946–1950* (Stanford, 2003), p. 323.
22. Qiang Zhai, *China and the Vietnam Wars 1950–1975* (Chapel Hill, NC, 2000), pp. 20, 43–9.
23. *Ibid.*, pp. 82–3.
24. O pensamento de Mao é examinado em J. D. Armstrong, *Revolutionary Diplomacy: Chinese Foreign Policy and the United Front Doctrine* (Berkeley e Londres, 1977), cap. 3.
25. John Dower, *Embracing Defeat: Japan in the Aftermath of World War Two* (Harmondsworth, 1999).
26. *Ibid.*, p. 206.
27. C. Tsuzuki, *The Pursuit of Power in Modern Japan 1825–1995* (Oxford, 2000), p. 357.
28. Dower, *Embracing Defeat*, pp. 249, 560.
29. Para um estudo recente, J. M. Brown, *Nehru* (Londres, 2004).
30. Ver J. Rizvi, *Trans-Himalayan Caravans: Merchant Princes and Peasant Traders in Ladakh* (Nova Deli, 1999), cap. 1.
31. O estudo de referência é N. Maxwell, *India's China War* (Londres, 1970).

32. D. Kumar (org.), *The Cambridge Economic History of India*, vol. 2: c.1757–c.1970 (Cambridge, 1982), pp. 972–3.
33. Westad, *Decisive Encounters*, p. 320.
34. A trajetória da política britânica pode ser acompanhada nos documentos publicados em H. Tinker (org.), *Constitutional Relations between Britain and Burma: The Struggle for Independence 1944–1948* (2 vols., Londres, 1983–4).
35. Para a política americana relativamente ao nacionalismo indonésio, *Foreign Relations of the United States [FRUS] 1948*, vol. 6: *The Far East and Australasia* (Washington, 1974), sobretudo Secretário de Estado Interino para o embaixador americano em Moscovo, 30 Dez. 1948, pp. 613ff; e *FRUS 1949*, vol. 7: *The Far East and Australasia* (Washington, 1975), sobretudo Secretário de Estado Interino, conversa com embaixador holandês, 11 Jan. 1949 (ameaçando interromper o auxílio económico americano), p. 139.
36. Ver S. Tonnesson, «National Divisions in Indochina’s Decolonization», in P. Duara (org.), *Decolonization: Perspectives from Now and Then* (Londres, 2004), p. 262; E. Miller, «Vision, Power and Agency: The Ascent of Ngo Dinh Diem, 1945–54», *Journal of Southeast Asian Studies* 35, 3 (2004), pp. 437–40.
37. Nota de Dean Acheson, 20 maio 1949, in *FRUS 1949*, vol. 7, p. 29.
38. Para a análise de Diem, Miller, «Vision, Power and Agency»; Tonnesson, «Indochina’s Decolonization»; D. Duncanson, *Government and Revolution in Vietnam* (Londres, 1968), cap. 5.
39. Para as tensões entre a Malásia e a Indonésia antes e depois da independência, Joseph Chinyong Liow, «Tunku Abdul Rahman and Malaya’s Relations with Indonesia 1957–1960», *Journal of Southeast Asian Studies* 36, 1 (2005), pp. 87–109.
40. Para a melhor descrição da política britânica, W. R. Louis, *The British Empire in the Middle East 1945–1951: Arab Nationalism, the United States, and Postwar Imperialism* (Oxford, 1984).
41. Para essa estimativa, W. B. Fisher, *The Middle East: A Physical, Social and Regional Geography* (Londres, 1950), p. 249.
42. Ghada Hashem Talhani, *Palestine and Egyptian National Identity* (Nova Iorque, 1992), p. 9.
43. P. Seale, *The Struggle for Syria: A Study of Post-War Arab Politics 1945–1958* (Londres, 1966); A. Rathmell, *Secret War in the Middle East: The Covert Struggle for Syria 1949–1961* (Londres, 1995); P. Seale, «Syria», in Y. Sadiq e A. Shlaim (org.), *The Cold War and the Middle East* (Oxford, 1997); M. Ma’oz, «Attempts to Create a Political Community in Syria», in I. Pappe e M. Ma’oz, *Middle East Politics and Ideas: The History from Within* (Londres, 1997).
44. M. J. Cohen, *Palestine and the Great Powers 1945–1948* (Princeton, 1982) é o estudo de referência.
45. H. Batatu, *The Old Social Classes and the Revolutionary Movements of Iraq* (Princeton, 1978), pp. 470–72, 545–66, 680.
46. Talhani, *Palestine*, pp. 48–50.
47. Para uma análise recente, ver R. McNamara, *Britain, Nasser and the Balance of Power in the Middle East 1952–1967* (Londres, 2003), cap. 3.
48. Essa era a opinião do embaixador britânico no Cairo em julho de 1954. Ver James Jankowski, *Nasser’s Egypt, Arab Nationalism and the United Arab Republic* (Boulder, Colo., 2002), p. 56.
49. Rathmell, *Secret War*, cap. 4.
50. O estudo de referência é K. Kyle, *Suez* (Londres, 1991).

51. Para o destino político de Eden, D. Carlton, *Anthony Eden* (Londres, 1981).
52. Ver Rathmell, *Secret War*, pp. 160–62; Abdulaziz A. al-Sudairi, *A Vision of the Middle East: An Intellectual Biography of Albert Hourani* (Londres, 1999), pp. 98–100; Fouad Ajami, «The End of Pan-Arabism», *Foreign Affairs*, inverno 1978/9.
53. Para o fortalecimento da «relação especial» dos Estados Unidos com Israel a partir de finais dos anos 50, D. Little, «The Making of a Special Relationship: The United States and Israel 1957–1968», *International Journal of Middle East Studies* 25, 4 (1993), pp. 563–85; G. M. Steinberg, «Israel and the United States: Can the Special Relationship Survive the New Strategic Environment?», *Middle East Review of International Affairs* 2, 4 (1998).
54. Ver A. Sampson, *The Seven Sisters: The Great Oil Companies and the World They Made* (Londres, 1975).
55. «Arab Predicament», título do influente estudo de Fouad Ajami (Londres, 1981).
56. Para o início da crise, E. Abrahamian, *Iran between Two Revolutions* (Princeton, 1982), cap. 5. Para a Anglo-Iranian, J. Bamberg, *The History of the British Petroleum Company*, vol. 2: *The Anglo-Iranian Years 1928–1954* (Cambridge, 1994).
57. Para a visão americana, ver por exemplo Rowntree a McGhee, 20 Dez. 1950, in *FRUS 1950*, vol. 5: *The Near East, South Asia and Africa* (Washington, 1978), p. 634. Para a política britânica, Louis, *The British Empire in the Middle East*, pp. 632–89.
58. Para um estudo recente do golpe de 1953, M. J. Gasiorowski e M. J. Byrne (org.), *Mohammad Mosaddeq and the 1953 Coup in Iran* (Syracuse, NY, 2004), «Conclusion». Para o domínio dos proprietários rurais e o seu impacto, Abrahamian, *Iran*, pp. 378–82.
59. J. R. T. Wood, *The Welensky Papers* (Durban, 1982) continua a ser o melhor relato.
60. O número de colonos brancos em Angola e Moçambique, os principais territórios africanos de Portugal, aumentou de 67 000 em 1940 para 300 000 em 1960. Ver A. J. Telo, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo* (Lisboa, 1994), p. 267.
61. Ver o memorando do governador da Nigéria em setembro de 1939, CO 583/244/30453, impresso em A. F. Madden e J. Darwin (org.), *The Dependent Empire 1900–1948*, vol. 7: *Colonies, Protectorates and Mandates: Select Documents on the Constitutional History of the British Empire and Commonwealth* (Westport, Conn., 1994), pp. 705ff.
62. Para as origens desta visão, D. A. Low e J. Lonsdale, «Towards the New Order», in D. A. Low e A. Smith (org.), *History of East Africa*, vol. 3 (Oxford, 1976), pp. 1–63.
63. Para as estratégias acessíveis aos governos coloniais, J. Darwin, «The Central African Emergency, 1959», in R. F. Holland (org.), *Emergencies and Disorders in the European Colonial Empires after 1945* (Londres, 1994).
64. Ver J. Lonsdale, «The Moral Economy of Mau Mau: Wealth, Poverty and Civic Virtue in Kikuyu Political Thought», in B. Berman e J. Lonsdale, *Unhappy Valley: Conflict in Kenya and Africa*, livro 2: *Ethnicity and Violence* (Londres, 1992), pp. 265–504.
65. Para um estudo recente da aplicação da «emergência» no Quênia, D. Anderson, *Histories of the Hanged* (Londres, 2005). C. Elkins, *Britain's Gulag* (Londres, 2005) oferece um relato mais veemente.
66. O melhor relato continua a ser Crawford Young, *Politics in the Congo: Decolonization and Independence* (Princeton, 1965).
67. Para as circunstâncias, ver Ludo de Witte, *The Assassination of Lumumba* (trad. ing. Londres, 2001).

68. Ver Colin Legum, *Congo Disaster* (publicado como edição especial da Penguin, Harmondsworth, 1961).
69. Os problemas que os governos pós-coloniais em África tiveram de enfrentar são muito bem explicados em dois estudos recentes: P. Chabal e J.-P. Daloz, *Africa Works: Disorder as Political Instrument* (Oxford, 1999); J.-F. Bayart, S. Ellis e B. Hibou, *The Criminalization of the State in Africa* (Oxford, 1999).
70. Ver J. Zasloff, «Law and the Shaping of American Foreign Policy: From the Gilded Age to the New Era», *New York University Law Review* 78, 30 (2003), pp. 101–288. Devo esta referência a Andrew Hurrell.
71. D. Lake, *Entangling Relations: American Foreign Policy in its Century* (Princeton, 1999), p. 102.
72. Para esta análise, *ibid.*, p. 193.
73. Sem o controlo do resto da Micronésia, o valor de Guam seria anulado. Ver W. Price, *Japan's Islands of Mystery* (Londres, 1944), pp. 46–54.
74. Ver G. Lundestad, *The American 'Empire'* (Londres, 1990).
75. H. van der Wee, *Prosperity and Upheaval: The World Economy 1945– 1980* (Londres, 1986), tabela 30.
76. *Ibid.*, p. 451.
77. Para estas estimativas, D. Filtzer, *Soviet Workers and Late Stalinism: Labour and the Restoration of the Stalinist System after World War Two* (Cambridge, 2002), p. 13.
78. *Ibid.*, p. 246.
79. *Ibid.*, p. 25.
80. Ver P. Gregory, *The Political Economy of Stalinism: Evidence from the Soviet Secret Archives* (Cambridge, 2004), pp. 243–4.
81. L. Sondhaus, *Navies in the Modern World* (Londres, 2004), p. 242.
82. Ver memorando de Secretário de Estado Rusk para o Presidente Kennedy, 1 Fev. 1961, in *FRUS 1961–63*, vol. 20: *The Congo Crisis* (Washington, 1994).
83. D. Holden e R. Johns, *The House of Saud* (Londres, 1981), pp. 232–41.
84. B. Pockney, «Soviet Trade with the Third World», in E. J. Feuchtwanger e P. Nailor (org.), *The Soviet Union and the Third World* (Londres, 1981), pp. 70, 72–3.
85. S. Bruchey, *Enterprise: The Dynamic Economy of a Free People* (Londres, 1990), p. 509.
86. Ver K. Dawisha, «The Soviet Union in the Middle East», in Feuchtwanger e Nailor (org.), *The Soviet Union and the Third World*, pp. 123–6.
87. Ver C. Legum, *After Angola: The War over Southern Africa* (Londres, 1976).
88. *The Times*, 10 de outubro de 1980.
89. P. Lettow, *Ronald Reagan and his Quest to Abolish Nuclear Weapons* (Nova Iorque, 2005), p. 127. O orador era George Shultz, Secretário de Estado entre 1982 e 1989.
90. As despesas militares na África subsariana representavam 0,7% do PIB em 1960, mas em 1990 já tinham quintuplicado (*The Times*, 28 de junho de 1993, p. 42). Para uma análise mais geral, W. J. Foltz e H. Bienen, *Arms and the African: Military Influences on Africa's International Relations* (New Haven, 1985).
91. Ver «Britain Joins SE Asia Exercise as Fears of Soviet Naval Power Grow», *The Times*, 7 de maio

de 1985; Sondhaus, *Navies in the Modern World*, p. 262.

92. Ver G. I. Khanin, «The 1950s – the Triumph of the Soviet Economy», *Europe–Asia Studies* 55, 8 (2003), pp. 1187–1218; H. Ticktin, «Soviet Studies and the Collapse of the USSR: In Defence of Marxism», in M. Cox (org.), *Rethinking the Soviet Collapse* (Londres, 1998), p. 89.

93. Ver Robert J. Art, *A Grand Strategy for America* (Londres, 2003), pp. 20–26.

94. S. L. Engerman e R. E. Gallman (org.), *The Cambridge Economic History of the United States*, vol. 3: *The Twentieth Century* (Cambridge, 2000), pp. 959–60.

95. O projeto de Gorbachev está explicado numa série de discursos publicados em *Perestroika* (trad. ing., Londres, 1987).

96. Um sentimento claramente expresso em F. Fukuyama, *The End of History and the Last Man* (Nova Iorque, 1993), cuja ideia central já fora publicada num artigo em 1989.

97. Ver Z. Brzezinski, *The Grand Chessboard: American Primacy and its Geostrategic Implications* (Nova Iorque, 1997). É manifesta a influência de escritores anteriores, sobretudo o geógrafo britânico Halford Mackinder.

98. Ver Martin Koskenniemi, *The Gentle Civiliser of Nations: The Rise and Fall of International Law 1870–1960* (Cambridge, 2002).

99. Para um exemplo representativo desta literatura «anti-império», ver Chalmers Johnson, *The Sorrows of Empire: Militarism, Secrecy and the End of the Republic* (Nova Iorque, 2004).

100. Em rigor, 29,5%. A participação do Japão era de 14%, e a da China 3,4%. Ver B. Posen, «Command of the Commons: The Military Foundations of US Hegemony», *International Security* 28, 1 (2003), p. 10, n. 14.

101. O principal argumento de Posen, «Command of the Commons».

102. Ver V. De Grazia, *Irresistible Empire: America's Advance through Twentieth-Century Europe* (Cambridge, Mass., 2005).

Capítulo 9: A Sombra de Tamerlão

1. Esse é o argumento de J. Diamond, *Guns, Germs and Steel* (Londres, 1997).

2. A ideia do «império informal» foi desenvolvida por J. Gallagher e R. Robinson num famoso ensaio, «The Imperialism of Free Trade», *Economic History Review*, New Series, 6, 1 (1953), pp. 1–15.

3. O papel de interesses particulares na produção da estagnação é elaborado por M. Olson em *The Rise and Fall of Nations: Economic Growth, Stagflation and Social Rigidities* (New Haven, 1982).

4. R. Kipling, «Recessional» (1897).

5. Ver B. Ersanli, «The Empire in the Historiography of the Kemalist Era», in F. Adanir e S. Faroqhi (org.), *The Ottomans and the Balkans: A Discussion of Historiography* (Leiden, 2002), pp. 115–54.

6. Ver S. Deringil, *The Well-Protected Domains: Ideology and the Legitimation of Power in the Ottoman Empire, 1876–1909* (Londres, 1999).

7. C. A. Bayly, *Origins of Nationality in South Asia: Patriotism and Ethical Government in the Making of Modern India* (Nova Deli, 1998), cap. 1–4.

8. Os principais defensores desta visão são D. O. Flynn e A. Giraldez. Ver o seu «Path Dependence,

- Time Lags and the Birth of Globalisation», *European Economic History Review* 8 (2004), pp. 81–108.
9. Para a insistência nas origens oitocentistas da globalização, K. H. O'Rourke e J. G. Williamson, «Once More: When Did Globalisation Begin?», *European Economic History Review* 8 (2004), pp. 109–17.
10. Ver «Growth and Development Trends 1960–2005», in *United Nations World Economic and Social Survey 2006*, p. 5, disponível na Internet: < <http://www.un.org/esa/policy/wess/wess2006files/chap1.pdf> >.
11. Ver K. Sugihara (org.), *Japan, China, and the Growth of the Asian International Economy, 1850–1949* (Oxford, 2005), «Introduction», p. 5.
12. Ver R. Findlay e K. H. O'Rourke, *Commodity Market Integration, 1500–2000*, National Bureau of Economic Research Working Paper (Boston, 2001), tabela 3.

Leituras Adicionais

Esta secção não pretende ser uma bibliografia completa das fontes usadas neste livro. Os pormenores destas encontram-se nas notas e referências que acompanham cada capítulo. O que apresento aqui é uma seleção dos livros e artigos que achei particularmente úteis, ou interessantes, e que permitirão ao leitor interessado continuar a investigar as ideias e tópicos que abordei apenas de forma concisa.

1. Geral

W. H. McNeill, *The Rise of the West* (Chicago, 1964) continua a ser a tentativa mais grandiosa até hoje de escrever uma história do mundo num único e enorme volume. Concentra-se sobretudo no mundo anterior a 1500. Está recheada de ideias perspicazes, e as suas conclusões continuam a ser pertinentes e estimulantes. Algumas das principais ideias de McNeill encontram-se expostas em *Europe's Steppe Frontier* (Londres, 1974) e *Plagues and Peoples* (Londres, 1976), que analisam a importância da doença epidémica como uma força histórica. Fernand Braudel, *Civilisation and Capitalism 15th to 18th Century*, em três volumes (trad. ing., Londres, 1981–4), é uma visão abrangente dos padrões económicos e sociais no mundo da Idade Moderna. E. L. Jones, *The European Miracle: Environments, Economies and Geopolitics in the History of Europe and Asia* (Cambridge, 1981) e Kenneth Pomeranz, *The Great Divergence: China, Europe and the Making of the Modern World Economy* (Princeton, 2000) apresentam (em parte) explicações divergentes para a primazia económica da Europa. Marshall G. S. Hodgson, *The Venture of Islam* (3 vols., Chicago, 1974) e *Rethinking World History: Essays on Europe, Islam and World History* (Cambridge, 1993), ambos publicados postumamente, proporcionam uma perspetiva da história mundial com o mundo islâmico, e não a Europa, no centro.

Owen Lattimore, *The Inner Asian Frontiers of China* (Nova Iorque, 1940) substituiu uma visão oceânica, marítima e ocidental da história chinesa por outra que realçava os imperativos da Ásia Interior. Como Hodgson e McNeill, Lattimore realça a interação de povos sedentários e nómadas, um tema brilhantemente analisado pelo historiador islâmico Ibn Khaldun (1332–1406), cuja *Muqadimah (Introdução à História Universal)* foi escrita em 1377 e traduzida para inglês em 1958 (houve uma tradução anterior para o francês). P. S. Khoury e J. Kostiner (org.), *Tribes and State Formation in the Middle East* (Londres, 1990) aplica as ideias de Khaldun à história moderna do Médio Oriente.

Entre uma abundância de obras sobre o impacto da expansão europeia sobre outras culturas e povos, destacamos Eric Wolf, *Europe and the Peoples without History* (Londres, 1982), em parte pela sua abordagem antropológica. Os leitores interessados numa análise geral do imperialismo europeu nada encontrarão que se compare às ideias contidas em J. Gallagher e R. Robinson, «The Imperialism of Free Trade», *Economic History Review*, New Series, 6, 1 (1953), pp. 1–15.

2. A Eurásia Medieval

P. Brown, *The World of Late Antiquity* (Londres, 1971) é um estudo surpreendente das origens da Eurásia medieval. R. W. Southern, *The Making of the Middle Ages* (Londres, 1953) continua a ser a

introdução mais interessante à história da Europa da Alta Idade Média. G. Duby, *The Early Growth of the European Economy* (1973; trad. ing., Ithaca, NY, 1974) deve ser comparada com a obra recente de C. Wickham, *Framing the Early Middle Ages* (Oxford, 2005). R. Bartlett, *The Making of Europe: Conquest, Colonisation and Cultural Change 950–1350* (Londres, 1993) e R. Fletcher, *The Conversion of Europe* (Londres, 1997) descrevem a construção da Europa cristã. J. Abu-Lughod, *Before European Hegemony: The World System 1250 – 1350* (Nova Iorque, 1989) e Marshall G. S. Hodgson, *The Venture of Islam* (3 vols., Chicago, 1974) apresentam visões não-eurocênticas da Eurásia medieval. A. Wink, *Al-Hind: The Making of the Indo-Islamic World*, vol. 1: *Early Mediaeval India and the Expansion of Islam, 7th–11th Centuries* (Leiden, 1996), A. Hourani, *A History of the Arab Peoples* (Londres, 1991) e D. Pipes, *Slave Soldiers and Islam* (New Haven e Londres, 1981) examinam o mundo do Islão medieval. M. Elvin, *The Pattern of the Chinese Past* (Londres, 1973), A. Waldron, *The Great Wall: From History to Myth* (Cambridge, 1990) e J. A. Fogel, *Politics and Sinology: The Case of Naito Konan, 1866–1934* (Cambridge, Mass., 1984) oferecem perspectivas fundamentais. E. O. Reischauer e J. K. Fairbank, *East Asia: The Great Tradition* (Boston, 1958) continua a ser um bom ponto de partida. V. Lieberman, *Strange Parallels: Southeast Asia in Global Context c.800–1830* (Cambridge, 2003) é um exercício fascinante de história comparada.

3. A Eurásia e a Época dos Descobrimientos

F. Braudel, *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II* (1966; trad. ing., 2 vols., Londres, 1972–3) é uma obra de mestria espantosa, uma revelação de como a história pode ser escrita. C. Cipolla, *European Culture and Overseas Expansion* (Londres, 1970) examina um assunto fundamental. J. D. Tracy (org.), *The Political Economy of Merchant Empires: State Power and World Trade 1350–1750* (Cambridge, 1991) inclui vários ensaios fascinantes. Para a expansão portuguesa, S. Subrahmanyam, *Vasco da Gama* (Londres, 1997) e *The Portuguese Empire in Asia 1500–1700* (Londres, 1993), do mesmo escritor; para a expansão espanhola, H. Kamen, *Spain's Road to Empire: The Making of a World Power* (Londres, 2002). Para a história menos conhecida da expansão russa recomendo G. V. Lantzeff e R. A. Pierce, *Eastward to Empire* (Montreal e Londres, 1973), W. C. Fuller, *Strategy and Power in Russia, 1600–1914* (Nova Iorque, 1992), M. Khodarkovsky, *Russia's Steppe Frontier: The Making of a Colonial Empire 1500–1800* (Bloomington, Ind., 2002) e A. S. Donnelly, *The Russian Conquest of Bashkiria 1552–1740* (New Haven e Londres, 1968).

Para o mundo islâmico da «Eurásia Central», H. Inalcik e D. Quataert (org.), *An Economic and Social History of the Ottoman Empire 1300–1914* (Cambridge, 1994), H. Inalcik, *The Ottoman Empire: The Classical Age, 1300–1600* (Londres, 1973), C. Kafadar, *Between Two Worlds: The Construction of the Ottoman State* (Berkeley, Los Angeles e Londres, 1995), M. Kunt e C. Woodhead, *Suleiman the Magnificent and his Age* (Londres, 1995), P. Jackson e W. Lockhart (org.), *The Cambridge History of Iran*, vol. 6: *The Timurid and Safavid Periods* (Cambridge, 1986), J. F. Richards, *The Mughal Empire* (Cambridge, 1993) e S. A. M. Adshead, *Central Asia in World History* (Londres, 1993).

A. Reid, *Southeast Asia in the Age of Commerce, 1450–1680* (2 vols., New Haven, 1988, 1993) junta a história ambiental, económica e política num espírito semelhante ao de Braudel. D. Twitchett e F. Mote (org.), *The Cambridge History of China*, vol. 8: *The Ming Dynasty, 1368–1644*, parte 2 (Cambridge, 1998) e P. J. Smith e R. von Glahn (org.), *The Song–Yuan–Ming Transition in Chinese History* (Cambridge, Mass., 2003) são obras recentes sobre a China.

4. A Eurásia da Idade Moderna

R. J. Bonney (org.), *Economic Systems and State Finance* (Oxford, 1995) trata de um aspeto fundamental da Europa do *ancien régime*. A. Sorel, *Europe and the French Revolution: The Political Traditions of the Old Regime* (1885; trad. ing., Londres, 1969) é uma introdução brilhante, mas cínica, à diplomacia europeia do século XVIII. J. de Vries e Ad van der Woude, *The First Modern Economy: Success, Failure and Perseverance of the Dutch Economy, 1500–1815* (Cambridge, 1997) explica os limites do crescimento na economia pré-industrial mais bem sucedida da Europa. L. Hughes, *Russia in the Age of Peter the Great* (Londres, 1998) avalia o impacto das reformas de Pedro, o Grande.

O contexto da atividade comercial europeia na Ásia é analisado em Holden Furber, *Rival Empires of Trade in the Orient 1600–1800* (Minneapolis, 1976; repr. Nova Deli, 2004). J. E. Wills, «Maritime Asia, 1500–1800: The Interactive Emergence of European Domination», *American Historical Review* 98, 1 (1993), pp. 83–105, é um estudo útil e mais recente. S. F. Dale, *Indian Merchants and Eurasian Trade 1600–1750* (Cambridge, 1994) lembra-nos a importância contínua do comércio terrestre. O estudo clássico das mudanças no Império Otomano é H. A. R. Gibb e H. Bowen, *Islamic Society and the West: A Study of the Impact of Western Civilisation on Moslem Culture in the Near East*, vol. 1: *Islamic Society in the Eighteenth Century* (2 partes, Londres, 1950, 1957). A desordem que se seguiu à queda dos safávidas no Irão vem descrita em J. R. Perry, *Karim Khan Zand* (Chicago, 1979). Para a ascensão do poder mogol, J. F. Richards, *The Mughal Empire* (Cambridge, 1993), Jos Gommans, *Mughal Warfare: Indian Frontiers and the Highroads to Empire 1500–1700* (Londres, 2002) e R. M. Eaton, *The Rise of Islam and the Bengal Frontier 1204–1760* (Londres, 1993).

J. Spence, *Treason by the Book* (Londres, 2001) e P. C. Perdue, *China Marches West* (Cambridge, Mass., 2005) tratam de diferentes aspetos da grande idade de ouro da China. L. Struve (org.), *The Qing Formation in World Historical Time* (Cambridge, Mass., 2004), apesar do título infeliz, inclui uma seleção valiosa de obras recentes sobre a história chinesa.

Para o Japão, C. Totman, *Early Modern Japan* (Londres, 1993) e M. Jansen, *China in the Tokugawa World* (Cambridge, Mass., 1992).

5. A Revolução Eurasiática

P. W. Schroeder, *The Transformation of European Politics 1763–1848* (Oxford, 1994) e C. A. Bayly, *Imperial Meridian* (Londres, 1988) ajudam a estabelecer o contexto geopolítico. R. J. Bonney (org.), *The Rise of the Fiscal State in Europe c. 1200–1815* (Oxford, 1999) aborda um elemento crucial da capacidade dos europeus para projetar o seu poder.

P. Bairoch, *Victoires et déboires: Histoire économique et sociale du monde du xvi siècle à nos jours* (3 vols., Paris, 1997), ainda não traduzido para inglês, oferece uma análise abrangente das mudanças económicas. O debate sobre as mudanças económicas na Grã-Bretanha pode ser seguido em P. Hudson, *The Industrial Revolution* (Londres, 1992), J. Mokyr, *The Lever of Riches: Technological Creativity and Economic Progress* (Oxford, 1990), E. A. Wrigley, *Continuity, Chance and Change: The Character of the Industrial Revolution in England* (Cambridge, 1988), N. F. R. Crafts, *British Economic Growth During the Industrial Revolution* (Oxford, 1985) e J. E. Inikori, *Africans and the Industrial Revolution in England: A Study in International Trade and Economic Development* (Cambridge, 2002). R. C. Allen, «Real Wages in Europe and Asia: A First Look at the Long-Term Patterns», in R. C. Allen, T. Bengtsson e M. Dribe (org.), *Living Standards in the Past: New*

Perspectives on Well-Being in Asia and Europe (Oxford, 2005), é uma reavaliação importante, baseada em dados quantitativos, do desempenho económico da Europa e da Ásia.

R. Owen, *The Middle East in the World Economy 1800–1914* (Londres, 1981), Kenneth Pomeranz, *The Great Divergence: China, Europe and the Making of the Modern World Economy* (Princeton, 2000) e C. A. Bayly, *Rulers, Townsmen and Bazaars: North Indian Society in the Age of British Expansion 1770–1870* (Cambridge, 1983) tratam da história económica do Médio Oriente, da China e da Índia, respetivamente.

P. Marshall (org.), *The Eighteenth Century in Indian History: Evolution or Revolution* (Nova Deli, 2003) recolhe grande parte da investigação recente sobre a história da Índia no período da expansão britânica. J. J. L. Gommans, *The Rise of the Indo-Afghan Empire, c. 1710–1780* (Leiden, 1995) acrescenta uma dimensão importante à história da mudança política no Norte da Índia. P. Kuhn, *Soulstealers: The Chinese Sorcery Scare of 1768* (Cambridge, Mass., 1990) e J. M. Polachek, *The Inner Opium War* (Cambridge, Mass., 1991) revelam aspetos menos conhecidos da política e cultura chinesas. Para a vida cultural e intelectual, A. Hourani, *Islam in European Thought* (Cambridge, 1991), B. Lewis, *The Muslim Discovery of Europe* (Londres, 1982), A. Pagden, *European Encounters with the New World* (Londres, 1993), N. Hampson, *The Enlightenment* (Londres, 1968), Gulfishan Khan, *Indian Muslim Perceptions of the West in the Eighteenth Century* (Oxford, 1998) e R. Drayton, *Nature's Government: Science, Imperial Britain and the "Improvement" of the World* (Londres, 2000).

6. O Longo Século XIX

R. E. Robinson e J. A. Gallagher, *Africa and the Victorians* (Londres, 1961) é uma evocação brilhante da psicologia por trás da política imperial britânica na época de expansão. D. K. Fieldhouse, *Economics and Empire 1830–1914* (Londres, 1973) é um estudo ímpar das influências económicas e não-económicas sobre o imperialismo europeu. W. Woodruff, *The Impact of Western Man: A Study of Europe's Role in the World Economy 1750–1960* (Londres, 1966) oferece muitos dados quantitativos. C. A. Bayly, *The Birth of the Modern World 1780–1914: Global Connections and Comparisons* (Oxford, 2004) realça os paralelismos nas mudanças sociais, culturais e políticas em grande parte do mundo. D. Abernethy, *The Dynamics of Global Dominance: European Overseas Empires 1415–1980* (New Haven, 2000) abarca um período mais longo, e está repleto de ideias analíticas. K. H. O'Rourke e J. G. Williamson, *Globalization and History: The Evolution of a Nineteenth-Century Atlantic Economy* (Cambridge, Mass., 1999) é uma interpretação abrangente do surgimento de uma economia mundial no século XIX. A importância do comércio da Ásia Oriental é realçada em K. Sugihara (org.), *Japan, China, and the Growth of the Asian International Economy, 1850–1949* (Oxford, 2005). O pensamento europeu é analisado em J. W. Burrow, *The Crisis of Reason* (Londres, 2000). As ambivalências das reações europeias ao «Oriente» são realçadas de forma convincente em J. MacKenzie, *Orientalism: History, Theory and the Arts* (Manchester, 1995).

Para a Rússia, nada se compara à obra fascinante de M. Malia, *Russia under Western Eyes* (Cambridge, Mass., 1999), mas D. Lieven, *Russia's Rulers under the Old Regime* (Londres, 1989) penetra no regime czarista para revelar como o mesmo realmente funcionava. A melhor introdução à história africana é J. Iliffe, *Africans: The History of a Continent* (Cambridge, 1995); a melhor descrição de uma região africana é A. G. Hopkins, *An Economic History of West Africa* (Londres, 1973). Para o Médio Oriente otomano, S. Deringil, *The Well-Protected Domains: Ideology and the Legitimation of Power in the Ottoman Empire, 1876–1909* (Londres, 1998), A. Hourani, *Arabic Thought in the Liberal Age 1798–1939* (Londres, 1962; repr. Cambridge, 1983) e A. Hourani,

«Ottoman Reform and the Politics of Notables», in A. Hourani, P. S. Khoury e M. C. Wilson (org.), *The Modern Middle East* (Londres, 1993), pp. 83–109. Para o Irão, H. Algar, *Religion and State in Iran 1785–1906* (Berkeley e Los Angeles, 1969) é fundamental. K. Fahmy, *All the Pasha's Men: Mehmed Ali, his Army and the Making of Modern Egypt* (Cairo, 2002) destrói muitos mitos sobre o Egito do século XIX. A. Seal, «Imperialism and Nationalism in India», in J. Gallagher, G. Johnson e A. Seal (org.), *Locality, Province and Nation* (Cambridge, 1973), oferece aquela que continua a ser a explicação mais interessante de como o domínio colonial provocou uma reação nacionalista. R. Bin Wong, *China Transformed: Historical Change and the Limits of European Experience* (Ithaca, NY, 1997) é um relato particularmente estimulante da experiência chinesa. J. Hevia, *English Lessons: The Pedagogy of Imperialism in Nineteenth-Century China* (Londres, 2003) examina os esforços europeus para encaixar a China num molde colonial. E. H. Norman, *Japan's Emergence as a Modern State* (Nova Iorque, 1940) é um clássico esquecido.

Grande parte da história americana continua teimosamente resistente à comparação externa, e as relações dos Estados Unidos com a Europa (e o resto do mundo do século XIX) têm sido curiosamente negligenciadas por uma historiografia introvertida. Mas a série de livros de D. W. Meinig sobre «The Shaping of America: A Geographical Perspective on 500 Years of History», sobretudo o seu *Continental America, 1800–1867* (New Haven, 1993), constituem um excelente estímulo ao pensamento comparativo. E o mais influente dos historiadores americanos, Frederick Jackson Turner, cujo ensaio «The Significance of the Frontier in American History» foi publicado em 1893, continua a estimular o estudo comparativo. Ver M. Bassin, «Turner, Solov'ev and the "Frontier Hypothesis": The Nationalist Significance of Open Spaces», *Journal of Modern History* 65, (1993), pp. 473–511. J. C. Malin foi uma figura contestatária do Kansas. O seu ensaio «Mobility and History: Reflections on the Agricultural Policies of the United States in Relation to a Mechanised World», *Agricultural History* 17, 4 (1943), pp. 177–91, desconstrói muitos dos mitos da «fronteira» americana.

7. A Época de Crise

H. Strachan, *The First World War: To Arms* (Oxford, 2001) é o primeiro de três volumes programados. É especialmente pertinente na sua abordagem à guerra e aos teatros do Médio Oriente e África, mas também à economia e financiamento da guerra. Z. Steiner, *The Lights That Failed: European International History, 1919–1933* (Oxford, 2005) oferece uma descrição fundamental da diplomacia do pós-guerra. M. Mazower, *The Dark Continent: Europe's Twentieth Century* (Londres, 2000 [O Continente das Trevas. O Século XX na Europa, Edições 70, 2014]) traz uma nova abordagem ao período negro da Europa contemporânea. Para o esgotamento da economia mundial, H. James, *The End of Globalisation* (Londres, 2001). Os três volumes de Robert Skidelsky sobre a vida de John Maynard Keynes – *John Maynard Keynes: Hopes Betrayed 1883–1920* (Londres, 1983), *John Maynard Keynes: The Economist as Saviour 1920–1937* (Londres, 1992) e *John Maynard Keynes: Fighting for Britain 1937–1946* (Londres, 2000) – constituem uma excelente introdução à história económica da primeira metade do século XX.

A política e atitudes americanas são analisadas em A. Iriye, *The Cambridge History of American Foreign Relations*, vol. 3: *The Globalising of America* (Cambridge, 1995), N. G. Levin, *Woodrow Wilson and World Politics: America's Response to War and Revolution* (Oxford, 1968) e M. J. Hogan, *Informal Entente: The Private Structure of Cooperation in Anglo-American Economic Diplomacy* (Columbia, Mo., 1977). Para a Rússia soviética, R. Overy, *The Dictators: Hitler's Germany, Stalin's*

Russia (Londres, 2004), R. Pipes, *The Formation of the Soviet Union: Communism and Nationalism 1917–1923* (ed. rev., Cambridge, Mass., 1964), M. Malia, *Russia under Western Eyes* (Cambridge, Mass., 1999) e L. Viola, *Peasant Rebels under Stalin: Collectivization and the Culture of Peasant Resistance* (Nova Iorque, 1996).

Para o Médio Oriente, B. Lewis, *The Emergence of Modern Turkey* (Londres, 1961), A. Mango, *Atatürk* (Londres, 1999) e M. E. Meeker, *A Nation of Empire: The Ottoman Legacy of Turkish Modernity* (Berkeley, Los Angeles e Londres, 2002) explicam a transição pós-imperial da Turquia. E. Abrahamian, *Iran between Two Revolutions* (Princeton, 1982) é um relato indispensável da história contemporânea do Irão. M. E. Yapp, *The Near East since the First World War* (Londres, 1991) é uma excelente análise geral.

Para a política indiana na última fase do domínio colonial, D. Hardiman, *Peasant Nationalists of Gujarat* (Deli, 1981) oferece uma fascinante análise detalhada. S. Bose e A. Jalal, *Modern South Asia: History, Culture, Political Economy* (Londres, 1998) é uma narrativa cheia de vida. A autobiografia de Gandhi deve ser acompanhada da biografia atual de J. M. Brown, *Gandhi: Prisoner of Hope* (Londres, 1991). B. Parekh, *Colonialism, Tradition and Reform* (Londres, 1989) explica as ideias de Gandhi. Para o crescimento da política muçulmana, D. Page, *Prelude to Partition: The Indian Muslims and the Imperial System of Control 1920–1932* (Nova Deli, 1982).

Para as ligações entre a história interna do Japão e a sua carreira de expansão, P. Duus, R. Myers e M. Peattie (org.), *Japanese Informal Empire in China, 1895–1937* (Princeton, 1989), W. G. Beasley, *Japanese Imperialism 1894–1945* (Oxford, 1991) e H. Harootunian, *Overcome by Modernity: History, Culture and Community in Inter-war Japan* (Princeton, 2000). Hans van der Ven, *War and Nationalism in China 1925–1945* (Londres, 2003) é hoje indispensável para compreender a fase mais violenta da história da China. R. Mitter, *A Bitter Revolution: China's Struggle with the Modern World* (Oxford, 2004) realça a importância posterior do movimento 4 de Maio.

B. Berman e J. Lonsdale, *Unhappy Valley: Conflict in Kenya and Africa*, livro 2: *Ethnicity and Violence* (Londres, 1992) explora de forma brilhante as tensões no seio de uma sociedade africana colonizada. G. L. Weinberg, *A World at War: A Global History of World War Two* (Cambridge, 1994) é o melhor estudo contemporâneo num único volume.

8. Impérios Negados

Para o contexto da Guerra Fria na Europa e noutras regiões, J. L. Gaddis, *We Now Know: Rethinking Cold War History* (Oxford, 1997), O. A. Westad, *Cold War and Revolution: Soviet–American Rivalry and the Origins of the Chinese Civil War* (Nova Iorque, 1993) e O. A. Westad, *The Global Cold War* (Cambridge, 2005). Para um estudo geral da descolonização, R. F. Holland, *European Decolonisation 1918–1981* (Londres, 1985) e J. Darwin, *Britain and Decolonisation: The Retreat from Empire in the Post-War World* (Londres, 1988). A estratégia subjacente à transferência de poder nos Estados coloniais é revelada em Wm Roger Louis e Ronald Robinson, «The Imperialism of Decolonisation», *Journal of Imperial and Commonwealth History* 22, 3 (1994). Para a Revolução Chinesa e depois, Westad, *Cold War and Revolution*, Chalmers Johnson, *Peasant Nationalism and Communist Power* (Stanford, 1962) e dois livros de S. Schram, *Mao Tse-tung* (Londres, 1967) e *The Political Thought of Mao Tse-tung* (Londres, 1971). A Revolução Cultural é o tópico de uma trilogia de R. MacFarquhar, *The Origins of the Cultural Revolution*, vol. 1: *Contradictions among the People 1956–57* (Londres, 1974); vol. 2: *The Great Leap Forward 1958–1960* (Londres, 1983); vol. 3: *The*

Coming of the Cataclysm 1961–1966 (Londres, 1999). Para o Japão, John Dower, *Embracing Defeat: Japan in the Aftermath of World War Two* (Harmondsworth, 1999) é essencial.

Para o Médio Oriente, W. R. Louis, *The British Empire in the Middle East 1945–1951: Arab Nationalism, the United States, and Postwar Imperialism* (Oxford, 1984) é um estudo detalhado da política e planeamento das duas potências ocidentais mais implicadas na região. M. J. Cohen, *Palestine and the Great Powers 1945–1948* (Princeton, 1982) explica as circunstâncias geopolíticas em que surgiu o Estado de Israel. R. McNamara, *Britain, Nasser and the Balance of Power in the Middle East 1952–1967* (Londres, 2003) e K. Kyle, *Suez* (Londres, 1991) examinam a ascensão e queda de Nasser e o nacionalismo árabe que ele defendeu. E. Abrahamian, *Iran between Two Revolutions* (Princeton, 1982) analisa a turbulência no Irão do pós-guerra e a consolidação do poder do xá nos anos 50 e 60. M. E. Yapp, *The Near East since the First World War* (Londres, 1991) continua a ser indispensável. A. Sampson, *The Seven Sisters: The Great Oil Companies and the World They Made* (Londres, 1975) é um estudo acessível da indústria petrolífera internacional.

D. Anderson, *Histories of the Hanged* (Londres, 2005) é uma análise detalhada das realidades por trás da emergência Mau Mau no Quênia, revelando também as tensões que ajudaram a derrubar o Estado colonial. P. Chabal e J.-P. Daloz, *Africa Works: Disorder as Political Instrument* (Oxford, 1999) e J.-F. Bayart, S. Ellis e B. Hibou, *The Criminalization of the State in Africa* (Oxford, 1999) são estudos fascinantes do estado pós-colonial. Para a ascensão do «império» americano, D. Lake, *Entangling Relations: American Foreign Policy in its Century* (Princeton, 1999) e G. Lundestad, *The American “Empire”* (Londres, 1990).

As fontes do poder económico soviético são explicadas em D. Filtzer, *Soviet Workers and Late Stalinism: Labour and the Restoration of the Stalinist System after World War Two* (Cambridge, 2002). A economia internacional na sua fase «pré-globalização» é descrita em H. van der Wee, *Prosperity and Upheaval: The World Economy 1945–1980* (Londres, 1986). Parte do debate sobre o uso e abuso do poder americano pode ser acompanhado em Robert J. Art, *A Grand Strategy for America* (Londres, 2003) e Chalmers Johnson, *The Sorrows of Empire: Militarism, Secrecy and the End of the Republic* (Nova Iorque, 2004).

Índice Remissivo

'Abd al-Latif, historiador
Abadan
Abbas Xá
Abduh, Muhammad
Abissínia, *ver* Etiópia
Açores
Açúcar
Áden
Afeganistão
Afegãos
África
partilha de
África do Sul
Agha Mohammed Xá
Agra
Ahmad Xá Durrani
Akbar, imperado mogol
al-Afghani, Jamal al-Din
Alamein
Albuquerque, Afonso
Alemanha
Alexandre I, czar
Alexandre II, czar
Algodão
Alma Ata, Tratado de, 538
América (*ver também* Estados Unidos)
Ancara, Batalha de
Angola
Apalaches
Árabes
Arabi, coronel
Arábia Saudita
Aragão
Archinard, Louis
Argel
Argélia

Argentina
Armênios
Astecas
Astracã
Atahualpa, imperador inca
Atatürk, Kemal (Mustafa Kemal)
Aurangzeb, imperador mogol
Austrália
Azerbaijão

Babis
Babur, príncipe timúrida
bacalhau, pesca de
Bacon, Nathaniel
Bagdad
Bajazé I, sultão otomano
Bandung, conferência de
Barbados
Belgrado
Bengala
Bentham, Jeremy
Bering, Estreito de
Birmânia
Bismarck, Otto von
Bizâncio
Blyden, Edward Wilmot
Bombaim
Boxers, Revolta dos
Braddock, general Edward
Brasil
Bryce, James

Cabul
Cairo
Calcutá
Calecute
Califórnia
caminhos de ferro

Canal de Suez

Canal de Suez, Zona do

Canárias, Ilhas

Cantão

Caraíbas

Carlos Magno

Carlos V, imperador Habsburgo (Carlos I de Espanha)

Carlos XII, rei da Suécia

Cartografia

Cartum

Carvão

Cáspio, Mar

Catarina, a Grande, imperatriz da Rússia

César, Júlio

Ch'ien-lung, imperador

Ch'ing, dinastia, *ver* manchus

Chiang Kai-shek

China

Chipre

Choshu

Chou En-lai

Churchill, Winston

Clive, Robert

Colombo, Cristóvão

comércio, crescimento do

Companhia das Índias Orientais (britânica)

Companhia Holandesa das Índias Orientais

Conferência Ásia-África (1955)

Confucianismo

Congo

Constant, Benjamin

Constantinopla

Cook, James

Coreia

Cortés, Hernand

Crimeia

Cuba

Damasco

Danúbio

darwinismo social

Defoe, Daniel

Deli

Descolonização

Deshima

Dien Bien Phu, Batalha de

Dinasticismo

economia atlântica

Egito

Elmina

Escravidão

Espanha

Estados Unidos

Estaline, Joseph

Etiópia

Europa:

pensamento na

pensamento na

Significado

Faiçal, estadista árabe

Fath Ali Xá

Filipe II, rei de Espanha

Filipinas

Formosa

França, 13, 44, 51, 55, 56, 83, 123,

França, 13, 44

Frederico II, o Grande, rei da Prússia

Galdan, governante calmuco

Gama, Vasco da

Gandhi, Mahatma

Gengis Khan

Génova

Geórgia
Globalização
Debate
Significado
Golestan, Tratado de
Golfo Pérsico
Gorbachev, Mikhail
Grã-Bretanha

Grande Muralha
guerras:
Guerra da Crimeia
Guerra da Orelha de Jenkins
Guerra da Sucessão Austríaca
Guerra da Sucessão de Espanha
Guerras do Ópio
Guerras Napoleónicas
Primeira Guerra Mundial
Russo-japonesa
Russo-Turca
Segunda Guerra Mundial
Gujarate

Habsburgo, Império
Haidar Ali
Haiti
Havana
Havas
Herat
Hideyoshi, governante japonês
Hispaniola
Hitler, Adolf
Ho Chi Minh
Hokkaido
Holanda
Hong Kong
Horda de Ouro
Humboldt, Alexander von
Hume, David

Ialta, Conferência de
Ibn Khaldun, historiador

Iémen

Igreja Católica

Império Bizantino

Império Nazi

Império Otomano

Império Romano

Incas

Índia

Índias Ocidentais, *ver* Caraíbas

Indochina

Indonésia

Iraque

Islão

Ismail Xá

Ispaão

Israel

Ivan III, czar

Ivan IV, czar

al-Jabarti, ‘Abd al-Rahman

Jamaica

Janízaros

Japão

Java

Jesuítas

Jedah

K’ang-hsi, imperador Ch’ing

Kandahar

Kant, Immanuel

kaozheng, movimento

Karim Khan Zand

Kazan

Kemal, Mustafa

Kennan, George

Kenyatta, Jomo

Khorasan
Kidd, Benjamin
Kiev
Kliuchevskii, Vassilii
Koxinga (Cheng Ch'eng-kung), pirate
Kruschev, Nikita
Kuomintang (KMT)

Lancashire
Lenine, Vladimir Ilich
Leopoldo II, rei da Bélgica
Leur, J. C. van
Lewis e Clark, expedição de
Li Hung-chang
Líbano
Liberalismo
Liga Árabe
Lisboa
Locke, John
Londres
Lótus Branco, movimento do
Luís XIV, rei da França
Luís XVI, rei da França
Luisiana

Macau
Mackinder, Halford
Madeira
Madrasta
Malaca
Malthus, Thomas Robert
Manchúria
Manchúria
Manchus (Ch'ing)
Manila, galeão de
Mao Tsé-tung
Mar Negro
Maratas

Marrocos
Marx, Karl
Maurícia
Meca
Mehemet Ali
Meiji, restauração
Meshed
México
Migração
Mill, James
Mill, John Stuart
Ming, dinastia
Missionários
Mississippi
modernidade, definição de
Mogóis
Mongóis
Montesquieu, Charles de Secondat, Baron de La Brède et de
Montezuma
Moscóvia, *ver* Rússia
Moscovo
Mossadeq, Mohamed
Mountbatten, lorde
Mysore

Nações Unidas
Nadir Xá
Nagasáqui
Nanquim, Tratado de
Napoleão, estadista francês
Nasir al-Din Xá
Nasser, Gamal Abdel
navios a vapor
nazis
Nehru, Jawaharlal
Nerchinsk, tratado de
Newton, Isaac
Níger

Nilo

Nobili, Roberto di

Nobunaga, governante japonês

Nova Iorque

Nova Zelândia

Nurhaci, guerreiro nómada

Oceano Pacífico

Odessa

Oirat

Okinawa

Omã

Ópio

Ormuz

Osaca

Ouro

Palestina

Pearson, Charles

Pedro, o Grande, czar

Pequim

Pereslavl, Tratado de

Pérsia, *ver* Irão

Peru

Peste Negra

Petróleo

Pitt, Thomas «Diamond»

Pizarro, Francisco

poder marítimo

Polónia

Poltava, Batalha de

Porcelana

Portugal

Potemkin, Gregori

Prata

Preste João

Punjab

Qajars
Quebeque
Quénia
Qullars

Racismo
Reforma Protestante
Reuters
Reza Xá
Revolta dos Sipaios
Revolução Cultural
Rhodes, Cecil
Romanov
Roosevelt, Franklin Delano
Roosevelt, Theodore
Rousseau, Jean-Jacques
Rússia (*ver também* União Soviética)
Rycaut, Paul
Ryukyu, ilhas

Safávidas (*ver também* Irão)
Said, Edward
Samarcanda
São Petersburgo
Satsuma
Seda
Senegal
Sérvia
Servidão
Sibéria
Singapura
Sinkiang
Síria
Sivaji, rei indiano
Smith, Adam
Sociedade das Nações
Sokoto
Somália

Suécia
Suez
Suez, Crise do
Sun Yat-sem
Suraj ud-Daula

Tabaco
Taiping, Revolta de
Taiwan
Tamerlão, conquistador turcomano
Tanzimat
Taoísmo
Têxteis (*ver também algodão*)
Tibete
Tipu, sultão
Tocqueville, Alexis de
Tokugawa, xogunato de
Tóquio, *ver* Edo
Tott, Baron François de
Tratado do Atlântico Norte
Trotski, Leon
Truman, doutrina de
Truman, Harry S.
Turner, Frederick Jackson
Turquia

Ucrânia
União Soviética

Valáquia, 102, 170, 329
Valáquia, 102, 170, 329
Varegues
Veneza
Viena
Congresso e Tratado
Vietname
Vikings

Volga

Wahhabismo

Washington, George

Washington, tratados de

Waterloo, Batalha de

Wathbah

Weber, Max

White, Samuel «Siamese»

Wolfe, general James

Wu, general

Xangai

Xavier, S. Francisco

Xiismo

Yangtzé, rio

delta (Kiangnan)

Yuan, dinastia

Zambeze

Zâmbia

Zanzibar

Zheng He, almirante

Zimbabué

História Narrativa

Títulos publicados na colecção:

- 1 – *História dos Estados Unidos desde 1865*, Pierre Melandri
- 2 – *A Grande Guerra 1914-1918*, Marc Ferro
- 3 – *História de Roma*, Indro Montanelli
- 4 – *História Narrativa da II Guerra Mundial*, John Ray
- 5 – *Hitler Perfil de um Ditador*, David Welch
- 6 – *A Vida de Maomé*, Virgil Gheorghiu
- 7 – *Nicolau II*, Marc Ferro
- 8 – *História dos Gregos*, Indro Montanelli
- 9 – *O Império Otomano*, Donald Quataert
- 10 – *A Guerra Secreta*, Ladislav Farago
- 11 – *A Guerra de Secessão*, Farid Ameer
- 12 – *A Guerra Civil de Espanha*, Paul Preston
- 13 – *A Vida Quotidiana no Egipto no tempo das Pirâmides*, Guillemette Andreu
- 14 – *O Amor em Roma*, Pierre Grimal
- 15 – *Os Templários*, Barbara Frale
- 16 – *No Rasto dos Tesouros Nazis*, Jean-Paul Picaper
- 17 – *História do Japão*, Kenneth G. Henshall
- 18 – *Artur, Rei dos Bretões*, Daniel Mersey
- 19 – *O Islão e o Ocidente. Uma Harmonia Dissonante de Civilizações*, Christophe J. Walker
- 20 – *Pós-Guerra. História da Europa desde 1945*, Tony Judt
- 21 – *A Guerra Fria*, John Lewis Gaddis
- 22 – *História da União Soviética*, Peter Kenez
- 23 – *História do Tibete*, Thomas Laird
- 24 – *A Europa em Guerra*, Norman Davies
- 25 – *Santos e Pecadores. História dos Papas*, Eamon Duffy
- 26 – *A Grande Guerra pela Civilização. A Conquista do Médio Oriente*, Robert Fisk
- 27 – *O Sabor da Conquista*, Michael Kronld
- 28 – *Mundos em Guerra*, Anthony Pagden
- 29 – *História de Israel*, Martin Gilbert
- 30 – *O Parlamento do Homem. História das Nações Unidas*, Paul Kennedy
- 31 – *Os Celtas*, John Haywood
- 32 – *História da África*, J.D. Fage e William Tordoff
- 33 – *História da Polónia*, Adam Zamoyski
- 34 – *Fascistas*, Michael Mann
- 35 – *História de França*, Marc Ferro

36 – *História da América Latina*, Edwin Williamson

37 – *O Império de Hitler*, Mark Mazower

38 – *As Cruzadas vistas pelos Árabes*, Amin Maalouf

39 – *História Alemã*, Ulf Dirlmeier, Andreas Gestrich, Ulrich Herrmann, Ernst Hinrichs, Konrad H. Jarausch, Christoph Kleßmann, Jürgen Reulecke

40 – *O Continente das Trevas*, Mark Mazower

41 – *História de Espanha*, Julio Valdéron, Joseph Pérez, Santos Juliá

42 – *Ascensão e Queda dos Impérios Globais. 1400-2000*, John Darwin

Table of Contents

[Frontispício](#)

[Ficha Técnica](#)

[Índice](#)

[Lista de Ilustrações](#)

[Lista de Mapas](#)

[Preâmbulo à edição portuguesa](#)

[Prefácio](#)

[Nota sobre Nomes e Lugares](#)

[1 Orientações](#)

[2 A Eurásia e a Época dos Descobrimentos](#)

[3 O Equilíbrio da Idade Moderna](#)

[4 A Revolução Eurasiática](#)

[5 A Corrida contra o Tempo](#)

[6 Os Limites do Império](#)

[7 A Caminho da Crise Mundial, 1914-1942](#)

[8 Impérios Negados](#)

[9 A Sombra de Tamerlão](#)

[Notas](#)

[Leituras Adicionais](#)

[Índice Remissivo](#)

[História Narrativa](#)